

humanidades em diálogo

Vol. XIII - 2024

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP

Reitor: Carlos Gilberto Carlotti Junior

Vice-reitora: Maria Arminda do Nascimento Arruda

Pró-Reitor de Graduação: Aluisio Augusto Cotrim Segurado

Pró-Reitora de Cultura e Extensão Universitária: Marli Quadros Leite

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL - PET

Ministério da Educação: Camilo Santana

Secretario de Educação Superior: Alexandre Brasil Carvalho da Fonseca

FACULDADE DE DIREITO - FD

Diretor: Celso Fernandes Campilongo

Vice-diretor: Ana Elisa Liberatore Silva Bechara

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS - FFLCH

Diretor: Adrián Pablo Fanjul

Vice-diretor: Silvana de Souza Nascimento



PET

APOIO



Faculdade de
Direito



Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas

humanidades em diálogo

Comissão Editorial

Gabrielle Martins da Silva
Giovanna Mota
Heloisa Salles Camargo (coord.)
Higor William da Silva Marcilio Marcolino
Julia Soares Araújo
Lucas Eduardo Ialamov Pinto
Lucas Eduardo Souguellis Eroico (coord.)
Nayane Victória Brassaroto de Macedo
Thainá Bispo (coord.)
Vanessa Cristina Monteiro Furtoso (coord.)

Conselho Editorial

Julio Cesar Pimentel
Maurício Cardoso Keinert
Ronaldo Porto Macedo
Sylvia Gemignani Garcia

Projeto gráfico e diagramação

Comissão Editorial
Arthur Xavier Busin
Davi Di Marco de Souza Lizardo

Fotografia de capa

Bruna Constancia Nascimento Vicente
Thainá Bispo

Preparação e revisão financiados pelo
PET- Ciências Sociais/USP

Agradecimentos aos pareceristas ad hoc

Edição de capa

Isabella da Nóbrega Silva

HUMANIDADES EM DIÁLOGO

humanidadesemdialogo@usp.br
<https://www.revistas.usp.br/humanidades>

ISSN Eletrônico 1982-7547

Sumário

8 Apresentação

Entrevista: Silvana Nascimento

- 11 Entrevista: Silvana Nascimento
Comissão Editorial

Dossiê: Corpo, Gênero e Experiência

- 38 A violência física nas relações conjugais no município de vitória: uma análise das denúncias da delegacia especializada em atendimento à mulher em 2015
Bruna Passos Carvalho
- 52 As mães solteiras na são paulo de finais do século xviii: uma perspectiva de sua inserção socioeconômica através das listas nominativas de 1798
Giovanna Turato Citron
- 65 Considerações sobre gênero e sexualidade no império otomano (séculos xvi-xix) e suas potencialidades de análise no Brasil
Giuliana Girardi Domeneghini
Carolina Da Silva Leitzke
- 76 Imaginário feminino -a representação das mulheres em goya: uma análise de los desastres de la guerra (cerca de 1810-1815)
Larissa Galende Guidolin
- 91 Corpo-território: gênero e sexualidade na experiência urbana
Maria Eduarda Batista Dellamagna
- 100 Dados demográficos da usp: a pesquisa “mulheres e homens da usp” e a conceituação de gênero
Maria Eduarda Martins Mendes Cordeiro
- 112 Construindo mundos: gênero e museus em debate
Marina Belisario



Academia

- 122** Althusser, o corte epistemológico e o materialismo do encontro
Alexandre De Lima Castro Tranjan
- 128** A repressão penal ao fenômeno hacker após a “vaza jato”: análise dos projetos de lei que propuseram a alteração do artigo 154-a do código penal
Artur Rovere Soares
- 142** Imigração judaica e visão institucional no Brasil na era Vargas (1930-1945)
Bruno Gustavo Borel Da Silva
- 153** Existe verdade na interpretação? um modelo de correção do domínio interpretativo a partir da obra de Joseph Raz
Caio Xavier
- 164** Do atomismo ao primordialismo: diferenças e aproximações entre epicuro e Lucrécio
Cezar Prado
- 178** O passado que insiste em se fazer presente: ecos do autoritarismo no Brasil contemporâneo
Daniele de Paula
- 183** Autoritarismo e servidão voluntária: o direito à serviço de quem?
Davi Rocha Teles
- 188** O Bolsonaro e a necropolítica: uma análise dos discursos de Jair Bolsonaro à luz do ensaio de Achille Mbembe
Diogo Mendonça Leite
- 200** Os direitos morais de integridade e atribuição no Brasil e nos EUA
Gabriela Biscotto De Souza
João Francisco Chacarasque De Castro
- 214** Diálogo de sobreviventes: um breve encontro entre Cândido e Nicolas I
Glauco Martins Guerra



- 222** Entre a jāhilīyyah e o dīn: as imagens de khadījah no advento do mundo islâmico segundo os escritos de al-ṭabarī, al-bukhārī e ibn ishāq
Heloisa Motelewski
- 235** O direito social à educação: uma análise acerca das medidas alternativas para o ensino remoto no estado da Bahia
Jeiziane Da Silva Oliveira
Maria Priscilla Almeida Dos Santos
Marilene Conceição Ferreira
- 245** Excesso e dispêndio: ressonâncias nietzschianas na noção de economia geral, em Georges Bataille
João Pedro Azevedo Lima
- 257** O duplo caráter da economia geral
Lauro Felipe Eusébio Gomes
- 273** Topdogging quadrille: an analysis on the portraying of gender roles in the bluest eye and topdog/underdog
Mariana Alves
- 285** Período pré e pós-revolução cubana: do rompimento do capitalismo e suas estruturas de exploração até o estabelecimento do socialismo e o afastamento das relações político-econômicas com os Estados Unidos
Marcos Jesus de Santanna
- 295** Luhmann e a constituição: contributo para uma análise pluricontextual do estado de direito
Pedro Ferreira Berezovsky
- 306** A passagem do tudo ao nada: Roberto Schwarz entre colapsos temporais e desafios de geração
Vitor Morais Graziani

Diálogos

- 320** O valor do papel
Bianca Braga de Carvalho
- 322** Fim da noite
Douglas Alexandre Santos Silva



326 A máscara de couro: o ápice da desfiguração humana

Gabriela de Melo Pereira

330 Ponte alta do Rio Aracahú

Peterson Mendes Paulino





Apresentação

APRESENTAÇÃO DO XIII VOLUME DA REVISTA HUMANIDADES EM DIÁLOGO

Em 2024, a revista **Humanidades em Diálogo** celebra com grande entusiasmo o lançamento de seu XIII volume. Esta edição marca não apenas a consolidação de um processo de mais de um ano de editoração, como também simboliza um momento de reflexão e experienciamento para nossa publicação acadêmica, inteiramente gerida por estudantes de graduação.

Ao longo de 2023 e 2024, nossa equipe editorial se dedicou a construir este volume com grande ânimo e empenho. Desde nossa fundação, a **Humanidades em Diálogo** buscou se posicionar como um espaço de aprendizado acadêmico e, mais que isso, um espaço para a expressão e experimentação de ideias e pesquisas emergentes. Este volume, como os anteriores, é parte do compromisso de nossa equipe com o incentivo à publicação para estudantes de graduação, com a promoção de uma produção acadêmica de alta qualidade e com o fortalecimento da pluralidade e interdisciplinaridade de pensamentos.

A comissão editorial deste volume é formada por grupos do Programa de Educação Tutorial (PET) da Universidade de São Paulo (USP) – nas áreas de Ciências Sociais, Filosofia, História e Sociologia Jurídica. O PET, instituído pelo Ministério da Educação (MEC), tem como base a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, valores que buscamos concretizar através da nossa revista.

Neste XIII volume, trazemos uma variedade de conteúdos que refletem a riqueza e a diversidade das humanidades. Tivemos o prazer de contar com a entrevista de professora doutora Silvana Nascimento, do departamento de antropologia (FFLCH/USP) sobre sua área de pesquisa: gênero e território. A realização da entrevista envolveu a organização de um grupo de estudos por parte do corpo editorial em torno da leitura e discussões de alguns dos principais artigos e produções de Prof. Silvana Nascimento. Após esse preparo, o grupo propôs as perguntas que conduziram e estruturam a entrevista aqui encontrada, buscando aproximá-la de reflexões e questionamentos sobre o contexto político atual.

Em consonância à área de Prof. Silvana, que instigou o interesse do corpo editorial sobre os temas trazidos por sua obra, abrimos, pela primeira vez, um edital específico para envio de materiais que dialogassem com a temática de gênero. Assim foi composto o **dossiê “Gênero, Corpo e Experiência”**, que conta com artigos que tratam dessas temáticas nos mais diversos contextos: estudos sobre gênero e sexualidade no Império Otomano; o desenvolvimento do conceito de “corpo-território”; e um olhar analítico para a própria demografia da Universidade de São Paulo, com foco em disparidades de gênero na Academia, dentre outros.

Nossa seção **Academia**, composta por artigos, ensaios e resenhas acadêmicos, é marcada por uma ampla diversidade de temas. Dentre abordagens filosóficas, encontramos textos que investigam o pensamento de autores como Althusser, Nietzsche e Georges Bataille, assim como a de pensadores clássicos como Epicuro e Lucrécio. No campo do Direito, há produções que analisam desde a repressão penal ao fenômeno hacker no contexto da “Vaza Jato”, até o papel do autoritarismo e a servidão voluntária, enxergando o Direito como ferramenta a serviço de interesses específicos. Além disso, temas atuais e políticos aparecem junto a temas de literatura e cultura, revelando a versatilidade temática, mas também a profundidade com que os estudantes se dedicam a questões históricas, filosóficas, jurídicas e políticas, contribuindo para diálogos acadêmicos plurais e instigantes.

Além disso, nossa seção **Diálogos** reúne produções que, por vezes, são excluídas ou marginalizadas no meio acadêmico, refletindo uma estrutura que muitas vezes privilegia gêneros e formatos tradicionais, como ensaios e artigos científicos, em detrimento de narrativas que desafiam convenções. Essa exclusão pode contribuir para o silenciamento de vozes importantes e limitar o diálogo interdisciplinar, essencial para a riqueza do conhecimento. A literatura e as artes visuais, com sua capacidade de captar experiências humanas complexas e diversas, merecem um espaço de destaque no debate acadêmico, contribuindo para uma compreensão mais abrangente e inclusiva das realidades sociais. Assim, contamos com ensaios fotográficos que exploram a periferia de Ponte Alta em Guarulhos, onde a paisagem da Mata Atlântica contrasta com as ocupações urbanas que emergem da luta por moradia, com ilustrações que colocam em pauta a existência humana e contos sobre conflitos interiores e reflexões cotidianas no presente volume.

Por fim, **a capa** desta XIII edição apresenta fotografia da Ocupação Mauá, de coautoria de Thainá Rodrigues, integrante do nosso corpo editorial, e Bruna Constança Nascimento Vicente, ambas graduandas de ciências sociais, em trabalho de campo. A Ocupação Mauá, situada na rua Mauá, 340, no centro da cidade de São Paulo, é uma das mais antigas da cidade. A ocupação se dá em um edifício construído para ser um hotel nos anos 1960, que, abandonado por 20 anos, foi ocupado pelo Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC) em 2003, abrigando centenas de famílias. A ocupação é tida como um importante marco de luta popular em São Paulo e ganhou destaque cultural ao ser palco do clipe "Mil Faces de um Homem Leal - Marighella", dos Racionais MC's, em 2023.

Queremos expressar nossa sincera gratidão a todos que participaram da realização deste volume. Agradecemos especialmente ao PET Ciências Sociais, FFLCH-USP, pelo apoio financeiro que possibilitou a produção e publicação deste número. Sem a colaboração de nossos editores, editoras, pareceristas e de todas as demais pessoas envolvidas, este projeto não teria se concretizado.

Esperamos que você, leitor, encontre neste volume uma rica fonte de conhecimento e inspiração, apreciando-o tanto quanto nós ao desenvolvê-lo. Que a leitura deste número da **Humanidades em Diálogo** proporcione uma experiência enriquecedora e que continue a estimular o debate acadêmico e a expressão criativa.

A COMISSÃO EDITORIAL

ENTREVISTA:
Silvana Nascimento



ENTREVISTA: SILVANA NASCIMENTO

GABRIELLE MARTINS DA SILVA
GIOVANNA MOTA RODRIGUES
HELOÍSA SALLES CAMARGO
JULIA SOARES ARAÚJO
NAYANE VICTÓRIA BRASSAROTO DE MACEDO
THAINÁ BISPO LACERDA¹

Para a décima terceira edição da *Humanidades em Diálogo*, foi com muita felicidade que entrevistamos Silvana de Souza Nascimento, graduada em Ciências Sociais na Universidade de São Paulo (USP) e mestre e doutora em Antropologia pela mesma universidade. Silvana é docente do Departamento de Antropologia da USP desde 2013, atuando nas áreas de Marcadores Sociais da Diferença e da Antropologia Urbana. Coordena o Grupo de Pesquisa Cócix - Estudos indisciplinados do corpo e do território (CNPq) e faz parte, como pesquisadora, do Laboratório do Núcleo de Antropologia Urbana e do Diversitas (Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos). Atualmente, coordena pesquisas voltadas para transgeneridades, transfeminismos, corpo, gênero, cuidado e interseccionalidades. Co-coordena o projeto de pesquisa e extensão Corpas Trans e Travestis na Universidade de São Paulo. Também atuou, de 2007 a 2013, como docente de Antropologia na Universidade Federal da Paraíba, campus Litoral Norte (Rio Tinto) e foi fundadora do Guetu (Grupo de pesquisa em Etnografias Urbanas). Além disso, é co-autora dos livros “Políticas e Poéticas LGBT na Paraíba”, “Retratos da Prostituição Feminina na Paraíba” e “Fernanda Benvenutti - uma política travesti”.

Em correspondência com a produção de Silvana Nascimento, esta edição da *Humanidades em Diálogo* conta com o dossiê *Gênero, Corpo e Experiência*, presente a partir da página 37. O dossiê é composto por artigos que exploram a relação entre identidade, corporalidades e a variedade de elementos que compõem e conformam as experiências de gênero. Pensando na importância do incentivo de discussões que tratam de gênero como categoria de análise, iniciamos esse novo dossiê temático que visa contribuir no debate que busca entender as tensões da relação entre gênero e a construção do corpo.

Humanidades em Diálogo: Em sua trajetória acadêmica, notamos que você tem uma vasta produção que conjuga antropologia urbana, estudo de gênero e movimento feminista no Brasil. Diante disso, como se deu o processo de direcionamento de suas pesquisas para temáticas que tratam das relações entre gênero e território?

Silvana Nascimento: Meu interesse pela pesquisa desde a graduação, sempre foi, digamos, meio fora do convencional naquela época. Entrei na graduação em 1992, depois fiz uma iniciação científica na Sociologia, mas fui para a Antropologia. No começo, eu trabalhava com as relações rural-urbano – eu estava entre estudos rurais e estudos urbanos, isso na iniciação científica. No mestrado também, só que na

¹ A entrevista foi desenvolvida por uma comissão da *Humanidades em Diálogo*, composta pelas editoras mencionadas, e realizada de maneira virtual, no dia 19 de maio de 2023.

iniciação científica eu fazia com uma professora da Sociologia do Trabalho, a Heloisa Martins², que já está aposentada. A própria Heloisa, e mesmo o José de Souza Martins³ – que é um sociólogo também, e era professor na época –, me incentivaram a ir para a Antropologia, porque achavam que na Antropologia eu teria mais potencialidade para fazer pesquisa de campo, já que eu sempre gostei muito de fazer pesquisa de campo – sempre gostei muito.

No mestrado, eu trabalhei com uma festa popular: a Festa do Divino Pai Eterno. Era uma festa rural, só que eu queria entender qual era a relação que esses trabalhadores rurais em Goiás tinham com a cidade. Meu orientador foi o Magnani⁴, que era [da área] dos Estudos Urbanos, mas o meu campo estava no campo, não era na cidade, então eu já estava entre campos disciplinares distintos. No final do mestrado, eu comecei a pensar em questões de gênero, na minha própria trajetória... Não havia essa discussão de gênero na universidade. Tinha uma disciplina de gênero, de Sociologia: Mulher e Trabalho ou Mulher e Gênero, que era a Eva Blay⁵ que dava na época. Tinha o Núcleo de Estudos da Mulher e de Gênero. Mas só havia Eva Blay, que era de uma área mais da demografia de pesquisa *quanti*... não tinha a ver muito com Antropologia. Não tinha disciplina – nem mesmo na pós-graduação. Não tinha disciplina de pós-graduação sobre gênero, não tinha coletivo feminista, não tinha coletivo LGBT... tinha Núcleo da

² Heloísa Helena Teixeira de Souza Martins possui graduação em Ciências Sociais pela USP (1963), mestrado em Sociologia pela USP (1975) e doutorado em Sociologia pela USP (1986). Atualmente é professora doutora aposentada da USP, assessora *ad hoc* da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e assessora *ad hoc* da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia do Trabalho, atuando principalmente nos seguintes temas: trabalho, sindicalismo, juventude, desemprego e mercado de trabalho. [texto adaptado do sistema de currículo lattes].

³ José de Souza Martins cursou graduação em Ciências Sociais (Bacharelado e licenciatura) pela FFLCH-USP (1964), realizou mestrado e doutorado em Sociologia pela USP. Professor-visitante da *University of Florida* (1983) e da Universidade de Lisboa (2000). Sociólogo, com docência e produção científica em Sociologia da Fronteira, Sociologia dos Movimentos Sociais, Sociologia da Violência, Sociologia da Vida Cotidiana, Sociologia Visual. Prêmio Florestan Fernandes (Sociedade Brasileira de Sociologia, 2007). Professor Emérito da FFLCH-USP. Professor *Honoris Causa* da Universidade Federal de Viçosa (MG), 2013. Doutor *Honoris Causa* da Universidade Federal da Paraíba, 2013 e da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (SP), 2014. [texto adaptado do sistema de currículo lattes].

⁴ José Guilherme Cantor Magnani é professor Titular do Departamento de Antropologia da FFLCH/USP, é mestre em Sociologia pela *Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales* (FLACSO/CHILE), concluiu o doutorado em Ciências Humanas (Antropologia Social) pela USP em 1982. Atua na área de Antropologia, com ênfase em Antropologia Urbana. É coordenador do Laboratório do Núcleo de Antropologia Urbana da USP (Lab/NAU/USP), de sua revista eletrônica *Ponto.Urbe* e da coleção "Antropologia Hoje" Nau/Editora Terceiro Nome e Grama. [texto adaptado do sistema de currículo lattes].

⁵ Eva Alterman Blay possui graduação (1959), mestrado (1969) e doutorado em Sociologia pela USP (1973). *Interregional adviser for the Advancement of Women. Vienna UN Office*. Criou o primeiro curso de graduação e pós-graduação sobre a mulher na USP. Foi fundadora e Presidente do Centro de Estudos Rurais e Urbanos (CERU) na década de 1980. Fundou o NEMGE (Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero) do qual foi Coordenadora Científica; foi a primeira Presidenta do Conselho Estadual da Condição Feminina do Estado de Paulo (1983-85), Senadora da República entre dezembro de 1992 e janeiro de 1995. Atualmente é Professora Titular Sênior da USP. Coordena o USP MULHERES/ONU. É membro da Câmara temática Interdisciplinar da Mulher do Conselho Regional de Medicina de São Paulo. Publicou livros e artigos sobre questões urbanas, habitação operária, participação política da mulher, Violência contra a mulher, Feminismo e masculinidades e Imigração Judaica. Recebeu o título de Professora Emérita da FFLCH-USP (2018). [texto adaptado do sistema de currículo lattes].

Consciência Negra, mas não tinha essa coisa de gênero e sexualidade. Nem como movimento social na universidade, nem de forma acadêmica.

Mas [entrei em contato com a temática] no final do mestrado, pela própria experiência que eu tive em campo com as mulheres – a minha pesquisa era sobre a relação campo-cidade, mas eu me aproximei muito mais das mulheres naquele contexto e eu observava que havia, digamos, um estereótipo das mulheres do campo de que eram mulheres mais sujeitadas, que estavam mais sujeitadas aos poderes patriarcais. E o que eu vi no campo não era isso: eram mulheres super empoderadas, que eram escolarizadas, professoras, que tinham uma distância muito grande de escolaridade em relação aos maridos – os maridos tinham escolaridade muito baixa –: elas buscavam estudar. Elas eram muito empoderadas. E aí eu comecei a achar interessante pesquisar gênero. Eu comecei a procurar. E na defesa do mestrado, já na banca, o professor John Dawsey⁶, começou a me provocar sobre essa questão de sexualidade, de gênero, e começou a me mostrar que eu tinha muito conteúdo de gênero, só que não estavam explícitas nas minhas problemáticas, nos meus interesses. E aí começa a aparecer nesse eixo rural-urbano as questões de gênero. É no doutorado, realmente, que eu mergulho nas questões de gênero. Nesse lugar mesmo: nesse contexto rural em Goiás, que era um contexto de pecuária. Então: rodeio, festa de rodeio... um mundo bem heteronormativo, mas, ao mesmo tempo, eu tinha vários escapes. Inclusive eu escrevi agora um artigo na revista ‘O público e o privado’ que se chama “Hétero, é sempre normativo?”⁷, fazendo provocações, porque eu via que, por exemplo, tinha uma grande produção de gênero sobre mulheres, e uma produção de sexualidade sobre questões gays e lésbicas. Sobre questões transexuais (trans) tinha poucas na época, eram mais gays e lésbicas – sobre homossexualidades. Eu falei, “bom, mas será que não dá para a gente cruzar essas teorias, pensar em homossociabilidades?”.

Então, eu comecei a pensar nos cruzamentos que hétero e homo poderiam provocar e também gênero e sexualidade – isso foi no doutorado. E aí eu já comecei a estudar mais sobre gênero, o que não tinha na USP. Não tinha o NUMAS – que é o Núcleo de Estudos sobre Marcadores Sociais das Diferenças⁸ –, não tinha professores nessa temática, ainda... a Helô⁹ estava terminando o doutorado na

⁶ John Cowart Dawsey é Professor Titular na área de antropologia e estudos de performance na USP (2007). Bacharel em História pela *Florida Southern* (1973), Mestrado em Teologia (1977) e *Ph.D* em Antropologia (1989) pela *Emory University*. Defendeu tese de Livre-Docência, *De que riem os boias-frias? Walter Benjamin e o teatro épico de Brecht em carrocerias de caminhões*, em Antropologia Social (1999) pela USP. *Visiting Scholar* na New York University (2019). Coordenador do Núcleo de Antropologia, Performance e Drama (Napedra) desde a sua fundação em 2001. Apoio docente junto ao Núcleo de Artes Afro-Brasileiras da USP (dirigido por Luiz Antonio Nascimento Cardoso, Mestre Pinguim) desde 2007. Suas publicações tratam de temas como performance e antropologia; antropologia da experiência; antropologia benjaminiana; teatro dos boias frias; bonecos ribeirinhos; a Casa de Joana Dark; Nossa Senhora do Risca-Faca; Aparecida e a mulher lobisomem. [texto adaptado do sistema de currículo lattes]

⁷ Artigo publicado em 2022 e disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeoprivado/article/view/8109>.

⁸ *Facebook* do Núcleo de Estudos sobre Marcadores da Diferença: https://www.facebook.com/numasusp/?locale=pt_BR.

⁹ Se referindo à Heloísa Buarque de Almeida, graduada em Ciências Sociais pela USP (1988), mestrado em Antropologia Social pela USP (1995) e doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (2001). Atualmente é professora associada (Livre Docente) da USP, docente permanente no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, presidente da Comissão de Defesa de Direitos Humanos da FFLCH, e membro do NUMAS (Núcleo de Estudos dos Marcadores Sociais da Diferença). Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Antropologia Urbana e Marcadores Sociais da Diferença, atuando principalmente nos seguintes temas: gênero, mídia, marcadores sociais da diferença,

Unicamp [Universidade estadual de Campinas], o Júlio¹⁰ também ainda não estava lá – ele entrou quando eu estava terminando o doutorado. Enfim, não tinha disciplinas, o Júlio não estava oferecendo disciplina optativa. Nada. E aí eu fui fazer minha formação na Unicamp, porque, na Unicamp já tinha o Núcleo de Estudos de Gênero Pagu¹¹. Na Unicamp eu conheci bastante produção de gênero com a Mariza Correa¹² – que é uma referência muito importante na minha vida acadêmica. A Mariza Corrêa para mim é uma inspiração. Ela foi uma das primeiras professoras – apesar de ser uma antropóloga de olho azul, branca [risadas] – a trazer a temática racial no discurso de Ciências Sociais... a discutir a questão da mulata, que a Lélia Gonzalez¹³ já falava, nos anos 1980. Mas a Mariza também tem uma publicação sobre a condição da mulata, dos estereótipos raciais. Ela foi trazendo uma produção bibliográfica que não tinha no Brasil. Antes era tudo em inglês. Eu sempre tive muita dificuldade com inglês. “O Gênero da Dádiva”, da Marilyn Strathern¹⁴, não tinha em português: a Mariza Correa estava traduzindo, e ela emprestava uma tradução informal para a gente. Como eu me apaixonei pelo tema, eu falei: “agora, eu vou ter que

família, corpo, violência de gênero. É fundadora da Rede Não Cala - Rede de Professoras pelo fim da violência sexual e de Gênero na USP. [texto adaptado do sistema de currículo lattes].

¹⁰ Se refere a Júlio Assis Simões, que tem graduação e licenciatura em Ciências Sociais pela USP, mestrado em Antropologia Social e doutorado em Ciências Sociais pela Unicamp. Desde 2001 é Professor do Departamento de Antropologia da FFLCH-USP. Pesquisador-líder do NUMAS - Núcleo de Estudos dos Marcadores Sociais da Diferença. Tem experiência na área de Antropologia Social, atuando principalmente nos seguintes temas: antropologia urbana; antropologia e política; movimentos sociais; envelhecimento, gerações e curso de vida; gênero e sexualidade. Publicou, entre outros, *O dilema da participação popular* (prêmio ANPOCS de melhor dissertação de mestrado em 1991). [texto adaptado do sistema de currículo lattes].

¹¹ Site do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu: <https://www.pagu.unicamp.br/>.

¹² Mariza Correa é professora do Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp durante trinta anos e atualmente é pesquisadora do Pagu/Núcleo de Estudos de Gênero da mesma universidade, no qual coordena um Projeto Temático da Fapesp sobre gênero e corporalidade. Ex-presidente da Associação Brasileira de Antropologia. [texto adaptado do sistema de currículo lattes].

¹³ Intelectual e ativista negra, Lélia de Almeida Gonzalez (1935-1994) destaca-se por sua produção e por intensa atuação política contra o racismo e o sexismo. As discussões que propôs sobre questões identitárias e sobre relações de raça e gênero no Brasil repercutem em diversos campos do conhecimento, encontrando forte eco nos estudos culturais e na antropologia. Filha de uma empregada doméstica de origem indígena e de um homem negro, ferroviário, pertencente a uma extensa família operária, Lélia se forma em história e filosofia, tornando-se professora na rede básica de ensino e no ensino médio, lecionando em escolas públicas e privadas. Realiza mestrado em comunicação social e doutorado em antropologia, tornando-se professora e pesquisadora na Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro, entre 1978 e 1994. [texto adaptado da Enciclopédia de Antropologia da FFLCH, disponível em: <https://ea.ffe.ch.usp.br/autor/lelia-gonzalez/>.]

¹⁴ Marilyn Strathern nasceu no Reino Unido, em 1941. Estudou arqueologia e antropologia no Girton College, da Universidade de Cambridge, concluindo o bacharelado (B. A.) em 1963. Entre 1964 e 1965 realizou dezesseis meses de pesquisa de campo no monte Hagen, na Papua-Nova Guiné, focada nas relações entre homens e mulheres. Em 1968, recebeu o título de PhD em antropologia social, publicando a monografia *Women in between*, em 1972. A partir da etnografia no monte Hagen e de sua experiência como antropóloga feminista, desenvolveu reflexões originais sobre relações de gênero, resultando na publicação de *O gênero da dádiva*, em 1988, sua obra fundamental. Além de escrever artigos, livros e coletâneas sobre os mais variados assuntos, em diálogo com outros campos do conhecimento como psicologia, biologia e direito, Strathern envolveu-se em projetos legislativos, sendo, por exemplo, consultora do Departamento de Direito da Papua-Nova Guiné para a reforma do Código Penal entre 1973 e 1974. [Texto adaptado da página do site da Editora Ubu sobre Marilyn Strathern: <https://www.ubueditora.com.br/autor/marilyn-strathern.html>]

aprender a ler em inglês”. Aí comecei a ir para bibliotecas, dicionário de um lado, tentando fazer cursos de inglês... Até hoje tenho muita dificuldade. Não falo, mas aprendi na prática, nos cursos, com a Mariza Corrêa, a ler em inglês, porque era o que tinha na época. Não tinha produção em português. Tinha produção em francês, em inglês, em espanhol – menos, porque espanhol chegava pouco ainda: a produção latinoamericana espanhola chegava pouco.

Enfim, comecei a estudar bastante gênero com a Mariza, com a Bibia Gregóri¹⁵ também e com a Adriana Piscitelli¹⁶. Então, essas três professoras, para mim, foram fundamentais na minha formação. E, ao mesmo tempo, no doutorado, eu continuei sendo orientada pelo Magnani. Então, eu tinha uma referência teórica dos Estudos Urbanos, do Núcleo de Antropologia Urbana - uma formação clássica. E ao mesmo tempo, eu, por mim mesma [risada], comecei a ir atrás dessa outra bibliografia. E a Mariza Corrêa foi na minha banca de doutorado. Então essa foi a minha formação antes de chegar na parte da questão trans, que é mais recente. Depois, eu defendi o doutorado e comecei a atuar mais especificamente com questões de movimento feminista, trabalhando em organização feminista. Fui do Conselho Estadual da Condição Feminina¹⁷. Enfim, participei de oficinas contra a violência de gênero – que hoje eu nem sei mais se ainda estão em funcionamento –, Marcha Mundial de Mulheres¹⁸, organização do 8 de Março... Então, fui mergulhando nessas questões, trabalhando também no Instituto Consulado da Mulher¹⁹, que trabalhava com economia solidária voltada para mulheres de baixa renda. Mas quando eu comecei a ficar só no campo mais social, ativista, eu sentia muita falta de estudar, de fazer pesquisa, porque trabalhar em questões sociais me consumia 14 horas do meu tempo, e eu não conseguia fazer pesquisa, eu não conseguia estudar. Aí eu comecei a procurar... a fazer concursos públicos para docente.

¹⁵ Se referindo a Maria Filomena Gregori, que é professora Livre-Docente do Departamento de Antropologia (UNICAMP, 2010), onde se graduou em Ciências Sociais (1981), mestrado em Ciência Política (USP, 1988), doutorado em Antropologia Social (USP, 1997), estudos de pós-doutorado no *Department of Anthropology (UNIVERSITY OF CALIFORNIA, Berkeley, 2001)*. Atualmente, coordena o Observatório Pesquisa, Ciência e Liberdade, articulação de instituições da sociedade civil acadêmica de iniciativa da SBPC. É pesquisadora associada do Pagu - Núcleo de Estudos de Gênero (UNICAMP), sendo membro de seu Conselho Científico. Tem experiência na área de Antropologia, atuando principalmente nos seguintes temas: gênero, estudos de gênero, violência urbana e antropologia urbana. [texto adaptado do sistema de currículo lattes].

¹⁶ Adriana Gracia Piscitelli possui graduação em Ciências Antropológicas/Univ. de Buenos Aires (1979), especialização em *Gender and Development/Univ. of Sussex* (1988), mestrado em Antropologia Social/Unicamp (1990), doutorado em Ciências Sociais/Univ. Estadual de Campinas (1999); Integrou o grupo fundador do Núcleo de Estudos de Gênero-PAGU e criador do cadernos PAGU. Atualmente é professora plena no Departamento de Antropologia Social e no Doutorado em Ciências Sociais da Unicamp. Tem atuado nos seguintes temas: gênero, memória, parentesco, sexualidade, turismo sexual, prostituição, migrações, tráfico internacional de pessoas, teoria feminista e teoria antropológica. [texto adaptado do sistema de currículo lattes].

¹⁷ Para mais informações, acesse o site do Conselho Estadual da Condição Feminina: <https://www.mulher.sp.gov.br/conselho-estadual-da-condicao-feminina/>.

¹⁸ Para mais informações, acesse o site da Marcha Mundial das Mulheres: <https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/>.

¹⁹ Para mais informações, acesse o site do Instituto Consulado da Mulher: <https://www.consuladodamulher.org.br/>.

Eu defendi o doutorado em 2006, trabalhei ali uns três ou quatro anos em outras coisas. Em 2008/2010, Lula lançou o Programa REUNI²⁰... Foi um momento muito, muito bom de campo de trabalho para antropólogos, porque havia muitas vagas de concursos em universidades fora, claro, dos grandes centros. Tinha algumas em São Paulo, tinha na UNIFESP, tinha na USP: estava rolando na USP Leste, tinha na USP no campus Cidade Universitária, mas tinha várias universidades no interior do Brasil, com muitas vagas, muitos concursos – e eu não queria ficar em São Paulo. Eu queria sair de São Paulo. Eu não aguentava mais ficar em São Paulo. Estava num processo de esgotamento de trabalho, meio de saco cheio da USP, de toda essa dinâmica que vocês aí também devem ter, apesar de ser uma universidade super importante, referência internacional, mas, fiquei de saco cheio de estar na bolha e de ficar na bolha. E fui procurar, então, concursos em outros lugares. E passei! Fui para o concurso onde eu passei, que foi o concurso na Universidade Federal da Paraíba, que era um campus no interior, no litoral norte, um curso de graduação em Antropologia. Fui a primeira professora de Antropologia contratada lá, em 2007. Tinha bastante recurso para fazer laboratório. Foi um momento muito importante de política pública no Governo Federal para a educação superior, foi fundamental. O incentivo a novos cursos, a mais vagas, investimento para laboratório, a gente montou biblioteca... Foi um momento muito bom, muito importante, e de muitos aprendizados.

E ali, nessa região da Paraíba, o litoral norte é uma região muito pobre, que tem uma grande área indígena, terra indígena Potiguará. A maior população indígena do nordeste está na Paraíba: os Potiguaras, que estão lá desde sempre. São de tronco linguístico Tupi, não falam mais a língua – eles perderam a língua –, mas estão ali há muitos séculos, desde antes do Brasil. E a universidade fica dentro da terra indígena Potiguará, onde tinha muitos alunos indígenas, além de ser uma área que era uma antiga vila operária. Também é uma região de cidades médias, digamos assim, que fica na região metropolitana de João Pessoa, a capital da Paraíba. Lá havia uma produção grande e forte sobre os povos indígenas, que era uma área que eu não dominava e nem domino – etnologia indígena nunca foi uma área que eu me aprofundei –, então pensei: “puxa, vou fazer um projeto de antropologia urbana aqui. Será que dá para pensar em categorias da antropologia urbana, que foi construída em cidades como Rio e São Paulo, para cidades médias?” Cidades médias pensado na escala Paraíba, cidades médias, como: Rio Tinto, que tem trinta mil habitantes; Mamanguape, que tem sessenta mil habitantes. São cidades que têm uma centralidade econômica, por serem área de usina de cana de açúcar. Então, comecei um projeto com alunos de graduação para pensar na antropologia urbana nessas cidades, e a gente montou um grupo lá: o GUETU - Grupo de Pesquisas em Etnografias Urbanas²¹, que ainda existe até hoje. É coordenado pelo Marco Aurélio Paz Tella²² hoje - não sei se ainda.

²⁰ Para saber mais informações, acesse o site do Programa REUNI: <https://reuni.mec.gov.br/>.

²¹ Para saber mais informações, acesse o canal de YouTube do Grupo de Pesquisas em Etnografia Urbana: <https://www.youtube.com/@guetuufpb4234>.

²² Marco Aurélio Paz Tella é professor associado do curso bacharelado de Antropologia, Campus IV e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). É líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Etnografias Urbanas (Guetu) UFPB/Campus IV, membro do Núcleo e Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI/UFPB) e membro fundador da Rede de Estudos sobre Experiências e Ações Juvenis (REAJ). É Sócio Efetivo da Associação Brasileira de Antropologia (ABA). Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Antropologia Urbana, atuando principalmente nos seguintes temas: cidade, práticas culturais juvenis, relações étnico-raciais. [texto adaptado do sistema de currículo lattes]

O que foi interessante é que eu comecei a estudar sexualidade e corpo também e havia um lugar de prostituição onde está a universidade, porque é uma beira de estrada. É um lugar muito central em termos de circulação de dinheiro, circulação de caminhoneiros e circulação de trabalhadores. Quem eram as pessoas que não estavam sendo vistas, que não estavam sendo faladas? Os professores usavam sempre o discurso de que era um lugar muito deteriorado, que era um lugar feio. Por que era um lugar feio? Porque as travestis estavam sempre ali. As putas, putas pretas, travestis. Então, pensei: “se elas só são faladas pelo estereótipo, é com elas que eu quero conversar. Vamos começar por elas”. A pesquisa em si, começou efetivamente em 2008: eu mandei um projeto para o CNPQ, que tinha um edital que chamava “Jovens Pesquisadores”, para incentivar professores novos que estavam em campos avançados, e em campus do interior. E eu ganhei o edital. Tinha bolsa também, tinha recurso, então, começamos. Comecei a fazer pesquisa com travestis pensando a relação entre travestilidades e cidades nesta região – então já havia o diálogo entre a questão trans e a questão da cidade. E a cidade também não era uma cidade muito estudada pela Antropologia Urbana: era uma cidade pequena.

Então, pensando na minha trajetória, eu sempre fui meio *outsider*. Meu lugar é o lugar da fronteira. Não sei se vocês já leram aquele artigo da Patrícia Hill Collins²³, “Aprendendo com a *outsider within*”²⁴. Eu sou uma *outsider within*. Pensando em termos acadêmicos, como uma pessoa que é parda, mas que vem de uma classe média... então, estou num lugar, mas não estou. Tenho uma trajetória de uma família preta por parte de pai e uma família cabocla por parte de mãe, indígena... rural. E estou na segunda geração: meus pais são da primeira geração da família que conseguiu estudar em uma universidade, e eu sou da segunda geração. Meus pais me propiciaram uma educação que eles não tiveram. Acho que aos poucos vou entendendo o meu lugar. Desde o começo, eu não conseguia estar academicamente, por exemplo, só no rural, só no urbano, ou só no gênero, ou só na cidade, ou só com a questão da sexualidade. Eu sempre fui buscar entender os sentidos do espaço “entre”: o que está entre as coisas, e não o que está de um lado ou do outro lado do rio, aquilo que está na terceira margem do rio – é isso que me interessa [risadas], desde o começo. Eu comecei a trabalhar com a questão trans em cidades em 2008 e estou nela até hoje, então foi um longo trajeto. A gente começou fazendo essa pesquisa que vocês citaram: “Corpografias Divergentes”²⁵. Primeiro, foi uma pesquisa que durou seis anos na Paraíba, no litoral norte. Teve uma pesquisa “mesmo”, acadêmica, com relatórios e artigos, mas, paralelamente, a gente trabalhou em 3 frentes, na Paraíba: 1. com o circuito dos mercados do sexo – prostituição –, tanto travesti como cisgênero (cis) também – teve um projeto específico sobre mulheres cis. 2. A outra pesquisa também foi uma atuação super ativista com o movimento LGBT, em João Pessoa. E agora, 3. no ano passado, a gente publicou a biografia da Fernanda Benvenutty, que foi uma ativista travesti super importante que morreu no começo de 2020. A gente publicou, finalmente, depois de anos de trabalho com ela, a biografia dela. Então, tem essa parte ativista de movimento LGBT e a outra que era a produção do corpo, a produção da beleza, que também era uma coisa que me interessava, porque para as travestis que estão no mercado do

²³ Patrícia Hill Collins é professora emérita do departamento de sociologia da *Universidade de Maryland*. Foi a primeira mulher negra a presidir a Associação Americana de Sociologia. É considerada, ao lado de Angela Davis e bell hooks, uma das mais influentes pesquisadoras do feminismo negro nos Estados Unidos. [texto adaptado de página do site da editora Boitempo sobre sobre Patrícia Hill Collins: <https://www.boitempoeditorial.com.br/autor/patricia-hill-collins-1608>]

²⁴ Artigo disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/MZ8tzzsGrvmFTKFqr6GLVMn/?format=pdf&lang=pt>.

²⁵ Artigo: “*Corpografias divergentes: las ciudades deseadas y las prohibidas en las experiencias travestis* (Brasil), publicado em 2019, disponível em: <https://revistas.icanh.gov.co/index.php/rca/article/view/800>.

sexo a produção da beleza é fundamental. É um mercado. É um mercado que mobiliza o corpo de uma certa forma, para um certo tipo de feminilidade. Assim, são essas três frentes: corpo, sexo e ativismo. Então, isso foi na Paraíba.

Humanidades em Diálogo: Você mencionou o movimento feminista e como os estudos de gênero eram na época em que você começou a conduzir suas pesquisas. Gostaríamos de saber quais mudanças você observou no campo feminista no Brasil ao longo dos anos, destacando as maiores conquistas e desafios que, na sua opinião, surgiram nesse período.

Silvana Nascimento: Então, primeiro é importante ser dito que eu me considero transfeminista. Eu sou transfeminista e vou pensar no lugar das mulheres trans. Por que eu me considero uma transfeminista? Porque eu creio que o feminismo, desde os primeiros movimentos feministas no século XIX, como o de Sojourner Truth²⁶, já problematiza o que é ser uma mulher. A Sojourner já estava problematizando, mostrando para as mulheres brancas que estavam lá no Congresso de encontro de mulheres no século XIX, que as mulheres não são únicas, que elas são múltiplas. Então, se partimos do pressuposto que o gênero é uma construção sócio-histórica, todas as mulheres devem ser incluídas nos feminismos, inclusive as mulheres trans. Não interessa que corpo elas têm, que genitália elas têm. A genitália não define o que é uma mulher, então por isso me penso como uma pessoa transfeminista, apesar de hoje me identificar como uma pessoa não-binária, mas digamos que sou uma mulher não binária, talvez, ou devir-mulher não-binária. Enfim, não sei, ainda estou explorando essa questão...

Lembro-me que quando eu comecei a participar do movimento feminista lá atrás, nos encontros do 08 de março, no início dos anos 2000, já havia a discussão se mulheres trans podiam participar, por exemplo, da marcha do 08 de março. Tinha as reuniões que aconteciam lá no Centro Informação Mulher, o CIM²⁷, que é presidido pela Marta Baião²⁸ até hoje, que é uma grande amiga. Marta Baião, que é fotógrafa, ativista, atriz, que tem um grupo que se chama Mal-Amadas, de teatro. A Marta, já naquela época, começava a se conhecer... E lembro-me que teve uma reunião do 08 de março, começo dos anos 2000, e foi votado na reunião que mulheres trans não poderiam participar. Eu naquela época era jovem, morria de vergonha. Eu sempre fui muito tímida, nunca falei em plenária, nunca falei em sala de aula. Eu só fui começar a falar, fazer perguntas para professor, no doutorado. Morria de vergonha que só de imaginar já suave, já começava a tremer. Então, eu sempre fui péssima de participação pública, depois fui aprendendo a gostar, mas isso não está em mim assim: “Eu sempre gostei de falar em público”, não. Então,

²⁶ Sojourner Truth (1797 – 1883) foi o nome adotado, a partir de 1843, por Isabella Baumfree, uma abolicionista afro-americana e ativista dos direitos da mulher. Norte-americana, Truth nasceu no cativo em Swartekill, Nova York. Seu discurso mais conhecido, *Não sou uma mulher?*, foi pronunciado em 1851, na Convenção dos Direitos da Mulher em Akron, Ohio. [texto adaptado de página do Portal Geledés dedicada à ativista: <https://www.geledes.org.br/sojourner-truth/>]

²⁷ Para saber mais, acesse o site do Centro Informação Mulher: <https://ael.ifch.unicamp.br/node/417>.

²⁸ Maria Marta Baião Seba é pós-Doutora pela USP, FFLCH, Núcleo de Estudos da Diversidades, Intolerâncias e Conflitos - DIVERSITAS, Doutora em Artes Cênicas pela USP (2019), Mestra em Artes Cênicas pela USP (2006), Graduação em Artes Plásticas pela UFES, Universidade Federal do Espírito Santo (1982) e Pós-Graduação Lato Sensu, Formação em Psicodrama (Pedagógico) na PUC-SP(2009), Multiartista, Artivista, direção/encenação/atuação das Mal-Amadas Poética do Desmonte grupo de teatro feminista, coordenação do CIM Centro Informação Mulher (acervo feminista), Repórter Fotográfica, atriz profissional, encenadora, ilustradora, atuação nas áreas de Artes Cênicas e Visuais, concepções e Curadoria, montagens de Instalações visuais, interativas, performativas, numa perspectiva de gênero, feminista, antipatriarcal, criação e falação de Antipoemas, etc. [texto adaptado do sistema de currículo lattes]

eu não falei nada, mas fiquei chocada na época, porque eu já tinha essa visão que mulheres são múltiplas, e é na multiplicidade que está a força do feminismo; não na essência de uma mulher imaginada, mas na multiplicidade dessas mulheres, de todas as cores, de todos os corpos para conseguirmos combater essa merda que é o patriarcado, que tá aí. Respiramos essa merda todos os dias, está no ar. Acho que isso é uma questão que se prolonga e acho que nos últimos anos tem se acirrado justamente por conta desse movimento das feministas trans-excludentes que, digamos, voltam a um tema, e para mim é como se fossem “des-feministas”. Porque se não tem gênero, se são só pessoas com vagina e com útero, e as mulheres que não têm útero? E as mulheres que não menstruam mais, por exemplo, como eu que eu vou fazer 50 anos, que já estou em outro processo corporal, nem preciso mais dos meus ovários? E não é uma questão para mim ter ovário ou útero. Nunca foi – quer dizer, foi porque eu quis ser mãe, tenho um filho, mas não sei se foi uma questão... Enfim, eu acho que essa questão começou há muito tempo e hoje se radicalizou.

Em relação às conquistas, eu lembro: nós tivemos um processo importante que foi fortalecido pelo governo Lula, pelas secretarias de mulheres. Isso começa ali na primeira gestão do Lula. Tinham as Conferências Nacionais de Políticas para Mulheres²⁹. Eu fui numa das conferências, tinha uma organização maravilhosa, voltada a pensar as políticas a nível municipal, estadual e federal. Duas mil mulheres discutindo políticas: as pretas, a galera do MST, tinha toda uma organização. Mas o que aconteceu: numa das últimas conferências, na segunda gestão do Lula, foi votado em plenária e aprovada a legalização do aborto. Foi uma discussão muito longa, de um ano, com todas as organizações feministas no Brasil. Quando chegou para ser implantada a política, o Lula barrou. Da mesma forma, o programa Brasil Sem Homofobia³⁰, que foi em 2005, se não me engano – aquele projeto incrível de combate à homofobia, incluindo as escolas. É do clássico “kit gay”, que era um material didático fantástico, muito bom para trabalhar com o ensino médio. Chegou lá e foi barrado em decorrência de forças conservadoras. Então, tem muito material em termos de conquistas políticas públicas para mulheres e para LGBTs que foram construídas ao longo do governo Lula e Dilma que não se efetivaram. E aí tivemos no governo Bolsonaro um absurdo crescimento da ultradireita, não só no Brasil, mas no mundo todo. Isso fez com que tudo que tínhamos conquistado fosse, enfim, soterrado. E agora estamos tentando colar os caquinhos. Por exemplo: aborto é um tema que ainda é mal resolvido, do qual não se fala, igual a questão de discutir sexualidade nas escolas. Você tem o movimento Escola Sem Partido, “ideologia de gênero”, como se nós não pudéssemos discutir gênero e sexualidade com as crianças, o que é fundamental. E os movimentos das feministas trans-excludentes contribuem para esse momento conservador. Ele essencializa as categorias “mulher” e “homem”, como se só existissem homem e mulher no mundo, como se não existissem outras pessoas com outras denominações. Mas uma coisa muito importante que foi construída pelo governo Lula, de que não posso deixar de falar: são as cotas nas universidades, as políticas públicas para pessoas negras nas universidades. Eu acho que isso fortaleceu muito o movimento estudantil, apesar de que a USP não é exemplo, não é? Não é um exemplo!

Mas eu acho que as universidades federais, já há mais tempo – há mais tempo que a USP, fortaleceu muito o movimento estudantil com pautas que não estavam aparecendo até então, que é a

²⁹ Para mais informações sobre as Conferências Nacionais de Políticas para Mulheres, acesse: <https://www.gov.br/participamaibrasil/v-conferencia-nacional-de-politicas-para-as-mulheres>.

³⁰ Para saber mais sobre o Programa Brasil Sem Homofobia, acesse: https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf.

questão racial, a questão de gênero, a questão da deficiência, a questão indígena. Na USP, parece que agora finalmente aparecem, mas nas federais aparecem há muito mais tempo... Além disso, acho que também tem se transformado essas políticas de ações educativas e os movimentos sociais, pelos alunos que vieram de movimentos sociais, que estão na universidade ou que alimentam os movimentos sociais nas universidades... Acho que as ações afirmativas foram centrais para os feminismos também. Por exemplo, temos o coletivo Sueli Carneiro³¹, na Faculdade de Ciências Sociais da USP, né? Não sei se é da Ciências Sociais ou se é da FFLCH [Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo], mas o coletivo, formado por alunas pretas, está discutindo relações afetivas, discutindo afeto, discutindo cuidado... Então, você não tem só um coletivo feminista, tem um coletivo de mulheres pretas, da Sueli Carneiro³², que é uma intelectual que produz desde os anos 1980 e só agora é reconhecida como intelectual negra na Academia. Eu nunca li Sueli Carneiro na graduação, a gente não leu Angela Davis³³. Angela Davis não tinha traduzido para português na época, né? Você não tinha bell hooks em português, você não tinha Audre Lorde³⁴ em português. A gente não tinha Patricia Hill Collins. Então, nos anos

³¹ O coletivo Sueli Carneiro surgiu em 2019 a partir da proposta e desejo de oferecer um espaço seguro para compartilhamento de vivências de suas integrantes enquanto mulheres pretas. Para partilhar demandas de diversos espaços, mas, em especial, do universitário, promovendo trocas que as afirmem no meio e as impulsionem a continuar, oferecendo diversão, reflexão e afeto. O coletivo é uma rede de apoio, de respeito, empatia e acolhimento entre mulheres negras. [texto adaptado a partir de auto-descrição do Coletivo Sueli Carneiro em: <https://www.atados.com.br/ong/coletivo-de-mulheres-negras-sueli-carneiro/>].

³² Aparecida Sueli Carneiro Jacoel é doutora em Educação pela USP e fundadora do Geledés – Instituto da Mulher Negra – primeira organização negra e feminista independente de São Paulo. Teórica da questão da mulher negra, criou o único programa brasileiro de orientação na área de saúde física e mental específico para mulheres negras. Em 1988, foi convidada a integrar o Conselho Nacional da Condição Feminina, em Brasília. Após denúncias de um grupo de cantores de rap da cidade de São Paulo, que queriam proteção porque eram vítimas frequentes de agressão policial, ela decidiu criar em 1992 um plano específico para a juventude negra, o Projeto Rappers, onde os jovens são agentes de denúncia e também multiplicadores da consciência de cidadania dos demais. Também é autora da obra *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil* que traz uma abordagem crítica dos comportamentos humanos e apresenta os principais avanços na superação das desigualdades criadas pela prática da discriminação racial – indicadores sociais, mercado de trabalho, consciência negra, cotas, miscigenação racial no Brasil, racismo no universo infantil, obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nas escolas públicas do País, entre outros. [texto adaptado da página sobre Sueli Carneiro no site do Portal Geledés: <https://www.geledes.org.br/sueli-carneiro/>]

³³ bell hooks é o pseudônimo da escritora, educadora, feminista e ativista social estadunidense Gloria Jean Watkins, nascida em 1952, no Kentucky. Autora de vasta obra, bell hooks investiga de uma perspectiva pós-moderna questões relativas à raça, classe e gênero na pedagogia, na história da sexualidade e do feminismo e na cultura em geral. Aluna de uma escola segregada quando criança e admiradora de Paulo Freire durante vida acadêmica, hooks defende a pluralidade dos feminismos e compreende a prática pedagógica como um lugar fundamentalmente político e de resistência nas lutas antirracista e anticapitalista. [texto adaptado da descrição de bell hooks pelo site da Editora Boitempo: <https://www.boitempoeditorial.com.br/autor/bell-hooks-1372/>]

³⁴ Audrey Geraldine Lorde foi escritora, poeta, ativista e referência nas lutas feministas, LGBT, do movimento negro e pelos direitos civis. Nascida em Nova York, em 1934, formou-se em biblioteconomia pela Universidade da Cidade de Nova York, em 1959. Ao longo do curso de graduação, exerceu diversas funções para se sustentar: técnica de raio-x, operária de fábrica, *ghost-writer*, secretária, supervisora de vendas. Depois de formada, passou a trabalhar como bibliotecária, completou o mestrado nesta mesma área na Universidade de Columbia e, em 1966, assumiu o posto de biblioteca-chefe em uma escola em Nova York, onde permaneceria até 1968. Paralelamente, desde o começo dos anos 1960, escrevia ensaios e sua poesia era regularmente publicada em revistas e antologias. Também participava ativamente dos movimentos culturais LGBT, e de ações

1990 não tínhamos essas autoras no Brasil, mas tínhamos Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, que já estavam escrevendo em português e nós não líamos. Então, acho que tem esse cruzamento aí... Há também outra coisa que é uma conquista importante: a Lei Maria da Penha, que acho que foi uma coisa muito importante, apesar de não termos conseguido legalizar o aborto, apenas o aborto legal, que foi a duras penas, né? Então, você não consegue legalmente fazer um aborto no Brasil, mas você tem a Lei Maria da Penha, que foi fundamental, não é?, para, enfim, tentar combater as violências domésticas.

Humanidades em Diálogo: Em seu artigo de 2022, “Hétero é sempre normativo? Gênero, socialidade e deslocamento em contextos interioranos”, você menciona a sobreposição de elementos associados a diferentes gêneros como uma potencial ruptura na construção da cisnormatividade. Você poderia nos falar quais as possibilidades e limites dessa ruptura atualmente?

Silvana Nascimento: Então, pensando na Butler³⁵, acho que o grande desafio de pensar gênero a partir da norma, é devido ao que Butler fala: que gênero é uma norma e que a norma é uma performatividade, de modo que a performatividade de gênero é uma norma que vai se repetindo ao longo do tempo. Você vai repetindo... Por exemplo, nós vamos repetindo as feminilidades, nós vamos repetindo as formas de ser mulher: o cabelo, as sobrancelhas, os gestos, os modos de falar, os modos de ser, os modos de se relacionar com o mundo, as roupas... Todas vocês sabem o que eu tô falando aqui [risadas], mas ninguém sabe de onde veio. Com quem? Da onde? Não tem nenhuma origem, né? O que a Butler fala é: repetição de um original que não tem origem. Que original de mulher seria esse? Não tem um original, mas todo mundo sabe o que que é, só que não tem um original. E na medida que você vai repetindo essa norma de gênero, pela própria repetição, brota uma “des-norma”, algo que sai, algo que escapa.

Então, o que ela fala que é fantástico é: mesmo dentro dessa cis-norma – e no artigo eu falo disso, eu vou um pouco mostrando como é que nasce a cis-norma lá em Goiás, onde eu fiz o campo – você vai repetindo aquela norma, mas na medida que você vai repetindo, você reproduz, de um lado, a desigualdade, a dominação, mas de outro, pela própria repetição tem alguma coisa que sai da repetição, porque não somos máquinas. A vida não é máquina. A vida, como o Deleuze fala, tem alguma coisa que escapa a ela. Você não consegue explicar, mas é pela própria repetição da norma. Nós não somos uma fábrica que reproduz tudo direitinho. O que é o original? Butler começa mostrando que é a *Drag Queen*, mas não precisa ser a *Drag Queen*, pode ser outra coisa... uma mulher paquistanesa, uma mulher trans, por exemplo, na Tanzânia. Vão brotando formas de feminilidade que são o que destoam daquela que você achava que era original. Mas, se não tem original, como é que você vai comparar? Então, acho que, ao mesmo tempo, a norma produz aquilo que escapa da norma. E é isso que a Butler fala. Eu acho que isso é interessante para pensar os feminismos, porque se as mulheres estão juntas combatendo o patriarcado e a dominação masculina, se elas estão juntas, se relacionando, vai surgir a diferença, vai surgir outra coisa... O

pelos direitos civis e das mulheres. [texto sobre Audre Lorde retirado do site da editora Bazar do Tempo: <https://bazardotempo.com.br/autores/audre-lorde/>]

³⁵ Judith Butler é filósofa e professora da Universidade da Califórnia. Possui uma extensa obra que, sempre em diálogo com a teoria crítica e a psicanálise, busca investigar questões como identidade e performatividade de gênero, ética e política das relações sociais, poder do Estado, vida e morte. [texto adaptado de página de site da editora Boitempo sobre Judith Butler: <https://www.boitempoeditorial.com.br/autor/patricia-hill-collins-1608>]

Lévi Strauss³⁶ fala, no “Raça e História”³⁷, que é aquele texto clássico, que ele escreveu para a Organização das Nações Unidas (ONU), que essa é a grande questão que ele entende da humanidade: quanto mais as pessoas se relacionam entre si, mais se produz a diferença. Ela é constitutiva da gente, da humanidade, da vida humana. Então, e aí é contraditório, você produz mais diferença, mas também produz mais desigualdade, né? E aí? O que que a gente faz? Eu acho que precisamos, primeiro, abarcar a diferença como projeto do feminismo e depois pensar como combater as desigualdades.

Humanidades em Diálogo: Há um artigo de sua autoria intitulado: “Fugas e Contrapontos na Fronteira: Reflexões Etnográficas sobre Transitividades Corporais e de Gênero no Alto Solimões”³⁸, publicado em 2019, no qual você explora a região fronteiriça. Nesse texto, você argumenta que essa área se revela propícia para acolher corporeidades dissidentes e promover a produção de transitividades e transgeneridades únicas que contribuem para a diversidade do multiverso trans. Poderia nos contar um pouco sobre a relação que você percebe entre as grandes metrópoles, como São Paulo, e as corporeidades não-normativas?

Silvana Nascimento: Essa é uma ótima pergunta, que também tem a ver com a minha tese de doutorado. Se você vai pegar os estudos, em grande parte hegemônicos, que trabalham com homossexualidades, sexualidades dissidentes e também com a questão trans, grande parte dos estudos estão voltados para grandes capitais. Há, digamos, um pressuposto teórico adotado por grande parte dos pesquisadores que é: nas grandes cidades você pode expressar sua sexualidade dissidente. Então, ser um gay em São Paulo é mais fácil do que ser um gay em Tabatinga, por exemplo, lá na tríplice fronteira amazônica. Ser uma mulher lésbica em Barcelona é melhor que ser uma mulher lésbica em Araraquara – da mesma forma que para uma pessoa trans.

³⁶ Claude Lévi-Strauss (1908-2009), esteve no Brasil e lecionou Sociologia na então recém-fundada USP, foi um dos nomes mais importantes da etnologia contemporânea. Suas contribuições científicas e metodológicas renovaram os estudos no âmbito dessa disciplina, que teve seu perfil profundamente alterado depois das suas obras. Ficou conhecido pela aplicação de procedimentos estruturais, originários da Linguística de Saussure, proporcionando assim uma compreensão nova dos mitos e outros elementos dos povos ditos primitivos. O *Pensamento Selvagem*, *Antropologia Estrutural* e *Tristes Trópicos* estão entre suas obras mais divulgadas. [texto adaptado da página sobre Lévi-Strauss do site do departamento de filosofia da FFLCH, disponível em: <https://filosofia.fflch.usp.br/node/5708>]

³⁷ Texto publicado em 1952 e disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5593556/mod_resource/content/1/Semana%2005%20-%20L%C3%89VI-STRAUSS%2C%20Claude.%20Ra%C3%A7a%20e%20hist%C3%B3ria.pdf

³⁸ Para ler o artigo, acesse: <https://www.rau2.ufscar.br/index.php/rau/article/view/299>.

Mas, quando vamos pensar em nordeste – como quando eu fui professora no nordeste –, depois dialogando com Fabiano Gontijo³⁹ – que é um professor da Universidade Federal do Pará e é uma pessoa importante para pensar em gêneros dissidentes em contextos não metropolitanos –, nós vamos pensando com as pesquisas novas que têm surgido: será que é assim mesmo em todo lugar? Será que as grandes metrópoles são realmente os lugares mais acolhedores para sexualidades e gêneros dissidentes? O mais interessante é que vemos que não é necessariamente assim, como vemos nas pesquisas que eu fiz, também nas pesquisas de Fabiano Gontijo, Estevao Fernandes⁴⁰, Martinho Tota⁴¹, Thiago Oliveira⁴², Verônica Guerra⁴³ – Thiago e Verônica foram meus orientandos também. São Paulo, por exemplo, é uma cidade que tem maior índice de transfeminicídio que João Pessoa ou Rio Tinto. Por esse motivo, acho que não dá

³⁹ Fabiano Gontijo atualmente é Professor Titular, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) e à Faculdade de Ciências Sociais (FACS) do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Em 1990, começou seus estudos de Ciências Sociais no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), terminando sua graduação em 1995, na *Université d'Aix-Marseille I (Université de Provence)*. Defendeu, em 1996, dissertação de mestrado tratando das expressões e experiências da diversidade sexual e de gênero formuladas através das situações ritualizadas do carnaval carioca. Publicou sua tese de doutorado, *Carnaval, Gênero e AIDS*, em 2000. Desenvolve pesquisas primordialmente nas áreas temáticas das expressões da diversidade sexual e de gênero, nacionalismos, tecnologias e dispositivos de poder, patrimônio cultural e institucionalização dos campos antropológicos e arqueológicos. [texto adaptado do sistema de currículo lattes]

⁴⁰ Estevao Rafael Fernandes é graduado em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (2002), mestrado em Antropologia pela Universidade de Brasília (2005) e Doutorado em Ciências Sociais (Estudos Comparados sobre as Américas) pela Universidade de Brasília (2015). É Pesquisador Colaborador da Fiocruz Rondônia. Possui interesses e experiência em etnologia indígena na Amazônia (em especial povos Jê), contato interétnico, colonialidade, sexualidades não-hegemônicas em povos indígenas e antropologias indisciplinadas e dissidentes na América Latina e transplante envolvendo pessoas indígenas. [texto adaptado do sistema de currículo lattes]

⁴¹ Martinho Tota Filho Rocha de Araújo é graduado em Ciências Sociais, com concentração em Antropologia, pela Universidade Federal de Campina Grande, Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba, Doutor em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro (2012). É professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará (UFC), do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena (PITAKAJÁ), do Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia (UFC/Unilab) e coordenador do Laboratório de Antropologia da Morte (LAMort-UFC). Áreas de atuação: Estudos sobre diversidade sexual e de gênero; Interseccionalidades/Marcadores sociais da diferença; Antropologia da morte; Antropologia do extraordinário. [texto adaptado do sistema de currículo lattes]

⁴² Thiago de Lima Oliveira é doutor em Antropologia Social pela USP. É mestre em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia e bacharel em Tradução (*Translation Studies*), ambos pela Universidade Federal da Paraíba. Desenvolve pesquisas buscando entender como as pessoas percebem e respondem às mudanças infraestruturais e relacionais decorrentes do processo de urbanização no Nordeste brasileiro e na Amazônia, com foco especial em minorias sexuais e pessoas vivendo com HIV. Seu trabalho explora as interseções de gênero, sexualidade e espaço nas áreas de estudos urbanos, saúde e burocracia. Ele tem um interesse especial na história da etnografia *queer*, gênero e transformação social, antropologia política, projetos de desenvolvimento e os fundamentos do Estado, entendendo como essas dimensões se relacionam com a teorização *queer*-feminista e a pesquisa empírica. [texto adaptado do sistema de currículo lattes]

⁴³ Verônica Alcântara Guerra é doutora em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco (2019). Mestre (2015) e Bacharel (2013) em Antropologia pela Universidade Federal da Paraíba. Possui pesquisas etnográficas desenvolvidas na área de gênero, sexualidade, corpo e antropologia urbana. Pesquisadora do Núcleo de Família, Gênero e Sexualidade da UFPE/FAGES e Grupo de Estudos e Pesquisas em Etnografias Urbanas UFPB/GUETU. Acupunturista no Método TACAI e Facilitadora de Constelação Sistêmica e Organizacional. [texto retirado do sistema de currículo lattes]

para pensar que é o melhor, porque é como se tivesse uma utopia da grande cidade. Claro que, se for pensar: São Paulo, São Francisco – nos Estados Unidos –, Barcelona – onde eu estou, no momento desta entrevista – realmente são lugares que reúnem pessoas dissidentes: gêneros divergentes, pessoas migrantes de todas as cores, religiões... São metrópoles, são cosmopolitas, claro. Mas não significa que você não possa existir – que não possa ser alguém – com uma expressão de gênero dissidente ou uma sexualidade dissidente em outros espaços, né?

Então, é como se tivesse a cutucada que Fabiano Gontijo dá e que eu também acompanho, que alerta ao fato de que durante muito tempo houve uma hegemonia de pesquisas sobre sexualidades no sul e sudeste, nos grandes núcleos em São Paulo e Rio de Janeiro, enquanto que o Norte e Nordeste ficaram totalmente invisibilizados dessa produção, não apenas na área de sexualidade e gênero, mas em todas áreas das Ciências Sociais. Então, começamos a fazer mesas redondas na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS⁴⁴ –, na Reunião Brasileira de Antropologia⁴⁵ para pensar e juntar pesquisadores que trabalham com isso. Então, podemos pensar de outro lugar que não seja esse lugar colonial de sempre ter que remeter aos autores que estão na USP, na Unicamp ou no Rio de Janeiro – não que nós deixemos de falar sobre eles, mas não são só eles que existem: há outras possibilidades.

Lá na fronteira, o que achei super legal é que, diferentemente de outros lugares onde eu fiz pesquisa, as meninas trans não precisam dizer que elas são trans. A transitividade não está na identidade, ela está na experiência – e não precisa dizer que se é trans. A Vic, por exemplo, que é uma interlocutora e é cabeleireira, ela fala assim “ai, por que que eu preciso?”. No último campo que eu fiz, em outubro do ano passado, ela falou “para que? Eu não quero me definir”. Não é uma questão para ela se definir. Ela está ali, ela vive bem ali, ela tem o dinheiro dela, tem uma comunidade pequena de outras mulheres trans, colombianas e brasileiras, que estão ali. São outras preocupações. Não significa que seja tudo fácil para ela, há alguns lugares em que ela é discriminada por ela ser uma pessoa trans. Quer dizer, do nosso ponto de vista, ela é uma pessoa trans, mas, para ela, ela é uma mulher, mas que também se veste um pouco como menino, como homem, enfim. Não significa que não há transfobia – tem transfobia porque ela é uma pessoa que “sai da caixinha”, digamos assim, do modelinho que foi programado para ser mulher lá na fronteira. Mas é o lugar dela, onde ela está: ela não sofre mais por estar no interior.

Antigamente, nos primeiros estudos, é como se tivesse uma hierarquia e que as grandes metrópoles fossem necessariamente os melhores lugares para se viver sendo uma pessoa LGBT – talvez em algumas cidades sim, por exemplo, não dá pra negar que Barcelona é uma cidade que você tem mais tranquilidade: uma mulher trans não vai ser assassinada tão facilmente como é assassinada no Brasil. Contudo, ela não

⁴⁴ Fundada em 1977, a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), entidade de direito privado sem fins lucrativos, reúne mais de uma centena de centros de pós-graduação e de pesquisa em antropologia, ciência política, relações internacionais, sociologia, de todo o Brasil. É composta por sócios institucionais e não por pesquisadores individuais. (descrição retirada da aba “quem somos” do site da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais: <https://anpocs.org.br/quem-somos/>)

⁴⁵ As Reuniões Brasileiras de Antropologia são organizadas pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) desde 1953. A ABA é a mais antiga das associações científicas existentes no país na área das ciências sociais, ocupando um papel de destaque na condução de questões relacionadas às políticas públicas referentes à educação, à ação social e à defesa dos direitos humanos. No decorrer de sua história, ela tem se posicionado contra a injustiça social, sem ter uma linha político-partidária. Seu código de ética exige respeito às populações estudadas e obriga o pesquisador a deixar claros seus objetivos para os grupos e populações que sejam objeto de suas análises. [descrição retirada da aba “quem somos” do site da Associação Brasileira de Antropologia: <https://portal.abant.org.br/quem-somos/>]

tem emprego em Barcelona: ela só tem emprego na prostituição. Então, se você for ver, no fundo, elas estão na prostituição da mesma forma que as brasileiras, só que elas não são mortas. Então, é a crítica decolonial que o Fabiano começa a fazer, depois eu também começo a fazer, porque é como se não tivesse pesquisa sobre Norte e Nordeste nos grupos de trabalho e nos eventos. Começamos a pensar de outra forma... Nisso, também aparece o José Miguel Olivar⁴⁶, que é colombiano e que é o professor que coordenou o dossiê desse artigo que eu fiz. Um dossiê que é coordenado pelo José Miguel Olivar, que é colombiano, que trabalhou em outro contexto. Enfim, vamos tentando borrar as fronteiras disciplinares.

Humanidades em Diálogo: É extremamente relevante essa contribuição em relação aos debates no Norte e Nordeste, que frequentemente passam despercebidos aqui em São Paulo. Falando mais sobre a presença de pessoas trans em grandes cidades, como São Paulo, e mencionando o elevado número de assassinatos contra essas pessoas que vivem à margem, chegamos à próxima pergunta. No contexto atual da cidade de São Paulo, sob a gestão do governador Tarcísio de Freitas (REPUBLICANOS), vemos um foco crescente do olhar público na região do centro, especialmente na área da Cracolândia, o que tem gerado debates públicos intensos. Nesse contexto, fazendo uma conexão com seu artigo “*Corpografias Divergentes: las ciudades deseadas y las prohibidas en las experiencias travestis*” (Brasil), de 2019, no qual você enfatiza que a corpografia revela as práticas corporais cotidianas que questionam as problemáticas e normatividades das grandes cidades, como São Paulo, gostaríamos que você compartilhasse observações sobre a presença de pessoas trans e negras nessas regiões próximas ao centro, que está cada vez mais sendo alvo de políticas higienistas. Como você acredita que as políticas implementadas por Tarcísio podem afetar a existência dessas pessoas?

Silvana Nascimento: Está sendo terrível no centro de São Paulo. Eu tenho duas orientandas, a Tita⁴⁷, que trabalha com travestis especialmente, e a Amanda que está na região da Cracolândia. Na região da Cracolândia, lá nos bairros da Luz, a Amanda Amparo, que é doutoranda, tem acompanhado muito de perto essa violência absurda contra pessoas negras e travestis no centro... É realmente um genocídio. Amanda não trabalhava com a questão trans, mas ela abraçou a questão trans e travestis pretas, porque elas realmente estavam em situação de muita vulnerabilidade. Tem muitas trans negras no centro. Aumentou

⁴⁶ José Miguel Nieto Olivar é professor nas áreas de antropologia, corpo, gênero e sexualidade, e estudos sociais da ciência na Faculdade de Saúde Pública da USP (vinculado ao Departamento de Saúde e Sociedade). É comunicador social, mestre em literatura latino-americana (*Pontificia Universidad Javeriana*, Bogotá) e doutor em antropologia social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, vinculado ao Núcleo de Pesquisa em Antropologia do Corpo e da Saúde (NUPACS). Os temas principais de sua experiência têm a ver com: gênero, sexualidade, prostituição/economias sexuais e suas políticas, Estado, direitos, Amazônia urbana, fronteiras, cuidado, violência e atravessamentos de mundos e seus fins. Faz parte do Núcleo de Estudos Interseccionais (NUDEIN/UFF), do Observatório de Violência de Gênero no Amazonas (OVGAM/UFAM), do Núcleo de Estudos Nestor Perlongher (NENP/UFMS) e, coordena o Coletivx de Pesquisa em Antropologia, Arte e Saúde Pública (CPaS-1), na FSP/USP. Colabora com a Rede Brasileira de Prostitutas e com o Coletivo Puta Davida, e tenta sempre fazer/mexer com artes. [texto adaptado do sistema de currículo lattes]

⁴⁷ Se referindo a Letizia Patriarca, doutora Dupla Titulação *Università di Bologna - Dipartimento di Scienze Giuridiche* - e USP - em Antropologia Social. Mestre pelo mesmo PPGAS/USP (2015); integrante do NUMAS (Núcleo de Estudos sobre Marcadores Sociais da Diferença), do CÓCCIX (Estudos do Corpocidade). Graduação na UNICAMP, Licenciatura em Ciências Sociais e Bacharel em Antropologia (2011). Áreas de estudo: Gênero e Sexualidade, Prostituição, Marcadores Sociais da Diferença, Antropologia Urbana, Processos de Criminalização, Tradução Etnográfica, Estudos trans. [texto adaptado do sistema de currículo lattes].

muito o número de mulheres trans em situação de rua, e negras, no centro. Então, digamos que elas estão numa situação bem complicada. Todo dia tem prisão, tem violência física, violência física policial. Todo dia. E está tendo muito pouca visibilidade na mídia hegemônica. Amanda disse que a situação está muito pior do que a gente imagina. A situação está muito grave. Tem um coletivo muito importante na Cracolândia que se chama “Tem Sentimento”⁴⁸, que é um coletivo de mulheres trans e foi organizado por uma assistente social que mora lá há muitos anos. Ela tem feito um trabalho interessante de acolhimento dessas meninas que estão na rua: de alimentação, de poder dar um lugar para dormir, de poder dar um banho. O “Tem Sentimento” fica ali na região do Teatro de Contêiner. Tem algumas atividades, alguns projetos com financiamento, e tem umas meninas que estão agora sendo atendidas pelo coletivo.

Já a Tita, alguns anos atrás, quando fez pesquisa por lá, no começo da gestão Tarcísio, também disse que a situação está muito precária no centro. Eu, particularmente, não tenho ido, tenho mais alunas orientandas... A minha atuação no campo é mais na região do Butantã, com as meninas trans, que é uma região, digamos, mais segura para elas. Digo segura porque, como é uma região muito tradicional de prostituição em São Paulo, elas já têm alguns acordos com a polícia. Têm travestis e mulheres cis mais velhas que fazem acordos com a polícia local, então digamos que ali não tem uma violência tão explícita contra elas. Tem violência, mas não é tão explícita como no centro. No centro tem sido um lugar do genocídio público da população negra, inclusive das trans. Então, acho que a Amanda está metida nisso todos os dias, todos os dias indo pra lá e acompanhando. O Suplicy⁴⁹ está fazendo um trabalho bem bacana, me parece. É um cara que tá conseguindo fazer algumas ações lá. Uma figura pública que consegue fazer mediações.

Então, quando falamos de corpografia, estamos nos referindo a um conceito introduzido pela arquiteta Paola Berenstein⁵⁰. É interessante porque o que ele afirma não é exatamente uma novidade, porque já é o que elas falam: você está fazendo política simplesmente por existir, só o ato de existir já é uma forma de fazer política. Por exemplo, um corpo negro trans, um corpo transgênero negro, em qualquer cidade ou lugar, é político, pois sua mera existência é um ato político. Isso se aplica aos corpos negros em

⁴⁸ Para saber mais sobre o Coletivo Tem Sentimento, acesse: <https://www.coletivotemsentimento.com.br/>

⁴⁹ Eduardo Matarazzo Suplicy é economista, professor universitário, administrador de empresas e político brasileiro filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT). Foi senador por 24 anos, o primeiro eleito pelo PT, em 1990, e reeleito em 1998 e 2006. É graduado em Administração de Empresas pela Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EAESP/FGV) e em Economia pela Universidade Estadual de Michigan (EUA). Recentemente, em 2022, foi eleito Deputado Estadual por São Paulo com a maior votação, 807.015 votos. Em 2014, convidado pelo então prefeito de São Paulo, Fernando Haddad (PT), ocupou a Secretaria de Direitos Humanos. Dedicou sua vida ao estudo de programas de distribuição de renda contra a grave desigualdade social no Brasil. [texto adaptado do site da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo: <https://www.al.sp.gov.br/deputado/?matricula=300693>]

⁵⁰ Paola Berenstein Jacques é professora titular da Faculdade de Arquitetura e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia. Coordenadora do grupo de pesquisa Laboratório Urbano (PPG-AU/FAUFBA), pesquisadora associada ao *Laboratoire Architecture/Anthropologie* (LAA/LAVUE/CNRS - ENSA Paris-La-Villette). Coordena a rede nacional de pesquisa Cronologia do Pensamento Urbanístico (apoio CNPq). Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela UFRJ, especialização em Teoria e Projeto de Arquitetura e Urbanismo (CEAA) pela ENSA de Paris-Villemin com a *AA School* (Londres), mestrado em Filosofia da Arte (DEA) e doutorado em História da Arte e da Arquitetura pela *Université de Paris I* (Panthéon-Sorbonne). É autora dos livros: *Les favelas de Rio* (2001); *Estética da Ginga* (2001); *Esthétique des favelas* (2003); co-autora de *Maré, vida na favela* (2002) e *Enigma das cidades* (2023); organizadora de *Apologia da deriva* (2003); *Corpos e cenários urbanos* (2006); *Corpocidade: debates, ações e articulações* (2010); *Corpocidade: gestos urbanos* (2017). [texto adaptado do sistema de currículo lattes]

geral, quando pensamos nessa perspectiva. E é interessante que as meninas trans querem estar visíveis justamente em espaços muito áridos para elas. Então, por exemplo, o centro, certo? Mas por que elas estão no centro? Porque o centro é um lugar que tem muitas ofertas: tanto em termos de mercado de sexo, como também em termos de políticas de saúde. Você tem ali a UBS que está atendendo pessoas trans no núcleo da Barra Funda, você tem o CRT⁵¹, você tem o Centro da Diversidade, você tem um monte, digamos, de serviços, mesmo que não funcionem tão bem, por causa dos últimos governos, mas você tem serviços para a população trans.

Mas e o Butantã, por que elas estão no Butantã? É um lugar em que está a Odebrecht, está a Johnson & Johnson, em que tem só “almofadinhas” circulando. Mas o que tem ali? Tem dinheiro! Tem programas em que elas ganham mais. Então elas vão para lá, porque é um lugar que oferece programas mais altos – de valores mais altos. É como se elas fossem, essas meninas que estão na prostituição, resultado do que o Preciado⁵² chama de indústria farmacopornográfica. Então elas são divergentes, mas elas também estão alimentando o sistema. Elas precisam alimentar o sistema, porque elas também precisam comer, elas precisam estar vivas. Enfim, é contraditório. Então a corpografia – agora pensando com vocês, pensando depois desse artigo –, é um lugar de contestação, mas, ao mesmo tempo, no caso das trans, é uma corpografia que quer ser acolhida pelo sistema, pelo “Cistema” com “C” também. Elas querem ser reconhecidas, querem ser acolhidas, elas querem ganhar dinheiro, elas querem ter um lugar. Então, não é apenas provocar, mas também serem incluídas no sistema. Elas querem ser desejadas, elas querem se tornar Barbies – estou falando em geral, pensando nas meninas que estão na prostituição. Tem um paradoxo, uma corpografia. Não é tudo bonito, infelizmente.

Humanidades em Diálogo: Em relação ao mesmo artigo, “*Corpografías divergentes: las ciudades deseadas y las prohibidas en las experiencias travestis (Brasil)*”, você menciona a tensa relação que pessoas travestis e transgênero têm com a Academia, já que muitas vezes são reduzidas a meros objetos de estudo e curiosidade. Você percebe alguma mudança nesse cenário nas pesquisas realizadas pela USP nos últimos anos? Como você avalia essa situação? Como você avalia essa realidade?

Silvana Nascimento: O que tem sido muito bom nos últimos anos é a entrada de pessoas trans nos espaços universitários. Então, hoje já têm estudantes trans e também docentes, intelectuais trans – que é um pouco da minha pesquisa mais recente. Segundo um levantamento que estou fazendo, a partir de 2010, se multiplica absurdamente a produção de pessoas trans, falando sobre pessoas trans, no mundo acadêmico brasileiro. Isso ocorre em variados temas. Então, você têm professores trans na USP, como eu que estou me entendendo agora como uma pessoa não-binária, mas também tem a Gabi Weber⁵³, que é

⁵¹ CRT é sigla para o Centro de Referência e Treinamento DST/AIDS-SP. Para mais informações, acesse: <https://www.saude.sp.gov.br/centro-de-referencia-e-treinamento-dstaidsp/>.

⁵² Paul B. Preciado é filósofo, curador e um dos principais pensadores contemporâneos das novas políticas do corpo, gênero e sexualidade. Nascido como Beatriz Preciado em 1970, na Espanha, é bolsista *Fulbright*, mestre em filosofia e teoria de gênero pela New School de Nova York e doutor em filosofia e teoria da arquitetura pela Universidade de Princeton. Atualmente é filósofo associado ao *Centre Georges Pompidou*, em Paris. É autor de *Um apartamento em Urano*, *Pornotopia*, *Testo junkie*, *Eu sou o monstro que vos fala* e *Manifesto contrassexual*. [Texto retirado da página de descrição de Paul B. Preciado no site da Editora Companhia das Letras: <https://www.companhiadasletras.com.br/colaborador/10710/paul-b-preciado>].

⁵³ Gabrielle Weber Martins é bacharel em Ciências Moleculares pela USP (2006) e Doutora em Física pela USP (2011). Fez pós-doutorado no Instituto de Física da USP. Atualmente, é professora na Escola de Engenharia de Lorena da USP. Tem

uma professora travesti na área física. De modo geral, na USP são poucos, mas temos algumas professoras em outros lugares, como a Jaqueline Gomes de Jesus no Rio⁵⁴, a Megg Rayara Gomes de Oliveira⁵⁵ no Paraná, a Letícia Carolina Nascimento⁵⁶ no Piauí, Guilherme Sá⁵⁷, que é um homem trans, no Rio. Há

experiência na área de Física das Partículas Elementares e Campos com ênfase em integrabilidade. [texto adaptado do sistema de currículo lattes]

⁵⁴ Jaqueline Gomes de Jesus é professora de Psicologia do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) e do Departamento de Direitos Humanos, Saúde e Diversidade Cultural da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz. Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ensino de História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e do Programa de Pós-Graduação em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva. Psicóloga, Mestre em Psicologia e Doutora em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações pela Universidade de Brasília (UnB). Pesquisadora-Líder do ODARA - Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Cultura, Identidade e Diversidade. Professora afiliada à Associação Nacional de História (ANPUH) e à Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), é membro da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), da Associação Brasileira de Psicologia Política (ABPP), da Sociedade Brasileira de Bioética (SBB) e da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Agraciada com a Medalha Chiquinha Gonzaga (2017), concedida pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro, por indicação da Vereadora Marielle Franco. Coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas - NEABI do Instituto Federal do Rio de Janeiro - IFRJ Campus Belford Roxo. [texto adaptado do sistema de currículo lattes]

⁵⁵ Megg Rayara Gomes de Oliveira possui graduação em Licenciatura em Desenho e Especialização em História da Arte pela Escola de Música e Belas Artes do Paraná; Especialização em História e Cultura Africana e Afro-brasileira, Educação e Ações Afirmativas no Brasil pela Universidade Tuiuti do Paraná; mestrado em Educação pela Universidade Federal do Paraná, doutorado em Educação pela Universidade Federal do Paraná. Professora adjunta no setor de educação e professora no Programa de Pós-graduação em educação na Universidade Federal do Paraná. Está coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) da Universidade Federal do Paraná desde 2019; de Políticas Afirmativas na Superintendência de Inclusão, Políticas Afirmativas e Diversidade (SIPAD) da Universidade Federal do Paraná; e da Comissão de Políticas Afirmativas do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná desde 2020. Está na chefia do Departamento de Planejamento e Administração Escolar no Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná. Discute os seguintes temas: Relações raciais, Arte Africana, Arte Afro-brasileira, gênero e diversidade sexual. Em junho de 2018 foi indicada pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná para representar o referido programa ao prêmio CAPES de melhor tese de 2017. [texto adaptado do sistema de currículo lattes].

⁵⁶ Letícia Carolina Pereira do Nascimento é mulher travesti, negra, gorda e piauiense. Filha de MãeUde e MãeGlai, neta de maranhenses, é irmã e tia. Ekedy no terreiro-escola *Ilê Asê Oba Oladeji*, Filha de Xangô e Oyá. Leonina com lua em capricórnio. Feiticeira decolonial de devires e bruxa mestiça da Sociopoética. É terapeuta com formação em Reiki e Arteterapia. Mestre e Doutora em Educação (UFPI). Professora do Curso de Pedagogia, Professora do Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS/UFPI) e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGpsi/UFDFar). Autora do livro *Transfeminismo*, na Coleção Feminismos Plurais coordenada por Djamilia Ribeiro. É ativista social atuando como co-fundadora e articuladora do Acolhe Trans e junto a coordenação executiva nacional do Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros (FONATRANS). Vinculada aos seguintes núcleos: Núcleo de Estudo e Pesquisa em Educação Gênero e Cidadania (NEPEGECI/UFPI) e a Rede Interdisciplinar de Mulheres Acadêmicas do Semiárido (RIMAS/UFRPE). Pesquisadora filiada a Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN). Em suas investigações a ativista produz cartografias entre corporalidades transvestigêneres e/ou negras a partir de perspectivas mestiças de encontros entre ideias decoloniais, feministas e da filosofia da diferença. [texto adaptado do sistema de currículo lattes].

⁵⁷ Guilherme José da Silva e Sá é bacharel em Ciências Sociais graduado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestre e doutor em Antropologia Social pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia Social/Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. É Tesoureiro Geral da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) para o biênio 2023-2024. Foi presidente da Associação Brasileira de Estudos Sociais das Ciências e das Tecnologias (ESOCITE.BR), da qual é sócio fundador, no biênio 2018-2019. Publicou *No Mesmo Galho: antropologia de coletivos humanos e animais*. (Prêmio Marcel

ainda mais alguns professores, mas ainda precisamos fazer esse levantamento oficial de quantos professores universitários trans há no Brasil. E essa produção intelectual trans nasce tanto das pessoas que estão na universidade e que se identificam como trans, mas também daquelas que estavam fora das universidades e precisavam se expressar, precisavam escrever.

Isso começa, por exemplo, com o *Facebook*, lá atrás. Comunidade no *Orkut*, depois nos blogs, no *Facebook*. Elas começaram a escrever nos blogs, depois nas redes sociais. Isso fez com que as pessoas, por exemplo, que estavam no Recife e em São Paulo se conhecessem, o que antes não era possível. Logo, as redes sociais, os blogs e as comunidades permitiram também essa produção que não era reconhecida como acadêmica, mas que foi muito importante para pensar esse campo intelectual trans. Então, no começo eram só pessoas cis que faziam pesquisas sobre pessoas trans. Até mais ou menos 2005-2010 não tinha nenhuma pessoa trans falando sobre a sua própria experiência. Você tinha algumas pessoas que faziam biografias. Por exemplo, o livro “Meu corpo, Minha prisão”, de Loris Ádreon⁵⁸, como também tem os livros do João Nery⁵⁹, com o “Viagem Solitária”⁶⁰ e outros. Tem o livro “A Princesa”⁶¹, que é sobre uma moça travesti que estava presa na Itália e um jornalista fez a biografia. Então, temos as primeiras produções sobre pessoas trans que são biográficas, depois temos a grande produção de blogs e depois dos blogs elas passam a fazer livros, sendo que é nesse momento que entram pessoas trans nas universidades.

E aí, na USP, estamos fechando agora a nossa pesquisa sobre a comunidade trans, sendo que 110 pessoas responderam ao nosso questionário. O interessante na USP é que a grande maioria das pessoas trans são brancas, portanto, assim como temos uma minoria de pessoas cis pretas e pardas, também temos uma minoria de pessoas trans pretas e pardas. Assim, são pessoas brancas que são trans, mas ainda são pessoas brancas e de uma certa classe. Tem que pensar interseccionalmente, né? Agora estamos começando a analisar os dados, vamos fazer um relatório e depois publicar isso para devolver para a USP e tornar possível a compreensão sobre essas questões. Mas ainda acho que a discussão sobre pessoas trans na universidade ainda é muito recente no Brasil – e mesmo fora do Brasil ainda é muito recente. Cotas para pessoas trans ainda é uma utopia, porque não é uma realidade na USP e será bem difícil conseguir isso. Enfim, vamos com calma, né? Agora, a gente vai conseguir cotas nos concursos públicos para pessoas negras, professores negros, que parece que vai dar certo, apesar da proposta ser um pouco ruim e não ser a proposta do coletivo de docentes negros... mas alguma coisa vai sair dela. Vamos aos poucos, né? É muita luta, é muita batalha.

Roche de melhor obra científica latino-americana de CTS, 2014). Tem interesse pelos temas: Antropologia Social, Antropologia da Ciência e Tecnologia, Antropologia dos coletivos, Relações entre humanos e animais, Natureza e Cultura, Renaturalização, Intersubjetividade, Antropologia de Experiências Extraordinárias, e, Determinismos. [texto adaptado do sistema de currículo lattes].

⁵⁸ *Meu corpo, minha prisão: Autobiografia de um transexual*, publicado em 1985.

⁵⁹ João W. Nery, escritor e psicólogo, foi o primeiro homem trans a se submeter a uma cirurgia de readequação sexual no Brasil, em 1977, quando havia poucas informações sobre o procedimento. E foi o primeiro a publicar essa história, abrindo caminho para outras pessoas transgêneros. [texto adaptado da reportagem na Revista Trip: <https://revistatrip.uol.com.br/trip/joao-w-ner-y-o-primeiro-trans-homem-a-fazer-uma-cirurgia-de-readequacao-sexual-no-brasil>].

⁶⁰ *Viagem Solitária: a trajetória pioneira de um transexual em busca de reconhecimento e liberdade*, publicado em 2011.

⁶¹ *A Princesa: depoimentos de um travesti brasileiro*, publicado em 1994.

Humanidades em Diálogo: No seu artigo “O corpo da antropóloga e os desafios da experiência próxima”⁶², publicado em 2019, você explica como as diferentes corporeidades dos antropólogos produzem diferentes modos de ver, fazer, pensar e escrever. Nesse sentido, você poderia nos contar como observa que a sua corporeidade marca os seus modos de ver, fazer, pensar e escrever tanto como antropóloga quanto como docente na Universidade de São Paulo?

Silvana Nascimento: Então, essa questão eu acho que eu até tentei responder no artigo, mas acho que depois eu vou tentar reescrever na minha tese de livre docência e pensar de outro lugar... Eu acho que essa questão da corporalidade apareceu primeiro na minha relação com as travestis. Nas primeiras experiências de campo com travestis eu não tinha contato com pessoas trans. Não conhecia pessoas trans, no sentido de sentar para tomar um café, saber da vida cotidiana e comecei a ter isso quando começamos a fazer pesquisa com elas em 2007, 2008, no Paraíba. A questão do meu corpo começou a pegar quando eu comecei a perceber que eu não tinha nada de feminino na relação com elas. Elas sempre mostravam pra mim que eu não era feminina o bastante para elas. Isso foi muito legal de perceber porque eu falei “porra, é um feminino que não é o meu, mas qual é o meu feminino?” E muito tempo depois eu comecei a pensar “será que eu tenho um feminino?” e talvez a não-binariedade seja mais a minha praia, do meu corpo, do meu eu comigo mesmo me pensando no mundo. Mas foi a partir delas, porque a experiência feminina para elas é muito forte, é hiperbólica, é radical, é um feminino radical no sentido de exagero, porque elas precisam. Assim, elas precisam expressar essa feminilidade de um modo hiperbólico, né? Coisa que eu nunca fiz e nunca quis fazer. Inclusive, sempre me sentia mal justamente por não conseguir fazer, como se estivesse em falta. E, aos poucos, depois vai ficando velhe, vai estudando mais, vai fazendo terapia, vai percebendo que não precisava cumprir com essa norma tal qual foi designada para o meu corpo ao nascer. Mas isso é algo muito recente na minha elaboração...

Na pesquisa em Ciências Sociais é muito importante a gente sempre ter como pré-requisito que o nosso corpo importa muito na pesquisa. O nosso corpo pensando como materialidade, não apenas o nosso corpo como simbólico. Pensando como o nosso corpo se apresenta ao mundo e como o mundo o lê, porque o mundo faz uma leitura do nosso próprio corpo – mesmo que a gente não queira. Então, por exemplo, mesmo que eu não quisesse, ali, naquele momento com as travestis, elas estavam me lendo a todo momento: assim como eu estava lendo elas, elas estavam me lendo e isso produziu a pesquisa a partir dessa leitura que não era só eu em relação a elas, mas elas com relação a mim – e contestando as minhas feminilidades.

E aí quando eu fui para a USP por ser um ambiente teoricamente familiar para mim, já que eu fiz a minha formação lá, eu só me ferrei quando entrei como professore em 2013, porque eu comecei a sofrer racismo e sexismo que eu não sofria quando era aluna. Quando você se torna professore – isso é recorrente em narrativas de pessoas de pele... digo, de pessoas pardas, que tem passabilidade, porque quando vamos para a instituição e nos tornamos professores –, essas diferenças raciais ficam mais marcadas, coisa que eu não sofria tanto ou não percebia como racismo quando era estudante. Eu sofri vários eventos quando eu

⁶² Artigo disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/161080>.

entrei... E aí uma aluna, em específico, que é a Sabrina Damasceno⁶³, ela é minha orientanda agora de mestrado e foi orientanda de iniciação científica, enfim, trabalhamos juntos há muito tempo. Eu estava contando para ela alguma coisa que aconteceu com algum professor específico, uma... uma situação que me deixou muito constrangida, me senti muito reprimida, foi péssimo e eu não consegui reagir. E a Sabrina falou para mim: “Sil, sabe porque aconteceu isso com você? Porque você é preta, porque você é negra”. E eu falei: “puta que pariu, é mesmo”, e aí comecei a sacar. Então, esse artigo que eu escrevi foi uma resposta de que meu corpo importa para a pesquisa, na relação com meus colegas, na relação com as minhas interlocutoras e no próprio texto, porque é importante pensar também o texto como o corpo. Escrever é um exercício corporal e para escrever bem você precisa praticar, assim como você precisa treinar na academia para ficar em forma, para o músculo ficar lá bombado, para essa escrita ficar bombada, você tem que praticar, quanto mais você praticar, melhor vai ficar sua escrita. Então, o corpo está sempre lá, ele é importante.

Tem um curso que eu dei que chamava “Corpo e Cidade” e eu pedia para os alunos pensarem sobre o corpo. Algo como: “vamos pensar, fazer alguma coisa com o corpo”. Os alunos queriam ir para a aula para pensar sobre o corpo, só que pensar sobre o corpo necessariamente é colocar o corpo em ação também. Os alunos das Sociais têm muita dificuldade com isso, só que o corpo tem uma totalidade ali que não está só na cabeça. Por isso que precisamos colocar o corpo em ação na pesquisa, tanto para pensar coisas positivas na pesquisa do corpo e também nas coisas que te atravessam como racismo, como sexismo, como a questão da idade. Por exemplo, se você é jovem ou se você é velha, se você tem cabelo raspado, se você tem cabelo branco ou se você tem cabelo comprido... tudo isso, essa materialidade, ela afeta a pesquisa e também te afeta, porque você também pode sofrer consequência com o seu corpo sem querer – porque somos lidos. Não tem como escaparmos da materialidade do nosso corpo e é fundamental que possamos fazer pesquisa com o corpo. Não só sobre o corpo, mas com o corpo, a partir do corpo. Então, esse artigo, ele é super querido para mim. Primeiro, eu fiz uma palestra, na qual eu estava super puta, porque em um evento logo que eu cheguei na USP, nos primeiros 6 meses, falaram para mim: “Silvana, agora você está na USP”, como se falasse assim: “comporte-se, agora você está na USP”, algo como: “olha, você estava lá na Paraíba, você estava na periferia, mas agora você está na USP”. E aí eu falei: “bom, foda-se, e aí? Só estou me fudendo, né?”, porque foi bem difícil para mim no início. A toda hora os eventos eram bem pesados e alguns professores faziam questão de me lembrar que não era para eu estar lá. Não era para eu estar ali, e, com as alunas, eu comecei a perceber que eram racismos e sexismos. Não só racismo e sexismo ao mesmo tempo.

Humanidades em Diálogo: Por fim, temos uma última pergunta, a partir da sua bagagem enquanto antropóloga, você poderia dar uma orientação final sobre como interpretar ou problematizar

⁶³ Sabrina André Damasceno atualmente é mestranda em Antropologia Social no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da USP (PPGAS/USP). É Bacharela (2019) e Licenciada (2021) em Ciências Sociais pela FFLCH/USP. Desenvolveu pesquisa de Iniciação Científica no projeto *T-Gatas em rede: travestilidades, padrões estéticos e corporalidades no mundo da prostituição online* (2019) com bolsa do programa de auxílio à Iniciação Científica (Bolsa FFLCH) administrado pela Comissão de Pesquisa da FFLCH/USP, sob a orientação da Prof^ª. Dr^ª. Silvana de Souza Nascimento. Também foi membra do projeto de pesquisa *CIDADES-TRANS: experimentos etnográficos entre fronteiras, pessoas, lugares* (2016- 2018) com bolsa do Programa Unificado de Bolsas da USP. Dedicou-se aos estudos de prostituição, gênero, raça, sexualidades e masculinidades, atua como membra do grupo de pesquisa CÓCCIX Estudos (in)disciplinares do corpo e do território (USP). [texto adaptado do sistema de currículo lattes].

trabalhos etnográficos, principalmente clássicos, que partem do entendimento do antropólogo como não-corpóreo? De que maneira e em que momentos o antropólogo deve se colocar em seus estudos?

Silvana Nascimento: Então, vou começar com uma pergunta que continua com o que eu estava falando anteriormente sobre quando se colocar na pesquisa. Essa pergunta, mesmo quando você não quer fazer, você vê que já se colocou, porque a pesquisa antropológica não é neutra, ela nunca é neutra. Nunca. Então, o fato de você ir a campo já te coloca, mesmo que você não queira, então se você vai para campo, você já está colocada. Agora, a maneira como você já está, você tem uma posição que tem um lugar e você está sendo lido por aquelas pessoas, você está lendo aquelas pessoas e está se relacionando com elas. Agora, a questão é: se você coloca isso ou não no texto, né? Aí eu acho que não necessariamente você precisa se colocar no texto.

Primeiro, tem as experiências de sofrimento que às vezes as pessoas não querem colocar, ou que você não quer se expor – eu acho isso um direito. Por exemplo, tem um dossiê muito legal do “Caderno de Campo”⁶⁴, de alguns anos atrás, em que eles recolheram várias experiências de pesquisadores em campo que sofreram tanto experiências afetivas quanto experiências de violência. E tem a Eva Moreno⁶⁵, que é um pseudônimo. Ela foi estuprada em campo, sofreu um estupro de um interlocutor que era próximo a ela – aquela pessoa que estava ajudando ela no campo. Ela demora 10 anos para elaborar aquilo e conseguir escrever sobre aquilo. É uma situação radical, mas que acontece. Às vezes, em campo, você quer se expor. Então, ela não quis se expor, foi doutorado ou mestrado, não sei, ela nunca falou sobre isso, mas depois ela falou em pseudônimo para compartilhar e também para se curar daquele trauma que ela sofreu em campo.

O que é legal da antropologia é que ela é autoral, não é? Então, eu acho que não existe uma única forma de escrita, nem um único método para a escrita. Eu acho que é importante se colocar no texto se aquela colocação transformou ou faz parte da sua reflexão. Se você tem uma problemática e aquela problemática da pesquisa, daquela pergunta que você fez, alterou porque você se colocou ou não em campo, aí eu acho importante. Não necessariamente você precisa falar da sua biografia na pesquisa, mas acho que é importante falar quando aquela biografia importa para a sua pesquisa, e de que modo ela importa. É preciso saber construir aquilo que importa ou não e saber filtrar. Por exemplo, tem gente que sempre fica colocando: “eu estou aqui, mas eu sou um homem branco”, mas só o fato de ele falar que é um homem branco hétero não resolve nada, porque ele tem que problematizar se a branquitude afetou o campo.

⁶⁴ A revista *Cadernos de Campos* é organizada por alunos de pós-graduação em antropologia social da USP - ISSN - 2316-9133 -, sendo uma publicação semestral dedicada a divulgar trabalhos que versem sobre temas, resultados de pesquisas e modelos teórico-metodológicos de interesse para o debate antropológico contemporâneo e que possam contribuir no desenvolvimento de pesquisas em nível de pós-graduação, no país e no exterior. A revista aceita periodicamente contribuições nos seguintes formatos: artigos e ensaios inéditos, traduções, resenhas, entrevistas e produções estéticas. Criada em 1991, com o objetivo original de divulgar a produção do corpo discente do programa de pós-graduação em antropologia social da USP (PPGAS/USP), a revista tornou-se, ao longo desses anos, um importante periódico de abrangência nacional e internacional. [texto adaptado da aba “sobre a revista” no site da revista *Cadernos de Campos*: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo>].

⁶⁵ O artigo *Estupro em Campo: reflexões de uma sobrevivente*, publicado em 2018, está disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/146675>.

Então, por exemplo, o que o Wacquant⁶⁶ – que é o sociólogo que fez a pesquisa sobre boxe – faz é muito legal, porque ele coloca o corpo dele branco, gringo, francês, lá no gueto americano. E ele escreve a pesquisa, a partir do corpo dele e percebendo como é que aqueles outros homens, os interlocutores e colegas do boxe, se relacionavam com ele, porque ele era um homem branco. Então, ele incluiu na pesquisa isso e não só falou: “eu sou homem branco” – e aí ele vai mostrando os desafios. Ele não reproduz uma relação de dominação, apesar dele ser um homem branco, então ele faz uma pesquisa bem interessante. Eu acho que é um feliz texto de um homem branco [risos].

Pensando nos clássicos, eu acho que o que é importante é: são clássicos, não é? Os clássicos precisam ser lidos. Infelizmente, são homens brancos, mas também têm mulheres, têm mulheres pretas – são em menor número, mas também têm. Acho que é pensar nesses textos a partir do contexto que eles foram escritos. É saber colocar eles no lugar deles. Vai ser importante para ser professor, para tentar entender um tema. Então, ele vai ter que estar lá, só que ele vai estar no lugar dele. Você não precisa colocar ele num pedestal, porque ele já está. Você pode contextualizá-lo, politicamente, que é uma coisa que nós fazíamos muito na minha época. Por exemplo, Gilberto Freyre⁶⁷, em “Casa Grande e Senzala”⁶⁸, é importante ser lido porque ele é um teórico que ajudou a construir o mito da democracia racial. Todo esse processo de branqueamento que tivemos no Brasil se deu também por conta de textos como “Casa Grande e Senzala”. Para que possamos entender como é que se construiu a branquitude, precisamos ter lido Gilberto Freyre. Do mesmo modo que também é preciso que leiamos o que os conservadores fascistas estão escrevendo, porque eles estão produzindo conhecimento, e estão construindo eleitores para Bolsonaro futuramente também.

Portanto, acredito que seja colocar os clássicos no lugar de clássicos, mas não num pedestal. Acho que eles precisam ser lidos, todos eles, mas acho que hoje em dia, por exemplo, temos o Franz Boas⁶⁹, né?

⁶⁶ Loïc Wacquant é professor de sociologia e pesquisador associado do *Institute for Legal Research*, da Universidade da Califórnia, em Berkeley. É também pesquisador do *Centre de Sociologie Européenne* em Paris. Nascido e criado no sul da França, estudou em Montpellier, Paris e Chicago. Dedicou-se ao estudo de temas como desigualdade urbana, marginalidade, instituições carcerárias e políticas penais. [texto retirado de página do site da Editora Boitempo sobre Loïc Wacquant: <https://www.boitempoeditorial.com.br/autor/lo-c-wacquant-364>]

⁶⁷ Gilberto Freyre (1900 – 1987). Um dos mais importantes intérpretes do Brasil que, nos anos de 1930, formulou uma das versões mais vigorosas sobre a identidade brasileira, atribuindo caráter positivo à mestiçagem cultural e racial e ao legado da família patriarcal. Inaugurou, a partir de então, uma abordagem que o tornou reconhecido artífice na tarefa de constituição da sociologia no Brasil. [Texto adaptado de página sobre Gilberto Freyre no site da Sociedade Brasileira de Sociologia: <https://sbsociologia.com.br/project/gilberto-freyre/>]

⁶⁸ *Casa Grande e Senzala*, publicado em 1933.

⁶⁹ Franz Boas nasceu em 1858 na Alemanha, mas foi nos Estados Unidos que produziu suas principais obras. Inicialmente, seus estudos se concentraram em ciências exatas. Trabalhou na área da Geografia, na Universidade de Berlim e, entre os anos de 1883-1884, fez uma expedição à terra de Baffin, onde planejava demonstrar os efeitos do entorno ártico sobre as culturas dos esquimós. Ali se interessou pelo estudo da cultura destes povos. Boas foi pioneiro nas ideias de igualdade racial que resultaram nos estudos de Antropologia Cultural da atualidade. Influenciou as teorias de notáveis antropólogos, sendo conhecido como o pai da Antropologia Americana. Franz Boas morreu em Nova York em 1942, em plena atividade como antropólogo. [texto adaptado de página sobre Franz Boas no site da Editora Vide: https://videeditorial.com.br/index.php?route=product/author&author_id=177]

Lá na antropologia inglesa, mas você tem a Zora Hurston⁷⁰, que foi aluna do Boas e que ele inviabilizou, mas finalmente agora você tem um dossiê da Zora Hurston, que a gente pode ler e conhecer essa antropóloga que foi invisibilizada. Então, acho que hoje vocês têm esse privilégio de poder ler a Zora, coisa que eu li há 2 anos, porque a Zora para mim estava na Literatura, não estava na Antropologia. Acho que é importante a gente pensar que o conhecimento e a ciência, produziram uma hegemonia de ideias, de conceitos, de regiões que são importantes, pensando epistemologias do Sul. E agora podemos situar como uma cartografia. Temos Evans Pritchard⁷¹ para entender o ritual, né? Azande⁷² é uma etnografia incrível, mas ele alimentou o poder colonial, porque ele foi financiado pelo poder colonial também. Então, acho que é sobre não abandonar os clássicos, mas colocá-los em seu lugar.

⁷⁰ A antropóloga e escritora Zora Neale Hurston estava no lugar e na hora certa para que o seu nome fosse lembrado como uma das precursoras da antropologia, ainda que tenha ocorrido justamente o contrário – ao menos no que se refere à sua ausência nos cursos de introdução à antropologia nos dias de hoje. Em “*Barracoon*” (1931), “*Mules and Men*” (1935) e “*Tell my Horse: Voodoo and Life in Haiti and Jamaica*” (1938), obras escritas durante o seu período de formação em antropologia e baseadas em pesquisas em comunidades negras nos Estados Unidos e nas ilhas do Caribe, Zora seguiu a orientação que Franz Boas transmitia aos alunos: cada cultura deve ser compreendida em seus próprios termos. Mas foi além, ao desenvolver uma forma de escrita que, ainda na década de 1930, apresentava uma solução original às críticas que os pós-modernistas enunciariam somente cinquenta anos mais tarde. Em suas obras, os grandes divisores cedem lugar a um processo de correspondência, de polifonia e autoconhecimento para além da convencional (o)posição Nós x Outros. Consagrada como uma das principais expoentes da literatura norte-americana no século XX, Zora Hurston continua desconhecida pela maioria dos estudantes e pesquisadores de Ciências Sociais brasileiros. A última pesquisa de campo de Zora foi realizada em Honduras, entre 1947 e 1948. Em 1951, após a rejeição de seus manuscritos por editores que os julgavam inapropriados e de pouco interesse ao mercado literário, mudou-se para Belle Glade, na Flórida, onde foi jornalista correspondente e professora substituta. Em 1960, faleceu e foi sepultada como indigente, em uma cova comum e sem identificação. Alice Walker, uma das principais responsáveis pela redescoberta de Zora Hurston e pela republicação de suas obras nos Estados Unidos, foi quem localizou, em 1973. (texto adaptado de página sobre Zora Hurston no site Vozes Negras na Antropologia: <https://www.vozesnegras.com/zora>)

⁷¹ Edward Evan Evans-Pritchard (1902-1973), antropólogo britânico cujo trabalho revelou-se determinante para o desenvolvimento da antropologia social no século XX, inicia sua graduação em história moderna no *Exeter College*, na universidade de Oxford (1921), período em que conhece Robert Ranulph Marett (1866-1943), um dos fundadores da *Oxford Anthropology Society* e seu interlocutor ao longo da década de 1920. Por incentivo de Marret, passa a frequentar os seminários de antropologia na *London School of Economics*, tendo entre os professores Bronislaw Malinowski (1884-1942) e Gabriel Seligman (1873-1940). Este último fora um pioneiro no trabalho de campo junto a povos do Sudão, onde pesquisa desde 1909, e orientador da tese de doutoramento de Evans-Pritchard defendida em 1927 sobre os Azande, fruto de sua primeira incursão a campo, e publicada posteriormente com o título *Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande* (1937). (texto retirado de página sobre Evans Pritchard no site da Enciclopédia de Antropologia da FFLCH: <https://ea.fflch.usp.br/autor/edward-evan-evans-pritchard>)

⁷² *Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande*, publicado em 1937.

PÓS-ENTREVISTA - RELEMBRANDO A REVISTA SEXTA-FEIRA (USP)

Silvana Nascimento: [...] Ah, e deixa eu falar uma coisa para vocês: vocês conhecem - não sei se já ouviram falar, já que era da minha época - a revista Sexta-Feira⁷³? Ela está digitalizada online. Foi uma revista que fizemos em 1997 - ai, meu Deus! Está aqui, vou pegar o link para vocês verem.

Qual era a nossa ideia com a Sexta-Feira? Era um momento em que estávamos no final da graduação, no início do mestrado e queríamos fazer uma revista que saísse dos muros da universidade e fizesse diálogos com outras áreas. A gente tinha um grupinho de amigos - e somos amigos até hoje - em que estavam: Renato Sztutman⁷⁴, que é professor também - o Renatinho -, o Stelio Marras⁷⁵, que é

⁷³ A ideia da **revista Sexta-Feira** nasce em 1996 buscando um movimento de abertura para um público mais amplo que aquele do leitor acadêmico, forçando as fronteiras entre a ciência, a arte e a política. A partir do segundo número, lançado em abril de 1998, a revista torna-se temática. Festas, Fronteiras, Corpo, Tempo, Utopia, Guerra e Periferia: tais são os assuntos que costuram as suas páginas, do número 2 ao 8. A relação entre o texto e a imagem é marca especial da revista, que compactua com a ideia de que imagens são fortes instrumentos de conhecimento. A revista abre também espaço para a análise de diferentes sortes de imagens, sobretudo aquelas fabricadas pelo cinema e pelas artes visuais, campos decisivos da produção cultural contemporânea. Outra marca importante de Sexta-Feira são suas entrevistas. Cada número abriga ao menos uma entrevista com um antropólogo brasileiro, além daquelas com diferentes intelectuais e artistas destacados na cena contemporânea. Por fim, uma palavra sobre o nome da revista. Este é inspirado no personagem Sexta-Feira do *Robinson Crusoe* de Daniel Defoe, recriado por Michel Tournier em seu *Sexta-Feira ou os limbos do Pacífico*. O Sexta-Feira de Tournier é um “homem de cores”, figura da liminaridade: meio indígena, meio negro, incabível em categorias fixas. Aveso à submissão, capaz de desestabilizar o projeto utópico de Robinson, este que afirma sem cessar a supremacia sociocultural do Ocidente. Para conhecer mais, acesso o *site* da revista Sexta-Feira: <https://www.usp.br/revistasexta/>

⁷⁴ Renato Sztutman é professor do Departamento de Antropologia da USP. É mestre (2000) e doutor (2005) em Antropologia Social pela USP, área de etnologia indígena. Coordena atualmente o Centro de Estudos Ameríndios (CEstA-USP). Foi um dos fundadores e co-editou, entre 1997 e 2007, a revista Sexta-Feira. Dentre suas publicações, destacam-se o livro *O profeta e o principal: a ação política ameríndia e seus personagens* (Edusp/Fapesp, 2012) e a coletânea *Eduardo Viveiros de Castro: entrevistas* (Azougue, 2008). Seus principais temas de pesquisa são: cosmopolíticas indígenas, fronteiras entre antropologia e filosofia, antropologia e cinema. [texto adaptado do sistema de currículo lattes].

⁷⁵ Stelio Marras é professor e pesquisador em antropologia do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da USP. Bacharel em Ciências Sociais, mestre e doutor em antropologia pela FFLCH-USP. Atua principalmente em Antropologia da Ciência e da Tecnologia, Antropologia da Natureza e da Modernidade, Estudos Pós-Disciplinares em Multiespécies e Cosmopolíticas, Antropologia e Meio Ambiente, Antropologia do Antropoceno, Teoria antropológica. É co-coordenador do LAPOD (Laboratório Pós-Disciplinar de Estudos - IEB/LaBieb/USP) e pesquisador do Centro de Estudos Ameríndios (CESTA-USP). [texto adaptado do sistema de currículo lattes].

professor do IEB, Florencia Ferrari⁷⁶, dona da Editora Ubu, Paula Miraglia⁷⁷, que é diretora do Nexo Jornal... Éramos um grupo de amigos na época, todos eram estudantes e queríamos fazer essa revista. E estávamos fazendo uma coisa que vocês [revista *Humanidades em Diálogo*] estão fazendo. Estudávamos juntos para fazer a revista - como vocês fazem -, e isso é muito legal, porque permite que ainda que estejamos falando de Academia, com pessoas da Academia, tenhamos uma capilaridade para outras áreas. [...]

A gente tinha um grupo da Sociais e um grupo da FAU [Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/USP], que fazia o design gráfico. Eles faziam o design, a gente fazia os textos, fazíamos reuniões, tomávamos vinho - a gente fazia mil coisas. Era muito legal, foi uma época muito boa e foi super importante para nossa formação. Foi muito importante. Até hoje temos o grupo da Sexta-Feira, no WhatsApp... Enfim, todo mundo já velho, cinquentão, mas continuamos amigos. Foi muito, muito importante. Dêem uma olhada depois. [...]

E, sabe, eu lembro que para publicar a primeira edição... a gente foi sempre muito baladeiro, né? Todo mundo de festa. E na primeira revista, a gente fechou um lugar e pagamos a gráfica para a revista com os ingressos da festa. A festa bombou! A gente trabalhou para caramba e fez uma festa - festona! -, com ingressos e pagamos a revista com a festa. Era assim, a gente fazia essas coisas. Depois, conseguimos um edital da Secretaria da Cultura para fazer mais algumas edições. E aos poucos cada um foi para um canto, né? Aí o projeto não foi para frente. Mas, por exemplo, a Florência aprendeu a ser editora de revista - a ser editora -, na Sexta Feira. Hoje, ela é dona de uma editora super boa, mas ela aprendeu num grupo assim: num coletivo. Então, [...] tem uns editais fora da Universidade que às vezes vale a pena entrar - a Universidade não tem muita verba, mas, às vezes, fora da Universidade tem uns editais da Prefeitura, da Secretaria de Cultura.... Agora vai ter que começar a ter mais... torcemos, né? Agora, acho que as coisas vão melhorar um pouquinho. Já aumentaram o valor das bolsas, não é? Olhe, gente, muito axé para vocês, foi muito bom. Obrigada por me ouvirem!

⁷⁶ Florencia Ferrari é graduada em Ciências Sociais pela USP (1997), defendeu o mestrado em Antropologia Social com a dissertação *Um olhar oblíquo: contribuições sobre o imaginário ocidental sobre o cigano* (USP, 2002) e o doutorado em junho de 2010 com a tese *O mundo passa: uma etnografia dos ciganos Calon e suas relações com os brasileiros*, no mesmo departamento com bolsa da Fapesp e bolsa sanduíche no *Department of Anthropology* do *University College of London*, na posição de *Honorary Research Assistant* de março de 2008 a agosto de 2009, coberto pela Bolsa Alban e pela Fapesp. Publicou o livro *Palavra cigana - seis contos nômades* (Cosac Naify, 2005), com o qual recebeu o prêmio Figueiredo Pimentel de Melhor livro reconto de 2005, da Fundação Nacional do Livro Infante-Juvenil. [texto adaptado do sistema de currículo lattes].

⁷⁷ Paula Miraglia é co-fundadora e Diretora Geral do Nexo Jornal. Cientista Social e doutora em Antropologia Social pela USP, foi diretora de organizações não governamentais internacionais, entre elas o *International Centre for the Prevention of Crime*, no Canadá. Foi consultora do Banco Mundial e do Banco Interamericano para o Desenvolvimento. [texto adaptado do sistema de currículo lattes].



DOSSIÊ: Gênero, Corpo e Experiência



A VIOLÊNCIA FÍSICA NAS RELAÇÕES CONJUGAIS NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA: UMA ANÁLISE DAS DENÚNCIAS DA DELEGACIA ESPECIALIZADA EM ATENDIMENTO À MULHER EM 2015

BRUNA PASSOS CARVALHO⁷⁸

Resumo: A violência de gênero é o resultado das relações sociais de dominação do homem e de submissão da mulher, construídas, milenarmente, por um sistema patriarcal. A partir de 1980, no fervor dos movimentos feministas brasileiros, foram criadas as Delegacias Especializadas em Atendimento à Mulher (DEAMs) com o objetivo de combater essa violência, que pode ocorrer de distintas maneiras e tem se tornado objeto de estudo de pesquisas que visam o melhoramento das políticas públicas do país. Utilizando como fonte primária os boletins de ocorrência registrados na DEAM do município de Vitória no ano de 2015, o presente artigo pretendeu investigar a relação entre a permanência da violência física e conjugal e uma sociedade capixaba moldada a partir de princípios patriarcais.

Palavras chave: Violência conjugal, Violência física, Papel Social, Patriarcado.

1. INTRODUÇÃO

Segundo Gerda Lerner (2019, pág. 261), o patriarcado é um sistema dual de dominação e de subalternização das mulheres, cuja criação histórica durou cerca de 2500 anos, até que este fosse concluído. Nesse sistema, a unidade básica do indivíduo é a família patriarcal, regida pelo patriarca e por um conjunto de valores pautados nos papéis sociais incumbidos às mulheres e aos homens.

Com o advento da criação da propriedade privada⁷⁹, ocorre a divisão sexual dos trabalhos com base nas atribuições de cada indivíduo, denominadas, como visto acima, de papéis sociais. Nesta conjuntura, a família patriarcalista ganha corpo, assim como os espaços para cada indivíduo. A autora Joan Scott (1995, pág. 14) defende o conceito de gênero enquanto categoria histórica fundamental para a análise da definição dessas atribuições e a construção de relações de poder com base na diferença biológica. De acordo com a autora,

O termo "gênero" torna-se uma forma de indicar "construções culturais" - a criação inteiramente

⁷⁸ Graduanda em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES. Foi pesquisadora bolsista do Programa Institucional de Iniciação Científica na Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, com projeto vinculado ao Laboratório de Estudos de Gênero, Poder e Violência com orientação da Profa. Dra. Maria Beatriz Nader. E-mail: bruna.passos.carvalho@outlook.com.

⁷⁹ No capitalismo, o patriarcado adquiriu traços específicos. Houve uma expressiva mudança na organização familiar e social e as mulheres foram introduzidas no mecanismo de exploração e subordinação. (ENGELS, 1984)

social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. "Gênero" é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. (SCOTT, 1995, p.75)

Assim, as concepções patriarcais, presentes nas relações familiares, foram responsáveis por legitimar a atribuição de papéis sociais que delimitaram o espaço feminino na sociedade, subtraindo sua presença ao ambiente doméstico⁸⁰. Esses papéis sociais, como explica Scott, estão ligados à condição biológica do indivíduo, ou seja, seus órgãos reprodutivos. Às mulheres, por sua capacidade gestacional, ficou reservado o papel reprodutivo, a educação da prole e o cuidado do lar, ou seja, funções essencialmente domésticas. Deveriam ser doces, obedientes e vestirem-se com modéstia. Aos homens, por outro lado, destinaram-se as funções públicas: trabalhar, prover a família e participar ativamente da política. Seriam viris, calculistas frios e fortes. Seria por meio desse modelo normatizante que as mulheres se tornariam mulheres e os homens iriam tornar-se homens. Sua desvirtuação seria, naturalmente, reprimida.

Foi nesta determinação social com base no sexo que nasceu, portanto, a hierarquia e a violência de gênero. A violência contra a mulher caracterizou-se enquanto expressão do sistema patriarcal que garantiu e garante a subordinação das mulheres pelos homens e assegurou que cada função estabelecida aos indivíduos fosse perfeitamente desempenhada. Por sua capacidade de manter o *status quo* nas relações entre dominadores e dominados este fenômeno múltiplo se manteve legitimado pela sociedade, por meio de instituições como a família, a igreja e o próprio Estado.

A partir do século XIX, no entanto, as mulheres, inseridas nos movimentos feminista⁸¹, começaram a reivindicar mudanças na sociedade. As reivindicações versavam, sobretudo, ao direito à cidadania e à educação, o sufrágio, a igualdade entre homens e mulheres, direitos trabalhistas e a luta contra a violência, que nesse momento passou a ser vista como questão de saúde pública.

Importante dizer, todavia, que a luta pelos direitos das mulheres não aconteceu, logo em seu início, de maneira interseccional. A pauta racial e de classe social compuseram as reivindicações do movimento muito posteriormente, uma vez que, até finais do século XIX, no Brasil, o foco concentrava-se na abolição da escravatura. Foi, somente a partir disso, e de maneira ainda muito assimétrica, que os recortes raciais, de classe e também de sexualidade tornaram-se relevantes. De acordo com Angela Davis (p. 28, 2016), a escravidão marcou de maneira diferente mulheres e homens negros, para ela, “[...] as mulheres negras, enquanto trabalhadoras, não podiam ser tratadas como o “sexo frágil” ou “donas de casa”, os homens negros não podiam aspirar à função de “chefes de família”, muito menos à de “provedores da família”. Assim, a violência vivenciada pelas mulheres negras na contemporaneidade é um legado da naturalização da exploração de seu corpo.

Ainda assim, no Brasil, foi somente a partir das últimas décadas do século XX que mudanças efetivas se tornaram evidentes no campo legislativo e institucional. Especialmente a partir do processo de

⁸⁰ Cf. NADER, Maria Beatriz. *A condição masculina na sociedade*. Dimensões, Vitória, n.14, p 461-480, 2002.

⁸¹ Cf. FERRARI, Alex S. *Patriarcado e violência: desemprego masculino e reviravolta feminina nos papéis de gênero*. Vitória-ES (2002-2010). 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade do Espírito Santo, Vitória, 2016. (pág. 46).

redemocratização⁸² do país, a pauta da violência torna-se, portanto, ponto de debate e se insere paulatinamente nas demandas dos espaços públicos⁸³ e suas políticas.

Neste cenário, assumindo a responsabilidade pela proteção dos direitos humanos e, por consequência, a proteção da integridade física e mental das mulheres, o Estado Brasileiro cria, no ano de 1985, as chamadas Delegacias Especializadas em Atendimento à Mulher (DEAMs). As referidas delegacias integram a estrutura da Polícia Civil e atuam na incumbência de prevenir, registrar, investigar e reprimir atos ou condutas que venham a ferir mulheres, sobretudo, por serem mulheres.

Há mesma maneira, passado algumas décadas, em agosto de 2006, se consolidava mais uma importante conquista feminista na luta contra a violência de gênero: a criação da Lei nº 11.340/2006, comumente denominada Lei Maria da Penha⁸⁴. Essa criou mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, estabeleceu medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e definiu cinco tipos de violência doméstica e familiar: violência psicológica, física, sexual, patrimonial e moral⁸⁵. Com isso, contribui-se para que o fenômeno da violência fosse, paulatinamente, tirado do silenciamento.

Outrossim, movendo-se do campo político para o campo acadêmico, a violência tornou-se objeto-alvo de pesquisas em várias instituições, sobretudo nas universidades. O Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas (PPGHIS) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) tem, igualmente, tomado para si a necessidade do estudo deste fenômeno. O Laboratório de Estudos de Gênero, Poder e Violência (LEG-UFES), parte integrante do programa, tem se debruçado de maneira mais concreta sobre a violência no estado do Espírito Santo. Por meio dos Boletins de Ocorrência⁸⁶ registrados na Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher do município de Vitória-ES, criou-se um banco de dados que armazenou informações de 12.255 denúncias realizadas entre os anos de 2002 a 2010. As informações supracitadas foram e continuam sendo imprescindíveis para pesquisadores(as) na observação das múltiplas faces em que a violência contra a mulher se apresenta, além de tornar visível as mudanças que as políticas públicas têm propiciado no combate à violência.

Neste sentido, esta pesquisa, intitulada “A violência física nas relações conjugais no município de Vitória: uma análise das denúncias da Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher em 2015” se propôs a compreender, quantitativamente e qualitativamente, a manifestação da violência física e conjugal no município de Vitória-ES, no ano de 2015. Nela, objetivou-se compreender a correlação entre a violência física perpetrada contra a mulher e uma sociedade constituída a partir de princípios patriarcais que perpassam os diversos segmentos sociais que a compõem, situação que se insere o município de

⁸² O período de redemocratização do Brasil ocorre a partir do término da ditadura civil-militar, no ano de 1985.

⁸³ Cf. MORGANTE, Mirela. O Aborto como crime: História, Poder e Violência. In: NADER, Maria Beatriz; MORGANTE, Mirela (org.). *História e Gênero: Faces da violência contra as mulheres no novo milênio*. Vitória: Milfontes, 2019. (Pág. 15-78).

⁸⁴ A lei Maria da Penha, lei 11.340 de 7 de agosto de 2006 definiu a criação e mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher em acordo com a Convenção Interamericana para Prevenir Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e outros tratados que dispõem sobre a criação de juizados sobre o tema, o estabelecimento de medidas de assistência e proteção e outros.

⁸⁵ Lei Maria da Penha - capítulo II, art. 7º, incisos I, II, III, IV e V.

⁸⁶ Os boletins de ocorrência (B.O) ou Boletins Únicos (B.U.s), são documentos oficiais emitidos pela Polícia Civil, ou sua parte integrante, como é o caso da Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher, assinados por um delegado de polícia.

Vitória.

2. A DOMINAÇÃO MASCULINA E A VIOLÊNCIA: uma discussão teórica

De acordo com Nader (2016), as desigualdades entres os sexos encontram-se latentes na segunda década do século XXI, sobretudo na cidade de Vitória, capital do estado do Espírito Santo, mesmo após séculos de luta feminista. Isso ocorre devido à sua construção histórica pautada em uma hierarquização dos sexos em um sistema social ao qual damos o nome de *patriarcado*. Assim, para a compreensão do fenômeno da violência contra a mulher no solo espartansense, o conceito de patriarcado tem importância substancial.

De acordo com Delphy (2009, pág. 173), “[...]o patriarcado designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo de ‘dominação masculina’”. Nesta formação social, a dominância masculina, descrita pela autora, se reflete na ocupação estratégica de postos de liderança na sociedade. Os homens detêm autoridade moral, social e política que justifica e reitera seu direito de subjugar todos aqueles abaixo de si. Na dita ordem patriarcalista, as mulheres são, por outro lado, desfavorecidas em vários âmbitos: priva-se sua educação, sua participação política e são obrigadas a se dedicar unicamente às tarefas derivadas do ambiente doméstico e da procriação. A conduta de cada indivíduo está associada, portanto, à sua condição biológica, e é mais bem explicada pelo conceito de papel social.

O conceito de papel social é imprescindível para a análise comportamental de homens e mulheres, uma vez que este comportamento é definido pela sociedade a depender do *status* social que este sujeito ocupa ou pretende ocupar. Maria Beatriz Nader (2002) reflete sobre o determinismo social imputado aos indivíduos com base em seu sexo. Segundo a autora, o ambiente familiar é o primeiro grupo social no qual os seres humanos se inserem. Nele impõem-se normas e interesses sociais guiados pela cultura deste grupo. Assim, em uma sociedade patriarcal, essas normas estão associadas às diferenças biológicas que se transformam, progressivamente, em diferenças comportamentais entre meninos e meninas. Segundo a autora,

A divisão dos papéis sociais é determinada por fatores tanto biológicos como culturais que atuam sobre a vida dos homens e das mulheres, antes mesmo de eles nascerem. Desde a concepção, os pais já começam a delinear a trajetória de vida de seus filhos. O feto é moldado pelo elemento humano à sua volta desde as primeiras fases intrauterinas. Tendendo a sentir o que a própria mãe sente, o feto experimenta sensações ora de um perfeito bem-estar, ora de angústia, acarretando um estado que se presume ser constituído pela mais severa forma de ansiedade experimentada pelo ser humano. (NADER, 2002, pág. 462)

As meninas são educadas para permanecerem dentro do ambiente doméstico e tornarem-se mulheres passivas, doces e obedientes, ao passo que os meninos são educados para exercerem, futuramente, sua função de chefes e provedores do lar. A virilidade se mostra na agressividade, frieza e o exercício de sua autoridade. O papel social é, portanto, o pontapé inicial para que se defina o cenário dual da fragilidade *versus* a dominação, onde o homem, por sua posição de privilégio, exerce o poder do mando cujo resultado quase imediato é a violência.

No que concerne à violência, Minayo e Souza (1998, pág.514) definem que, “a violência consiste em ações humanas de indivíduos, grupos, classes e nações que ocasionam a morte de outros serem

humanos ou afetem sua integridade física, moral, mental ou espiritual.”. Trata-se de um fenômeno diverso, um aparelho de controle ancorado em processos sócio-históricos que se naturalizaram em meio a cultura e foram perpetuados pelos discursos dominantes da sociedade. À mesma maneira, a violência contra a mulher deriva, como afirma a autora Heleieth Saffioti (2011, pág.81), de uma organização social em que os homens são privilegiados em detrimento das mulheres, que são subjugadas. Neste cenário, os homens detêm autoridade para manifestar um suposto direito de posse do corpo feminino, que se apresenta por meio da força. Assim, as agressões são, em sua concepção, uma defesa de posição e de sua masculinidade, frente ao desvio de comportamento das mulheres.

3. A VIOLÊNCIA EM DADOS

Os resultados encontrados nesta pesquisa referem-se à obtenção dos dados das informações contidas nos boletins de ocorrência registrados e disponibilizados pela Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher (DEAM-Vitória/ES), cujo conteúdo é a fonte primária desta pesquisa e sua análise se deu à luz da base teórica mencionada nas seções anteriores deste artigo. Os dados mencionados encontram-se inseridos em arquivos correspondentes aos B.Os do ano de 2015, onde as informações sobre vítima e suspeito estão dispostas. Para cada um dos envolvidos, um mesmo número de boletim dava origem, na maioria dos casos, a dois arquivos. Como pode ser observado na imagem a seguir:

Figura 1- Boletim de Ocorrência nº 23392136, com suspeito e vítima.

Nº BOLETIM	ID_SEXO	DS_TIPO_ENVOL	DS_GRAU
23392136	M	SUSPEITO/INVESTIGADO	EX-CONJUGE
23392136	F	VITIMA	

Fonte: Boletins de ocorrência DEAM- Vitória 2015.

Em vista disso, os dados foram coletados e inseridos no banco de dados do Laboratório de Estudos de Gênero, Poder e Violência (LEG-UFES), dando continuidade ao trabalho de mapeamento da violência no município de Vitória na segunda década do século XXI. Foi constatado, durante esta coleta, uma quantidade total de 2879 arquivos correspondentes aos boletins de ocorrência registrados na DEAM de todos os municípios do estado do Espírito Santo em 2015. Uma vez tendo em vista o recorte de espaço e tempo de interesse desta pesquisa - apenas a cidade de Vitória-, depois de filtrado o município do fato, foram obtidos 1783 arquivos.

Foram reunidas as seguintes informações, quando possível, dos boletins de ocorrência: número do boletim, data do boletim, data do fato, horário da ocorrência, unidade de registro, meios empregados para a confecção do boletim, naturalidade da vítima, data de nascimento da vítima, cor da vítima, estado civil da vítima, nível de escolaridade da vítima, profissão da vítima, bairro da vítima, cidade da vítima, profissão do autor/suspeito, naturalidade do autor/suspeito, data de nascimento do autor/suspeito, sexo do autor/suspeito, estado civil do autor/suspeito, cor do autor/suspeito, grau de parentesco com o autor/suspeito, nível de escolaridade do autor/suspeito, bairro do autor/suspeito, cidade do

autor/suspeito, local da ocorrência, região administrativa⁸⁷, natureza da ocorrência⁸⁸.

Além dessas informações sobre os envolvidos, os boletins possuíam os relatos das vítimas, transcritos para o documento por um(a) escrivão(ã) da Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher (DEAM -Vitória/ES). No B.O era possível observar as motivações aparentes para a agressão e se existiu mais de um episódio de violência. Não obstante, descrevia a relação da vítima com o autor e, nos casos conjugais, a existência de filhos desta relação. Os boletins possuíam ainda as medidas, quando autorizado pela vítima, efetuadas pela polícia, como pedido de exame de corpo delito e representação legal contra o autor.

Na análise dos arquivos foram encontradas algumas intercorrências. Para a elucidação e contabilização dessas situações, foi elaborada uma tabela informativa com a identificação dessas implicações nos arquivos. Desta forma, podemos observar na tabela 1 a cor de identificação do problema e sua descrição. As implicações supracitadas foram identificadas pelas cores vermelha, amarela, roxa, verde, azul e rosa, e estão descritas no quadro a seguir:

Quadro 1 - Legenda da Classificação de Cores da Tabela: Situações encontradas nos dados dos arquivos dos boletins de ocorrência registrados na Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher no ano de 2015 no município de Vitória.

Cor	Situação do Boletins de Ocorrência
Vermelho	Somente um arquivo para o B.O (ausência da informação de um dos envolvidos).
Amarelo	Mais de dois arquivos para o mesmo número de B.O (mais de dois envolvidos).
Roxo	Boletim de ocorrência com vítima e suspeito do sexo masculino.
Verde	Dois suspeitos, ausência de vítima nos arquivos do boletim de ocorrência.
Azul	Duas vítimas, ausência de suspeito/investigado nos arquivos do boletim de ocorrência.
Rosa	Números de boletim diferentes para o mesmo relato da vítima.

Fonte: Produção do próprio autor com base nos boletins de ocorrência registrados na DEAM - Vitória 2015.

No entanto, para os fins desta pesquisa, não afetam seu resultado, pois a ausência de dados se concentra no perfil socioeconômico dos envolvidos. Assim, independentemente dessas implicações, foram usados os 1783 arquivos, uma vez que as intercorrências não refletem negativamente no resultado quantitativo de casos conjugais desta pesquisa. Constatou-se que desse total, 1073 arquivos correspondem a casos de violência conjugal, conforme indica o quadro (Quadro 2):

Quadro 2 – Quantificação de casos de violência conjuga e não conjugal encontrados nos boletins de ocorrência registrados na Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher no ano de 2015 no município de Vitória

	Número de arquivos	Percentual aproximado correspondente
Casos Não Conjugais	710	39.82%
Conjugais	1073	60.17%
Total	1783	100%

.Fonte: Produção do próprio autor com base nos boletins de ocorrência registrados na DEAM - Vitória 2015.

Assim, prosseguindo o processo de análise dos arquivos, chegou-se a um total correspondente de 630 boletins de ocorrência de natureza conjugal registrados na Delegacia Especializada em Atendimento à

⁸⁷ O município de Vitória possui 9 regiões administrativas: Centro, Santo Antônio, Jucutuquara, Maruípe, Praia do Canto, São Pedro, Goiabeiras, Jardim Camburi e Jardim da Penha.

⁸⁸ A natureza da ocorrência, nos B.Os, diz respeito à tipificação do crime (lesão corporal, injúria, difamação, furto etc).

Mulher, no município de Vitória, no ano de 2015.

No que se refere à natureza da violência, de acordo com a Lei Maria da Penha (Lei nº 11 340, 2006), Capítulo II, art. 7º, incisos I, II, III, IV e V, estão previstos cinco tipos de violência: física, psicológica, moral, sexual e patrimonial. Esta pesquisa constatou que aproximadamente 51,56% dos casos (325 boletins de ocorrência), configuram-se em violência física – acompanhada ou não de outros tipos de violência - perpetrada por parceiros da vítima⁸⁹, conforme a tabela (Tabela 1) abaixo:

Tabela 1 – Natureza da Violência (física, psicológica, moral, sexual e patrimonial) dos Boletins de ocorrência registrados na Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher no ano de 2015 no município de Vitória.

Natureza da Violência	Quantidade de Boletins de Ocorrência	Porcentagem Aproximada [%]
Psicológica	278	44,12%
Física	72	11,42%
Patrimonial	6	0,95%
Sexual	1	0,15%
Psicológica e Física	215	34,12%
Psicológica e Patrimonial	17	2,68%
Psicológica e Sexual	2	0,31%
Física e Patrimonial	7	1,11%
Física e Sexual	1	0,15%
Patrimonial e Sexual	1	0,15%
Psicológica, Física e Patrimonial	23	3,34%
Psicológica, Física e Sexual	7	1,11%
Psicológica, Patrimonial e Sexual	0	0%
Física, Patrimonial e Sexual	0	0%
Psicológica, Física, Patrimonial e Sexual	0	0%
Total	630	100%

Fonte: Produção do próprio autor com base nos boletins de ocorrência registrados na DEAM - Vitória 2015

Notório que, dentre os casos classificados com violência física, grande parte destes estava associado a violências de outra natureza. O fato desta não acontecer de maneira isolada⁹⁰ aponta para um agravamento dos casos de agressão, onde os episódios iniciais são discussões e trocas de insultos, evoluindo para agressões físicas e, em alguns casos, o feminicídio. Segundo Walker (1979), a violência geralmente se caracteriza por ser um ciclo composto de várias fases, o que justificaria o fato de a violência físicas ser acompanhada ou antecedida por outros tipos de violência, como a psicológica ou patrimonial, por exemplo.

No que se refere às formas de violência física empregada pelos autores, foram descritos, com base na Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006), 7 tipos de agressão nos 325 boletins de ocorrência de natureza

⁸⁹ Relação conjugal, independente de coabitação das partes. Ou seja, forma elencados por essa pesquisa os casos em que os envolvidos mantinham qualquer tipo de relação estável afetiva, a saber: casados, noivos e namorados. Também foram consideradas, para os fins desta pesquisa, as relações denominadas por “conjugais rompidas”, como ex-namorados, ex-cônjuge, ex-conviventes etc.

⁹⁰ Para saber mais sobre ler MORGANTE, Mirela Marin. “*Se você não for minha, não será de mais ninguém*”: a violência de gênero denunciada na DEAM/Vitória-ES (2002-2010). 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade do Espírito Santo, Vitória, 2015

física e conjugal: espancamento⁹¹, estrangulamento ou sufocamento, atirar objetos contra a vítima, apertar os braços da vítima, lesionar a vítima com objetos cortantes ou perfurantes⁹², ferir com arma de fogo ou queimar a vítima e atropelamento. O espancamento foi, de maneira bastante evidente, o tipo de agressão mais recorrente, conforme demonstra o quadro (Quadro 3) a seguir:

Quadro 3- Formas empregadas na violência física nos boletins de ocorrência registrados na DEAM-Vitória/ES

Forma de Violência Empregada	Quantidade de Boletins de Ocorrência
Espancamento	259
Estrangulamento ou Sufocamento	27
Atirar objetos contra a vítima	14
Apertar os braços da vítima	4
Lesões com objeto cortante ou perfurante	17
Ferimentos causados por queimadura ou arma de fogo	3
Atropelamento	1

Fonte: Produção do próprio autor com base nos boletins de ocorrência registrados na DEAM-Vitória 2015.

Importante salientar que um mesmo boletim de ocorrência pode apresentar mais de um tipo de agressão física. Além disso, foi constatado que a não representação criminal aparece de maneira recorrente nos boletins de ocorrência do ano de 2015 na cidade de Vitória.

Em relação ao ambiente em que a violência se desenvolve, a residência⁹³ é o local que mais vitimiza as mulheres em situação de violência de gênero. Todavia, outros 15 ambientes foram listados nesta pesquisa, conforme evidencia tabela (Tabela 2) a seguir:

Tabela 2. Ambiente em que se deu a violência – DEAM/Vitória-ES

Ambiente da Violência	Número de Boletins	Porcentagem Aproximada [%]
Ambiente Web	278	0,63
Comércio	18	2,85
Escola	8	1,26%
Escritório	7	1,11%
Hospital	2	0,31%
Outro Local	35	5,55%
Repartição Pública	8	1,26%
Residência	435	69,04%
Veículo	6	0,95%
Via Pública	95	15,07%
Casa de Show/Eventos	3	0,47%
Consultório	4	0,63%
Indústria	1	0,15%
Unidade Prisional	1	0,15%
Templo Religioso	3	0,47%
Total	630	100%

⁹¹ Classificou-se como espancamento, os boletins de ocorrência onde as vítimas relatavam agressões como chutes, socos, puxões de cabelo, tapas, beliscões etc.

⁹² Para fins dessa pesquisa, foram inseridos nesta subcategoria quaisquer atos que utilizassem ferramentas como faca, tesoura, alicate, canivetes e outros; para ferir ou ameaçar as vítimas.

⁹³ Considerou-se residência o ambiente em que pelo menos um dos envolvidos residia.

Fonte: Produção do próprio autor com base nos boletins de ocorrência registrados na DEAM – Vitória.

Como evidenciado, o ambiente doméstico permanece sendo o local em que as agressões contra as mulheres mais se desenvolvem, sobretudo nos casos conjugais. Tal fato confirma o que afirmam as autoras Lana Lage e Maria Beatriz Nader (2012, pág. 287). Segundo elas, a dominação masculina, institucionalizada e reconhecida pela sociedade, é responsável por tornar o lar um *locus* privilegiado para a violência contra a mulher, o que justificaria o fato da violência contra a mulher, perpetrada por parceiros ou ex-parceiros íntimos, representar a maior parte dos casos de violência de gênero. A violência física ocupa, nesses casos, o segundo tipo de violência mais recorrente entre os casos conjugais⁹⁴, seguida da violência psicológica.

No que concerne às motivações foram observados, no escopo utilizado por esta pesquisa, os seguintes elementos correlacionados às violências são: desemprego, utilização de álcool e/ou drogas, ciúmes, problemas financeiros e familiares, não pagamento de pensão e a não aceitação do rompimento do relacionamento. Importante dizer que, em alguns casos, o relato transcrito pelos escrivães não deixava claro a suposta motivação para a agressão. Além disso, nota-se que as motivações foram apontadas pelas próprias vítimas, que não tinham – na maioria dos casos - consciência de que esses fatores são, na realidade, despertadores da violência e a motivação, em si, é uma mentalidade arraigada de preceitos patriarcais. De maneira geral, o fator que mais resulta na ação violenta do homem contra a mulher é a não aceitação do rompimento do relacionamento afetivo. Em grande parte dos boletins observados, o autor dos fatos recorria às ameaças, perseguições e a invasão da privacidade da vítima para que se reatasse o relacionamento, chegando em alguns casos, à violência física, sexual e ao feminicídio.

Embora as intercorrências não afetem negativamente a quantificação de casos de violência conjugal física, a ausência de alguns dados comprometeu, em certa medida, a definição exata do perfil da vítima e do suspeito/investigado. Todavia, nos boletins onde as informações estavam completas ficou constatado que a maioria das vítimas eram mulheres cujo grau de escolaridade era segundo grau completo (ensino médio), até 40 anos de idade e declararam, em sua maioria, serem casadas ou recém divorciadas. As vítimas eram, em sua maioria, autodeclaradas pardas e residiam em regiões desfavorecida economicamente, ou seja, regiões periféricas da cidade de Vitória. A desumanização da mulher negra em vários aspectos da vida social contribui significativamente para a incidência da violência doméstica. Assim, somando-se à misoginia, o racismo demonstra a brutalidade dual que se incide sobre a mulher negra e que fica claro dentro os boletins de ocorrência da região de Vitória – ES.

É importante salientar que, embora as intercorrências tenham prejudicado a visualização precisa do perfil socioeconômico das vítimas e dos autores nas denúncias prestadas na DEAM-Vitória, é possível compreender que a dissimetria nas relações de poder contribui para a incidência da violência. Ou seja, os resultados sociais e culturais das diferenças, sejam elas econômicas, de raça ou de sexualidade, contribuem significativamente para a dominação hegemônica do homem branco. Desta forma, é possível afirmar que a violência é vivenciada de maneira diferente por cada mulher, a depender do espectro social em que está inserida. Não obstante, também o homem autor da violência é afetado por essas condições.

Sobre as agressões, foi evidenciado que os episódios de violência eram cotidianos, tendo a vítima recorrido às autoridades públicas depois de vivenciar mais de um evento de agressividade do companheiro.

⁹⁴ Define-se relacionamento conjugal a relação em que os envolvidos da denúncia prestada mantinham ou mantém qualquer tipo de relação estável afetiva, a saber: casados, noivos e namorados, ex-namorados, ex-cônjuge, ex-conviventes etc. Em acordo com o que define o Código Civil Brasileiro, de 2002, em seu art. 1723º.

A não representação criminal do autor demonstrava um forte laço afetivo com seu algoz, o que fazia com que a vítima se mantivesse em situação de violência. De acordo com Saffioti (2002, pág.68), “[...] A crença, altamente difundida, de que o marido / companheiro deixará de ser violento - o que repousa numa enorme onipotência - induz a mulher à decisão de lhe dar mais uma oportunidade, persistindo na relação.” Assim, a permanência na relação conjugal se dava por inúmeros fatores, dentro os quais destacam-se a dependência financeira e/ou emocional, a relação familiar do autor com os filhos ou a crença na mudança de comportamento do agressor. A conservação do relacionamento significava, em alguns casos, o agravamento fatal das agressões.

Como visto no quadro número 2, o espancamento foi, entre os meios empregados na agressão, o mais frequente. Assim, socos e tapas no rosto, nas costas, nos seios e nos braços eram habituais. Em alguns casos foi identificado a utilização de objetos para a agressão, como cabos de vassoura, sapatos, fios de telefone e outros. Como exemplo temos o boletim nº 24438872, onde a noticiante informa,

“que na data de 14/04/2014, às 23:00 seu marido começou a lhe agredir fisicamente em diversas partes do corpo (socos na cabeça, pauladas com o cabo de vassoura nas costas, no ombro; mordidas nos braços e tapas no rosto) deixando marcas e hematomas visíveis. Segundo a vítima, o motivo das agressões se resume no fato de seu marido ser uma pessoa sem paciência, ter um temperamento agressivo em virtude do álcool e das drogas que utiliza.”

Foi identificado apenas um caso (0,15%)⁹⁵ de violência sexual nos casos conjugais. Isso se justifica porque muitas mulheres não identificam as atitudes abusivas de seus conjugues como estupro ou importunação sexual. Em outros casos, os próprios escrivães não caracterizavam esses episódios como tal, optando por qualificar a agressão como lesão corporal, por exemplo. Segundo MORGANTE (2015, pág. 70), a falta de denúncias de violência sexual reflete a negligência das autoridades nessas situações, além de demonstrar a resistência da vítima devido à concepção de que a comprovação do abuso é muito difícil.

A respeito do perfil dos investigados (autores), estes possuíam entre 20 e 40 anos, a maioria. Eram, geralmente, mais velhos do que as vítimas, autodeclarados pardos e nível de escolaridade definida como primeiro grau incompleto ou não informado. O desemprego masculino contribuía significativamente para a ocorrência da violência, uma vez que a “castração simbólica”, Sócrates Nolasco (1995), à que estavam expostos contribuía para que a masculinidade fosse exercida por meio de outras vias. A presença do álcool e ou drogas foi bastante recorrente na observação desta pesquisa e, nestes casos, a vítima atribuía aos entorpecentes a razão para o comportamento violento do autor como exemplifica o B.O nº 23932466 :

“A noticiante (vítima) comparece nesta delegacia para relatar que tinha um relacionamento com o autor (João)⁹⁶ desde janeiro de 2012; Que na data de hoje o casal estava comemorando o aniversário do autor que também participavam vários amigos; Que o autor naquela noite fez uso de vários tipos de drogas como: cocaína, LSD, maconha e bebida alcoólica e ficou muito agressivo. Que houve várias discussões com a vítima naquela noite”.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

⁹⁵ Ver em tabela 2 deste relatório final de pesquisa.

⁹⁶ Os nomes originais foram substituídos por nomes fictícios para a preservação da identidade.

O Mapa da Violência (WASELFISZ, 2015) evidencia que o Brasil permanece, desde 2013, entre os primeiros lugares no ranking de países que mais matam mulheres. Não obstante, de acordo com os dados do Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (2015), no Brasil, em 2015, foram registrados 65.986 relatos de violência pelo Ligue 180. Neste relatório, a violência física permanece como o tipo de violência mais denunciada, 51,1% dos registros, seguido pela violência psicológica (29,7%) e pela violência moral (7,2%). Os dados revelam um aspecto tenebroso do nosso país: as estruturas patriarcais ainda permanecem na segunda década do novo milênio e demonstram ser um impasse no combate, efetivo, à violência contra a mulher. A nível regional, o cenário não se distancia. De acordo com Maria Beatriz Nader,

Assim como em todo o Brasil, em Vitória, capital do estado do Espírito Santo, a cultura de dominação masculina que prevaleceu em alguns redutos familiares, desde os tempos do Brasil Colonial, até hoje ainda se mantém. E, pela intensidade do machismo em que se pauta a cultura dos italianos, alemães e árabes, imigrantes que chegaram, em grande número, ao Espírito Santo, na virada do século XIX para o XX, na sociedade vitoriense ainda hoje se percebe nitidamente resquícios da representação social dos valores hierarquizados fundados na desigualdade de lugares sociais sexuais que subalternizam a mulher, descendente ou não daqueles povos. E mais, com a chegada dos migrantes nos anos de 1970, 1980 e 1990, a maioria vindo do interior trazendo sua cultura rural também hierarquizada sexualmente, a miscigenação exacerbou a violência contra a mulher. (NADER, 2010, pág. 1)

A presente pesquisa acredita que os dados dos boletins de ocorrência, registrados no ano 2015 na DEAM-Vitória/ES, manifestam essa construção histórica da sociedade capixaba onde o machismo reverbera. Os casos conjugais são maioria entre as denúncias prestadas, o que ratifica a constatação de que o ambiente doméstico segue como local preponderante para a ocorrência da violência, uma vez que as vítimas compartilham o lar com seus agressores. Dentre as razões aparentes apresentadas pelas vítimas para a agressão de seus parceiros íntimos, destacam-se, a utilização de drogas e/ou álcool, o ciúme, a cobrança de pensão dos filhos e, na maioria dos casos, a não aceitação do rompimento da relação conjugal. Mirela Morgante explica,

[...] a negação feminina apresentou-se para seus maridos, ex-maridos, namorados, ex-namorados, companheiros ou ex-companheiros, como um ultraje, uma radical subversão da hierarquia de poder, um questionamento ao poder masculino soberano. E, como uma forma de se reafirmarem soberanos, praticaram inúmeras violências contra suas companheiras ou ex-companheiras. (2019, pág.84)

O padrão de masculinidade patriarcal impõe, portanto, que os homens se provem homens e essa provação reside na violência. Ser homem implica ser forte, corajoso, criativo, e mais racional do que as mulheres. Esse ‘mais’, segundo Badinter (1993) justifica sua relação hierárquica com as mulheres. Segundo a autora,

A ordem “seja homem”, tão frequentemente ouvida, implica que isso não é tão evidente e que a virilidade não é, talvez, tão natural quanto se pretende. A exortação significa, na melhor das hipóteses, que a posse de um cromossomo Y ou de órgãos sexuais masculinos não basta para definir o macho humano. Ser homem implica um trabalho, um esforço que não parece ser exigido das mulheres. É mais raro ouvir “seja mulher” como uma chamada de ordem, enquanto a

exortação feita ao menino, ao adolescente e mesmo ao adulto masculino é lugar-comum na maioria das sociedades. Sem ter plena consciência disso, agimos como se a feminilidade fosse natural, portanto, inelutável, enquanto a masculinidade tem que ser conquistada, e a alto preço. (BADINTER, 1993, pág. 3-4)

Por outro lado, é válido ressaltar que as conquistas feministas do século XX vêm contribuindo expressivamente para que a violência contra as mulheres saia da impunidade. A criação do Pacto Nacional de Enfrentamento a Violência contra a Mulher de 2007, os Planos Nacionais para as Mulheres de 2003 e a Lei do Femicídio (13.104/2015) são algumas das políticas públicas que derivam, portanto, dessa luta feminista que têm viabilizado uma mudança neste cenário. Isso se torna ainda mais claro com o aumento das denúncias nas Delegacias Especializadas em Atendimento à Mulher (DEAMs), tirando a violência doméstica da invisibilidade.

Não obstante, as pesquisas em torno do tema contribuem para que se levantem dados sobre o fenômeno da violência no estado do Espírito Santo e que se criem possibilidades para seu enfrentamento, fortalecendo as políticas públicas já existentes e sugerindo novas. A produção acadêmica é, neste sentido, fundamental para esse processo de investigação e avaliação dos progressos sociais com a instauração das Leis de proteção à mulher, como é o caso da Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006, a Lei do Minuto Seguinte, Lei nº 12.845 sancionada em 2013, e a Lei do Femicídio, Lei nº 13.104 sancionada no ano de 2015.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BADINTER, Elizabeth. *XY: sobre a identidade masculina*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2006.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. RASEAM: Relatório Anual Socioeconômico da Mulher. Brasília: SPM/PR, 2015.
- DAVIS, A. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, H. et al (org.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. Editora UNESP: São Paulo, 2009.
- ENGELS, Friedrich. *Origens da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1984.
- FERRARI, Alex S. *Patriarcado e violência: desemprego masculino e reviravolta feminina nos papéis de gênero*. Vitória-ES (2002-2010). 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade do Espírito Santo, Vitória, 2016.
- LAGE, Lana; NADER, Maria Beatriz. Violência contra a mulher: da legitimação à condenação social. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). *Nova História das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 287-312.
- LERNER, Gerda. *A Criação do Patriarcado: História da opressão das mulheres pelos homens*. São Paulo: Cultrix, 2019.
- MORGANTE, Mirela. O Aborto como crime: História, Poder e Violência. In: NADER, Maria Beatriz; MORGANTE, Mirela (org.). *História e Gênero: Faces da violência contra as mulheres no novo milênio*. Vitória: Milfontes, 2019. (Pág. 15-78)
- MORGANTE, Mirela Marin. “*Se você não for minha, não será de mais ninguém*”: a violência de gênero denunciada na DEAM/Vitória-ES (2002-2010). 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade do Espírito Santo, Vitória, 2015.
- MINAYO, M. C. de S. e SOUZA, E. R. *Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva*. História, Ciências, Saúde— Manguinhos, IV(3): 513-531, nov. 1997-fev. 1998
- NADER, Maria Beatriz. *A condição masculina na sociedade*. Dimensões, Vitória, n.14, p 461-480, 2002.
- NADER, Maria Beatriz. *Mapeamento e perfil sócio-demográfico dos agressores e das mulheres que procuram a Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher Vitória (ES)*. 2003 - 2005. Fazendo Gênero. Florianópolis, p. 1-8, ago. 2010.
- NOLASCO, Socrates. *O mito da masculinidade*. Rio de Janeiro, 1995.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e realidade*, n. 20, 1995.

SAFFIOTI, Heleieth. *Violência doméstica: questão de polícia e da sociedade*. In: CORRÊA, Mariza. *Gênero e cidadania*. Campinas: Pagu, 2002. Vol. 1, p. 59-70.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado, violência*. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

WALKER, Lenore. *The battered woman*. New York: Harper and How, 1979.

Publicações online:

BRASIL. *Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm. Acesso em: 12 jun. 2022.

Tipos de Violência doméstica e familiar contra a mulher na Lei Maria da Penha. Instituto Maria da Penha. Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/lei-11340/tipos-de-violencia.html> Acesso em: 15, junho de 2022.

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência 2015*. Homicídio de Mulheres no Brasil. ONU Mulheres / Organização Pan-Americana da Saúde - Secretaria Especial de Políticas para Mulheres - Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais. Brasília, 2015. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf . Acesso em: 13 de agosto de 2022

AS MÃES SOLTEIRAS NA SÃO PAULO DE FINAIS DO SÉCULO XVIII: UMA PERSPECTIVA DE SUA INSERÇÃO SOCIOECONÔMICA ATRAVÉS DAS LISTAS NOMINATIVAS DE 1798

GIOVANNA TURATO CITRON⁹⁷

Resumo: Este artigo tem como objetivo apresentar o perfil demográfico das mulheres livres, acima dos 12 anos de idade, solteiras e mães, na cidade de São Paulo, na última década do século XVIII, a partir de uma análise das listas nominativas de habitantes de 1798. Foi observada não somente a inserção quantitativa desse nicho populacional na demografia paulista, mas, também, a econômica, levando em consideração não apenas a peculiaridade da cidade na economia colonial, mas, especialmente, a questão de gênero, fator de limitação do campo de possibilidades de experiências dessas mulheres.

Palavras-chave: História das Mulheres; São Paulo Colonial; Demografia histórica.

1. INTRODUÇÃO

A historiografia brasileira sobre a família, o casamento e a bastardia na sociedade paulista colonial desenvolveu-se de forma muito profícua desde os anos 1970, levando em consideração não apenas os métodos e fontes tradicionais do fazer historiográfico, mas, principalmente, as propostas da Demografia Histórica e dos Estudos de Gênero, direcionando os olhares dos pesquisadores não somente para estruturas político-econômicas dominantes, mas, também, para as formas cotidianas de relações e vivências de grupos socialmente marginalizados, bem como para as relações entre ambas as esferas.

Nesse contexto, as dinâmicas matrimoniais têm sido largamente estudadas por diferentes autores⁹⁸, chamando a atenção para a importante questão do dote no período colonial e de outros fatores, típicos da realidade paulista, que limitavam, para as camadas menos abastadas, as possibilidades materiais de matrimônio⁹⁹. A partir disso, tais olhares chamam a atenção tanto para o predomínio da população solteira e conseqüente frequência de uniões costumeiras, quanto para o resultado disso¹⁰⁰, a existência de

⁹⁷ Graduanda em História na FFLCH/USP. Pesquisadora participante dos Grupos de estudos: CEDHAL-USP; GEMPO-USP; História Econômica e Social da Mulher no Brasil IEB-USP. E-mail: giovanna.turato@usp.br.

⁹⁸ Cabe destacar os trabalhos de Maria Odila Dias (1984), Eni de Mesquita Samara (1989), Maria Beatriz Nizza da Silva (2001), Alzira Lobo de Arruda Campos (2003), Maria Luíza Marcílio (2014) e Renato Venâncio (2018).

⁹⁹ Para análises detalhadas desses fatores, que são especialmente de caráter econômico (como, por exemplo, a organização da economia paulista, que gerava intensa mobilidade masculina e a predominância da população feminina na cidade), ver: Campos (2003, p. 60) e Marcílio (2014, p. 206-207).

¹⁰⁰ Para a compreensão de uma relação direta entre o dote, a escassez de matrimônios, a pobreza e a proliferação de filhos ilegítimos, ver Dias (1984, p. 31).

filhos ilegítimos¹⁰¹, fenômeno que, de acordo com esses pesquisadores, foi expressivo na sociedade paulista do século XVIII.

A partir disso, este artigo busca contabilizar a presença de mães solteiras na cidade de São Paulo, no ano de 1798, evidenciando sua presença e seu papel tanto a partir do ponto de vista demográfico quanto do socioeconômico. Para tal, parte-se da perspectiva teórica de que o gênero, enquanto construção histórica, não se constitui somente no âmbito familiar, mas também nas relações jurídicas, políticas e econômicas (SCOTT, 1995, p. 87), justificando a pretensão deste texto em compreender a implicação dos papéis sociais femininos e da organização socioeconômica paulista na vida cotidiana das mães solteiras.

2. METODOLOGIA¹⁰²

As listas nominativas de habitantes, documentos produzidos pela administração colonial, foram espécies de recenseamentos da população e da produção, e tornaram-se uma ferramenta crucial para os estudos de Demografia Histórica¹⁰³. A partir da leitura paleográfica e transcrição da lista nominativa de habitantes para a cidade de São Paulo – a região central (três companhias de ordenança), a paróquia de Nossa Senhora do Ó, Nossa Senhora da Penha e Sant’Anna –, efetuada para o ano de 1798, foi elaborado um banco de dados, através do qual foi possível extrair as informações quantitativas e qualitativas apresentadas. Como aponta Bacellar (1987, p. 26), para a última década do século XVIII a lista de 1798 é a mais completa, já que inicia um novo padrão de confecção baseado em novas necessidades da Coroa.

As listas nominativas não mencionam, na maior parte dos casos, que um indivíduo é filho ilegítimo: dessa forma, não há como garantir com precisão o número de mães solteiras, sendo possível apenas inferir a partir de alguns dados, como o estado conjugal e a presença de filhos no mesmo domicílio. Esse fato, somado à baixa amostragem populacional (160 mães em um grupo de 1.517 mulheres solteiras livres), direciona a análise dos resultados mais a um olhar qualitativo, isto é, das possibilidades que os dados quantitativos indicam para essas pessoas.

Há que se fazer uma colocação: dada a natureza da confecção das listas no período colonial, a lista de São Paulo para 1798 não registra o estado conjugal de indivíduos não casados, nem a cor de indivíduos não negros ou “mulatos”. Desse modo, uma análise pura dos dados conduz a um desequilíbrio das proporções de cada estado conjugal e etnia naquela população, tornando inviáveis conclusões que se aproximem da realidade. Tendo-se isso em vista, foi realizado o acompanhamento de uma amostra de indivíduos da lista em questão nas listas de 1795, 1797, 1802 e 1805, e constatou-se que a falta de

¹⁰¹ “Ilegitimidade”, “bastardia” e “concubinato” aparecem, nas fontes, como termos polissêmicos. Aqui, considerou-se como filho ilegítimo aquele nascido de pais não casados entre si, o que feria o sacramento católico do matrimônio e produzia um indivíduo juridicamente desigual àqueles nascidos de uma união formal.

¹⁰² Cabe pontuar que a pesquisa aqui apresentada é parte de um projeto de Iniciação Científica ainda em desenvolvimento e, portanto, algumas questões serão desenvolvidas com a profundidade adequada apenas futuramente. A análise aqui proposta, então, baseia-se em um tratamento das fontes e uma leitura bibliográfica mais extensos do que o escopo da ilegitimidade na sociedade colonial, tema que não é central para o projeto de pesquisa em curso, que visa analisar a inserção socioeconômica de mulheres só na sociedade paulista colonial.

¹⁰³ Para uma descrição detalhada e uma análise crítica das possibilidades e limitações das listas nominativas, ver: Marcílio (2014, p. 115-134), Bacellar (2008) e Campos (2003, p. 30-31).

informação sobre o estado conjugal significa, muito provavelmente, solteirice e, de etnia, a cor branca. Os dados aqui apresentados, portanto, levam em consideração essa correção hipotética efetuada.

Em tempo, é necessário destacar que a cor não representa apenas os traços fenotípicos dos indivíduos, dizendo respeito, em maior medida, a seu *status* jurídico na sociedade escravista. A quantificação realizada aqui, portanto, segue os registros das listas nominativas, que classificam os indivíduos em brancos, pretos, negros, pardos e mulatos. Por fim, vale pontuar que o critério etário adotado para a seleção de mulheres solteiras obedece à disposição legal dos 12 anos como idade mínima para o matrimônio feminino (CAMPOS, 2003, p. 66).

3. AS MÃES SOLTEIRAS NA SÃO PAULO DE 1798

Em “O Diabo e a Terra de Santa Cruz”, Laura de Mello e Souza (2009) demonstra que, na América Portuguesa, embora existisse uma ideologia oficial difundida pela Igreja e pelo Estado, e que se pretendia dominante, nem mesmo as elites coloniais seguiam à risca os ideais estabelecidos, tampouco os estratos sociais mais baixos. Nesse sentido, não apenas o sincretismo religioso teve uma larga margem de existência, mas a vida cotidiana foi permeada por modificações na moralidade pretendida pela doutrina religiosa e pela legislação portuguesa.

Assim, se por um lado o catolicismo condenava como pecado a prática de relações sexuais antes da formalização do casamento, e as Ordenações Filipinas determinavam que filhas solteiras de até 25 anos fossem deserdadas pelos pais caso tivessem cópula carnal (CAMPOS, 2003, p. 84), por outro, havia indivíduos contestando veementemente os dogmas morais – e até mesmo os teleológicos – estabelecidos (SOUZA, 2009), o que se refletia na prática cotidiana. Sob essa perspectiva, há que se refletir acerca do quanto as mães solteiras representavam, de fato, um contraste tão forte com os valores morais vigentes; quais valores efetivamente permeavam o cotidiano dos paulistanos de 1798? Se essas mulheres se chocam contra um padrão moral idealizado, o quanto realmente ocupavam uma posição fora da ordem social ao nível da vida prática? Como procura mostrar a autora supracitada, não existiu um dualismo rígido entre uma maioria de fiéis católicos doutrinados e uma minoria de desviados estigmatizados, apesar dos padrões ideais permearem o imaginário de todas as pessoas.

Desse modo, “os costumes eram mais fortes do que a lei”, como postula Alzira Campos (2003, p. 49); mas, para além disso, há que se levar em consideração que as elites metropolitana e colonial estipulavam papéis difíceis de serem cumpridos pelos grupos desfavorecidos, especialmente porque não tinham posses a transmitir e, assim, certas normas se tornavam desnecessárias, já que, geralmente, as punições diziam respeito a perdas materiais. A legislação, portanto, por mais rigidamente patriarcal que fosse – patriarcado que se refletia na violência que a lei não coibia ou, ainda, autorizava¹⁰⁴ –, era pensada para a elite.

Com isso, tem-se que a aceitação social das mães solteiras dependia, em maior grau, da posição socioeconômica ocupada por elas (SAMARA, 1989, p. 65-66): quanto mais pobres, menos reputação a se prezar e, devido à lógica do jogo matrimonial e de ascensão social, que excluía os menos abastados na hierarquia colonial, menos privações advindas da existência de um filho ilegítimo. Mas, se as limitações

¹⁰⁴ Nazzari (2001, p. 2-3) aponta que a legislação colonial não estabelecia entraves à violência masculina, sendo comuns os casos de maridos ou parentes agredindo ou assassinando mulheres que concebiam filhos ilegítimos.

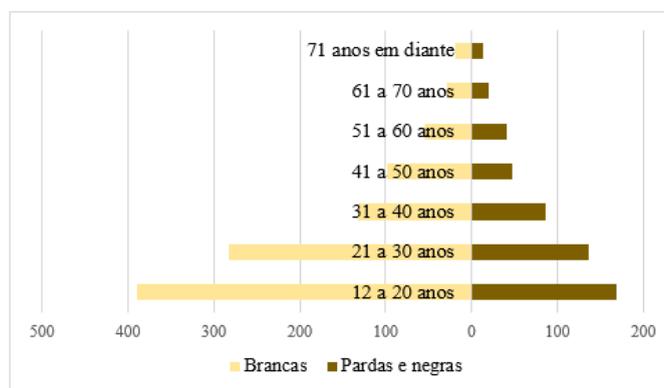
sociais para mães solteiras e pobres eram menores, as econômicas, como se mostrará adiante, eram fortes e refletiam as marcas de um sistema patriarcal concreto, apesar do afrouxamento da moral ideal e abstrata no plano dos costumes¹⁰⁵.

3.1. As mães solteiras na população da cidade

De acordo com Marcílio (2014, p. 140), a população da cidade de São Paulo, em 1798, era de aproximadamente 21.304 indivíduos; na lista nominativa aqui em análise, estão registrados cerca de 9.384, dos quais em torno de 5.842 são livres e, destes, 3.423 são do sexo feminino. Desse grupo, 1.818 indivíduos são mulheres sós, isto é, com idade acima dos 12 anos, solteiras, viúvas ou casadas com o marido ausente; elas representam significativos 19,4% da população recenseada, e mais da metade da população feminina livre. Dessas, 1.517 são mulheres solteiras, ou seja, 44,3% de todas as mulheres livres da lista.

Como aponta Marcílio (2014, p. 149), o fenômeno da solteirice é válido para toda a população paulistana no ano de 1798, já que, conforme seu levantamento, mesmo excluindo-se os indivíduos entre os 0 e 9 anos¹⁰⁶, 57% da população livre era solteira. A autora demonstra, contudo, que a proporção de solteiros era maior para o sexo feminino, pela predominância das mulheres na população e, também, devido à elevada migração dos homens em idade apta ao matrimônio, dentre outros fatores (MARCÍLIO, 2014, p. 168).

Gráfico 1 - Pirâmide etária: Mulheres livres solteiras (cidade de São Paulo, 1798)



Fonte: Lista nominativa de habitantes da cidade de São Paulo, 1798.

¹⁰⁵ Cabe pontuar que, aqui, adotou-se uma definição de “elite” pautada na perspectiva que Campos (1984, p. 34-38) apresenta, e que se traduz não em uma rigidez hierárquica e em poucas categorias, como no Antigo Regime europeu, mas em uma adaptação desse modelo metropolitano à realidade colonial e que permitiu maior flexibilidade de ascensão ou declínio social. Em São Paulo, por exemplo, não havia uma elite homogênea, e parte dos homens de maior prestígio social eram os grandes comerciantes.

¹⁰⁶ A autora não utiliza, em suas tabelas, o marco dos 12 anos, mas faixas etárias de 0 a 9 anos, 10 a 19, 20 a 29, etc. Por isso, só foi possível realizar o cálculo aqui apresentado excluindo-se a primeira faixa etária, e considerou-se, então, os indivíduos de 10 e 11 anos na população solteira.

A partir do Gráfico 1, nota-se que as mulheres solteiras eram predominantemente brancas, entre os 12 e os 30 anos de idade. Em sua maioria, ocupavam a posição de filhas: 40% em domicílios¹⁰⁷ de chefia feminina, 60% nos de chefia masculina – proporção que também representa, aproximadamente, a da chefia dos domicílios registrados na lista de 1798.

Em 1798, dentre as 1.517 mulheres solteiras, 160 declararam ser mães, com filhos considerados ilegítimos. Se o percentual parece baixo e, portanto, o fenômeno da ilegitimidade poderia ser visto como inexpressivo, há que se considerar um elemento central a esta análise: a fonte utilizada não permite a visualização da taxa de natalidade das crianças ilegítimas, mas apenas da quantidade de mulheres que optaram por mantê-las. O abandono é dificilmente quantificável, mas, de acordo com Venâncio (2018, p. 190), entre os séculos XVIII e XIX alcançou o nível de dezenas de milhares de crianças na América Portuguesa.

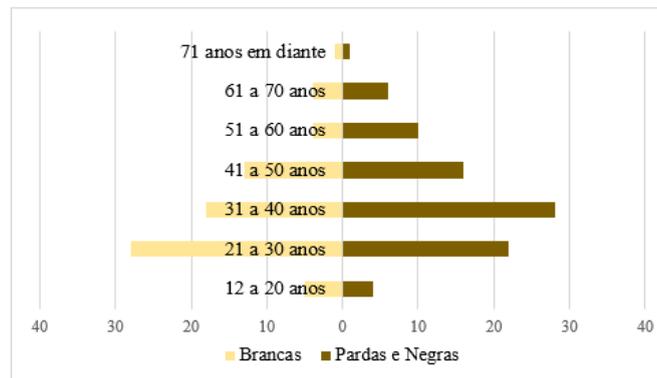
A partir dos dados apresentados no Gráfico 2 e na Tabela 1, nota-se que a maior parte dessas mulheres estava entre os 21 e os 40 anos. Nesse sentido, é possível conjecturar que o fenômeno não se traduz meramente como uma precocidade da sexualidade, ou como resultado apenas da acidentalidade de jovens inexperientes. Também não é possível concluir que eram mulheres que se tornaram velhas demais para o casamento: de acordo com Alzira Campos (2003, p. 104), na São Paulo colonial, as moças tendiam a se casar entre os 20 e os 26 anos – período de maior expressividade das mães solteiras –, e o celibato definitivo, isto é, a redução drástica das chances de matrimônio, só se dava a partir dos 50 anos, quando escasseiam, na lista, as mulheres com filhos ilegítimos. Elas eram, portanto, mulheres em idade apta à união, mas que, dada a problemática da escassez matrimonial paulistana do século XVIII, não alcançaram – ou não desejaram – um casamento.

Dessas relações não matrimoniais surgiam os filhos ilegítimos e, quando não havia a coabitação do casal, as crianças, se não fossem abandonadas ou entregues a outrem, tendiam a permanecer com as mães, e não com os pais¹⁰⁸. Se a natureza lega ao corpo feminino a maior parte da responsabilidade pela reprodução biológica – a gestação e o parto –, a sociedade ocidental do século XVIII, pela divisão de papéis sociais por gênero, lega à mulher a responsabilidade pela reprodução social dos indivíduos durante a infância.

Gráfico 2 - Pirâmide etária: Mães solteiras livres (cidade de São Paulo, 1798)

¹⁰⁷ Aqui, utiliza-se a definição de “domicílio” para a demografia, conforme apontado por Marcílio (2014, p. 171): casal + filhos + agregados/escravos.

¹⁰⁸ Na lista nominativa paulistana de 1798, há casos em que o pai declara morar com seus filhos, sem a presença da mãe. São casos estatisticamente inexpressivos e, na maior parte das vezes, frutos da morte da mulher (esposa/mãe) no ano anterior, ou, mais raramente, de abandono do lar por ela. São, portanto, exceções à regra. Mesmo nos processos de divórcio, a guarda dos filhos quase nunca – à exceção de certos casos específicos – está em disputa, já que é socialmente estabelecido que devem permanecer com a mãe (CAMPOS, 2003, p. 550).



Fonte: Lista nominativa de habitantes da cidade de São Paulo, 1798.

Tabela 1 - Mães solteiras livres por grupos etários e cor (cidade de São Paulo, 1798)

IDADE	BRANCAS	PARDAS E NEGRAS	Totais
<i>12 a 20</i>	5	4	9
<i>21 a 30</i>	28	22	50
<i>31 a 40</i>	18	28	46
<i>41 a 50</i>	13	16	29
<i>51 a 60</i>	4	10	14
<i>61 a 70</i>	4	6	10
<i>71 em diante</i>	1	1	2
Totais	73	87	160

Fonte: Lista nominativa de habitantes da cidade de São Paulo, 1798.

Embora os dados acima apresentem um predomínio das mulheres pardas e negras como mães solteiras, Maria Odila Dias (1984, p. 32) e Alzira Campos (2003, p. 426) apontam que a maior parte das crianças expostas – isto é, abandonadas – era branca, o que leva à hipótese de que as negras e pardas não necessariamente geravam mais filhos ilegítimos, mas, devido à maior escassez matrimonial para elas e ao chamado duplo padrão de moralidade existente no mundo colonial, que estabelecia valores diferentes para mulheres brancas e negras ou pardas (VENÂNCIO, 2018, p. 198), essas as mantinham consigo mais do que as mulheres brancas¹⁰⁹.

3.2 Sobrevivência, Dependência e Solidariedade: a inserção das mães solteiras na economia paulista e a agregação

A capitania de São Paulo constituiu-se, apesar do desenvolvimento açucareiro no Oeste Paulista a partir de meados do século XVIII, como uma economia voltada ao mercado interno da América Portuguesa¹¹⁰. E, de acordo com Marcílio (2014, p. 155), a taxa de razão de sexo permite enxergar que os homens paulistas deslocavam-se abundantemente para onde fontes de renda se faziam possíveis, tendo em

¹⁰⁹ Para uma análise mais detalhada a partir de outro conjunto de dados, ver Silva (2022, p. 15).

¹¹⁰ Apesar da orientação da produção colonial para o mercado externo, a sobrevivência material dos colonos, em especial daqueles em regiões não pertencentes aos polos produtivos centrais, dependeu da constituição de um mercado interno na América Portuguesa, como demonstraram João Frago & Manolo Florentino (2001).

vista a natureza das atividades desse mercado interno: nas bandeiras (que forneciam abastecimento de mão de obra); na procura de outras fontes de metais preciosos; no abastecimento das Minas e do Sul; no comércio de gado, carne e couro; nas plantações de açúcar do oeste, etc. Em todas essas zonas de atividade, a razão de sexo era alta, enquanto que, naquelas que não estavam na “corrente econômica do momento”, a razão era muito baixa; as mulheres predominam, então, nos espaços de maior marginalidade econômica.

Tendo-se isso em vista, há que se refletir acerca das limitações encontradas pelas mulheres nesse cenário econômico. Havia limitações biológicas, relacionadas à menstruação e gravidez, que poderiam, eventualmente, impedi-las de acompanhar o mesmo ritmo de tropas masculinas nessas atividades de andanças pelo sertão. Havia, também, limitações sociais: se os costumes definiam que o papel social da mulher era o de tomar conta da prole, enquanto o do homem era o de provê-la, mulheres com filhos encontrariam ainda mais obstáculos à participação nessas atividades típicas da capitania de São Paulo, de mobilidade sazonal. Por fim, havia ainda limitações políticas: às mulheres era vedada a participação em cargos públicos da burocracia estatal, bem como o acesso a uma educação que lhes permitisse exercer profissões liberais. As possibilidades de ocupações econômicas eram, portanto, ainda mais restritas para as mulheres pobres e mães do que para os homens pobres e pais, nesse contexto histórico¹¹¹.

Nem tudo, porém, são limitações estruturais no curso de vida dos indivíduos. Jan Kok (2004) chama a atenção para o fato de que as pessoas sempre possuem escolhas, embora não tenham a liberdade de definir o escopo de possibilidades de suas decisões, condicionado por uma estrutura social. Nesse sentido, pensando na realidade de mães solteiras na São Paulo do século XVIII, até que ponto estão vivendo entre o acaso e a escolha, considerando que: 1) os métodos contraceptivos eram pouco conhecidos nesse período (CAMPOS, 2003, p. 423-425), mas elas poderiam escolher a maternidade como realização pessoal, aceitando a impossibilidade do casamento; e 2) as possibilidades ocupacionais apresentavam inúmeros obstáculos a essas mulheres, mas, ainda assim, elas conseguiam, através de suas escolhas, encontrar meios de sobreviver? Para tal, há que se levar em consideração que a agência dos indivíduos não significa necessariamente um posicionamento contra o sistema vigente, nem uma estratégia planejada para longo prazo; no caso de pessoas preocupadas com questões materiais imediatas, são pequenas decisões que tomam frente aos problemas que se apresentam.

Tabela 2 - Mães solteiras livres: posição no domicílio em números absolutos por cor (cidade de São Paulo, 1798)

	CHEFE	FILHA	FAMILIAR	AGREGADA
BRANCAS	60	5	1	6
PARDAS E NEGRAS	73	4	1	9
Totais	133	9	2	15

Fonte: Lista nominativa de habitantes da cidade de São Paulo, 1798. 1 mulher branca não informa.

De acordo com a Tabela 2, percebe-se que a maior parte das mães solteiras constituía um domicílio próprio. Contudo, não há como estabelecer uma relação direta entre ambas as coisas, já que, para tal, seria necessário empreender uma análise longitudinal, visando descobrir se elas já chefiavam um domicílio antes

¹¹¹ Mesmo os homens casados e pais envolviam-se nessas atividades, abandonando o lar por longos períodos ou de forma definitiva. Essas situações geravam as mulheres casadas de marido ausente, que, assumindo a chefia do lar, precisavam sustentar a si e a seus filhos. Elas aparecem de forma notável nas listas nominativas de habitantes paulistanas: em 1798, são 55; em 1802, são aproximadamente 96 mulheres.

de se tornarem mães, ou não. A chefia de um domicílio por uma mãe solteira implica que a responsabilidade pelo sustento de si e da prole recaía completamente sobre ela; não havia provedores diretos dos quais depender para obter a maior parte de suas condições materiais de sobrevivência. O fato de ser possível a tantas mulheres o fazerem demonstra que, apesar das limitações existentes, era possível encontrar saídas.

Tabela 3 - Mães solteiras livres: ocupações econômicas por cor (cidade de São Paulo, 1798)

OCUPAÇÃO	BRANCAS	PARDAS E NEGRAS	Totais
Atividades têxteis	50	32	82
Atividades de venda	5	13	18
Lavadeiras	1	13	14
Roceiras	3	9	12
Esmolas ou dependência alheia	3	6	9
Jornais de escravos	3	1	4
Criação de animais e pescaria	1	2	3

Fonte: Lista nominativa de habitantes da cidade de São Paulo, 1798. As ocupações são cumulativas e, portanto, a somatória dos valores não resulta no total de mães solteiras, já que algumas mulheres exerciam mais de uma atividade, sendo contabilizadas repetidamente.

A partir da Tabela 3, nota-se que a maior parte das mães solteiras desenvolvia atividades têxteis, tendência notável para as sós em geral (DIAS, 1984, p. 213-244). Além dessas, as atividades de vendas – “quitandas”, “agências”, “vendas de efeitos da terra” –, na maior parte de pequena monta, alcançam certa expressão. Notório é que 3 dessas mulheres declararam obter rendimentos apenas dos jornais de seus escravos¹¹², o que nuança uma certa perspectiva de que a escravidão, no século XVIII, teria se tornado inacessível a pequenos proprietários.

Uma comparação com os dados obtidos para as ocupações econômicas de mulheres sós da cidade de São Paulo em 1798 permite notar que as atividades relacionadas à agricultura possuem, nesse caso, uma expressividade muito maior – o dobro do percentual em relação às demais atividades –, o que não ocorre no caso de mães solteiras. É possível concluir que isso se dá pelo fato de que 80% dessas mulheres localizavam-se em regiões mais centrais (1ª, 2ª e 3ª Companhias de Ordenança)¹¹³ e, portanto, mais urbanas, limitando as possibilidades de sobrevivência unicamente através da agricultura – de fato, das 11 mães que declararam exercer atividades agrícolas, 9 estavam em bairros periféricos¹¹⁴.

¹¹² Merenciana Maria, preta, de 60 anos, morava na 1ª CIA de Ordenança e tinha 3 filhos e 1 agregado, além de seu escravo. Na 3ª CIA de Ordenança, Francisca Maria, branca, de 26 anos, tinha apenas 1 filho e contava com 2 escravos em serviço. Ainda nesse bairro, está a mãe solteira que possuía mais escravos (10): Maria Antonia, branca, de 53 anos, tinha apenas 1 filho, mas também agregava 5 outros indivíduos livres.

¹¹³ Já no caso das mulheres sós em geral, 71% estavam na região central, percentual que se repete para o grupo das mulheres solteiras. Sendo assim, a tendência das mães solteiras não foge ao padrão do povoamento da cidade (para a população total, a população livre e a população feminina livre, a média dessa porcentagem é de 60%), embora seja possível notar uma acentuação do fenômeno conforme aumenta a marginalidade social dos indivíduos.

¹¹⁴ “Rural” e “urbano” são termos a serem compreendidos com certa cautela quando se trata da São Paulo do século XVIII. A urbanização da cidade, em termos contemporâneos, só ocorrerá no período imperial e, mais pronunciadamente, no

Ora, segundo Dias (1984, p.15-17; 52-53; 176-177; 214-241), nesse período a zona urbana concentrava a pobreza; além disso, a autora demonstra a baixa rentabilidade das atividades femininas, em especial as de costureira e lavadeira, até mesmo durante o século XIX. Para contornar essa situação, nota-se, observando as listas nominativas ano a ano, que essas mulheres geralmente exerciam mais de uma atividade, tornando seu cotidiano o espaço do improvisado de papéis, devido à precariedade das ocupações que lhes eram possíveis.

Além disso, é importante notar que, se para a população masculina livre havia cerca de 60 tipos de atividades econômicas diferentes (MARCÍLIO, 2014, p. 176-177), para as mulheres havia cerca de 15, quantidade que se reduz, no caso de mães solteiras, a uma média de 6¹¹⁵. Embora os homens encontrassem barreiras de nível social à prática de determinados ofícios, as mulheres encontravam, além dessa, a barreira do gênero – por vezes, ainda a barreira da cor: como se nota pela Tabela 3, e como afirma Dias (1984, p. 232), mulheres brancas evitavam o ofício de lavadeira, estigmatizado como próprio às negras e pardas.

É interessante notar que 46 mães solteiras, com igual proporção de brancas e negras ou pardas, agregavam outros indivíduos; a maior parte dos agregados era formada por mulheres só e crianças não parentes. Essa solidariedade, porém, não deve ser entendida meramente como uma assistência integral: os indivíduos agregados, quando possível, deveriam contribuir com sua mão de obra para o domicílio, para que, assim, a sobrevivência de todos estivesse garantida.

Das mães solteiras habitando em domicílio chefiado por outrem, quase metade estava em domicílios de familiares, em sua maioria como filhas e, quando não, como irmãs. O perfil dessas mulheres era variado, sendo que há aquelas com maior e menor idade, em domicílios de fiandeiras, pescadores, vendedoras e dependentes de esmolas; quase todas estavam em lares de chefia feminina, cujas chefes possuíam mais de 50 anos e eram viúvas, costureiras, roceiras ou vendedoras que agregavam outros indivíduos além dessas mulheres.

Para aquelas agregadas em domicílios de não parentes, a maioria estava em lares chefiados por uma figura masculina, em especial no caso de pardas e negras. Em sua maioria, eram homens casados, de capitães a roceiros, com idades entre 24 e 51 anos, que, geralmente, agregavam outros indivíduos e, alguns, possuíam ainda escravos. Há apenas um caso em que um homem solteiro, pardo e jovem agrega uma mãe solteira, também parda e na mesma faixa etária, com seus dois filhos; talvez seja possível supor um caso de concubinato com coabitação. Em geral, os homens agregadores de mães solteiras eram brancos.

Se questões morais, econômicas, de óbito dos pais, de migração ou de necessidade de aprender um novo ofício podiam levar essas mulheres a saírem do domicílio familiar, as condições materiais da cidade de São Paulo abriam a possibilidade de que recorressem ao auxílio de outros, os quais, apesar de sua condição, acolheriam-nas em seus lares, não apenas como forma de solidariedade, mas, também, como forma de obter auxílio econômico com o aumento da renda domiciliar. Sendo assim, apesar de a maior parte das mães solteiras viverem sem o auxílio de outrem, a agregação demonstra que, como afirmou Venâncio (2018, p. 199), a mãe solteira foi, em certa medida, aceita pela sociedade ainda no século XVIII.

período republicano. Para uma descrição mais acurada da paisagem paulistana no período em questão, ver Marcílio(2014, p. 29-90).

¹¹⁵ É preciso pontuar que a diferença quantitativa entre possíveis ocupações masculinas e femininas é mais latente no meio urbano, onde as atividades dos setores secundário e terciário são mais diversas; no meio rural, as possibilidades tendem a se igualar. No entanto, tendo em vista que as mães solteiras ocupam majoritariamente as zonas centrais, elas estão, consequentemente, nas zonas de maior discrepância ocupacional entre os sexos.

Um olhar para a São Paulo desse século mostra que o cotidiano dos indivíduos livres e pobres era regido por questões de sobrevivência e, portanto, a manutenção da mão de obra de um domicílio era fator mais importante do que as questões morais ou legais que se pretendiam fazer cumprir.

Como afirma Dias (1984, p. 184-195), os domicílios chefiados por mulheres desempenhavam uma importante forma de integração das mães solteiras na sociedade. Em 1798, na cidade de São Paulo, 147 (91%) delas estavam em lares desse tipo; além disso, 28% dos domicílios de chefia feminina abrigavam mães solteiras. Além disso, esses dados não aparentam ser uma distorção da realidade, como uma particularidade efêmera de 1798, já que, ao analisar-se as listas nominativas de habitantes de 1802, para os mesmos bairros, as proporções apresentadas se repetem (SILVA, 2022, p. 17).

A agregação, porém, não deve ser entendida como um fenômeno que garantia estabilidade a longo prazo. Como aponta Samara (1989, p. 79-80), e como constatado pela tentativa de localizar os indivíduos da lista de 1798 na de 1802, os agregados formavam um grupo social muito instável, em constante mudança de domicílio; seja em busca de melhores condições, seja devido à aquisição de escravos pelos agregadores, ou por outros fatores, os agregados, especialmente solteiros, são indivíduos difíceis de acompanhar nas fontes.

Para Dias (1984, p. 14-15), o papel das mulheres pobres e sós, na economia colonial paulista, estava fora do processo produtivo, ocupando o lugar marginal do improvisado. Contudo, há que se refletir: o que define qual o escopo do processo produtivo? Ainda para Dias (1984, p. 76), contraditoriamente, a agricultura e o comércio de pequena monta, praticados pelas mulheres pobres, cumpriam uma importante função de fornecimento dos gêneros alimentícios essenciais a preços mais acessíveis, garantindo a subsistência da população empobrecida – contribuem, pois, para a manutenção da lógica produtiva e se inserem, justamente, dentro dela.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo-se em vista a predominância da população feminina e as reduzidas taxas de matrimônio na São Paulo do século XVIII, a experiência vivida pelas mulheres, à exceção das elites, não foi de reclusão em seus lares, mas de necessidade de encontrar mecanismos que lhes garantissem a subsistência. O papel de responsáveis pela reprodução social, portanto, se acumulava com o da produção, gerando jornadas duplas de trabalho, sendo ao menos uma delas não remunerada. Destarte, a inserção feminina na economia paulista é peculiar e não pode ser equiparada à masculina, mesmo para indivíduos do mesmo estrato social e etnia. Como demonstra Dias (1984, p. 16), as mulheres pobres e brancas, no mundo colonial, estavam sujeitas a uma dupla inferiorização: a do gênero e a do desprezo social pelo trabalho braçal, fruto do escravismo; as mulheres pobres e negras sofriam, ainda, a da etnia. As mães solteiras tinham essa inferiorização agravada, por não se encaixarem nos moldes propostos ao seu sexo.

Em tempo, cabe pontuar que, em um movimento dialético, se a pobreza enfraquecia a rigidez do sistema patriarcal, por outro lado, o patriarcado enrijecia a pobreza para as mulheres pobres, reduzindo seu escopo de possibilidades abaixo do que o próprio sistema político-econômico já o fizera, ao limitar suas possibilidades de ocupações econômicas e marginalizar sua posição social. Mas elas sobreviviam. E, sendo assim, cabe aos historiadores, a partir das fontes históricas que lhes restaram, buscar compreender quais estratégias elas adotavam, quais escolhas faziam e o quanto viviam entre a contingência e a necessidade,

considerando, como pontua Jan Kok (2004), que a atuação dos indivíduos não significa liberdade absoluta, mas está atrelada às condições estruturais nas quais podem agir e que eles não escolheram.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACELLAR, Carlos de A. Prado. “Arrolando os habitantes no passado: as listas nominativas sob um olhar crítico”. In: *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 14, n. 1, p. 113-132, 2008.

_____. *Os Senhores da Terra: Família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste Paulista, 1765-1855*. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-16112022-195509/pt-br.php>>.

CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda “A configuração dos agregados como grupo social: marginalidade e peneiramento (o exemplo da cidade de São Paulo no século XVIII)”. In: *Revista de História*, São Paulo, n. 17, p. 27-69, 1984.

_____. *Casamento e a família em São Paulo Colonial: caminhos e descaminhos*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O Arcaísmo Como Projeto: Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia (Rio de Janeiro, c.1790-c.1840)*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

KOK, Jan et al. "Labor strategies of families: An introduction". In: *The History of the Family*, Reino Unido, v. 9, p. 123-135, 2004.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *A cidade de São Paulo: Povoamento e população, 1750-1850*. São Paulo: EDUSP, 2014.

NAZZARI, Muriel. “Sem perda da honra: a preservação da reputação feminina no Brasil colonial”. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.). *Sexualidade, família e religião na colonização do Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família: São Paulo, século XIX*. São Paulo: Marco Zero; Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1989.

SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. In: *Educação & Realidade*, Rio Grande do Sul, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>>.

SILVA, Giovanna Turato Citron. “Solteiras, viúvas e casadas sem marido na São Paulo do século XIX: Um olhar através das listas nominativas de habitantes de 1802”. In: *Revista Angelus Novus*, São Paulo, n. 17, 2022.

SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a terra de Santa Cruz: Feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

VENÂNCIO, Renato Pinto. “Maternidade negada”. *In: PRIORE, Mary del (org.). História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2018. p.189-222.

CONSIDERAÇÕES SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE NO IMPÉRIO OTOMANO (SÉCULOS XVI-XIX) E SUAS POTENCIALIDADES DE ANÁLISE NO BRASIL

GIULIANNA GIRARDI DOMENEGHINI¹¹⁶

CAROLINA DA SILVA LEITZKE¹¹⁷

Resumo: Este artigo descortina uma história das compreensões de gênero e as práticas de sexualidade no centro do Império Otomano entre os séculos XV e XIX, tendo por objetivo contribuir para mostrar a diversidade de práticas sexuais e demarcações de gênero em diferentes épocas e lugares ao expor aspectos do mundo otomano pouco conhecidos no Ocidente, particularmente no Brasil. Amparado em fontes especializadas por meio de revisão bibliográfica, o artigo busca contribuir para evidenciar que a normatividade dos padrões sexuais é sempre historicamente contextualizada.

Palavras Chave: Império Otomano, Islã, História da Sexualidade, Gênero.

1. INTRODUÇÃO

O meio acadêmico brasileiro já nutre interesse pela religião islâmica há cerca de três décadas. Como apontam Barbosa e Paiva (2017), o desenvolvimento de grupos de estudo e de núcleos de pesquisa sobre o Islã é mostra desse desenvolvimento, tendo os conflitos atuais no Oriente Médio e seu consequente fenômeno de imigração em massa tomado a liderança nas pesquisas brasileiras. Dentre os poucos estudos sobre otomanos no Brasil, encontram-se principalmente pesquisas que convergem com os temas imigração e conflitos contemporâneos no Oriente Médio. Contudo, ao tratar-se de gênero e sexualidade nessa região, os trabalhos em língua portuguesa se tornam bem mais escassos.

Temáticas como o gênero e a sexualidade no Islã despontaram interesse global somente na década de 1990, tendo surgido no Brasil em um período muito recente e de forma muito escassa. Dentre os poucos nomes que despontam nessa linha de pesquisa no país estão Marina Juliana de Oliveira Soares, Camilla Motta Paiva e Francirosy Campos Barbosa, que desempenham importante papel na análise das vivências de sexualidades femininas no Islã.

Nos poucos casos em que se encontra conteúdo disponível em revistas e sites jornalísticos, como o da BBC, que chegam a tratar especificamente de sexualidade no Oriente Médio, suas matérias de divulgação tratam de maneira exagerada e mistificam os tópicos do harém, escravidão feminina e liberdade sexual, insistindo em equívocos conceituais. Desse modo, evidencia-se a necessidade da produção, em

¹¹⁶ Graduada no bacharelado em História com Láurea Acadêmica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: giuliannadomeneghini@gmail.com.

¹¹⁷ Graduanda em Bacharelado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: carolinasleitzke@gmail.com.

língua portuguesa, de conteúdo analítico e referenciado dentro do campo de estudos de gênero em sua intersecção com o Islã.

O profícuo campo interdisciplinar de estudos de gênero e sexualidade cresce no Brasil desde a década de 1980 e aos poucos é inserido nas discussões sobre o Islã. Ainda assim, por mais que existam estudos que tratam das vivências de sexualidades de mulheres islâmicas brasileiras e sobre a condição das mulheres em países do Oriente Médio na atualidade, advindos principalmente das pesquisadoras já mencionadas, não existem referências condizentes com o tema gênero e sexualidade no Império Otomano. Dessa forma, nota-se que essa rica temática é ainda praticamente inexistente nos debates sobre história do Islã, do Oriente Médio e do Império Otomano dentro do Brasil.

Empregamos como fundamental, nesse artigo, a exposição de Guacira Lopes (1997), que sinaliza que o conceito de gênero é caracterizado por um forte apelo relacional, na medida que é em meio às múltiplas relações sociais que os gêneros são construídos e compreendidos. A contextualização histórica quanto à compreensão social de determinado gênero é imprescindível para evitarem-se generalizações e proposições essencialistas. Esse processo é fundamental principalmente quando se consideram formulações de gênero e práticas de sexualidade tão diversas da binariedade feminino/masculino e hetero/homossexual que prepondera no imaginário ocidental.

Como afirma Rago (2013), uma vez que a binariedade é vista como a maneira “correta” e “natural” de experienciar gênero e sexualidade, supõe-se que todas as sociedades, independentemente de época ou cultura, também devem ter construído as mesmas lógicas e experiências. Entretanto, é justamente a percepção de que essas construções são histórica e culturalmente definidas que contesta as representações naturalizadas na sociedade ocidental.

Nesse sentido, Senem e Caramaschi expõem que

O conhecimento da história e das vivências culturais dos diferentes povos permite desconstruir modelos cristalizados e hegemônicos que se perpetuaram durante muito tempo, permitindo o desenvolvimento de uma concepção ampla, crítica e plural da sexualidade humana (SENEM, CARAMASCHI, 2017, p. 185).

Em vista disso, propomos contribuir aos estudos de gênero e sexualidade no Brasil com uma análise de um período e sociedade em que, como em boa parte da história humana, os indivíduos não concebiam as formas da sexualidade em termos fixos e binários. Ao darmos enfoque às práticas otomanas, destacamos essa pluralidade de compreensões e vivências da sexualidade humana, de formas particulares e sociais.

2. ASPECTOS GERAIS PARA A COMPREENSÃO DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO ISLÃ E NO IMPÉRIO OTOMANO

O Império Otomano foi uma força teocrática em que todas as faces do governo eram intrinsicamente ligadas aos fundamentos sociais e às leis do Islã. O poder hegemônico, logo, era muçulmano, sendo que as diversas populações não-muçulmanas existentes em seu interior eram reconhecidas e protegidas pelo Sultão. Nossa análise parte do pressuposto de que a religião era um determinante para a compreensão de mundo dos otomanos. Por conseguinte, tratar do Islã é entender como essa religião afetava o Império Otomano e suas construções quanto à gênero e sexualidade, que nem sempre se adequam a interpretações clássicas do Alcorão. Embora não tenhamos focado na experiência de

gênero do mundo islâmico como um todo, mantemos em mente que a religião afetava a construção e o entendimento de gênero e sexualidade no período e localidade analisados.

As temáticas do gênero e da sexualidade no Islã foram ignoradas por décadas pelos pesquisadores, apesar da quantidade de fontes sobre o tema ser bastante extensa. As pesquisas na área só começaram a se mostrar produtivas a partir de 1990, com o despontar de estudos em universidades do Oriente Médio e dos Estados Unidos, de modo que nos anos 2000 já havia um campo de estudo profícuo, mas com muitas abordagens possíveis e fontes ainda à espera de estudo.

Pierce (2009) aponta que a quantidade de fontes mostra uma sociedade em que a temática da sexualidade era central e natural, como é possível notar nos diversos tratados médicos, na sua linguagem, pintura e literatura. A circulação desses tratados e formas de arte era parte fundamental da cultura e da vida diária entre os otomanos, sendo visualizados, utilizados e discutidos continuamente nos espaços públicos.

Falar de gênero e de sexualidade dentro desse contexto, especificamente no Império Otomano em seu período de maior expansão, durante os séculos XVI e XVII, é considerar também diversas questões conceituais já apontadas e incansavelmente analisadas por historiadores, como Irvin Schick, Bruce Dunne, ou Abdulhamit Arvas.

A diferença do centro e das periferias abre o tópico do alcance da cultura urbana e das experiências interculturais nos arredores dos centros e nos campos. As fontes tratam com destaque as maiores cidades onde foram produzidas, por isso é mais difícil compreender gênero e sexualidade fora delas. Istambul, Bagdá, Cairo e seus arredores são os locais do Império Otomano que mais se destacam, onde a expressão da sexualidade e gênero é mais visível pelas fontes. É nesse contexto em que ocorrem as relações interpessoais propulsoras da consolidação das compreensões de gênero dentro das grandes cidades do Império.

Em uma análise que parte dos anos vividos por Maomé às seguintes tradições islâmicas na Idade Média e início da Idade Moderna, Bouhdiba (2004) afirma que as fontes apontam que os muçulmanos falavam sobre sexualidade sem inibições ou restrições morais. O próprio Alcorão contém diversas passagens que exprimem sexualidade, sendo que a sexualidade feminina é reconhecida e muito comentada.

É importante destacar que, para o Islã, é fundamental a existência de dois sexos biológicos, que convergem com sua compreensão de gênero: indivíduos biologicamente mulheres seriam do gênero feminino e indivíduos biologicamente homens seriam do gênero masculino. Cada um assumiria no centro de seu grupo determinados papéis, definidos por seus gêneros.

O ideal de masculinidade era a base da separação dos papéis sociais e de gênero. Segundo Barbosa e Paiva (2017), as comunidades islâmicas eram organizadas segundo uma divisão homossocial:

Feminino e masculino pertencem a ordens diferentes. Existem fronteiras rígidas que definem a feminilidade e a masculinidade, delimitando rigorosamente os papéis de cada um. Tal delimitação, pautada na harmonia da criação e na supremacia da biologia, tem seu correlato no corporal, na aparência: a barba é símbolo da virilidade do mesmo modo que o véu é símbolo da feminilidade. Esses são sinais diacríticos que marcam bem a fronteira entre os sexos. O corpo funciona como marcador biológico da separação e dita que somos seres governados pela diferença – mas é justamente em tais diferenças que residiria a ordem do mundo e a possibilidade de complementaridade (BARBOSA, PAIVA, 2017, p. 204-205).

As duas autoras ainda destacam que as mulheres e os homens teriam papéis diferentes, mas complementares. Nesse sentido, o Islã conferiu direitos às mulheres ainda no século VII, permitindo a elas o voto, a escolha do marido, a possibilidade do divórcio e, fundamentalmente, o direito ao prazer - esse era tão central para a sociedade que se não fosse alcançado a mulher teria razão absoluta para pedir separação.

As sociedades islâmicas, como expõe Arvas (2014), eram organizadas em conformidade com princípios de hierarquia social e política, ou seja, a posição de alguém na hierarquia definia seu papel sexual, e vice versa. A sexualidade era definida de acordo com a recepção do pênis no ato sexual. Sexo, então, era definido pela penetração, que poderia ocorrer entre homens adultos livres e dominantes e seus inferiores sociais subordinados: esposas, concubinas, meninos, prostitutas e escravos.

A celebração do casamento no Islã, tanto nos tratados legais e religiosos como socialmente, é pensada como uma união ética e religiosa necessária, com um imperativo reprodutivo. Dentro dele, o sexo seria uma regra:

O sexo no Islã é reconhecido como natural, necessário e prazeroso, seja ou não praticado para fins de procriação. A relação sexual legal, no entanto, consiste na relação entre um homem e uma mulher, "e para a mulher significa relação sexual apenas com seu marido, para o homem com suas esposas e escravas". [...] Como a homossexualidade, ou mais propriamente a sodomia, existia nos tempos pré-islâmicos, ela é mencionada no Alcorão. Baseando-se na história bíblica de Ló e seu povo, o Alcorão condena a sodomia, determina que os ofensores sejam punidos, mas falha em prescrever uma forma particular de punição e oferece perdão àqueles que se arrependem (DUNNE, 1990, p. 66).¹¹⁸

Como coloca o autor citado, a única forma de sexo autorizada para as mulheres era com seus maridos - entretanto, como só era considerado sexo o ato com penetração, as mulheres estavam livres para buscar outras formas de relações sexuais com outras mulheres. Os homens podiam buscar livremente formas de relações sexuais com outros homens, desde que não fossem penetrados.

Porém, para o Islã, a sexualidade também passa por uma restrição básica, que é a proibição da relação sexual com penetração fora do casamento. Também é condenado o sexo anal e, por conseguinte, muitos interpretam como vetada a relação homossexual. É importante apontar que tanto os autores da atualidade quanto os leitores do Alcorão nos séculos passados divergem entre si ao afirmarem que a relação sexual entre indivíduos do sexo masculino seria proibida dentro do Islã, havendo diversas considerações diferenciadas ao longo dos séculos em diversos grupos islâmicos.

A leitura de Schmidtke (1999), como a de Dunne (1990), é de que a sodomia não foi negada pelo Alcorão de uma forma extensiva e impactante, o que abria a possibilidade da prática e do perdão aos praticantes, no caso improvável de serem considerados pecadores. Sabe-se que essa leitura era a mais comum dentro do Império Otomano e que a "proibição" não chegava a afetar paixões homossexuais nas quais aconteciam relações de penetração.

Outrossim, a existência de indivíduos que não agiam de acordo com seus papéis de gênero já foi apontada por pesquisadores e explicada em contextos particulares, como o dos dançarinos judeus ou dos eunucos em Istambul. Entretanto, faltam reflexões que se estendam a contextos mais amplos dentro do mundo islâmico.

¹¹⁸ Tradução nossa.

3. CONSTRUÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO CENTRO DO IMPÉRIO OTOMANO (SÉCULOS XV - XIX)

Apesar do destaque ao Islã, sabe-se que, principalmente nas grandes metrópoles, como Istambul, haviam bairros separados por religiões e indivíduos de diferentes culturas que circulavam pelas ruas e interagiam uns com os outros, associando elementos de suas crenças. Aqui, daremos atenção à parte islâmica da sociedade e às suas visões quanto ao gênero e a sexualidade.

Os trabalhos de Irvin Shick (2020) expõem as concepções de gênero dentro do mundo otomano, entre os séculos XV e XIX. O autor denota que, entre os otomanos, pensavam-se três gêneros e duas sexualidades. Em princípio, os otomanos não operavam somente sob a dicotomia do feminino ou masculino, mas tinham uma concepção mais fluida em que as categorias de gênero poderiam ser divididas entre masculino (homens), feminino (mulheres) e o referente a meninos jovens. A sexualidade de determinado indivíduo, por sua vez, era definida apenas pelo ato de penetração durante a relação sexual: quem penetrava e quem era penetrado.

Segundo o autor, é evidente que meninos eram considerados possuidores de um gênero próprio ao serem repetidamente diferenciados de homens e de mulheres. Ao serem retratados em imagens e na literatura, é a ausência de barbas e o corpo ainda não possuidor das características de um homem adulto que os tornaria não só objetos de desejo, mas também indivíduos não completamente masculinos, o que permitia que fossem participantes de relações de penetração sem nenhum tipo de censura. Esse tipo de relação é altamente evidenciado na literatura e na arte otomanas, sendo praticamente normativo em meio à essa sociedade.

A maneira como gênero e sexualidade são retratados muda conforme o tipo de literatura e a classe social ao qual o material é dirigido. As narrativas literárias, como mostra Schick (2004), tendem a refletir as concepções de gênero da época. Algumas obras, como os *bâhmâme*, que pode ser traduzido como manual sexual, ou um livro de relações sexuais, em partes dedicadas à medicina tratam os gêneros de maneira igualitária e retratam a sexualidade como algo positivo. De modo geral, mesmo obras cujo tema predominante é o amor não excluem a presença de temáticas e desenhos explicitamente sexuais.

Segundo o autor, uma particularidade da poesia otomana é que o gênero do interesse amoroso do eu-lírico tende a ser ambíguo. Era frequente o interesse amoroso descrito ser um menino, enquanto as mulheres eram raramente mencionadas. Quando apareciam, denotava-se uma desvalorização da mulher por sua suposta incapacidade de amar completamente. Os otomanos retratavam o amor dos meninos como puro, profundo e superior, enquanto o amor das mulheres era diminuído a sua carnalidade. O amor mais valioso, nesse contexto, seria o dos homens por meninos.

Um único autor sugere uma possível origem para os meninos que participavam dessas relações de sodomia. Ben-Naeh (2009) coloca que possivelmente esses eram órfãos, pobres ou até mesmo desprezados, como atendentes de casas de banho. Eles possuíam o que autor chama de uma “dupla fraqueza” por serem jovens e membros de uma classe social inferior, o que os tornavam um alvo supostamente legítimo para a exploração sexual e, particularmente, para a penetração anal. Ele ainda supõe que, quando essa exploração gerava lucro, ela ocorria com o consentimento mudo dos pais ou tutores desses meninos.

Nesse sentido, Dunne (1990) supõe que a sociedade teria preferido mostrar um certo grau de tolerância ao ponto da legitimação dessas relações. A atração pelo mesmo sexo teria sido percebida como

inevitável e natural dentre os otomanos e a atuação sobre essa atração, permissível com meninos jovens.¹¹⁹ O Alcorão podia desaprovar a prática homossexual, mas não depreciava o sentimento homoerótico, sendo a atração mútua entre homens vista como perfeitamente natural.

De acordo com Schick (2020), os homens tinham poder sobre aqueles com quem mantinham relação de penetração. O sexo com meninos ou prostitutas não prejudicava sua posição pública como homem ou ameaçava os valores sociais. Porém, as relações homossexuais entre homens adultos permaneciam publicamente inaceitáveis. Elas podiam ser mantidas em segredo por concordância das duas partes, que sabiam do perigo do ato para sua imagem. Dunne (1990) acredita que isso pode ser herança da pederastia grega, em que o penetrado sofria uma forma de estigmatização e era visto como um indivíduo sem masculinidade.

Arvas (2014) também reitera que a relação entre dois homens adultos seria problemática. A ideia de que um homem adulto pudesse ter prazer ao ser penetrado era considerada inexplicável e suas causas eram atribuídas a patologias. O desejo de um homem adulto de ser penetrado era considerado um tabu, pois derivaria de uma inversão da lógica de dominação e subordinação, feminizando o homem adulto:

[...] estigmatização deve-se evidentemente, então, à subversão da hierarquia do penetrador e do penetrado. Um menino pode ser penetrado temporariamente – é bastante aceitável por causa de sua pouca idade – enquanto o desejo de um homem adulto de ser penetrado é um tabu, uma doença, seja genética ou uma aflição posterior (ARVAS, 2014, p. 156).¹²⁰

Outrossim, quem deveria ter satisfação no ato sexual entre dois indivíduos biologicamente homens, independentemente de sua idade, seria somente o dominante, tornando ainda mais estranho nessa mentalidade que um homem adulto tivesse desejo de ser penetrado.

Dunne (1990) argumenta que eram os homens adultos que apareciam na esfera pública desse mundo homosocial, circulando por banhos, cafés, praças, seus locais de trabalho, etc. Era nessa esfera que eles se qualificavam como aqueles no topo da pirâmide social e desenvolviam relações potencialmente homossexuais. Nessa perspectiva, o autor cita a descrição que o escritor Gustave Flaubert fez do Cairo em 1850. Segundo Flaubert, na cidade, os homens admitiam e falavam sobre sodomia com meninos em lugares tão públicos como nas recepções de hotéis.

Para Dunne (1990), diversos relatos como esse tratam da normalidade da homossexualidade no Império Otomano, além das fontes literárias e artísticas próprias. Como exemplo, o inglês Joseph Pitts, um marinheiro que foi capturado e vendido como escravo em Argel em 1678, observou que o “pecado da sodomia” estava tão longe de ser punido entre os otomanos que era parte de seu discurso ordinário. Conforme ele expressa “É comum que os homens lá [em Argel] se apaixonem por meninos, como é aqui na Inglaterra se apaixonar por mulheres”.

Logo, para os jovens-homens que tinham desejo sexual e eram incapazes de pagar o casamento - pelo fato de ter que sustentar a esposa, homens passavam anos acumulando dinheiro e casavam tarde - a relação com meninos e a busca por prostituição eram de fato aceitáveis. Dunne (1990) sustenta que talvez

¹¹⁹ É importante destacar que possíveis interesses ou razões para o menino se envolver nesse tipo de relação não são apontados por nenhum autor, além do possível ganho monetário pela prostituição. A partir disso, é relevante considerar que, na lógica otomana, a relação sexual com meninos não era considerada uma forma de violência, diferentemente do que seria apontado hoje.

¹²⁰ Tradução nossa.

a prevalência e a legitimidade da homossexualidade entre os otomanos eram formas de integração social para aqueles cujos papéis normativos, como o casamento, eram intangíveis.

De acordo com o autor, a sociedade otomana era altamente regrada e regulada. As relações homosociais eram a norma nas ruas, nos cafés, entre os militares, nas relações de trabalho, etc. A prostituição masculina ocorria nessas esferas e estava sempre disponível para os homens adultos. Essa prostituição passava inclusive por regulamentação fiscal e controle estatal, outra amostra da sua normalidade, supondo-se que, se era regulada pelo Estado, devia movimentar uma quantia bastante significativa de dinheiro.

O autor aborda que o sistema "pederasta" também pode ter sido reproduzido dentro das guildas e ter sido central para o sistema social e econômico. Ele funcionaria de modo que, para aprender um ofício, era esperado de um menino que servisse sexualmente seu mestre. Porém, não existem estudos suficientes na atualidade para que se possa comprovar essa sugestão.

Além disso, Dunne (1990) destaca que estudar as relações homoeróticas dentro do Império Otomano e em sociedades islâmicas da mesma época também significa entender as relações heterossexuais e a dominação dos homens sobre as mulheres, já que essas eram excluídas dos locais públicos e de interação. Como já mencionado, o ideal de masculinidade era a base da separação dos papéis sociais e de gênero e um homem que era penetrado sofria uma certa feminização, o que corrompia sua masculinidade.

A significação da masculinidade nas relações de sodomia também é pontuada por Arvas (2014). De acordo com o autor, nessa masculinidade estavam concentrados potenciais de atração e aspiração, determinados no ideal dos corpos masculinos fortes e heroicos. Nessa lógica, o interesse de um homem por meninos estaria focalizado no fato de que eles cresceriam e os homens poderiam ver seu corpo adquirir as características dessa masculinidade, como a barba e os músculos.

Ben-Naeh (2005) aponta que a transgeneridade, ainda muito pouco analisada em estudos sobre o Islã, era algo que afetava o equilíbrio do sistema ao afrontar a masculinidade. Contudo, algumas de suas formas foram aceitas publicamente, como o autor coloca em uma pesquisa sobre dançarinos judeus que se apresentavam em Istambul, vestidos caracteristicamente como mulheres.

Segundo Amer (2009), as mulheres, assim como os meninos, são frequentemente relegadas a um papel de objeto sexual na literatura e na arte. Mulheres que possuíam interesse sexual por mulheres não eram pensadas como possuidoras de uma forma específica de sexualidade, mas sim como ausentes de sexualidade. Como não haveria entre elas relação de penetração, sua relação não era vista propriamente como uma forma de sexo ou de traição para com o marido.

Como explica a autora, existem poucas fontes que retratam as mulheres árabes como tendo um certo poder sobre suas vidas sociais e sexuais. Quando isso acontece, é comum aparecerem descrições de atos sexuais lésbicos, nos quais as mulheres detinham potencial controle.

A homosociabilidade, como forma de segregação social, se dava no contexto de binariedade: homens eram considerados sexualmente autônomos e dominantes, enquanto as mulheres eram vistas como subordinadas. Logo, a exclusão social existia e limitava as ações femininas. O comportamento e os movimentos da mulher eram restritos, e ela era obrigada a manter fidelidade absoluta ao marido condizente com o que era considerada a relação sexual.

Assim, sob a perspectiva de Dunne (1990), o casamento era uma necessidade que visava atender às normas sociais e separava os sexos, garantindo que a relação feminina com homens se dava somente em esfera privada com seus maridos, pais e parentes próximos.

Ainda assim, as fontes mostram que as mulheres tinham e usavam seus direitos para garantir reparações ou aquilo que lhes achavam devido, indo às cortes judiciais e ao sultão, como enfatiza Ener (1998). Elas buscavam divórcio, custódia dos filhos, penalização de agressores e detinham direito à propriedade e à herança, tendo muitas delas dirigido estabelecimentos e sido investidoras. Portanto, de acordo com Zilfi (2009), uma completa exclusão social seria praticamente impossível, principalmente entre as classes mais pobres nas grandes cidades e nos campos, em que havia uma dependência para com a mulher como geradora de fontes de renda familiar.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse artigo não buscamos realizar uma análise exaustiva e absoluta da configuração das relações de gênero no Império Otomano, quanto mais considerá-la como possibilidade nesse curto espaço. Pretendemos, em vez disso, por meio da revisão da bibliografia sobre o assunto, abrir caminhos para estudos posteriores que possam desvelar essas diferentes formas de configurações de gênero e sexualidade em língua portuguesa.

Por conseguinte, procuramos esclarecer as hierarquias articuladas que envolviam as relações de gênero e sexuais na sociedade otomana, com posições sociais dominantes e subordinadas: homens adultos no topo e mulheres, meninos e escravos abaixo. Essas categorizações de dominante e de subordinado, tal como abordado por Dunne (1990), são estruturas de poder social que definem os papéis sexuais e de gênero dos indivíduos.

Muitas dessas construções diferem de interpretações clássicas do Islã, sendo que nesses fenômenos de divergência e na capacidade de aceitação da população quanto a eles há muito ainda a ser explicado. Nessa lógica, essas configurações não podem ser consideradas específicas do Islã, mas somente da sociedade otomana dos séculos XV a XIX em suas interpretações próprias dos escritos sagrados. Quando tratamos dos diversos fatores, como a visão do Islã sobre gênero e sexualidade, ou sua presença na literatura, não estamos assumindo que cada uma dessas visões seja universal, mas que, em seu conjunto, compunham possibilidades de expressão sexual entre os otomanos.

Tais expressões, como expõe Dunne (1998), divergem da vigente distinção ocidental entre identidade sexual e identidade de gênero, que teve pouca ressonância no Oriente Médio. Essa construção da modernidade ocidental não repercutiu no Império Otomano até o século XIX, período até o qual as formas de sexualidade abordadas permaneceram praticamente imutáveis.

Os meios de compreensão da sexualidade no Império Otomano ainda repercutem e formam a base do entendimento de relações de gênero de grande parte dos cidadãos de territórios que fizeram parte desse Império. As categorias ocidentais produziram poucos efeitos sobre as mentalidades no Oriente Médio. Isso contrasta fortemente com a criminalização da homossexualidade e a normalidade das famílias binárias monogâmicas em vários países orientais na atualidade, consequências de fenômenos extensos e complexos que devem ser apontados, mas não nos cabem aqui.

Não obstante, há uma potencialidade enorme no estudo sobre gênero e sexualidade no Islã e no Império Otomano, que pode envolver ainda as mais diversas interseccionalidades. No Brasil, existem extensas possibilidades de pesquisa e de publicação, devido não só à bibliografia quase inexistente em língua portuguesa, mas também à facilidade de acesso a fontes digitalizadas na atualidade. Destacamos a

David Collection, ou *Davids Samling*, em Copenhague, que concentra um amplo acervo imagético de tratados médicos, literários e religiosos ilustrados disponibilizados em seu site.

Em vista disso, o estudo desses tópicos pode contribuir para demonstrar a inverossimilidade da naturalização de identidades cisgêneras e da heterossexualidade na atualidade e no estudo da história. Desse modo, a busca por compreender gênero e sexualidade em contextos, sociedades e épocas tão distantes da lógica que prevalece no Brasil contemporâneo é de imensa significação para a compreensão de que na maior parte da história humana, a sexualidade era vivida em termos fluídos e heterogêneos. Logo, a normatividade dos padrões sexuais deve sempre ser social e historicamente contextualizada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABUKHALIL, As'ad. *A Note on the Study of Homosexuality in the Arab/Islamic Civilization. The Arab Studies Journal*, Washington DC, v. 1, n. 2, p. 32-34, outono 1993.
- AMER, Sahar. Medieval Arab Lesbians and Lesbian-Like Women. *Journal of the History of Sexuality*, Austin, v. 18, n. 2, p. 215-236, maio 2009.
- ARVAS, Abdulhamit. From the Pervert, Back to the Beloved: Homosexuality and Ottoman Literary History, 1453–1923. In: McCallum, E. L.; Tuhkanen, M. *The Cambridge History of Gay and Lesbian Literature*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014, p. 145-63.
- BARBOSA, Francirosy Campos; PAIVA, Camila Motta. Sexo/prazer no Islam é devoção. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 37, n.3, p. 198-223, 2017.
- BEN-NAEH, Yaron. Moshko the Jew and his Gay Friends: Same Sex Sexual Relations in Ottoman Jewish Society. *Journal of Early Modern History*, Minneapolis, v. 9, n. 1, p. 79- 105, janeiro 2005.
- BOUHDIBA, Abdelwahab. *Sexuality in Islam*. 1 ed. Londres: Saqi Books, 2004. 298 p.
- CARAMASCHI, Sandro; SENEM, Cleiton José. Concepção de sexo e sexualidade no Ocidente: origem, história e atualidade. *BarBarói*, Santa Cruz do Sul, n. 49, p. 166-189, dezembro 2017.
- DUNNE, Bruce W. Homosexuality in the Middle East: An Agenda for Historical Research. *Arab Studies Quarterly*, San Bernardino, v. 12, n. 3/4, p. 55-82, verão/outono 1990.
- DUNNE, Bruce W. Power and Sexuality in the Middle East. *Middle East Report*, Tacoma, n. 206, p. 8-11, primavera 1998.
- ENER, Mine. Reviewed Work(s): Women in the Ottoman Empire: Middle Eastern Women in the Early Modern Era by Madeline C. Zilfi. *Turkish Studies Association Bulletin*, Bloomington, v. 22, n. 2, p. 48- 54, outono 1998.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. 13 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. 151 p.
- LOURO, Guacira Lopes. A emergência do gênero. In: LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997, p.14-36.
- MEIHY, Murilo Sebe Bon. “Arabia Brasiliensis”: Os estudos árabes e islâmicos no Brasil. *Journal of Judaic and Islamic Studies*, Évora, v. 1, p. 18-28, 2014.
- RAGO, Margareth. Descobrimos historicamente o gênero. *Cadernos Pagu*, Florianópolis, n. 11, p. 89–98, 2013.
- SCHICK, Irvin Cemil. Between the Abstraction of Miniatures and the Literalism of Photography: Amateur Erotica in Early Twentieth-Century Turkey. *Anthropology of the Contemporary Middle East and Central Eurasia*, v. 5, n. 1, p. 1-26, 2021.

SCHICK, İrvin Cemil. Representation of Gender and Sexuality in Ottoman and Turkish Erotic Literature. *Turkish Studies Association Journal*, Bloomington, v. 28, n. 1-2, p. 81-103, 2004.

SCHMIDTKE, Sabine. Homoeroticism and Homosexuality in Islam: A Review Article. *Bulletin of the School of Oriental and African Studies*, Londres, v. 62, n. 2, p. 260-266, 1999.

SCHICK, İrvin Cemil. Three Genders, Two Sexualities: the Evidence of Ottoman Erotic Terminology. In: Kreil, A; Sorbera, L; Tolino, S. *Sex and Desire in Muslim Cultures: Beyond Norms and Transgression from the Abbasids to the Present Day*. Londres: Bloomsbury, 2020, p. 87-110.

ZILFI, Madeline C. *Women and Slavery in the Late Ottoman Empire - The Design of Difference*. 1 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. 302 p.

IMAGINÁRIO FEMININO - A REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES EM GOYA: UMA ANÁLISE DE *LOS DESASTRES DE LA GUERRA* (CERCA DE 1810-1815)

LARISSA GALENDE GUIDOLIN¹²¹

Resumo: Esse artigo tem como objetivo o estudo das representações das figuras femininas na série de gravuras, *Los Desastres de la Guerra*, de autoria de Francisco y Lucientes de Goya (1746-1828), produzidas entre os anos de 1810 e 1815, no contexto das invasões e da ocupação napoleônica da Espanha e da Península Ibérica. Dentre as oitenta e duas gravuras, poucas foram datadas na época de sua execução, sendo realizada uma única tiragem de prova durante a vida do artista. A primeira edição só veio a público em 1863, em Madrid. Considerando, provavelmente, que as gravuras foram confeccionadas no decorrer dos acontecimentos bélicos, busca-se pensar o estatuto documental desse testemunho investigando seus níveis de historicidade. Por intermédio dessas imagens, procura-se explorar o imaginário do artista no que toca às figuras femininas. Interroga-se, igualmente, em que medida tais imagens encarnam as tradicionais alegorias das heroínas das Luzes, sugerindo por um lado a força da resistência ou um comportamento emancipado.

Palavras-Chaves: *Los Desastres de la Guerra*; Goya; Relações de Gênero; Mulheres; Imaginário Constitucional.

1. O CONTEXTO DE PRODUÇÃO DAS GRAVURAS

Los Desastres de la Guerra, correspondem ao conjunto de gravuras produzidas pelo pintor espanhol Francisco de Goya, durante a ocupação de Madrid, Zaragoza e de outras cidades espanholas. O catálogo organizado por Serraller, *Goya: Images of Women*, data as pranchas mais antigas no ano de 1810; todavia, Carderera havia escrito que Goya teria finalizado a série em 1820, entretanto, essa data foi objeto de muita discussão¹²², e recentemente, o período foi reduzido para 1810-1815 (SERRALLER, 2002, p. 292).

As gravuras analisadas foram produzidas a partir da combinação das técnicas água-forte e água-tinta, sendo que de acordo com Carrete Parrondo, a série apresenta ainda uma inovação, o *aguado*,

¹²¹ Graduada em História - Bacharelado e Licenciatura - pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Aluna do Programa de Pós-Graduação em História Social da USP (Mestrado - Bolsista CAPES). Tem experiência na área de História, com ênfase em História das Relações de Gênero. Monitora Voluntária da Disciplina de História Ibérica I (2022). Bolsista PIBIC - CNPq no período de 2022-2023. Bolsista de Iniciação Científica FAPESP em 2023. E-mail: larissaguidolin@usp.br.

¹²² Trabalhos como o de Pierre Gassier (1955, p. 13), e Todorov (2011, p. 10), por exemplo, ainda atribuem o término da série o ano de 1820.

que consiste na aplicação direta de água-forte sobre a prancha com um pincel sem meio de proteção, proporcionando tons suaves (CARRETE PARRONDO, 2007, p. 28).

Existem muitas dúvidas sobre a ordem de disposição das cerca de 80 gravuras, já que apenas em três pranchas a data gravada está presente, e correspondem ao ano de 1810. Os eventos como o cerco de Zaragoza em 1808, a fome que assolou Madri em 1811 e, por fim, a crítica a restauração da monarquia e da Inquisição na Espanha – a última parte da série (que ficou conhecida como *Caprichos enfáticos*) – ajudam a estabelecer um certo marco cronológico sequencial (SANTOS, 2005, p. 26).

Sobre o título da série, Margareth Santos (2005, p. 26) infere que este não foi atribuído por Goya, sendo utilizado a partir da primeira publicação, provavelmente inspirado pela série *Les Misères et Malheurs de la Guerra* (1633), de Jacques Callot (1592-1635), devido às afinidades de sentido com a mesma¹²³. De acordo com Carrete Parrondo, só se conhece um exemplar completo dos chamados *Desastres de la Guerra*, organizado em um volume de provas, que Goya entregou a Ceán Bermúdez (1749-1829). Atualmente, esse volume pertence ao British Museum¹²⁴. Portanto, o que vemos na primeira página do volume com letra caligráfica é:

“Fatales consecuencias/ de la sangrienta guerra en España/ con Buonaparte. Y otros caprichos enfáticos/ en 85 estampas/ Inventadas, dibuxadas y grabadas, por el pintor original/ D. Francisco de Goya y Lucientes/ En Madrid.” (CARRETE PARRONDO, 2007, p. 25).

Devido ao título, a série parecia ser composta por 85 gravuras, no entanto, sua primeira edição apresentava apenas 80. Recentemente foi possível chegar a um número maior, mas, como foi mencionado, a ordenação das mesmas e a quantidade exata continuam sendo um problema, de modo que os autores concordam de se tratar de uma série inacabada. Sabe-se que as pranchas da série foram deixadas por Goya a seu filho Francisco Javier de Goya y Bayeu (1784-1854), quando partiu para Bordeaux em seu exílio voluntário. E que anos após a morte do pintor, o neto Mariano Goya (1806-1874) as vendeu. Em 1870 foram descobertas novas lâminas de cobre, sendo reincorporadas a série, como aconteceu com “*Fiero Monstruo*” e “*Esto es lo Verdadero*”, incluídas como número 81 e 82, e assim, estes cobres se encontram preservados, junto com os outros 80 na *Calcografía Nacional de Madrid*.

A respeito de onde o artista estaria durante o decorrer dos acontecimentos, Robert Hughes infere que em Maio de 1808, Goya estava morando em Madri¹²⁵, discorda que o artista tenha testemunhado os fuzilamentos na colina do Príncipe Pío, ainda que tenha assistido parte das consequências das execuções – violências dirigidas pelos *madrileños* contra soldados franceses nas ruas da cidade (HUGHES, 2007, p. 325). Porém, nas primeiras semanas de Outubro do mesmo ano, Goya fez uma visita a Zaragoza, após o intervalo ao primeiro cerco do exército francês, a convite do capitão-general, o duque José de Palafox y

¹²³ *Les Misères et Malheurs de la Guerre*, corresponde a um conjunto de 18 lâminas, produzidas por Jacques Callot, em 1633, que representam a invasão de Lorena pelas tropas de Luís XIII. Para Robert Hughes, as afinidades são perceptíveis por serem imagens em séries feitas para mostrar a guerra total contra a população civil, porém, as gravuras de Goya, são mais dramáticas e variadas em sua narrativa (HUGHES, 2007, p. 314).

¹²⁴ A abertura do volume de provas está disponível em: https://www.britishmuseum.org/collection/object/P_1975-1025-421-1-2. Acesso em 15 de maio de 2023.

¹²⁵ Grande parte dos estudiosos concorda que Goya estava em Madrid durante os trágicos eventos de 02 e 03 de maio; mas, acaba sendo convocado pelo general Palafox a Zaragoza. Informação verificada nos trabalhos de Tzvetan Todorov (2011), Robert Hughes (2007), Henriqueta Harris (1969), Pierre Gassier (1955).

Melci (1775-1847) para investigar as ruínas e registrar os atos de resistência gloriosa de seus habitantes perante os invasores. Em uma carta datada de 02 de Outubro de 1808, o artista declara que embora a viagem o impossibilitasse de comparecer a inauguração de um quadro de Fernando VII, não poderia recusar o convite de registrar as glórias de sua pátria (SAYRE, 1974). Hughes aponta que Goya de fato esteve em Zaragoza, e fez desenhos e esboços a óleo. O diário de Lady Holland¹²⁶ faz menção aos desenhos, no entanto, rasgados e mutilados pelos sabres franceses, depois encontrados em uma casa destruída, antes ocupada por Palafox (HUGHES, 2007, p. 326).

Nesta perspectiva, observa-se que grande parte dos autores que realizam uma análise sobre *Los Desastres de la Guerra*¹²⁷, não se ocuparam no estudo das relações de gênero.¹²⁸ Hughes comenta sobre a bravura das mulheres na defesa de Madrid, seja dando apoio aos homens que guerreavam, mas também se lançando contra os invasores (HUGHES, 2007, p. 339). Todorov, do mesmo modo, ao interpretar a série faz referência a bravura militar das referidas agentes, assim como, aquelas gravuras que evidenciam vítimas de estupro (TODOROV, 2011, p. 80-90). Porém, os comentários dos autores parecem estar orientados para denúncia da violência por parte do artista, mais do que uma análise voltada às relações de gênero.

No estudo veiculado no catálogo da exposição, *Goya: Images of Women* (2002), Janis A. Tomlinson sugere que em *Los Desastres de la Guerra*, as mulheres “brigavam” como Agustina de Aragón¹²⁹ na ausência dos homens, seja para proteger seus filhos, ou então, para defender sua integridade sexual, tais foram os papéis que Goya lhes havia atribuído (TOMLINSON, 2002, p. 63-64). Todavia, no

¹²⁶ Diário de viagem produzido por Elizabeth Holland (1771-1845), durante os dois momentos em que esteve na Espanha com seu marido, Lord Holland (1773-1840), de novembro de 1802 a novembro de 1804 e de outubro de 1808 a julho de 1809.

¹²⁷ Tendo em vista o caráter testemunhal da série, ampara-se na perspectiva da *Imagem como Testemunho*, expressão usada por Alberto Manguel ao analisar as fotografias de Tina Modotti (MANGUEL, 2001). Considera-se também o potencial do suporte visual para o registro de informações. De acordo com Ulpiano Bezerra de Menezes, as séries iconográficas não devem se constituir como objetos de investigação em si, mas, vetores para a investigação de aspectos relevantes na organização, funcionamento e na transformação de uma sociedade (MENESES, 2002).

¹²⁸ A ausência de uma análise de *Los de Desastres de la Guerra* considerando as questões de gênero ocorre, por exemplo, em trabalhos como, Francisco Zapater y Gómez (1868), Pierre Gassier (1955), José Ortega y Gasset (1964), Henriqueta Harris (1969) e outros.

¹²⁹ Sobre Agustina de Aragón (1786-1857), destaca-se que durante o cerco a Zaragoza, esta haveria contribuído para deter o avanço francês, disparando um canhão que tinha sido abandonado após os homens que o manuseavam terem morrido, e assim, sua fama se espalhou por toda Espanha. A gravura nº 07, *Que Valor!*, de Francisco de Goya, costuma ser interpretada por alguns autores como uma referência a esse episódio, entretanto, comparada a representação feita por Gálvez y Brambila, *Ruínas de Zaragoza* (1812), encontram-se diferenças formais e conceituais. Essas informações podem ser encontradas no site do Museo Nacional del Prado. Disponível em: <https://www.museodelprado.es/coleccion/obra-de-arte/que-valor/63bc238c-0667-43e6-9edd-1217e26e025d>. Acesso em: 04 de maio de 2023.

Ainda sobre a mesma, María Mateo infere que ao longo do século XIX e com os avanços liberais, há um processo de adoção da excepcionalidade para compreender a participação das mulheres na guerra. A ação de Agustina de Aragón é entendida como um fruto do amor, além dos recursos de ocultar sua vida privada – mais desordenada que o discurso da domesticidade poderia admitir – e silenciar sua vida pública a um único feito. O mito também é aburguesado ao transformar o artilheiro caído em seu esposo, evidenciando através de sua atuação o dever de uma esposa e de uma patriota (MATEO, 2015. p. 70-71).

artigo escrito por Castillo-Olivares (2009-2010, p. 174), esta concluí que o valor das mesmas e sua presença nas lutas foi algo reconhecido por Goya.

Desse modo, a partir da análise das autoras – e, considerando a participação das mulheres na Guerra Peninsular – busca-se reconstituir o imaginário¹³⁰ do artista em relação às figuras femininas, e até que ponto é possível atribuir novos protagonismos às mesmas, tendo em vista as pluralidades sociais que podem ser verificadas nas representações¹³¹.

2. EMERGÊNCIA NA CENA PÚBLICA E BÉLICA: *Ilustradas*, Acadêmicas e Guerrilheiras

No início do século, em 1726, foi publicado o primeiro volume do *Teatro Crítico*, por Benito Jerónimo Feijoo (1676-1764), que apresenta o discurso XVI, intitulado “*Defensa las mujeres*”, em que o frade beneditino busca defendê-las de interpretações errôneas, inclusive, a respeito da capacidade intelectual das mesmas. Esta publicação marca o início de um vivo debate, seja a favor das teses de Feijoo ou contra estas (PALACIOS FERNÁNDEZ, 2008).

Para Mónica Bolufer, este debate aflora em diversos gêneros literários e também atravessa vários temas centrais do reformismo, tratando-se de um dos pontos sensíveis dos debates culturais da época. A historiadora acrescenta que ao pretender reformar a sociedade e construir uma nova ordem, os ilustrados lutaram por transformar as relações e as próprias identidades de homens e mulheres, baseados nos novos valores de racionalidade (BOLUFER, 1998, p.12).

Dessa forma, nota-se como essa sociedade rompe com os antigos comportamentos baseados na reserva social e no isolamento, valorizando novas formas de sociabilidade, ou de “civilidade” urbana (PALACIOS FERNÁNDEZ, 2008). O movimento das *Sociedades Amigos del País* deflagrado a partir da década de 1760, durante o reinado de Carlos III, criou novos espaços de convívio entre homens e mulheres. Damas da aristocracia e alta burguesia passaram a ser aceitas nas Academias de Belas Artes e Letras, além das tertúlias.

A historiadora Theresa Smith menciona, por exemplo, que entre as décadas de 1740 e 1750, predominaram quatro tertúlias influentes em Madrid realizadas por mulheres, sendo: Condessa de Lemos

¹³⁰ A respeito das definições de *Imaginário*, menciona-se o artigo de José D’Assunção Barros, que realiza uma interessante discussão historiográfica sobre a História das Mentalidades, a História do Imaginário e a Psico-História. Considerando os novos objetos investigados pelos historiadores das últimas décadas do século XX, entre eles, a História do Imaginário, Barros cita alguns trabalhos pertinentes neste campo, como os de Cornelius Castoriadis (1975), Jacques Le Goff (1980), Marc Bloch (1924), George Duby (1971), Michel Vovelle (1982), entre outros. De acordo com o autor, a História do Imaginário estuda essencialmente as imagens produzidas por uma sociedade, porém, não apenas aquelas visuais, mas as verbais e mentais. A mesma atenta-se para padrões de representações, um repertório de símbolos e imagens, incorporação de hierarquias e interditos sociais de vestimentas e outros, que não necessariamente se formam em processos de longa duração (embora possam ocorrer). Além de conservar interfaces as noções de “*representação*” e “*mentalidade*” (BARROS, 2005).

¹³¹ Acerca do conceito de *representação*, para esta pesquisa, considera-se as ambiguidades destacadas por Carlo Ginzburg e Roger Chartier. De acordo com Ginzburg, o termo representação ora faz as vezes da realidade representada, e, portanto evoca a ausência; ora, torna visível a realidade representada e, portanto sugere a presença (2001, p. 85). Chartier, ao mencionar as acepções presentes no *Dicionário Universal de Furetière* (edição de 1727), infere que por um lado a representação faz ver a ausência, o que supõe uma distinção entre o que representa e o que é representado; de outro, é a apresentação de uma presença, a apresentação pública de uma coisa ou de uma pessoa (1991, p.184).

(1718-1771); Condessa do Montijo (1754-1808); Marquesa de Fuerte-Híjar (1761-1821); e a Condessa-duquesa de Benavente e Osuna (1752-1834) (SMITH, 2006, p. 42). Estes salões literários conduzidos por damas da nobreza contavam com a presença de diversos intelectuais, entre eles, Goya, que frequentou ativamente os eventos promovidos pela Duquesa de Osuna (além de ter pintado uma série de quadros para a família) e aqueles proporcionados pela Duquesa de Alba (1762-1802). Nesse sentido, é notória a participação do pintor nos salões ilustrados promovidos por mulheres da alta sociedade e seu contato com a emergência destas no espaço público.

Para além dos Salões, Pilar Pérez Cantó e Esperanza Mó Romero, também chamam atenção para a prática das caminhadas, especialmente o *Paseo del Prado*, que se tornou um espaço público de convivência entre burgueses e aristocratas. O local tornou-se também um espaço de lazer e encontro das classes populares, de modo que Goya, em suas pinturas e cartões, buscou refletir sobre o ambiente dessas pradarias (PÉREZ CANTÓ; MÓ ROMERO, 2005, p. 66).

Nota-se também a presença das mulheres na *Real Academia de Belas Artes de São Fernando*. De acordo com Smith, entre 1752 a 1808, houveram 175 acadêmicos de honra; 208 acadêmicos de mérito; e, 54 supranumerários, de modo que 34 destes acadêmicos eram mulheres (SMITH, 2006, p. 50). Todavia, para Mônica Bolufer, estas não foram admitidas em igualdade de condições com os membros masculinos, ainda que tenham participado de cerimônias de entrega de prêmios. Essa distinção fica evidente, primeiro, pelo fato destas não poderem estudar na Instituição (embora algumas tivessem recebido aulas em domicílio por membros da Academia) e, segundo, pelas obras pictóricas por elas apresentadas serem em pequeno formato, feitas com materiais e técnicas de fácil acesso no ambiente doméstico, apesar de existirem exceções¹³² (BOLUFER, 2009, p. 84).

Por fim, a respeito da emergência feminina na Guerra Peninsular, Marion Reader Gadow infere que a invasão desestruturou as instituições tradicionais. Além de ter propiciado em grande medida a oposição ao discurso de que a biologia as teria tornado fracas para determinadas atividades e a necessidade de uma tutela masculina, justificativas que lhes negavam o direito à cidadania (GADOW, 2011, p. 11).

Para Maria Romeo Mateo, os conflitos bélicos foram responsáveis por abrir de forma mais abrangente espaços para a atuação pública feminina – que até então eram inéditos ou limitados às senhoras das elites – de modo que elas não puderam ou não quiseram estar à margem do conflito. Verifica-se a atuação destas na defesa das cidades, abastecimento de alimentos, água ou munições, tarefas de espionagem, libertação de prisioneiros espanhóis, combates irregulares, emboscadas e as guerrilhas (MATEO, 2015, p. 63).

Todavia, para além da identificação e reconhecimento da presença feminina na cena bélica, busca-se refletir, de que modo a exaltação do povo espanhol está atrelado a este processo de visibilidade simbólica das mulheres. Como ressalta Mateo, desde o início, a imprensa, manifestos e representações plásticas dos acontecimentos da guerra, ao mesmo tempo que modelavam a ideia de nação, ecoavam os

¹³² *The 12th Marchiones of Villafranca painting her Husband* (1804), produzido por Goya, retrata a Marquesa de Villafranca pintando a óleo um quadro de seu marido, como infere o título. Apesar desta obra não ter a pretensão de ser realista (devido a posição desconfortável que a Marquesa é representada), a pintura a óleo era considerada difícil, exigindo conhecimento de perspectiva e técnica. Apesar do quadro representar uma mulher da nobreza e acadêmica, não uma artista – considerando as diferenças de ser mulher artista nos séculos XVIII e XIX – evidencia-se o registro de Goya neste momento de emergência das mulheres da nobreza no espaço público. Como cita Mônica Bolufer, a admissão de mulheres na academia criou uma nova identidade “*la artista femenina con público*”, permitindo às mesmas acesso à esfera pública, e maior visibilidade desde então (BOLUFER PERUGA, Mónica *apud* MARTÍN, Mariángeles Pérez, 2018, p. 309).

feitos destas figuras. Inicia-se um processo de glorificação das heroínas – que não foi linear e esteve relacionado aos discursos de gênero predominantes ao longo do século XIX – mas, que através destas representações, buscava identificar e corporificar os valores que deveriam compor a essência nacional (MATEO, 2015, p. 68).

Conforme Gloria Espigado, o patriotismo permitiria a participação cívica e pública das mulheres, que contribuíram para forjar a imagem fundadora do novo nacionalismo. Nesta perspectiva, a autora menciona as traduções de obras políticas pela Marquesa de Astorga (1780-1839); a editora de *El Robespierre Español*, durante a prisão de seu esposo, María del Carmen Silva (?); a escrita de artigos contra Napoleão e a experiência liberal, por Manuela López de Ulloa (?), e outros (ESPIGADO, 2012, p.79-88).

3. *LOS DESASTRES DE LA GUERRA*: Análise

Para análise da série, selecionamos 31 gravuras, divididas em 04 grupos: cenas de guerra (“protagonismo”); violência (morte e estupros); fome/miséria/doenças; e geral. Entretanto, o grupo 4 foi subdividido em 03: cenas de contato entre homens e mulheres; presença do elemento religioso; e, representação do feminino como alegoria à justiça. Por fim, as gravuras também foram selecionadas considerando sua espacialidade pública/privada.

Nos propomos a relacionar as gravuras com as demais produções de Goya; identificando seus diálogos com o entorno¹³³ – considerando textos escritos por mulheres e notícias veiculadas nos jornais do período; além de comparar *Los Desastres de la Guerra* a outras produções pictóricas – como, a série *Ruinas de Zaragoza* (1812-1813), realizada por Juan Gálvez (1774-1846) e Fernando Brambila (1763-1834).

Considerando o primeiro grupo de gravuras, em 1794, foi publicada na Espanha uma edição em 04 volumes de uma obra francesa – difundida a quase de 150 anos antes – de Pierre le Moyne, denominada “*La Galería de mujeres fuertes*”. Para Bolufer, as representações nos catálogos de “*Mujeres Ilustres*” evocam noções de uma “imagem polivalente”, em que os discursos e práticas sociais buscavam interpretá-las no sentido moralizador, mas, a ambiguidade das imagens fornecia elementos para diferentes leituras (BOLUFER, 2000, p. 224). Sendo interessante observar que no frontispício desta fonte foi inserido um retrato da Duquesa de Osuna, produzido por Francisco de Goya e Fernando Selma (1752-1810).

Outro recurso utilizado nas gravuras do catálogo – observado por Molina ao comparar as imagens de Débora na versão espanhola e na de le Moyne – é a representação isolada da figura feminina, em que ao dispensar uma cena secundária e mantendo a linha do horizonte baixa, realça sua corporeidade, e atribui a mesma valor bélico (MOLINA, 2017, p. 108). Goya, especialmente na gravura nº 7, *Que valor!* aparenta utilizar deste recurso formal, ao representar no centro da imagem uma mulher, de costa, ateando fogo a

¹³³ Considerando as relações das imagens com o tempo vivido e um comum horizonte de expectativas compartilhado entre seus contemporâneos, ampara-se nas perspectivas teóricas de Raymond Williams e Reinhart Koselleck. A respeito do primeiro, respectivamente, considera-se as noções de uma comunidade visível em sua estrutura de sentimento e demonstrável, acima de tudo, em suas escolhas formais e decisivas (WILLIAMS, 2011, p. 35). E, sobre o segundo, as noções de *experiência* e *expectativa*, apropriadas para descobrir o tempo histórico, já que enriquecidas em seu conteúdo, dirigem as ações concretas no movimento social e político (KOSELLECK, 2006, p. 308).

um canhão – apoiada por uma pilha de corpos – com o rosto sombreado (o que oculta sua identidade), além de optar por dispensar cenas secundárias e constituir um fundo pouco identificável. Como observa Hughes, Goya opta por representações com grandes massas de sombras que emolduram seres humanos ou se abatem sobre eles como um catafalco (HUGHES, 2007, p. 350).

Diversos estudos apontam associações entre a figura gravada e Agustina de Aragón, todavia, comparando a gravura de Goya com a de Gálvez y Brambila, tanto na série, *Ruínas de Zaragoza*¹³⁴, quando em um rascunho produzido, encontram-se algumas diferenças. Enquanto Goya mantém a identidade desta oculta, Gálvez e Brambila optam por representações que mostram seu rosto, além de trazerem uma legenda – descrevendo os feitos e as condecorações por ela recebidas. Estes também produzem imagens com várias camadas, que além da cena central, há no fundo representações do exército inimigo.



Imagem 1: GOYA, Francisco de. Que valor! *Desastres de la guerra* [estampa 7], 1810-1814. 1ª ed., Madrid: Real Academia de Bellas Artes de San Fernando, 1863.

¹³⁴ De acordo com Jorge Solano, Juan Gálvez e Fernando Brambila, também foram chamados pelo general Palafox, na metade de outubro de 1808, para examinarem as ruínas de Zaragoza, conhecer os “personagens” e ouvir as histórias dos conflitos, produzindo a série mencionada, totalizada em 36 gravuras (SÁNCHEZ SOLANO, 2018, p. 09). María Mateo ainda infere que esta série foi o ponto de partida para o que viria a ser a memória histórica do conflito, de modo que as ações realizadas pelas mulheres rapidamente atingiram o imaginário coletivo (MATEO, 2015, p. 69).



Imagem 2: BRAMBILA, Fernando; GÁLVEZ Juan. Agustina de Aragón. *Ruinas de Zaragoza*. Cádiz, 1812-1813. Aguafuerte, aguainta y punta seca sobre papel. Inv. 14849-086 (à esquerda).

Imagem 3: GÁLVEZ, Juan. *Agustina de Aragón*. Cádiz, 1812-1813. Aguafuerte sobre papel con filigrana en forma de venera y letras "N.0". Prueba de estado antes de la letra. Inv. 14849-073 (à direita).

Enquanto na série de Gálvez y Brambila observa-se uma representação mais formal e idealizada, constituindo de acordo com Matilla (2008, p. 286-287) um modelo exemplar, em Goya, por mais que este

estabeleça diálogos com a tradição de imagens de “*mujeres fuertes*” – pela ausência de cenas secundárias, ressaltando o valor bélico – mantém sua imagem enigmática, não mostra o rosto e não atribui nome a figura feminina representada. A ausência de cenas secundárias e nomes também são perceptíveis nas gravuras nº 04 e 05 de Goya, que aparentam se completar pelo título, *Las mugeres dan valor / Y son Fieras*. Porém, estas são gravuras que expressam instabilidade e movimento, além de não representarem “heroínas” isoladas, mas, em confronto direto com o inimigo, aludindo a violência dos conflitos.

Compreendendo *Los de Desastres de la Guerra* como denúncia aos horrores ocorridos durante as invasões napoleônicas, verificam-se representações de violência sexual – que não são registradas na série de Gálvez e Brambila – e cenas de morte. De acordo com Patricia Mayayo, a exaltação dos prazeres da violência sexual tem uma longa história no Ocidente, exemplificado pela obra *A Arte de Amar*, de Ovídio (MAYAYO, 2007, p. 149). Diane Wolfthal também argumenta sobre a presença de “*heroic*” *rape imagery*, nos séculos XV a XVII, que tinham como objetivo elucidar a doutrina conjugal; servir como estímulo erótico; e, afirmar a autoridade política dos patronos aristocráticos, evidenciando a pouca ou nenhuma agência conferida a essas mulheres (WOLFTHAL, 1999, p. 10). Porém, nas gravuras de Goya *No quieren* (nº 9) / *Ni por esas* (nº11) / *Amarga presencia* (nº 13) / *Ya no hay tiempo* (nº19), pode-se observar o horror dos acontecimentos e seu caráter de denúncia, reforçado pelas frases que acompanham as gravuras.

Se no grupo anterior há a ausência de um fundo secundário que parece intensificar o valor bélico das figuras femininas, nesta seção, encontram-se alguns elementos de possível identificação, como, uma roda d’água (nº 9), uma igreja (nº 11) e construções (nº 13 e 19) que – apesar de não tornarem possível denominar os locais representados pelo artista – nos permitem analisá-las em seu sentido oposto. Ou seja, sua composição junto a objetos documentais e camadas de sombras que se alternam, parecem intensificar os horrores e a violência. Nestas gravuras, não há a reconstrução ou ampliação de um arquétipo feminino de heroínas bélicas, mas, a denúncia de violências sexuais.



Imagem 2: GOYA, Francisco de. *No quieren*. *Desastres de la guerra* [estampa 9], 1810-1814. 1ª ed., Madrid: Real Academia de Bellas Artes de San Fernando, 1863.

Matilla, por exemplo, destaca a dupla função exercida pela roda d’água na gravura *No quieren* (nº 9). A primeira é cenográfica – permitindo que a ação seja ambientada em um espaço rural, onde a

população poderia se sentir menos protegida em relação aos abusos – e, a segunda que seria uma função simbólica, em que a violência é como uma roda, gira sem parar (MATILLA, 2012, p. 208). Jean-Marc Lafon também destaca a partir do levantamento de relatos que os abusos contra as mulheres eram diários durante os saques de vilas e cidades espanholas – e foram percebidos por Goya como cruéis e brutais (LAFON, 2006, p. 555-575).

Verifica-se que a temática do horror e da devastação atravessa todas as esferas – pública e privada – e indivíduos de diferentes classes sociais. Cita-se como exemplo a gravura nº 28, *Populacho*, em que observa-se uma mulher e um homem – representantes do povo¹³⁵ espanhol – no primeiro plano, que batem com hastes de metal em um corpo já sem vida. Ou a gravura nº 30, *Estragos de la guerra*, que representa uma cena interna – durante o bombardeio de uma residência – em que homens, mulheres e crianças misturam-se com os escombros. Chama atenção para o lado direito, em que uma cadeira que cai ao mesmo tempo que a figura feminina no centro, aludindo ao elevado *status* social dos indivíduos (MATILLA, 2008, p. 296-297).

Tendo em vista os papéis representados pelas mulheres até então em *Los Desastres*, seja – como "heroínas" em conflitos bélicos, submetidas a violações sexuais, como agentes e/ou vítimas da violência – nota-se também, representações que aludem a fome, miséria e aumento no número de doentes como consequência proporcionadas pela guerra. Cita-se, a gravura nº 55, *Lo peor es pedir*. Para Matilla, Goya representa de um lado uma figura feminina – de cabeça baixa, posicionada em direção a um soldado francês – sendo uma referência a prostituição; e, do lado direito, um conjunto de indivíduos famintos. De acordo com o autor a gravura é uma resposta a frase que a acompanha, *Lo peor es pedir*: aquela que sobrevive vendendo seu corpo, ou, aos que morrem de inanição (MATILLA, 2012, p. 200).

Verifica-se também representações do feminino associadas ao elemento religioso na gravura 67, *Ésta no lo es menos*. Para Hughes (2007, p. 353), observa-se dois idosos de casaca carregando nas costas, encurvados, a efígie de madeira de uma santa com um rosário, relacionada ao retorno dos valores do Antigo Regime, seus poderes clericais e reacionários. Matilla, de forma semelhante, analisa a representação como um grupo que carrega instavelmente imagens marianas, sendo clara a atitude crítica e sarcástica de Goya em relação à irracionalidade religiosa (MATILLA, 2008, p. 334-335).

Por fim, nas últimas gravuras da série – nº 79, *Murió la Verdad*; nº 80, *Si resucitará?*; e, nº 82, *Esto es lo verdadero* – verifica-se a representação de alegorias femininas. De acordo com Joan Landes, há uma espécie de canalização das noções masculinas sobre o processo revolucionário personificado em corpos femininos, inclusive, as línguas românicas facilitam a associação entre o feminino e as alegorias nacionais, como: a liberdade, verdade, justiça e independência (LANDES, 2001).

Goya, na gravura 79, por exemplo, mobiliza essas alegorias a fim de manifestar sua posição política. No centro há um corpo de uma jovem, com os seios expostos, no qual irradia uma luz que permite ver o comportamento daqueles à sua volta – esta representa a alegoria da *Verdade* – que, inclusive põem no campo de visão do espectador, a direita, a alegoria da *Justiça*, que coloca as mãos no rosto lamentando sua morte. Atrás, observa-se alguns clérigos e um homem vendado apoiado em sua bengala, que para Matilla,

¹³⁵ Há uma discussão sobre o termo *Populacho* empregado por Goya nesta gravura, Matilla aponta que este é tradicionalmente interpretado de maneira pejorativa. Mais informações disponíveis em: <https://www.museodelprado.es/coleccion/obra-de-arte/populacho/b9c0d981-ffca-4852-b7d3-45e223d4771d>. Acesso: 07 de maio de 2023.

representam críticas à igreja, tendo em vista a restauração dos privilégios desta com a abolição da Constituição de 1812 (MATILLA, 2008, p. 348).

Da mesma forma, observa-se a presença da figura feminina como alegoria da *Verdade* nas gravuras 80 e 82. Enquanto na primeira, respectivamente, discute-se se a pergunta *Si resucitará?* possui uma conotação esperançosa ou cética, pois, ainda que a “verdade” volte, encontra-se cercada pelos valores do Antigo Regime; na segunda, observa-se os desejos de Goya em relação ao futuro do país (MATILLA, 2008, p. 348). Todavia, nestas imagens, como destaca Carlos Reyero, a fim de torná-las mais atrativas, Goya as havia caracterizado como mulheres jovens e belas, com os seios amostra e como figuras cândidas e frágeis (REYERO, 2010, p. 159).



Imagem 03: GOYA, Francisco de. Murió la Verdad. *Desastres de la guerra* [estampa 79], 1810-1814. 1ª ed., Madrid: Real Academia de Bellas Artes de San Fernando, 1863 (à esquerda).

Imagem 04: GOYA, Francisco de. Si resucitará?. *Desastres de la guerra* [estampa 80], 1810-1814. 1ª ed., Madrid: Real Academia de Bellas Artes de San Fernando, 1863 (à direita).

4. CONCLUSÕES

Através deste artigo, buscou-se compreender o imaginário de Goya na série de gravuras, *Los Desastres de la Guerra*, em relação às figuras femininas. Neste sentido, observa-se que as representações oscilam entre: "heroínas" bélicas; cenas de violências sexuais; agentes e/ou vítimas da violência; santas; e, alegorias da *Verdade* e/ou da *Justiça*.

Analisar de forma separada cada grupo de gravuras, nos permitiu verificar como o artista dialoga e ressignifica o imaginário constitucional, por exemplo, através da imagem n.º 07, nota-se que há uma associação com os recursos utilizados na versão espanhola da *La Galería de mujeres fuertes*. Ainda assim, o artista opta por representações genéricas, enigmáticas – ocultando a identidade das figuras femininas – e pela ausência de legendas que narram os feitos das mesmas, diferente das gravuras de Gálvez e Brambila, mais formais e idealizadas. Porém, a respeito das representações femininas alegóricas, nota-se que Goya se mantém em diálogo com os modelos revolucionários, gravando mulheres jovens e belas. Por meio das quais também manifesta sua posição política.

Todavia, quando estas gravuras são postas em uma análise conjunta com as representações de cenas de violências – violações sexuais, morte, doença, agressão – assim como marcadores sociais como classe e idade, verifica-se o potencial amplo da série e como esta mobiliza outras temáticas em comparação as

representações do período. Ou seja, apesar de reconhecer o valor das mulheres na cena bélica – e dialogar com discursos de construção de uma memória patriótica – Goya também constrói uma memória de denúncia da guerra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BARROS, José D'Assunção. “Imaginário, Mentalidades e Psico-História – uma discussão historiográfica.” *Revista Labirinto* 17, UNIR Dezembro, 2005.
- BOLUFER PERUGA, Mónica. “Desde la periferia. Mujeres de la Ilustración en Province”. En: CALLE, R. (ed.). *La Real Academia de Bellas Artes de San Carlos en la Valencia ilustrada*. València: Universitat de València, 2009.
- _____. *Galerías de “Mujeres Ilustres” o el sinuoso camino de la excepción a la norma cotidiana* (SS. XV-XVIII). *Hispania*, s.d, v. 60, n. 204, p. 181-224, 2000.
- _____. *Mujeres e Ilustración. La construcción de la feminidad en la España del Siglo XVIII*, València, Institució Alfons el Magnànim, 1998.
- CARRETE PARRONDO, Juan. *Goya. Estampas: Grabados y litografías*. Barcelona: Electa, 2007.
- CASTILLO-OLIVARES, M.^a Dolores Antigüedad del. Goya, las mujeres y la Guerra de la Independencia. *Espacio, Tiempo y Forma: REVISTA DE LA FACULTAD DE GEOGRAFÍA E HISTORIA*, Madrid, v. 22-23, n.VII, p. 157-182, 2009-2010.
- CHARTIER, Roger. *O mundo como representação. Estudos Avançados*, São Paulo, v. 5, n.11, p. 173-191, abr. 1991.
- ESPIGADO, Gloria. *Las mujeres y la política durante la Guerra de la Independencia*. *Ayer*, S.L., v. 86, p. 67-88, 2012.
- GINZBURG, Carlo. Representação: a palavra, a idéia, a coisa. In: _____. *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 85-103.
- HUGHES, Robert. *GOYA*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 504 p.
- KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In: *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora PUC - Rio, 2006.
- LANDES, Joan B., *Visualizing the Nation - Gender Representation and Revolution in Eighteenth Century France*. Ithaca, Cornell University Press, 2001.
- MANGUEL, Alberto. *Lendo imagens*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MARTÍN, M.^a Ángeles Pérez. *Ilustres e ilustradas. Académicas de Bellas Artes en España (ss. XVIII-XIX)*. Tese de Doutorado, Universidad de València, 2018.
- MATEO, María Cruz Romeo. *Española en la Guerra de 1808: Heroínas recordadas*. In: RODRIGO, Mercedes Yusta; MARTÍN, Ignacio Peiró (comp.). *Heterodoxas, guerrilleras y ciudadanas: resistencias*

femeninas en la España moderna y contemporánea. Zaragoza: Institución Fernando El Católico, 2015. p. 63-83.

MATILLA, J.M: *Estragos de la Guerra*, en: *Goya en tiempos de Guerra*, Madrid: Museo Nacional del Prado, 2008, p. 296-297.

_____ *Extraña devoción/Esta no lo es menos*, en: *Goya en tiempos de Guerra*, Madrid: Museo Nacional del Prado, 2008, p. 334, 335.

_____ *Lo peor es pedir*, en: Matilla, J.M. y Mena, M.B.: *Goya: Luces y Sombras*, Barcelona: Fundación La Caixa, 2012, p. 200.

_____ *Murió la Verdad/Si resucitará?*, en: *Goya en tiempos de Guerra*, Madrid: Museo Nacional del Prado, 2008, p. 348.

_____ *No Quieren*, en: Matilla, J.M. y Mena, M.B.: *Goya: Luces y Sombras*, Barcelona, 2012, p. 208.

_____ *Populacho*, en: *Goya en tiempos de Guerra*, Madrid: Museo Nacional del Prado, 2008, p. 314.

_____ *Que valor!*, en: *Goya en tiempos de Guerra*, Madrid, Museo Nacional del Prado, 2008, p. 286-287.

MAYAYO, Patricia. *Historias de mujeres, historias del arte*. Madrid: Ediciones Catédra, 2007.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. *A fotografia como documento - Robert Capa e o miliciano abatido na Espanha: sugestões para um estudo histórico*. *Tempo*, Rio de Janeiro, n. 14, p. 131-151, 2002.

MOLINA, Álvaro. *De mujer fuerte a ciudadana Modelos heroicos femeninos a través del arte del grabado*. In: (COORDS.), Fuente: C. Camarero Bullón y J. C. Gómez Alonso et al. *El dominio de la realidad y la crisis del discurso. El nacimiento de la conciencia europea*. Madrid: Ediciones Polifemo, 2017. p. 77-111.

PALACIOS FERNÁNDEZ, Emilio. *La mujer y las letras en la España del siglo XVIII*. S.d: Alicante : Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2008.

REYERO, Carlos. *Alegoría, Nación y Libertad: El Olimpo constitucional de 1812*. Siglo XXI de España Editores: Madrid, 2010.

PÉREZ CANTÓ, Pilar e MÓ ROMERO, Esperanza. *Las mujeres en los espacios ilustrados*. *Signos Históricos*, Vol., n. 13, p. 43-69, 2005. ISSN: 1665-4420.

SÁNCHEZ SOLANO, Jorge. *Museo de los sitios: creación y gestión*. Universidad de Zaragoza, 2018.

SANTOS, MARGARETH. *Desastres do pós-guerra civil espanhola. Uma leitura de Tempo de Silêncio, de Luis Martín-Santos e Nada, de Carmen Laforet*. 2005. 195 f. Tese (Doutorado)- Curso de Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

SAYRE, Eleanor. *The Changing image : prints by Francisco Goya : exhibition, Museum of Fine Arts, Boston, October 24-December 29, 1974, The National Gallery of Canada, Ottawa, January 24-March 14, 1975.* Boston: Museum Of Fine Arts, 1974.

TODOROV, Tzvetan. *Goya à sombra das Luzes.* São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

WILLIAMS, Raymond. *Literatura e sociologia: em memória de Lucien Goldmann.* In: *Cultura e Materialismo.* Rio de Janeiro: Editora Unesp, 2011, p.15-42.

CORPO-TERRITÓRIO: GÊNERO E SEXUALIDADE NA EXPERIÊNCIA URBANA

MARIA EDUARDA BATISTA DELLAMAGNA¹³⁶

Resumo: neste texto propõe-se uma reflexão sobre os corpos a partir da exploração das relações estabelecidas entre espaço, gênero e sexualidade, especialmente quando considerados os espaços públicos. São pontuadas experiências e corpos dissidentes, ou seja, aqueles que divergem de uma normativa heterossexual e cisgênera, considerando aquelas contidas na cidade contemporânea com seus diversos processos de intervenções e formulações. O objetivo é realçar a relevância de signos (aspectos e especificidades) dos indivíduos não cis heteronormativos que insistem em circular pelas cidades, ainda que, em sua maioria, ocasionem situações repreensivas e hostis.

Palavras-chave: Gênero. Sexualidade. Performance. Espaço urbano. Corpo.

1. INTRODUÇÃO

A urbanidade contemporânea é carregada de possibilidades, formulações e processos. Configurada a partir de regulações sociais, este texto é uma tentativa de tornar visíveis algumas relações estabelecidas entre corpo, gênero, sexualidade e espaço público, ao propor uma reflexão sobre a presença de sujeitos dissidentes da regulação heterossexual cisgênera, concebidos como características hegemônicas na formulação e apropriação do espaço urbano. (WEEKS, 2002). Como sugestão, consideram-se as performances de gênero e sexualidade como signos para a formulação do conceito de corpos-territórios aptos à percepção de exclusão, repreensão e hostilidade na urbanidade contemporânea.

É necessário, portanto, conceitualizar o que corpos e signos materializam na discussão a seguir. Soares (2006) pontua o corpo como um elemento capaz de expressar naturalmente, não se esgotando em si, e que se reconhece como signo contido numa intencionalidade expressiva quando socializado, seja ela natural ou instintiva. A corporeidade considerada dissidente é pontuada pela autora como:

Imagem deformada, simulacro, gatafunho, esse corpo que não sou, representaria um obstáculo, um fardo estranho e pesado, maciço e opaco que se me cola como um objecto e me sobrecarrega com uma carapaça incômoda e inestética. Lançado no mundo das coisas como uma coisa mais, tenho um corpo que está a mais e colide continuamente com outros corpos, oferecendo resistência e obstruindo toda a possibilidade de coexistência e de comunidade. (SOARES, 2006, p. 2)

Ao relacionar os conceitos de corpo com o contexto queer, corpos dissidentes de gênero ou sexualidade, ou seja, fora dessa formulação hetero cis normativa, é possível compreender melhor a imagem descrita como ‘representante de um obstáculo’ que colide com outros corpos. Os signos aqui implicam em

¹³⁶ Graduada em 2022 no curso de Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). E-mail: dudadellamagna@gmail.com.

performances, comportamento, vestimenta, formas de apropriação ou negação de um espaço. Assim, é considerado a corporeidade como esse símbolo/signo de uma performance considerada “normal” e incentivada por diversos elementos da sociedade.

O texto é estruturado para conceitualizar primeiramente o *corpo-território*, passível de ser considerado uma escala de estudo e espaço próprio; em um segundo momento, é proposta uma reflexão sobre o *espaço público materializando relações hegemônicas* a partir da assimilação da regulamentação sexual e de identidade de gênero. Então, é assinalada a performance não normativa como elemento fundamental para a identificação, catalogação e repreensão daqueles considerados desviantes, estopim para movimentos discriminatórios.

2. O CORPO-TERRITÓRIO

De início, tratemos da relação dos indivíduos com o espaço. James Duncan (1990) considera o espaço urbano como um sistema complexo de signos expressos por práticas e textos performados nele. Jeffrey Weeks coloca a sexualidade como um somatório de signos: '[...] envolve tanto palavras, imagens, rituais e fantasias quanto o corpo: a forma como pensamos sobre o sexo molda a maneira como o vivemos.' (WEEKS, 2002, p. 3, tradução nossa). A similaridade das conceituações de espaço e sexualidade converge para uma intersecção narrativa em que ambos podem ser considerados construções de signos indicativos a partir da expressão e recepção dos indivíduos. Entende-se assim um caráter dinâmico e flexível da urbanidade, que conceitua não só os corpos no espaço, mas também expressa que há, pelo menos um pouco, da cidade na formulação de sujeitos.

Apropriando-se das afirmações destes autores, é possível estabelecer, então, que a ocupação do espaço delimita determinadas atuações a partir da interpretação dos signos expressos pelos corpos, condicionados — ou não — a uma performance hegemônica, neste caso, a heteronormativa e cisgênera. A destreza em ocupar e dominar o espaço, que tais grupos normativos desempenham, tem como resultado a demarcação de figuras dissidentes, os quais são instantaneamente marginalizados e hostilizados.

É importante, portanto, definir os conceitos de heterossexualidade e cisgeneridade, que são tão relevantes para a construção deste texto. Devido à ausência do termo cisgeneridade em dicionários, busca-se no artigo “Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial” de Viviane Vergueiro uma definição relevante para a discussão colocada aqui:

A cisgeneridade, conceito sobre o qual dialogaremos a seguir, representaria justamente tal referencial, denotando as corporalidades e identidades de gênero que, em suas características e autoidentificações, estejam alinhadas às ideias de corpos e identidades de gênero “normais”, “não transtornados”, “biológicos”. (VERGUEIRO, 2016, p. 252)

Vergueiro (2016, p. 252) ainda complementa ao considerar a cisgeneridade como uma identidade de gênero de indivíduos na qual a '[...] ‘experiência interna e individual do gênero’ corresponde ao ‘sexo atribuído no nascimento’ a eles.” A heterossexualidade é definida no dicionário Michaelis como “relativo ao heterossexualismo.” O segundo termo fornece a definição: “Inclinação por ou prática sexual com pessoa do sexo oposto.” (MICHAELIS, 2023) As definições em si corroboram a ideia de construção de signos comuns expressos pelos corpos quando colocados em situações sociais e, além disso, podem ser

interpretadas como uma tentativa de universalização de experiências e indivíduos, visto que atuam na padronização.

No artigo “Corpo como espaço: um desafio à imaginação geográfica”, Joseli Silva, juntamente com Marcio Ornat (SILVA E ORNAT, 2016), discorrem sobre o corpo a partir de uma perspectiva geográfica. Os autores conceituam o corpo como algo não imparcial e não universal, partindo da inegável consciência de que todos os corpos possuem diferenças, marcas e vivências relacionadas a práticas sociais, econômicas, políticas e características físicas. Os sujeitos são observados, lidos e interpretados por outros sujeitos.

Como existem infindáveis tipos de corpos, em diferentes formas, características, estágios e estados de existência e cada uma delas é interpretada e comunicada em cada tempos e espaço, pode-se argumentar, assim, que o corpo é um lugar social, político e geográfico e, além disso, o corpo constitui na maneira como as pessoas se conectam com outros espaços e experimentam o espaço. (SILVA e ORNAT, 2016, p. 63)

Apropriando-se da reflexão dos autores, o indivíduo pode ser abordado a partir de uma escala mais específica, passível de ressaltar a relevância de uma maior aproximação do indivíduo. Haesbaert (2020) argumenta sobre a demarcação, categorização e organização dos corpos a partir de uma linguagem estruturada por uma hegemonia capitalista, que atua de forma a inferiorizar aqueles dissidentes por sua performance díspar, assim o corpo-território é considerado o primeiro território de luta.

Lefebvre (1992) também estabelece uma relação direta entre o indivíduo e o espaço ao ultrapassar o conceito de existência no espaço meramente, admitindo que a constituição do sujeito espacialmente é material, porém relata a inevitabilidade da adição de complexidade, ao passo de que o corpo materializa identidade e expressões. Henri Lefebvre, em seu livro “The Production of Space”, estabelece a relevância do espaço-corpo:”

O corpo, com sua capacidade de ação e suas diversas energias, pode criar espaço? Indubitavelmente, porém não no sentido em que a ocupação poderia ser considerada “fabricante” da espacialidade; em vez disso, existe uma relação imediata entre o corpo e seu espaço, entre o desdobramento do corpo no espaço e sua ocupação do espaço. Antes de produzir efeitos no âmbito material (utensílios e objetos), antes de produzir-se (nutrindo-se dessa materialidade) e antes de reproduzir-se (por meio da geração de outros corpos) cada corpo vivo é um espaço e possui seu próprio espaço: ele se produz no espaço e produz esse espaço. (LEFEBVRE, 1992, p. 170, tradução nossa)

Diante da colocação de que o corpo é espaço e que este espaço e o próprio corpo constituem experiências, sejam elas intelectuais ou materiais, que determinam as interações e limitações dos sujeitos que se apropriam dele. Ao passo que o corpo é espaço, a concepção de lugar público é construída como um ambiente de encontros, movimentos e trocas entre os sujeitos, tendo como implicação a consideração das pessoas entre si. O corpo então passa a ser um território de embate e confronto.

A existência de corpos dissidentes é pautada na ideia de que são espaços políticos, que além de ocupar também produzem o território com espacialidades, desdobramentos, formulações e configurações distintas e disruptivas capazes de contrapor a regulação dos indivíduos.

É inegável que, com a mutabilidade do espaço e do tempo, as ideias que atribuem características de performance de gênero e sexualidade normativas se adaptam e transformam ao entorno, fazendo com que o corpo seja suscetível às mutações ao redor. Em ‘Os Atos Performativos e a Constituição do Gênero: Um Ensaio sobre Fenomenologia e Teoria Feminista’, Judith Butler aponta:

O corpo é um conjunto de possibilidades, porque; 1) a forma como ele existe no mundo e como é percebido pelo outros não é predeterminada por uma essência interior; 2) a sua expressão concreta no mundo deve ser entendida como a aceitação e a expressão de um conjunto de possibilidades históricas. Existe um aspecto ativo que é entendido como o processo que determina quais são essas possibilidades e que, por sua vez, são limitadas pelas convenções históricas disponíveis. (BUTLER, 2018, p. 215 – 216)

Desta forma, é perceptível não só a mutabilidade das expressões corporais empreendidas para se adaptar ao meio, mas também o processo dominante e hegemônico que limita corpos quando exploram as possibilidades citadas, de forma a fugir do que é considerado normalidade.

O espaço, como conceito, neste caso, é uma concepção intelectual construída socialmente, logo é totalmente adaptável ao tempo, lugar e sociedade em que se apropria dele, assim como as ideias. A rua, portanto, é puramente a corporificação das relações e experiências estabelecidas entre os sujeitos e atua na validação de outros sujeitos, por meio das relações de poder heterossexistas e homofóbicas também replicadas nela.

As relações de poder citadas são ilustradas por gestos, palavras e olhares reprovativos, ou seja, são feitas por uma análise corpórea e a partir dela reprimidas ou copiadas. Sendo necessário, então, pontuar os recorrentes casos de homofobia, transfobia e diversas outras formas de violência, física, verbal ou mais abstrata, que acontecem a partir do momento em que esses espaços são ocupados e vivenciados por indivíduos que não atuam tal qual a performatividade normativa, ou seja, que não sejam o sujeito “universal” heterossexual, branco e cisgênero.

3. PERFORMANCE NÃO NORMATIVA

Algumas estatísticas destacam dados importantes sobre a hostilidade em relação aos corpos dissidentes. Segundo o Grupo Gay da Bahia (2018), a cada 20 horas, um indivíduo LGBT morre no Brasil por ser LGBT (GGB, 2020). Ao mesmo tempo, segundo o “Dossiê dos Assassinatos e da Violência Contra Pessoas Trans Brasileiras 2022” publicado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais, pela 14ª vez, o país lidera o ranking de países que mais matam pessoas trans no mundo (BENEVIDES, 2023).

Em pesquisa desenvolvida pelo SUS entre 2015 e 2017, estimou-se que um indivíduo que se identifica como LGBT é agredido a cada hora no Brasil. A pesquisa também ressalta as agressões, principalmente a figuras associadas a características femininas, como lésbicas, travestis e transsexuais. Das vítimas agredidas que participaram da pesquisa, 46% eram transsexuais ou travestis, enquanto 32% eram lésbicas e 25% gays. (PUTTI, 2020)

A produção de discursos e formulações hostis nos espaços públicos pode ser argumentada ao se apropriar da argumentação de Preciado (2018), no qual o autor classifica a normatividade heterossexual como pautada a partir de um ideal patriarcal e sexista que posiciona os homens como proprietários de outros corpos, analisando-os sob um arquétipo comportamental pautado em um sistema binário. Fundamentado nesse sistema, qualquer comportamento desviante é visto como uma ameaça ao poder patriarcal e pode justificar comportamentos discriminatórios, fundamentados não só durante anos de pregação religiosa, mas também como um movimento científico, como descreve Preciado:

A produção hiperbólica do discurso médico pós-guerra sobre gênero é o sinal de uma crise epistêmica: os intermináveis debates ‘natureza versus criação’ que ocorreram entre 1950 e 1970 [...] lembram-nos os truques do século XVI aplicados às esferas e aos epiciclos com o objetivo de manter a hegemonia do modelo astronômico geocêntrico. A proliferação do discurso clínico sobre ‘hermafroditismo verdadeiro’, ‘pseudo-hermafroditismo’, ‘intersexualidade’, ‘incongruências sexuais’, [...] bem como a normatização médica das técnicas de retribuição de sexo, mutilação genital de bebês intersexuais e reconstrução cirúrgica do gênero [...]. (PRECIADO, 2018, p. 113)

Desde o nascimento, os corpos quando em posições de sociabilização são analisados, categorizados em uma tentativa de padronização, trabalhando na culpabilização de tudo o que desvia disso. A definição de vestimentas, regras de sociabilidade e vários outros elementos são ditadas e incentivadas. Irrevogavelmente, trata-se de condicionar vidas, vide estatísticas citadas anteriormente. A hostilidade e repreensão desses corpos desviantes não são entendidas aqui como acontecimentos avulsos e individuais, mas sim como algo sistemático e articulado que atua na manutenção da normatividade na constituição de relações com outros corpos e com o espaço. Vinicius Almeida categoriza o que é chamado de estereótipo neste texto como:

Corpos que fazem parte da própria reprodução da vida civil e urbana industrial, com seus novos horários para dormir, acordar, alimentar-se, trabalhar. Mas não apenas isso. A incorporação de uma consciência [...] de que o indivíduo faz parte de um todo que depende de sua organização ao mesmo tempo, em que sua organização está atrelada a esse todo. Portanto, não conseguir manter uma rotina ideal, não ter as condições físicas ideais, não ter a sexualidade ideal para os padrões normativos, constitui em defeitos que devem ser sentidos como culpa [...]. (ALMEIDA, 2019, p. 33)

Uma das problemáticas da organização binária de gênero e suas respectivas performatividades corporais são as relações espaciais intrincadas em estereótipos comportamentais, por isso, a relação do ser com o próprio espaço é um fator de opressão ou expressão de sua sexualidade.

A identidade de gênero e orientação sexual são construídas e não simplesmente dadas naturalmente como um fato imutável. As identidades são instáveis e voláteis e podem ser associadas ao tempo e espaço, como pontuado por Judith Butler (2018). Assim, a norma que estrutura as relações estabelecidas no espaço é sempre pautada pelo que acontece social e culturalmente em determinado recorte.

Com a percepção de que tudo é construído socialmente, Judith Butler (2018) traz o conceito de performance teatral nas atribuições de gênero e que podem ser traduzidas para questões de sexualidade, em que há uma construção social de estereótipos capazes de atribuir sentido à expressão dos sujeitos seja social, corporal ou moralmente.

Essas atribuições, como dito anteriormente, manifestam-se socialmente na rua através desses mesmos signos comuns, os quais são os estereótipos. A reprodução destes signos acaba facilitando a identificação de alguns comportamentos que diferem da norma, e tudo a partir daquela quebra de contrato se torna justificável para um movimento violento e dominante na tentativa de reafirmação e repreensão. Preciado ([2008] 2018, p. 131) em *Testo Junkie* pontua alguns “códigos semiótico-técnicos”, como o autor classifica, associados a estereótipos de gênero e sexualidade normativa da mulher e do homem branco heterossexual. Alguns dos itens citados associados à mulher têm um cunho puramente performativo concebido para a percepção do outro, como, por exemplo: “[...] mãos pequenas, as sapatilhas

de Audrey Hepburn, [...] o cuidado com os cabelos, a moda, [...]” enquanto os signos da masculinidade são “[...] usar calças compridas, saber levantar a voz, [...] a cidade, o bar, as putas, [...] botas, a gravata, a barba de três dias por fazer [...].”

Todos os estereótipos citados até então estão atrelados à construção de uma imagem que compreende a identidade de gênero como algo que não é a priori do ser, ela deve ser desvinculada desses condicionantes de sexo biológico ou independentemente da classificação, e reconhecida como uma construção social performativa, em que padrões de opressão e de dominação têm que ser questionados e subvertidos, já que não só passam a ser um modelo de opressão de gênero, mas também relacionados à sexualidade. É relevante também pontuar a pertinência da sociabilidade urbana aqui como elemento fundamental para a leitura dos corpos e principalmente para a manutenção da normativa, ao estabelecer e vigiar tudo aquilo que é “normal”. Almeida comenta sobre os dispositivos utilizados para identificar aqueles que desviam de alguma forma das características normativas.

Almeida comenta sobre os dispositivos utilizados para identificar aqueles que desviam de alguma forma das características padronizadoras:

O reconhecimento opera através dos dispositivos de visibilidade e invisibilidade. O reconhecimento do gênero opera de forma a determinar quais vidas são dignas de ser vividas e quais não são. A cisgeneridade e a heterossexualidade são discursos que asseguram a dignidade de uma vida. Se estiverem juntas em um mesmo indivíduo, maior o valor de sua vida. (ALMEIDA, 2019, p. 68)

O espaço, então, se torna um lugar de opressão e normatização dos corpos e sujeitos que não performam tais ideais expressivos de gênero e sexualidade. Britto e Jacques (2012, p. 143) pontuam a necessidade de “[...] substituir a co-presença por representações programadas, repetitivas e petrificadas da experiência urbana”. Faz-se necessário uma ocupação permitindo experiências não monótonas e controladas.

Eduardo Rocha Lima (2012) pontua o processo de invalidação das existências que desviam por meio da recusa em reconhecer a existência e história ou de formas mais objetivas, quando criminalizam, reprimem ou dizimam um conjunto de políticas públicas que possam colaborar com uma reformulação do espaço urbano.

Apesar dos dispositivos de vigilância da normatividade atuarem para todos os sujeitos, a fim de estimular a repreensão e controle, são repreendidos apenas aqueles que desviam dos estereótipos corporais e comportamentais, retomando o argumento de que a expressão da sexualidade está associada à linguagem, signos e expressões, como argumentado por Weeks.

4. REAFIRMAÇÃO

Ao compreender a sexualidade como identidade construída socialmente, as reafirmações performativas são mecanismos para dominação e opressão, visto que o questionamento desses acontecimentos pode ser naturalizado e, com o tempo, ressignificados e pervertidos, porém ainda são adjuntos ao argumento de Almeida (2019) em que na vida civil e urbana industrial as relações padrões são a motriz para uma sociedade normativa. A ressignificação, portanto, é a tentativa de quebra destas

imposições de estereótipos e performances de gênero e sexualidade, principalmente em espaços públicos nos quais o número de interações e visibilidade é amplificado.

Há recortes em espaços específicos, nos quais os corpos não heteronormativos discordam da performance conforme as normas construídas, a fim de evitar estratégias sutis ou escancaradas de dominação e hostilidade, porém a realidade ao considerar uma escala maior é de espaços públicos que abrigam violências abstratas e/ou físicas. É possível então, pontuar o simples fato de andar de mãos dadas como ressignificação ou apropriação do espaço quando não se trata de um parceiro hetero-cisgênero.

A associação dos indivíduos destoantes a um espaço confere não só um estímulo mas também um suporte moral e existencial para aqueles que têm performances, corpos e signos semelhantes. Cria-se então um processo potencial com gestos e presenças, ao ser na resistência e existência dispostas possibilidades capazes de perverter os códigos normativos estabelecidos, e a relevância destas ocupações está na mutabilidade e autonomia de ocupar e existir.

A ocupação dos espaços públicos, ainda que esporádicos, questiona a normatização urbana e de indivíduos. Como argumenta Vieira (2019) “[...] é necessário promover o movimento de corpos, seus gestos, atos e falas coletivas, demarcando o espaço com memórias de vivências públicas.”. E não só marcar os espaços, mas fazer com que estes não sejam determinantes no medo e hostilidade de ocupar os lugares públicos.

Ressignificar os espaços, desde a escala de corpos-territórios até espaços públicos, para que as experiências, individuais ou urbanas, possam ser formuladas de forma não repreensivas e hostis para que a existência destes possa também ser considerada corpos políticos e disruptivos no sentido de contrapor a normativa e carregar a ambição de catalisar novas possibilidades de existência e comportamentos não engessados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, V. S. *Proposta de cartografia queer a partir do mapeamento da violência aos corpos dissidentes das normas sexuais e de gênero em São Paulo*. 2019. 271 f. Dissertação (Mestrado) — Curso de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-04032020-154531/pt-br.php>. Acesso em: 15 maio 2023.
- Benevides, B. G. *Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022* / Bruna G. Benevides. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023. 109p.
- BRITTO, F. D.; JACQUES, P. B. *Corpo e cidade: complicações em processo*. *Revista da Universidade Federal de Minas Gerais*, Belo Horizonte, v. 19, n. 1/2, p. 142 – 155, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/corpoecidade>. Acesso em: 10 maio 2023.
- BUTLER, J. *Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista*. Trad. Jamille Pinheiro Dias. Caderno de Leituras n. 78, *Chão da Feira*, 2018, p. 1-16. Disponível em: https://chaodafeira.com/wpcontent/uploads/2018/06/caderno_de_leituras_n.78-final.pdf. Acesso em: 10 de maio de 2023.
- DUNCAN, J. S. *The city as text: the politics of landscape interpretation in the Kandyan Kingdom*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- HAESBAERT, R. *Do corpo-território ao território-corpo (da terra): Contribuições decoloniais*. *Geographia* (UFF), v. 22, n. 48, p. 75 – 90, 2020.
- HETEROSSEXUALISMO. In: Michaelis *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/heterossexualismo/>. Acesso em: 15 maio 2023.
- LEFEBVRE, H. *The production of space*. Oxford: Blackwell, 1992. Tradução de: Donald Nicholson-Smith.
- LIMA, E. R. *Cidades-sensuais: práticas sexuais desviantes x renovação do espaço urbano*. 2012. 219 f. Tese (Doutorado) — Curso de Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/13057?mode=full>. Acesso em: 14 maio 2023.
- PRECIADO, P. B. Tecnogênero. In: *Texto junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica*. [S.I]: N-1 Edições, 2018. Cap. 6. p. 109 – 139.
- PUTTI, A. DIVERSIDADE Um LGBT é agredido no Brasil a cada hora, revelam dados do SUS. *Carta Capital*, 16 jul. de 2020. Disponível em:

<https://www.cartacapital.com.br/diversidade/um-lgbt-e-agredido-no-brasil-a-cada-horarevelam-dados-do-sus/>. Acesso em 10 de maio de 2023.

PUTTI, A. Um LGBT é agredido no Brasil a cada hora, revelam dados do SUS. *Carta Capital*, 16 jul 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/diversidade/um-lgbt-e-agredido-no-brasil-a-cada-hora-revelam-dados-do-sus/>. Acesso em: 24 set. 2023.

SIGNO. In: Michaelis *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/signo/>. Acesso em: 15 maio 2023.

SILVA, J. M.; ORNAT, M. J. *Corpo como espaço: um desafio à imaginação geográfica*. In: Plurilocalidade dos Sujeitos: representações e ações no território. Porto Alegre: Compasso: Lugar-cultura, 2016. p. 56 – 72.

SOARES, M. L. C. INTRODUÇÃO. In: Maria Luísa Couto Soares (org.). *Expressões do corpo*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 2006. p. 1-24.

VERGUEIRO, V. *Pensando a cisgeneridade com crítica decolonial*. In: MESSEDER, Suely; CASTRO, Mary Garcia; MOTINHO, Laura (org.). *Enlaçando sexualidades: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero*. Salvador: EDUFBA, 2016. p. 249 – 270. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/mg3c9/14>. Acesso em: 15 maio 2023.

VIEIRA, M. S. Urbanidade e multidão queer em Berlim. *Ponto Urbe*, [S.I], v. 25, p. 1-14, 2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pontourbe/7128>. Acesso em: 15 maio 2023.

WEEKS, J. *Sexuality and its discontents: meanings, myths & modern sexualities*. New York: Routledge, 2002.

DADOS DEMOGRÁFICOS DA USP: A PESQUISA “MULHERES E HOMENS DA USP” E A CONCEITUAÇÃO DE GÊNERO

MARIA EDUARDA MARTINS MENDES CORDEIRO¹³⁷

Resumo: O artigo investiga a conceituação de gênero adotada pela Universidade de São Paulo, utilizando como *corpus* de pesquisa os Anuários Estatísticos da instituição, de 2001 a 2020. Este trabalho parte do estudo realizado pelo Escritório USP Mulheres, hoje incorporado à Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento (PRIP), em que foi realizada a coleta e tratamento dos dados demográficos da população uspiana, compreendendo os vínculos discentes, de docência e servidores técnico-administrativos. O que se revela patente são as ações crescentes de incorporação oficial de pautas vinculadas à equidade e aos direitos humanos, acompanhadas de uma concomitante persistência da concepção binária de gênero e, até o ano de 2019, de uma diminuta agregação de outros marcadores sociais nos levantamentos demográficos da instituição.

Palavras-chave: USP; Gênero; Anuários; População uspiana.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo analisa a conceituação de gênero através dos dados demográficos da Universidade de São Paulo, coletados, tratados e organizados pelo Escritório USP Mulheres¹³⁸. A partir do projeto “Mulheres e Homens da USP”¹³⁹, são observadas as proporções de ambos os gêneros nos vínculos de graduação, pós-graduação, pós-doutorado, docência e servidores técnico-administrativos. É necessário ressaltar que o estudo, em sua primeira edição, adotou a distinção binária entre homens e mulheres, seguindo a abordagem oficial de órgãos da administração pública brasileira. O que, portanto, permite refletir sobre a legitimidade de tal distinção, apontando para a relevância de sua rediscussão pela Universidade.

Também o *corpus* selecionado mantém a adoção da categoria homens e mulheres, de forma exclusiva: os dados da tabela “Distribuição da população da USP por gênero e por Unidade” dos Anuários Estatísticos de 2001 a 2020 (referentes aos anos 2000 a 2019) foram disponibilizados seguindo tal separação. Soma-se a isso a consideração de que, entre os anos 2000 a 2018, a tabela era denominada como “Distribuição da USP por Sexo e por Unidade”, revelando a adoção oficial recente da categoria “gênero”.

¹³⁷ Aluna de graduação em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Ex-estagiária da área de pesquisas do Escritório USP Mulheres. E-mail: dudahist@usp.br.

¹³⁸ Órgão de assessoramento vinculado à Reitoria da Universidade, criado em 2016, o Escritório era responsável pela elaboração de projetos comprometidos com a equidade de gênero no âmbito da comunidade uspiana. Suas atribuições principais foram integradas à PRIP-USP, criada em 2022.

¹³⁹ Realizado entre 2021 e 2022, foi coordenado por Rodrigo Correia do Amaral e teve como equipe Rennan Valeriano Silva Lima e a autora deste artigo. A proposta objetivou criar uma plataforma, referência no armazenamento e disponibilização aberta de dados sobre a distribuição e desigualdade de gênero na USP.

Ainda que diante de tais categorizações, a análise descritiva empreendida buscou apresentar um panorama inédito da população uspiana e de sua distribuição nas três grandes áreas do conhecimento (Humanidades, Exatas e Biológicas), incluindo cursos da grande área *Science, Technology, Engeneering, and Mathematics* (STEM), desdobradas em quatro subáreas: Ciências da Computação, Ciências da Vida, Ciências Físicas, e Engenharia e Tecnologia.

Com isso, foi lançado o Observatório USP Mulheres¹⁴⁰, que permite a visualização dos dados por meio de gráficos gerais, de áreas e unidades específicas, de acordo com os interesses de cada usuário. Contudo, os dados compreendidos na pesquisa não informam cor/raça, etnia, e não especificam o enquadramento do servidor docente (se professor doutor, professor titular ou livre-docente). As ausências observadas, além das relatadas acima, como aquelas relacionadas à parentalidade, por exemplo, movimentam discussões sobre variáveis que devem ser coletadas pela Universidade de São Paulo, permitindo, estas, um maior detalhamento e compreensão sobre a comunidade uspiana, movimentando políticas de maior alcance e impacto. Logo, apontam para a necessidade de avanço na criação de instrumentos de coleta de dados que permitam o cruzamento com outros marcadores sociais.

Nesse sentido, a própria categoria “gênero” mobilizada pode ser rediscutida, enquanto se observa a entrada da agenda da equidade de gênero e os tensionamentos inerentes a ela na USP. Caminhando lado a lado com a agenda dos direitos humanos no espaço universitário, os debates vinculados à equidade indicam a forma como a instituição compreende e agrega tais questões. A priori, nas fontes analisadas, o que prevalece é a concepção binária (homens e mulheres), estando ausentes outros marcadores socioeconômicos. A mudança de “sexo” para “gênero”, todavia, parece ser significativa da possibilidade de desvinculação à ideia restrita de sexo biológico, de caráter fixo.

2. CONCEITUAÇÃO DE GÊNERO ATRAVÉS DA LITERATURA

Destarte, deve ser retomada a discussão teórica relacionada à distinção sexo/natureza e gênero/cultura. No primeiro caso, é tido o sexo como fundamentado por aspectos biológicos, vinculados às diferenças corporais, resultando em uma diferenciação entre papéis sexuais. São reduzidos, pois, ao inevitável fato natural e universal das diferenças de sexo, em que a biologia é o destino, afirma Verena Stolcke (1991). No segundo, é teorizado o gênero enquanto oposto ao reducionismo biológico (STOLCKE, 1991, p. 103), como formulação cultural de caráter relacional, “redefinido e reestruturado em conjunção com a visão de igualdade” (SCOTT, 2019, p. 77). Ainda assim, não é possível afirmar que o discurso hegemônico do gênero abdique por completo da estrutura binária, muitas vezes.

Torna-se relevante focalizar, inicialmente, o grau de legitimidade assumido pela distinção entre homens e mulheres, em que pese o fato das categorias de gênero ocidentais, marcadas pela oposição binária, não serem necessariamente definidoras para outras culturas (OYEÛMÍ, 2020, p. 8). A concepção de uma diferença pautada pelo corpo, entendida como diferença sexual, é uma elaboração de caráter histórico e contextual (LAQUEUR, 2001, p. 27). Assim é que a passagem de um modelo de sexo único, baseado em um *continuum*, para aquele de dois sexos, estruturado através da ideia de dois sexos incomensuráveis, encontra-se em processo de elaboração entre meados do século XVIII e ao longo do XIX, na proposição teórica de Thomas Laqueur (2001).

¹⁴⁰ O Observatório pode ser visitado em uma seção específica do site do Escritório USP Mulheres, que permanece ativo. Disponível em: <http://uspmulheres.usp.br/observatorio/>. Acesso em: 16 mai. 2023.

Para o autor, trata-se de uma mudança ocorrida em “espaços novos e vastos, abertos pelas revoluções intelectual, econômica e política dos séculos XVIII e XIX” no Ocidente (LAQUEUR, 2001, p. 241). É, pois, uma passagem em que a biologia se torna fundamento epistêmico, concedendo à ideia de diferença, uma qualidade definida como natural: na verdade, esse dimorfismo radical se estrutura a partir de transformações políticas. Com isso, o “natural” não se revela distante do “cultural”, já que não há forma de conceber um sujeito fora da cultura, ou a desigualdade como justificada pelo biológico.

Os ecos de tais relações desiguais se revelam também na distribuição da população uspiana. A partir da investigação, torna-se visível a permanência de uma sobrerrepresentação de mulheres em cursos voltados às profissões associadas ao cuidado — como Enfermagem e Pedagogia — e de uma hiperconcentração masculina nos cursos de Engenharia, sendo que a distribuição de mulheres e homens entre servidores técnico-administrativos tende a seguir esses padrões. Nesse contexto, a categoria “gênero” surge como imbricada às formulações de carreiras tidas como femininas e, outras, como marcadamente masculinas.

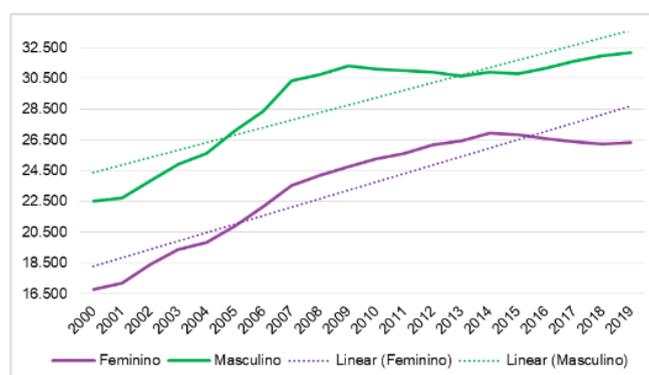
3. CONCEITUAÇÃO DE GÊNERO E DADOS DA USP

Todos os dados apresentados a seguir são resultados do projeto “Mulheres e Homens da USP”, e aqui são reproduzidos. O que se intenta, nesse momento, é agregar, de maneira introdutória, a análise dos dados à literatura específica sobre o conceito de gênero, e de como o mesmo é mobilizado na esfera institucional e no cotidiano uspiano, para além de uma análise quantitativa. Assim, observa-se que, entre 2000 e 2019, a população da Universidade de São Paulo teve um crescimento de 38%, indo de 85,5 mil para 118 mil. A população masculina manteve-se como maioria, passando de 54,3%, no ano 2000, para 53,2% em 2019. Já as mulheres passaram de 45,7% para 46,8%.

Na graduação, o crescimento geral foi de 48,9%. Os homens são, aqui, maioria, oscilando de 57,3%, em 2000, para 55%, em 2019, enquanto mulheres oscilaram de 42,7% para 45%. Em Humanidades¹⁴¹, o crescimento foi de 43,6%, com homens e mulheres muito próximos. Em Exatas, cujo crescimento total foi de 61,2%, a população feminina obteve um crescimento interno da ordem de 112%. Porém, sua presença se deu em 28%, contra uma representação masculina de 72% em 2019. Em Biológicas, o cenário se inverte, já que o corpo discente de mulheres passou de 58% para 62%.

¹⁴¹ Os gráficos referentes às áreas do conhecimento (de acordo com cada vínculo com a Universidade) também encontram-se no Observatório. Disponível em: <http://uspmulheres.usp.br/observatorio/>. Acesso em: 16 mai. 2023.

Gráfico 1 — Evolução da população de graduação, por gênero (2000 – 2019)



Fonte: Anuários Estatísticos/ Elaboração: USP Mulheres

Tabela 1 — Proporção feminina e masculina na graduação da USP (2000 – 2019)

Gênero	2000	2019	Variação
Feminino	42,7%	45,0%	2,3%
Masculino	57,3%	55,0%	-2,3%
TOTAL	100,0%	100,0%	

Fonte: Anuários Estatísticos/ Elaboração: USP Mulheres

Por sua vez, a graduação nas áreas STEM registrou crescimento geral de 68,2%. No ano 2000, tinha-se uma mulher para cada três homens (3,6 mil alunas x 10,5 mil alunos). Já em 2019, passou-se para uma mulher a cada dois homens (7,9 mil alunas x 16 mil alunos). Ressalta-se que a única subárea com maior representação feminina foi Ciências da Vida, em que mulheres tornaram-se maioria a partir de 2005, internamente crescendo em 126%. Em Ciências Físicas, mulheres representavam menos de um terço da graduação em 2019. Em Ciências da Computação, um cenário de diferenças mais aprofundadas: mulheres eram 20,4% em 2000, passando a 15,7% em 2019, enquanto a representação masculina cresceu de 79,6% para 84,3%. Em Engenharia e Tecnologia, a disparidade indicou uma diminuição, passando de 86,9% e 13,1%, homens e mulheres, respectivamente, para 76% e 24% em 2019.

A graduação permite analisar, com detalhe, em quais áreas mais se encontram as alunas na USP. A maior presença de mulheres em cursos vinculados à ideia de cuidado ou saúde é indicativa de como são compreendidas as relações sociais de gênero, raça e classe enquanto “imbricadas e não necessariamente hierarquizadas”, também “construtoras de espaços e posições sociais de poder a partir dos quais os indivíduos agem e interagem” (LOMBARDI; CAMPOS, 2018, p. 29). A Escola de Enfermagem na USP é um exemplo: em 2019, alunas eram 372, enquanto alunos 67, em números absolutos.

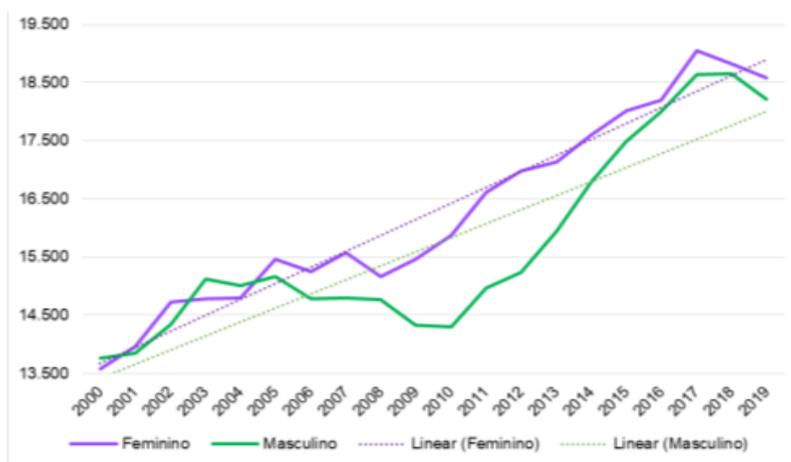
Logo, há a ênfase de certos essencialismos vinculados ao gênero: a ocupação de “trazer respostas concretas às necessidades dos outros” afirma a centralidade do trabalho de mulheres (HIRATA, 2016, p. 54). De forma concomitante, é elaborada uma enfermagem padrão branca capaz de configurar uma clivagem, dada por relações de gênero, raça, classe social e nível de qualificação, conforme se caminha do nível hierárquico mais alto (enfermeiros/as) ao mais baixo (técnicos/as e auxiliares) (LOMBARDI, CAMPOS, 2018, p. 36). São mulheres negras maioria a ocupar os escalões subalternos, patentes

profissionais menores e de maior contato direto com o corpo de pacientes, em contraponto às(aos) enfermeiras(os) com nível universitário, reiteram Lombardi e Campos (2018).

No entanto, é importante citar que a Enfermagem foi uma das poucas áreas cujo arcabouço teórico e prático teve suas bases fornecidas por mulheres. Esse é um contexto histórico de formação singular, quando tomado em contraposição às áreas como Direito, Medicina e Engenharia, com as quais mulheres tiveram seu exercício formalizado apenas a partir do século XX (LOMBARDI; CAMPOS, 2018, p. 31). Ainda que a tradição da universidade como um espaço masculino tenha sido rompida na década de 1970 (GUEDES, 2008, p. 124), tais profissões reconhecidas como “imperiais” (COELHO, 1999) ocuparam espaços de poder de forma hegemônica no Brasil pelo menos até 2000, quando já se observa a predominância da formação de uma nova elite burocrática (CARLOTTO, 2014, p. 172-175).

Compreender a trajetória histórica da constituição e afirmação de práticas monopolísticas que reforçaram as posições de prestígio dos três cursos citados (VARGAS, 2010), é fundamental para elaborar possibilidades acerca das especificidades de gênero na USP, inclusive no vínculo de pós-graduação. Nesse caso, foi observado maior equilíbrio na proporção de mulheres e homens, tendo, em 85% do período analisado, a proporção de mulheres ultrapassado a de homens.

Gráfico 2 — Evolução da população de pós-graduação, por gênero (2000 – 2019)



Fonte: Anuários Estatísticos/ Elaboração: USP Mulheres

Tabela 2 — Proporção feminina e masculina na pós-graduação da USP (2000 – 2019)

Gênero	2000	2019	Varição
Feminino	49,7%	50,5%	0,8%
Masculino	50,3%	49,5%	-0,8%
Total	100%	100%	

Fonte: Anuários Estatísticos/ Elaboração: USP Mulheres

As mulheres, maioria na pós-graduação em 2019, eram-na também em Humanidades (em 2019, 51%). Já em Exatas, elas oscilaram de 34%, em 2000, para 35% em 2019, contra 66% e 65% de homens. As mulheres são a maior parte em Biológicas, registrando oscilação de 62% para 65%, enquanto os pós-graduandos declinaram de 38% para 35%.

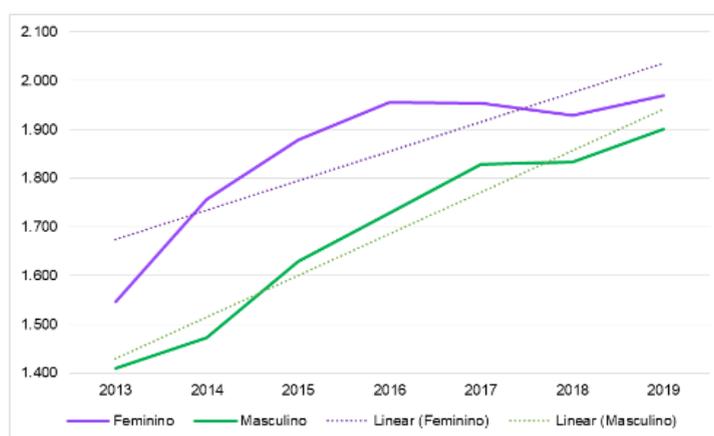
Nas áreas STEM, na pós-graduação em Ciências Físicas, a distribuição entre homens e mulheres, em 2000, era de 64,6% e 35,4%, respectivamente, permanecendo com mínima alteração nas quase duas

décadas observadas (66,2% e 33,8%). Para Ciências da Vida, a distribuição entre mulheres e homens no ano 2000 era de 46,9% e 53,1%, respectivamente, e se alterou para 42% e 58%, em 2019. Em Ciências da Computação, a distribuição entre homens e mulheres passou de 58% e 42%, respectivamente, em 2000, para 75,9% e 24,1% em 2019, ou seja, uma queda significativa das últimas. Já em Engenharia e Tecnologia, homens eram 73,2% e mulheres 26,8%, alterando-se para 68,3% e 31,7%.

Mais uma vez, as subáreas Ciências da Computação, e Engenharia e Tecnologia concentraram uma população masculina, mesmo em 2019. O que não impede considerar que o ensino superior seja depositário da aspiração feminina por mobilidade social, através da continuidade dos estudos, como possibilidade de ascensão e concorrência por melhores postos de trabalho, até mesmo, aqueles controlados tradicionalmente por homens (GUEDES, 2008, p. 121)¹⁴². São resultados de um cenário recente, em que “a participação feminina no mercado de trabalho e o sucesso profissional são encarados como atributos desejáveis e legitimados socialmente” (GUEDES, 2008, p. 129).

Para o pós-doutorado, contabilizado apenas a partir de 2013, as mulheres são maioria, registrando 52,3% no ano de 2013, e 50,9% em 2019, enquanto os homens registraram 47,7% e 49,1%.

Gráfico 3 — Evolução da população de pós-doutorado da USP, por gênero (2013 – 2019)



Fonte: Anuários Estatísticos/ Elaboração: USP Mulheres

Tabela 3 — Proporção feminina e masculina no pós-doutorado da USP (2013 – 2019)

Gênero	2013	2019	Varição
Feminino	52,3%	50,9%	-1,4%
Masculino	47,7%	49,1%	1,4%
Total	100%	100%	

Fonte: Anuários Estatísticos/ Elaboração: USP Mulheres

Em Humanidades, mulheres eram 53% em 2013 e decaíram para 49% em 2019. Por sua vez, homens passaram de 47% para 51%. Em Exatas, a diferença entre homens e mulheres manteve-se elevada desde o início da série, com esses representando cerca de 61% e mulheres constituindo 39%. Invertendo a hegemonia, elas são a maior parte da população de pós-doutorandos em Ciências Biológicas: mulheres

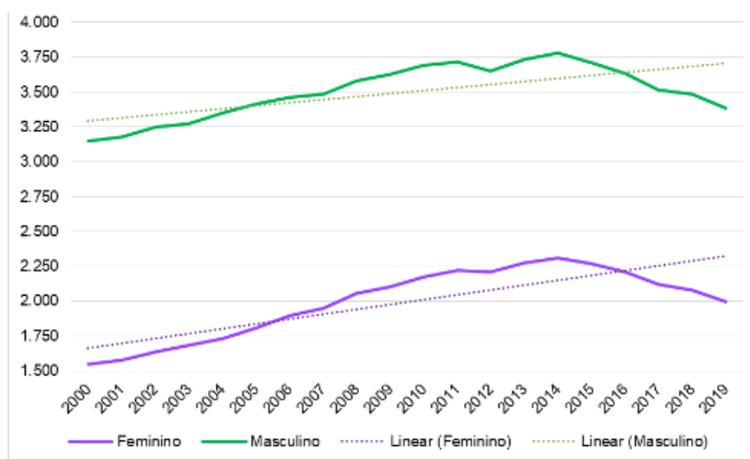
¹⁴² A autora ressalta, por outro lado, que tal fenômeno pode estar também conjugado à falta de alternativas no mercado de trabalho.

representaram 62% em todos os anos. Tal inversão segue a mesma tendência de maior ausência feminina nos quadros de Exatas.

Nas áreas STEM, em 2013, homens já constituíam a maioria (55,8%). Para Ciências Físicas, em 2013, eles representavam 65% da população, e as mulheres 35%. Em 2019, os mesmos passaram a 62,1%, e mulheres a 37,9%. Para Ciências da Vida, mulheres eram 59,8% em 2013 e 56,5% em 2019, enquanto homens passaram de 40,2% para 43,5%. Já em Ciências da Computação, as mulheres eram menos de um terço (30,8%) e, em 2019, mantiveram-se abaixo dessa proporção (29,5%). Os homens continuaram dominantes na área, passando de 69,2% em 2013, para 70,5% em 2019. Em Engenharia e Tecnologia, novamente uma alta disparidade: homens constituíam 61,5% da população no início da série e cresceram para 63,7% em 2019, enquanto mulheres declinaram de 38,5% para 36,3%.

Ainda assim, se nos vínculos discentes (graduação e pós-graduação) e de pós-doutorado se observa maior proporcionalidade entre os gêneros, o mesmo não ocorre na docência na Universidade de São Paulo. Aqui, a maior presença é masculina, mesmo na área mais proporcional, Humanidades. No cenário geral, em 2000, mulheres eram 32,9% do corpo docente e, quase duas décadas depois, oscilaram positivamente para 37,1%. Os homens, predominantes, correspondiam a 67,1%, diminuindo para 62,9% em 2019.

Gráfico 4 — Evolução da população de docentes da USP, por gênero (2000 – 2019)



Fonte: Anuários Estatísticos/ Elaboração: USP Mulheres

Tabela 4 — Proporção feminina e masculina na docência da USP (2000 – 2019)

Gênero	2000	2019	Varição
Feminino	32,9%	37,1%	4,2%
Masculino	67,1%	62,9%	-4,2%
Total	100%	100%	

Fonte: Anuários Estatísticos/ Elaboração: USP Mulheres

Neste período, somente 30,6% das docentes progrediram para a posição de professoras titulares, ao passo que os homens concentraram 69,4% das promoções ao topo da carreira universitária (ARRUDA, 2021). Essa avaliação, por si só, indica que, mesmo que mulheres tenham sido historicamente mais incentivadas a se dedicar às carreiras vinculadas à docência — em especial, na área de Ciências Humanas

(GUEDES, 2008, p. 123) —, a maior presença de homens ainda surge nesse vínculo específico com a Universidade e, possivelmente, em altos cargos de gestão, dado não contabilizado pelo estudo, mas que tende a evidenciar a manutenção da desigualdade. Daniela Vaz aponta a permanência da segregação hierárquica (ou “teto de vidro”) mesmo em carreiras do setor público brasileiro, fortalecendo um panorama em que poucas são as mulheres em altos cargos corporativos (VAZ, 2013, p. 766).

Novamente, surge como necessária a agregação de outras variáveis aos dados coletados, tais como parentalidade, cor/raça, etnia. Como exemplo, destacam-se os efeitos da experiência da parentalidade ao longo ou ainda antes do contato com a Universidade, para todos os vínculos. Essa é uma proposta que parte da consideração de que “tais elementos diferenciais podem criar problemas e vulnerabilidades exclusivos de subgrupos específicos de mulheres, ou que afetam desproporcionalmente apenas algumas” (CRENSHAW, 2002, p. 173) e que, nesse caso, apresentam-se de forma específica, inclusive, na experiência docente. Em geral, a frustração decorrente da restrição à docência e aos cargos de liderança parece apontar para a prevalência da “naturalização” (GUEDES, 2008, p. 120) de posições caracterizadas como femininas ou masculinas, em que aspectos como produtividade acadêmica e experiência docente não se configuram como critérios principais nos processos de seleção.

Na análise da docência, em Humanidades, os homens oscilaram de 62%, no ano 2000, para 60%, em 2019. As mulheres foram de 38% para 40% no mesmo período. Já em Exatas, o caso de maior distanciamento entre os gêneros, observou-se a participação masculina em 81% em 2000 e 77,3% em 2019. As mulheres oscilaram de 19% para 22,7%. Mesmo na área de Ciências Biológicas, as docentes figuram como minoria, representando 42% do total em 2000 e 47% em 2019, contra 58% de homens e 53% nos mesmos anos, respectivamente.

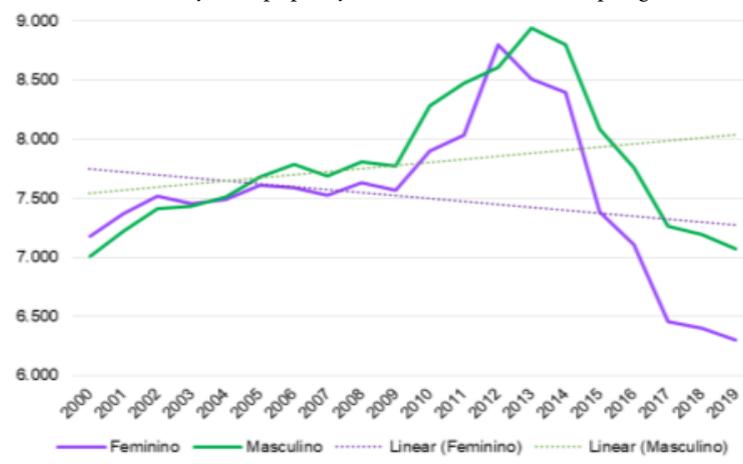
Das subáreas STEM, Engenharia e Tecnologia possui expressiva participação masculina, sendo que homens eram 91,1% do corpo docente em 2000, passando, em 2019, para 83,1%. As mulheres migraram de 8,9% para 16,9%. Em Ciências da Vida, eles eram 72,7% dos docentes, contra somente 27,3% de mulheres. Em 2019, eles representaram 64,1%, acompanhados de um aumento na proporção feminina para 35,9%. Em Ciências Físicas, homens oscilaram positivamente de 71,5% para 72,7% ao longo da série histórica, enquanto mulheres declinaram de 28,5% para 27,3%. Para Ciências da Computação, homens eram 62,5% e alcançaram 69,1% em 2019, quando mulheres eram 37,5% e decaíram para 30,9%. No período, somente 18% das mulheres docentes nas áreas STEM progrediram para a posição de professoras titulares, enquanto homens concentraram 82% das promoções ao topo da carreira (ARRUDA, 2021).

Chama a atenção que servidores técnico-administrativos sigam tendências de distribuição semelhantes às dinâmicas de gênero observadas nos vínculos anteriores: maior presença de mulheres nas áreas de Biológicas, seguido de Humanidades e, por fim, Exatas. Na primeira grande área, mulheres eram 60% no ano 2000 e foram a 56% em 2019, quando homens eram 40% e alcançaram 44%. Na segunda, mulheres passaram de 55% para 47%, e homens variaram de 45% para 53%. Na terceira, as servidoras, que em 2000 eram 40,2% da mão de obra, reduziram a sua participação para 38,1% em 2019, ao passo que os homens aumentaram a sua proporção de 59,8% para 61,9%.

Para servidores de STEM, na subárea de Ciências Físicas, a participação masculina aumentou de 57,6% para 60,9%, enquanto a representação das mulheres diminuiu de 42,4% para 39,1%. Em Ciências da Vida, elas oscilaram de 51% para 48%, enquanto homens variaram de 49% para 52%. Em Ciências da Computação, no ano de 2019, os servidores registraram 59%, contra 41% de presença feminina. Por fim,

na área de Engenharia e Tecnologia, os homens constituíam a maioria em 2000 (62,1%), e assim se mantiveram em 2019 (62,9%).

Gráfico 5 — Evolução da população de servidores da USP, por gênero (2000 – 2019)



Fonte: Anuários Estatísticos/ Elaboração: USP Mulheres

Tabela 5 — Proporção feminina e masculina de servidores da USP (2000 – 2019)

Gênero	2000	2019	Variação
Feminino	45,1%	42,5%	-2,6%
Masculino	54,9%	57,5%	2,6%
Total	100%	100%	

Fonte: Anuários Estatísticos/ Elaboração: USP Mulheres

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, quando a análise é aprofundada nas áreas STEM, níveis acentuados na diferença entre os gêneros se revelam. Aqui, a coleta de dados capazes de incluir outros marcadores sociais é justificada se tida em conta a afirmação de Judith Butler de que se torna “impossível separar a noção de ‘gênero’ das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida” (BUTLER, 2003, p. 20), compreendendo os limites do discurso baseado em estruturas binárias. Para uma análise centrada nas experiências de mulheres negras na USP, por exemplo, é delineada uma premissa de estudo baseada no reconhecimento da “natureza interligada da opressão”, apontando para direções de pesquisa que busquem não generalizar a categoria “mulher” e que, tampouco, reafirmem “grandes omissões e distorções presentes nas próprias teorias sociológicas” (BUTLER, 2003, p. 120). É essencial, para tanto, considerar “a potencial utilidade de se identificar o próprio ponto de vista ao se conduzir uma pesquisa” (HILL COLLINS, 2016, p. 101). Tais afirmações podem se estender, em certo grau, à presença da população indígena na Universidade, cujos dados também se encontram de maneira dispersa. Essas são observações que devem ser analisadas junto à recente implementação, no ano de 2018, da reserva de vagas para estudantes autodeclarados pretos, pardos ou indígenas (categoria PPI). Em conjunto, deve ser investigada a inserção, em 2010, da implementação do uso do nome social na USP.

Com isso, é possível refletir sobre a forma como a Universidade categoriza e analisa a noção de “gênero” (e, nesse caso, seria interessante um exercício conjunto e comparativo com outras instituições de

ensino superior públicas, ao menos, do estado de São Paulo). Sendo significativos os esforços descritos, incluindo o próprio desenvolvimento do estudo exposto no presente trabalho, a USP sinaliza para a incorporação de agendas vinculadas aos direitos humanos, marcadores sociais e ao gênero. Contudo, os instrumentos de coleta de dados institucionais, até 2019, não permitiam o cruzamento de dados de gênero com aqueles relacionados às condições socioeconômicas, e mesmo de autoclassificação da comunidade. A completa deslegitimação da classificação em homens e mulheres, em caráter oficial, não é o foco da proposta apresentada. Trata-se, sim, de reconsiderar seu uso restrito como categoria de identificação, incapaz de agregar as demais variáveis que compõem a experiência na Universidade, o que apontaria para a complexificação da própria conceituação de gênero.

Dessa maneira, é retomada a defesa de que “nenhuma sociedade pode, verdadeiramente, reivindicar-se como homogênea” (CRENSHAW, 2002, p. 184). Homogeneidade que parece acompanhar a dicotomia traçada entre homens e mulheres, simplesmente. Tal divisão anuncia uma distinção que ainda guarda vínculos com diferenças pautadas pelo corpo, podendo se afirmar enquanto uma das formas de “transcrever em termos biológicos o discurso político” (FOUCAULT, 2005, p. 307). Isto posto, é fundamental recuperar a não existência de “uma oposição binária e global entre os dominadores e os dominados”, compreendendo que onde há poder, há resistência (FOUCAULT, 1977, p. 104-105), e que biológico e histórico não são sequência, ou seja, não há dado da natureza puro, imparcial e objetivo.

A partir da proposta de unificação do processo de coleta, harmonização e apresentação dos dados, com a possibilidade de análise específica dos cursos de cada unidade (o que permitiria um aprofundamento mais localizado de disparidades que podem ser observadas dentro de uma mesma unidade), é esperado que sejam fomentadas políticas institucionais mais adaptadas à realidade da população da Universidade de São Paulo, e que possam provocar mudanças positivas na experiência dos vínculos com a instituição, em todos os *campi*. Junto a essas ações, o mapeamento de percepções em relação à segurança e infraestrutura da USP, ao acesso à serviços, atividades culturais e esportivas promovidas, podem oferecer uma análise pormenorizada de demandas e necessidades da Universidade, compreendendo, nesse contexto, que a categoria “gênero” não deve se restringir à dicotomia e homogeneidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Mulheres nas áreas STEM da USP e a busca pela equidade. *Jornal da USP*, São Paulo, 15 set. 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/mulheres-nas-areas-stem-da-usp-e-a-busca-pela-equidade/>. Acesso em: 07 jul. 2023.
- BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARLOTTO, Maria Caraméz. *Universitas semper reformanda? A história da Universidade de São Paulo e o discurso da gestão à luz da estrutura social*. 2014. 570 f. Tese (doutorado em sociologia). Universidade de São Paulo: São Paulo, 2014.
- COELHO, Edmundo Campos. *As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- CRENSHAW, Kimberley. *Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero*. *Revista Estudos Feministas*, vol.10, n.1, 2002, p.171-188.
- FOUCAULT, Michel. "Aula de 17 de março de 1976". In: *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- _____. *História da Sexualidade. Vol. 1*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- GUEDES, Moema de Castro. *A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a ideia da universidade como espaço masculino*. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* [online]. 2008, v. 15, p. 117-132. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702008000500006>. Acesso em: 11 mai. 2023.
- HILL COLLINS, Patricia. "Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro". *Revista Sociedade e Estado*, vol. 31, nº 1, 2016.
- HIRATA, Helena. O trabalho de cuidado: comparando Brasil, França e Japão. *SUR* 24, v. 13, n.24, 2016. Disponível em: <https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2017/02/5-sur-24-por-helena-hirata.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2022.
- LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.
- LOMBARDI, M. R.; CAMPOS, V. P. *A Enfermagem no Brasil e os contornos de gênero, raça/cor e classe social na formação do campo profissional*. *Revista da ABET*, [S. l.], v. 17, n. 1, 2018. DOI: 10.22478/ufpb.1676-4439.2018v17n1.41162. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/abet/article/view/41162>. Acesso em: 4 jul. 2022.
- OYEÛMÍ, Oyèrónké. "Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas". In: HOLLANDA, H.B. (Org.) *Pensamento Feminista: Perspectivas Decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

SCOTT, Joan. “*Gênero: uma categoria útil de análise histórica*”. In: HOLLANDA, H.B. (Org.) *Pensamento Feminista: Conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p.49-80.

STOLCKE, Verena. “*Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade?*”. *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 20, 1991.

VARGAS, H. M. *Sem perder a majestade: “profissões imperiais” no Brasil*. *Estudos de Sociologia*, [S. l.], v. 15, n. 28, 2010. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/2553>. Acesso em: 4 jul. 2022.

VAZ, Daniela Verzola. *O teto de vidro nas organizações públicas: evidências para o Brasil*. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 22, n. 3 (49), p. 765-790, 2013. doi: <https://doi.org/10.1590/S0104-06182013000300007>.

CONSTRUINDO MUNDOS: GÊNERO E MUSEUS EM DEBATE

MARINA BELISARIO¹⁴³

Resumo: O presente artigo tem como objetivo explorar discussões acerca das interpelações do gênero em museus de arte, partindo de uma articulação interdisciplinar de trabalhos de Museologia, História e Filosofia.

Palavras-chave: arte; gênero; mulheres artistas; museologia.

1. INTRODUÇÃO

A forma como os museus de arte são construídos está diretamente associada às movimentações específicas de cada época, as quais evocam novas demandas de diálogo com o passado e o presente, impulsionadas pelas metamorfoses sociais, culturais e políticas que afetam os sujeitos que constroem e orbitam essas transformações. Isso acontece tanto por conta de um conjunto de fatores externos, como pelas dinâmicas de mercados artísticos e potenciais de lucro, como por operações internas, subjetivas, determinantes tanto para a produção das obras quanto para as decisões de *se* e *como* serão expostas. Tendo isso em vista, o presente artigo tem como objetivo explorar como os processos de musealização de arte e da história de artistas podem ser atravessados pela concretização de concepções subjetivas de gênero. Para tal, pretendo articular contribuições advindas dos campos da Museologia, Filosofia e História.

Os museus, mesmo sendo espaços físicos caracterizados pela materialidade e seus limites, se estruturam a partir de *pensamentos concretizados*¹⁴⁴ (HEIN, 2000) marcados por sua contemporaneidade. Isto é, a maneira como são ocupados reflete, direta ou indiretamente, o entendimento de mundo de quem o ocupa, tal qual aponta Hilde Hein (2000).

Numa perspectiva filosófica, as coisas particulares, incluindo estruturas corporizadas, estados físicos, ações e eventos, são pensamentos concretizados. São todos exemplares de afirmações gerais ou explicações construtivas e teóricas. Chamadas de "mobiliário do universo", as coisas tomam os sentidos que atribuímos a elas (p.VII).

Isso interfere na maneira como as instituições trabalham, dentre outras diversas questões, aspectos de raça, gênero e regionalidade. Para além da escolha do que é exposto, a maneira como se ocupa o espaço, a seleção de textos de apoio e a dinâmica das práticas de museu também têm o poder de evidenciar ou apagar discursos. Não é possível, porém, compreender essa execução contemplando apenas o seu momento: o *quem* e o *porquê* por trás das dinâmicas constituídas são igualmente essenciais. Exemplo emblemático disso é a abordagem do curador Emanuel Araújo para o Museu Afro Brasil, em São Paulo, que escolheu ocupar o espaço do museu tanto com artefatos históricos quanto com obras de arte contemporânea. Sobre isso, escreveu (ARAÚJO, 2010):

Um museu que expõe com rigor e poesia ritos e costumes que traduzem outras visões de mundo e

¹⁴³ Graduação em história na FFLCH/USP. E-mail: mbeli@usp.br.

¹⁴⁴ No original, "*actualized thoughts*".

da história, festas que evidenciam o encontro e a fusão de culturas luso/afro-ameríndias para formar a cultura mestiça do Novo Mundo, mas que também registra as inovações da cultura negra contemporânea na diáspora. Um museu de arte, passada e presente, que reconhece o valor da recriação popular da tradição, mas reafirma o talento negro erudito, nas artes plásticas e nas artes cênicas, tanto na música como na dança (p.128).

Ao considerar a interseção entre a materialidade dos museus e as reflexões sobre suas dimensões conceituais, emerge uma compreensão mais abrangente e crítica sobre a sua importância e significado. É nesse lugar que as diferentes experiências e perspectivas de gênero encontram a concretização de pensamentos. O gênero, aqui, não é usado em seu caráter constitutivo de identidades, mas sim como categoria política e cultural que atravessa os sujeitos, permeando suas ações e subjetividades, “um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos; uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 75).

Partindo disso, ênfase a pluralidade de vivências de gênero, atravessadas por raça, classe e sexualidade, mesmo quando a análise é direcionada para o feminino. Afinal, “ignorar as diferenças de raça entre as mulheres e as implicações dessas diferenças representa a mais séria ameaça à mobilização de forças das mulheres” (LORDE, 2019, p. 242). O encontro dessa temática com a prática dos museus é construído de maneira emblemática por Geanine Escobar em sua conceituação de Museologia Lésbica Negra (ESCOBAR, 2021):

Trata-se de um esforço de produzir o desmonte de múltiplas opressões contidas nas fortes heranças demarcadas na Museologia, alicerçada a partir de visões androcêntricas e de hiperheterocissexualização no campo museológico (p. 7).

Assim, mesmo que os pensamentos representados nos museus sejam influenciados pela questão de gênero, essa influência se manifesta distintamente para os construtores das instituições e para o público, atravessada pela interseccionalidade.

2. PARA QUE(M) SERVE O MUSEU?

Determinar as funções de um museu de arte e compreender suas dinâmicas é ainda um campo de embates teóricos e narrativos, os quais se dividem, de maneira panorâmica, em dois grupos: os vinculados à prática dos museus, e os apegados à teorização filosófica (HEIN, 2000). Ainda que não sejam excepcionais os encontros entre os dois grupos, o estudo dos museus não deixa de ser um terreno de embates discursivos.

Enquanto uma lógica predominantemente institucional, vinculada à Museologia Tradicional, atribui aos grupos de maior influência cultural uma proeminência quase absoluta no exercício dos espaços de museu (DICKIE, 2003), afirmações quase antagônicas apontam para o apagamento implícito em se reduzir a tomada de decisões ao circuito das *fine arts* governadas pelo fetichismo e pelo mercado, ilhando aspectos estéticos e culturalmente dissidentes (WARTOFSKY, 2012). Afinal, no sentido que prevê George Dickie, os museus atuam simplesmente como agentes conformadores e normativos perante espectadores passivos e distanciados do que lhes é exibido. Para uma compreensão mais ampla dos aspectos generificados dos museus de arte, porém, o entendimento de seus vínculos com patrimônio e memória abrem caminhos interessantes (BAPTISTA; BOITA, 2017).

Se “o aspecto dominante da missão do museu é a defesa da identidade” (SOLA, 1986,p. 26), a

concepção de identidade majoritariamente transmitida delimita com clareza seu gênero, cor, classe e sexualidade; e as tentativas de revisita às memórias silenciadas agem como busca pelo ausente patrimônio de “espaços e territórios, modos e saberes importantes para a afirmação de sua identidade” (BAPTISTA; BOITA, 2017, p. 111). Se Baptista e Boita falam das implicações memoriais de museus cujos artistas são *assexuados*, privando o acesso aos aspectos de interpelação da sexualidade nas obras e biografias, o mesmo vale para os *degenerificados*. Se experiência e visão de mundo são inerentemente atravessadas pelo gênero, poupar o público desse entendimento é ocultar parte sensível do que o museu se propõe a apresentar. Nesse sentido, a relevância dos museus enquanto capazes de amplificar manifestações de humanidade tem o poder único de arquivar *concretizações de pensamentos* (HEIN, 1997). E, desta maneira, o espaço de exposição se apresenta não apenas como uma ação burocrática ou refém de interesses privados, mas sim uma instituição com responsabilidades sociais, culturais e políticas.

Enquanto instituições, os museus são obrigados a recolher e preservar objetos identificados como tendo um determinado valor cultural. Além disso, enquanto instituições sociais, despersonalizam o juízo de valor que fazem, tornando-o simultaneamente público e normativo. Os museus não pretendem ser expressivos de gostos privados, mas sim arquivar o valor objetivo e servir como legítimos celebrantes de objetos de mérito indubitável (se não universalmente reconhecido). Os museus estão, assim, implicados na disseminação de cânones culturais e, defendendo, também na sua formação (HEIN, 1997, p. 1).

Se incluirmos nesses embates discursivos construídos explicita e implicitamente pelos museus de arte, para além da memória, uma projeção de futuro, o debate fica ainda mais rico. Nesse sentido, o conceito de *worldmaking*, teorizado por Nelson Goodman em seu livro *Ways of World Making* (1978), pode ser útil para uma análise mais extensa: através das maneiras como a arte se apresenta, ela é capaz de evocar novas possibilidades de mundo, questionando ou reforçando o caráter singular da realidade. Em certa medida, podemos afirmar o mesmo do Museu, que o faz através de suas exposições, assim como também em sua estrutura administrativa e expográfica. Não só *o que*, mas o *como* e o *porquê* entram na equação com igual peso. Uma vez buscando os caminhos desse *worldmaking*, é possível visitar espaços pregressos – a fim de compreender a mobilização discursiva passada e suas motivações –, assim como presentes – abrindo caminhos para a promoção de uma realidade plural que pode dar voz para narrativas apagadas por estruturas conformadoras.

3. O MUNDO E O MUNDO DAS MULHERES

Se as metamorfoses sociais, culturais e políticas estão na ribalta dos debates acerca da prática dos museus de arte, a valorização de debates acerca das relações de gênero é definitivamente uma delas. A compreensão do conceito e de suas implicações varia, mas circula na produção acadêmica e se fortalece cada vez mais enquanto questionamento social. É importante frisar que gênero não é – como já foi – sinônimo de mulheres, mas sim uma categoria de teor político e econômico (SCOTT, 2011), que envolve hierarquias baseadas em performance e expectativa social. Nesse sentido, é claro, se encaixam as categorias de homem e mulher, mas também outras igualmente complexas, as quais desafiam a ordem patriarcal e binária. Neste texto, porém, trabalharei a partir da interpelação dessas hierarquias sobre *sujeitas*¹⁴⁵.

¹⁴⁵ Ainda que, na Língua Portuguesa, a palavra em sua flexão feminina tenha apenas o sentido de sujeição, trata-se de uma apropriação da definição de “sujeito”, no sentido de detentor de agência.

Se as demandas por igualdade de gênero ganham força escalonar nas últimas décadas, sobretudo após o *boom* das redes sociais e *smartphones*, o movimento logo chegou aos museus. A popularização de indagações como as de Simone de Beauvoir (BEAUVOIR, 2019), “não se nasce mulher, torna-se”, abre caminhos para outras: se me torno, por que o faço? Quais são os antolhos que forçam esse direcionamento? A História da Arte se voltou para estudos já consolidados com novos olhos, e o tabu da incompetência feminina foi aos poucos substituído por um estudo complexo de relações de poder vinculadas à prática artística e suas limitações (ESQUIVIAS; MUÑOZ; RAMIREZ, 2021).

Questionamentos como “As mulheres precisam estar nuas para entrar no Museu de Arte de São Paulo?”¹⁴⁶ transbordaram do círculo de profissionais de museu, atingindo reivindicações do público. Afinal, se “as imagens são representações de si construídas pela sociedade por meio de seus discursos que nos constituem como sujeitos” (FIGUEIREDO, 2015, p. 255), a (falta de) agência sobre essa apresentação demonstra uma falta de agência sobre si. Muitos dos espaços de exposição, pressionados, passaram a incluir uma ou outra artista – morosamente, diga-se de passagem – a ponto de hoje o Museu de Arte de São Paulo (MASP) incluir em todas as suas publicações (a partir de 2018) um texto sobre a missão da instituição de ser “diversa, inclusiva e plural” (MESQUITA; PEDROSA, 2021).

Nesse caso, a afronta era contra o *worldmaking* projetado para essas instituições. Um mundo onde a grandeza era masculina, branca e excepcional, enquanto a nudez e a passividade da pose eram marcadamente femininas. Contra isso entraram as epistemologias feministas¹⁴⁷, capilares, em busca de recuperar o tempo perdido: nasce, em conjunto com uma *História das Mulheres*, uma *História da Arte das Mulheres* (CABANILLAS; HARO, 2022), sedenta pela agência roubada. Disso nascem trabalhos como *Grandes Mujeres Artistas*, publicado pela consagrada Phaidon Press, e *Mulheres Artistas: as Pioneiras 1880-1930*, lançado pela Pinacoteca de São Paulo, numa tentativa de reaver através da celebração. Porém, como já apontava Joan Scott, a abertura para uma História das Mulheres garante algum espaço, mas também o limita (SCOTT, 2011): uma disciplina setorizada de tal maneira apenas afirma a universalidade masculina. Em contraponto a esse movimento, Amparo Serrano de Haro e África Cabanillas (2022) argumentam que:

Temos que dialogar com essa ausência, fazê-la falar e, para isso, criar outras formas de abordar as questões, longe da ortodoxia ou do hábito... Temos que arriscar hipóteses e abordagens e temas e enfoques que não tenham existido antes. Porque se continuarmos a seguir o <<princípio da autoridade>> - masculino - nunca conseguiremos descobrir nada que seja novo de uma forma significativamente diferente e importante (p.13).

Portanto, apesar desse movimento celebrativo e bem-intencionado, a subcategorização “mulher-artista” segue envolvendo as artistas, ao mesmo tempo que atribui à experiência universal o masculino. Dentro do inteiro masculino existiria um fragmento, pequeno e particular, que seria experiência feminina. Tal qual apontado por Scott, o gênero é uma das principais de significar relações e, através disso, afirmar poder.

¹⁴⁶ Título da obra criada pelo coletivo de artistas ativistas *Guerrilla Girls*, exposta no Museu de Arte de São Paulo em 2017.

¹⁴⁷ Aplico aqui a definição que Hilde Hein constrói em seu artigo *El papel de la estética feminista en el feminismo*, no qual aponta que “feminismo” não se refere às mulheres como objetos de amor ou ódio, nem de injustiça social: trata-se da perspectiva de que trazem sua experiência enquanto sujeitas, característica por muito tempo ignorada.

Não há ação sem agente. Se mundos estão sendo (des)construídos a partir desses novos horizontes epistemológicos, é importante que reconheçamos os indivíduos por trás desse processo. Afinal, por mais abstrato que possam parecer os debates sobre a permeabilidade das instituições às transformações sociais, são conduzidas por pessoas reais, que carregam consigo identidades, ambições e modos de pensar. Esse papel é cumprido sobretudo por curadoras/es, historiadoras/es da arte, administradoras/es e museólogas/os.

Um exemplo significativo dos movimentos de transformação é representado pelos trabalhos de Isabella Rjeille, que assumiu o cargo de curadora do Museu de Arte de São Paulo em 2019 e tem se destacado como pesquisadora no campo das Artes Visuais. Em sua mais recente publicação, intitulada *Feminist Histories: From the Streets to the Museum*, ela desafia as interpretações dominantes das categorias “América Latina” e “feminismo”, ao mesmo tempo em que reconhece o impacto das mulheres na configuração da crítica artística contemporânea. O livro também explora a forma como práticas curatoriais, estratégias de exposição e trabalhos históricos podem contribuir para a construção de um novo paradigma museológico (RJEILLE, 2023). Essas reflexões apontam para um crescente *worldmaking*, preocupado em repensar e reinventar os museus, considerando perspectivas feministas e latino-americanas, a fim de promover uma maior inclusão e diversidade no âmbito da arte e da crítica. O trabalho teórico de Rjeille foi posto em prática na curadoria da exposição *Maria Martins: Desejo Imaginante*, sediada no Museu de Arte de São Paulo entre 2021 e 2022 (RJEILLE, 2021). Isso porque, diante de uma artista cujas biografias e catálogos são marcados pela influência masculina em sua vida¹⁴⁸, a curadora optou por novos discursos. As menções ao caso da escultora com o também surrealista Marcel Duchamp, comuns às exposições, foram poucas; o nome do segundo marido, Carlos Martins, a quem a crítica atribuiu o sucesso internacional da esposa¹⁴⁹, sequer adentrou o salão de exibição. Havia espaço apenas para Maria Martins e sua obra.

4. MUSEUS, POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES NO BRASIL

Para além do debate filosófico acerca das funções e impactos dos museus, há também uma materialidade para ser estudada, rica e heterogênea, uma vez que os contextos espaciais e econômicos prestam um papel definidor. Esperar que uma experiência expográfica feita no MET (Metropolitan Museum of Art, em Nova Iorque), financiado através de doações privadas de grandes quantias e com destaque internacional, seja igualmente aplicável a um espaço como o Museu da Mulher (DAS), em Brasília, cuja renda se dá principalmente a partir da venda de ingressos e do apoio de órgãos do governo brasileiro, é ignorar parte substancial da estruturação dessas instituições. Se os museus “alcançam

¹⁴⁸ Destaco os dois principais trabalhos biográficos feitos a respeito da artista: *Maria Martins: uma biografia*, de Ana Callado e *Maria com Marcel*, de Raúl Antelo. O primeiro, escrito em formato de diário, narra a vida da artista com uma presença ficcional e afetuosa, com enfoque claro em seus relacionamentos e vida pessoal. Já o segundo trabalha extensamente as influências pessoais e artísticas de Marcel Duchamp sobre a persona e a obra de Martins, sem grandes preocupações de traçar o caminho inverso.

¹⁴⁹ Destaco a simbólica crítica do renomado Mario Pedrosa: “Maria veio, com efeito, para a arte, tarde na sua carreira, e que carreira! A de esposa de Embaixador.” (PEDROSA, 1981, p. 87)

materialmente o que os filósofos fazem conceitualmente” (HEIN, 2000, p.viii)¹⁵⁰, há um caminho financeiro que faz isso possível. Afinal, para além dos baixos salários dos trabalhadores desvalorizados – com algumas poucas e particulares exceções –, os museus são também feitos de energia elétrica, água, serviços de limpeza e conservação patrimonial. Sobre isso, cito o trabalho de Fausto Douglas Correa a respeito do extenso trabalho conduzido na Cinemateca Brasileira (2010):

O propósito da preservação tem três dimensões: garantir que o artefato existente no acervo não sofra mais danos ou alterações em seu formato ou em seu conteúdo, devolver o artefato à condição mais próxima possível de seu estado original, possibilitar o acesso a ele de uma forma coerente com o que o artefato foi concebido para ser exibido e percebido. A preservação engloba a prospecção e a coleta, a conservação, a duplicação, a restauração, a reconstrução (quando necessária), a recriação de condições de apresentação, e a pesquisa e a reunião de informações para realizar bem todas essas atividades. Essas ações, consideradas individualmente, são possíveis e necessárias, mas não suficientes para se atingir a preservação (CORREA JR, p. 6).

Um exemplo sensível das limitações do contexto brasileiro é o citado Museu da Mulher, sediado em Brasília, cuja idealização só pode se concretizar a partir de privatizações e da hibridização do acervo (que o barateia). É possível citar, também, a Cinemateca Brasileira, instituição voltada para a conservação, restauro e arquivo de patrimônio cinematográfico que guarda o maior acervo de filmes da América Latina, e que teve três salas de documentos consumidas por um incêndio devido à falta de manutenção.

5. CONCLUSÃO

As considerações sobre a materialidade do espaço e de financiamento não excluem o argumento apresentado de como operam os pensamentos concretizados dentro dos museus, mas sim determinam quais indivíduos e instituições terão os recursos para transformar seus pensamentos em ações. Se o Museu opera nos conformes da manutenção de identidades e regulamento de patrimônios, os discursos questionadores de valores hegemônicos têm maior dificuldade de se fortalecer e conquistar espaços. Nisso, novos discursos de gênero adentram ainda com dificuldade nesses espaços de disputa (BAPTISTA; BOITA, 2017).

Não apenas no que diz respeito aos museus direcionados exclusivamente para as temáticas de identidade e sexualidade – como é o caso do mencionado Museu da Mulher, em Brasília, ou do Ponto de Memória LGBT, em Maceió – mas também na maneira como se trabalha essas interpelações em amostras mais tradicionais. A maneira como a experiência generificada dos artistas pode interferir na compreensão de obras – como é o caso dos questionamentos acerca dos impactos da sexualidade reprimida do emblemático Mário de Andrade – ou o entendimento crítico que se tem de artistas que são mulheres, como o mencionado de Maria Martins, tem tudo a ver com essa interpelação. Essas discussões têm encontrado espaço em exposições como “T: Um Outro Olhar”, que passou pelo Museu Murillo La Greca em Recife, bem como no “Ciclo de Transgressões no Museu” no Memorial de Minas Gerais Vale, e na mencionada exposição “Desejo Imaginante”. Embates sobre acesso – como os protestos contra o veto de menores de idade em exposições com conteúdo sobre sexualidade, no MASP, em 2017 –, a organização das obras expostas – como faz o grupo Guerrilla Girls– já estão em curso, e assim permanecerão. Também

¹⁵⁰ Tradução livre da autora, do original “*materially accomplish what philosophers do conceptually*”

os questionamentos acerca de quem está por trás dessas exposições (BLATTER, 2014). O *worldmaking* é, na realidade, um *world in the making*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Emanuel. o museu Afro Brasil. *Comunicação & Educação*, v. 15, n. 1, p. 125-129, 2010.
- BAPTISTA, Jean; BOITA, Tony. *Memória e esquecimento LGBT nos museus, patrimônios e espaços de memória no Brasil*. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação SESC*, v. 5, p. 108-119, 2017.
- BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
- CABANILLAS, África; SERRANO DE HARO, Amparo. *Orgullo y Prejuicios: En Torno al Arte de las Mujeres*. Madrid: Tres Hermanas, 2022.
- CALLADO, Ana A. Maria Martins, uma biografia. Rio de Janeiro: Gryphus, 2004.
- CHIARELLI, Tadeu. *Mulheres Artistas: as Pioneiras 1880-1930*. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2015.
- CORREA JR, Fausto Douglas. *A Cinemateca Brasileira: das luzes aos anos de chumbo*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.
- DICKIE, George. *Art and Value*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2003.
- DUNCAN, Carol; WALLACH, Alan. “MOMA: Ordeal and Triumph of Fifty-third Street”. *Marxist Perspectives I*, no. 4 (winter 1978); 28-51.
- ESCOBAR, Geanine Vargas. Por uma Museologia Lésbica Negra. *Cadernos de Sociomuseologia*, v. 61, n. 17, p. 5-41, 2021. SCOTT, Joan. *Gênero: uma Categoria Útil de Análise Histórica*. *Educação e Realidade*. 20 (2), p.71-99, 1995.
- ESQUIVIAS, Beatriz B.; MUÑOZ, Jonatan J.; RAMIREZ, Sergio R. *Las mujeres y las artes: mecenas, artistas, empreendedoras, coleccionistas*. Madrid: Abada Editores, 2021.
- FIGUEIREDO, Ângela. *Carta de uma ex-mulata à Judith Butler*. *Revista Periódicus*, v. 1, n. 3, p. 152-169, 2015.
- GOMES, L., FERREIRA, J., & SANTOS, J. (2022). *Patrimônios das Palavras: memórias afrodiáspóricas e a Arte Literária de Mulheres Negras*. *Museologia & Interdisciplinaridade*, 11(22), 140–154. <https://doi.org/10.26512/museologia.v11i22.43368>
- GOODMAN, Nelson. *Ways of worldmaking*. Indiana: Hackett Publishing, 1978.
- GOULD, C.; COHEN, Robert S. (Ed.). *Artifacts, representations and social practice: essays for Marx Wartofsky*. Berlin: Springer Science & Business Media, 2012.
- HEIN, Hilde S. *The museum in transition: A philosophical perspective*. Washington: Smithsonian Institution, 2000.
- HEIN, Hilde. “El papel de la estética feminista en el feminismo (1990)”, trad. Gabriela Huerta-Tamayo. In: *Hilde Hein, estética y feminismo: 2 artículos*. Ciudad de México: Ediciones Corte y Confeción, julio de 2020. (Fuente en inglés: “The Role of Feminist Aesthetics in Feminist Theory”, en

The Journal of Aesthetics and Art Criticism, Vol. 48, No 4, Feminism and Traditional Aesthetics (Autumn, 1990), pp. 281-291. www.jstor.org/stable/431566.

LORDE, Audre et al. *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Bazar do Tempo Produções e Empreendimentos Culturais LTDA, 2019.

MESQUITA, André; PEDROSA, Adriano. *Arte e ativismo*. São Paulo: Afterall, 2021.

MORRILL, Rebecca (Ed.). *Grandes mujeres artistas*. Phaidon Press Inc.: Nueva York, 2019.

PEDROSA, Mário. “Maria, a escultora”. In: Aracy Amaral (org), Mário Pedrosa – Dos murais de Portinari aos espaços de Brasília. São Paulo: Perspectiva, 1981.

RJEILLE, Isabella (org.). *Maria Martins, desejo imaginante*. São Paulo: MASP, 2021.

RJEILLE, Isabella. *Feminist Histories: From the Streets to the Museum*. Latin American and Latinx Visual Culture, v. 5, n. 2, p. 92-107, 2023.

SCOTT, Joan W. *El género: una categoría útil para el análisis histórico. El género: una categoría útil para el análisis histórico*, p. 251-290, 2015.

SOLA, Tomislav. *Identidade: reflexões sobre um problema crucial para os museus*. Cadernos Museológicos, Rio de Janeiro, n. 1, IBPC, 1986.

WARTOFSKY, Marx W. *Models: Representation and the scientific understanding*. Berlin: Springer Science & Business Media, 2012.



Academia

ALTHUSSER, O CORTE EPISTEMOLÓGICO E O MATERIALISMO DO ENCONTRO

ALEXANDRE DE LIMA CASTRO TRANJAN¹⁵¹

Resumo: O presente ensaio se dedicou à análise do balizamento interpretativo realizado por Louis Althusser para a obra de Karl Marx, destacando-se o conceito hermenêutico de "corte epistemológico" para diferenciar os textos de Marx ditos propriamente marxistas daqueles "de juventude", tidos pelo filósofo franco-argelino como leituras pré-científicas. No decorrer deste trabalho investigativo, notou-se de especial relevância a proposição althusseriana do materialismo do encontro, chave para uma filosofia da história ateleológica e, por isso mesmo, rigorosamente marxista, conquanto presentes em sua formulação influências de outras vertentes filosóficas.

Palavras-chave: Louis Althusser; Karl Marx; corte epistemológico; materialismo do encontro.

A leitura de Marx, para qualquer partido ou movimento que se pretenda radical de esquerda, é sem dúvidas indispensável para o merecimento de tal designação. Entretanto, é comum que tal leitura se baseie numa espécie de *pot-pourri* teórico, misturando os mais variados momentos de sua obra – por vezes, com a de outros autores – sem o mais adequado rigor metodológico para tal. Contra esses estudos atabalhoados da obra marxista, o filósofo franco-argelino Louis Althusser propõe, na obra *Por Marx*, um novo horizonte de estudo teórico. É a partir dele que a presente discussão se realizará.

O ecletismo teórico pouco contribui para a compreensão da obra de Marx, por se basear em dois pressupostos enganosos. Em primeiro lugar, a noção de que um sistema de pensamento pode ser reduzido a seus elementos e, assim, seria possível alguma forma de *crossing over* entre componentes de diferentes sistemas. Em segundo, a *teleologia*, que converte sistemas em elementos a fim de submetê-los a outro sistema, o de uma história da filosofia escrita e julgada *a posteriori*. Ambas as pressuposições que alisamos têm como fundamento uma o da *autointeligibilidade da ideologia*, ou seja, que toma a história das ideias como elemento único de análise, furtando-se a um aprofundamento sobre o não-escrito, o não-dito, nos quais o texto se sustenta e com os quais dialoga (ALTHUSSER, 2015, p. 42-3).

Assim, das duas, uma: ou submete obras da juventude à condição de embriões de mesma natureza que das obras de maturidade, numa teleologia hegeliana da história da filosofia; ou, ao contrário, toma apenas elementos de cada obra a fim de integrá-los em um todo, mas num todo que se constitui apenas numa somatória de suas partes, não numa integração coesa e que respeite o contexto de cada produção (ALTHUSSER, 2015, p. 41).

Se tais gambiarras interpretativas já consistem numa desistência a uma leitura científica de Marx, há também a situação, também comum às esquerdas, de renúncia absoluta a tal estudo. Essa renúncia se dá por duas maneiras diferentes de não ler Marx: efetivamente não utilizá-lo como horizonte teórico, tentando alcançar um substituto à altura — seja ele não marxista ou, o que chega a ser cômico, um seguidor de Marx, que em pouco mais consiste do que uma leitura deste, científica ou não — ou, então,

151

Graduação em Direito pela Universidade de São Paulo. E-mail: alexandre.tranjan@usp.br.

restringir-se às obras do humanismo idealista do Jovem Marx, dotado de uma visão feuerbachiana, não propriamente marxista (ALTHUSSER, 2015, p. 35).

A realidade das esquerdas pseudo-marxistas contemporâneas divide-se, então, em alguma dessas duas leituras e nessa não-leitura de Marx. Por quê?

Sem prejuízo a outras possíveis explicações, em especial das que estudem as particularidades de cada movimento de esquerda, tratemos o contexto geral da contemporaneidade como aquele do qual o niilismo do Realismo Capitalista (FISHER, 2009) desponta como ideologia predominante após a queda do Muro de Berlim, consolidando a democracia liberal como meio único de pensarmos a transformação política, nós que, sujeitos de direito, elegemos nossos representantes. Tal mundivisão, por óbvio, limita as pautas que podem ser discutidas à forma política em que se inserem. Eis onde o Jovem Marx, cuja potência revolucionária não fora ainda inserida, pode plenamente ser encaixado como fonte teórica para um discurso comovente em plenária, numa simples luta por direitos (MASCARO, 2013, p. 85-9).

A essa fraqueza teórica de uma esquerda melancólica e conformada na teoria e na prática à forma política do capital e aos ritos democráticos que emergem de seu seio, devemos opor uma crítica que eleja como objeto privilegiado de sua incidência o aspecto econômico. Apenas assim pode ser ultrapassada a superfície dos aspectos da convivialidade, a fim de que se encontre sua base estruturante, isto é, o *modo de produção*. Essa crítica, se generalizada e tomada no seu maior grau de elaboração científica, pode ser designada *materialismo histórico*.

O materialismo histórico desponta como método justamente na maturidade de Marx. Não faz sentido aplicá-lo à juventude, de bases idealistas, muito menos o contrário. Não mais se discute a categoria homem, mas sim, de um conjunto conceitual cuja aplicação se dá em relação à materialidade das relações de produção e, portanto, independe de particularidades humanas (MASCARO, 2021, p. 495-6). Althusser tem o mérito de levar essa descontinuidade a sério, a ponto de estipular um *corte epistemológico* para a leitura de Marx, que separa sua obra em diferentes períodos, a saber, quatro: de 1840 a 1844, as obras de juventude; em 1845, as obras do corte; de 1845 a 1857, as de maturação; por fim, do período que se estende de 1857 até o fim de sua trajetória, em 1883, Marx escreve suas obras de maturidade (ALTHUSSER, 2015, p. 24-5).

Não entraremos nos pormenores desses cortes distintos que, longe de serem irrelevantes, apenas não são objeto de nossa discussão. Nosso objetivo é tornar aqui cristalina a compreensão geral de que ler Marx senão a partir da ruptura entre os momentos de sua obra é fazer injustiça a seu momento de maior potência crítica, reduzindo ao reformismo de seu momento primeiro. Ter Marx como marco teórico é, sem dúvidas, um excelente instrumento discursivo. Entretanto, é preciso encontrar o verdadeiro Marx, não aquilo que sequer pode ser chamado de seu projeto, afinal, isso já seria submeter sua obra a um futuro do pretérito.

À guisa de conclusão, é interessante notar como a rejeição da teleologia da história situa Althusser como um filósofo do encontro. Isso não se dá apenas em suas obras finais, em que tal noção ganha expressão clara e sistemática, mas também no texto aqui escolhido como foco de discussão, que data de 1965. Em se opondo a um devir teleologicamente determinado, o que Althusser coloca é justamente um materialismo aleatório, moldado a partir de *encontros*, frutos do acaso tomado a partir das formas sociais. A história realiza suas transições não pela dialética de um movimento direcionado, mas sim a partir de momentos de *pega*, que emergem no contexto das crises constitutivas de cada modo de produção, em

que as forças se encontram, de maneira totalmente contingente, de modo a produzir o real (MASCARO; MORFINO, 2020).

A história, de acordo com essa corrente dita “subterrânea” em razão de, no cenário acadêmico, mesmo o marxista, ser sempre legada a uma posição minoritária. Mas, como Deleuze, outro filósofo que descreve, já em 1972, a história a partir dos encontros (DELEUZE; GUATTARI, 1972, p. 163), afirma do mais profundo potencial transformativo, revolucionário aquilo que apresenta um devir minoritário, já que é por ele que se constrói um campo de autonomia irreduzível ao padrão estabelecido (DELEUZE; GUATTARI, 1980, p. 133-4). O que se demonstra com o materialismo do encontro é que o todo resultante desses momentos de *pega* não pode ser compreendido como anterior a eles, mas sim, porque por eles produzido, resultado posterior (ALTHUSSER, 2005, p. 32). A história se faz por acasos, por momentos imponderáveis, incalculáveis e que não podem ser traçados nem ditos *a priori*. Por isso é um contrassenso afirmar o fim da história¹⁵². Na medida em que o encontro entre forças fez cada modo de organização da vida material, e que pela força incalculável daquilo que chamamos “acaso” puderam permanecer, é a esse reino da contingência (ALTHUSSER, 2005, p. 11) que pertence a vida social. Nenhuma justificativa – de que se pode dizer niilista (TRANJAN, 2022a, p. 37-39) – do que é porque assim deveria ser, e nenhuma crença na imutabilidade do que é.

Em termos concretos, o capitalismo não existe como necessidade lógica, mas sim como contingência de um encontro de forças que emergiram em determinado momento histórico. Quando falamos em materialismo do encontro, não se trata de uma heterodoxia no estudo de Marx, mas sim do mais fiel retorno ao entendimento holístico de sua obra posterior ao “corte”. Ao estudar a historicidade daquilo que idilicamente postula a economia política burguesa como “acumulação primitiva” (MARX, 2017, cap. XXIV), o que Marx percebe é justamente a comunhão de diversos fatores que se encontraram na ocasião propícia, fazendo surgir o modo de produção capitalista na Inglaterra. Como diz o filósofo argelino: “Em inúmeras passagens, Marx, e não acontece certamente por acaso, nos explica que o modo de produção capitalista nasceu do “encontro” entre o “homem com dinheiro” e o proletário desprovido de tudo, exceto de sua força de trabalho” (ALTHUSSER, 2005, p. 32). Os cercamentos possibilitaram a Revolução Industrial na medida em que permitiram que uma vasta área de terra fosse utilizada para criação de ovelhas para a produção de de lã para as tecelagens, ao mesmo tempo em que se criava um contingente de trabalhadores duplamente livres, apartados dos meios de produção e tornados sujeitos de direito, aptos a possuir e alienar mercadorias, incluindo a própria força de trabalho (MARX, 2017, p. 244. PACHUKANIS, 2017, p. 118-121; TRANJAN, 2023a, p. 93), a que o Estado e o direito servirão como instrumentos de garantia e mediação, respectivamente, de tais relações sociais (TRANJAN, 2022b, p. 15-16; TRANJAN, 2023c, p. 78-81). O mesmo percebe Althusser (2015, p. 192) em relação à ideologia, que constitui o horizonte de representação das relações sociais dos indivíduos, e que serve à reprodução do modo de produção capitalista, seja na formação de trabalhadores aptos ao trabalho, seja pela constituição de sua subjetividade de modo a desejarem o capitalismo, e a ele se submeterem (ALTHUSSER, 2014, p. 65-7).

Althusser (2005, p. 9) diz “perigosa” a tradição do materialismo de encontro em razão, podemos entender, de sua premissa central acerca da história: a antiteleologia, e a decorrente abertura da história. Em não sendo dada como totalidade encerrada sobre si, não havendo uma ordem preestabelecida da

¹⁵² Se o próprio Fukuyama desistiu dessa ideia, o mesmo não se aplica ao *establishment* liberal, que continua a afirmar o capitalismo liberal como modelo social e econômico definitivo.

história da trajetória humana, é possível crer na possibilidade da transposição revolucionária do modo de produção capitalista, em um momento de *pega* futuro ou presente. O mais radical e revolucionário marxismo é justamente aquele que, não dando a revolução como certa nem impossível, isto é, escapando do determinismo absoluto do econômico sobre o político, o ideológico, o jurídico, e entendendo tais fenômenos como mecanismos reprodutivos (TRANJAN, 2023b, p. 94), em imbricação recíproca com o âmbito material (MASCARO, 2013, p. 60-1), abre-se sempre a possibilidade da revolução de tais formas de organização da estrutura social.

Nesse entendimento da história segundo o qual a revolução não é uma necessidade nem uma impossibilidade, mas um horizonte sempre imaginável e realizável a partir de forças que podem vir a se encontrar, aos intelectuais cabe exatamente o papel de informar a prática à luz da teoria, da melhor teoria, da *ciência* do marxismo construída exatamente por meio da leitura de Marx pelo corte epistemológico de que falamos, para que uma sociedade organizada possa agir em prol de sua transformação, no momento em que a ocasião permitir tal encontro, ou melhor, até que isso ocorra. *Alea jacta est.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTHUSSER, Louis. A corrente subterrânea do materialismo do encontro. [In:] *Crítica Marxista*, vol. 20. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2005.
- ALTHUSSER, Louis. *On the Reproduction of Capitalism*. Prefaced by Etienne Balibar. Translated by G. M. Goshgarian. London: Verso Books, 2014.
- ALTHUSSER, Louis. *Por Marx*. Tradução de Maria Leonor F. R. Loureiro. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2015.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *L'Anti-Édipe : capitalisme et schizophrénie I*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1972.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mille Plateaux : capitalisme et schizophrénie II*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1980.
- FISHER, Mark. *Capitalist Realism: is there no alternative?* Reino Unido: Zero Books, 2009.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital*. Tradução de Rubens Enderle. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MASCARO, Alysson Leandro. *Estado e forma política*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MASCARO, Alysson Leandro. *Filosofia do direito*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2021.
- MASCARO, Alysson Leandro; MORFINO, Vittorio. *Althusser e o materialismo aleatório*. São Paulo: Ed. Contracorrente, 2020.
- PACHUKANIS, Evguiéni. *Teoria Geral do Direito e Marxismo*. Tradução de Paula Vaz de Almeida. São Paulo: Boitempo, 2017.
- TRANJAN, Alexandre de Lima Castro (2022a). As linhas de fuga de Friedrich Nietzsche. [In:] *Occursus – revista de filosofia*. Fortaleza, v. 7, n. 1, Jan/Jun. 2022, p. 33-46. Disponível em <<http://seer.uece.br/?journal=Occursos&page=article&op=view&path%5B%5D=4327>>. Acesso em 01 de agosto de 2023.
- TRANJAN, Alexandre de Lima Castro (2022b). O Estado como forma política da esquizofrenia capitalista: uma leitura de Mascaró a partir de Deleuze e Guattari. [In:] *Res Severa Verum Gaudium*. Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 73-96, mai. 2022. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/resseveraverumgaudium/article/view/121442>>. Acesso em 19 de julho de 2022.
- TRANJAN, Alexandre de Lima Castro (2023a). “Law, Values and State: The Fundamentals of Derivation Theories” [In:] *Kultura i Wartości*, n. 34 (2022/2), p. 85-104. DOI: <http://dx.doi.org/10.17951/kw.2022.34.85-104>. Acesso em 01 de agosto de 2023.

TRANJAN, Alexandre de Lima Castro (2023b). Saber-poder, discurso e ideologia: uma discussão entre Foucault e Althusser. [In:] *Revista Diálogos*, 11(1), 2023/1, p. 85-102. Disponível em <<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/revdia/article/view/15019>>. Acesso em 01 de agosto de 2023.

TRANJAN, Alexandre de Lima Castro (2023c). O eterno discurso da reforma penal: uma crítica materialista. [In:] *Boletim IBCCRIM*, 31(367), junho de 2023. Disponível em <https://publicacoes.ibccrim.org.br/index.php/boletim_1993/article/view/581>. Acesso em 01 de agosto de 2023

A REPRESSÃO PENAL AO FENÔMENO HACKER APÓS A “VAZA JATO”: ANÁLISE DOS PROJETOS DE LEI QUE PROPUSERAM A ALTERAÇÃO DO ARTIGO 154-A DO CÓDIGO PENAL

ARTUR ROVERE SOARES¹⁵³

Resumo: A partir da temática da repressão penal a *hackers* e utilizando o ferramental teórico da criminologia crítica e da teoria política Gramsciana, o artigo propõe uma análise empírica de propostas legislativas de alteração do artigo 154-A do Código Penal no contexto pós Vaza Jato para enfrentar o problema da relação entre a repressão penal e a reprodução do sistema capitalista. O objetivo geral da pesquisa é argumentar que as movimentações legislativas após o vazamento de mensagens que revelaram os bastidores da Operação Lava-Jato deflagram o papel do Direito Penal na reprodução do sistema capitalista. Para isso, parte-se da descrição de componentes da cultura *hacker* e argumenta-se que o sistema capitalista lança mão da repressão penal, segundo uma política criminal atuarial, para controlar esse grupo social por vezes problemático para a reprodução do sistema político-econômico.

Palavras-chave: “*Hacker*”; “*Vaza Jato*”; “*Despolitização*”; “*Política Criminal Atuarial*”

1. INTRODUÇÃO

Entre as diversas reações à rápida velocidade do desenvolvimento tecnológico, a curiosidade é, em especial, um dos principais combustíveis para *hackers* nos empreendimentos mais variados estabelecendo relações com essas novidades técnico-informacionais. Esse grupo de aventureiros digitais coloca um desafio ao sistema econômico: ao passo em que se busca capturar produtos e métodos do trabalho *hacker* para o acúmulo de capital, a existência de expoentes desse grupo que colocam empecilhos à reprodução do sistema econômico a partir de atos ativistas e transgressores demanda uma gerência cuidadosa a fim de potencializar os ganhos com a exploração desse trabalho específico, tolhendo seu potencial transgressor. É precisamente essa faceta desafiadora que foi observada no episódio da Vaza Jato.

O tema do presente artigo é a repressão penal a *hackers* após o vazamento de mensagens privadas que revelou os bastidores da Operação Lava-Jato. Partindo do problema da despolitização, que gerou uma crise de desestabilização do processo usual de reprodução do sistema econômico, argumenta-se a partir da criminologia crítica e da teoria política Gramsciana que esse descompasso na reprodução do sistema foi manejado pela reorganização dos termos da reprodução do sistema e pela mobilização das formas estruturantes do capital, em especial, no caso da análise ora proposta, o Direito Penal.

O objetivo da pesquisa gira em torno da análise empírica dos Projetos de Lei (“PLs”) que propuseram alterações ao artigo 154-A do Código Penal, compreendidos como uma das evidências dessa

¹⁵³ Mestrando em antropologia na FFLCH/USP, sob orientação do Prof. Dr. Renato Sztutman. Graduado em direito pela Faculdade de Direito da USP. À época do envio do artigo, o autor ainda não tinha ingressado no mestrado. À época do envio do artigo, o autor ainda não tinha ingressado no mestrado. E-mail: aroveresoares@gmail.com.

mobilização para tapar o buraco que a Vaza Jato abriu na reprodução usual do sistema político-econômico. Embora reconheça-se que o episódio não inaugura a repressão penal aos *hackers*, a hipótese do artigo é que a movimentação legislativa coloca em evidência o caráter ideológico dessa repressão – direcionada à manutenção do sistema capitalista e não necessariamente a garantia de segurança pública no ambiente virtual.

2. METODOLOGIA

Para selecionar os PLs objeto do artigo utilizei as ferramentas de pesquisa avançada dos websites da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Na ferramenta da Câmara dos Deputados, selecionei “PL – Projeto de Lei” na lista “Tipo da Proposição”; “Sim” para o item “Em Tramitação”; e pesquisei por quatro expressões no item “Exatamente esta palavra/expressão:”. Os termos pesquisados foram: “artigo 154-A”; “invasão de dispositivo informático”; “hacker”; e “art. 154-A”.

Na ferramenta do Senado Federal selecionei “Em tramitação” para a área de “Situação”; “Projeto de Lei Ordinária” para a área de “Tipo de matéria legislativa”; e pesquisei pelas mesmas quatro expressões já indicadas acima no item “Pesquisa textual”.

A metodologia para a avaliação dos PLs se deu a partir de “perguntas guia” direcionadas a cada uma das propostas e suas justificativas, conforme detalhado no decorrer da análise.

3. O PERFIL DO HACKER: da transgressão ao liberalismo tecnológico

A análise crítica da repressão penal ao fenômeno *hacker* após a Vaza Jato passa pela compreensão da imagem ideológica construída sobre esse grupo. A partir de Marx e Engels (2007), entendo a ideologia como uma representação que não corresponde ao produto de condições históricas específicas, ou seja, uma falsa consciência da realidade – mas não uma consciência falsa, porque apesar de não corresponder ao produto de condições históricas, a ideologia opera historicamente.

Wall (2012) argumenta que *hack* é, atualmente, um conceito quimérico – frequentemente associado com gambiarras, pegadinhas, aventuras, investigações tecnológicas, transgressão –, sendo difícil indicar uma definição precisa de comportamentos identificados como *hacking*. Apesar de fragmentada, muitas descrições de *hackers* relatam o lugar de confronto com o modo de produção capitalista e o Estado. Ainda que essa potência transgressora seja objeto de controle ideológico, inclusive jurídico-penal, esse confronto entre a cultura *hacker* e o capitalismo não é sempre de ordem revolucionária. A evolução histórica usualmente traçada dos *hackers* aponta para alguns insights esclarecedores nesse sentido.

Quando confrontados com a necessidade de apontar um termo inicial para a história dos hackers técnico-informacionais, diversos autores e autoras (Levy, 1984; Himanen, 2001; Wall, 2012; Coleman, 2012; Steinmetz, 2016) indicam os *Phone Phreakers* e o *Tech Model Railroad Club*. Esses dois grupos inauguram os diversos exemplos de conflito entre hackers e figuras da autoridade que podem ser extraídos de sua história. Coleman (2012) explica que o primeiro representa hackers mais engajados em atividades de transgressão legal, enquanto o segundo está influenciado por normas tradicionalmente acadêmicas – como a meritocracia.

Os hackers podem ser entendidos, portanto, como um grupo de indivíduos movidos por curiosidade e desejo de reconhecimento entre seus pares com a vitória de desafios de forma criativa, que estão investidos em trabalhar de forma lúdica e autônoma com a tecnologia para fins muitas vezes transgressores e eventualmente ilegais – sendo a segurança, a privacidade e a liberdade de expressão temas recorrentes.

A primeira definição do que seria uma “ética hacker” foi elaborada por Levy (1984) e, mais tarde, retomada e sistematizada por Himanen (2001). Nessas obras, argumenta-se que a ética dos hackers – caracterizada pela liberdade, paixão, criatividade, cuidado – contrastaria com a ética protestante. Ao passo em que Himanen (2001) tem uma perspectiva otimista da suposta ruptura com a ética protestante, Steinmetz (2016) revela que a formulação de uma nova ética de trabalho *hacker* aprofundamento da exploração da mão-de-obra desse grupo social.

Em outras palavras, a aparente oposição entre as éticas *hacker* e protestante não obsta o processo de alienação do trabalho dos *hackers*, mas apenas dissolve a fronteira entre o lazer e a labuta – gerando ainda mais espaço para exploração. Kücklich (2005) utiliza o neologismo “*playbour*” para fazer referência a esse processo de aproximação entre trabalhos assalariado e voluntário, que não tem nenhum teor revolucionário, como aponta Steinmetz:

A diferença entre esta relação com a vida e a sua objetificação sob a ética protestante e sob a tão chamada ética hacker é a forma como se atribui valor emocional e moral ao trabalho. Para a ética protestante, o trabalho estava intimamente ligado à ideia de religião, conferindo valor ao trabalho através das suas implicações de gratificação retardada. Para a ética hacker, porém, ao trabalho é dado valor emocional e moral através da associação de prazer e realização no próprio ato de trabalho. Em ambos os casos, a vida ainda se rende ao interesse do capitalista. Embora a relação (ou a relação percebida) entre o trabalhador e o trabalho tenha mudado, o processo de acumulação de capital permanece intacto e o trabalhador continua explorado. (Steinmetz, 2016, p. 156).

O fenômeno *hacker* é majoritariamente manifesto na classe média. Essa camada social, na iminência de ser realocada à classe proletária com menor renda, está mais disposta a compactuar com a ideologia capitalista a fim de manter sua vida minimamente confortável. Assim, ao invés de transgredir com o modo de produção capitalista, a ideologia dominante entre os *hackers* é o que Steinmetz (2016) denominou “liberalismo tecnológico”.

Segundo o autor, essa visão política rejeita o poder estatal, mas, simultaneamente, advoga pela reforma do sistema capitalista, ao defender uma desregulação econômica que se aproxima do neoliberalismo. A defesa da desregulamentação está ligada a uma ideia romântica do mercado como um espaço descentralizado e neutro, aproximando-o do que os *hackers* gostariam que a internet fosse quando ela foi desenvolvida.

Por mais que a transgressão como componente da cultura *hacker* não dê conta de impedir a exploração do trabalho desse grupo, também é evidente que esses proletários informacionais não escapam dos ataques de aparatos ideológicos do sistema econômico, que legitimam formas de controle penal sobre os aspectos menos desejáveis da cultura *hacker*, ao mesmo tempo em que reforçam o poder do capital sobre o trabalho tecnológico e informacional.

4. GESTÃO DO TRABALHO HACKER NA POLÍTICA ATUARIAL

De acordo com Nissenbaum (2004), a princípio, *hackers* eram vistos como jovens introvertidos e inofensivos que passavam horas em frente a seus computadores desvendando códigos de programação. Atualmente, por outro lado, a imagem hegemônica do *hacker* tem caráter ameaçador, de um criminoso cibernético poderoso e difícil de capturar. Debora Halbert (1997, p. 362) chama atenção para as finalidades dessa mudança: “identidades de hackers são usadas para desenhar linhas entre liberdade de expressão e propriedade privada, entre um estado de paz e anarquia, e entre um cidadão estadunidense normal e outro anormal”.

Em análise marxiana da transgressão, que pode ser aplicada aos *hackers*, Spitzer (1975) traça uma divisão entre “lixo social” e “dinamite social”. Os *hackers* do tipo lixo social seriam aqueles que desempenham atos de transgressão insuficientes para justificar o desprendimento de recursos de controle. Por outro lado, *hackers* que conduzem grandes violações de segurança e articulam abertamente a resistência política são confrontados como dinamites sociais, devido a seu potencial para perturbar as operações de reprodução do capital.

Assim, no capitalismo, a repressão penal aos *hackers* busca suprimir o potencial transgressor desse grupo – particularmente da parte classificada como “dinamite social” – e, simultaneamente, maximizar a sua utilidade na acumulação de riquezas a partir da exploração de seu trabalho, especialmente valioso na era informacional.

Dieter (2012) destaca 3 tendências predominantes da política criminal contemporânea: o populismo, o apelo a uma justiça global e o gerencialismo – sendo que essa última é a mais expressiva. Segundo o autor, o gerencialismo é um resultado do modelo econômico de gestão do risco, promovido pelo princípio da eficiência e instrumentalizado pela lógica atuarial.

Em rápida síntese, entende-se por Política Criminal Atuarial o uso preferencial da lógica atuarial na fundamentação teórica e prática dos processos de criminalização secundária para fins de controle de grupos sociais considerados de alto risco ou perigosos mediante incapacitação seletiva de seus membros. O objetivo do novo modelo é gerenciar grupos, não punir indivíduos: sua finalidade não é combater o crime – embora saiba se valer dos rótulos populistas, quando necessário – mas identificar, classificar e administrar segmentos sociais indesejáveis na ordem social da maneira mais fluida possível. (Dieter, 2012, p. 8).

Ao descrever a instrumentalização da política criminal atuarial para o controle de grupos sociais considerados de alto risco, Dieter se aproxima de Spitzer. O objetivo do modelo atuarial, no que diz respeito aos *hackers*, é identificar, classificar e administrar esse segmento social indesejável (essa dinamite) para preservar a ordem social.

No mesmo sentido, García (2015) destaca que, na política criminal atuarial, o risco não se manifesta como uma produção de necessidade em resposta a uma situação concreta de insegurança, mas como uma decisão política, no caso da repressão penal a *hackers*, associada a sua imagem ideológica enquanto uma espécie de terrorista cibernético.

5. ASCENSÃO, QUEDA E REESTRUTURAÇÃO: Operação Lava-Jato e divulgação da Vaza Jato

A atual crise de representatividade no Brasil, em certa medida, segue uma tendência internacional que abalou até mesmo as democracias liberais do centro do capitalismo contemporâneo. Sabrina Fernandes (2019, p. 98) explica que Junho de 2013 pode ser considerado como uma grande evidência da “ruptura da inércia política promovida pela democracia representativa liberal”. Apesar disso, a despolitização das pautas alinhada aos rastros deixados pelo petismo e sua política de conciliação de classes converteram uma crítica à ausência de poder popular em outra antipetista (que avançou para uma crítica anti-esquerda).

Apesar de escancarar o problema, as manifestações de 2013 não podem ser propriamente consideradas como sua causa. Fernandes (2019) retoma o ensinamento de Gramsci no sentido de que é preferível governar com a hegemonia, ao invés da coerção, principalmente porque essa primeira depende do consentimento que se reproduz no senso comum. No Brasil, a crise pode ser compreendida como resultado da perda de consentimento: pelo governo petista, pela oposição tradicional à direita, pela esquerda e pelo sistema político.

Na obra *Cadernos do Cárcere* consta a famosa passagem de Gramsci (2017, p. 95): “A crise consiste justamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer: neste interregno, verificam-se os fenômenos patológicos mais variados”. Na conjuntura brasileira a pós-política e a ultrapolítica são dois desses sintomas mórbidos de especial relevância para a análise do contexto por trás da Operação Lava-Jato e, conseqüentemente, da Vaza Jato.

A pós-política é um tipo de despolitização que afeta o senso comum a partir de uma pós-ideologia. Trata-se de uma farsa ideológica revestida de uma suposta imparcialidade que resulta da defesa da técnica como algo desprovido de qualquer orientação política. Assim, na pós-política, o gerenciamento de temas relacionados à política se torna subordinado à tecnocracia. A ascensão da pós-política é resultado da fetichização da democracia liberal, que a transforma em um campo de negociações e rejeita o antagonismo. Há, em suma, uma blindagem retórica e ideológica da defesa do status quo, do capital e de estruturas de opressão que são legitimadas por uma embalagem imparcial e técnica.

A ultrapolítica, por outro lado, é a transformação do campo político em um campo de batalha. Não se trata, entretanto, de uma batalha entre projetos políticos, mas de uma guerra contra um inimigo ideologicamente moldado para ser combatido por uma figura heroica. A despolitização por esses mecanismos é complementar: primeiro a pós-política afasta os sujeitos da política e esvazia os significantes políticos e depois a ultrapolítica preenche esses significantes de um conteúdo polarizado calcado em ódio e medo.

A bandeira anticorrupção tem um papel importante no discurso pós-político, que a considera um problema moral ao invés de sistêmico. Assim, a solução recai no punitivismo: é necessário encontrar, isolar e punir os responsáveis para limpar a corrupção. Esse pânico moral justifica o poder do qual a Operação Lava-Jato desfrutou nas narrativas da mídia hegemônica e no senso comum, tendo Sérgio Moro como expoente e pilar moral da eleição de Jair Bolsonaro.

A despolitização pós-política das raízes sistêmicas da corrupção vai contribuir, eventualmente, para a formação de falsas dicotomias, essas que serão apropriadas pela ultrapolítica, especialmente em 2018, quando, na visão da maioria, votar no PT seria o

equivalente a coadunar com a corrupção. O medo acentuado do mal da corrupção levou a ações unipartidárias e até mesmo à agressão contra militantes do partido, tendo o PT como alvo principal após o escândalo de corrupção do Mensalão e, principalmente, o desenrolar da operação Lava Jato. [...] Quando a corrupção é tratada como um problema moral, e não político e econômico, ela é instrumentalizada para substituir as fontes reais de antagonismo por reivindicações moralistas colocadas em um raciocínio circular. (Fernandes, 2019, p. 238).

Conforme Pachukanis (2017), o direito é uma miragem totalmente conveniente para a burguesia. No contexto da Operação Lava-Jato, os interesses resguardados pelos julgamentos parciais eram de impedir a participação de Luís Inácio Lula da Silva nas eleições de 2018.

Além de nomear Moro como Ministro da Justiça, Bolsonaro proporcionou à direita as vantagens do alargamento da despolitização aliada a concessões ilimitadas ao projeto neoliberal encabeçado por Paulo Guedes. Se a parcialidade em prol de interesses sistêmicos não é inaugurada pela conjuntura atual, a Operação Lava-Jato inova ao “surfear na onda” da pós-política a partir, principalmente, das facetas da anticorrupção moralista e do antipetismo.

No dia 09 de junho de 2019 o *The Intercept Brasil* publicou uma série de quatro reportagens revelando trechos de chats privados sobre a Operação Lava-Jato. Essas mensagens revelaram a íntima relação entre o, à época, Juiz Federal Sérgio Moro e os Procuradores do Ministério Público Federal no decorrer dos processos da Operação Lava-Jato¹⁵⁴.

Em resumo, as mensagens vazadas indicam que Moro assumiu papel acusatório nos processos da Lava-Jato, bem como estabeleceu comunicação constante com os Procuradores, ajudando a levantar e organizar provas, construir argumentações, esquematizar estratégias, além de antecipar decisões e fornecer conselhos e informações confidenciais.

Em meio ao contexto de despolitização que legitima a Lava-Jato pelo falso distanciamento da política na execução de seu papel de gerenciamento moral da corrupção, o episódio da Vaza Jato colocou um obstáculo à imagem de neutralidade, podendo ser compreendida como uma expressão de um “materialismo aleatório”.

Segundo Mascaro (2020), inspirado em Althusser, não há uma “cartilha da história” que permite a determinação dos movimentos do capitalismo. Nesse sentido, o modo de produção capitalista, bem como suas formas estruturantes (inclusive o direito) não se interrelacionam de modo coerente tampouco suficiente. Assim, na reprodução do sistema econômico, buracos aleatórios, imprevistos, eventualmente aparecem e precisam ser recobertos pela estrutura:

O modo de produção capitalista se desenrola mediante a coerção de suas formas estruturantes – mercadoria, valor, dinheiro, direito e Estado – em um processo de exploração que se organiza materialmente para a acumulação. Ocorre que a miríade de relações constituídas mediante as formas sociais se estabelece um processo de entrecruzamento com contínuos encontros e aleatoriedades, via de regra, absorvidos pelas coerções relacionais já estruturadas, mas que, eventualmente, podem abalar, parcial

¹⁵⁴ O conteúdo dessa série de reportagens e das conversas vazadas nas quais elas se basearam inclui denúncias sobre a condução da Operação Lava-Jato, o episódio do triplex do Guarujá que resultou na prisão de Lula, a interceptação telefônica de Lula e o vazamento da gravação da ligação com Dilma Rousseff, a relação de Moro e dos Procuradores do MPF com o Supremo Tribunal Federal.

ou totalmente, tal conjunto de formas. A reprodução social ordinária tem a presidência das formas sobre o aleatório, mas esse continua existindo. Embora a tendência a serem absorvidos pela coerção das formas, o encontro e o acaso sempre se dão. A crise não é um evento excepcional nem raro do capitalismo. É, na verdade, um dado constitutivo (Mascaro, 2020, pp. 32-33).

Em conclusão, pode-se compreender a divulgação dos chats privados das autoridades brasileiras no contexto da Vaza Jato como um aleatório que não foi absorvido pelas coerções já estruturadas pelo capitalismo. Esse imprevisto abriu uma brecha na reprodução do sistema, demandando uma reacomodação. Essa reacomodação pode ser apreendida, entre outras facetas, pelo movimento legislativo dos PLs que propuseram alterações ao artigo 154-A, do Código Penal, no geral, visando aumentar a repressão penal aos *hackers*.

6. RESPOSTA (PENAL): análise dos projetos de lei

Para analisar a repressão penal aos hackers pós Vaza Jato foram levantados todos os PLs que propuseram alterações ao artigo 154-A do CP, delito no qual incorreu, em tese, o responsável pelo vazamento das mensagens. A metodologia de análise pauta-se em cinco “perguntas-guia”, sendo a primeira delas excludente (para definir quais desses PLs serão objeto de análise) e as demais analíticas. Após a promulgação da Lei 12.737/2012, foram apresentados 19 PLs com propostas de alterações ao artigo 154-A, do CP, sendo 15 deles posteriores à Vaza Jato. O PL 4554/2020 foi convertido na Lei Ordinária 14.155/2021.

6.1. Pergunta nº 1: O Projeto de Lei pode ser considerado uma resposta à Vaza Jato?

É evidente que a materialidade por trás de uma proposta de alteração legislativa não está condicionada a um único evento – em uma regra simples de causa e consequência. O objetivo de colocar essa primeira pergunta como o guia para determinar quais entre os dezesseis PLs em tramitação são relevantes para a análise proposta é entender se, em alguma medida, a Vaza Jato pode ter influenciado a redação do PL, de forma que ele configuraria uma resposta ao caso.

Para encontrar essa resposta, faz-se necessário selecionar os critérios que traçam a linha, no meio de uma zona cinzenta, entre o que é e o que não é uma resposta para os fins da pesquisa. Os critérios selecionados foram: (i) o PL deve ser posterior a data da primeira publicação das reportagens pelo *The Intercept Brasil*; (ii) o PL teria impacto na sentença decretada ao responsável pela invasão dos dispositivos das autoridades brasileiras vitimadas, caso aplicado retroativamente; e (iii) o PL não traz em sua justificativa nenhuma outra motivação que não tenha relação com a Vaza Jato.

Projeto de Lei	Apresentação	Casa Legislativa	Pode ser considerado como uma resposta à Vaza Jato?		
			critério (i)	critério (ii)	critério (iii)

PL 3357/2015	21.10.2015	Câmara dos Deputados			
PL 4093/2015	16.12.2015				
PL 5200/2016	06.05.2016				
PL 5842/2016	13.06.2016				
<u>PL 3422/2019</u>	11.06.2019		X	X	X
<u>PL 3545/2019</u>	13.06.2019		X	X	X
<u>PL 3872/2019</u>	03.07.2019		X		X
<u>PL 4287/2019</u>	07.08.2019	Senado Federal	X	X	X
<u>PL 4719/2019</u>	27.08.2019		X	X	X
PL 5261/2019	26.09.2019	Câmara dos Deputados	X		
<u>PL 310/2020</u>	13.02.2020		X	X	X
PL 3330/2020	16.06.2020		X	X	
PL 5265/2020	25.11.2020		X	X	
PL 5278/2020	26.11.2020		X	X	
<u>PL 4554/2020</u>	07.12.2020	Senado Federal	X	X	X
PL 5441/2020	09.12.2020	Câmara dos Deputados	X	X	
PL 5506/2020	15.12.2020		X	X	
PL 588/2021	24.02.2021		X	X	
PL 2233/2021	17.06.2021		X		

Conforme a tabela acima, apenas 6 dos 19 PLs correspondem aos critérios estabelecidos para definir o que seria uma resposta legislativa à Vaza Jato. Ainda assim, são 7 os PLs que devem ser aprofundados em resposta às próximas perguntas guias. Isso porque o PL 3872/2019 parece não impactar o caso da Vaza Jato apenas por uma imprecisão em sua redação, que altera a pena do crime em sua modalidade simples, mas esquece de adequar também a pena na modalidade qualificada. Ainda assim, a justificativa desse PL faz menção indireta à Vaza Jato¹⁵⁵.

¹⁵⁵ “Conforme amplamente divulgado nos noticiários, estão ocorrendo atentados contra dispositivos informáticos de determinados membros do poder público. **Além de serem aumentadas as penas para os casos de invasão de aparelhos informáticos de membros do poder público**, isso também deverá ocorrer para as penas dos condenados pelos crimes ocorridos contra as demais vítimas” – Destaquei e grifei.

6.2. Perguntas objetivas (nºs 2, 3 e 4): Qual o partido político do(a) Deputado(a) que apresentou o Projeto de Lei? O Projeto de Lei menciona a Vaza Jato na sua justificação? O Projeto de Lei propõe o aumento da pena do crime previsto pelo artigo 154-A?

Projeto de Lei	3. Partido	4. Menção à Vaza Jato			5. Aumento da pena	
		SIM	INDIRETAMENTE	NÃO	SIM	NÃO
PL 3422/2019	PSL/GO, SP e GO			X		X
PL 3545/2019	PSL/GO			X	X	
PL 3872/2019	PL/ES		X		X	
PL 4287/2019	PODEMOS/RS			X	X	
PL 4719/2019	PSL/SP		X		X	
PL 310/2020	PSL/RS			X	X	
PL 4554/2020	PSDB/DF			X	X	

Sendo possível aferir que os congressistas têm alinhamento político com os posicionamentos de seus partidos, como regra, a segunda pergunta revela dados interessantes.

O Partido Social Liberal (PSL) é historicamente alinhado a uma ideologia social-liberalista, entretanto, após a filiação de Jair Bolsonaro, que se elegeu como presidente em 2018 pela legenda do partido, o PSL passou a limitar o liberalismo ao seu projeto econômico, alinhado com um conservadorismo ideológico – popularmente simbolizado na máxima “liberal na economia, conservador nos costumes”.

Sendo assim, não é surpreendente que mais da metade dos(as) autores(as) dos PLs que configuram resposta repressiva à Vaza Jato sejam parte do partido pelo qual o presidente Jair Bolsonaro se elegeu. Apesar de o presidente ter se desfilado do PSL no dia 12.11.2019, é evidente que ainda existe um elevado grau de alinhamento ideológico do partido com Bolsonaro e com a bandeira anticorrupção levantada pela Operação Lava Jato.

O Partido Liberal (PL) tem alinhamento ideológico bastante próximo do PSL. O PODEMOS, nasceu com uma forte influência Vargasista e depois de 2014 passou por um processo de modernização: atualmente o partido argumenta que está no centro do espectro político, mas defende um nacionalismo liberal. Por fim, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), é um dos partidos de centro-direita mais tradicionais do Brasil, nascido de um racha com o atual Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Ainda que o PSL seja o partido que está mais à direita do espectro político entre esses quatro, todos compartilham um posicionamento político-ideológico próximo. As justificações de todos os PLs selecionados, bem como as propostas que são levantadas por eles, apontam para uma leitura do direito penal como braço repressivo do Estado, que utiliza da violência institucionalizada como forma de reprimir crimes e evitar novas ocorrências. Nesse sentido, há uma supervalorização da função de prevenção geral da

pena, que é lida por autores dos PLs como uma ameaça dotada, também, de um caráter de exemplo ou corretivo.

A terceira pergunta procura investigar o quão diretos são os PLs considerados como respostas legislativas penais ao caso da Vaza Jato¹⁵⁶.

No PL 3872/2019, foi considerado como menção indireta o trecho: “Conforme amplamente divulgado nos noticiários, estão ocorrendo atentados contra dispositivos informáticos de determinados membros do poder público” (grifei). No PL 4719/2019, foi considerada uma menção indireta o trecho:

Acompanhamos nos últimos dias diversas autoridades brasileiras sendo vítimas de invasão de seus dispositivos informáticos, cujo crime é previsto no art. 154-A do Código Penal [...]. Em que pese ter ocorrido a tipificação de tal crime o que se verifica é que o apenamento previsto na legislação vigente se tornou extremamente brando, o que incentiva criminosos a cometerem este tipo de crime. Tal afirmação pode ser confirmada ao verificar o caso concreto em que criminosos invadiram celulares de diversas autoridades brasileiras, vazando assim informações que seriam de usos particulares e privados dessas pessoas – Destaquei e grifei.

Uma hipótese para a ausência de menção direta entre os PLs, bem como da baixa expressividade das menções indiretas é que congressistas buscam fugir de acusações quanto à parcialidade e convencionalidade das propostas. Essa tese é corroborada pelo caráter pós-político que gira em torno da Operação Lava-Jato e impactou a redação dos PLs.

Por fim, o quarto questionamento é especialmente relevante porque a repressão penal gerencialista se manifesta pela ampliação da legislação penal, em uma ponta, e do encarceramento, na outra. Assim, a pergunta aponta para uma das evidências da ligação entre essas respostas punitivas à Vaza Jato e a ascensão de uma política criminal atuarial. Não por outro motivo, a grande maioria dos PLs propõem aumentos de pena.

6.3. Pergunta nº 5: Quais são as alterações propostas pelo Projeto de Lei e como essas alterações impactariam casos similares ao da Vaza Jato?

A quinta pergunta demanda respostas discursivas, na tentativa de retomar o que ficou para trás nas anteriores. A questão está dividida em duas partes: primeiro elenca-se as alterações propostas ao artigo 154-A do CP; depois aponta-se os impactos que a nova redação traria se a alteração pudesse retroagir ao caso da Vaza Jato.

Projeto de Lei	Alterações propostas (parte 01) e impactos a casos similares ao da Vaza Jato (parte 2)
PL 3422/2019	(1) Cria nova hipótese de aumento de pena, estendendo a redação do §5º para incluir casos nos quais “o crime é praticado contra Ministros de Estado, membros do Poder Judiciário, do Ministério Público e Autoridades Policiais com o fim de interferir no curso de processo judicial ou de investigações policiais”.

¹⁵⁶ Nesse caso, considera-se menções diretas a aparição dos termos “Vaza Jato”, “Operação Lava Jato”, “The Intercept Brasil”, “Sérgio Moro” ou “Telegram”. Ao mesmo tempo, considera-se menções indiretas descrições que se assemelham com a ocorrência da Vaza Jato.

	(2) A causa de aumento de pena do §5º poderia incidir no caso.
PL 3545/2019	(1) Aumenta a pena do crime nas suas formas simples e qualificada.
	(2) A pena estipulada seria maior.
PL 3872/2019	(1) Aumenta a pena do crime na forma simples, converte a causa de aumento prevista no §5º em uma qualificadora e estende sua redação para incluir “dirigente máximo de qualquer entidade governamental” ao final do referido parágrafo. A pena proposta para a nova qualificadora é reclusão de 10 (dez) a 15 (quinze) anos.
	(2) Não impactaria como resultado de uma má formulação.
PL 4287/2019	(1) Aumenta a pena do crime nas suas formas simples e qualificada.
	(2) A pena estipulada seria maior.
PL 4719/2019	(1) Aumenta a pena do crime nas suas formas simples e qualificada.
	(2) A pena estipulada seria maior.
PL 310/2020	(1) Aumenta a pena do crime nas suas formas simples e qualificada.
	(2) A pena estipulada seria maior.
PL 4554/2020	(1) Aumenta a pena do crime nas suas formas simples e qualificada além de propor outras alterações aos Códigos Penal (arts. 155 e 171) e de Processo Penal (arts. 69 e 73-A).
	(2) A pena estipulada seria maior.

A análise das respostas indica que praticamente todos os PLs impactariam o caso da Vaza Jato da mesma forma: o aumento da pena. A maioria dos PLs propõe, aliás, apenas o aumento de pena, sem qualquer outra alteração. Isso evidencia que não há, por trás da maioria dos projetos, tentativa de lapidar o tipo penal ou responder a críticas à redação do tipo penal, como outros PLs anteriores à Vaza Jato procuraram fazer – sem propor o aumento das penas.

Os PLs que não propuseram o mero aumento de pena foram 3422/2019 e 3872/2019. Ambos estenderam as hipóteses previstas no §5º, do artigo 154-A do CP, sendo que o último também transformou o referido parágrafo em uma segunda qualificadora.

O PL 3422/2019 propõe uma única alteração ao artigo 154-A, §5º do CP: a inclusão de um inciso, de modo que a causa de aumento se aplicasse também para outras autoridades. Apesar de não mencionar a Vaza Jato, a proposição dessa única alteração dois dias depois da publicação das primeiras reportagens da Vaza Jato parece uma coincidência grande demais.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao passo em que é necessário garantir mecanismos de privacidade e de proteção de dados pessoais, a intensificação da repressão penal aos *hackers* no momento pós Vaza Jato tem mais a acrescentar como

mecanismo de controle de um grupo social potencialmente problemático (porém lucrativo) do que como mecanismo de proteção à vida privada. Inclusive porque não são apenas *hackers* quem ameaça a segurança de dados pessoais e as penas maiores e tipificações penais mais amplas não inibem a prática de delitos cibernéticos.

Assim, os PLs analisados somam-se a uma onda de despolitização e caracterizam a ascensão de uma política criminal atuarial, centrada no controle de grupos sociais problemáticos a partir da retórica pós-ideológica de gerenciamento de riscos e do medo.

A mobilização de membros do poder legislativo após a Vaza Jato para propor essas alterações, quase que exclusivamente limitadas ao aumento das penas atualmente previstas para o tipo penal, nesse sentido, confirma a hipótese inicial ao constatar que a movimentação legislativa para rechaçar a atuação transgressora dos *hackers* responsáveis pela Vaza Jato realmente coloca em evidência o caráter ideológico da repressão penal a esse grupo social.

Isso porque a manifestação da Vaza Jato como aleatório (imprevisto) obrigou a reorganização de formas do capital para renovar a manutenção do sistema econômico e manter a estabilidade da ordem político-social em um momento de crise na reprodução sistêmica. Assim, essa reorganização revela ostensivamente a manifestação de uma política criminal atuarial e despolitizada, já presente antes, mas que se intensificou depois da Vaza Jato.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COLEMAN, Gabriela E. “Phreaks, Hackers and Trolls – The Politics of Transgression and Spectacle”. In: *The Social Media Reader*. New York: NY University Press, 2012.
- _____. *Coding Freedom: The Ethics and Aesthetics of Hacking*. Princeton: Princeton University Press, 2013.
- COLEMAN, Gabriela E. & HOAXER, Whistleblower. *Spy: The Many Faces of Anonymity*. London: Verso, 2014.
- COLEMAN, Gabriella E. & ALEX, Golub. “Hacker Practice: Moral Genres and the Cultural Articulation of Liberalism”. In: *Antropological Theory*. Ano 8, no. 3, 2008.
- DIETER, Maurício Stegemann. *Política Criminal Atuarial: A Criminologia do fim da história*. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Juarez Cirino dos Santos (orientador), 2012.
- FERNANDES, Sabrina. *Sintomas Mórbidos: a encruzilhada da esquerda*. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.
- GARCÍA, José Ángel Brandariz. “Gerencialismo y políticas penales”. In: *REDES – Revista Eletrônica de Direito e Sociedade*, Canoas, vol. 3m n. 1, mai. 2015.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Volume 3: Maquiavel – Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- HALBERT, Debora. Discourses of Danger and the Computer Hacker. In: *The Information Society*. 13:4, 1997. DOI: 10.1080/019722497129061.
- HIMANEN, Pekka. *A Ética dos Hackers e o Espírito da Era da Informação: a diferença entre o bom e o mau hacker*. Rio de Janeiro: Campus, 1ª ed., 2001.
- KÜCKLICH, Julian. “Precarious Playbour: Modders and the Digital Games Industry”. In: *Fibreculture Journal*. No. 5, 2005.
- LEVY, Steven. *Hackers: Heroes of the Computer Revolution*. New York: Penguin, 1984.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, trad: Rubens Enderle; Nélio Schneider; Luciano C. Martorano, 2007.
- MASCARO, Alysso Leandro; MORFINO, Vittorio. *Althusser e o materialismo aleatório*. São Paulo: Contracorrente, Coleção Diálogos, 2020.
- NISSENBAUM, Helen. “Hackers and the Contested Ontology of Cyberspace”. In: *New Media and Society*. Ano 6, no. 2, 2004.
- PACHUKANIS, Evguiéni. *Teoria geral do direito e marxismo*. São Paulo: Boitempo, 2017.

SPITZERM Steven. "Toward a Marxian Theory of Deviance". *In: Social Problems*, Vol. 22, No. 5 (Jun), 1975, pp. 638-351.

STEINMETZ, Kevin F. *Hacked: A Radical Approach to Hacker Culture and Crime*. New York: New York University Press, 2016.

WALL, David S. "The Devil Drives a Lada: The Social Construction of Hackers as Cybercriminals". *In: Constructiong Crime: Discourse and Cultural Representations of Crime and 'Deviance'*. Christiana Gregorious (ed.). Basingstone: Palgrave MacMillan, 2012.

WALL, David S. *Cybercrime: The Transformation of Crime in the Information Age*. Malden: Polity Press, 2007.

IMIGRAÇÃO JUDAICA E VISÃO INSTITUCIONAL NO BRASIL NA ERA VARGAS (1930-1945)

BRUNO GUSTAVO BOREL DA SILVA¹⁵⁷

Resumo: O presente artigo tem como objetivo elucidar as questões relativas à imigração judaica no Brasil durante a Era Vargas, período compreendido entre os anos de 1930 e 1945, bem como expor qual era a visão institucional, ou seja, a visão propagada pelos membros integrantes do poder estatal em suas posições de poder, de maneira pública ou secreta, em relação aos judeus no mesmo período. Para isso, foram utilizados como fontes primárias uma série de circulares, ofícios, telegramas e cartas deste período, trocadas entre os mais diversos membros integrantes do governo em cargos ministeriais e em embaixadas, presentes principalmente no Arquivo Histórico do Itamarati, que denotam o teor estigmatizante desses membros em relação aos judeus, bem como suas posições declaradamente antissemitas, ainda que não fossem expostas publicamente de maneira oficial.

Palavras-chave: Antissemitismo; Era Vargas; Migração; Institucionalidade.

1. INTRODUÇÃO

A onda antissemita que assolou o ocidente no período entreguerras e que culminou nas atrocidades cometidas durante a Segunda Guerra Mundial deflagrou uma grande corrente migratória judaica da Europa para os demais países do globo. Entre os destinos escolhidos, o Brasil apresentava grande potencial e passou a ser bem-visto a partir da década de 1920, devido ao seu crescente índice econômico, bem como pela facilidade em migrar, após países como os Estados Unidos imporem cotas migracionais.

Entretanto, o que seria uma oportunidade de recomeço em um país livre das perseguições antissemitas, acabou por se mostrar uma tarefa extremamente difícil. O processo de migração foi dificultado pela promulgação de diversas circulares e decretos-leis ao longo da Era Vargas. As recusas aos vistos nas embaixadas, ainda que fossem justificadas por respostas padronizadas e pouco informativas, escondiam seu ideário antissemita imposto de maneira secreta pelo governo.

O acesso aos ofícios, telegramas, relatórios, circulares e cartas da época, que foram mantidas longe do acesso dos pesquisadores por grande parte do século XX, resultou na possibilidade de entender as nuances desse antissemitismo que era camuflado sob outras ideologias, principalmente pelo nacionalismo.

2. JUDEU E ANTISSEMITISMO: conceituação, histórico e imigração

¹⁵⁷ Graduando em História pela Universidade Federal do Paraná. Integra o Programa de Educação Tutorial (PET) História da UFPR desde outubro de 2021. Faz parte do corpo editorial da revista Cadernos de Clío, publicada pelo grupo PET História. É membro estudante do grupo de pesquisa Arte, Memória e Narrativa - AMENA, onde realiza pesquisa PIBIC na modalidade de voluntário intitulada "Os escombros do muro de Berlim: uma análise da memória negada da experiência socialista da Alemanha Oriental (1990-2000)", sob orientação do Prof. Dr. Fabio Feltrin. E-mail: bruno.borel03@gmail.com.

Para falar tanto de antissemitismo, quanto da visão que os indivíduos a serem abordados no presente artigo tinham em relação ao judeu (ou semita, como também são chamados nos documentos da época), primeiro é necessário elucidar os seguintes termos: semita, ou judeu, e antissemitismo. Segundo Fernandes (2014), o termo semita é utilizado para representar os povos históricos do Oriente Médio, habitantes das regiões entre o Mar Vermelho e o Planalto iraniano, com base na passagem bíblica de Gênesis, cap. 10, que denomina desta forma todos os povos descendentes diretos do primogênito de Noé, Sem. Além destes, os Acádios, Cananeus e Fenícios também são contemplados com a denominação.

No entanto, ao analisar os documentos, percebe-se que o uso da palavra semita ganha uma ressignificação, passando a representar uma expressão étnica. Desta maneira, desconsidera-se o credo religioso exercido pelos indivíduos, seu local de nascimento e a sua formação cultural. Esta última amplamente variada, tendo em vista que os migrantes judeus que vinham para o Brasil tinham origem em vários países por toda a Europa (LESSER, 1995, p. 318, 320).

Essa ressignificação atua em conjunto com uma generalização, usando-o como sinônimo de judeu, como é evidenciado nos documentos abaixo:

Art. 1.º — Para efeitos da entrada no território brasileiro, os indivíduos de origem *semítica*, nascidos em quaisquer países estrangeiros, serão considerados, globalmente, como pertencentes à nacionalidade *judaica*. (Projeto de decreto-lei... *apud* CARNEIRO, 1988, p. 524, grifo nosso)

2 Tratava-se da questão da emigração de *semitas* para o Brasil. Não sou, nem nunca fui, contra os *judeus*. (VALLE, 1939 *apud* CARNEIRO, 1988, p. 533, grifo nosso)

Desta forma, a fim de empregar uma padronização e facilitar o entendimento do que será abordado, se optou pela utilização do termo judeu, unicamente, quando se faz referência à expressão étnica semita, considerando o significado de ambos os termos contemporaneamente. É essa visão da comunidade judaica como uma expressão étnica que caracteriza o antissemitismo em sua forma moderna.

A expressão do preconceito contra aqueles que exercem a fé judaica está presente na Europa desde o estabelecimento da religião cristã como oficial, ainda no Antigo Império Romano. Como exemplo disso, Viera (2019, p. 4-5) cita que no próprio Novo Testamento da Bíblia há passagens que foram, historicamente, usadas por membros da fé cristã como justificativa para exercer o antijudaísmo¹⁵⁸, alegando que os judeus são os responsáveis pela morte do Messias. Portanto, para melhor esclarecer o que é o antissemitismo e suas facetas no mundo moderno, estes serão abordados com base nas elaborações feitas por Carneiro (1988, p. 38-42) que, por sua vez, são pautadas majoritariamente nos estudos feitos por Hannah Arendt. As autoras defendem uma divisão do antissemitismo em dois momentos: o antissemitismo tradicional e o antissemitismo moderno.

O antissemitismo tradicional tem seu momento de expressão durante a Idade Média, baseado em questões religiosas e superstições medievais. Sendo assim, essa primeira expressão de antissemitismo era dotada de um caráter de preconceito religioso, consequência do conflito entre as crenças cristã e judaica. Para elucidar esta questão, Carneiro (1988, p. 38-39) apresenta o preconceito e a perseguição organizada na Península Ibérica contra os judeus. Neste exemplo, os judeus acabaram por ser utilizados como bode

¹⁵⁸ Durante este período, seria anacrônico a utilização do termo “antissemitismo”, uma vez que ele surge no livro *A Vitória do Judaísmo sobre o Germanismo*, de Wilhelm Marr em 1879, como elucida Ribeiro Júnior (1986).

expiatório responsabilizando-os, em conjunto com outros grupos minoritários, pelos problemas econômicos que acometiam a península a época.

Ou seja, o discurso dominante buscando justificar um mau período econômico, elevou a disputa para o campo religioso empregando uma verdadeira perseguição contra a população judaica e os cristãos novos.¹⁵⁹ Recebiam a denominação de *cristãos novos* aqueles que outrora professavam a fé judaica e se convertam ao cristianismo, ou cristãos descendentes de judeus.¹⁶⁰

Entre as medidas tomadas durante o período contra eles, duas marcantes foram o Édito de Toledo e o Tribunal de Santo Ofício. Ambas foram responsáveis por realizarem um processo de segregação entre os cristãos velhos e os cristãos novos. Nestes casos, fica evidente o emprego de um processo de limpeza étnica, excluindo os cristãos novos da atuação política, da participação na vida pública e restringindo-os do acesso à educação. Como consequência desta onda repressiva, surge uma corrente migratória judaica, em um primeiro momento da Espanha para Portugal e, após o início da perseguição também em Portugal, em um segundo momento para o Brasil, ainda colônia de Portugal. O desenrolar desta corrente migratória para o Brasil, bem como a localidade em que estes cristãos novos e judeus se instalaram em terras brasileiras serão abordados mais adiante.

Com o advento da Idade Moderna, após a Revolução Francesa, iniciou um processo de reintegração da comunidade judaica nas sociedades europeias. Este processo foi pautado nos ideais de igualdade e cidadania republicanos, sendo garantido não só aos judeus, mas também a outros grupos minoritários. Entretanto, essa integração à sociedade não ocorreu de forma que garantisse a aceitação das diferenças. Ela era pautada na visão de que todos os indivíduos deveriam ser iguais a nível individual. Portanto, afirma-se que

A modernidade para o povo judeu implicou numa barganha na qual recebia igualdade de direitos e abria mão de suas instituições jurídicas e de vida comunitária diferenciada. O direito à cidadania significou para os judeus a aquisição de uma identidade nacional que os fazia parte de uma nova totalidade: a sociedade nacional. (SORJ BE, 2008, p. 12)

Dessa forma, cabe ressaltar que mesmo durante o processo de integração à sociedade moderna, era necessário renunciar a parte de sua cultura e modo de viver. Somente desta maneira que os judeus puderam ser vistos como sujeitos merecedores dos ideais igualitários e de cidadania afirmados na época.

A partir do século XIX, surgiram discursos antissemitas pautados em argumentos pseudocientíficos, antropológicos e etnológicos racistas. Esses discursos caracterizavam os judeus como uma nacionalidade, um grupo social distinto dos demais. Para Carneiro (1988), essa caracterização é o que gera a distinção entre os antissemitismos tradicional e o moderno. Enquanto o tradicional era pautado no preconceito religioso, o moderno se pautou em argumentos dados como científicos à época, dando uma nova face ao judeu. Ele passa a ser visto como um estrangeiro em qualquer país que esteja. Logo, é

¹⁵⁹ Os cristãos-novos surgem na península ibérica durante o século XVI e, a partir da atuação da Inquisição nessa região, exclusivamente ali se tornou um problema e foram alvos de perseguição religiosa, sendo acusados de praticar a antiga religião (SARAIVA, 1969).

¹⁶⁰ É importante salientar que, tanto os judeus convertidos — forçados, como uma fuga do antijudaísmo — quanto os cristãos descendentes de judeus que recebiam tal denominação, sofriam de preconceito e perseguição, principalmente pela Inquisição pautada nas restrições de “pureza de sangue” do Concílio de Latrão de 1215 (Cf. BLAY, 2008, p. 35; SARAIVA, 1969).

considerado um elemento de fora, sempre alheio e incapaz de se adaptar aos ideários nacionais em voga. É esse o contexto no qual o antissemitismo durante a Era Vargas estava implicado, como fica claro no seguinte documento:

4 O *israelita*, por tendência milenar, é radicalmente avêso [*sic*] à agricultura e *não se identifica com outras raças e outros credos*. Isolado, há ainda a possibilidade de vir a ser assimilado pelo meio que o recebe, tal como aconteceu, em geral, no Brasil, até a presente época. *Em massa, constituiria, porém, iniludível perigo para a homogeneidade futura do Brasil.* (ARANHA, 1938 *apud* CARNEIRO, 1988, p. 522, grifo nosso)

O discurso eugenista e antissemita do século XIX, que perdeu força durante a Primeira Guerra Mundial, retomou espaço no ambiente acadêmico e político do período entreguerras em todo Ocidente. Ainda que, entre o pensamento eugenista original europeu e o brasileiro, se desenvolvam diferenças fundamentais em seu modo de pensar devido às condições materiais da formulação da população brasileira, conforme serão apresentadas posteriormente.

Com relação à imigração judaica ao Brasil, Lesser (1995) afirma que nunca houve um fluxo contínuo. Portanto, para elucidar esta questão até o período em que artigo se propõe a analisar, é possível dividir a migração em dois momentos principais: o primeiro ocorreu ainda durante o Brasil colônia e o segundo com início, ainda que seja pouco expressivo, no fim do século XIX.

Conforme introduzido anteriormente, o período de opressão contra cristãos novos e judeus na Península Ibérica, no século XV, resultou em uma corrente migratória destes indivíduos, a fim de fugir das regiões com maior enfoque persecutório. Os que vieram para o território brasileiro “se instalaram no norte do Brasil, na Amazônia,¹⁶¹ com objetivo de trabalhar na extração da borracha, o que décadas depois iria se estender aos negócios de frutas, cereais, utensílios e outros.” (AREIAS, 2010, p. 18)

Após isso, a segunda corrente migratória para o país só viria a começar em fins do século XIX, a partir da década de 1880. Novamente, esse fluxo é explicado por uma nova onda de antissemitismo na Europa, que teve início na Rússia. Durante o governo czarista de Nicolau II foram praticadas medidas para expulsar os judeus, enxergando-os como estrangeiros que não estavam integrados à sociedade local.

Entretanto, o fluxo de imigração judaica no Brasil só começa a aumentar no início do século XX, quando há o estabelecimento de colônias judaicas no país. A primeira colônia foi estabelecida na propriedade Philippon¹⁶², no Rio Grande do Sul, pela *Jewish Colonization Association* (ICA)¹⁶³, devido às condições climáticas e de terreno, isenções e facilidades ofertadas pelo governo brasileiro e a proximidade com outros estabelecimentos da ICA na Argentina (AREIAS, 2010; SORJ BI, 2008; BLAY, 2008). Ainda assim, o país não era o destino principal desses imigrantes, que tendiam a preferir países mais desenvolvidos, como os da América Anglo-Saxônica. É somente após a Primeira Guerra Mundial, com a melhora nos índices econômicos do Brasil e a implementação de cotas de migração em países como os Estados Unidos, que o número de imigrantes judeus a aumenta.

¹⁶¹ As primeiras levas de migração judaica na região amazônica no século XIX, em especial nos estados do Amazonas e Pará, advinham “do Norte da África (Marrocos francês, árabe, espanhol e da cidade livre de Tânger) onde havia crise econômica e perseguição por parte de alguns sultões” (BLAY, 2008, p. 40).

¹⁶² O nome é uma homenagem ao vice-presidente da ICA (SORJ BI, 2008).

¹⁶³ A ICA foi uma organização filantrópica judaica fundada pelo barão Maurice de Hirsch, ela tinha como objetivo realizar uma “expatriação metódica e ordenada de judeus russos” (SORJ BI, 2008, p. 81).

3. O GOVERNO VARGAS E OS JUDEUS

Getúlio Vargas chegou ao poder no ano de 1930, logo após a crise de 1929 e o embate entre a elite cafeeira e a burguesia urbana. Ao mesmo tempo, ocorria um movimento de resgate dos debates eugenistas na Europa e no Brasil, além de uma nova onda antissemita nos países europeus. Seu período de governo, por ser extenso, apresentou momentos distintos de maior ou menor influência de certas forças sociais. Portanto, para melhor explicar a questão, foi optado por dividir a Era Vargas em três períodos, separados pelo seu início (1930) e as duas constituições promulgadas (1934 e 1937). O primeiro período, entre os anos de 1930 e 1934, é marcado pelo início dos debates, no século XX, das políticas eugenistas nos campos intelectuais e políticos, principalmente aqueles contrários à imigração de “indivíduos indesejáveis”.

A eugenia no Brasil, segundo Carneiro (1988), se desenvolve alterando parte de seus princípios que, pragmaticamente, seriam impossíveis de ser aplicado no país. Entre os intelectuais que surgiram atuando a favor da eugenia e superioridade racial, pode-se citar: Oliveira Vianna, que em 1937 viria a assumir o cargo de consultor jurídico no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, com seu estudo intitulado *Raça e Assimilação*, de 1932; Silvio Romero, Euclides da Cunha; e Alberto Torres. Todos eles tiveram suas obras usadas como justificativa para propostas que restringiam a migração e questionavam a presença de estrangeiros na década de 1930.

Cabe ainda citar que a atuação destes indivíduos não ficou restringida ao campo intelectual. Antônio Xavier de Oliveira, por exemplo, em sua atuação política conseguiu emplacar na constituição que viria a ser promulgada em 1934 um artigo com forte teor eugenista.

Por fim, um resumo dos ideais defendidos seria:

- admitem a existência de raças superiores e inferiores;
- delegam às raças manifestações que decorrem de fatores sociais;
- afirmam a idéia [*sic*] da inferioridade do mestiço;
- confirmam a influência negativa da presença do sangue negro em todas as civilizações;
- propõem a formação de uma população eugênica;
- e a necessidade de controlar a imigração, incentivando a entrada de elementos arianos. (CARNEIRO, 1988, p. 97)

O segundo período, compreendido entre os anos de 1934 e 1937, tem início com a promulgação da Constituição de 1934, que teve em seu cerne o art. 121

Que impunha restrições à entrada de imigrantes no território nacional garantindo “a *integração étnica*”. A corrente imigratória de cada país não deveria exceder, anualmente, “o limite de dois por cento sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos cinquenta [*sic*] anos”. O § 7º. Vedava a concentração de imigrantes em qualquer ponto do território nacional, com o objetivo de evitar a formação de quistos raciais. (CARNEIRO, 1988, p. 107, grifo do autor)

Uns dos elementos com maior destaque, na época, a contribuir com tais ideais eram a Ação Integralista Brasileira (AIB), partido político que abarcou os partidos de direita e de orientação fascista da época; o bispado conservador da Igreja Católica; e as oligarquias agrárias conservadoras. Tais elementos fortaleciam o discurso eugenista e o antissemitismo sob a ótica do nacionalismo.

Neste período, há documentos que atestam esse anseio por “boas correntes migratórias” para o país. Este é o caso do relatório de Nabuco Gouvêa (1934 *apud* CARNEIRO, 1988, p. 507), o qual afirma que a imigração de indivíduos da Romênia para o Brasil é da “pior possível e de modo algum deveria ser facilitada”, uma vez que aqueles que emigram desta parte da Europa não estão interessados nas atividades de agricultura, mas sim em se estabelecer nos centros comerciais brasileiros.

Outro exemplo é o comentário tecido por Jorge Latour¹⁶⁴ (1936 *apud* CARNEIRO, 1988, p. 509), onde afirmava que “todos os problemas universaes [*sic*], bem ou mal, mais cedo ou mais tarde, encontram uma solução — só a questão judaica é insolúvel. É o kisto irreductível [*sic*] no seio dos povos em evolução

Durante esse período, também ocorreu o Levante Comunista de 1935 que, segundo Areias (2010, p. 56), “marcou profundamente o processo histórico brasileiro. Após a tentativa de implementação de um regime comunista no Brasil, o anticomunismo aumentou consideravelmente”. Além disso, ele foi utilizado como uma das justificativas para favorecer o ambiente para o golpe que seria dado em 1937.

Sua utilização para este fim é evidenciada na divulgação do Plano Cohen no ano do golpe, supostamente criado pelo *Komintern* (Internacional Comunista) para desestabilizar o governo brasileiro e implantar uma revolução socialista. Seu nome tem origem judaica, logo “tal denominação fortalecia a assimilação entre judaísmo e comunismo” (AREIAS, 2010, p. 55).

A participação de indivíduos judeus em sua organização foi um marco no ideário antissemita do governo. Ele serviu como bode expiatório para fazer a ligação entre o bolchevismo e o judaísmo, favorecendo ainda mais a retórica da limitação da entrada desses indivíduos no país.

Esse evento em conjunto com a existência de entidades judaicas no Brasil conhecidas por ter um ideário progressista foram essenciais para a associação do judeu ao comunismo. Portanto, as retóricas contra os elementos bolchevistas e judeus, que previamente já eram veiculadas, foram unidas em um só indivíduo. Esse discurso começou a ser proferido tanto pelo integralismo quanto pela Igreja Católica, ambos apoiados por ideais nacionalistas.

Após o ocorrido, houve uma intensificação à opressão e perseguição contra grupos denominados como “subversivos”:

Tal hostilidade não se manifestou somente através da alocução, configurou-se também em medidas práticas. Ao movimento comunista de 1935 se sucederam as restrições à imigração judaica no Brasil, acarretou uma maior vigilância às intuições judaicas e ainda diversas prisões neste meio.

Depois do levante de 1935 a polícia realizou a prisão de muitos judeus acusados de participação no movimento ou relação com o comunismo. (AREIAS, 2010, p. 76)

Esses episódios de prisões, em sua maioria das vezes, resultaram na ida dos indivíduos para a delegacia e, posteriormente, eram liberados. Por si só tal *modus operandi* já se configurava como um método de perseguição e intimidação do Estado. Todavia, existiram episódios de expulsões de imigrantes judeus à Alemanha nazista, entregues diretamente a GESTAPO, polícia secreta da Alemanha Nazista, com a qual membros do governo de Vargas mantinham próxima colaboração à época (CARNEIRO, 1988, p.

¹⁶⁴ Latour foi encarregado de Negócios do Brasil em Varsóvia, e suas afirmações estão em seu estudo intitulado “A emigração israelita da Polônia para o Brasil.”

117). Entre os casos, é possível citar o de Olga Benário e de Genny Gleizer¹⁶⁵ (MORAIS, 1985, p. 188 *apud* CARNEIRO, 1988, p. 117).

Por fim, o Estado Novo, último período e que ocorreu entre 1937 e 1945, é o com maior número de circulares, ofícios e telegramas que evidenciam os estigmas antissemitas dos membros governamentais. Além dos citados anteriormente, de Latour (1936 *apud* CARNEIRO, 1988, p. 509) afirmando que a questão judaica é um problema insolúvel e de Aranha (1938 *apud* CARNEIRO, 1988, p. 522) classificando os judeus como avessos à agricultura e incapazes de se diluírem em uma sociedade, há também outro de autoria de Jorge Latour (1937 *apud* CARNEIRO, 1988, p. 512) dizendo que “[...] é testemunha das dificuldades [*sic*] de ordem racial, social, econômica e higienica [*sic*] que para a Polônia [*sic*] representa o elemento israelita”.

Uma informação importante a ter especial atenção é o fato de que toda essa documentação, à época, era classificada como sigilosa. Publicamente, não havia declarações governamentais abertamente antissemitas. Havia até mesmo a veiculação de matérias em jornais internacionais exaltando o Brasil como um país receptivo aos judeus. A articulação contra os eles era feita “por debaixo dos panos”.

Em consonância com o antissemitismo de tais documentos e a predisposição de embaixadores a não concederem vistos a indivíduos de origem judaica, surge a Circular nº 1127, que em seu item C oferecia respaldo a essas ações:

fica recusado visto no passaporte a toda pessoa de que se saiba, ou por declaração própria (folha de identidade), ou qualquer outro meio de informação seguro, que é de origem étnica semítica. No caso de haver apenas ‘suspeitas’, recomenda-se às autoridades ‘retardar a concessão do visto, até que, pelos meios de investigação eficientes...’ consigam esclarecer a dúvida e chegar a uma decisão final... (Circular Secreta nº 1127, 1937 *apud* CARNEIRO, 1988, p. 168)

Esta circular viria a afetar diretamente a imigração judaica no período em que vigorou — do início de junho de 1937 a setembro de 1938, após a emissão da Circular Secreta nº 1249 que a revogava —, como é possível observar ao analisar a imigração judaica para o Brasil ano a ano, presente na Tabela 2.1 do trabalho de Lesser (1995, p. 104). Seu caráter secreto propunha que a negativa dos vistos não deveria apontar o motivo e, ainda, fazia com que qualquer documento que mencionasse o assunto fosse também declarado como secreto.

Baseado nela, diversos documentos foram enviados pelas embaixadas para Oswaldo Aranha, Ministro das Relações Exteriores da época, relatando as recusas de vistos para entrada de judeus no país. Entre estes, há as circulares de Mário Moreira da Silva, Cônsul Geral do Brasil em Budapeste, de nº 36, 77, 96, 100, 114 e 142, referentes aos meses de março, maio, junho, julho, agosto e novembro de 1938 respectivamente, informando uma relação nominal dos vistos recusados por serem indivíduos de origem judaica. Outro exemplo é o ofício de Dulphe Pinheiro Machado, diretor geral do Departamento Nacional de Povoamento, solicitando o visto de Erna Bittermann “desde que não seja israelita” (1937 *apud* CARNEIRO, 1988, p. 516).

¹⁶⁵ Olga Benário foi uma militante comunista alemã de família judia. Foi esposa de Luís Carlos Prestes e atuou no Levante Comunista de 1935. Com a falha do levante, foi presa e deportada, grávida, para a Alemanha em 1936. Ela seria executada em um campo de concentração em 1942. Genny Gleizer foi uma judia romena que, aos 17 anos, foi mantida em cárcere por 4 meses e, posteriormente, deportada em outubro de 1935 (*Cf.* MORAIS, 1995).

Mesmo com a circular em vigor, ainda eram concedidos vistos aos judeus por parte de alguns consulados exteriores, o que gerou um ambiente de desconfiança e inconsistências nas decisões do Itamarati. Entre outros desencontros, ocorreram diversos casos de judeus impedidos de desembarcar dos navios que chegavam aos portos brasileiros, por tramitações burocráticas que independiam dos consulados, chegando a quase causar acidentes diplomáticos. É o caso de Theodore Bloch, um diplomata francês que foi impedido de desembarcar no Brasil, sendo necessária a intervenção da Embaixada da França, em conjunto com os ministérios das Relações Exteriores, de Estado do Trabalho, Indústria e Comércio e o Departamento Nacional de Povoamento (CARNEIRO, 1988, p. 175).

Alguns cônsules até mesmo fizeram reclamações, como é o caso de Cyro de Freitas Valle, da Embaixada Brasileira em Berlim, dizendo

Mais de um Cônsul, para não dizer que são todos, com exercício na Alemanha pediu minha atenção para o caso, bem como para a posição em que ficam quando negam visto e logo depois lhes aparece o mesmo [*sic*] indivíduo com uma autorização [*sic*] dessa Secretaria de Estado, a qual *contraria* frequentemente normas gerais indicadas aos cônsules. (VALLE, 1939 *apud* CARNEIRO, 1988, p. 533, grifo nosso)

Posteriormente, o governo começou a formular novos decretos e leis que fossem capazes de impedir ainda mais a entrada de imigrantes indesejados no país, entre eles os judeus. Após a instauração de uma comissão, em 1938, para o estudo e aplicação de leis necessárias para regular a migração, uma série de decretos foram estabelecidos com este propósito. Entre eles o Decreto nº 406, de 4 de maio de 1938, regulamentado pelo Decreto nº 3010, de 20 de agosto de 1938. Estes eram responsáveis por delimitar os imigrantes que eram considerados bons e desejáveis para o país e reafirmar as cotas de migração, delimitando inclusive que 80% destes deveriam ser agricultores, que poderiam ser remanejadas em caso de sobra, respeitando os ideais de bons migrantes. Além disso, foram estabelecidos uma série de adendos à Constituição de 1937 que delimitava a atuação comercial de estrangeiros no Brasil, afetando diretamente os judeus que atuavam nesta área. Desta forma, ainda que os Decretos e adendos à Constituição não dispusessem de uma discriminação nominalmente antissemita, suas proposições davam base legal para a perpetuação de políticas antissemitas, ainda que disfarçadas sob o prisma do nacionalismo.

A Circular Secreta nº 1261, de 14 de novembro de 1938, emitida por Oswaldo Aranha, visava atender a seus anseios de uma maior fiscalização e seleção dos imigrantes. Para ele, todas as medidas tomadas anteriormente ainda não eram suficientes para “intensificar as ‘boas’ correntes imigratórias” (CARNEIRO, 1988, p. 184). Outra circular, a de nº 1249, de setembro de 1938, revogava a circular 1127, estabelecendo novas normas para a entrada de judeus. Todavia, estas novas normas concediam apenas vistos temporários, sendo necessário uma segunda autorização do governo brasileiro caso o indivíduo desejasse permanecer no país. Ademais, “uma série de órgãos [foram] criados ou adaptados, montando-se uma verdadeira máquina administrativa com o objetivo de filtrar os ‘bons’ elementos” (CARNEIRO, 1988, p. 188).

Não obstante, ainda que já existisse um decreto-lei pronto e engavetado esperando para ser promulgado, que viria a controlar ainda mais a imigração judaica para o Brasil, este foi deixado de lado devido à eclosão da Segunda Guerra Mundial e a postura de neutralidade adotada por Getúlio Vargas, que almejava manter as relações comerciais com ambos os lados.

Ainda assim, outras circulares entraram em vigor no ano de 1940, entre elas as

- n.º 1323: - que proibia a concessão de visto temporário a estrangeiro de origem “semítica”;
- n.º 1328: - que mandava excetuar dessa medida os semitas franceses, ingleses, canadenses e americanos. A estes, “sem receio”, se poderia dar o visto temporário conforme a letra b da Circular n.º 1249;
- n.º 1498: - suspende concessão de vistos temporários e permanentes a israelitas e seus descendentes. (CARNEIRO, 1988, p. 208)

Por fim, há de se citar a idealização do esboço da Constituição de 1937 de Francisco Campos, que posteriormente se tornaria ministro da Justiça do Estado Novo. Essa nova constituição era baseada nos regimes autoritários europeus da Polônia, Alemanha, Itália, Portugal, Lituânia e Áustria. As influências não estavam apenas no “caráter coercitivo, mas todo o seu conteúdo social e institucional se baseia na possibilidade de limitar a noção de liberdade e a introduzir experiências fascistas.” (CARONE, 1976, p. 156)

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante a apresentação de trechos dos documentos secretos trocados entre membros do governo e o conjunto de decretos-leis promulgados durante todo o período da Era Vargas, buscou-se demonstrar como dentro do governo havia um claro discurso antissemita e como este era tolerado e, não raro, acatado e reafirmado. Não obstante, a presença de indivíduos que produziam publicamente um discurso eugenista em cargos de prestígio no governo também serviu como fundamentação para afirmar que havia um antissemitismo institucional estabelecido durante a Era Vargas, ainda que este fosse mantido fora do discurso público nominalmente.

Por fim, o estigma institucional presente no governo, também pautado na eugenia recorrente entre as décadas de 1930 e 1940, se mostra muito claro ao analisar os discursos propagados pelos indivíduos que compunham o Estado, como se fez presente em documentos como o de Oswaldo Aranha (1938 *apud* CARNEIRO, 1988, p. 522), que expressava suas opiniões sobre a indesejabilidade dos judeus como imigrantes no Brasil.

FONTES HISTÓRICAS

OFÍCIO de Mário Moreira da Silva, do Consulado Geral do Brasil em Budapeste, para Oswaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores, Budapeste, 1 abr. 1938. Disponível em: <https://travessias-arqshoah.com/archives/485>. Acesso em: 7 dez. 2022.

_____ de Mário Moreira da Silva, do Consulado Geral do Brasil em Budapeste, para Oswaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores, Budapeste, 20 jun. 1938. Disponível em: <https://travessias-arqshoah.com/archives/491>. Acesso em: 7 dez. 2022.

_____ de Mário Moreira da Silva, do Consulado Geral do Brasil em Budapeste, para Oswaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores, Budapeste, 20 jul. 1938. Disponível em: <https://travessias-arqshoah.com/archives/515>. Acesso em: 7 dez. 2022.

_____ de Mário Moreira da Silva, do Consulado Geral do Brasil em Budapeste, para Oswaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores, Budapeste, 12 ago. 1938. Disponível em: <https://travessias-arqshoah.com/archives/566>. Acesso em: 7 dez. 2022.

_____ de Mário Moreira da Silva, do Consulado Geral do Brasil em Budapeste, para Oswaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores, Budapeste, 10 set. 1938. Disponível em: <https://travessias-arqshoah.com/archives/574>. Acesso em: 7 dez. 2022.

_____ de Mário Moreira da Silva, do Consulado Geral do Brasil em Budapeste, para Oswaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores, Budapeste, 6 dez. 1938. Disponível em: <https://travessias-arqshoah.com/archives/592>. Acesso em: 7 dez. 2022.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AREIAS, Tatiana Gomes de Oliveira. *Antisemitismo e anticomunismo na Era Vargas*. 2010. 172 f. Dissertação (Mestrado em História Social do Território) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2010. Disponível em: <http://www.bdttd.uerj.br/handle/1/13535>. Acesso em: 1 ago. 2022.

BLAY, Eva Alterman. Judeus na Amazônia. In: SORJ, Bila (Org.). *Identidades judaicas no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 25-56. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/h9ypr/pdf/sorj-9788599662601.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2022.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Anti-Semitismo na Era Vargas (1930-1945)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

CARONE, Edgard. B) Sistema Jurídico-Político. In: _____. *O Estado Novo (1937-1945)*. Direção: Fernando Henrique Cardoso. Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL, 1976. p. 156-161.

FERNANDES, Maria. Religião e justiça entre os semitas. *Semanário Ecclesia*, v. 1447, p. 14-19, 2014.

LESSER, Jeffrey. *O Brasil e a questão judaica: imigração diplomacia e preconceito*. Tradução: Marisa Sanematsu. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1995.

MORAIS, Fernando. *Olga*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO JÚNIOR, Samuel. *O que é Nazismo*. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1986.

SARAIVA, Antônio José. *Inquisição e cristãos-novos*. 4. ed. Porto: Inova, 1969.

SORJ, Bernardo. Sociabilidade brasileira e identidade judaica. In: SORJ, Bila (Org.). *Identidades judaicas no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 3-24. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/h9ypr/pdf/sorj-9788599662601.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2022.

SORJ, Bila. “Normalizando” o povo judeu: a experiência da Jewish Colonization Association no Brasil”. In: SORJ, Bila (Org.). *Identidades judaicas no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 75-89. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/h9ypr/pdf/sorj-9788599662601.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2022.

VIEIRA, Fábio. Antunes. O antissemitismo em uma breve perspectiva histórica: de Roma ao nazismo. *Arquivo Maaravi: Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG*, Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p. 54–68, 2019. DOI: 10.17851/1982-3053.13.25.54-68. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/maaravi/article/view/23872>. Acesso em: 14 set. 2022

EXISTE VERDADE NA INTERPRETAÇÃO? UM MODELO DE CORREÇÃO DO DOMÍNIO INTERPRETATIVO A PARTIR DA OBRA DE JOSEPH RAZ

CAIO XAVIER¹⁶⁶

Resumo: Este artigo objetiva articular um critério de correção para proposições interpretativas sobre determinado objeto a partir de fundamentos da obra de Joseph Raz sobre teoria da interpretação e filosofia moral. Parte-se de uma situação-problema em que diversos indivíduos contendem sobre a melhor interpretação de um quadro surrealista. Em sequência, são expostas premissas centrais do pensamento raziano e apresentado o modelo de parâmetros para avaliação das interpretações, pautado em um nível mínimo de correspondência com o objeto interpretado e um grau de fomento do valor almejado com aquela modalidade de atividade interpretativa. Ao final, aplica-se o referido modelo para dirimir, fundamentadamente, a contenda descrita inicialmente.

Palavras-chave: Interpretação; Verdade; Joseph Raz; Epistemologia; Filosofia Analítica

1. INTRODUÇÃO

Em uma das diversas galerias do Museu de Arte Moderna de Nova York, quatro amigos contemplam o intrigante quadro *A Persistência da Memória* do pintor espanhol Salvador Dalí. Após alguns minutos de observação, um deles propõe: “*esses relógios e figuras distorcidas contrastam com a imponente beleza dos penhascos ao fundo do quadro, ensinando-nos que as construções humanas são incomparáveis com a perfeição da natureza*”.

Estimulados pela tentativa do colega, cada membro do grupo resolve fornecer sua perspectiva do sentido da obra. O segundo retruca: “*Não sei se a arte serve para falar sobre temas tão genéricos, senão para nos ensinar os bons costumes e a correta maneira de se portar. Daí que as referências ao tempo e os tons melancólicos indicam uma visão negativa da velhice e, conseqüentemente, uma crítica a uma sociedade excessivamente tradicional e hierarquizada em favor dos mais idosos*”. Um tanto irritado com as ponderações dos colegas, o terceiro visitante se pronuncia: “*O verdadeiro sentido do quadro é a expressão da noção subjetiva e avassaladora do tempo e a relevância do inconsciente humano, aqui tratado sob a forma do sonho, para a compreensão da realidade. Podemos ver isso a partir dos relógios disfuncionais em contato com insetos, símbolo da podridão da natureza, e com o rosto humano dormindo*”. Por fim, o último integrante coloca de forma mais despretensiosa: “*Concordo com a ênfase no tempo, de uma*

¹⁶⁶ Graduado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP) (2018-2022), sendo contemplado com o Prêmio Melhor Aluno da turma de ingresso. Mestrando em Direito Civil na FDUSP, com ingresso em 2024. Assistente Jurídico da Seção de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. À época do envio do artigo, o autor ainda não tinha ingressado no mestrado. E-mail: caioxaraujo@gmail.com

perspectiva negativa e nostálgica, até porque as cores azul e laranja que marcam o fundo da pintura sempre me pareceram profundamente deprimentes”.

Mais do que julgar o conteúdo específico das posições descritas, a questão filosoficamente relevante é desenvolver um método racional para adjudicar a controvérsia entre os colegas, isto é, perquirir sobre a possibilidade e os limites da distinção entre boas e más interpretações sobre um objeto. A relevância da atividade interpretativa justifica o interesse em investigar as exatas propriedades de tal processo. Afinal, essa atividade está essencialmente conectada a importantes segmentos da vida humana, notadamente a extração de regras jurídicas ou religiosas a partir de textos canônicos e a própria compreensão das obras de arte. Ademais, os elementos típicos do domínio interpretativo vêm sendo empregados de forma ainda mais ampla por importantes pensadores da chamada filosofia hermenêutica¹⁶⁷, para fins de determinação do modo de compreensão da História, de todas as criações intelectuais ou mesmo da ontologia da existência humana (PALMER, 1969).

Neste artigo, pretendo expor um modelo operacional de critérios de correção de interpretações, inspirado na obra de Joseph Raz¹⁶⁸. O corpo do texto foi subdividido em três subtítulos: inicialmente, abordarei algumas premissas do pensamento raziano sobre a objetividade epistemológica, o fenômeno interpretativo e a ontologia dos valores. Em seguida, articularei o modelo ora proposto. Por fim, retornarei à situação-problema inicial e ilustrarei uma aplicação do modelo em questão.

2. ALGUMAS PREMISSAS

Para entender e julgar o método de adjudicação de proposições interpretativas em exame, faz-se necessário explicitar pressuposições constantes da obra de Raz.

Como ponto de partida, devem ser expostos ligeiros conceitos sobre a chamada *objetividade discursiva* (MARMOR, 2001, p. 119), isto é, a possibilidade lógica de categorização de uma proposição como verdadeira ou falsa. Na linha da tradição analítica¹⁶⁹ a que pertence Raz, o conceito de verdade é concebido de forma minimalista (WHRIGHT, 1992, p. 25 e 53). Isso significa que se admite a variação entre os elementos exigíveis das proposições com base no domínio do discurso em questão, refletindo-se as diferentes propriedades estruturais de cada campo do pensamento.

Visando a sistematizar de forma mais precisa a noção de verdade de um domínio, Raz (RAZ, 1999, p. 123-127) distingue entre proposições *corretas/erradas* e *relevantes/irrelevantes*. Uma proposição correta satisfaz o critério de verdade do domínio enquanto uma proposição relevante é idônea para justificar o preenchimento ou não dos requisitos previstos no critério de verdade. Em suma, as proposições corretas devem ser adequadamente fundamentadas por proposições relevantes.

¹⁶⁷ Destacam-se as contribuições filosóficas de Martin Heidegger e Hans-Georg Gadamer: cf. PALMER, 1969, cap. 9-12.

¹⁶⁸ Joseph Raz foi um filósofo israelense e professor de Oxford, com obras majoritariamente ligadas à ética e à teoria do Direito, tendo dedicado diversos artigos ao problema da interpretação, posteriormente compilados em *Between Authority and Interpretation* (2009).

¹⁶⁹ A escola da filosofia analítica originou-se com as obras de Bertrand Russel no início do século XX e pauta-se no emprego de instrumentos conceituais da Lógica formal e da filosofia da linguagem. Sobre a tradição analítica na filosofia em geral: cf. HONDERICH, 2005, p. 30-32. Acerca da influência dessa corrente de pensamento na filosofia do Direito: cf. POSTEMA, 2011, cap. 1 e 7.

Em sequência, convém oferecer uma noção geral da compreensão do filósofo israelense sobre o fenômeno interpretativo. Para o autor, a interpretação é a atividade intelectual voltada a obter proposições cuja correção é avaliada segundo “*sua capacidade de fazer as pessoas entenderem o sentido de seu objeto*” (RAZ, 2009, p. 226). O resultado de uma boa interpretação, então, é não só a clareza quanto ao conteúdo correspondente ao sentido da coisa interpretada, mas também a compreensão dos motivos pelos quais aquele sentido pode ser adequadamente atribuído ao objeto.

Depreende-se desse conceito de interpretação que o domínio interpretativo do discurso deve ser considerado plenamente inteligível para o ser humano, por força de suas faculdades racionais, ou seja, não pode se fundamentar, em última instância, em conexões puramente arbitrárias ou contingentes. Esse ponto merece maior aprofundamento. A noção de inteligibilidade plena do domínio foi mais bem abordada por Raz em seu tratamento do domínio valorativo (RAZ, 2003; RAZ, 2004), na medida em que a capacidade de reagir aos valores (morais ou não) é concebida pelo autor como uma aptidão inata do ser humano. Segue-se que as proposições sobre valores sempre podem ser submetidas a questionamentos sucessivos significativos sobre as justificações de seus conteúdos. Isso contrasta com campos em que se admite o acaso como proposição relevante, a exemplo da enunciação de determinadas leis fundamentais da natureza ou da ocorrência de acidentes e coincidências.

No caso da esfera interpretativa, a inteligibilidade decorre da relação de dependência entre os sentidos passíveis de serem atribuídos aos objetos e a estrutura valorativa na qual nos inserimos. Com efeito, a relevância da compreensão de sentidos é a satisfação de nossos interesses ou o enriquecimento de nossas perspectivas sobre os bens axiologicamente valiosos. De nada serviria decifrar alguma mensagem oculta em determinada obra de arte ou texto sem a expectativa de, com o sentido revelado, obter alguma espécie de ganho normativo. Por isso, na perspectiva de Raz, as práticas sociais relativas à atividade interpretativa contêm uma *pressuposição* de que há algum valor a ser fomentado ou descoberto por meio do entendimento do sentido dos objetos passíveis de interpretação. Donde, como juízos valorativos integram o conjunto de proposições relevantes do domínio interpretativo, a inteligibilidade daqueles transfere-se a esse.

Em razão dessa exigência de inteligibilidade em conexão com o fomento de valores, a interpretação difere das simples convenções de sentido, largamente presentes na fixação de símbolos científicos e, ainda que de forma diversa, do significado lexical das palavras. Tais convenções retiram sua validade majoritariamente do ato de vontade da comunidade relevante quanto à estipulação da associação entre o objeto e seu sentido, sendo insuscetíveis de ulterior questionamento sobre o acerto da escolha realizada (STAVROPOULOS, 1996, p. 3-5).

Esclarecida a proximidade entre os domínios interpretativo e valorativo, cumpre, por fim, sintetizar algumas noções razianas sobre a natureza dos valores. Nessa esfera, o pensador evidencia sua filiação à tradição intelectual que, apropriando-se das premissas da fase tardia de Wittgenstein, remete o conteúdo de boa parte dos conceitos a uma prática estabelecida no meio social, na qual assume crucial relevância a forma como os praticantes agem e se entendem (MACEDO JUNIOR, 2013, p. 126-127). Se inicialmente essa abordagem “hermenêutica” foi empregada por Raz para examinar o conceito de Direito (NEIVA, 2017, p. 179 e ss.), ela passa a ser um elemento-chave para a compreensão da normatividade prática na teoria raziana.

Conforme a denominada *tese da dependência social*, o filósofo defende que, salvo casos anômalos, todos os valores devem sua existência ou, ao menos, sua inteligibilidade a práticas sociais que os

sustentam (RAZ, 2003, p. 19). Sob essa perspectiva, os valores logicamente prioritários não são as acepções genéricas de Justiça ou Beleza, mas as concretizações específicas de tais ideias abstratas que impactam diretamente nossas vidas, denominadas de *valores culturais*. Trata-se dos modos únicos de relacionamentos pessoais, carreiras, formas de entretenimento, costumes sociais ou religiosos, atitudes reconhecidas como virtuosas, enfim, standards criados por práticas culturais nas quais o sujeito já se encontra imerso. Convém destacar que a existência de uma prática social não garante que o valor esposado seja efetivamente positivo, o que implicaria uma crença na força normativa intrínseca de convenções comunitárias. A prática social serve apenas para articular e criar um valor cultural, sendo sua normatividade dependente das relações entre este conceito cultural e os valores abstratos mais gerais, o que permanece sempre sujeito à disputa e revisões conceituais.

Ainda que os conceitos valorativos também tenham seu conteúdo fixado por práticas sociais vigentes, o domínio normativo possui duas características que dificultam a realização de juízos avaliativos: a vagueza das práticas sociais e o pluralismo ontológico, que enseja hipóteses de igualdade e incomensurabilidade entre valores.

Quanto à primeira, os conceitos valorativos deduzidos de práticas sociais são *densos*, ou seja, contêm uma grande quantidade de conexões implícitas entre diversas circunstâncias relevantes para sua aplicação. Isso significa que, mesmo que partilhemos de determinada prática social valorativa, não seremos capazes de elencar exaustivamente as razões de correção de uma proposição normativa, dada a complexidade e opacidade desses critérios. Nas palavras do próprio Raz: “*Sua riqueza [do conhecimento prático] excede nosso poder de articulação*” (RAZ, 2003, p. 48). Há, assim, uma *subdeterminação* das práticas sociais valorativas, o que gera a possibilidade de desacordos significativos entre os praticantes quanto a esses espaços e a necessidade de argumentação substantiva, sempre com referência ao conteúdo da prática em questão.

De outra parte, Raz propugna como atributo fundamental do domínio valorativo o *pluralismo*, ou seja, a existência de múltiplos e incompatíveis modos de vida que expressam valores de igual importância e origem diversa (RAZ, 1994, p. 118). Afasta-se, então, uma hierarquia fundamental entre tipos de valores, que se traduziria em uma ordem prioritária na comparação de situações práticas. Reconhece-se, por conseguinte, a possibilidade de “empates” na comparação prática entre situações que enfatizam bens normativos diversos.

Como consequência do pluralismo, o filósofo elabora sobre a relação de incomensurabilidade entre o valor de objetos ou opções concretas de ação, ou seja, a hipótese em que “*não é verdadeiro nem que um é melhor que o outro nem que ambos são de igual valor*” (RAZ, 1986, p. 332). Essa situação advém da impossibilidade de traduzir a métrica normativa de uma opção em termos da métrica da outra, gerando uma diferença qualitativa insuperável entre os objetos em comparação (STEINER in MEYER, 2003, p. 126). Uma primeira fonte de incomensurabilidade é a subdeterminação dos conceitos valorativos, já abordada em relação ao caráter denso das práticas sociais que os esposam.

Tal impossibilidade de adjudicação entre alternativas normativas também se notabiliza entre os *bens de valor misto*, que são a forma mais comum de valor cultural. Essa modalidade de valor particulariza-se por exigir uma combinação de determinadas qualidades na proporção correta para que a excelência única de um gênero determinado seja manifestada (RAZ 1999, p. 191). É o exemplo do romance policial americano, que previa certo padrão de enredo instigante e surpreendente, senso de humor e personagens cativantes, dentre outros. Em relação às virtudes esposadas pelo gênero, há, de um

lado, a possibilidade de a própria prática social já fornecer elementos para o estabelecimento de uma prioridade entre as qualidades ou uma proporção específica entre elas para o atingimento da “harmonia” do bem de valor misto. A incomensurabilidade ocorre, por outro lado, quando há controvérsia sobre a contribuição relativa dos diferentes atributos para a força normativa do valor misto e os objetos comparados se superam em elementos distintos dentre aqueles chancelados pelo gênero. Seria o caso, ilustrativamente para o gênero do romance policial, de uma obra possuir uma prosa mais envolvente e personagem carismático, mas o desfecho do segundo ser arrematador.

3. UM MODELO RAZIANO

O modelo em questão é composto por dois critérios de natureza distinta. O primeiro pode ser denominado *correspondência*, isto é, o fato de a interpretação estar lastreada em “*características do objeto*” interpretado (RAZ, 2009, p. 321). A razão para tal exigência decorre da própria função da atividade interpretativa: se o resultado esperado da interpretação é a extração do sentido a partir de algum objeto, então o processo intelectual para obtenção dessa mensagem deve perpassar pela interação com os dados informativos desse mesmo objeto. Nos termos da terminologia raziana, as proposições relevantes do domínio interpretativo têm de fundar-se em aspectos do objeto, ao menos em alguma medida. Em outras palavras, o intérprete não pode simplesmente ignorar o que lhe é dado pela coisa interpretada e simplesmente elucubrar livremente sobre o conteúdo de seu sentido.

Um primeiro problema da aplicação desse critério coloca-se na seguinte questão: quais atributos do objeto interpretado são dotados de sentido e como se distinguem daqueles elementos puramente fortuitos e irrelevantes? Essa resposta é fornecida pelas chamadas *convenções interpretativas*, ou seja, práticas sociais estabelecidas acerca de determinada modalidade de interpretação que indicam as características do objeto que devem ser articuladas no raciocínio interpretativo (RAZ, 2009, p. 307-309). Tais convenções também sugerem relações mais ou menos rígidas de sentido, cuja arbitrariedade se assemelha à do sentido lexical das palavras, a exemplo das associações simbólicas, em algumas tradições artísticas, entre a cor empregada na obra e determinadas virtudes.

Em segundo lugar, esse critério opera segundo o modelo de tudo ou nada: ou a interpretação é suficientemente respaldada no objeto e a aferição de seu potencial elucidativo do sentido deve ser remetida a outro parâmetro ou a proposição em questão deve ser considerada uma não-interpretação por não se coadunar com nosso conceito dessa atividade. Como se pressupõe que o objeto contém algum valor oculto em seus atributos, a maior correspondência tenderá a resultar em uma interpretação mais rica. Porém, a quantidade numérica de referências às características da coisa não incrementam de forma diretamente proporcional o sucesso da interpretação, bastando que se atinja um nível mínimo de correspondência, holisticamente aferido. É certo, por outro lado, que o limiar entre interpretação e não-interpretação por insuficiência de correspondência é submetido à vagueza inerente às práticas sociais pertinentes a essa atividade, podendo ser indeterminado em dado caso concreto (RAZ, 2009, p. 257).

De outra parte, a interpretação deve ser avaliada a partir do grau com que o sentido obtido maximiza o valor específico que se pressupôs encontrar no objeto, para que ele fosse digno de ser interpretado. O emprego de um parâmetro valorativo específico como referência comum para a correção de juízos interpretativos é produto do esforço raziano de conciliar dois aspectos aparentemente

contraditórios de nosso conceito de interpretação. São eles a possibilidade de considerar uma interpretação boa ou ruim e, em contrapartida, a existência de múltiplas boas interpretações sobre o mesmo objeto (RAZ, 2009, p. 226-228). De acordo com Raz, a solução para essa tensão aparente é reconhecer que há uma *pluralidade* de razões práticas para encontrar sentido em um objeto digno de ser interpretado, que se reconduzem exatamente à relação entre o valor evidenciado, o sentido encontrado no objeto e os interesses humanos ligados à prática social de interpretação daquele objeto (RAZ, 2009, p. 231).

Dentre as proposições que atingiram um patamar suficiente de correspondência, a melhor interpretação será, então, a que instancia de forma mais plena ou perfeita o valor esperado para aquele objeto, em um certo contexto e prática social interpretativa. Nas palavras de Raz, a interpretação “*elucida o que é importante sobre o objeto e contempla [accounts for] – na medida em que isso é possível – quaisquer razões existentes para prestar atenção no objeto*” enquanto objeto daquele gênero inserido em determinada prática social (RAZ, 2009, p. 259). É interessante mencionar que a remissão da correção da interpretação a um juízo normativo sobre o fomento de um valor pré-estipulado constitui similaridade de Raz com outros pensadores da mesma tradição filosófica, com quem ele guarda significativas divergências em outras searas (DWORKIN, 1986; MOORE, 1981).

Embora o recurso a um exame valorativo de cada interpretação possa parecer demasiada redução da objetividade do modelo, consegue-se obter algum nível de determinação por meio da uniformização sobre *qual* valor deve ser objetivado para cada espécie de interpretação. De acordo com Raz, o caso central de objeto interpretado são bens culturais, o que implica que o intérprete deve estar familiarizado com a prática social correspondente para ter acesso ao valor passível de ser elucidado pela interpretação (RAZ, 2009, p. 305-306). Nesse ponto, é fundamental ressaltar que somente àqueles inseridos em determinada prática social se coloca a questão do compartilhamento de padrões valorativos para a realização de juízos sobre a interpretação, não havendo pretensões de universalidade irrestrita. Ocorre que, devido à densidade desses conceitos valorativos referida na seção anterior, a determinação das razões para interpretar o objeto e conseqüente valor relevante para a interpretação está sujeita à subdeterminação social e depende de um esforço de compreensão da própria prática social.

Nesse sentido, a partir das noções razianas de interpretação como maximização de um valor pressuposto no objeto e da natureza das práticas sociais que determinam esse valor, proponho que a identificação do bem normativo relevante para cada modalidade de interpretação ocorre em um processo bifásico. As práticas sociais sobre a interpretação de um objeto fixam um valor de conteúdo com alto grau de generalidade (que denomino valor-síntese¹⁷⁰), que, por sua vez, deve ser concretizado por uma compreensão específica desse valor, vigente na prática social, em uma razão para interpretar. Importa ressaltar que essa atividade de concretização do valor relevante por meio de uma análise da prática social é efetivamente realizada por Raz em sua discussão de modalidades específicas de interpretações. Isso ocorre com a interpretação do Direito, quanto à relação entre legitimidade moral enquanto valor-síntese e sua concretização a partir de, fundamentalmente, autoridade e continuidade

¹⁷⁰ Cumpro esclarecer que esse conceito de valor-síntese não é diretamente retirado da obra de Raz, mas, além de estar implícito em suas discussões sobre tipos de interpretação, considero uma elaboração útil de sua concepção de práticas sociais, sua densidade e vagueza, refletindo a tensão entre fixidez e flexibilidade dos valores culturais. Como os objetos interpretados são bens de valor misto (enquanto valores culturais de normatividade intrínseca), o valor-síntese é uma noção, ainda ampla e insuscetível de aplicação concreta, do padrão de excelência atribuído ao gênero pela prática social correspondente, cuja concretização é a razão para interpretar.

(RAZ, 2009, p. 232-235) e da arte, como será brevemente delineado na seção seguinte, apontando-se a reflexão sobre interesses humanos como valor-síntese.

Mesmo na seara mais lassa do valor-síntese, forma-se um padrão normativo comum a partir do qual os proponentes de interpretações divergentes deverão justificar suas posições. Abrem-se, em sequência, duas alternativas argumentativas aos intérpretes. Pode-se questionar a razão para interpretar adotada pelo adversário, colocando-a como internamente incoerente ou uma reconstrução do valor-síntese incompatível com as práticas sociais. O juízo de se determinada razão para interpretar é adequada para concretizar as práticas interpretativas sobre determinado objeto (ou, no sentido inverso, se um objeto pode ser socialmente avaliado à luz de certo padrão de excelência) está, naturalmente, submetido à vagueza decorrente da densidade de tais práticas. Por outro lado, convergindo quanto à razão para interpretar, resta sustentar que sua interpretação é uma aplicação mais perfeita desse conteúdo valorativo na situação específica. Destaca-se que, dada a necessidade de raciocínio normativo substantivo no exame do grau de fomento do(s) valor(es) (já pré-estipulado pela razão para interpretar) pela interpretação, abundam as hipóteses de incomensurabilidade já destacadas.

E na hipótese em que os intérpretes sugerem razões para interpretar diversas, ambas adequadamente consistentes e compatíveis com a prática social em tela? Na perspectiva raziana, penso que se está diante de uma hipótese de incomensurabilidade normativa, pois a mesma prática social admite critérios de excelência diversos, tal como o exemplo de Raz sobre padrões de beleza nas sociedades ocidentais (RAZ, 1999, p. 215). Nada impede, portanto, que a mesma multiplicidade de critérios admitidos ocorra em práticas sociais *interpretativas*, de modo que duas interpretações diferentes poderão ser incomensuravelmente boas, desde que realcem com ênfase similar as diferentes virtudes atribuídas ao sentido do objeto interpretado. Observe-se que reconhecer a incomensurabilidade entre as diversas interpretações não é uma falha epistemológica do juízo, mas, ao contrário, é a correta percepção de uma propriedade ontológica do domínio normativo (RAZ, 1986, p. 327). Como tal, deve ser considerada uma análise tão bem-sucedida quanto a declaração da superioridade de uma interpretação sobre outra.

Em suma, o critério de correção das proposições interpretativas é o fomento, pelo sentido elucidado, de forma normativamente superior do valor pressuposto no objeto interpretado de acordo com as práticas sociais interpretativas, desde que o sentido seja adequadamente fundado em elementos do objeto em patamar mínimo de correspondência.

4. RETORNANDO AO PROBLEMA INICIAL

À luz do modelo raziano de avaliação da correção das proposições interpretativas, é hora de retornar ao problema inicial para examinar as propostas dos intérpretes do quadro de Dalí.

Começamos pelo crivo da correspondência mínima com a obra artística por meio da análise das relações de fundamentação que os contendores estabelecem entre os atributos do quadro e suas conclusões sobre o sentido da pintura. É verdade que todos articularam explicitamente tais associações, mencionando, por exemplo, relógios, figuras distorcidas e penhascos e tonalidades melancólicas. Porém isso não é o suficiente para a satisfação desse subcritério; faz-se necessário que a argumentação exposta seja compatível com as convenções interpretativas socialmente vigentes a respeito das pinturas e da arte em geral.

Sob a ótica de nossas convenções interpretativas sobre a arte, considero que a interpretação do quarto colega se afasta excessivamente do conteúdo das práticas sociais. Embora tivesse concordado parcialmente com o sentido exposto pelo terceiro observador (reflexão sobre o problema do tempo de uma perspectiva subjetiva), sua proposição relevante consiste simplesmente na afirmação de que as cores laranja e azul evocam em si sentimentos deprimentes. Essa ligação simbólica cor-sentimento não parece estar disseminada no meio social a ponto de servir de argumento no domínio interpretativo. Por conseguinte, à míngua de outras proposições relevantes, sua interpretação não encontra respaldo suficiente nas características do objeto, sempre à luz de uma concepção das práticas sociais interpretativas.

Em sequência, devem-se submeter os sentidos propostos pelos demais amigos, adequadamente correspondentes com o quadro, ao exame valorativo para comparar os graus de sucesso de cada interpretação. No primeiro nível do processo bifásico de identificação do parâmetro normativo da interpretação, o valor-síntese da interpretação artística pode ser concebido como a reflexão sobre temas profundos da existência humana à luz da cultura em que a obra se insere (RAZ, 2009, p. 246-247). Note-se que mesmo uma noção tão abrangente já situa um campo próprio para a interpretação da arte, excluindo, por exemplo, o parâmetro da Justiça (ou legitimidade moral), que se observa na interpretação das fontes do Direito. A partir dessa ideia orientadora, cada intérprete deve esforçar-se por estabelecer um núcleo mais preciso do valor-síntese conforme as práticas sociais vigentes, para que o sentido obtido com a interpretação possa fomentá-lo, a razão para interpretar.

Nesse contexto, é interessante ponderar a argumentação do segundo membro do grupo, que expressamente propõe como razão para interpretar a arte o aprendizado sobre os “bons costumes”. É certo que um valor-síntese pode admitir diversas concretizações suportadas pelas práticas sociais, contudo deve haver um grau razoável de compatibilidade entre estas e a formulação pressuposta pelo intérprete. Daí porque a métrica empregada pelo segundo indivíduo escapa excessivamente da compreensão da sociedade contemporânea sobre a função e as virtudes da arte, que são muito mais afeitas ao senso crítico e à transgressão que a uma noção meramente conformadora com os costumes preestabelecidos. Justifica-se, assim, o juízo de incorreção para a segunda interpretação fornecida acima.

Resta a comparação entre o primeiro e o terceiro intérpretes de nossa situação-problema. Ambos parecem conceber a elaboração sobre a profundidade humana própria da arte como a retratação simbólica de proposições metafísicas, respectivamente sobre as relações entre cultura e natureza ou o tempo e a forma humana de apreensão do mundo. É sempre relevante acentuar como havia outras alternativas (sem entrar no mérito de sua adequação quanto à obra do pintor espanhol) para os valores a serem pressupostos na obra de arte, tais como estabelecer formas esteticamente aprazíveis ou tornar palpáveis emoções e sentimentos notadamente pessoais.

Passados os crivos da correspondência com o objeto interpretado e da adequação social da razão para interpretar, recorre-se à argumentação valorativa substantiva para determinar qual sentido é uma expressão mais rica do parâmetro normativo eleito pelo intérprete (reflexão metafísica). Observo que não é incompatível com o pensamento raziano admitir a possibilidade de superioridade valorativa de uma interpretação sobre outra diante da mesma razão para interpretar. Ao contrário, a circunstância de que há gradação entre as interpretações boas é abordada como central para nosso conceito de interpretação (RAZ, 2009, p. 301).

Todavia, uma nota característica das teses razianas, que o diferencia de outros jusfilósofos que se

debruçaram sobre a interpretação, como Ronald Dworkin, é a importância conferida à incomensurabilidade, enquanto casos de perda de objetividade próprios do domínio valorativo. Inclusive, em comentário sobre a relação direta entre a qualidade da interpretação e seu potencial de expor o valor pressuposto no objeto (ou, em seus termos, “*o que é mais importante*”), Raz afirma textualmente que um dos equívocos centrais de Dworkin é ignorar “outros fatores” que obstam a premissa de que há “normalmente” uma única interpretação correta (RAZ, 2009, p. 257-258, nota 16). Entendo que esses outros fatores tratam exatamente das situações de incomensurabilidade relevantes para a argumentação normativa (além de aspectos sobre a inovação na interpretação, que não podem ser discutidos neste artigo).

Exemplificativamente, buscarei deliberar entre as propostas do primeiro e terceiro colegas enquanto tentativas de fomento da reflexão metafísica apenas para apresentação do modelo proposto, dispensando uma investigação mais profunda de se há incomensurabilidade ou efetiva superioridade normativa entre elas. Uma conclusão possível seria a crítica da premissa do primeiro sobre a relação entre a distorção/fidedignidade dos objetos pintados na obra e a maior beleza ou até enaltecimento atribuídos às coisas. Realmente, a noção de que o artisticamente virtuoso é aquilo que reproduz mais perfeitamente a realidade perdeu grande força com as transformações no imaginário social propiciadas pelos movimentos vanguardistas do século XX. Consequentemente, determinar o sentido de *A Persistência da Memória* como mera reafirmação dessa concepção ultrapassada empobrece, a meu ver, as diversas possibilidades interpretativas da obra, especialmente para a sociedade atual.

Em síntese, avaliando-se a correspondência com o objeto interpretado, a coerência e compatibilidade com as práticas sociais da razão para interpretar e força normativa do sentido proposto em relação ao parâmetro objetivado, pode-se defender que a interpretação do terceiro manifestante é a mais adequada para a compreensão da obra de arte em questão, ressalvada a questão da possível incomensurabilidade com a proposta do primeiro amigo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi contribuir para a obtenção de maior objetividade e racionalidade argumentativa no domínio interpretativo. Para tanto, apropriei-me de conceitos de um dos mais consagrados pensadores da filosofia do Direito contemporânea para articular um conjunto ordenado de critérios e parâmetros para distinguir as boas e as más interpretações (além das não-interpretações) e, em alguma medida, adjudicar entre boas propostas. Em seguida, por meio da elaboração de um caso-problema sobre a interpretação de um quadro surrealista, foi possível ilustrar as etapas de aplicação do modelo aduzido.

Em síntese, a interpretação deve satisfazer duas exigências. A uma, ela deve conter um nível mínimo de fundamentação nas características do objeto interpretado, selecionadas e concebidas à luz das convenções interpretativas vigentes. Em sequência, o sentido obtido tem de concretizar ou expressar de forma mais plena um valor, que justifica a relevância axiológica de cada espécie de interpretação. A escolha desse valor deve pautar-se nas práticas sociais acerca do objeto interpretado, impondo ao intérprete que formule uma versão coerente e sustentável do conteúdo normativo denso esposado pela prática social.

Identifiquei três principais estratégias argumentativas para a contestação da correção de uma

interpretação. A uma, pode-se negar a existência de relações suficientes entre as características do objeto interpretado e o sentido proposto pelo sujeito ou a compatibilidade dessas relações com as convenções interpretativas estabelecidas. Nesse caso, haverá um problema de correspondência entre a proposição interpretativa, relegando-a do domínio interpretativo para juízo valorativo puro sobre determinado tema. De outra parte, a razão para interpretar postulada pelo agente pode ser reputada internamente inconsistente ou incompatível com as práticas sociais de determinada comunidade ou o valor-síntese que elas chancelam. Por derradeiro, avalia-se o grau de satisfação do parâmetro valorativo almejado obtido pelo sentido proposto, com o emprego de raciocínio prático substantivo para comparar diversas interpretações à luz do mesmo valor. Em todas essas etapas, embora com maior ênfase na última, intervêm os problemas característicos da incomensurabilidade normativa e da vagueza conceitual, gerados notadamente pela subdeterminação de práticas sociais e pelas lacunas das práticas sociais em relação aos *standards* de bens de valor misto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DWORKIN, Ronald. *Law's Empire*, New York: Harvard University Press, 1986 HONDERICH, Ted (ed.). *The Oxford Companion to Philosophy*, Oxford: Oxford University Press, 2005

MACEDO JUNIOR, Ronaldo Porto. *Do Xadrez à Cortesia: Dworkin e a teoria do direito contemporânea*, São Paulo: Saraiva, 2013

MARMOR, Andrei. *Positive Law and Objective Values*, New York: Oxford University Press, 2001

MEYER, Lukas et al (org.). *Rights, Culture, and the Law: themes from the Legal and Political Philosophy of Joseph Raz*, Oxford: Oxford University Press, 2003

MOORE, Michael. "Semantics of Judging", in *Southern California Law Review*, 54, 1981, pp.151-294

NEIVA, Horácio. *Introdução Crítica ao Positivismo Jurídico Exclusivo: a teoria do Direito de Joseph Raz*, Salvador: JusPodivm, 2017

PALMER, Richard. *Hermeneutics*, Evanston: Northwestern University Press, 1969

POSTEMA, Gerald. *Legal Philosophy in the Twentieth Century: The Common Law World*, New York: Springer, 2011 (A Treatise of Legal Philosophy and General Jurisprudence, v.11)

RAZ, Joseph. *The Morality of Freedom*, New York: Oxford University Press, 1986

_____. *Ethics in the Public Domain*, New York: Oxford University Press, 1994

_____. *Engaging Reason*, New York: Oxford University Press, 1999

_____. *Practice of Value*, New York: Oxford University Press, 2003

_____. *Value, Respect and Attachment*, New York: Oxford University Press, 2004

_____. *Between Authority and Interpretation*, New York: Oxford University Press, 2009

STAVROPOULOS, Nico. *Objectivity in Law*, New York: Oxford University Press, 1996

WHRIGHT, Crispin. *Truth and Objectivity*, New York: Harvard University Press, 19

DO ATOMISMO AO PRIMORDIALISMO: DIFERENÇAS E APROXIMAÇÕES ENTRE EPICURO E LUCRÉCIO

CEZAR PRADO¹⁷¹

« dans la pulvérulence dansante de la poussière à travers un rayon oblique du soleil, dans le tourbillon qui soulève le gravier, l'individu voit et constate ce qu'il est »¹⁷²

Gilbert Simondon

Resumo: Este ensaio pretende estabelecer relações de diferença e de proximidade entre Epicuro e Lucrecio, tendo em vista o problema existente na leitura tradicional que reduz o pensamento lucreciano a uma mera tradução ao latim do pensamento de Epicuro. Se tanto Epicuro quanto Lucrecio chegam a praticamente os mesmos resultados no âmbito da física, como pretendo mostrar, o primeiro trata estes resultados com uma sobriedade austera (porém, não ascética), enquanto o segundo com uma volúpia mística de caráter venusiano. Essa inflexão mística de Lucrecio terá como uma de suas consequências – parcialmente definida – a elaboração de uma ética também distinta daquela de Epicuro, como veremos na terceira parte deste ensaio, assim dividido em três momentos: física, mística e ética.

Palavra-chave: Átomos; Primórdios; Clinamen; Natureza; Prazeres

1. INTRODUÇÃO

A originalidade de um autor frequentemente define a qualidade de sua obra. Mas podemos perguntar: o que é a originalidade?, o que é um autor?, o que é uma obra? Não parece viável definir a originalidade como criação *ex nihilo* de qualquer coisa, pois toda criação – sobretudo no plano filosófico – parte de um lugar que se estende ao infinito no espaço e no tempo. Eu tomo a originalidade, aqui, como *um novo conjunto de relações produzido a partir daquilo que já existe*, sem nada eliminar nem absolutamente criar a partir do próprio nada. Quanto ao autor e à obra, são dois elementos nos quais é possível indicar numerosos problemas de “unidade” aos quais inevitavelmente se referem (FOUCAULT, 1994, pp. 789-821). Como definir a originalidade de Epicuro se várias construções teóricas do seu pensamento se encontram já dispostas na filosofia de Leucipo e de Demócrito? Ou ainda, com maior dificuldade, como definir a originalidade de Lucrecio, quando este exalta Epicuro como “um deus entre os homens” e em cuja obra encontramos tantos pressupostos da filosofia epicuriana? O que é, aliás, a obra de

¹⁷¹ Graduado em Filosofia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e mestrando em Filosofia pela mesma universidade. À época do envio do artigo, o autor ainda não tinha ingressado no mestrado. E-mail: cezarpradom@gmail.com.

¹⁷² “Na pulverulência dançante através de um raio oblíquo do sol, no turbilhão que levanta o cascalho, o indivíduo vê e constata aquilo que ele é”.

alguém como Epicuro, cujos vestígios escritos se encontram apenas em Diógenes Laércio, nos textos de seu detrator Cícero, além de algumas outras fontes suspeitas? O que me proponho analisar, aqui, não é uma ou duas figuras apenas *históricas* como também *textuais*; não é Epicuro tal como efetivamente viveu e discursou, quanto um pedaço assaz material e mais ou menos coeso que nos sobrou através de diversos textos, o mesmo sendo válido para Lucrécio e sua relação com aquele que considerava a “glória da gente grega”.

Sabe-se que o pensamento atomista, no qual geralmente situamos Epicuro e Lucrécio, teve seu desenvolvimento primeiro em pensadores como Leucipo e Demócrito, com diferenças que vale a pena mencionar de passagem entre este último e Epicuro¹⁷³. Enquanto Demócrito sustentava um movimento puramente mecânico entre os átomos, seja devido à sua queda retilínea, seja pela repulsão em ricochete, Epicuro adiciona um movimento de declinação [*παρέγκλισις*] dos átomos para escapar à doutrina da necessidade existente em Demócrito, adição esta que é atestada por Cícero (1914, I, 6: 17-19), contemporâneo imediato de Lucrécio, e por Diógenes de Enoanda¹⁷⁴. Além disso, os átomos de Demócrito possuem como qualidades forma, posição e ordem, consideradas sempre – como assinala um importante intérprete de Epicuro – “quanto à formação das diferenças no mundo fenomênico, não quanto ao próprio átomo”, enquanto Epicuro atribui como qualidades atômicas tamanho, forma e peso, que “constituem diferenças próprias do átomo em si”, não relativas a outros átomos (MARX, 2018, pp. 86-89). Durante muito tempo, essas elaborações do pensamento antigo sobre os átomos permanecerão sem grandes modificações, sendo retomadas sobretudo no final do século XIX e início do século XX com os modelos de Dalton (da bola de bilhar), de Thomson (descobridor dos elétrons), de Rutherford (com a demonstração da divisibilidade atômica em partículas menores), de Bohr (com a introdução das camadas de elétrons ao redor do núcleo) e, finalmente, da física quântica (em que os elétrons formam uma espécie de nuvem tridimensional ao redor do núcleo, sem uma posição definida precisamente).

Minha intenção neste ensaio, porém, não é a compreensão do que seja o átomo hoje em sua elaboração mais sofisticada, da sua “linha evolutiva” que resultaria em um saber mais exato e, portanto, melhor que os saberes antigos. Na verdade, não interessa tanto o que é o átomo hoje quanto a relação entre a sua compreensão e o modo de vida a ela associada. Se a própria filosofia é modernamente compreendida como uma atividade teórica pela qual o filósofo cria um sistema original de pensamento – prescindindo de qualquer escola filosófica – de onde ele extrai consequências morais e uma escolha de vida, na antiguidade grega e romana essa separação entre filosofia e modo de vida, ao menos desde Sócrates, era simplesmente inexistente (HADOT, 1995, pp. 17-19)¹⁷⁵. É curioso, aliás, perceber que a filosofia epicurista, junto àquela defendida pelos estoicos, constituía já para os primeiros cristãos uma ameaça pagã na medida mesma em que implicava não somente um olhar teórico sobre o mundo, mas um

¹⁷³ A existência de Leucipo é negada por Epicuro, segundo a narrativa de Diógenes Laércio (DL, X, 13), mas é atestada por Aristóteles em sua *Física* (213a-213b). Ressalto a diferença entre Demócrito e Epicuro em razão das maiores fontes textuais entre ambos.

¹⁷⁴ Este termo *παρέγκλισις* [*paréngklisis*] encontra-se nos fragmentos deixados por Diógenes de Enoanda (séc. II d.C.) relativos a Epicuro, nos quais verificamos também a atribuição a este último do “livre movimento nos átomos” que não existia na filosofia de Demócrito (DOTTO, 2019, p. 246).

¹⁷⁵ Conferir demais comentários (em sentido divergente) sobre esta proposição de Pierre Hadot, acerca da filosofia antiga como modo de vida (e.g. Michael Chase, 2022).

modo de existência que não hesitava em denunciar a “tagarelice” de quem trazia a “boa nova” sobre a Ressurreição e sobre um Deus único, criador de todas as coisas:

“Enquanto esperava Silas e Timóteo, em Atenas, Paulo ficou revoltado ao ver aquela cidade entregue à idolatria. Por isso, discutia na sinagoga com os judeus e com os que adoravam Deus. E todos os dias discutia em praça pública com os que lá se encontravam. Também alguns filósofos epicureus e estoicos começaram a conversar com ele. Alguns diziam: ‘Que estará querendo dizer esse tagarela?’ Outros diziam: ‘Parece ser um pregador de divindades estrangeiras’. Isso porque Paulo, no anúncio, falava de ‘Jesus’ e de ‘Ressurreição’” (BÍBLIA, Ato dos Apóstolos, 17: 16-18).

Não terei espaço para tratar, neste ensaio, do atomismo presente em Leucipo e em Demócrito com maiores detalhes, assim como os modos de vida implicados em suas elaborações teóricas. Minha pretensão é se debruçar na relação, por si mesma bastante complexa, entre a filosofia de Epicuro e aquela de Lucrecio, tendo em vista a tradicional associação deste último ao primeiro como se fosse sua cópia latina em versos. Trata-se, portanto, de analisar as relações entre um pensador e outro sem negligenciar, por um lado, as efetivas proximidades que se estabelecem de modo mais ou menos evidente, sem recorrer a separações teóricas forçadas que chegam a atribuir a um pensador coisas que nele não se sustentam (como ocorre amiúde no caso de Epicuro por aqueles que tentam distanciá-lo de Lucrecio)¹⁷⁶ e, por outro lado, as diferenças marcantes que não tocam somente o aspecto formal – que já é por si mesmo muito significativo –, mas também aquilo que chamo de “aspecto místico” como ponto de inflexão de um modo de pensar ao outro¹⁷⁷. Se tanto Epicuro quanto Lucrecio chegam a praticamente os mesmos resultados no âmbito da física, como pretendo mostrar adiante, o primeiro trata estes resultados com uma sobriedade austera (e, porém, não ascética), enquanto o segundo com uma volúpia mística de caráter venusiano. Essa inflexão mística de Lucrecio terá como uma de suas consequências – parcialmente definida – a elaboração de uma ética também distinta daquela de Epicuro, como veremos na terceira parte deste ensaio, assim dividido em três momentos: física, mística e ética.

PARTE 1 – FÍSICA

Do funcionamento geral de natura

Algumas questões terminológicas, em primeiro lugar, se fazem importantes para a compreensão das relações entre Epicuro e Lucrecio. Eu destaco duas, em especial: (1) a diferença entre “átomos” e

¹⁷⁶ Thomas Nail, por exemplo, atribui a Epicuro – para destacá-lo de Lucrecio – um ascetismo que nele não se confirma, além de afirmar que para o filósofo grego o maior bem é ter “nenhuma dor e nenhum prazer” [*no pain and no pleasure*] (NAIL, 2020, pp. 3-4). Apesar de contribuir em muitos aspectos para a interpretação do texto lucreciano, Nail força uma leitura equivocada em dois sentidos: (1) pelo fato de Epicuro defender a sobriedade ao invés do ascetismo e (2) pelo fato de o prazer ser buscado como o bem maior em oposição à dor. Conferir, sobre estes dois temas, o excelente comentário de Maria Cecília Gomes dos Reis e a “Carta a Meneceu” (§§ 128-132), onde Epicuro positiviza o prazer como “o princípio e o fim e de uma vida bem-aventurada” (EPICURO, 2020, pp. 38-39, 87-89).

¹⁷⁷ Entenda-se a palavra “mística” em sentido positivo: tanto como algo associado à produção mitológica quanto algo ligado aos saberes que simplesmente ultrapassam o âmbito físico-científico, fazendo parte de um âmbito “espiritual”, “poético” ou “musical”. Isso não elimina, de modo algum, o rigor intencionado por Lucrecio às suas elaborações teóricas.

“primórdios”, e (2) a diferença entre “declinação” e “clinamen” – termos respectivamente utilizados pelo filósofo grego e pelo poeta romano. Pode-se dizer que, em termos físicos, estes dois pares de palavras não se distinguem de modo radical entre os dois pensadores. Tanto os átomos [ἄτομοι] quanto os primórdios [*primordia*] são (i) partículas indivisíveis, (ii) não percebidos imediatamente pelos sentidos, (iii) constituintes de todos os corpos da natureza, (iv) infinitos em número e (v) dotados de movimentos de desvio espontâneo. Este último caso se refere à correspondência existente entre a declinação [παρέγκλισις] epicuriana e o clinamen [*clinamen*] lucreciano, ambos sendo estes movimentos espontâneos de desvio dos átomos/primórdios em relação à sua queda no vazio, atestado em Epicuro através das inscrições de Diógenes de Enoanda e dos escritos de Cícero, assim como em Lucrecio através do seu próprio poema *De rerum natura*¹⁷⁸. Alguém poderia, no entanto, perguntar por que Lucrecio não utiliza o termo latino “*atomus*” (que verte perfeitamente o grego) ao invés do termo “*primordia*” que aparece em seu texto. A hipótese que me parece mais plausível, entre outras possíveis, é a de que este segundo termo enfatiza melhor tanto o caráter elementar destas pequenas partículas na constituição de natura quanto a possibilidade de compreender cada primórdio como *constituído por partes* ao invés de completamente “atômico”, apesar de indivisível ou de sua “eterna simplicidade”¹⁷⁹. Nesse sentido, teríamos a passagem de um *atomismo* epicuriano a um *primordialismo* mais sofisticado em seus termos introduzido por Lucrecio, passagem atestada nos seguintes versos do poema:

São, dessa forma, os primórdios de sólida simplicidade,
que consistem de mínimas partes, densas, unidas,
não condensadas pela união ou concílio das partes
mas, de outro lado, potentes, de eterna simplicidade,
donde nada nem se dissolve, nem diminui-se,
como concede a natura, conservando as sementes (DRN, I, 604-614).

Ainda no tocante ao problema terminológico, encontramos ocorrências impressionantes – ou nem tanto, levando em conta certa tradição interpretativa – de equívocos atributivos por parte de importantes comentadores de Lucrecio, como Marx e Deleuze: ambos atribuem uma *lex atomi* [lei dos átomos] ao pensamento lucreciano sem que esta expressão esteja em qualquer lugar de seu poema (MARX, 2018, p. 74; DELEUZE, 1961, pp. 22-23); e, mesmo lá onde encontramos traduzidas as palavras “leis da natura” (DRN, I, 586), trata-se em realidade de “pactos de natura” [*foedera naturai*], o que elimina qualquer caráter absolutamente definido em termos dinâmicos para o funcionamento da natureza para além daqueles, definidos explicitamente por Lucrecio, nos níveis mais elementares dos primórdios (e.g. dos seus movimentos de queda, declinação e repulsão).

Há de se reconhecer que todas essas questões de aproximação e distanciamento entre Epicuro e Lucrecio se fazem às custas de fragmentos e relatos de outros filósofos antigos sobre um e outro, principalmente sobre Epicuro, i.e. de textos a partir dos quais a análise rigorosa deve destacar o que é mais e o que é menos provável. A hipótese que desejo sustentar neste ensaio é a de que o domínio da física considerada em si mesma, separada da mística, é o lugar em que Epicuro e Lucrecio se coadunam teoricamente de modo excepcional, razão pela qual Marx afirma com muito bom senso que Lucrecio foi

¹⁷⁸ LUCRÉCIO, Tito. *Sobre a natureza das coisas*, livro II, 216-293. Tradução, notas e paratextos de Rodrigo Tadeu Gonçalves. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. Doravante “DRN” seguido de livro e versos.

¹⁷⁹ É o que Marco Antônio Valentim chamará, em seu instigante ensaio intitulado *Res occultas: Lucrecio e o invisível*, de “complexidade primordial” (VALENTIM, 2022, pp. 68-70).

“o único de todos os antigos que compreendeu a física epicurista” (MARX, 2018, p. 74). É certamente difícil apontar com precisão os limites da física e da mística, sobretudo quando tratamos do texto lucreciano, no qual Vênus atravessa todos os corpos tendo caráter ao mesmo tempo generativo e catastrófico, ao lado de outras potências como Marte e Cíbele. No entanto, podemos destacar entre estes dois filósofos certas relações de aproximação que não passam, necessariamente, pela figuração mitológico-mística. Enumero a seguir seis elementos que exemplificam essa hipótese.

(1) *A constituição da natureza por corpos e vazio ao infinito*. Na famosa “Carta a Heródoto” (EPICURO, 2020, §§ 39-42), Epicuro declara que o todo é composto de corpos e vazio, este último sendo necessário para o movimento dos primeiros no espaço. Além disso, nada mais existe; nada é abarcado pelo pensamento além de corpos e vazio que, na natureza ilimitada, existem em quantidade infinita. Lucrecio diz o mesmo em *De rerum natura* (I, 419-48), atribuindo aos corpos agência e passividade, enquanto ao vazio (ou inane) é atribuída a qualidade de abrigar os corpos, ambos necessários – matéria e vazio – para que até o mesmo “a chama do amor pela bela Helena de Troia / no coração de Alexandre se insinuasse, / acendendo os claros certames da guerra selvagem” (DRN, I, 473-5); e, assim como em Epicuro, matéria e vazio são considerados infinitos, o que pode ser constatado pela trajetória sempre retilínea de uma flecha que pode, por um lado, ser obstada por outro corpo ou, de outro modo, continuar seu movimento infinitamente no espaço (DRN, I, 951-1051). Não existe uma terceira natureza que seja integrada a estes dois aspectos de natura, sendo importante enfatizar que o vazio, embora não tenha qualquer corporalidade, se apresenta como condição necessária para qualquer corpo e quaisquer movimentos da matéria.

(2) *O movimento dos átomos/primórdios*. Epicuro atribui três tipos de movimento aos átomos: (i) um movimento de queda devido ao seu peso, (ii) um movimento de declinação espontânea e (iii) um movimento de repulsão devido ao choque entre os átomos (EPICURO, 2020, §§ 61-2; CÍCERO, 1914, I, 6: 17-9). O primeiro destes movimentos é interpretado tendo em vista a infinitude do espaço, de modo que “alto” e “baixo” sempre existirão relativamente a quem os observa, não havendo um movimento dirigido ao “fundo” do universo, mas ao próprio vazio para onde tende – por declinação ou repulsão – o peso do átomo em si mesmo considerado. O segundo movimento, por sua vez, não se encontra descrito em quaisquer dos textos do próprio Epicuro que nos sobraram, estes mesmos sendo transcritos por Diógenes Laércio em seu *Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres*; porém, trata-se de um movimento atômico atribuído a ele por seu rival teórico Cícero (contemporâneo de Lucrecio, no séc. I a.C.) e nas inscrições do epicurista Diógenes de Enoanda (séc. II d.C.). O terceiro movimento é o de choque entre os átomos, cuja elaboração remonta à filosofia de Demócrito, sobre a qual Epicuro se debruçou e retirou diversos de seus princípios teóricos (LAÉRCIO, 2008, X, 2-4; CÍCERO, 1967, I, 26: 17). No caso de Lucrecio, temos igualmente os três movimentos, segundo termos muito próximos àqueles de Epicuro: em sua queda no vazio, os corpos primeiros “se deslocam um pouco no espaço”, segundo desvios tão mínimos – sem os quais a natureza nada criaria – que sequer percebemos a olho nu; o desvio dos corpos não ocorre, portanto, somente devido a esta queda “direto pra baixo no inane”, mas também a uma propriedade inata aos primórdios que os faz desviar espontaneamente no espaço, criando a partir de si movimentos de repulsão (DRN, I, 459-61).

(3) *Os simulacros*. Encontramos em Epicuro, novamente em sua “Carta a Heródoto” (onde pululam os temas da física), a ideia de que as coisas emanam de si pequenos corpúsculos chamados de “simulacros” [εἰδωλα], entendidos enquanto moldes corpóreos e de grande sutileza que percorrem

“qualquer percurso imaginável em um tempo inconcebível”, pois apenas a resistência de outros corpos é que impede a máxima velocidade a ser percorrida no vazio. Todas as coisas que vemos emanam de si suas imagens através desses pequeninos corpúsculos, conservando o arranjo dos sólidos que apenas produzem, sem esgotar sua própria constituição, como que um duplo de si mesmos (EPICURO, 2020, §§ 46-7). Também em Lucrecio ocorre uma exposição sobre os simulacros [*simulacra*], apresentados como “membranas a se descolarem da superfície das coisas”, feitas de matéria muito sutil e voando por todos os lados, nos atingindo em vigília e mesmo no sono (DRN, IV, 26-109). Marx ressalta do texto epicuriano – o que poderia valer igualmente para Lucrecio – o fato de que *o tempo é criado pela percepção sensível* refletida em si mesma, os simulacros sendo um meio pelo qual isso ocorre; em outras palavras, a criação do próprio tempo se daria através dessa reflexão motora da natureza que, “no ouvir, ela ouve a si mesma, no cheirar, ela cheira a si mesma, no ver, ela vê a si mesma” (MARX, 2018, pp. 104-8); as palavras de Lucrecio são, na verdade, bastante explícitas sobre essa questão, pois fazem depender o tempo do movimento das coisas: “Não existe o tempo em si mesmo: das coisas em si vem / a sensação, tudo aquilo que foi contemplado, / o que ainda acontece, e, depois, aquilo que segue” (DRN, I, 459-61).

(4) *A natureza da alma*. A existência da alma não é um tema excluído das filosofias de Epicuro e de Lucrecio. No primeiro caso, ela é concebida como “um corpo composto de partes sutis”, assemelhando-se a um sopro, misturando-se a certo calor e ainda com um terceiro elemento (não nomeado por Epicuro) de “sutileza extrema” que está, por isso mesmo, em maior conexão com o agregado que os outros dois. Deste modo, a alma [*ψυχή*] se dissemina por todo o agregado corporal, sendo – devido ao seu movimento – a “causa preponderante da sensação”, não sendo possível ao agregado sentir qualquer coisa sem ela, ao mesmo tempo em que ela mesma depende do agregado para criar sensação. Sem a alma, o agregado nada sente; e, sem o agregado, a alma se dispersa e já não tem capacidade para a sensação (EPICURO, 2020, §§ 63-8). Lucrecio se aproxima bastante de Epicuro em sua definição da alma, fazendo dela algo material e sutil, além de meio pelo qual são possíveis as sensações do corpo. Porém, ele se destaca da análise epicuriana em dois pontos principais: (i) Lucrecio resgata a distinção grega entre *psykhé* [*ψυχή*] e *nous* [*νοῦς*], não existente em Epicuro, atribuindo à primeira (traduzida por “*anima*” no latim e “*alma*” ou “*ânima*” no português) a qualidade de estar presente em todos os membros do corpo dando-lhe sensação, enquanto o segundo (traduzido por “*animus*” no latim e “*espírito*” ou “*intelecto*” no português) constituiria apenas uma parte do homem e estaria ligado aos pensamentos e às emoções. E (ii) Lucrecio adiciona, aos três elementos constituintes da alma apresentados por Epicuro (sopro/vento, calor e o terceiro elemento não nomeado), ainda um quarto que seria o ar, como o mais dependente em relação aos demais para o seu próprio movimento, segundo uma efetiva ordem de dependência que se iniciaria nesta natureza não nomeada, passando pelo calor e depois pelo sopro/vento até chegar no ar (DRN, III, 94-416).

(5) *Os corpos celestes e a infinidade dos mundos*. Se toda a natureza é composta de corpos e vazio ao infinito (como descrito no primeiro ponto acima), e se os átomos/primórdios são finitos em forma (caso contrário seu tamanho também seria infinito e, conseqüentemente, se tornariam visíveis, o que nem Epicuro e nem Lucrecio admitem), o mundo tal como existe aqui possivelmente se repete em outros lugares do universo e, mais importante que isso, ele se diferencia nestes outros lugares de infinitas maneiras, tal como retratado – creio que Epicuro e Lucrecio se regozijariam com essa ideia – no maravilhoso filme de Daniel Kwan e Daniel Scheinert¹⁸⁰. Sabemos que Epicuro, aliás, defendia uma

180

KANN, Daniel & SCHEINERT, Daniel. *Everything, everywhere, all at once*. Filme de 2022.

multiplicidade de explicações possíveis para o funcionamento dos fenômenos celestes, desde que se dispusessem em acordo com a percepção sensível e em proveito da tranquilidade [*ἀταραξία*] da alma (EPICURO, 2020, §§ 85-7). Tais explicações, contidas em grande parte em sua “Carta a Pítocles”, são encontradas igualmente em *De rerum natura*, havendo também nesta última obra a defesa de múltiplas explicações possíveis para os mesmos fenômenos apresentados à sensibilidade (DRN, V, 509-770; VI, 96-534). Nesse sentido, tanto Epicuro quanto Lucrecio defendem que a lua pode ter luz por si mesma ou tê-la devido à luz solar, ambas as explicações sendo coerentes com a sensibilidade e perfeitamente possíveis (EPICURO, 2020, § 95; DRN, V, 705-16).

(6) *A impossibilidade cósmica do nada*. Este sexto elemento de aproximação entre Lucrecio e Epicuro se encontra também intimamente ligado ao primeiro ponto exposto mais acima. Não podemos confundir o “vazio” com o “nada”, pois no primeiro caso temos aquilo mesmo que possibilita o movimento dos corpos cedendo-lhe espaço, enquanto no segundo efetivamente nada temos: o todo é e sempre será, apenas transformando-se e jamais vertendo-se em nada (Epicuro, § 39), pois se algo pudesse do nada surgir, de súbito apareceriam diversas coisas que só podem aparecer em tempo e local bem definidos:

E se vemos que o trigo em tempo estival se propaga, e
rosas na primavera, e a vinha no outono agradável,
isso se dá porque em tempo certo as sementes das coisas
vêm confluir, vêm a ser o que quer que seja criado,
nas estações adequadas, e traz a vívida terra
em segurança os tenros produtos às orlas da luz?
Pois se de nada viessem, de súbito apareceriam
em incerto espaço e em partes alheias do ano,
já que não haveria impedimento aos primórdios
de em geração criativa nascerem em tempos errados.
Nem haveria necessidade de tempo às sementes
para o seu crescimento, se viessem do nada (DRN, I, 174-85).

Todos estes seis elementos fazem insuspeita a relação íntima entre as filosofias de Epicuro e de Lucrecio. Entretanto, existe um ponto de inflexão na obra lucreciana que fará do seu primordialismo algo significativamente distinto da atomística epicuriana, a saber, seu caráter místico e venusiano, bem como as formas poéticas que visam, conjuntamente, encantar o leitor e lançá-lo ao desconhecido.

PARTE 2 – MÍSTICA

Da utilização dos mitos e referência aos deuses

A posição dos deuses ou potências divinas, tanto em Epicuro quanto em Lucrecio, ocupa um lugar de certo modo ambíguo: os deuses não têm sua existência negada por estes filósofos, mas ela não é tampouco descrita nos termos da religião tradicional – grega e romana – na qual os deuses intervêm em relações particulares entre seres humanos, produzem os fenômenos naturais em várias partes do mundo e participam do sofrimento sobre a alma de cada homem após a sua morte. Daí convém falar talvez, no caso da *mitologia materialista* de Epicuro e Lucrecio, mais em “potência” divina que de deuses marcados por

traços antropológicos¹⁸¹. Não há que se temer a morte, por exemplo, levando em conta essas características demasiado humanas que são atribuídas aos deuses, pois a alma – como vimos no ponto 4 da parte anterior – é também material, constituída de minúsculos corpos que se dispersam de seu agregado sem manter unidade ao infinito nem a sensibilidade que dela depende e de onde vêm todas as dores. Os deuses não se preocupam com a alma dos homens, mas antes vivem despreocupados em lugares longínquos, em estado de tranquilidade suprema sem nada lhes faltar daquilo que é humano (EPICURO, 2020, §§ 123-4, 139.1, 143.14; DRN, I, 44-9; V, 146-55).

Há de se reconhecer, porém, uma utilização muito mais recorrente dos mitos e referências aos deuses por parte de Lucrecio que de Epicuro, donde vislumbramos uma declinação mística para além da estrutura teórica epicuriana, para além do Jardim epicuriano. Perguntamos, então, por que Lucrecio utiliza todo um aparato mitológico, aliado às formas poéticas do hexâmetro, que não encontramos na filosofia do seu mestre. Qual seria, mais precisamente, as vantagens de uma filosofia venusiana sobre um esquema teórico totalmente ou quase isento dessas figuras místicas? Ora, o desconhecido e o inefável possuem, paradoxalmente, tanto poder explicativo quanto aquilo que se conhece. Em outras palavras, recorreremos ao desconhecido através de nomes e como que pelas suas bordas para melhor apreendê-lo, sendo daí possível afirmar a grande utilidade de um “método psicodélico” (exemplificado na imagem da taça de absinto em cujas bordas o médico coloca um docíssimo mel que vai primeiro tocar os lábios da criança, primeiro enganada para ser então curada) para o encantamento daquele que visa conhecer a natureza das coisas¹⁸². Portanto, se Epicuro visa a todo custo afastar o mito que gera temor e torna inviável a tranquilidade da alma, Lucrecio recorre ao mito para traduzir este elemento inefável que não apenas constitui nossa alma (DRN, III, 94-416), como também atravessa os diversos processos de natureza à nossa total revelia, no “imenso profundo” onde nada mais existe que corpos e vazio (DRN, I, 419-20, 957).

Nos livros II e V de *De rerum natura*, nosso poeta dedica todo um desenvolvimento para falar da terra como Deusa Mãe, pois é dela que surgiria toda a vida. No início, diz Lucrecio, a terra foi coberta com ervas e folhagens, campos e prados; depois surgiram as aves, de seus ovos; depois, os animais nasciam de úteros que se enraizavam na própria terra, esta última dando às crianças “sustento, o calor, vestimenta, a / erva, uma cama macia, forrada em penugem abundante”, embora não houvesse rigoroso frio, nem calor, nem ventos fortes nessa infância do mundo. E tal como uma mulher em idade avançada – continua Lucrecio –, a terra deixou de parir os animais (incluindo os humanos), deixando eles se reproduzirem por conta própria, segundo as constantes mudanças de natureza onde “nada fica igual a si mesmo”, tudo sendo

¹⁸¹ Entendo que o termo “materialista” é de utilização moderna (sobretudo hegeliana e marxista, quando se trata da interpretação de Epicuro) e, portanto, não pode ser simplesmente transposta à filosofia antiga. Portanto, faço uso do termo em sentido mais amplo, designando o caráter imanente desta filosofia, assim como sua preocupação com o problema dos corpos, i.e. da matéria. Talvez fosse mais apropriado falar, nesse sentido, em uma filosofia “sensualista”, “naturalista”, “corporalista” ou, simplesmente, uma filosofia “atasmista” (cf. CONCHE, 1967). Quanto aos termos “mitologia” e “mística”, certamente não designa a incorporação dos mitos em seu aspecto tradicional antigo, mas um aspecto ao mesmo tempo poético (ligado à produção em forma poética) e mitológico/místico (ligado a figuras e poderes divinos) da obra lucreciana.

¹⁸² DRN, I, 935-42. Enquanto leitor de Lucrecio, Simondon propõe um procedimento muito semelhante para abordar aquilo que chama de “natureza”, definida como a *realidade pré-individual* que existe como primeira fase do ser, permanecendo ligada ao indivíduo na segunda fase do ser (em que existe indivíduo e meio, o primeiro já individuado e o segundo constituindo um potencial energético indefinido e, portanto, ainda desconhecido). É esta natureza, este *ἀπειρον* (entendido ao modo dos pré-socráticos), que permite uma segunda individuação em direção à terceira fase do ser, aquela do coletivo (SIMONDON, 2005, p. 297).

constrangido à transformação. Assim, a terra tentava criar diversos tipos de monstros, “nascidos com faces e membros estranhos, / tal como o andrógino, meio caminho entre um sexo e o outro, / corpos em parte sem pés ou roubados das mãos, ao contrário, / mudos por falta de boca, cegos por falta de olhos”, mas isso não deu certo, pois não conseguiam sobreviver evitando os males do mundo, ao passo que a “natura impedia o seu crescimento” (DRN, II, 581-660; V, 772-924). Vemos claramente como o poema lucreciano sustenta, neste trecho valioso, grande parte da teoria darwiniana que surgirá apenas no século XIX, apesar de Lucrecio negar a ideia de que as espécies derivam de outras, antes surgindo deste momento primitivo da terra que os criara. Não é por acaso que Simondon chega a definir a natureza lucreciana, além de antiteológica, como fundamentalmente telúrica (SIMONDON, 2005, pp. 403-4).

Aquela que mais se destaca em termos místicos no interior de *De rerum natura*, porém, é deusa Vênus com suas diversas características que evocam a todo momento uma natureza movente e dinâmica, ao mesmo tempo generativa e catastrófica, como que corroborando passo a passo cada elemento da física lucreciana. É importante observar que as primeiras palavras do poema – “Mãe dos enéades, ó volúpia dos homens e deuses” – relaciona Vênus ao nome de Eneias (o patriarca dos Enéades), cuja derivação remonta ao adjetivo grego *ainos* [αἰνός] e seu sentido de “inefável”, “inaudito”, “*unspeakable*” (NAIL, 2018, pp. 22-3). Trata-se de Vênus associada ao aspecto desconhecido de natura, como via mística e explicativa daquilo que não se pode totalmente apreender. Através de sua imagem tal como apresentada na *Teogonia* e sua representação antiga entre os romanos, vemos o nascimento de Vênus possibilitado pela curvatura de uma foice sobre o falo retilíneo de Urano, quando este caía estendendo-se sobre Gaia (HESÍODO, 2007, v. 176-8), enquanto a foice de Cronos declina essa queda para produzir a bela deusa; vemos também a ligação imediata de Vênus com o fluxo movente das águas, na medida em que nasce em “undoso mar” a partir da espuma que saía do membro cortado de Urano (HESÍODO, 2007, v. 188-92), aparecendo sobre uma concha de vieira, com suas curvas criadas por fluxos e dobras cristalizados, exprimindo novamente a ideia de curvatura/declinação que estará tão fortemente presente na noção lucreciana de clinamen.

Ao longo do poema, são diversas as menções que encontramos a Vênus, das quais eu destaco três em especial: (1) Vênus como deusa nutriz que governa a natureza das coisas e conduz o poeta em sua escrita, podendo lhe atribuir “charme imortal” utilizado para o encantamento de Mêmio e dos demais leitores (DRN, I, 21-30); (2) Vênus como potência ligada simultaneamente à sensibilidade e ao prazer, ou seja, àquilo que possibilita todo conhecimento e àquilo que, no nível ético, constitui uma razão para conhecer (DRN, II, 434-41; IV, 478-9, 1052-7); e (3) Vênus com seus laços que envolvem os amantes através da volúpia, tanto pela sede insaciável, pelas decepções e pela perseguição dos simulacros de outrem sobre aquele que ama, quanto pela junção mais primitiva dos corpos, pelo mútuo desejo e pela força violenta dos braços (DRN, IV, 1058-1191; V, 962-5). Vênus está em toda parte assim como o desejo, o que não deve significar a existência de uma necessidade imperativa que regeria o cosmos eliminando qualquer liberdade, sustentada “pelo exíguo cliname dos próprios princípios” que constituem a alma (DRN, II, 289-93); pois apesar de Vênus entrelaçar os corpos fazendo alguns destes se estender em sua rede dali dificilmente saindo, operando uma espécie de escravidão de si por si mesmos (em que falta a precaução [*vigilare sit ante*]), não é impossível escapar destes laços, “a não ser que a ti mesmo obstáculo sejas” (DRN, IV, 1144-50).

Percebemos todos esses temas da mística lucreciana rumando a um domínio ético para além do domínio físico, sem que todos eles estejam absolutamente distanciados entre si. É no domínio ético, me parece, que esse ponto de inflexão místico operado por Lucrecio aponta para contornos da maior

importância, em que a volúpia assume um lugar privilegiado, sempre ao lado da poética, em detrimento da austeridade quase tanatológica presente nos escritos de Epicuro e em certas ramificações do epicurismo.

PARTE 3 – ÉTICA

Da austeridade que devém volúpia

Vimos anteriormente como a religião constitui objeto de crítica tanto de Epicuro quanto de Lucrecio, na medida em que incita o medo nos homens de diversas maneiras, seja porque os deuses viriam a interferir nos processos naturais em favor de alguns sobre outros, seja porque participariam na punição das almas após a morte do corpo. Na antiguidade greco-romana – assim como no cristianismo que imediatamente o sucede – não era incomum pensar a morte em termos de dor e lamento, como constatamos em Homero quando dá voz a Aquiles agora habitante do submundo: “Não tentes reconciliar-me com a morte, ó glorioso Ulisses. / Eu preferiria estar na terra, como servo de outro, / até de homem sem terra e sem grande sustento, do que reinar aqui sobre todos os mortos” (HOMERO, *Odisseia*, Canto XI, v. 488-491). Epicuro teria sido, aliás, o primeiro [*primus*] – segundo Lucrecio – a descrever a situação real dos deuses e a se levantar corajosamente contra a religião que oprimia a humanidade, submetendo-a com os pés e definindo “qual a razão pra que todas as coisas / tenham finito poder e bem fincada fronteira” (DRN, I, 62-79). Diga-se de passagem que Lucrecio enfatiza por três vezes, no mesmo trecho, essa qualidade de “primeiro” atribuída a Epicuro, não remetendo sua filosofia àquela de Demócrito e tampouco à de Leucipo, este último não sendo citado uma só vez em todo o poema e tendo, como já dito, sua própria existência negada por Epicuro.

Uma aproximação também ocorre entre estes dois filósofos – Epicuro e Lucrecio – no que toca o tema dos prazeres. Todo prazer é valorizado como algo natural para o qual tendem os corpos, sendo possível obtê-lo com coisas simples, sem necessidade de recorrer, portanto, ao luxo das riquezas e aos constantes festins (EPICURO, 2020, §§ 130-2; DRN, II, 20-47). No entanto, chegamos a uma distinção de valor entre a qualidade dos prazeres epicurianos e lucrecianos, pois em Epicuro encontramos a consideração sobre a existência de um prazer catastemático superior aos prazeres cinéticos, para o qual estes tendem como uma espécie de finalidade (EPICURO, 2020, p. 38). Essa distinção epicuriana aparece brevemente através do texto de Diógenes Laércio, tida como existente em várias obras de Epicuro e explicada nos seguintes termos: “A tranquilidade perfeita e a ausência completa de sofrimento são prazeres estáticos; a alegria e o deleite são prazeres em movimento enquanto vistos em sua atividade” (EPICURO *apud* LAÉRCIO, 2008, X, 136). Não é possível dizer – como parece fazer de má-fé Thomas Nail atribuindo tais posições a Epicuro, para distingui-lo de Lucrecio – que existe matéria em repouso e que devemos “evitar todos os prazeres cinéticos” (NAIL, 2020, pp. 3-4), pois isso não é dito em qualquer lugar por Epicuro, para quem os átomos se encontram em constante movimento na natureza, mesmo nos estados estáticos de prazer vinculados mais à “restauração de algum estado natural (ligado a uma carência física), como o de beber água e matar a sede”, do que à estabilização dos movimentos atômicos (EPICURO, 2020, p. 38). O que parece mais plausível, em termos hermenêuticos, é considerar que essa distinção entre prazeres catastemáticos e cinéticos não aparece em Lucrecio e, portanto, não teria o mesmo valor que possui na filosofia epicuriana. O que ocorre em Lucrecio é a qualificação imediata dos prazeres através dos movimentos e dos contatos entre os corpos primordiais, como se evidencia pela descrição lucreciana acerca do gosto mais ou menos prazeroso de certos alimentos segundo a qualidade de seus

primórdios: “Quando são lisos os corpos dos sucos que emanam, suaves, / suavemente tocam e suavemente percorrem / tudo ao redor dos espaços suantes da úmida língua. / Mas, ao contrário, dilaceram e ferem o sentido / quanto mais sejam os corpos repletos de asperidade” (DRN, IV, 622-6).

Não havendo essa distinção entre o prazer estático e o prazer movente em Lucrecio, poderíamos afirmar que o seu pensamento vai além da austeridade epicuriana em favor da volúpia que, de caráter venusiano, atravessa os diversos processos de natura nos diversos corpos em movimento. Alguém poderia facilmente defender Epicuro, afastando as leituras que consideram a sua filosofia um ascetismo (no sentido mais moderno, não antigo, do termo “ascese”), mostrando como ele antes defende a sobriedade, sendo até mesmo acusado por seus contemporâneos de possuir muitas cortesãs e se embebedar todos os dias (LAÉRCIO, 2008, X, 6). O ponto importante, no entanto, reside em que há uma tendência valorativa aos prazeres estáticos na obra epicuriana, enquanto na poesia de Lucrecio é a própria volúpia [*voluptas*] que permite, ao lado dos movimentos clâmicos, a fuga da necessidade inexorável e a liberdade da mente (DRN, II, 251-293).

Além disso, Lucrecio também não faz distinção entre (1) desejos naturais e necessários, (2) desejos naturais e desnecessários e (3) desejos não naturais e desnecessários, tal como ocorre em Epicuro (EPICURO, 2020, §§ 127-8) e, antes deste de modo semelhante, também em Platão (PLATÃO, 2006, 558d-559d). E mesmo se houvesse uma tal distinção em Lucrecio, como situaríamos o lugar dos prazeres sexuais – expressão muito significativa da volúpia – em seu caso e naquele de Epicuro? Enquanto neste último ocorre certa recusa, mas não exatamente uma proibição, do “desfrute de garotos ou mulheres” em favor da “reflexão sóbria” que apresenta as causas de nossas escolhas e nos afasta das opiniões que criam temor na alma (EPICURO, 2020, §§ 130-2), donde poderíamos situar também os desejos amorosos (como faz Platão no oitavo livro da *República*) como supérfluos para a vida, temos em Lucrecio a *recomendação* de não reter a libido, fazendo da sua liberação algo tão natural quanto necessário. É muito proveitoso, diz o poeta romano, lançar a libido “em corpos diversos”, extravasando os próprios humores em diversos amores condicionados em seus entrelaçamentos pela potência venusiana (DRN, IV, 1052-66), o que certamente não limitaria as relações sexuais – como pude mostrar em um ensaio precedente sobre o amor em *De rerum natura* – apenas ao par “homem-mulher”, e tampouco coincidiria com qualquer princípio normativo que elimina a possibilidade de relações homossexuais (PRADO, 2022, p. 143).

Percebemos, por fim, uma aproximação maior de Lucrecio em relação à reflexão política que não encontramos nos textos que sobraram de Epicuro, cuja despreocupação com a vida cívica – para além do seu Jardim – é sugerido pela sua décima quarta máxima, em que defende explicitamente “uma vida longe da multidão” (EPICURO, 2020, § 143). Lucrecio, em seu poema, não apenas inicia dialogando com uma eminente figura política de seu tempo (o pretor Gaio Mêmio) e faz referências mais à frente ao próprio Júlio César (DRN, I, 6; II, 40), como também expõe uma história da civilização e da linguagem sobre um plano de fundo mítico-venusiano. É logo depois daquele momento primitivo, em que o gênero humano vivia como animal selvagem tendo os corpos jungidos por Vênus, mais resistentes, “de modo a / não facilmente o calor ou o frio os poderem atingir”, que o homem se une a uma só mulher, domina o fogo e se torna mais sensível ao frio, juntando-se a vizinhos em favor da paz e da proteção de seus filhos, além de estipular em sociedade “que cada um deveria ter pena dos mais indefesos”. O surgimento da linguagem, por sua vez, teria ocorrido com os primeiros sons emitidos naturalmente pelos humanos, a partir dos quais foram encontrados certos usos específicos, enquanto “pensar que alguém [os deuses, Adão, etc.] deu os nomes pras coisas / e que todos daí aprenderam as primeiras palavras / é delirante” (DRN, V, 925-1090).

Embora Epicuro tenha sido o “primeiro” a se opor contra a “religião degradante”, contra os mitos que geram temores, em favor de uma vida o máximo prazerosa, certamente não foi o último. Também Lucrecio se opõe aos mitos que impedem o verdadeiro conhecimento da natureza, valorizando positivamente uma vida frugal e tranquila (DRN, V, 1117-9), porém, ele se distingue pela forma da sua escrita e pelo método encantatório do qual lança mão para apresentar este conhecimento de natura. Não apenas a narrativa sobre o nascimento de Vênus se entrelaça de diversas maneiras com a noção de clinamen, característica essencial dos movimentos primordiais, como também a própria existência da potência venusiana – ao lado de outras potências místicas mobilizadas por Lucrecio – atravessa os processos físicos desbocando invariavelmente no domínio da ética. A Mãe dos Enéades aplaca os trabalhos de Marte, exprimindo o aspecto material de natura e seduzindo Mêmio – como todo leitor do seu poema – para uma vida em que é possível extrair o mais agradável prazer através do inefável.

2. CONCLUSÃO

Toda fala e toda escrita possui a sua materialidade, nas minúsculas partículas sonoras que emitem, na tinta que produz a marca negra no papel ou mesmo na memória onde se liga a imagens igualmente materiais. *De rerum natura* é essa produção literária, uma das mais formidáveis que nos chegou da antiguidade, em que reverbera a materialidade dos seus antecessores, especialmente da filosofia epicuriana; ao mesmo tempo, ela promove movimentos novos, sem dúvida originais, trazendo a cada um certa memória e certas imagens, certa experiência com a poética e com o fazer filosófico. Se encontramos nas bibliotecas do mundo prateleiras inteiras repletas de uma literatura canônica – Platão, Santo Agostinho, Descartes... – que domina materialmente os espaços do saber, ficamos felizes em encontrar esses livros subterrâneos dos quais às vezes restam apenas fragmentos, com os quais nos deleitamos talvez pelo fato mesmo de serem tão desconhecidos quanto os porões de um edifício filosófico tradicional. Aliás, o que não encontramos nesses porões da filosofia tradicional! Se uma obra como a de Lucrecio suscita a reflexão de natura como atravessada pela volúpia, aquela de Kant fará do ato voluptuoso (como a masturbação, a homossexualidade, etc.) um “crime da carne contra a natureza” [*crimen carnis contra naturam*], degradante para a chamada “natureza animal” e considerado “vício inominável” (KANT, 1997, p. 161; 2003, pp. 121-122). Não poderíamos aí falar de uma *agnosiofobia* presente no pensamento filosófico tradicional, ou seja, de um medo em relação ao desconhecido que permeia toda a natureza?

Tento considerar a poética filosófica de Lucrecio, assim como a filosofia materialista de Epicuro, não tanto no sentido de elencar “aquilo que resta” do seu pensamento hoje (em que medida sua concepção de átomos/primórdios é válida, em que medida acertaram ou erraram nos termos da física contemporânea, etc.), mas no sentido de descobrir como sua reflexão serve para a constituição de um modo de vida, de um *ethos* que não ignora os processos naturais e tampouco os desvios mínimos que ocorrem a cada momento. Deste modo, pude escrever este ensaio falando dos termos que aproximam estes dois filósofos no domínio da física, de como existe um ponto de inflexão de caráter místico no pensamento lucreciano e de como esse tratamento em relação à natureza tem implicações no domínio ético. Esta justaposição me faz pensar, do físico ao ético passando pelo místico, que assim como os raios solares nos fazem contemplar a pulverulência da poeira penetrando em um quarto sombrio, também este pensamento antigo expresso na obra de Epicuro e de Lucrecio penetra em meu ser não inteiramente individuado revelando a sua natureza primordial, a sua razão cósmica, não menos que sua existência movente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARISTÓTELES. *Física*. Trad. Guillermo R. de Echandía. Editorial Gredos, 1995.
- BÍBLIA. Trad. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Editora Paulinas, 2002.
- CÍCERO, Marco Túlio. *De finibus*. Trad. M. A. H. Rackham, Stanford University, 1914.
- _____. *De natura deorum*. Trad. M. A. H. Rackham, Harvard University Press, 1967.
- DELEUZE, Gilles. « Lucrece et le naturalisme ». In : *Les Études philosophiques*, Nouvelle Série, 16e Année, No. 1 (Janvier – Mars), pp. 19-29, 1961.
- DOTTO, Pedro Maurício Garcia. “Lucretius and Spinoza or clinamen and conatus”. In: *Cadernos Espinosanos*, São Paulo, n. 41, jul-dez, pp. 241-277, 2019.
- EPICURO. *Cartas & Máximas principais: “Como um deus entre os homens”*. Trad. Maria Cecília Gomes dos Reis. São Paulo: Penguin Companhia das Letras, 2020.
- FOUCAULT, Michel. “Qu’est-ce qu’un auteur?”. In: *Dits et écrits I*, Paris : Éditions Gallimard, 1994, pp. 789-821.
- HADOT, Pierre. *Qu’est-ce que la philosophie antique ?* Éditions Gallimard, 1995.
- HESÍODO. *Teogonia: a origem dos deuses*. Trad. Jaa Torrano. 7ª edição. São Paulo: Iluminuras, 2007.
- HOMERO. *Odisseia*. Trad. Frederico Lourenço. São Paulo: Penguin Classics & Companhia das Letras, 2011.
- KANT, Immanuel. *A metafísica dos costumes*. Trad. Edson Bini. Bauru: Edipro, 2003.
- _____. *Lectures on ethics*. Trad. Peter Heath. Edited by Peter Heath & J. B. Schneewind. Cambridge University Press, 1997.
- KWAN, Daniel & SCHEINERT, Daniel. *Everything, everywhere, all at once*. Filme sul-coreano de 2022.
- LAÉRCIO, Diógenes. *Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres*. Trad. Mário da Gama Kury, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.
- LUCRÉCIO, Tito. *Sobre a natureza das coisas*. Tradução, notas e paratextos de Rodrigo Tadeu Gonçalves. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- MARX, Karl. *Diferença entre a filosofia da natureza de Demócrito e a de Epicuro*. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2018.
- NAIL, Thomas. *Lucretius I: An Ontology of Motion*. Edinburgh University Press, 2018.
- _____. *Lucretius II: An Ethics of Motion*. Edinburgh University Press, 2020.

PLATÃO. *A República*. Trad. Anna Lia Prado. São Paulo : Martins Fontes, 2006.

PRADO, Cezar. “Laços de Vênus, Corpos de Natura: um ensaio sobre o amor através de Lucrecio”. In: *Revista Paranaense de Filosofia*, v. 2, n. 1, pp. 133-151, 2022.

SIMONDON, Gilbert. *Individuation à la lumière des notions de forme et d'information*. Éditions Jérôme Millon, 2005.

VALENTIM, Marco Antônio. “Res occultas: Lucrecio e o invisível”. In: *Revista Araripe*, v.3, n.1, p.58-80, jan./jun., pp. 58-80, 2022.

O PASSADO QUE INSISTE EM SE FAZER PRESENTE: ECOS DO AUTORITARISMO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

DANIELE DE PAULA¹⁸³

Resumo: Esta resenha aborda a obra recém-publicada do historiador Rodrigo Patto Sá Motta, *Passados Presentes*; trata-se de um livro extremamente importante para o contexto atual, uma vez que ele estabelece um diálogo profundo com o nosso passado autoritário e com os novos desafios enfrentados pelo país, a fim de combater os discursos falaciosos sobre o regime de 1964, ainda presentes em nossa sociedade.

Palavras-chave: Ditadura; Regime militar; Passados Presentes;

A Ditadura de 1964 tem ocupado lugar central no debate público brasileiro dos últimos anos. Ainda que a memória hegemônica seja crítica ao período, cada vez mais surgem vozes que buscam legitimar o regime de 1964, com destaque para o ex-presidente da República, Jair Bolsonaro. Diante de tal contexto tornou-se imprescindível a participação de historiadores no debate público a fim de enfrentar as narrativas falaciosas sobre a ditadura, e é, precisamente isso, o que Rodrigo Patto Sá Motta faz em *Passados Presentes*.

Motta, um experiente historiador, enfrenta em *Passados Presentes* as principais polêmicas que ganharam relevância nos últimos anos e busca desconstruir os discursos pró-ditadura que, apoiados em uma memória nostálgica de 1964, aspiram legitimar projetos autoritários no presente. Segundo o próprio autor um dos objetivos de sua obra é:

“difundir o conhecimento produzido em bases acadêmicas, contribuindo para evitar que os falsificadores e negacionistas conquistem o público com sua leitura autoritária da história. Não que eles defendam pura e simplesmente uma ditadura ao estilo dos anos 1960, mas sem dúvida almejam algum tipo de autoritarismo que seria igualmente danoso para a democracia e os direitos humanos” (MOTTA, 2021, p. 17).

Assim sendo, o livro repassa os mais de vinte anos de regime militar ao longo de seus onze capítulos, combinando sínteses do conhecimento já consolidado com conteúdos originais, fruto de pesquisas recentes. A linguagem de *Passados Presentes*, por sua vez, é didática e extremamente agradável, tornando-o acessível a um público amplo. Em suma, trata-se de um livro de história comprometido com a democracia, com a divulgação do conhecimento científico e em constante diálogo com os problemas do presente.

A respeito do conteúdo, o primeiro capítulo – *O golpe de 1964 e o “perigo vermelho”* – oferece ao leitor um panorama do contexto pré-golpe e explora a questão da suposta ameaça comunista, utilizada até

¹⁸³ Graduada em História pela Universidade de São Paulo (2022) e cursando mestrado em História social na mesma instituição. À época do envio do artigo, a autora ainda não tinha ingressado no mestrado. E-mail: danieledepaula@usp.br

os dias de hoje para justificar a ação das Forças Armadas. Segundo tal versão, em 1964 havia uma ameaça comunista e, portanto, o golpe teria sido uma forma de salvar o país do “perigo vermelho”.

Sendo assim, no primeiro capítulo a principal preocupação do autor é desconstruir tal justificativa, evidenciando que os comunistas não tinham força para tomar o poder em 1964 e que, além disso, eles apostavam naquele momento em reformas sociais e não em uma insurreição. Buscando trazer a discussão para o presente, Motta também mostra que o argumento anticomunista tem servido para alimentar o sentimento de aversão às esquerdas no cenário público atual, sendo, inclusive, propagado pelo governo do ex-presidente Jair Bolsonaro.

O segundo capítulo – *Sobre as razões e as motivações dos golpistas* – se inicia com uma discussão acerca da terminologia adequada para se referir ao evento fundador da ditadura. Segundo Motta, os defensores de 1964 não gostam do termo “golpe” devido à conotação negativa associada à palavra, por isso, preferem falar em “revolução” ou ainda em “contrarrevolução”. Assim sendo, o autor apresenta uma discussão teórica sobre o porquê do termo “golpe” ser o mais adequado. Contudo, o principal objetivo do capítulo é discutir a motivação das lideranças que apoiaram o golpe e, para isso, é apresentada uma síntese das justificativas utilizadas na época pelos apoiadores e, em um segundo momento, algumas interpretações acadêmicas sobre as origens de 1964.

As interpretações acadêmicas abordadas no capítulo – tese econômica, tese do colapso do populismo, tese do desejo de instaurar um regime autoritário e a tese do movimento antirreformista – são apresentadas de forma crítica. Em relação à última, por exemplo, Motta apresenta o seu ponto fraco ao evidenciar que alguns setores que apoiaram o golpe eram favoráveis as reformas sociais e que, inclusive, as viam como uma forma de conter o avanço do comunismo. Após apresentar as diferentes interpretações, o autor se posiciona no debate e defende que o golpe de 1964 foi essencialmente uma forma de combater o ativismo de esquerda, ainda que no plano discursivo a sua principal bandeira tenha sido o combate ao comunismo, por esta ter o poder de aglutinar diferentes grupos. Dialogando com o presente Motta ainda destaca que, *“isso explica também porque o anticomunismo voltou a ser usado com força recentemente, ou seja, por sua capacidade de unificar diferentes segmentos da direita”* (MOTTA, 2021, p.70).

No terceiro capítulo – *O papel dos Estados Unidos e de outras forças estrangeiras no golpe e na ditadura* – o leitor é apresentado ao debate sobre o papel das forças estrangeiras no golpe. Motta analisa as relações diplomáticas do Brasil com os Estados Unidos e com a União Soviética no período pré-golpe e também durante a ditadura. Como fica claro, a relação com a URSS sempre foi fraca, apesar da pequena aproximação durante o governo de João Goulart. Em relação aos EUA, o autor destaca o papel dos norte-americanos na desestabilização do governo Goulart e também o apoio dado ao golpe. Contudo, Motta se afasta da tese de que o golpe representou uma subordinação dos brasileiros frente aos interesses norte-americanos e defende que, na verdade, houve uma convergência entre os interesses dos EUA e dos grupos de direita do Brasil.

No quarto capítulo – *A máquina política da ditadura* – o autor enfrenta os discursos que negam o autoritarismo do regime de 1964. Tal negacionismo está relacionado ao caráter pejorativo associado ao termo “ditadura” e “ditador”, portanto, de acordo com Motta, *“algumas lideranças de direita preferem acreditar que as ditaduras são sempre de esquerda (China, Coreia do Norte, Venezuela, etc.), de modo que é constrangedor assumir a existência de ditaduras de direita”* (MOTTA, 2021, p. 97). Contudo, a fim de evidenciar que o regime de 1964 foi uma ditadura, o autor explora o seu processo de construção e, conclui

apontando que as concessões ao liberalismo político foram mantidas apenas enquanto servissem ou não atrapalhassem o funcionamento do regime.

No quinto capítulo – *Uma análise do apoio social à ditadura* – a questão do apoio, muitas vezes utilizada para legitimar a ditadura, é abordada. Como destaca Motta, o apoio social de fato existiu, mas ele veio de alguns setores da sociedade e, de forma alguma, altera a natureza golpista e ditatorial do regime. Posto isto, ao longo do capítulo são analisadas de forma crítica algumas fontes disponíveis sobre o apoio social à ditadura, tais como: mobilizações públicas, pesquisas de opinião e resultados eleitorais. Da análise o autor conclui que o regime autoritário não encontrou sustentação da maior parte da população e ainda destaca que, se de fato o apoio fosse tão grande, seria desnecessária a quantidade de medidas autoritárias e o controle sistemático das eleições.

O sexto capítulo – *Aderir, Resistir ou acomodar-se* – pode ser visto como um aprofundamento da discussão iniciada no capítulo anterior. No capítulo são analisadas as diferentes atitudes frente ao regime a partir de três categorias: adesão, resistência e acomodação. Desse modo, o autor aponta que a adesão foi motivada principalmente pela identidade de valores compartilhados com o regime, ainda que tenham existido casos de adesão por vantagens políticas e cargos públicos. Na categoria da resistência foram incluídos os grupos que rejeitavam por completo a ditadura e os seus valores, sendo assim, o autor diferencia a “resistência” da “oposição”, uma vez que esta pode existir sem representar uma rejeição completa aos valores da ditadura (como foi o caso do MDB). Por fim, na categoria da acomodação, o autor incluiu os grupos que ficaram indiferentes ao regime.

O sétimo capítulo – *Sobre a violência repressiva estatal: uma resposta proporcional à violência da esquerda?* – aborda a questão do uso da violência pela ditadura. Segundo os apoiadores do regime, tal violência teria sido motivada pelos guerrilheiros de esquerda, entretanto, como mostra Motta, a maior parte do aparelho repressivo foi montada antes de 1968, momento em que as ações armadas de esquerda de fato ganharam vulto.

Portanto, no sétimo capítulo é desmontada a tese de que a ditadura surgiu e se agravou devido à necessidade de derrotar os revolucionários. Pelo contrário, de acordo com a perspectiva do livro, a violência da ditadura acabou por incentivar a adesão à luta armada. A questão da desproporcionalidade de forças também é abordada, “*É clara a assimetria de forças e de recursos entre os lados em disputa; afinal, tratava-se do aparelho do Estado contra um grupo pequeno de guerrilheiros precariamente armados*” (MOTTA, 2021, p.192).

No oitavo capítulo – *A “luta” contra a corrupção: muitos discursos, poucas realizações* – Motta evidencia que o tema do combate à corrupção ganhou centralidade no discurso dos líderes do golpe após estes ascenderem ao poder. Vale destacar que tal temática foi amplamente utilizada pela direita ao longo de nossa história e que, no contexto da ditadura, foi uma forma de angariar apoio popular. No entanto, como é abordado no livro, o combate à corrupção durante a ditadura foi seletivo, restringindo-se a membros da oposição, enquanto nomes ligados ao regime eram protegidos.

Nesse sentido, vale destacar o caso do governador Ademar de Barros que, mesmo sendo considerado um político corrupto, foi poupado durante os expurgos políticos de 1964. No entanto, em 1966 Ademar foi cassado, mas o motivo não foi a corrupção de seu governo e sim, a sua aproximação com o MDB. Portanto, conclui-se que, “*o principal objetivo das campanhas anticorrupção foi conquistar popularidade para o governo, enquanto seu mais importante efeito foi remover desafetos do cenário político*” (MOTTA, 2021, p. 220).

O nono capítulo – *O milagre econômico e sua problemática herança* – debruça-se sobre o crescimento econômico durante a ditadura, muitas vezes utilizado para justificar o regime autoritário de 1964. Entretanto, ao analisar o “milagre econômico” dentro de uma perspectiva mais ampla, *Passados Presentes* nos mostra que ele foi apenas uma fase do grande crescimento experimentado pela economia brasileira desde a década de 1940, cujo carro-chefe foi a industrialização. Além disso, o capítulo também revela os efeitos negativos da política econômica da ditadura nos anos posteriores ao grande crescimento: dívida externa, hiperinflação (batendo a casa dos 220% em 1983) e o descontrole das contas públicas. Por fim, como aponta Motta, “o crescimento acelerado, tão propagandeado como um feito da ditadura, poderia ter sido alcançado sem um regime ditatorial” (MOTTA, 2021, p. 243).

O décimo capítulo – *A distensão política e o projeto de estabilização da ditadura* – trata da política de distensão iniciada durante o governo Geisel (1974 – 1979). O foco do capítulo é compreender a política de distensão e os seus objetivos. Conforme defende Motta, a distensão não se iniciou por pressões econômicas, internacionais ou de oposição, mas sim por uma escolha política, pois naquele momento o governo sentia ter força suficiente para reduzir os instrumentos de repressão.

Contudo, como é exposto ao longo do capítulo, a distensão não buscava redemocratizar o país, mas sim institucionalizar o regime autoritário, resolver problemas internos das Forças Armadas e recuperar o apoio de setores liberais. Sendo assim, o nono capítulo aborda processo pendular de distensão-repressão, assim como os efeitos do fortalecimento da oposição e da crise econômica que, no final dos anos 1970, retiraram do governo o poder de controlar o processo, abrindo caminho para a desagregação real da ditadura.

Finalmente, o último capítulo – *A abertura, o “fim” da ditadura e a precária democratização* – dedica-se a analisar os aspectos da abertura política e da transição, a fim de compreender a fragilidade da experiência democrática brasileira. Motta defende nesse capítulo que a política de “esquecimento”, adotada durante a transição, dificultou a consolidação de valores democráticos na sociedade brasileira. Nesse sentido, a ameaça autoritária dos últimos anos é interpretada como consequência da conta não saldada anteriormente. Segundo o autor, “faltou aos líderes da Nova República enfrentar mais decididamente o legado da ditadura, para expor os seus crimes e mostrar à população a sua herança negativa” (MOTTA, 2021, p 302).

Apesar do diagnóstico negativo a respeito da consolidação dos valores democráticos no Brasil, Motta defende que se lamentar ou alimentar um complexo de inferioridade não resolve o problema, segundo o autor, “O melhor é refletir sobre a nossa história recente, considerar os custos das soluções autoritárias e tentar encontrar saídas políticas democráticas para o Brasil” (MOTTA, 2021, p 303).

Em suma, *Passados Presentes* é uma importante obra de história e também um testemunho do Brasil atual e da nova ameaça autoritária vivida pelo país. Em tempos de *fake news* e pós-verdade, o livro cumpre a importante missão de divulgar o conhecimento histórico legítimo e de enfrentar os discursos pró-ditadura que, incessantemente e de maneira infundada, atentam contra a nossa democracia. Portanto, trata-se de um livro fundamental para todos aqueles que desejam compreender melhor a história da Ditadura Militar e os desafios enfrentados pelo nosso país nos últimos anos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Passados Presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021

AUTORITARISMO E SERVIDÃO VOLUNTÁRIA: O DIREITO À SERVIÇO DE QUEM?

DAVI ROCHA TELES¹⁸⁴

Resumo: A resenha discute a obra *Estados de exceção: a usurpação da soberania popular*, de Luís Manuel Fonseca Pires, publicada pela Editora Contracorrente em 2021. Nela, o autor apresenta três manifestações do autoritarismo: o populismo, o neoliberalismo e os Estados de exceção. Pires usa o plural – Estados – em vez do singular para diferenciar as experiências autoritárias contemporâneas daquelas do século passado. E que agora se apresentam como fantasmagóricas, dissimuladas e fragmentadas. Ao fim, Pires nos oferece uma crítica ao papel do Direito e de seus profissionais a serviço voluntário do autoritarismo.

Palavras-chave: Autoritarismo. Direito. Servidão Voluntária.

É engano pensar que os regimes autoritários se resumem a seus líderes e que não existem outras estruturas, instituições e pessoas que lançam bases à criação e à manutenção desses regimes. Também é engano pensar que os Estados de exceção – sim, no plural – sempre se apresentarão com as mesmas características dos que os antecederam. Talvez a primeira afirmação já esteja mais bem esclarecida, já que, devido ao esforço de resgate da produção intelectual durante as experiências autoritárias, muito facilmente, por exemplo, é possível identificar a participação de juristas e intelectuais na construção e legitimação da Ditadura Civil-Militar brasileira e da sua ideologia. No entanto, ao menos da perspectiva jurídica, não há tanta luz quando tratamos da pluralidade desses Estados de exceção. Quem nos ajuda a esclarecer esses pontos é Luís Manuel Fonseca Pires, juiz e professor de Direito Administrativo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Sem se limitar a discutir as características desses regimes, em *Estados de exceção: a usurpação da soberania popular*, fruto de sua tese de Livre-Docência apresentada à Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 2020, Pires questiona o papel do Direito e de seus profissionais nesses Estados de exceção, indagando *a quem serve o Direito?* Esta resenha apresenta e comenta sua obra, publicada pela editora Contracorrente em 2021, para que, na empreitada de se obter alguma resposta, seja possível entender como e por que o Direito e seus operadores servem voluntariamente ao autoritarismo.

De acordo com Pires (2021, p. 144), tanto agora quanto no passado, o Direito, até mesmo contra seus próprios paradigmas, “contribui à elaboração da legitimidade do indizível”. Ao se afastar dos caracteres de um Estado Democrático e Social de Direito, esses operadores, a fim de se alcançar a pretensa legitimidade, dão aparência de legalidade às manifestações do autoritarismo. Para isso, valem-se da *legalidade autoritária*, como explica Anthony Pereira (2010, p. 38), citado pelo autor, em que “a lei [é] manipulada, distorcida e usada de forma abusiva - ou mantida inalterada - sob o autoritarismo”. Revisitar o passado e atentar-se ao presente, a fim de entender como ocorre(u) essa *servidão* do Direito ao autoritarismo, são posições cruciais para encontrarmos trincheiras de resistência em sua estrutura. Tudo

¹⁸⁴ Graduando em direito na Faculdade de Direito da USP. Foi integrante do PET Sociologia Jurídica. E-mail: daviteles@usp.br.

isso para que o Direito, assim como no mito da Caixa de Pandora, responsável pela propagação de doenças e sentimentos para a humanidade, possa manter em seu interior alguma ponta de esperança.

1. AS VARIADAS FORMAS DE AUTORITARISMO

É difícil encontrar uma definição única para o fenômeno do autoritarismo. Ao recorrer a uma explicação, Pires defende a compreensão do fenômeno do autoritarismo por diferentes formas, que têm como lugar-comum a usurpação da soberania popular – onde pode ser buscada a construção do conceito. Em razão dessa usurpação, o poder de decisão, antes pertencente ao povo, é no autoritarismo transferido a alguém ilegítimo, que subjuga o Direito à sua vontade, isto é, à vontade política de quem governa.

Valendo-se de Bodin e Rousseau a Bobbio e Boaventura, Pires argumenta que o fenômeno do autoritarismo pode se apresentar através das mais variadas formas, dentre as quais se destacam: o populismo – sua forma político-social –, o neoliberalismo – sua forma político-econômica – e os Estados de exceção – sua forma político-jurídica. Enquanto o autoritarismo é gênero, o populismo, o neoliberalismo e os Estados de exceção são suas espécies. E em todas a soberania popular é usurpada.

2. O POPULISMO

Considerada a forma político-social do autoritarismo, Pires (2021, p. 71) recorre a Yanina Yelp e define o populismo como “uma estratégia discursiva que identifica o povo com a verdade e o outro ator (aristocracia, governo, rei etc.) com a elite corrupta causadora de todos os males”. O líder populista se apresenta como encarnação da vontade do verdadeiro povo e nessa condição usurpa o exercício da soberania do povo, ao personificá-la. Ao proceder assim, ignora o pluralismo próprio da democracia.

Ao ler Jan-Wener Müller, Pires (2021, p. 70) identifica a *crítica às elites*, os *discursos antipluralistas* e a *forma de política identitária* como condições para o populismo. Ao mobilizar esses vetores, vale-se do conflito com a criação do outro para a *usurpação do Estado*, a *corrupção sistemática* e o *clientelismo das massas*. O resultado é a degradação da democracia, com a negação do outro, considerado não membro do verdadeiro povo.

3. O NEOLIBERALISMO

Pires (2021, p. 83) define o neoliberalismo como a forma político-econômica de autoritarismo. E prossegue, recorrendo a Dardot e Laval: “a soberania e a democracia não têm vez numa ‘sociedade de direito privado’”. Para ele, o Estado de direito neoliberal caracteriza-se pela participação ativa do Estado para estimular a máxima concorrência e a atuação individual pela lógica de empresa-empresendedor – não de cidadão – e pelo gerencialismo, isto é, um Estado focado em resultados, que atue sempre como uma sociedade de direito privado, para reduzir ao máximo os serviços, licitações e concursos públicos e regular ao mínimo as atividades econômicas.

As relações entre o Estado e os indivíduos não são mais vistas sob a ótica da cidadania e da expansão e manutenção de direitos, mas sim sob a ótica de mercado, de maneira que “[t]udo e todos adotam a forma de ‘empresa: a escola é uma empresa, o hospital, centro cultural, a igreja e, claro, o próprio Estado. Os valores republicano-democráticos são substituídos por práticas de ‘mercado’” (Pires, 2021, p.

97). Privatizam-se os direitos, de maneira a tornar a democracia uma ficção ou uma redução aos interesses dos detentores de recursos econômicos (Pires, 2021, p. 95).

4. OS ESTADOS DE EXCEÇÃO

Terceira das formas, os Estados de exceção são manifestações do autoritarismo em que a vontade política se sobrepõe ao Direito. Sufocam a soberania popular e reduzem a participação do povo nas decisões da vida democrática. Pires (2021) vê neles o Direito florescer como principal instrumento a serviço da barbárie, em que a vontade política se sobrepõe ao Direito. Daí dizer ser a forma político-jurídica do autoritarismo.

Para Pires (2021, p. 103), os regimes autoritários contemporâneos não se apresentam como os do século anterior e nem se identificam de uma única maneira entre si. Recorre ao plural para distinguir o totalitarismo e as ditaduras do século XX das manifestações contemporâneas do Estado autoritário, que “podem ser alcançados por *formas* as mais variadas, caminhos tantas vezes paralelos que podem até ser trilhados simultaneamente”. Por isso não convinha falar em Estado de exceção – no singular –, mas sim em Estados de exceção – no plural.

Enquanto esperamos que tanques e militares armados saiam às ruas, deponham o presidente eleito, anunciem um golpe militar e ponham fim às eleições regulares e à democracia, o *modus operandi* do Estado de exceção contemporâneo se reinventa. Não mais se apresenta com os mesmos trajes do século anterior, nem mesmo ousa negar o atributo de “democrático”. Pelo contrário, recorre ao discurso à democracia para conferir aparência de legalidade a si próprio. São *fantasmagóricos, dissimulados e fragmentados*. Fantasmagóricos porque não se reconhecem como autoritários. Dissimulados porque se valem da democracia formal como simulacro do seu autoritarismo. Fragmentados porque em diferentes intensidades minam âmbitos diferentes da experiência democrática.

Recorrendo a Carl Schmitt, o autor compreende a subjugação do Direito às vontades políticas nos Estados de exceção. Para Schmitt (*apud* Pires, 2021, p. 117) o centro do poder é a *decisão política*, que “molda, impulsiona, direciona e redireciona o papel do Estado e do Direito, e reflete-se em múltiplas dinâmicas sociais”. Nessa leitura, Pires (2021, p. 127) também encontra o conceito de *amigo-inimigo*, imprescindível à implantação e manutenção de regimes autoritários, por meio do qual, junto à *mobilização de afetos*, são escolhidos inimigos do Estado que devem ser combatidos. Esses afetos mobilizados introduzem na sociedade sentimentos de medo, em especial, mas também de ódio, ressentimento e raiva, entre outros. “E o medo precisa de um inimigo”.

Com medo, a sociedade renuncia a direitos e garantias e permite ao Estado assumir a posição de verdadeiro *Leviatã*, em referência à obra de Hobbes – que, ao também abordar o medo em sua teoria, tratava da mobilização de afetos. Com isso, a vontade política avança sobre o Direito, pois a sociedade, com medo de perder seu emprego para estrangeiros ou com medo de perder o modelo tradicional de família, para se valer dos exemplos trazidos pelo autor, permite a justificação dos Estados de exceção (Pires, 2021, p. 125).

5. O DIREITO A SERVIÇO DE QUEM?

No prefácio ao livro de Luís Manuel Fonseca Pires, Alysson Leandro Mascaro denuncia o Direito a serviço da barbárie. Ambos denunciam a *legalidade autoritária*, mencionada na obra de Anthony W. Pereira (2010) sobre as ditaduras brasileiras, argentina e chilena citada por Pires. Se o Direito insiste em firmar o legal para afastar o ilegal, Pires (2021, p. 148) nos mostra a “espontânea e valorosa colaboração do Direito” ao autoritarismo. Por isso fala em servidão voluntária do Direito – que “serve voluntariamente, sobretudo, porque quer dominar”.

Pires (2021, p. 151) rememora a Ditadura Militar – e poderia ter falado mais em *Ditadura Civil-Militar* brasileira para marcar a colaboração desses juristas. Relata, entre outras, as participações de Francisco Campos – redator da Carta de 1937 e do Ato Institucional nº 1, de 1964 –, de Luís Antônio da Gama e Silva – redator do Ato Institucional nº 5, de 1968 – e de Alfredo Buzaid – Ministro da Justiça e Ministro do Supremo Tribunal Federal durante o Regime.

O Direito, ao se valer da lógica formal da narrativa jurídica, dá aparência de legitimidade aos Estados de exceção e ao arbítrio. Dessa maneira constrói a chamada *legalidade autoritária*. Pires (2021, p. 149-151) aponta possibilidades de arbítrio: (a) no *Legislativo*, “ao produzir leis, ou se comportarem os legisladores, muito além do horizonte de possibilidades definido pela Constituição”; (b) na *Administração Pública*, “por escalões diversos (...), ao editar atos jurídicos e políticas públicas manifestamente autoritários”; (c) no *Ministério Público* e no *Judiciário*, “ao interpretarem e aplicarem normas jurídicas com sentidos que não cabem na jurisprudência e não podem ser vistos como novos paradigmas porque igualmente não cabem nas hipóteses de significados contempladas na Constituição”; (d) na *atuação de juristas, pesquisadores, advogados, instituições jurídicas*, “ao expressarem seu consentimento ao arbítrio”. Exemplos não faltam. São os casos da utilização pelo governo Jair Bolsonaro da Lei nº 7.170/83 (Lei de Segurança Nacional) para perseguir adversários políticos (Lei..., 2021) e da sustentação por políticos e juristas da tese do marco temporal, em desacordo com a Constituição (Galf, 2021). Também os são os repetidos episódios diários da violência policial perpetrada contra a população negra (Todas..., 2021) e as recorrentes decisões de magistrados que, ao atenderem a pedidos do Ministério Público, desconsiderar o princípio da insignificância e o estado de necessidade e aprisionam e condenam quem furta porque tem fome (Rodrigues, 2021).

E a que nos interessa discutir essas questões? Como sustentado por Pires (2021, p. 149), é a existência de *registros históricos* e a *valorização da memória* desses regimes autoritários que permitem apurar responsabilidades e participações, inclusive do Direito e de seus operadores. Se queremos encontrar e desenvolver resistências – isto é, encontrar alguma ponta de esperança na *caixa do Direito* –, essa tarefa deve ter como ponto de partida a identificação daqueles que conferem pelo Direito a fantasia de legitimidade às diversas manifestações do autoritarismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GALF, Renata. Entenda julgamento no STF sobre demarcação de terras indígenas e marco temporal. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://folha.com/ugbl3nh0>. Acesso em: 16 nov. 2023.

LEI de Segurança Nacional vira meio para constranger opositores do governo, *DW Brasil*, 2021. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/lei-de-seguran%C3%A7a-nacional-vira-meio-para-constranger-opositores-do-governo/a-56934688>. Acesso em: 16 nov. 2023.

PEREIRA, Anthony W. *Ditadura e repressão: o autoritarismo e o Estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

PIRES, Luis Manuel Fonseca. *Estados de exceção: a usurpação da soberania popular*. São Paulo: Editora Contracorrente, 2021.

RODRIGUES, Rodrigo. “Justiça nega liberdade a mãe de 5 filhos que furtou Coca-Cola, Miojo e suco em pó de supermercado na Vila Mariana, Zona Sul de SP”, *G1*, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/10/07/justica-nega-liberdade-a-mae-de-5-filhos-que-furtou-coca-cola-miojo-e-suco-em-po-de-supermercado-na-vila-mariana-zona-sul-de-sp.ghtml>. Acesso em: 16 nov. 2023.

TODAS as vítimas de violência policial na Bahia em 2020 eram homens negros, aponta estudo”, *Metro1*, 2021. Disponível em: <https://www.metro1.com.br/noticias/bahia/112544.todas-as-vitimas-de-violencia-policial-na-bahia-em-2020-eram-homens-negros-aponta-estudo>. Acesso em: 16 nov. 2023.

O BOLSONARISMO E A NECROPOLÍTICA: UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS DE JAIR BOLSONARO À LUZ DO ENSAIO DE ACHILLE MBEMBE

DIOGO MENDONÇA LEITE¹⁸⁵

Resumo: O conceito de necropolítica, cunhado pelo pensador Joseph-Achille Mbembe, adquire crescente importância na discussão da violência estatal na contemporaneidade. No Brasil, essa tendência é expressa no debate acerca do bolsonarismo. Este estudo vai na esteira de diversos outros que encontraram sinais de alinhamento entre o governo de Jair Bolsonaro e a necropolítica, buscando agora comparar os discursos (entendidos aqui como *pronunciamentos oficiais e extraoficiais gravados e/ou noticiados pela mídia*) do político com preceitos centrais do ensaio *Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*, de Mbembe. São encontrados diversos pontos de contato, a saber: a utilização de um inimigo ficcional para criar exceção e emergência, a presença e o emprego do racismo como determinante do valor da vida e o alinhamento ao paradigma da colonização na questão indígena.

Palavras-chave: Bolsonaro – Bolsonarismo – Necropolítica – Discurso – Joseph-Achille Mbembe.

1. INTRODUÇÃO

O conceito de *necropolítica*, estabelecido pelo pensador camaronês Joseph-Achille Mbembe, tem se tornado cada vez mais central para o debate de violência estatal na contemporaneidade (TOMMASELLI, 2020, p. 183). Por isso mesmo, muitos são seus comentadores e suas novas interpretações.

Essa centralidade também explica a abundância de análises que ligam o conceito a práticas dos Estados contemporâneos, sobretudo no âmbito do recente avanço de grupos de extrema direita rumo ao poder em todo o mundo. No Brasil, esse fenômeno é refletido no *bolsonarismo*¹⁸⁶, que será também o tema do presente artigo. Muitos trabalhos analisam suas políticas públicas como alinhadas à ideia de necropolítica (por exemplo SEFAIR & CUTRIM, 2019; CASTILHO & LEMOS, 2021; MATIAS, 2021), enquanto outros encontram o conceito em aspectos gerais de sua retórica (como MEDEIROS, 2019; TOMMASELLI, 2020; DELFINO & MANIKIS, 2019; JUNIOR, 2019; RIBEIRO, 2020). Com o advento da pandemia, a postura do bolsonarismo diante da crise foi apontada por um crescente número de estudiosos como necropolítica (vide SILVA, BERNARDES & CASTRO, 2020).

¹⁸⁵ Graduação em jornalismo na USP. Foi repórter da Jornalismo Júnior, veículo da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA - USP). E-mail: diogoleite@usp.br

¹⁸⁶ De modo a evitar a classificação prematura do bolsonarismo enquanto manifestação exemplar de determinada corrente política, como faz quase toda a bibliografia sobre o tema (vide SILVA, BERNARDES & CASTRO, 2020, p. 33 e RIBEIRO, 2020, p. 465, por exemplo, onde se mencionam fascismo e autoritarismo, comuns nessas designações), ele será aqui definido como o *movimento político liderado por Jair Messias Bolsonaro e alinhado a seus ideais manifestados politicamente*. Dessa feita, evita-se uma definição *a priori* do caráter do movimento, que poderia tornar a análise circular.

Este trabalho, inserido na mesma discussão dos mencionados no parágrafo anterior, busca testar a hipótese confirmada em todos eles: há, no bolsonarismo, especialmente no que diz respeito a sua postura ante questões raciais, de minorias e de políticas públicas para populações mais vulneráveis, manifestações dos ideais que Mbembe define como parte da necropolítica. Em síntese, a tese de que “o governo de Jair Messias Bolsonaro desenvolve uma política da morte, em que o alvo é o corpo negro, indígena, feminino, LGBTQTI+, periférico” (TOMMASELLI, 2020, p. 191). O que diferencia a abordagem utilizada aqui das demais é o escopo da análise. Ao invés de adotar um recorte temático, tomar-se-á como corpus de estudo os discursos¹⁸⁷ de Jair Messias Bolsonaro durante seu mandato de Presidente da República, um agrupamento definido temporalmente e pelo meio de veiculação apenas¹⁸⁸.

Os discursos políticos, que constituem esse corpus, são “o discurso do sujeito por excelência. A constituição do sujeito obedece às mesmas regras do discurso, ele não é anterior nem tampouco essencial, derivado de leis da história ou da própria natureza.” (PINTO, 2006, p. 89) Assim, são esses discursos que produzem o “assujeitamento” (p. 90) de Bolsonaro e dos bolsonaristas, que, ao se identificarem com eles, definem a expressão de sua subjetividade. É também neles que está a imposição dos desejos de Bolsonaro enquanto ente dotado de poder. “A característica fundamental do discurso político é que este necessita para sua sobrevivência impor a sua verdade a muitos” (p. 89). Mais além, “o discurso político se destaca de todos (...) porque enquanto os outros tendem a deslocar seus desejos de poder, tornando-os opacos, o discurso político explicita sua luta pelo poder.” (p. 92) Portanto, é nesse corpus que poderemos encontrar as principais manifestações dos ideais de poder e das identificações subjetivas de Bolsonaro, bem como o cerne das identificações que definem os bolsonaristas e, com isso, o bolsonarismo. Mesmo ideias não realizadas na prática podem ser analisadas através dos discursos, de modo que eles oferecem o material bruto da constituição do movimento.

A opção por definir esse corpus a partir de um recorte temporal parte da ideia de que os discursos são determinados também pelo tempo e pelo contexto social da enunciação (PINTO, 2006, p. 93), de modo que as manifestações de Bolsonaro enquanto deputado não necessariamente refletem o bolsonarismo contemporâneo (este sim objeto desta análise).

A definição de necropolítica adotada neste texto, de modo a evitar complicações de debates acadêmicos e recortes teóricos limitantes (tais quais os espaciais ou temporais adotados por reinterpretções do conceito), é aquela desenvolvida por Mbembe no ensaio “Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte”, no qual ele trouxe à luz a ideia pela primeira vez. É necessária uma ressalva, no entanto, já que se, para o camaronês, o signo “negro” é simbólico do que ele entende por necropolítica, neste artigo o termo será utilizado em analogias bem mais amplas, a espelho do que tem feito autores citados anteriormente. A intenção, contudo, não é esvaziar a potencialidade do

¹⁸⁷ “Discurso”, aqui, é tomado em seu conceito de prática social e denomina *pronunciamentos oficiais e extraoficiais gravados e/ou noticiados pela mídia*. A análise não busca se aprofundar no conceito de análise social, no qual “discurso” passa a ser, dentre outros, “uma tentativa de dar sentido ao real, uma tentativa de fixar sentidos, precária mas exitosa: precária enquanto não essencial e por isso, constantemente ameaçada de ser desconstruída; exitosa porque, no que pese a ameaça, contém uma continuidade histórica.” (PINTO, 2006, p. 80) Aquele, contudo, é entendido como hipônimo e como parte constituinte deste.

¹⁸⁸ No já citado SILVA, BERNARDES & CASTRO, 2020, também são analisados discursos de Jair Bolsonaro. No entanto, apenas aqueles sobre a temática da pandemia, e sob a ótica da ideia Freudiana de pulsão de morte. Assim, o estudo distancia-se da centralidade do conceito de necropolítica que marca este trabalho.

termo em sua acepção original, mas sim ampliá-la, levando-a para além dos Estados que Mbembe tinha em mente ao apresentar o conceito.

Por meio da análise de discursos do presidente Jair Bolsonaro sob a perspectiva do ensaio, e comparando-os diretamente, o estudo irá identificar pontos de contato entre os ideais de necropolítica definidos por Achille e os expressos por Bolsonaro. Destrinchando tais pontos descritivamente, conceituará a semelhança entre o ensaio e os discursos do presidente, explicitando a presença de manifestações do necropoder no bolsonarismo.

2. PONTOS DE CONTATO

2.1 O Inimigo Ficcional e o Estado de Exceção

Já na segunda seção de seu texto, Mbembe descreve a ideia de que a necropolítica, uma vez que consiste no regime baseado no ideal de soberania definido “no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer” (2018, p. 5), precisa se constituir em um Estado que tenha o “direito de matar” (p. 17). A partir daí ele discorre sobre os conceitos, bem conhecidos na Ciência Política, de *estado de exceção* e *estado de sítio*. Nessa deliberação, chama a atenção, sobretudo, essa síntese:

o estado de exceção e a relação de inimizade tornaram-se a base normativa do direito de matar. Em tais instâncias, o poder (e não necessariamente o poder estatal) continuamente se refere e apela à exceção, à emergência e a uma noção ficcional do inimigo. Ele também trabalha para produzir a mesma exceção, emergência e inimigo ficcional. (p. 17)

A partir dela, passagens dos discursos de Bolsonaro adquirem grande significância. Em 2021, ele disse que “o Brasil tem um presidente que acredita em Deus, respeita a Constituição, valoriza a família e deve lealdade a seu povo — e isso é muito, se levarmos em conta que estávamos à beira do socialismo.”¹⁸⁹ Em visita ao Maranhão em 2020, fazendo clara referência às políticas de combate à Covid-19 e ao então governador do Estado, Flávio Dino, filiado ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), declarou: “Temos uma preocupação enorme contra aqueles que querem roubar mais do que o nosso dinheiro, querem roubar nossa liberdade. Essa nossa bandeira sagrada jamais será turvada de vermelho”¹⁹⁰. Ambos os trechos constroem claramente a imagem do *comunismo/socialismo/perigo vermelho* (termos usados indistintamente no bolsonarismo) enquanto grande inimigo da nação, que Bolsonaro enfrenta bravamente. A questão é tratada com urgência, pois parece iminente na fala do ex-presidente, ainda que não haja qualquer indício sério que aponte para uma ameaça de cunho comunista ou socialista no país. Assim, a narrativa do bolsonarismo expressa aqui é exatamente a descrita por Mbembe: a construção de um inimigo ficcional e urgente, que justifica o apelo à emergência e à exceção.

Em outros discursos do presidente, fica mais clara a utilização dessa construção para legitimar a violência estatal e, destarte, construir a partir do próprio bolsonarismo “a mesma exceção, emergência e inimigo ficcional.” (p. 17) No mesmo evento no Maranhão, Bolsonaro disse: “Nós vamos, num curto

¹⁸⁹ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/jose-casado/o-anticomunista-bolsonaro-ja-fez-campanha-e-votou-no-comunista->

¹⁹⁰ Disponível em: <https://istoe.com.br/no-maranhao-bolsonaro-diz-que-vai-mandar-embora-o-comunismo-do-brasil/>

espaço de tempo, mandar embora o comunismo do Brasil. Nós não aceitamos esse regime ditatorial onde o povo não tem vez. Nós somos a liberdade, nós somos aqueles que não têm medo da verdade”¹⁹¹. Já em outra ocasião, no Piauí, ainda em 2019, declarou – na mesma segunda pessoa característica dos discursos políticos, que faz de sua fala uma voz de todo o bolsonarismo (PINTO, 2006, p. 103) – que “nós vamos acabar com o cocô no Brasil. O cocô é essa raça de corruptos e comunistas”¹⁹². O tom belicoso revela o entendimento de que essas enunciações se dão sob um regime em caráter de exceção (onde a violência estatal encontra base normativa), o qual é justificado pela suposta excepcionalidade da ameaça ficcional. Mas a situação violenta é criada não por ela (que, afinal, sequer existe), e sim pelos próprios discursos do poder (nesse caso, o presidente).

Essa construção de um inimigo ficcional surge na Ciência Política sobretudo no estudo do Fascismo. Como aponta Vladimir Safatle, um dos mais relevantes teóricos brasileiros da área, o Fascismo busca criar no povo a sensação, ao mesmo tempo, de um “cuidado paterno” e de um “inimigo à espreita” (2016). Embora fuja ao escopo deste trabalho aprofundar essa discussão, a relevância do ideal de Fascismo na atualidade faz necessária ao menos sua menção aqui.

O apelo à inimizade ficcional surge em outros discursos de Bolsonaro, especialmente sobre povos indígenas e pessoas LGBTQIA+, como será discutido adiante. Esses inimigos funcionam como encarnações do *perigo vermelho*, uma vez que a defesa de pautas desses grupos é entendida pelo bolsonarismo como “marxismo cultural” (CARVALHO, 2013).

2.2 Os racismos e o Necropoder

Mbembe parte para a discussão do papel do “racismo” na necropolítica. No entanto, como ele mesmo informa, o conceito de racismo empregado parte de Foucault, que é basal no pensamento do camaronês. Esse conceito é definido pela “distribuição da espécie humana em grupos, a subdivisão da população em subgrupos e o estabelecimento de uma censura biológica entre uns e outros.” (2018, p. 17) Assim, mais do que o racismo baseado em diferenças étnicas, cuja relação com uma postura necropolítica está clara no Brasil desde muito antes do bolsonarismo – e, para além de discursos, também em dados concretos (ver LIMA, 2018) –, essa ideia exige, ou, por outra, propicia uma análise da postura do presidente em relação aos mais diversos grupos e subgrupos da população.

Mbembe escreve que “a função do racismo é regular a distribuição da morte e tornar possíveis as funções assassinas do Estado.” (p. 18) Assim, uma perspectiva racista num Estado necropolítico, mais do que dividir a sociedade e hierarquizá-la, define, em última instância, o valor da vida de cada cidadão.

Nos discursos de Bolsonaro, o racismo é abundante. Em julho de 2021, ele comparou o cabelo crespo de um apoiador a um “criador de baratas”, e perguntou com que frequência o homem lavava-o¹⁹³. Aqui está expressa a ideia de que esse cabelo, típico da etnia negra, é mais sujo. Em última instância, considerando que esse discurso faz parte de uma narrativa hegemônica em nossa sociedade (LIMA, 2018 e TOMMASELLI, 2020), isso implica diminuir o povo negro em uma hierarquia social. Falando de outras minorias, em ataque à jornalista Thaís Oyama, brasileira de ascendência asiática e escritora de *Tormenta*,

¹⁹¹ Disponível em: <https://istoe.com.br/no-maranhao-bolsonaro-diz-que-vai-mandar-embora-o-comunismo-do-brasil/>

¹⁹² Disponível em: <https://istoe.com.br/no-piaui-bolsonaro-diz-querer-varrer-turma-vermelha-de-corruptos-e-comunistas/>

¹⁹³ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=IRAQhsx_pKk

livro-reportagem crítico ao governo bolsonarista, ele disse que "Lá no Japão ela ia morrer de fome com jornalismo, escrevendo livro"¹⁹⁴. Sabendo que Bolsonaro, no mesmo ano, declarou que japoneses são "uma raça que" (diferentemente dos brasileiros) "tem vergonha na cara", e que "a maioria dos imigrantes não têm boas intenções"¹⁹⁵, entendemos que, para ele, Thaís – a quem ele já se referiu em muitas ocasiões como "japonesa"¹⁹⁶ – é vista como um membro de uma "raça superior" que, enquanto imigrante no Brasil (coisa que ela, na realidade, não é), passou a agir como nossa "raça" e, se aproveitando do país "inferior" em que está, consegue ser valorizada. A menção clara à morte da jornalista se colocada em um contexto no qual, segundo Bolsonaro, ela é "inferior", escancara o caráter do racismo, no discurso bolsonarista, de definidor do valor da vida de um cidadão.

Mais adiante em seu ensaio, Mbembe se baseia no trabalho de Enzo Traverso para estabelecer outro tipo de racismo que, agindo na necropolítica ainda da mesma forma, se diferencia pelo critério da discriminação: um "racismo de classe", que traduz "os conflitos sociais do mundo industrial em termos racistas" (2018, p. 20). Se olharmos mais atentamente para uma passagem já citada de Bolsonaro, encontramos um exemplo claro dessa prática. Em entrevista à Fox News, canal de televisão da direita norte americana, ele declara: "Nunca vi japonês pedindo esmola. É uma raça que tem vergonha na cara."¹⁹⁷ A utilização de uma distinção racial já observada na presente análise do bolsonarismo, que coloca os japoneses enquanto "raça superior", conjugada diretamente com uma inferiorização de pessoas em situação de rua, que é marcante na perspectiva do conflito de classes contemporâneo, ilustra a definição de Achille Mbembe de modo tão claro que até mesmo a acepção racista de "raça"¹⁹⁸ (que pretende remeter a um campo semântico biológico e, assim, à "censura biológica entre uns e outros") é empregada pelo presidente.

Mais adiante, o camaronês discute o conceito de necropoder. Em diálogo com David Theo Goldberg, Mbembe estabelece que o *necropoder*, isto é, o poder atuante *na e por meio da* necropolítica, assume diante da divisão racista "várias formas: o terror da morte real ou uma forma mais 'benevolente', cujo resultado é a destruição de uma cultura para 'salvar o povo' de si mesmo" (p. 31). Já se observou aqui que o terror da morte real aparece no discurso bolsonarista, como no caso de Thaís Oyama, e muitos estudos mostram que ele aparece mais ainda em suas práticas (seja contra o grupo LGBTQIA+, como discutido em MEDEIROS, 2019, contra os mais pobres, analisados por exemplo em SEFAIR &

¹⁹⁴ Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/veja-falas-preconceituosas-de-bolsonaro-e-o-que-diz-a-lei-sobre-injuria-e-racismo.shtml>

¹⁹⁵ Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2019/03/entrevista-bolsonaro-fox-news-xenofobia.html>

¹⁹⁶ Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/veja-falas-preconceituosas-de-bolsonaro-e-o-que-diz-a-lei-sobre-injuria-e-racismo.shtml>

¹⁹⁷ Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2019/03/entrevista-bolsonaro-fox-news-xenofobia.html>

¹⁹⁸ O emprego do termo "raça" é um tema controverso, já que, embora seja utilizado frequentemente para reforçar uma postura racista (como no caso do discurso analisado), ele é considerado legítimo por muitos estudiosos da área e até mesmo reivindicado por alguns movimentos antirracistas (ver GUIMARÃES, 2003). Não está no escopo deste trabalho uma discussão aprofundada da questão, que é tratada aqui apenas para elucidar que a acepção utilizada por Bolsonaro, e não o termo, é que tem conotação racista.

CUTRIM, 2019 e em CATILHO & LEMOS, 2021, ou contra tantos outros¹⁹⁹). Contudo, o terror exercido pela segunda forma de necropoder também abunda em discursos de Bolsonaro.

Durante a Marcha para Jesus de 2019, evento evangélico de grande relevância nacional, Bolsonaro se disse “um presidente que acredita e valoriza a família. Um presidente que vai respeitar a inocência das crianças nas salas de aula”. No mesmo discurso, ele afirma que “qualquer ‘juntamento’ de 2 seres vivos passou a ser uma família”, e que “a família está definido (*sic*) na Bíblia. Não tem emenda na Bíblia. E está definido na Constituição também. Na Constituição, diz que é homem e mulher.”²⁰⁰ Expressa nesses trechos está a ideia de que a população LGBTQIA+ constitui um grupo desviante, incorreto perante normas morais (a “Bíblia”) e legislativas (a “Constituição”) da sociedade. Então, estando clara a noção de que essas são pessoas “inferiores”, inadequadas, a retórica adquire a postura defensiva que busca exatamente proteger a sociedade de si mesma. Aqui, reaparece a construção do inimigo ficcional, agora encarnado na população LGBTQIA+. Ao afirmar que respeita “a inocência das crianças nas salas de aula”, Bolsonaro alude a sua narrativa de que o ensino de uma “ideologia de gênero” – interpretação errônea do bolsonarismo para “educação sexual”, em especial no que diz respeito ao ensino sobre gênero e sexualidade abordando as temáticas LGBTQIA+ (MEDEIROS, 2019, p. 297-298) – nas escolas corromperia a formação desses cidadãos. E, afirmando que aceitar essa minoria (através da própria educação sexual inclusiva) requer modificar códigos sociais religiosos e legislativos que – uma vez anteriores aos quaisquer “juntamentos” de 2 seres e, em certa medida, imutáveis – são basais para a sociedade, implica que para proteger ela e seus preceitos é preciso destruir a cultura LGBTQIA+.

Outrossim, tratando da questão indígena, Bolsonaro se expressa em dois discursos aparentemente contraditórios, mas que compartilham dos mesmos ideais. Diz ele que “o índio é um ser humano igual a nós, não é para ficar isolado em reserva como se fosse um zoológico”, mas também que “com toda a certeza, o índio mudou. Está evoluindo. Cada vez mais o índio é um ser humano igual a nós.”²⁰¹ Se, no primeiro discurso, o presidente parece dizer que os indígenas são seres humanos como quaisquer outros, no segundo parece dizer o oposto, já que só recentemente teriam atingido esse status. Contudo, em ambos está claro que a igualdade entre indígenas e espécie humana não é auto evidente para Bolsonaro. De modo claramente racista, ele diz, na realidade, que o indígena é um ser humano na medida em que adquire valores da sociedade capitalista e ocidental, isto é, sai de suas reservas e adquire os hábitos de “nós”, ou seja, do grupo social com o qual Bolsonaro se identifica. Em última instância, há aqui um exemplo de boa parte do que já foi discutido por Mbembe sobre o racismo na necropolítica: a divisão social racista está atrelada também a um conflito de classe, pois o valor do indígena se determina por sua conformação ao capitalismo. Além disso, para tornar os indígenas humanos, ou, por outra, salvá-los em certa medida, é preciso destruir sua cultura e inseri-los em uma dita superior.

2.3 A Nova Colonização dos Indígenas

¹⁹⁹ Para uma enumeração de exemplos, ver MANIKIS & DELFINO, 2019.

²⁰⁰ Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/nor%C3%ADcias/pol%C3%ADtica/bolsonaro-defende-fam%C3%ADlia-tradicional-e-chama-ideologia-de-g%C3%AAnero-de-coisa-do-capeta-1.357773>

²⁰¹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/veja-falas-preconceituosas-de-bolsonaro-e-o-que-diz-a-lei-sobre-injuria-e-racismo.shtml>

Os trechos sobre indígenas analisados anteriormente têm um significado ainda mais profundo dentro do conceito de Mbembe. Para ele, a colonização é um paradigma do exercício da necropolítica. Parte essencial dessa prática é, tanto nas primeiras colonizações como agora, estabelecer os nativos da colônia como “selvagens”.

[As colônias] são habitadas por “selvagens”. As colônias não são organizadas de forma estatal e não criaram um mundo humano. Seus exércitos não formam uma entidade distinta, e suas guerras não são guerras entre exércitos regulares. Não implicam a mobilização de sujeitos soberanos (cidadãos) que se respeitam mutuamente, mesmo que inimigos. (MBEMBE, 2018, p. 34-35)

A ideia dos indígenas enquanto povo, no máximo, quase humano, é um exemplo claro da utilização do conceito de “selvagem” no bolsonarismo. “Aos olhos do conquistador, ‘vida selvagem’ é apenas outra forma de ‘vida animal’, uma experiência assustadora” (p. 35).

A incompreensão mútua entre indígenas e o restante da sociedade é recorrente nos discursos de Bolsonaro. Em 2021, referindo-se a um projeto da Fundação Nacional do Índio (Funai) para a operação de criptomonedas por povos nativos, ele disse: “Com todo respeito, a grande parte [dos indígenas] não sabe nem o que é dinheiro”. Em seguida, ele fez uma alusão ainda mais clara ao seu critério de discriminação dos indígenas, baseado no grau de conformação destes ao capitalismo hegemônico: “Nós estamos libertando os índios. Projeto anterior, o índio cada vez mais produzindo, como os parecis, um orgulho para nós.”²⁰²

Essa categorização do “selvagem” não é gratuita nem sob o ponto de vista da necropolítica nem nos discursos bolsonaristas. Como explica Mbembe, ela serve à justificativa da possibilidade de utilização da violência (no sentido necropolítico de distribuição da morte) contra os nativos, uma vez que eles passam a ser entendidos como uma “raça inferior”, incivilizada a tal ponto que com ela “não se pode firmar a paz” (p. 35). O objetivo último dessa justificação é a *ocupação colonial*, definida por ele como “uma questão de apreensão, demarcação e afirmação do controle físico e geográfico – inscrever sobre o terreno um novo conjunto de relações sociais e espaciais” (p. 38). Essa ocupação, no bolsonarismo, é expressa na grilagem de terras indígenas, isto é, na “expansão das fronteiras colonialistas” por meio “das invasões aos territórios originários” (MARTINS, MONFORT & GISLOTTI, 2020, p. 6), intensificada e apoiada pelo governo atual.

Quando das vésperas da primeira análise da tese do marco temporal pelo Supremo Tribunal Federal (STF), proposta defendida pelos ruralistas (e bolsonaristas) que retiraria dos indígenas a posse de terras não ocupadas quando da promulgação da Constituição de 1988, o presidente disse: “eu entendo que esse novo marco temporal [referindo-se à não implantação da tese] simplesmente enterra o Brasil. Tem coisas que são óbvias, e a gente não consegue entender por que certas pessoas agem de maneira contra (*sic*) sua pátria, são coisas inacreditáveis”²⁰³. A frase esconde, em suas entrelinhas, uma interpretação de cunho

²⁰² Disponível em:

<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/08/4941733-bolsonaro-sobre-indigenas-grande-parte-nao-sabe-nem-o-que-e-dinheiro.html>

²⁰³ Disponível em:

<https://www.hojeemdia.com.br/primeiro-plano/brasil/bolsonaro-diz-que-novas-demarca%C3%A7%C3%B5es-de-terras-ind%C3%ADgenas-podem-inviabilizar-agroneg%C3%B3cio-1.867962>

necropolítico e colonialista da questão. Para Bolsonaro, a vitória dos indígenas implica a derrota da nação brasileira territorial, econômica e até mesmo ideologicamente. Mbembe explica que a colonização e a necropolítica dela decorrente são centralmente baseadas na ideia da colônia como um território inimigo, que não pertence ao Estado e nem sequer constitui uma organização estatal. Aqui, novamente, há um exemplo da criação de um inimigo ficcional: os povos indígenas. É essa ideia de território inimigo, sem organização estatal que permita a guerra “legítima”, sob o “*Jus publicum*” europeu, o que legitima o uso da violência e da exceção a serviço da “civilização” (MBEMBE, 2018, p. 133). Assim, estando as terras indígenas excluídas do Estado brasileiro que idealiza Bolsonaro, e constituindo um território inimigo, a guerra contra elas e seu povo, sua ocupação colonial, sua grilagem, começam a ser legitimadas.

Um traço persiste evidente: no pensamento filosófico moderno assim como na prática e no imaginário político europeu, a colônia representa o lugar em que a soberania consiste fundamentalmente no exercício de um poder à margem da lei (*ab legibus solutus*) e no qual a “paz” tende a assumir o rosto de uma “guerra sem fim”. (MBEMBE, 2018, p. 32)

Tomando essa lógica da “guerra sem fim” no contexto da *nova colonização indígena*, podemos encontrar no belicismo do discurso bolsonarista a evidência de que esse traço marca a situação das terras dos povos nativos. Ainda sobre o marco temporal, Bolsonaro diz que sua aprovação “é o fim do agronegócio, simplesmente isso e nada mais do que isso”, ao que completa evocando a metáfora (bastante realista nesse caso) da guerra: “Outros problemas existem. A gente vai vencendo.”²⁰⁴ Essa contraposição de tom maniqueísta entre agronegócio e povos indígenas, em associação ao racismo e à atribuição de um caráter de exterioridade alienígena em relação a esses povos, estabelece e normaliza no imaginário bolsonarista o estado de “paz” na “colônia” enquanto uma “guerra sem fim” entre indígenas e grileiros. Isso porque, para que a civilização da qual os bolsonaristas se consideram parte exerça poder diante desses povos “inumanos”, requer-se o uso de uma força fora do que é aceitável para a sociedade em geral, que é civilizada e pode, diferentemente de “selvagens” como os indígenas, respeitar-se mutuamente dentro da lei.

A fim de finalizar essa discussão, cabe aprimorar, como faz Mbembe, o paradigma que rege a colonização (enquanto necropolítica) na sua forma contemporânea. Se a análise do bolsonarismo à luz do colonialismo, por assim dizer, tradicional, permite traçar seus princípios ideológicos centrais e identificá-los como manifestações da necropolítica, esse novo estudo reforça a tese ao fazer o mesmo com seu método.

“A forma mais bem-sucedida de necropoder é a ocupação colonial contemporânea da Palestina” (MBEMBE, 2018, p. 41). Aqui, o alinhamento do discurso do bolsonarismo ao paradigma de Mbembe é auto evidente. Diz Bolsonaro: “Israel serve de inspiração. É um país que, perto de nós, nada tem, mas graças à fé, à coragem e à determinação de um povo, é um pequeno grande país. Obrigado por vocês existirem”²⁰⁵. Mais além, dois preceitos centrais do método adotado nesse novo referencial são claros em todos os discursos bolsonaristas analisados nesta subseção, a saber, a ideia de “levar a cabo uma ‘guerra infraestrutural’” (p. 47) – determinante na ideologia de privar os indígenas dos benefícios de seus

²⁰⁴ Disponível em:

<https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-diz-que-revisao-da-tese-do-marco-temporal-sera-o-fim-do-agronegocio/>

²⁰⁵ Disponível em:

<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/12/16/perto-de-nos-nada-tem-diz-bolsonaro-ao-cumprimentar-israel.htm?cmpid=copiaecola>

territórios, que permeia todos os trechos discutidos anteriormente – e a de “forçar o inimigo à submissão” (p. 51), escancarada na tese de que a vida dos indígenas ganha valor na medida em que se submetem ao *modus vivendi* do restante da sociedade, de modo que o terror que os impele à morte força-os a recuperar o direito de viver através da submissão.

3. CONCLUSÕES

Os discursos aqui analisados não compõem uma seleção exaustiva. Pelo contrário, são apenas casos considerados exemplares do pensamento bolsonarista, de modo que muitos outros (no passado, no presente e, possivelmente, no futuro) reapresentam e reforçam as teses expostas neste artigo, além de expandi-las²⁰⁶. Assim, a correspondência entre o bolsonarismo e o conceito de necropolítica não é incidental ou pontual. Outros indícios retóricos presentes em seus discursos, como o uso de uma linguagem chula, que busca se aproximar da vulgaridade popular, e o falocentrismo, são também apontados por Mbembe como marcas do necropoder na pós-colonialidade (2001, p. 102-141).

Ademais, essa correspondência não está limitada ao campo da retórica. Como visto em diversos exemplos ao longo do texto, discutidos mais profundamente na bibliografia compilada na Introdução deste trabalho, as ações e consequências diretas e indiretas das falas de Jair Bolsonaro espelham o seu alinhamento com o ideal de necropolítica na realidade prática. Além dos já citados, um outro artigo que assevera especificamente essa relação é “More Than Words: Leaders’ Speech and Risky Behavior during a Pandemic” (“Mais que Palavras: Discurso de Líderes e Comportamento de Risco durante uma Pandemia”, tradução nossa), que comprova quantitativamente que há uma correlação entre os discursos de Bolsonaro e a negligência da prevenção à pandemia por seus apoiadores (AJZENMAN, CAVALCANTI & MATA, 2020).

Quanto ao tema central deste estudo, a saber, a existência ou não de manifestações do necropoder no bolsonarismo e seu caráter, é evidente que abundam pontos de contato entre ambos, de modo que o alinhamento é claro. Analisando qualitativamente essas correspondências, nota-se que, para além dos âmbitos das questões raciais, de minorias e de políticas públicas para populações mais vulneráveis, mencionados na Introdução deste trabalho, o bolsonarismo manifesta a necropolítica também quanto à sua ideologia e seu posicionamento ante opositores. Conclui-se também que ele tem traços de todas as principais características descritas por Mbembe, de modo que, a partir delas, poder-se-ia construir todo o cerne do conceito com exemplos extraídos dos discursos de Bolsonaro. Destarte, Jair Bolsonaro, de fato, ao menos dentro dos limites da análise de seus discursos (e, portanto, do que os discursos políticos revelam sobre um governo), evoca manifestações de um necropoder.

²⁰⁶ Há casos da caracterização de minorias LGBTQIA+ enquanto selvagens, por exemplo, como “quem quiser vir aqui [ao Brasil] fazer sexo com uma mulher, fique à vontade. O Brasil não pode ser um país de turismo gay. Temos famílias.” (<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/veja-falas-preconceituosas-de-bolsonaro-e-o-que-diz-a-lei-sobre-injuria-e-racismo.shtml>)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agência Brasil. “*Bolsonaro diz que novas demarcações de terras indígenas podem inviabilizar agronegócio*”. Hoje em Dia. 15 de dezembro de 2021. Disponível em: <<https://www.hojeemdia.com.br/primeiro-plano/brasil/bolsonaro-diz-que-novas-demarca%C3%A7%C3%B5es-de-terras-ind%C3%ADgenas-podem-inviabilizar-agroneg%C3%B3cio-1.867962>>. Acesso em 20 de dezembro de 2021.

ARAÚJO, Gabriell. “*O Estado capitalista e o agravamento da necropolítica nas penitenciárias brasileiras em meio à pandemia*”. Revista Terra sem Amos, Dossiê “Necropolítica na América Latina”, ano I, n. 2, p. 13-20, 2020.

AJZENMAN, Nicolás, CAVALCANTI, Tiago, MATA, Daniel da. “*More Than Words: Leaders’ Speech and Risky Behavior during a Pandemic*”. SSRN. 22 de abril de 2020. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3582908>. Acesso em 22 de dezembro de 2021.

BEHNKE, Emilly. “*Bolsonaro diz que revisão da tese do marco temporal será o ‘fim’ do agronegócio*”. Poder 360. 11 de setembro de 2021. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-diz-que-revisao-da-tese-do-marco-temporal-sera-o-fim-do-agronegocio/>>. Acesso em 20 de dezembro de 2021.

“*Bolsonaro defende ‘família tradicional’ e chama ideologia de gênero de ‘coisa do capeta*”. Correio do Povo, Porto Alegre, 10 de agosto de 2019. Disponível em: <<https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/pol%C3%ADtica/bolsonaro-defende-fam%C3%ADlia-tradicional-e-chama-ideologia-de-g%C3%AAnero-de-coisa-do-capeta-1.357773>>. Acesso em 20 de dezembro de 2021.

“*Bolsonaro diz que Israel é inspiração ao Brasil: ‘Perto de nós, nada tem*”. UOL, São Paulo, 16 de dezembro de 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/12/16/perto-de-nos-nada-tem-diz-bolsonaro-ao-cumprimentar-israel.htm?cmpid=co piaecola>>. Acesso em 20 de dezembro de 2021.

CARVALHO, Olavo de. *O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota*. 34ª Edição. Rio de Janeiro: Record, 2018.

CASADO, José. “*O ‘anticomunista’ Bolsonaro já fez campanha e votou no ‘comunista’ Lula*”. Veja. 25 de setembro de 2021. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/coluna/jose-casado/o-anticomunista-bolsonaro-ja-fez-campanha-e-votou-no-comunista-lula/>>. Acesso em 20 de dezembro de 2021.

CASTILHO, Daniela Ribeiro, LEMOS, Esther Luíza de Souza. “*Necropolítica e governo Jair Bolsonaro: repercussões na seguridade social brasileira*”. Revista Katálysis, n. 24, v. 2, p. 269-279, maio-agosto, 2021.

COSTA, Breno Augusto da. “*O conceito de necropolítica e a pandemia COVID-19: algumas notas sobre a realidade brasileira*”. REBELA – Revista Brasileira de Estudos Latino-americanos, n. 1, v. 10, p. 32-65, janeiro-abril, 2020.

Estadão Conteúdo. “*No Maranhão, Bolsonaro diz que vai ‘mandar embora o comunismo do Brasil’*”. IstoÉ. 29 de outubro de 2020. Disponível em: <<https://istoe.com.br/no-maranhao-bolsonaro-diz-que-vai-mandar-em-bora-o-comunismo-do-brasil/>>. Acesso em 20 de dezembro de 2021.

Estadão Conteúdo. “*Vídeo: Bolsonaro diz que corruptos e comunistas são ‘cocô do Brasil’*”. IstoÉ. 14 de agosto de 2019. Disponível em: <<https://istoe.com.br/no-piaui-bolsonaro-diz-querer-varrer-turma-vermelha-de-corruptos-e-comunistas/>>. Acesso em 20 de dezembro de 2021.

GAJUS, Brenda Neris, ABRÃO, Rafael Almeida Ferreira, SANTOS, Vitor Hugo dos. “*Fake news em grupos bolsonaristas: a construção da China como inimigo*”. Le Monde Diplomatique Brasil. 27 de julho de 2021. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/como-as-fake-news-no-telegram-pintam-a-china-como-inimigo/>>. Acesso em 22 de dezembro de 2021.

JUNIOR, Ribamar José de Oliveira. “*Capitalismo Gore no Brasil: entre farmacopornografia e necropolítica, o golden shower e a continência de Bolsonaro*”. Sociologias Plurais, n. 1, v. 5, p. 245-272, julho, 2019.

LIMA, Fátima. “*Bio-necropolítica: diálogos entre Michel Foucault e Achille Mbembe*”. Rio de Janeiro. Arquivos Brasileiros de Psicologia, n. spe, v. 70, p. 20-33, 2018.

MANIKIS, Alejandro, DELFINO, Folco. “*El discurso de Bolsonaro y su llegada al poder en Brasil: Racismo, otredad y necropolítica*”. In: XIII Jornadas de Sociología. Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2019.

MARTINS, Elemir S., MONFORT, Gislaine C., GISLOTI, Laura J. “*Conhecimentos indígenas, autonomias e lutas anticoloniais Kaiowá e Guarani contra a necropolítica e o agronegócio*”. Revista Terra sem Amos, Dossiê “Necropolítica na América Latina”, ano I, n. 2, p. 5-12, 2020.

MBEMBE, Joseph-Achille. “*Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*”. Tradução de Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MBEMBE, Joseph-Achille. “*The Aesthetics of Vulgarly*”. In: _____. *On the Postcolony*. Los Angeles: University of California Press, 2001. p. 102-141.

MEDEIROS, Ettore Stefani. “*Necropolítica tropical em tempos pró-Bolsonaro: desafios contemporâneos de combate aos crimes de ódio LGBTfóbicos*”. Reciiis - Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde, n. 13, v. 2, p. 287-300, abril-junho, 2019.

MILITÃO, Eduardo. “*Sem provas, Bolsonaro cita vírus de laboratório e lança dúvida sobre China*”. UOL, Brasília, 5 de abril de 2021. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/05/05/bolsonaro-virus-china.htm?cmpid=co피아cola>>. Acesso em 20 de dezembro de 2021.

“*Nunca vi japonês pedindo esmola. É uma raça que tem vergonha na cara, diz Bolsonaro*”. Pragmatismo Político, 19 de março de 2019. Disponível em:

<<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2019/03/entrevista-bolsonaro-fox-news-xenofobia.html>>. Acesso em 20 de dezembro de 2021.

PINTO, Céli Regina Jardim. “*Elementos para uma Análise de Discurso Político*”. Santa Cruz do Sul. Barbarói, n. 24, v. 1, p. 78-109, 2006.

RIBEIRO, Guilherme. “*Entre Armas e Púlpitos: A necropolítica do Bolsonarismo*”. Revista Continentes (UFRRJ), ano 9, n. 16, p. 463-485, 2020.

SAFATLE, Vladimir. *O circuito dos afetos: Corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*. 2ª Edição. São Paulo: Autêntica, 2016.

SEFAIR, Clara, CUTRIM, Isadora Abreu. “*A Necropolítica Neoliberal e as Políticas de Austeridade no Governo de Jair Bolsonaro*”. PIXO – Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade, n. 10, v. 3, p. 30-45, Inverno, 2019.

SILVA, Beatriz de Souza, BERNARDES, Marcus, CASTRO, Hárlen Eric Benevides de. “*Crônicas de uma pandemia negligenciada: da pulsão de morte do sujeito à necropolítica bolsonarista*”. Revista Terra sem Amos, Dossiê “Necropolítica na América Latina”, ano I, n. 2, p. 29-38, 2020.

SOARES, Ingrid. “*Bolsonaro sobre indígenas: ‘Grande parte não sabe nem o que é dinheiro’*”. Correio Braziliense. 4 de agosto de 2021. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/08/4941733-bolsonaro-sobre-indigenas-grande-parte-nao-sabe-nem-o-que-e-dinheiro.html>>. Acesso em 20 de dezembro de 2021.

TOMMASELLI, Guilherme Costa Garcia. “*Necropolítica, Racismo e Governo Bolsonaro*”. Presidente Prudente. Caderno Prudentino de Geografia, Dossiê “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência”, n. 42, v. 4, p. 179-199, dezembro, 2020.

UOL. *Bolsonaro diz que ficar em casa “é para os fracos” durante a pandemia*. Youtube, 18 de setembro de 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4LewII7PVqQ>>. Acesso em 20 de dezembro de 2021.

UOL. *Bolsonaro faz comentário racista sobre cabelo crespo: ‘Criador de baratas’*. Youtube, 8 de julho de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lRAQhsx_pKk>. Acesso em 20 de dezembro de 2021.

UOL. “*Tem alguns idiotas que até hoje ficam em casa*”, diz Bolsonaro sobre isolamento social. Youtube, 17 de maio de 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3ohwVNWOJPA>>. Acesso em 20 de dezembro de 2021.

“*Veja falas preconceituosas de Bolsonaro e o que diz a lei sobre injúria e racismo*”. Folha de S. Paulo, São Paulo, 26 de janeiro de 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/veja-falas-preconceituosas-de-bolsonaro-e-o-que-diz-a-lei-sobre-injuria-e-racismo.shtml>>. Acesso em 20 de dezembro de 2021.

OS DIREITOS MORAIS DE INTEGRIDADE E ATRIBUIÇÃO NO BRASIL E NOS EUA

GABRIELA BISCOTTO DE SOUZA²⁰⁷

JOÃO FRANCISCO CHACAROSQUE DE CASTRO²⁰⁸

Resumo: Os ordenamentos de tradição jurídica civil-continental (*droit d'auteur*) e anglo-americana (*copyright*) apresentam diferenças históricas no tocante à proteção de direitos autorais, especialmente no que diz respeito ao tratamento dado aos direitos morais de autor. No entanto, a distinção entre os dois sistemas não deve ser exagerada. Neste trabalho, pretendemos comparar o tratamento dado aos direitos morais de integridade e atribuição em dois países (o Brasil e os Estados Unidos), cada qual filiado a uma tradição distinta, a fim de revelar proximidades e diferenças entre o *droit d'auteur* e o *copyright*. Para tanto, nos valem da análise qualitativa da doutrina pertinente e de casos judiciais relevantes. Nosso estudo comparativo revela que os dois ordenamentos se distinguem: (i) pelos tipos de direitos protegidos; (ii) pela sua duração; (iii) pelos tipos de autor e obra beneficiados com direitos morais; (iv) pelo escopo dos direitos; e (v) pela possibilidade de renúncia.

Palavras-chave: Direitos Morais; Direito de Autor; Atribuição; Integridade.

1. INTRODUÇÃO

Os diferentes sistemas domésticos de proteção de direitos autorais²⁰⁹ são comumente repartidos em dois blocos: a tradição jurídica anglo-americana do *copyright* e a sua contraparte civil-continental, conhecida pelo nome de *droit d'auteur* (FRAGOSO, 2012; RODRIGUES, 2014, p. 22-24). À primeira filiam-se, grosso modo, os Estados Unidos da América (EUA) e os países que compõem a *Commonwealth*, enquanto a última abrange a França, os demais países da Europa Continental e suas ex-colônias, incluindo o Brasil.

A princípio, esta distinção revela diferenças nas teorias subjacentes a cada regime de proteção. Nos países vinculados à tradição histórica do *copyright*, em especial nos EUA, predominam justificativas econômico-utilitárias da propriedade intelectual (GUIBAULT, 2002, p. 10-15). Ali, a concessão de direitos exclusivos é muitas vezes encarada como uma forma de incentivo estatal para a criação de novas

²⁰⁷ Graduada em direito na Universidade de São Paulo. E-mail: gabriela.biscotto.souza@usp.br.

²⁰⁸ Graduado em direito na Universidade de São Paulo. E-mail: joachaca@gmail.com.

²⁰⁹ Por "direitos autorais", entendemos tantos os direitos exclusivos (patrimoniais e morais) conferidos aos autores de obras intelectuais, quanto os direitos conexos de que gozam artistas, empresas de radiodifusão e produtoras fonográficas. Nisso, seguimos a terminologia do art. 1º da Lei nº 9.610/1998 (BRASIL, 2021).

obras intelectuais, em prol da maximização do bem-estar social²¹⁰. Frequentemente, tal argumento é revestido de uma linguagem econômica: o direito de autor aparece como uma resposta a uma falha de mercado, isto é, a subprodução/subdistribuição de obras intelectuais, enquanto bens públicos²¹¹ (BARBOSA, 2009; LANDES; POSNER, 1989). Por sua vez, o *droit d'auteur* está associado a argumentos de cunho jusnaturalista e personalístico. O direito autoral é assim visto como uma recompensa ao autor por seu trabalho intelectual. Também se reconhece a existência de um vínculo entre a personalidade do criador e a sua obra – visão que dá ampla sustentação aos direitos morais. (FISHER, 2001; HUGENHOLTZ, 2017).

O binômio *copyright/droit d'auteur* também ilumina diferenças históricas entre os sistemas. Por exemplo, por muito tempo, a aquisição de direitos autorais, enxergados como incentivos estatais, dependeu do cumprimento de formalidades nos regimes de *copyright*, enquanto que, em países como a França, nos quais esses direitos são vistos como naturais, a proteção é tradicionalmente automática (GINSBURG, 1990, p. 993-994). Porém, a mais expressiva diferença entre os regimes é o tratamento que cada um dá aos direitos morais.

Os direitos de autor abrangem dois feixes de direitos: os direitos patrimoniais, relativos à exploração econômica da obra (ASCENSÃO, 1997, p. 158-170), e os chamados direitos morais, que protegem interesses não pecuniários do autor, ligados à elaboração, titulação e divulgação da obra (PARANAGUÁ; BRANCO, 2009, p. 47-52). Inseridos na Convenção da União de Berna (CUB) em 1928, durante a Conferência de Roma (GARG, 2006), os direitos morais resguardam o vínculo personalístico entre o autor e a sua criação. O artigo 6 bis do texto convencional reconhece ao autor duas faculdades morais: o direito de reivindicar a autoria da obra e de se opor a modificações indesejadas que lhe atinjam a honra ou reputação, aqui referidos como atribuição e integridade, respectivamente²¹².

É notoriamente forte a proteção de direitos morais em países de tradição romanística, onde tais direitos são, em geral, encarados como inalienáveis e irrenunciáveis. Por sua vez, países filiados ao sistema de *copyright* se mostraram por décadas relutantes em abraçar direitos morais, como demonstra o fato de que estes foram adotados pelo Reino Unido apenas em 1988 e pelos EUA (em âmbito federal, ao menos), em 1990 (FRAGOSO, 2012, p. 205). Ainda, nestes países, é comum que os direitos morais se sujeitem a restrições não encontradas no mundo do *droit d'auteur*, como a possibilidade da sua renúncia (GARG, 2006).

²¹⁰ Essa visão prospectiva do direito de autor está expressa na própria Constituição dos EUA: "The Congress shall have Power [...] To promote the Progress of Science and useful Arts, by securing for limited Times to Authors and Inventors the exclusive Right to their respective Writings and Discoveries." (EUA, 2022).

²¹¹ Bens públicos são bens não rivais e não excludentes, ou seja, "aqueles que podem ser consumidos sem que terceiros se privem dos mesmos e aqueles aos quais é impossível evitar que terceiros tenham acesso" (BARBOSA, 2009, p. 12-13).

²¹² Cf. art. 6 bis da CUB: " 1) Independentemente dos direitos patrimoniais de autor, e mesmo depois da cessão dos citados direitos, o autor conserva o direito de reivindicar a paternidade da obra e de se opor a toda deformação, mutilação ou a qualquer dano à mesma obra, prejudiciais à sua honra ou à sua reputação. 2) Os direitos reconhecidos ao autor por força do parágrafo 1) antecedente mantêm-se, depois de sua morte, pelo menos até à extinção dos direitos patrimoniais e são exercidos pelas pessoas físicas ou jurídicas a que a citada legislação reconhece qualidade para isso. Entretanto, os países cuja legislação, em vigor no momento da ratificação do presente Ato ou da adesão a ele, não contenha disposições assegurando a proteção depois da morte do autor, de todos os direitos reconhecidos por força do parágrafo 1) acima, reservam-se a faculdade de estipular que alguns desses direitos não serão mantidos depois da morte do autor. 3) Os meios processuais destinados a salvaguardar os direitos reconhecidos no presente artigo regulam-se pela legislação do país onde é reclamada a proteção." (BRASIL, 1975).

Não se deve, porém, exagerar a distância entre os sistemas anglo-americano e europeu-continental de tutela autoral. Como adverte Ginsburg (1990, p. 994-995), muitas vezes se alardeia as diferenças entre o *copyright* e o *droit d'auteur*, ignorando as similitudes e convergências entre os dois. Argumentos jusnaturalistas e utilitários estiveram presentes tanto nos EUA quanto na França revolucionária, na concepção de ambos os sistemas, não se podendo resumir um ou outro como mais voltado à personalidade do autor ou à sociedade (GINSBURG, 1990). Além disso, nas últimas décadas, tratados internacionais, como o Acordo TRIPs, e acordos bilaterais têm promovido uma uniformização do direito autoral (em até certa medida), aproximando países de tradições diversas. Desse modo, ao passo que ordenamentos civil-continentais incorporam considerações de interesse público, países anglófonos adotaram direitos morais e se livraram de formalidades (BIRNHACK, 2006, p. 524-530; GUIBAULT, 2002, p. 7-8). Um exemplo dessa virada foi o ingresso dos EUA na União de Berna em 1989, e a sua subsequente adoção de direitos morais.

Este hiato entre o discurso sobre as diferenças do *copyright* e do *droit d'auteur* e as reais separações/proximidades entre eles justifica uma análise comparativa das normas de direito autoral de países exemplificativos de cada vertente. Portanto, a fim de desvelar pontos de contato e afastamento entre os dois sistemas, compararemos neste trabalho o tratamento dado aos direitos morais de autor pelos ordenamentos brasileiro e estadunidense, o primeiro pertencente ao modelo civil-continental e o segundo, ao mundo do *copyright*. Elegemos como foco da comparação os direitos morais justamente por serem apontados como a principal instância de dissenso entre as duas tradições. Além disso, aqui nos preocuparemos apenas com os direitos de integridade e atribuição, visto que, por força do art. 6 bis da CUB, estes são encontrados em múltiplos ordenamentos domésticos, ao passo que diferentes direitos morais não necessariamente ocorrem com mesma constância entre diferentes jurisdições.

A pesquisa a que nos propusemos tem natureza qualitativa e foi realizada mediante consulta bibliográfica a fontes doutrinárias, sobretudo dos EUA e do Brasil, e à legislação de ambos os países, bem como tratados internacionais pertinentes. Adicionalmente, a análise foi informada por casos judiciais emblemáticos, apontados pela literatura consultada.

Primeiramente, introduziremos os sistemas brasileiro de direitos morais e, logo depois, o norte-americano, fazendo referência às fontes normativas das quais derivam. Depois, procederemos a uma comparação dos dois regimes, em cinco partes. Analisaremos os diferentes regimes no tocante à identidade dos titulares de direitos morais, à sua duração, à possibilidade de renúncia, aos direitos reconhecidos e ao seu conteúdo. Por fim, teceremos algumas notas de conclusão.

2. DIREITOS DE INTEGRIDADE E ATRIBUIÇÃO NO BRASIL

Os direitos de autor são divididos, pela legislação brasileira, em duas esferas jurídicas: moral e patrimonial²¹³. A dimensão patrimonial abarca “a utilização econômica da obra”, de modo que, a

²¹³ Ver o art. 22 da Lei nº 9.610/1998: “Pertencem ao autor os direitos morais e patrimoniais sobre a obra que criou.” (BRASIL, 2021).

princípio²¹⁴, toda forma de exploração pecuniária advinda da criação protegida, como a sua reprodução ou a criação de obras derivadas, pertence ao autor (BITTAR, 2008, p. 46). A Lei nº 9.610/1998, principal diploma autoral brasileiro, lista, em caráter exemplificativo, os direitos econômicos de autor no seu art. 29 (BRASIL, 2021)²¹⁵.

Já os direitos morais são aqueles ligados à essência do criador da obra, conectados à sua personalidade e que existem desde o momento em que são postos no mundo fático, ou seja, desde o momento em que a criação é externalizada (BITTAR, 2008, p. 45)²¹⁶. Estes se encontram disciplinados em capítulo próprio na Lei nº 9.610/1998²¹⁷.

O chamado direito de integridade encontra previsão no art. 24, IV da referida lei, dando ao autor o condão de "assegurar a integridade da obra, opondo-se a quaisquer modificações ou à prática de atos que, de qualquer forma, possam prejudicá-la ou atingi-lo, como autor, em sua reputação ou honra" (BRASIL, 2021). Ele se presta a defender a obra de intervenções e distorções perniciosas. Este respeito à obra estende-se, ainda, à personalidade autoral: a lógica do ordenamento jurídico é de que a obra intelectual está atrelada à própria pessoa do autor e à sua dignidade, na medida em que carrega traços únicos de criatividade e originalidade humana.

Outra proteção conferida pela Lei 9.610/98 surge na forma do direito aqui chamado de atribuição, positivado nos incisos I e II de seu artigo 24. É garantido ao autor a faculdade de "reivindicar, a qualquer tempo, a autoria da obra" e "de ter seu nome, pseudônimo ou sinal convencional indicado ou

²¹⁴ Certas modalidades de uso, porém, podem escapar ao escopo de direitos patrimoniais, na medida em que estão cobertas por exceções e limitações, pela dicotomia ideia-expressão, pela doutrina da exaustão de direitos ou por outros limites a que o exclusivo autoral se sujeita.

²¹⁵ A fonte primeira dos direitos patrimoniais de autor é a própria Constituição Federal, em que figuram entre os direitos fundamentais do art. 5º: "XXVII - aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar; XXVIII - são assegurados, nos termos da lei: a) a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas; b) o direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem aos criadores, aos intérpretes e às respectivas representações sindicais e associativas" (BRASIL, 2023).

²¹⁶ O embasamento constitucional dos direitos morais não é tão claro quanto o dos patrimoniais. Souza (2005, p. 7) o localiza na dignidade da pessoa humana: "O inciso IX do artigo 5º assegura a expressão artística, intelectual e científica, mas não trata da projeção da personalidade do criador na obra. O próprio inciso XXVIII, em sua segunda parte, tangencia os direitos morais ao assegurar proteção à reprodução da imagem e voz humanas, mas ainda assim não aborda a questão diretamente. O fundamento essencial dos direitos morais do autor, como de todos os direitos da personalidade, encontra respaldo no art. 1º, III, que aponta a dignidade da pessoa humana como um dos fundamentos da República. [...] sendo as obras intelectuais uma expressão desta personalidade, estes direitos (sic) encontram abrigo constitucional neste inciso."

²¹⁷ Um rol de direitos morais pode ser encontrado no art. 24 da Lei nº 9.610/1998: "São direitos morais do autor: I - o de reivindicar, a qualquer tempo, a autoria da obra; II - o de ter seu nome, pseudônimo ou sinal convencional indicado ou anunciado, como sendo o do autor, na utilização de sua obra; III - o de conservar a obra inédita; IV - o de assegurar a integridade da obra, opondo-se a quaisquer modificações ou à prática de atos que, de qualquer forma, possam prejudicá-la ou atingi-lo, como autor, em sua reputação ou honra; V - o de modificar a obra, antes ou depois de utilizada; VI - o de retirar de circulação a obra ou de suspender qualquer forma de utilização já autorizada, quando a circulação ou utilização implicarem afronta à sua reputação e imagem; VII - o de ter acesso a exemplar único e raro da obra, quando se encontre legitimamente em poder de outrem, para o fim de, por meio de processo fotográfico ou assemelhado, ou audiovisual, preservar sua memória, de forma que cause o menor inconveniente possível a seu detentor, que, em todo caso, será indenizado de qualquer dano ou prejuízo que lhe seja causado." (BRASIL, 2021).

anunciado, como sendo o do autor, na utilização de sua obra" (BRASIL, 2021). A autoria seria então a identificação da criação com a pessoa do seu criador. Esse liame moral entre criador e criatura ganha expressão no nome pelo qual o direito aqui tratado é comumente referido pela doutrina lusófona: "direito de paternidade".

A preocupação do Estado brasileiro em proteger a pessoa do autor – extrapolando assim a esfera de proteção à obra – está clara ao se apreciar o artigo 27 da Lei 9.610/98, cuja afirmação é categórica: “Os direitos morais do autor são inalienáveis e irrenunciáveis” (BRASIL, 2021). Depreende-se do dispositivo que não é facultativo ao autor dispor sobre a integridade de sua obra, nem de sua paternidade. No Brasil, o autor será sempre identificável, ainda que os direitos meramente pecuniários sobre sua criação sejam cedidos a outrem.

3. DIREITOS DE INTEGRIDADE E ATRIBUIÇÃO NOS EUA

O *Visual Artists Right Act* (“VARA”) de 1990, que alterou o *Copyright Act*, originalmente escrito em 1976, é a primeira lei federal na história legislativa dos EUA a atacar diretamente a questão dos direitos não econômicos de autor. O diploma expressamente confere, aos autores de “obras de arte visual”, os direitos de atribuição e integridade.

Contudo, algumas observações são importantes: (i) o VARA não esgota as fontes de direito estatutário dos EUA que tratam de direitos morais, havendo desde 1979, com a promulgação do *California Art Preservation Act of 1979* (FRAGOSO, 2012, p. 205), leis estaduais protegendo interesses extrapatrimoniais dos autores; (ii) a common law americana é rica e fértil em tal seara, utilizando por muito tempo do direito marcário para lidar indiretamente com as pretensões de atribuição e integridade dos autores (LANDAU, 2005).

Necessário também destacar que, quando da atrasada adesão dos EUA à CUB em 1988, o comitê judiciário do Congresso e o próprio diretor da Organização Mundial de Propriedade Intelectual consideraram que seu direito interno (sobretudo a seção 43 (a) do *Lanham Act*, referente a direito marcário e concorrência desleal) satisfazia plenamente aos requisitos da Convenção quanto aos direitos morais, não sendo necessária qualquer reforma de implementação (DWORKIN, 1994, p. 240-241).

4. COMPARAÇÃO ENTRE OS INSTITUTOS

Os regimes norte-americano e brasileiro de direitos morais de autor manifestam notáveis diferenças, seja quanto (i) ao número e natureza dos direitos conferidos; (ii) à sua extensão e duração; (iii) à possibilidade de renúncia; e (iv) aos autores que deles se beneficiam, a depender do tipo de obras por eles criadas. A seguir, serão cotejados ambos os modelos de proteção a interesses extrapatrimoniais do autor.

4.1. Titulares dos Direitos

No que tange aos direitos morais dos autores, o ordenamento brasileiro não dá tratamento diverso a diferentes criações suscetíveis de proteção autoral, independentemente de sua natureza, reprodutibilidade ou qualquer outro critério. Com efeito, atendendo uma obra literária, artística ou

científica aos requisitos de proteção, ao seu ator caberão não só direitos econômicos, como também os direitos morais arrolados nos incisos do artigo 24 da Lei nº 9.610/1998.

O referido diploma compreende as faculdades patrimoniais e extrapatrimoniais do autor como partes integrantes de um mesmo feixe de direitos. Assim, nenhum autor de uma criação que dê ensejo a direitos econômicos ficará desamparado de direitos morais.

Exceção, porém, diz respeito aos programas de computador, disciplinados pela Lei nº 9.609/1998. Em que se pese o fato de que o *software* se sujeita às mesmas normas autorais que regem obras literárias, conforme o artigo 2º, *caput*, da referida lei, seu parágrafo primeiro restringe os direitos morais do criador do programa de computador a apenas dois, quais sejam: (i) reivindicação de autoria e (ii) oposição a alterações não-autorizadas, quando estas prejudiquem de alguma forma sua honra ou reputação²¹⁸. O autores de *software* não ostentam, portanto, os demais direitos morais conferidos pelo artigo 24 da Lei nº 9.610/1998, mas aproveitam os direitos de atribuição e integridade.

Por outro lado, o VARA confere proteção apenas ao autor da restrita categoria "obras de arte visual"²¹⁹. O *Copyright Act* encerra tanto uma definição positiva quanto negativa de tais criações (seção § 101). Primeiramente, define obra de arte visual como:

"(1) uma pintura, desenho, impressão ou escultura, existindo em cópia única, série limitada de 200 cópias ou menos assinadas e numeradas consecutivamente pelo autor, ou, no caso de escultura, série limitada de 200 cópias ou menos numeradas consecutivamente pelo autor e contendo sua assinatura ou outro sinal de identificação; ou (2) fotografia produzida para exposição apenas existindo em cópia única, ou série limitada de 200 cópias ou menos assinadas e numeradas consecutivamente pelo autor." (EUA, 2022, tradução nossa).²²⁰

Em seguida, o diploma se ocupa em excluir do conceito de "obra de arte visual" uma série de criações, como livros, revistas, filmes e outras obras audiovisuais, obras de arte aplicada, obras publicitárias – entre outros – além de obras sob encomenda²²¹.

Assim, observa-se que, enquanto no direito brasileiro todo autor de obra protegida tem seus direitos morais reconhecidos, no direito estatutário estadunidense a tutela de direitos extrapatrimoniais é

²¹⁸ Ver o art. 1º, §1º da Lei 9.609/1998: "Não se aplicam ao programa de computador as disposições relativas aos direitos morais, ressalvado, a qualquer tempo, o direito do autor de reivindicar a paternidade do programa de computador e o direito do autor de opor-se a alterações não-autorizadas, quando estas impliquem deformação, mutilação ou outra modificação do programa de computador, que prejudiquem a sua honra ou a sua reputação." (BRASIL, 1998).

²¹⁹ Ver a seção § 106A (a) do *Copyright Act* (EUA, 2022).

²²⁰ "(1) a painting, drawing, print, or sculpture, existing in a single copy, in a limited edition of 200 copies or fewer that are signed and consecutively numbered by the author, or, in the case of a sculpture, in multiple cast, carved, or fabricated sculptures of 200 or fewer that are consecutively numbered by the author and bear the signature or other identifying mark of the author; or (2) a still photographic image produced for exhibition purposes only, existing in a single copy that is signed by the author, or in a limited edition of 200 copies or fewer that are signed and consecutively numbered by the author."

²²¹ É de se notar que o direito brasileiro não dá tratamento explícito às obras sob encomenda desde a revogação quase completa, pela Lei nº 9.610/1998, da Lei nº 5.988/1973, que disciplinava as obras produzidas em cumprimento a dever funcional ou a contrato de trabalho/de prestação de serviços em seu artigo 36. Exceção também se dá no tocante a programas de computador, tratando da matéria a Lei nº 9.609/1998 em seu artigo 4º (BRASIL, 1998).

excepcional, conferida apenas a autores de uma limitada categoria de criações intelectuais. Dessa forma, autores de livros e filmes, que no Brasil inequivocamente contam com direitos morais, não gozam de tais faculdades sob a legislação autoral federal norte-americana.

Ademais, o VARA conta com outra limitação, de natureza temporal: não protege nenhum autor que tenha transferido os direitos patrimoniais de sua obra a outrem antes da vigência da lei (ADLER, 2009). No Brasil, diferentemente, a Lei nº 9.610/1998 protege os direitos morais de todos os autores.

4.2. Duração dos Direitos

O artigo 6 bis, 2 da CUB determina que a duração dos direitos de atribuição e integridade não poderá ser inferior à dos direitos patrimoniais. Contudo, tolera que países cuja legislação (em vigor no momento da ratificação/adesão à CUB) não assegurem proteção de tais direitos após a morte do autor (BRASIL, 1975). Estes países podem limitar a proteção de alguns dos direitos morais ao tempo de vida do autor.

Aproveitando-se de tal flexibilização, o VARA restringe os direitos de atribuição e integridade à duração da vida do autor²²². Aos autores de obras criadas (e, ressalta-se, não transferidas) antes da vigência do VARA, por sua vez, os referidos direitos persistem até o ingresso da obra no domínio público²²³.

No Brasil, porém, a precisa duração dos direitos morais é questão mais delicada, não havendo para tais direitos um termo legal expresso. O artigo 24, § 1º dispõe que os direitos de atribuição, integridade e de inédito²²⁴ são transmitidos aos sucessores do autor²²⁵, sugerindo, como aponta Soares (2018), que os demais direitos morais têm duração limitada à vida do autor. Além disso, o artigo 24, § 2º da Lei nº 9.610/1998²²⁶ também revela que os direitos de integridade e atribuição perduram mesmo após a extinção das faculdades patrimoniais do autor, cabendo ao Estado a sua tutela após a entrada da obra no domínio público²²⁷ (em geral, 70 anos contados a partir do dia 1º de janeiro do ano seguinte à morte do autor). Assim, o ordenamento pátrio parece distinguir três categorias de direitos morais quanto à sua duração: (i) os direitos de modificar a obra, retirá-la de circulação e de recuperar exemplar único e raro, que expiram com a morte do autor; (ii) o direito de inédito, que tem duração coincidente com a dos direitos

²²² Ver a seção § 106A (d) (1) do *Copyright Act* (EUA, 2022).

²²³ Ver a seção § 106A (d) (2) do *Copyright Act* (EUA, 2022). Dworkin (1994, p. 261), porém, adverte que certas leis de estados americanos conferem duração mais ampla aos direitos morais.

²²⁴ Ver art. 24, III da Lei nº 9.610/1998, que trata do direito de conservar a obra inédita (BRASIL, 2021).

²²⁵ Conforme o artigo 24, § 1º da Lei nº 9.610/1998: "Por morte do autor, transmitem-se a seus sucessores os direitos a que se referem os incisos I a IV." (BRASIL, 2021).

²²⁶ Segundo o art. 24, § 2º da Lei nº 9.610/1998: "Compete ao Estado a defesa da integridade e autoria da obra caída em domínio público". (BRASIL, 2021).

²²⁷ Ver art. 41 da Lei nº 9.610/1998 (BRASIL, 2021).

patrimoniais; e (iii) os direitos de atribuição e integridade, de duração superior à dos direitos patrimoniais, mas indeterminada²²⁸.

4.3. Irrenunciabilidade Dos Direitos

A alienação inter vivos de direitos morais é vedada tanto pelo direito brasileiro quanto pelo estadunidense. Outrossim, enquanto artigo 27 da Lei nº 9.610/1998 dispõe que os direitos morais são inalienáveis e irrenunciáveis (BRASIL, 2021), o VARA proíbe apenas que haja transferência, mas não proíbe a renúncia²²⁹.

A renúncia de direito moral, nos EUA, obedece a formalidades próprias, sem as quais perde sua eficácia. Deve o autor especificar a obra e usos aos quais a renúncia está subscrita, não se estendendo a renúncia a quaisquer outros usos e criações.

4.4. Direitos Conferidos Ao Autor

Como já mencionado, a Lei nº 9.610/1998 confere a autores uma ampla lista de predicados morais, entre os quais os direitos de manter a obra inédita e de ter seu nome ligado à obra, não se limitando aos direitos de reivindicação de autoria e integridade referenciados no artigo 6 bis da CUB.

Por sua vez, o regime disciplinado pelo VARA é mais contido e, por pouco, não permanece restrito às exigências da CUB: além do par atribuição-integridade, a lei federal inova ao conferir o direito de prevenir a destruição de obras de "reconhecida estatura". Este último direito não é unanimemente reconhecido em meio a países de tradição jurídica romano-germânica, e sua recepção pelo ordenamento brasileiro dependerá da extensão dada, no Brasil, ao direito de integridade, que será investigado a seguir. (ADLER, 2009, nota 17; GRIFFITHS, 2015, p. 3).

4.5. Conteúdo Dos Direitos

Embora os direitos de atribuição e integridade sejam reconhecidos igualmente pelas ordens jurídicas brasileira e norte-americana, o escopo dado pelos respectivos textos legais e interpretação jurisprudencial variam consideravelmente.

4.5.1. Direito de atribuição

No Brasil, são discriminadas duas facetas deste direito do autor: o direito de reivindicar a qualquer momento a autoria da obra, ao lado do direito de vincular o seu nome à criação²³⁰. Assim, não só pode o autor se afirmar como tal em qualquer ocasião, como pode fazer com que seu nome, pseudônimo ou sinal convencional acompanhe a obra e seus exemplares, de modo a informar o público de sua autoria.

²²⁸ Alguns autores sustentam que os direitos morais de integridade e atribuição são perpétuos (NETTO, 2019, p. 232; FALSETTI, 2002, p. 68-60).

²²⁹ Ver a seção § 106A (e) (1) do *Copyright Act* (EUA, 2022).

²³⁰ Ver incisos I e II do artigo 24 da Lei nº 9.610/1998 (BRASIL, 2021).

Por sua vez, o VARA se limita a conferir ao autor a faculdade de reivindicar a autoria de obra de *arte visual* e a faculdade de prevenir o uso de seu nome em obras de arte visual que não tenha criado²³¹. Ginsburg (2016, p. 54-55) destaca as limitações da proteção ofertada pela lei federal, sobretudo no tocante à falsa indicação de autoria: para se objetar à falsa indicação de que é autor de uma criação de terceiro, não só aquele falsamente anunciado como autor deve já ter criado outras obras de arte visual (uma vez que o diploma legal tutela apenas os autores de obras dessa natureza), como a obra alheia deve ser enquadrada na categoria de “arte visual”.

Questão pertinente, portanto, é se outras fontes de *statute law* ou *common law* providenciam remédios contra ausência de atribuição de autoria ou sua atribuição errônea, nas situações em que a criação em questão não se qualificar como “obra de arte visual”, ou ainda, se a pessoa falsamente indicada como autora não tiver criado qualquer obra deste tipo.

A resposta aparenta ser negativa. Há um longo histórico jurisprudencial de tutela indireta à atribuição, mediante decisões fundadas na seção 43 (a) do *Lanham Act* – lei marcária estadunidense – que trata da falsa indicação de origem. Um exemplo é o caso *Gilliam v American Broadcasting Co.*, em que o grupo de comédia britânico *Monty Python* foi bem-sucedido em desvencilhar seu nome de uma versão da série televisiva *Monty Python's Flying Circus*, altamente editada pela emissora ABC, que removera quase um terço do conteúdo dos episódios. (LANDAU, 2005, p. 41-42).

No entanto, a Suprema Corte veio a tomar decisão contrária, quando julgou o caso *Dastar v. Twentieth Century Fox Film Corp.*, que envolveu a edição e relançamento de uma série documental produzida já caída em domínio público pela produtora *Dastar*, a qual removera qualquer menção à *Twentieth Century Fox*, produtora originária. A Corte rejeitou as alegações de falsa designação de origem movidas pela *Twentieth Century Fox*, temendo que a utilização da legislação marcária para prevenir a livre utilização de obra já integrante do domínio público perpetuaria um “direito de autor mutante” às custas do interesse público (LANDAU, 2005, p. 42-45). Como aponta Griffiths (2015, p. 5-6), decisões judiciais posteriores têm seguido *Dastar*, de modo que a possibilidade de utilização do *Lanham Act* para tutelar a autoria de obras se revela remota.

4.5.2. Direito De Integridade e De Se Opor à Destruição da Obra

O direito de integridade, isto é, a pretensão contra modificações da obra que venham a prejudicar a honra ou reputação do artista, conta nos EUA com restrição a que não se sujeita a lei brasileira. Trata-se da determinação expressa de que reproduções não constituam modificações atentatórias à personalidade do autor²³².

Assim, o direito de integridade previsto pelo VARA previne somente alterações e mutilações ocorridas sobre o próprio exemplar da obra. A lei não oferece qualquer meio de oposição a imagens ou reproduções que atinjam a integridade da obra original (GINSBURG, 2001, p. 11)²³³. No Brasil, por exemplo, um autor de um quadro se encontra resguardado tanto contra danos materiais ao quadro,

²³¹ Ver a seção § 106A (a) (1) do *Copyright Act* (EUA, 2022).

²³² Ver a seção § 106A (c) (3) do *Copyright Act* (EUA, 2020).

²³³ Ginsburg (2001, nota 16), contudo, revela haver legislação estadual que protege autores contra imagens que venham a distorcer a integridade de obras.

quanto a estampas que ridicularizem a sua pintura e ataquem a sua honra ou reputação. Já nos EUA, o mesmo artista poderia prevenir apenas modificações físicas do quadro.

O VARA prevê ainda um terceiro direito, qual seja, oposição à destruição de obras de "reconhecida estatura" (extensão do direito de integridade), o qual não se encontra previsão expressa na Lei nº 9.610/1998.

A abrangência ou não, pelo direito de integridade, de uma pretensão em abstrato contra a destruição de obra, se relaciona aos interesses que este ordenamento visa proteger. Como nota Adler (2009, p. 269-271), o direito de integridade encontra justificativa tanto em uma visão personalística da criação, que encara a obra como "prole" de seu autor e emanação de sua personalidade, liame que intimamente os aproxima, quanto na preocupação com a preservação do gênio artístico para a posterioridade, em nome do interesse público.

Assim, sistemas jurídicos privatistas atentos sobretudo aos danos reputacionais a que a modificação da obra sujeita o seu criador tenderiam a não vedar a destruição da obra, a princípio. Isto porque a eliminação da obra das vistas do público não atingiria a honra e imagem do artista face a terceiros, ao contrário do que acontece quando a criação é mutilada ou distorcida. Por sua vez, em ordenamentos em que impera o interesse de preservação da arte em nome da coletividade, a destruição costumaria ser proibida (ADLER, 2009).

Em todo caso, somos levados a questionar como interpretar corretamente o artigo 24, inciso IV da Lei nº 9.610/1998. O problema é, em essência, se as modificações (incluindo-se a destruição, forma mais radical de modificação) têm de necessariamente prejudicar ou atingir o autor em sua reputação ou honra para que sejam oponíveis.

Ainda, deve-se discutir se honra e reputação são entendidas como atributos psíquicos do autor ou como qualidades objetivas, tomadas em relação ao público. Afinal, a destruição feita em segredo dificilmente ferirá a reputação do autor em relação à sociedade. Uma resposta conclusiva dependeria de análise da forma como a jurisprudência pátria encara o problema, o que foge ao escopo deste artigo.

5. CONCLUSÃO

Uma leitura precipitada deste trabalho simplesmente atribuiria as diferenças entre os regimes de direitos morais brasileiro e norte-americano às vicissitudes dos sistemas de direito de autor anglo-americano (*copyright*) e romano-germânico (*droit d'auteur*), aos quais cada ordenamento se encontra filiado. Não se pode ignorar, porém, a considerável aproximação que os dois blocos de direito de autor têm experimentado nas últimas décadas, promovida em grande parte por meio de tratados internacionais, sendo de especial relevo a adesão dos EUA à CUB, em 1988, e a subsequente criação de um estatuto federal de direitos morais, na forma do VARA. Não fosse esse movimento de aproximação, seria improvável comparar, com profundidade, o tratamento dado por cada ordenamento aos direitos morais.

Não obstante, é inegável que a tradicional aversão do direito norte-americano a justificações personalísticas para a proteção de obras artísticas e a sua predileção por narrativas utilitárias, voltadas à maximização da produção criativa, têm impactos evidentes sobre o tratamento que lá se dá aos direitos morais. De outro lado, a longa experiência jurídica brasileira com os direitos morais de autor, que aqui não tardaram a ser reconhecidos, bem como suas tendências privatistas, também dão forma ao nosso direito moral de autor.

Vê-se que os tipos de valores que impregnam duas culturas jurídicas distintas têm notável influência sobre as suas respectivas ordens normativas: nesse mister, nota-se uma maior timidez no regime norte-americano de direito morais, manifesta em múltiplas instâncias: **(a)** O direito estadunidense reconhece expressamente direitos morais apenas a autores de uma estreita categoria de criações (obras de arte visual); por sua vez, no Brasil, a todo autor são conferidos os direitos de integridade e reivindicação de autoria; **(b)** Em regra, os direitos morais nos EUA não extrapolam o tempo de vida do autor, ao passo que os direitos de atribuição e integridade no Brasil persistem mesmo após a entrada da obra em domínio público, sendo potencialmente perpétuos; **(c)** Em ambos os países, os direitos morais são intransferíveis, embora apenas nos EUA eles sejam passíveis de renúncia, sob certas condições; **(d)** A legislação autoral brasileira reconhece a existência de um amplo rol de direitos morais; o direito estatutário norte-americano, porém, por pouco não se atém aos dois direitos referidos na CUB, apenas, dispondo também sobre um direito de se opor à destruição da obra; **(e)** A extensão e o significado dos direitos comuns aos dois sistemas (atribuição e integridade) variam. Em particular, o direito norte-americano não parece oferecer remédios contra a falsa atribuição de autoria a obras que não sejam de arte visual, limitação não encontrada no Brasil. No tocante à integridade, enquanto nos EUA esta se refere apenas a alterações no corpo físico da própria obra original, o direito brasileiro também permite que o autor se oponha a reproduções que atinjam sua honra ou dignidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADLER, A. M. *Against Moral Rights*. *California law review*, [Berkeley], CA, v. 97, n. 1, p. 263-299, mar. 2009. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=1365437>. Acesso em: 19 ago. 2023.
- ASCENSÃO, J. O. *Direito autoral*. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1997.
- BARBOSA, C. R. *Propriedade intelectual: introdução à propriedade intelectual como informação*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- BIRNHACK, M. D. Global copyright, local speech. *Cardozo arts & entertainment law journal*, [Nova Iorque], v. 24, n. 2, p. 491-547, 2006. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=888297>. Acesso em: 19 ago. 2023.
- BITTAR, E. C. *Direito de autor*. 4 ed. São Paulo: Forense Universitária, 2008.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 19 ago. 2023.
- BRASIL. Decreto nº 75.699, de 6 de maio de 1975. Promulga a Convenção de Berna para a Proteção das Obras Literárias e Artísticas, de 9 de setembro de 1886, revista em Paris, a 24 de julho de 1971. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 113, n. 86, p. 1-8, 9 maio 1975. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/d75699.htm. Acesso em: 19 ago. 2023.
- BRASIL. Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 136, n. 36, p. 9-11, 20 fev. 1998. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=9&data=20/02/1998>. Acesso em: 7 maio 2021.x
- BRASIL. *Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998*. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19610.htm. Acesso em: 8 nov. 2021.
- DWORKIN, G. *The moral right of the author: moral rights and the common law countries*. *Columbia-VLA journal of law & the arts*, [Nova Iorque], v. 19, n. 3-4, p. 229-268, 1994. Disponível em: <https://heinonline.org/HOL/LandingPage?handle=hein.journals/cjla19&div=15&id=&page>. Acesso em: 19 ago. 2023.
- ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. *Copyright Law of the United States (title 17) and Related Laws Contained in Title 17 of the United States Code*. Washington: United States Copyright Office: Library of Congress, dez. 2022. Disponível em: <https://www.copyright.gov/title17/>. Acesso em: 19 ago. 2023.
- FALSETTI, M. A. P. F. *A Sucessão no direito de autor*. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

FISHER, W. H. Theories of intellectual property. In: MUNZER, S. (ed.). *New Essays in the Legal and Political Theory of Property*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press, 2001. p. 168-200. *E-book*. Disponível em: <https://cyber.harvard.edu/people/ffisher/iptheory.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2023.

FRAGOSO, J. H. R. *Direito de autor e copyright: fundamentos históricos e sociológicos*. São Paulo: Quartier Latin, 2012.

GARG, S. *Moral Rights: A Comparative Analysis*. Monografia (Pós-Graduação em Propriedade Intelectual) – India University, Bangalore, 2006. *E-book*. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2487029. Acesso em: 19 ago. 2023.

GINSBURG, J. C. *A tale of two copyrights: literary property in revolutionary France and America*. *Tulane law review*, [Tulane], v. 64, n. 5, p. 991-1031, maio 1990. Disponível em: https://scholarship.law.columbia.edu/faculty_scholarship/620/. Acesso em: 19 ago. 2023.

GINSBURG, J. C. *Have moral rights come of (digital) age in the United States?*

Cardozo arts & entertainment law journal, [Nova Iorque], v. 19, n.º 1, p. 9-19, 2001. Disponível em: https://scholarship.law.columbia.edu/faculty_scholarship/4029/. Acesso em: 19 ago. 2023.

GINSBURG, J. C. *The most moral of rights: the right to be recognized as the author of one's work*. *George Mason journal of international commercial law*, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 44-86, jul. 2016. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2806316>. Acesso em: 19 ago. 2023.

GRIFFITHS, J. *Moral rights from a copyright perspective*. In: DUSOLLIER, S.; BRISON, F.; JANSSENS, M. C. (orgs.). *Moral rights in the 21st century / Le droit moral au 21ième siècle*. Bruxelles: Editions Larcier, 2015. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2659250>. Acesso em: 1º jun. 2021.

GUIBAULT, L. M.C.R. *Copyright limitations and contracts: an analysis of the contractual overridability of limitations on copyright*. Dordrecht, Países Baixos: Kluwer Law International, 2002. *E-book*. Disponível em: <https://dare.uva.nl/search?identifier=12f15091-4aa6-4237-8834-d43b419bdb1a>. Acesso em: 19 ago. 2023.

HUGENHOLTZ, P. B. *Flexible copyright: can the EU author's rights accommodate fair use?* In: OKEDIJI, Ruth L. (ed.). *Copyright Law in an Age of Limitations and Exceptions*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2017, p. 275-291.

LANDAU, Michael. *Copyrights, moral rights, and the end of the right of attribution under US trademark law*. *International review of law, computers & technology*, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 37-64, 2005. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13600860500051291?journalCode=cirl20>. Acesso em: 19 ago. 2023.

LANDES; William M.; POSNER, Richard A. *An economic analysis of copyright law*. *The journal of legal studies*, [Chicago], v. 18, n. 2, p. 325-363, jun. 1989. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3085624>. Acesso em: 19 ago. 2023.

NETTO, José Carlos Costa. *Direito autoral no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

PARANAGUÁ, Pedro; BRANCO, Sérgio. *Direitos autorais*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. *E-book*. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2756/Direitos%20Autorais.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2023.

RODRIGUES, D. O. *Limites aos direitos de autor sob a perspectiva do direito internacional dos direitos humanos: estudo dos limites aos direitos de autor frente aos direitos de acesso ao conhecimento e à educação nos ordenamentos internacional e interno*. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. *E-book*. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2135/tde-11022015-082708/pt-br.php>. Acesso em: 19 ago. 2023.

SOARES, M. V. S. *A perpetuidade dos direitos morais do autor frente à regra temporal: uma análise jurídica do domínio público brasileiro à luz da nova dinâmica autoral*. 2018. Monografia (Bacharelado em Direito) - Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2018. *E-book*. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/15961>. Acesso em: 19 ago. 2023.

SOUZA, A. R. *Os limites dos direitos autorais: uma interpretação civil-constitucional*. In: CONGRESSO DO CONPEDI, 14., 2005b, Fortaleza. **Anais** [...]. [S. l.: s .n.], 2005. Disponível em: http://www.publicadireito.com.br/conpedi/anais_fortaleza2005.html. Acesso em: 7 abr. 2021.

DIÁLOGO DE SOBREVIVENTES: UM BREVE ENCONTRO ENTRE CÂNDIDO E NICOLAS I

GLAUCO MARTINS GUERRA²³⁴

Será necessário empregar fraudes piedosas com o povo? - VOLTAIRE (Dicionário Filosófico, p. 108)

Mas se a história, onipresente, põe em jogo o social em sua totalidade, é sempre a partir desse mesmo movimento do tempo que, sem cessar, arrasta a vida, mas a subtrai a si mesma, apaga e reacende suas chamas. - Fernand BRAUDEL (Escritos sobre a História, p. 98)

Resumo: A novela anônima *NICOLAS I - Rei do Paraguai e Imperador dos Mamelucos*, uma espécie tardia de romance de cavalaria, foi publicada em meados do século XVIII, tendo por provável primeiro registro uma edição holandesa de 1756, em língua francesa. Alcançou intensa popularidade, por descrever o ambiente político, religioso e institucional da Europa do século XVIII, aproximando os contrastes coloniais à formação de um espírito de nação que cada sociedade estava construindo. A corrupção moral e sua perene incorreção fazem da narrativa fantástica e trovadoresca de Nicolas uma ponte para os grandes debates iluministas, provocando até mesmo Voltaire, cujo romance *CÂNDIDO ou o Otimismo* guarda relação não apenas no estilo cômico e burlesco, como também e especialmente converge em significados históricos e filosóficos que retratam os conflitos humanos e religiosos do Século das Luzes. Esse é o diálogo proposto.

Palavras-chave: Iluminismo; Colonização Ibérica; Marquês de Pombal; Voltaire; Antigo Regime.

1. EXPLOSÃO DE RACIONALISMO

O terremoto de Lisboa, ocorrido na manhã de domingo de 01 de novembro de 1755, Dia de Todos os Santos, dizimou sumariamente milhares de pessoas. Seguido de um maremoto, que então inundou a capital portuguesa, levando consigo mais e mais vidas, o evento sísmico abalou as convicções, certezas e reflexões no europeu do *Ancien Régime*.

Dessa explosão mortífera aos sobreviventes pouco restou, senão reconstruírem suas estruturas, suas relações e suas vidas.

Dois deles resolveram, no entanto, contar suas histórias acerca do que seria aquele segundo turno do século XVIII para a convulsão ibérica que se seguiu, narrativas essas recheadas de “estórias” bufas, picardias, malabarismos, fraudes e toda sorte (ou azar) de escaramuças. São eles Nicolas Roubiouni e Cândido, que jamais se encontraram e sequer estavam naquele fatídico evento natural.

A licença poética desse breve ensaio, contudo, pretende que ambos, num dia qualquer dos anos 1790, tenham a oportunidade de uma breve conversa, uma frugal tertúlia quem sabe nalgum café

²³⁴ Atualmente, mestrando em História Econômica na FFLCH/USP. Graduado em história. À época do envio do artigo, o autor ainda não tinha ingressado no mestrado. E-mail: glaucoguerra@usp.br

parisiense, após voltarem de suas fictícias e fantasiosas aventuras mundo afora. Calejados pelo tempo, proprietários de suas próprias experiências e embevecidos nos ares filosóficos da Ilustração, esses filhos do Antigo Regime se colocam a prostrar e pensar sobre as aventuras que tiveram.

Como se possível fosse, o diálogo foi registrado e será aqui brevemente desconstruído, a fim de apresentar uma ideia do ser iluminista não como um iluminado, mas precisamente como um indivíduo imerso em sofismas, que nasceu na fé aristotélica, estava adormecido nos postulados agostinianos e se fez humano na poiese criativa do racionalismo e do cientificismo. São dois europeus que ganham o mundo engajados na lógica cartesiana da sociedade mercantilista, imantados que estavam na lógica do poder maquiavélico.

Seriam dois inimigos, não fossem eles “irmãos de sangue” de um século convulsionado pelas ininterruptas transformações.

Essa é a viagem que se pretende fazer.

2. ENQUANTO ISSO, NA EUROPA

Após os salamaleques de praxe, Cândido convidou Nicolas para se sentar. Um tanto desconfiado, Nicolas deu vista d’olhos no ambiente, puxou uma das poltronas, dispensou o par de escolta e se acomodou.

“Fui para a América à procura de minha amada. Encontrei o Eldorado. Abarrotado de ouro e diamantes, deixei aquelas misteriosas cordilheiras e cachoeiras, cruzei novamente o Atlântico, acabei em Constantinopla. E só então, após muito andar, penar e desperdiçar toda minha fortuna, encontrei a doce Cunegundes, tomei-a em matrimônio, não sem antes uma vez mais me altercar com seu nobre e esnobe irmão. Hoje repousamos nossas vidas numa bucólica granja, trabalhando comunal e rotineiramente entre amigos no cultivo de nosso pequeno mas belo jardim.”

“Fui para a América à procura de meu destino. Após errar por terras ibéricas e inóspitas aos que muito querem da vida, desterreimei-me jesuíta na Província de Buenos Aires, com alguns erros e paixões cravados em minhas costas. Catequizei, ou melhor, tentei, pois o que precisavam mesmo era de subjugo. Logo, de tanto sentir o opróbrio gentio sobre a espada e a garrucha colonizadoras, àqueles seres da natureza conquistei. Liderei-os. Tornaram-me rei e disto saboreei a vingança no sangue ibérico derramado. Os guaranis me salvaram. Salvei a honra guaraníca. Pelas guerras, as missões resistiram. Minha fama correu campinas e capitâneas. Achei por bem conquistá-las e, pudera, aqueles mamelucos caçadores de índios deles também me fizeram rei. Ou melhor, imperador! Vai entender que bandeiras carregam os paulistas ...”

O silêncio se fez por alguns momentos. Os aromas de café e tabaco se misturavam. Cândido um tanto inquieto. Nicolas um tanto soberbo. Ambos senhores de suas ilustradas aventuras. Ambos senhores da razão de seus próprios tempos.

É nesse cenário que mais três quartos de hora transcorreram, numa conversa serena de homens que sabiam exatamente o valor de suas conquistas.

Personagens, críticas, estratégias, fofocas, teorias e filosofias navegaram nas palavras de cada um. Citaram com propriedade os conselhos de nomes como Luís da Cunha. Analisaram decisões sábias – algumas cruéis – de déspotas como Sebastião José de Carvalho. Comentaram editos e proclamas de Joões, Josés e Luízes que, a bem ou a mal, mudaram a face e as entranhas da Europa naqueles setecentos.

Exorcizaram a Companhia de Jesus, louvaram as Companhias de Comércio. Cantaram mais algumas glórias, declararam sua fé cristã, derrubaram odes às Ciências. Falaram até de um tal Vandelli, que teria exigido jardins e zoológicos para os estudos no Velho Mundo da botânica e da fauna coletadas no Novo Mundo, África e Ásia.

Ao final, com aspecto de saboroso cansaço e seguros por um vigoroso e régio aperto de mãos, aqueles velhos senhores concluíram que o século XVIII tinha lhes valido à pena.

3. A FICÇÃO COMO MEMÓRIA HISTÓRICA

Cândido e Nicolas são personagens ficcionais que, não obstante o humor e outros recursos literários confirmam às obras um sabor de deliciosa literatura burlesca, permitem ao historiador se conectar à questão jesuítica, à crise moral do europeu ilustrado, às guerras guaraníticas e ao clima de incertezas políticas e institucionais vivenciadas no ambiente colonial ibérico na segunda metade do século XVIII.

Nicolas tem a curiosa característica de ser um livro de autor anônimo, dando ainda mais ares de mistério não apenas à sua concepção, mas exatamente com quais propósitos – além da diversão literária e da crítica de costumes da época – foi produzido e rapidamente circulado. Tornou-se best-seller, foi registrado em gazetas, publicado em pelo menos quatro idiomas e comentado por Voltaire.

Cândido por certo teve inspiração em Nicolas, já que esse livreto, cuja primeira edição é de 1756, contém algumas das grandes questões europeias – como a jesuítica e a expiação inquisitorial²³⁵ – que Voltaire explorará com sagacidade em seu romance.

Aliás, os cenários de ambas as obras já faziam parte da imaginação coletiva europeia²³⁶: a América colonial, tomada por missões, nativos e riquezas, como palco de conflitos entre portugueses e espanhóis. Se um autor anônimo conta a história de um pequeno trapaceiro espanhol que chega ao rio da Prata como missionário e acaba rei dos guaranis e imperador dos paulistas, o filósofo francês romanceia a vida de um anti-herói que fará adoradores mundo e séculos afora, a exemplo do Macunaíma de Mário de Andrade²³⁷.

Ademais disso, as correntes iluministas tomaram conta não apenas de França, Holanda, Bélgica, mas sobremaneira do mundo ibérico. O papel reformador do Marquês de Pombal na educação contribuiu expressivamente para que a literatura, ao lado das Ciências e de outras expressões artísticas, ganhasse

²³⁵ VOLTAIRE, François-Marie Arouet. *Dicionário Filosófico*. São Paulo: Livros Escala, 2008, p. 476, verbete TORTURA: “Não foi nos séculos XIII ou XIV que esse fato aconteceu, mas no século XVIII. Os povos estrangeiros julgam a França pelos espetáculos, pelos romances, pelos belos versos, pelas atrizes de ópera, cujos costumes são tão doces, por nossos bailarinos de ópera, que têm tanta graça, pela senhorita Clairon [atriz e cantora de teatro cômico], que declama versos que arrebatam. Não sabem, contudo, que não há, no fundo, nação mais cruel que a francesa.”

²³⁶ VERÍSSIMO, Fernanda. *Posfácio de História de Nicolas I, Rei dos Paraguaios e Imperador dos Mamelucos (1756)*. São Paulo: Editora Unesp, 2017, p. 130: “Assim, a história de Nicolas I encaixa-se em narrativas já conhecidas na Europa – das maravilhas e dos horrores do Novo Mundo, da admiração e do desprezo quase equivalentes pelos jesuítas, das façanhas de aventureiros amorais – e usa de todos os artifícios pra parecer verdadeira.

²³⁷ A tradição romanesca atravessará inúmeros estilos literários e, no caso do Brasil, sob a análise crítica de Antonio Cândido, ganhará uma importância significativa no “jogo de ordem e desordem” (expressão da Historiadora Iris Kantor em aula proferida na cadeira História Ibérica II, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo em 19 de outubro de 2019), que tanto explica a naturalização da transgressão de um personagem cujo caráter não deu certo.

relevo. Até mesmo o arcadismo mineiro possui sementes nesse contexto, como observa Lilian Moritz Schwarcz²³⁸:

“Apesar da relação tensa que estabeleceu com a Arcádia Lusitana, cuja fundação presidiu em 1756, mas de cuja fidelidade sempre duvidou, Pombal acabou por apoiar um grupo de jovens escritores, entre eles brasileiros vindos de Minas Gerais. Era o mecenato pombalino que começava a se estabelecer a partir da eleição de estudantes como José Basílio da Gama (...)”.

Se Nicolas I é de grande vivacidade narrativa e muito realismo, Cândido se permite algum universo fantástico e hipérboles descritivas. Mas a metáfora do expurgo religioso percorre as duas histórias, numa clara sintonia (ou distopia) com a ojeriza que o extremismo da Companhia de Jesus, assim como o Santo Ofício e seus autos-de-fé²³⁹, vinham provocando no novo espírito europeu.

A definição de Voltaire para a Inquisição é auto explicativa²⁴⁰:

“A inquisição é, como se sabe, uma invenção admirável e totalmente cristã para tornar o papa e os monges mais poderosos e para tornar hipócrita todo um reino.”

Na mais recente edição brasileira de Nicolas I, Fernanda Veríssimo identifica a aproximação das obras não apenas pela alma aventureira que o Iluminismo resgatava, mas também e fortemente pelo tema jesuítico das Missões²⁴¹:

“Centenas de diários de bordo, relatórios de exploração, relações de viagens, tratados científicos e cartas de missionários circulavam pela Europa do século XVIII, trazendo aos leitores as maravilhas, os horrores e, principalmente, os mitos das novas terras. As cartas dos jesuítas, em especial, informavam e influenciavam o pensamento da época. Lidas atentamente por Voltaire (que fez seu Cândido passear pelo Paraguai da Companhia de Jesus), Montesquieu e Rousseau, eram tidas como fontes de primeira mão para o debate sobre a colonização europeia na América.”

O “amor de la pátria”, tão depurado por Benito Feijoo²⁴² como “un vicio”, mas que tanto havia servido para a união entre reis e jesuítas na conquista de novos territórios em nome de uma Coroa, dava

²³⁸ SCHWARCZ, Lilia Moritz e outros. *A longa viagem da Biblioteca dos Reis – Do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2017, 2ª edição, 5ª reimpressão, p. 105: “Ao lado das reformas educacionais, era posta em curso uma ampla campanha visando atingir a opinião pública, envolvendo a imprensa e as artes em geral.”

²³⁹ SCHWARCZ, Lilia Moritz, ob. cit., p. 87: “Voltaire, no *Cândido*, revoltava-se contra a decisão dos ‘sábios’ da Universidade de Coimbra, que, depois do terremoto de Lisboa, acharam por bem realizar um auto-de-fé: ‘O espetáculo de algumas pessoas queimadas em fogo lento, em grande cerimonial, era um meio infalível de impedir a terra de tremer. (...) Esse mesmo tipo de juízo mais negativo, dirigido à carolice portuguesa e à sua instituição máxima – a Inquisição –, despontava em outros livros da época, em que se desconfiava do tribunal e de seus critérios, nem sempre religiosos.”

²⁴⁰ VOLTAIRE, François-Marie Arouet. *Dicionário Filosófico*. São Paulo: Livros Escala, 2008, p. 344. Sem papas na língua, o filósofo francês vai mais longe: “De resto, todos os procedimentos desse tribunal são bastante conhecidos; sabe-se como são opostos à falsa equidade e à cega razão de todos os outros tribunais do universo.”

²⁴¹ VERÍSSIMO, Fernanda, ob. cit, p. 110/111.

²⁴² FEIJOO, Benito. *Teatro Crítico*, 1726. Fonte: Biblioteca Feijoniana del Proyecto Filosofía en español (<http://www.filosofia.org/bjf/bjft000.htm>)

lugar a um nascente nacionalismo, cravado num poder régio esclarecido e consciente do quanto a dominação religiosa vinha sendo fonte de “revoluções, tumultos e escândalos”, que incitavam o rompimento do “vínculo de caridade cristã”, inflamavam “os ânimos dos fieis no espírito da divisão” e os alimentavam “de ódio e de inimizade”²⁴³.

Havia também toda uma complexa questão geopolítica em franca ascensão. O Tratado de Madri, firmado em 1750, reordenava limites e fronteiras territoriais, colocando o sul da colônia portuguesa na espiral de disputas com a Coroa espanhola. Nicolas e Cândido marcham por essas paragens, as quais Kenneth Maxwell assim descreveu²⁴⁴:

“Os problemas estratégicos e de segurança, na América, também preocupavam muitíssimo a nova administração. O Tratado de Madri, assinado em janeiro de 1750, apoiou a reivindicação portuguesa do domínio de toda a bacia Amazônica. Essa vasta região, que representa quase um terço do território da América do Sul, havia sido penetrada e tenuemente ocupada por mineradores e missionários luso-brasileiros, atraídos ao interior pela procura do Eldorado ou por visões de conversão dos pagãos.”

Todo esse efervescente quadro político, cultural, social e religioso transborda em Nicolas e Cândido, permeando a corrupção moral e sua incorreção que contaminavam os abalados ares europeus. O trovadoresco de Nicolas confabula com o onírico de Cândido, construindo uma ponte entre os diferentes espaços dos impérios ibéricos, para que os grandes debates iluministas que ganhavam evolutiva expressão tivessem sua influência tanto nas metrópoles, quanto nas colônias.

Cheias de significados, as incursões de Nicolas e Cândido, desde os Sete Povos das Missões até Constantinopla prenunciam a reconfiguração do mundo que está por vir, inclusive e, sobretudo, no continente africano.

4. ENQUANTO ISSO, NA AMÉRICA

O diálogo entre esses senhores, Nicolas e Cândido – que jamais se encontrariam no tempo cronológico, mas que assim podem fazer no tempo histórico, através do imaginário ficcional proposto – seria algo próximo de uma troca de experiências de suas aventuras pelo Novo Mundo.

Diria Cândido: “Estive pelas terras de seu império paraguaio.”²⁴⁵ No que Nicolas responderia: “É verdade? Por lá tudo é muito tenso e intenso. Os índios ‘desconfiam de tudo que vem de estrangeiros’ e ‘acreditam sempre que sua liberdade está ameaçada e que se preparam armadilhas para reduzi-los à servidão’. Foi bem tratado?”

²⁴³ *Alvará* de Marquês de Pombal, em nome do Rei D. José I, de expulsão da Companhia de Jesus dos domínios portugueses, firmado em 09 de setembro de 1773. Fonte: Arquivo Público Nacional de Lisboa.

²⁴⁴ MAXWELL, Kenneth. *Chocolate, Piratas e Outros Malandros – Ensaios Tropicais*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999, p. 101.

²⁴⁵ Autor desconhecido. *História de Nicolas I, Rei dos Paraguaiois e Imperador dos Mamelucos* (1756). São Paulo: Editora Unesp, 2017, p. 49.

Então Cândido replicaria: “Entre os missionários de Jesus sim, mas entre os selvagens eu só ouvia ‘é um jesuíta, é um jesuíta! Estamos vingados! Agora sim! Vamos comer jesuíta! Vamos comer jesuíta!’²⁴⁶. Isso me criou um intenso pavor, por óbvio.”

Nícolas, descolado ou debochado, daria a palavra final: “Entendeu agora? Se cá tem vez a Cultura, lá vez tem a culatra.”

Cumprimentando-se nas medidas de estilo da época, aqueles heróis sem tanto caráter se despedem, cada um seguindo seu curso nas brumas do passado.

O poder deve ser domesticado. É a filosofia política do século XVIII, com a qual Voltaire flertou intensamente, acompanhado que estava de outros grandes pensadores, todos se encarregando de traçar os novos parâmetros do Estado-Nação que nascia da repaginação da soberania monárquica, então subjugada a um racionalismo que ocupou o vácuo do misticismo em decadência.

A Deontologia é a ciência que estuda a obediência à intersecção desses ciclos. Iluminados como Luis da Cunha em suas *Instruções Políticas*, Pombal em seus *Alvarás Régios*, ou ainda Domingos Vandelli em suas Memórias, sabiam que os tempos haviam mudado.

Os mecanismos da centrifugação dos interesses da velha nobreza tornam necessário que se tenha um novo pacto social. O consenso não existe no começo desse novo modelo sócio-político, mas uma coisa é certa: o racionalismo seria a pauta a partir de então. O paradigma de passagem não é mais o irracional, fundado em atos reflexos humanos sob ordens divinas, mas o “razoável”, aquele meio de pensar que permite, no confronto e harmonia entre os atos do ser racional em composição com o irracional, encontrar uma solução.

A de Nicolas é a conquista pela força das armas. A de Cândido, o jardim.

²⁴⁶ VOLTAIRE, François Marie Arouet. *Cândido* (1759). Edição Ridendo Castigat Mores. Versão para eBook: eBooksBrasil.com. Fonte Digital www.jahr.org, acesso em 09/09/2019, p. 88.

DOCUMENTOS

- VOLTAIRE, François Marie Arouet. *Cândido* (1759). Edição Ridendo Castigat Mores. Versão para eBook: eBooksBrasil.com. Fonte Digital www.jahr.org, acesso em 09/09/2019.
- Autor desconhecido. *História de Nicolas I, Rei dos Paraguaiois e Imperador dos Mamelucos* (1756). São Paulo: Editora Unesp, 2017
- FEIJOO, Benito. *Teatro Crítico* (1726). Fonte: Biblioteca Feijoniana del Proyecto Filosofía en español (<http://www.filosofia.org/bjf/bjft000.htm>)
- MARQUÊS DE POMBAL, em nome do Rei D. José I. *Alvará Régio* de expulsão da Companhia de Jesus dos domínios portugueses, firmado em 09 de setembro de 1773. Fonte: Arquivo Público Nacional de Lisboa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- MAXWELL, Kenneth. *Chocolate, Piratas e Outros Malandros – Ensaio Tropicais*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz e outros. *A longa viagem da Biblioteca dos Reis – Do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2017, 2ª edição, 5ª reimpressão.
- VERÍSSIMO, Fernanda. *Posfácio de História de Nicolas I, Rei dos Paraguaiois e Imperador dos Mamelucos* (1756). São Paulo: Editora Unesp, 2017.
- VOLTAIRE, François Marie Arouet. *Dicionário Filosófico*. São Paulo: Livros Escala, 2008. Também consultada a edição São Paulo: Editora Nova Cultural, 1988

ENTRE A *JĀHILĪYYAH* E O *DĪN*: AS IMAGENS DE KHADĪJAH NO ADVENTO DO MUNDO ISLÂMICO SEGUNDO OS ESCRITOS DE AL-ṬABARĪ, AL-BUKHĀRĪ E IBN ISHĀQ

HELOISA MOTELEWSKI²⁴⁷

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar a formação de imagens narrativas sobre Khadijah bint Khuwailid, mulher central para o nascimento e desenvolvimento do Islã. Partindo das reflexões contemporâneas sobre o papel da mulher no mundo islâmico, busca-se refletir sobre a formação de um modelo comportamental feminino nos documentos islâmicos. Sendo assim, a análise toma como base as obras de al-Ṭabarī, al-Bukhārī e Ibn Ishāq, nelas objetivando constatar a construção de espectros específicos sobre a figura da comerciante mecana aos séculos VIII e IX E.C.

Palavras-Chave: História islâmica; Khadijah; Al-Ṭabarī; Al-Bukhārī; Ibn Ishāq.

1. INTRODUÇÃO

O estabelecimento das regiões localizadas ao norte africano e à porção asiática turco-arábica no cerne das discussões internacionais vem aproximando, conforme já expresso por Salem (2013), os olhares acadêmicos – mas não só – sobre os aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais da vida nessa região. A percepção ocidental pautou-se muito veementemente, desde então, em intensos debates acerca dos lugares conferidos às mulheres nessas sociedades com ocupação islâmica. Neste cenário internacional, ressaltaram-se as atuações dos movimentos feministas, os quais, não obstante, foram permeados muitas vezes por vieses orientalistas de atuação, negando a agência de pensamento às mulheres muçulmanas ao se proclamarem seus salvadores. Ainda assim, é notável que, desde a segunda metade do século XX, algumas de suas vertentes demonstraram sua contrariedade à atuação colonialista. Dessa maneira, deslocando-se a uma concepção de luta por igualdade entre os gêneros segundo as concepções do próprio conjunto de ideais islâmicos, esses mesmos feminismos, ainda segundo Salem (2013), harmonizaram-se com as transformações socioeconômicas e políticas de tais países de população majoritariamente muçulmana, ecoando na reorientação dos papéis femininos e masculinos em meio às esferas sociais.

É, pois, a partir dos debates empreendidos no que toca à ação feminina muçulmana, suscitados em esfera internacional, que podemos nos direcionar para uma perspectiva histórica acerca dos olhares sobre tais atuações. Para tanto, nos é interessante recuperar alguns documentos islâmicos antigos. Vinculados à pretensão de se repensar o lugar feminino nas leis islâmicas da atualidade, tais escritos correm o risco de ser revisitados, porém, com limitações orientalistas e a-históricas. Ou seja, são textos que sofrem ameaças de serem lidos sob uma lente de preconceitos “ocidentais”, projetados sobre estas sociedades qualificadas

²⁴⁷ Graduanda em História na Universidade Federal do Paraná (UFPR) (2020-atual), realizou mobilidade acadêmica na Universidad de Málaga (2023-2024). E-mail: heloisamotelewski@gmail.com

como “orientais” sem os cuidados necessários para o entendimento de suas particularidades de composição social, cultural e histórica. Afinal, tal qual segue analisando Salem (2013), alguns estudiosos do tema, como Merssini, acabam por romper com a historicidade de tais documentações, de mesmo modo que negligenciam a intrínseca vinculação entre os aspectos culturais, religiosos e sociais, recorrente no mundo não-ocidental. Mesmo assim, mais recentemente, podem ser encontrados alguns estudos mais críticos em relação às fontes islâmicas, como o redigido por Amina Wadud, *Qu’ran and Women: Rereading the Sacred Text from a Woman’s Perspective* (apud SALEM, 2013). Nesta produção, a autora, reverberando a subjetividade interpretativa do *Qur’ān*, ilumina as questões adjacentes à assídua leitura e escrita masculina dos tempos passados, cujas repercussões lançariam a experiência feminina sob um prisma compreensivo igualmente masculino.

Sendo assim, torna-se imprescindível rememorar o cenário em que tais documentos, os quais serão aqui adiante analisados, acabam por ser reunidos e consolidados. Ainda conforme Salem (2013), se identifica a produção de tais fontes no período de governança dos abássidas. À vista disso, é importante ressaltar que neste mesmo momento, de acordo com o exposto por El-Fasi e Hrbek (2010), se substancializa também a *shari’a*, as *ahādīt* e, por conseguinte, o *fikh*, sua ciência especializada. Portanto, é ao seu período de expansão e, logo, de manutenção de uma variedade de povos ao interior de um novo Império, que surgem debates preocupados com as questões advindas de suas particularidades. Alicerça-se um contexto propício, conforme Ahmed (apud SALEM, 2013), a um espaço de dissensão entre o discurso originário de equidade e a interpretação abássida sobre a desigualdade entre os sexos.

Perante esses debates, parece essencial empreender um estudo analítico sobre a figura de Khadījah nos escritos medievais. Afinal, com a crescente retomada dos debates sobre o papel feminino no mundo islâmico, adjuntos a uma recuperação do passado como possível justificativa, torna-se necessário verificar como as figuras femininas centrais das narrativas islâmicas são retratadas nessa documentação. Deparamo-nos, então, com a primeira mulher a seguir os ensinamentos do Profeta, indispensável ao desenvolvimento da fé islâmica no mundo arábico. Em Khadījah, ou mais bem dito, em sua representação, objetivamos, então, encontrar a delineação de um modelo islâmico de atuação feminina, de um discurso basilar sobre o papel da mulher nas primeiras sociedades islâmicas. Para isso, seguimos três documentos centrais, a saber: *Ta’rīkh al-rusul wa’l-mulūk*, de al-Ṭabarī; *Sīrat Rasūl Allāh*, de Ibn Ishāq; e *Sahīh Al-Bukhārī*, de al-Bukhārī. Contudo, nossa preocupação fundamental, ao contrário da postulação de muitos estudiosos, não se encontra na veracidade das narrativas. Isso porque almejamos compreender como espectro de Khadījah repercutiu, e repercute, no ideário islâmico. Logo, talvez uma simples verificação da autenticidade tenha neste caso mero papel secundário, ao passo que, em sendo verdade ou não, muitas dessas histórias seguiram neste imaginário islâmico. Há, ainda, de se ressaltar nossos anseios de, por meio dessa abordagem, contribuir para a expansão dos debates sobre uma medievalidade decolonial e provincializada, pois, seguindo as propostas de Silveira (2019), objetivamos deslocar as narrativas medievais do contexto europeu para cenários históricos outros, particulares. Assim, seguiremos, agora, a um estudo sobre as fontes, dos quais partiremos à análise sobre os papéis desempenhados por Khadījah em seus tratados, e, assim, sobre a sua delineação de uma função modelar.

2. AL-ṬABARĪ, AL-BUKHĀRĪ E IBN ISHĀQ E A DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA

Inseridas nos contextos políticos que permeiam os séculos VIII e IX E.C., segundo as informações já referenciadas em nossa introdução, as produções de al-Ṭabarī, Ibn Ishāq e al-Bukhārī, todas originalmente escritas em árabe, constituem gêneros documentais distintos, mas integrantes essenciais da tradição de regulamentação da conduta islâmica. O primeiro, uma obra historiográfica; o segundo, uma biografia do Profeta; e o terceiro, uma coletânea de *ahādīt*. Intrinsecamente correlatos à *Sunnah*, antologia dos feitos e falas do Profeta, os textos, ocupando uma posição secundária em relação ao *Qurʾān*, conforme relatam al-Fārūqī e al-Fārūqī (2016), são, pois, meios de esclarecê-lo, exemplificá-lo, particularizá-lo ou generalizá-lo quando necessário. Por essa forma, seriam instrumentos de auxílio para o cumprimento das obrigações éticas, legais e sociais da fé islâmica, constituindo um recurso de orientação por sua fidelidade à mensagem do Profeta. Desse modo, torna-se o “ministério de Muḥammad” (AL-FĀRŪQĪ; AL-FĀRŪQĪ, 2016, p. 33, tradução nossa), vinculando a percepção ideal e a ação, o pensamento, a vida e a história em suas prescrições.

Nesse âmbito, as coletâneas de *ahādīt* são organizadas em seis textos canônicos, dentre os quais *Saḥīḥ Al-Bukhārī* é tido como o de maior autenticidade. Redigidos segundo uma cadeia de transmissão, a *ʿisnād*, cada *ḥādīt* se constitui, conforme informa Elewa (2019), por uma narrativa de singulares aspectos linguísticos, paralinguísticos e extralinguísticos. Logo, afirma-se a centralidade da oralidade, respaldando-se na autoridade e legitimidade de personagens centrais à história islâmica (AWDE, 2000). Essa corrente de transmissão, para além da obra de Al-Bukhārī, está presente nas produções de al-Ṭabarī e Ibn Ishāq, constituindo, ao que parece, uma repetição narrativa cujas implicações determinam, em consonância com o defendido por Crow e Mansor (2017), o destaque de sua diversidade de predisposições práticas. Assim, acreditamos poder estender as motivações do “Movimento *Saḥīḥ*” (CROW; MANSOR, 2017, p. 72, tradução nossa) às três obras, pois, seguindo sua contextualização, notamos uma possível justificativa para a sua redação nos anseios de recuperar um passado que, paulatinamente, assumia o esquecimento. Assim, pode-se deduzir que tais escritos se constituem como formas de “proporcionar uma nova medida de certeza para aqueles desejando emular o exemplo do Profeta Muḥammad” (CROW; MANSUR, 2017, p. 72, tradução nossa).

Seguindo um contexto de impulso semelhante, os autores e seus escritos mostram-se, contudo, permeados por inúmeras particularidades. O primeiro deles, Muḥammad ibn Ishāq ibn Yasār, descendia, tal qual outros estudiosos da vida do Profeta, de uma família já estabelecida nesses ramos de erudição. Afinal, segundo o retratado por Watt (1988), tanto seu pai quanto o seu tio assumiram importante papel nos estudos biográficos de Muḥammad. Desse modo, ao longo de sua vida, torna-se perceptível, conforme a biografia traçada por Watt (1988), a relevância adquirida por sua obra, a *Sīrat Rasūl Allāh*, respaldada em uma base histórica concreta, ainda que, por vezes, diste de qualquer referência às origens das informações apresentadas. Por consequência, sua expressividade, não limitada à sua época, acabou por influenciar a *Tārīkh al-rusul waʾl-mulūk* de al-Ṭabarī. Diferindo por uma menor atenção às passagens corânicas, tal qual alegado por Watt (1988), o documento se sustenta nos relatos de uma longa lista de personagens. Em seu entremeio, situam-se, ainda, linhas cronológicas, histórias familiares e citações poéticas, revelando as memórias individuais e grupais sobre os acontecimentos da história islâmica. De forma contrastante, *Saḥīḥ Al-Bukhārī* aparece como resultado da missão purificadora de *ahādīt* admitida por Muḥammad ibn Ismaʿīl al-Bukhārī, um estudioso que, similarmente a Ibn Ishāq, era herdeiro direto de um acadêmico de seu ramo, um tradicionalista *faqīh*. Congregada sob o título *al-Jamī al-saḥīḥ al-musnad min ḥadīth Rasūlillāhi wa sunanīhi wa ayyamīhi*, a obra trata dos fundamentos da *ʿisnād* e da

Thiqat, ou seja, sobre a cadeia de transmissão das narrativas sobre o Profeta e sobre a confiabilidade dos tradicionalistas – bases, vale acentuar, do sunismo (CROW; MANSUR, 2017).

Tendo isso em vista, explicita-se certa contradição, estabelecida entre o apoio na autoridade e credibilidade dos testemunhos utilizados e a desconfiança contemporânea dos estudiosos ocidentais em relação à veracidade destes textos. Por isso, mesmo que esse aspecto de fidedignidade não seja o ponto central deste texto, acreditamos ser necessário retomar algumas das preposições de Watt (1988) e de Salem (2013) acerca do trato de uma documentação como essa. Inicialmente, é preciso alertar sobre a impossibilidade de ordenação cronológica dos *ahādīt*, tendo em vista sua não demarcação temporal explícita. Para além disso, deve-se ter em consideração a constituição de campos de estudos diversos sobre este material e a *Sīrah*. Igualmente, é necessário que desloquemos nossa perspectiva para a complexidade da tradição islâmica. Por essas considerações, é possível, então, propiciar uma análise mais precisa das fontes, evitando um viés Orientalista, simplificadora dos documentos para sua adequação aos ideais “ocidentais” sobre um “Oriente” muçulmano, por exemplo.

Enfim, devemos retomar mais um elemento competente às essências das documentações aqui analisadas. Trata-se, conforme a introdução de Watt (1988), da relevância da genealogia às narrativas das sociedades árabes. Por esse aspecto, de intensa importância ao nosso escopo analítico, introduzimos um dos papéis de notoriedade tomado pelas mulheres nos relatos transmitidos, estando na construção das árvores familiares dos grandes personagens e, por conseguinte, em seus discursos de legitimação. Ademais, mesmo sendo primordialmente escritas por homens, tais narrativas eram expressas verbalmente por mulheres, como garante Ahmed (1992), reverberando a importância da autoridade feminina na oralidade, reconhecida nos tempos iniciais do islamismo. Isso se daria, ainda segundo essa autora, em consonância com os tempos de *Jāhiliyyah*, ou “Era da Ignorância”, conforme a definição árabe muçulmana. Nesse sentido, encontramos a oportunidade para suscitar o debate sobre a autoridade de Khadijah nos relatos transmitidos, a qual deve ser analisada em seus pormenores, porquanto, como assevera Ahmed (1986, p. 676, tradução nossa),

[...] à natureza de nosso objeto é precisamente essas intimidades e detalhes ‘irrelevantes’ na vida de homens que porém foram tradicionalmente deixados governar e circunscrever inteiramente as vidas das mulheres, que inevitavelmente devem estar na vanguarda de nosso interesse, como deve finalmente ser nossa preocupação examinar, por, em parte, observar estes detalhes, a potencialidade do Islã no respeito a pessoas de mulheres.

3. AS IMAGENS DE KHADIJAH NAS NARRATIVAS ISLÂMICAS

Talvez a mais central destas figuras femininas, acima mencionadas por Ahmed, seja, pois, Khadijah. A nossa escolha por tê-la como o objeto desse estudo parte de sua essencialidade ao desenvolvimento da religião islâmica, à atuação do Profeta e à sua estabilização nas esferas públicas, sociais ou políticas. Afinal, seguindo o pressuposto por Awde (2000), consideramos as mulheres da família de Muḥammad as primeiras devotas do Islã, e, por ter sido Khadijah sua primeira e única esposa enquanto viveu, conforme relatam al-Fārūqī e al-Fārūqī (2016), é indispensável avaliar as contribuições de sua atuação para o desenrolar das primeiras etapas históricas do Islã. Inicialmente, conforme verificado em generalidade à bibliografia consultada, é evidente que a quase totalidade de sua participação nas narrativas

muçulmanas se dá através de seu casamento com o Profeta. Dessa forma, sua biografia é permeada pelas relações afetivas que os uniram durante suas vidas, as quais se desvelaram nas memórias sentimentais de Muḥammad, expressas até o dia de sua morte. Entretanto, é urgente que tais relatos sejam mais atentamente analisados, abstraindo, segundo a exortação feita nas páginas anteriores por Ahmed (1986, p. 676), informações mais precisas sobre a participação feminina no mundo islâmico à época de seu advento. Assim, as descrições sobre a contração matrimonial de Khadījah e Muḥammad podem nos oferecer detalhes interessantes sobre seu lugar na sociedade mecana, tais como esse trecho da obra de Ibn Ishāq, referente ao momento de seu primeiro encontro:

Khadīja era uma mulher mercadora de dignidade e fortuna. Ela costumava contratar homens para levar mercadorias para o exterior em uma base de compartilhamento de lucros, pois os Quraysh eram um povo dado ao comércio. Agora quando ela ouviu sobre a veracidade, confiabilidade e caráter honroso do profeta, ela enviou por ele e propôs que ele deveria levar seus bens à Síria e comercializar com eles, enquanto ela o pagaria mais que ela pagou outro. Ele levaria com ele um de seus rapazes chamado Maysara. O apóstolo de Deus aceitou o pedido, e os dois seguiram até que eles vieram à Síria (IBN ISHĀQ, 2004, p. 82, tradução nossa).

Conhecendo-se ao momento da integração de Muḥammad à carreira comercial de Khadījah, a relação entre os personagens realça a posição financeira destacada de nossa protagonista. Ademais, informa sobre a extensão de suas atividades mercadoras até as regiões sírias, sobressaindo-se, assim, o seu poder mercante. Por esse modo, indica para sua integração prestigiada em sua tribo, a dos Quraysh, evidenciada em sua época pelas intensas associações comerciais que desenvolvia. Diante desse posicionamento, é interessante analisar algumas das descrições de sua agência sobre o matrimônio, como a feita por al-Ṭabarī:

Al-Wāqidī: [...] Ela era uma mulher respeitada, e todos dos Quraysh estariam ávidos por se casarem com ela e gastariam muito dinheiro para esse fim a que aspiravam. Ela chamou o seu pai à sua casa, empanturrou-o com vinho até ele ficar bêbado, abateu uma vaca, ungiu-o com perfume e o vestiu em trajes cerimoniais listrados; então ela chamou o Mensageiro de Deus e seus tios e, quando eles chegaram, seu pai o casou com ela [...] ele disse, ‘Eu faria isso, quando os mais importantes homens de Meca te pediram a mim e eu discordei?’ (AL-ṬABARĪ, 1988, p. 49, tradução nossa).

Por este excerto de sua produção, reafirma-se, então, a posição social destacada de Khadījah. Em um primeiro momento, por seu caráter respeitável entre os Quraysh, sendo desejada como esposa por todos os homens da tribo. Em um segundo plano, por sua virtuosidade na predileção a Muḥammad, recusando o casamento com os homens mais poderosos de Meca, ao reconhecer as qualidades do Profeta. Mas, de modo mais proeminente, afirma-se sua autonomia perante a escolha de seu marido e a realização de seu matrimônio, realçada no direcionamento das ações de seu pai para tal fim – teria ela o embebedado e o adulado antes da cerimônia, e, quando consciente, seu pai questionou por qual motivo teria feito isso, ao passo de ter já recusado enlances com os homens mais importantes da região. Com esta imagem de mulher independente e astuta, conseguimos perceber a aplicabilidade da tese de Ahmed (1992) sobre a liberdade feminina nos tempos de *Jābilīyyah*. Todavia, ressalva-se que tal préstimo teórico se dá de forma restrita, ao passo que consideramos, assim como Koehler (2011), a limitação representativa de Khadījah sobre as oportunidades concedidas às mulheres de sua alta classe. Essas possibilidades são observadas, por

meio de Bahri e Batoebara (2020), em seus três casamentos, na promoção de atividades comerciais e no papel de relatora na sua comunidade. Por essa forma, ressoa a assertividade das mulheres árabes abastadas do século VII E.C., identicamente vista na possibilidade de ter fixado um contrato matrimonial monogâmico com Muḥammad (AHMED, 1992).

Por esse modo, é notória a complexidade que se estabelece sobre o seu posicionamento prático na sociedade de Meca de seu século. Extrapolando a narrativa de Bahri e Batoebara (2020), salientadores de suas funções de esposa, mãe e dona de casa, ademais de filantropa e administradora, podemos encontrar na documentação analisada cinco imagens fundamentais às narrativas islâmicas. A primeira, e talvez a mais destacada pelos autores, é a de seu apoio às ações do Profeta, visto que:

Por isso o Mensageiro de Deus começou a proclamar a graça de Deus a ele mesmo e aos servos (de Deus) ao conferir-lhe profecias. Ele o fez em privado àqueles de sua família que nele confiavam. É relatado que das criaturas de Deus a primeira a apoiá-lo verdadeiramente, a acreditar nele, e a segui-lo foi sua esposa Khadijah. (AL-ṬABARĪ, 1988, p. 77, tradução nossa).

Por essa forma, enquanto a primeira seguidora da religião do Profeta e a primordial “mãe dos fiéis” (KATHUN, 2021, p. 154, tradução nossa), a comerciante mecana se institui na demarcação do ponto inicial da propagação da fé islâmica, demonstrando a importância para sua formação e desenvolvimento. Nesse mesmo sentido, é construída a base de uma imagem de atuação modelar feminina, decorrendo de sua resposta imediata ao chamado do Profeta. Perpetuando, assim, uma constituição exemplar no imaginário islâmico, Khadijah expande tal concepção ao edificar sua atuação no mundo público, em conjunto à pregação coletiva de Muḥammad. Esta é primordialmente percebida no seguinte trecho de al-Ṭabarī, enfatizado sobre as atividades religiosas públicas de ambos:

Abū Kurayb – Yūnus b. Bukayr – Muhammad b. Ishāq – Yahyā b. Abī al-Ah'ath al-Kindī, um estudioso Kūfan – Isma'īl b. Iyās b. 'Afīf – seu pai – seu avô: [...] Eu disse, ‘Abbās, que religião é essa? Não sei que religião é essa.’ Ele respondeu, ‘Esse é Muhammad b. 'Abdallāh, quem reivindica que Deus o mandou como Seu Mensageiro com esta (religião), e que os tesouros de Cosroes e César serão dados a ele por conquista. Essa mulher é sua esposa Khadijah bt. Khuwaylid, quem nele acreditou, e esse jovem é seu primo 'Ali b. Abi Talib, quem nele acreditou’. (AL-ṬABARĪ, 1988, p. 82, tradução nossa).

Infere-se, portanto, não apenas o apoio emocional à missão profética de seu marido, mas também a fundamentalidade de sua atuação pública na divulgação do Islã. Afinal, como analisa Ahmed (1992), sua maturidade e sua alta posição social e econômica na tribo dos Quraysh teria servido elementarmente para a propagação da mensagem da nova fé entre seu clã e, possivelmente, entre toda a comunidade. De autoridade eminente entre seu povo, Khadijah, então, mostrou-se também como defensora da pregação de seu esposo, imagem esta, perpetuada pelas narrativas de Ibn Ishāq:

Khadija acreditou nele e aceitou como verdade o que ele trouxe de Deus, e o ajudou em sua tarefa. Ela foi a primeira a acreditar em Deus e Seu apóstolo, e na verdade de sua mensagem. Por ela Deus acendeu a chama de Seu profeta. Ele se deparou com contradições e acusações de mentira, o que o entristecia, mas Deus o confortou através dela quando ele foi para casa. Ela o fortaleceu, acendeu sua chama, proclamou a verdade,

e depreciou a oposição dos homens. Que Deus Todo-Poderoso tenha piedade sobre ela! (IBN ISHĀQ, 2004, p. 111, tradução nossa).

Tal postura protetiva, não obstante, não surtiu o mesmo efeito repelindo os ataques dirigidos contra ela quando as perseguições dos líderes mercantis de Meca iniciaram. Movidos pela desaprovação corânica de muitas de suas atitudes e costumes, bem como pelo temor do avanço do número de seguidores e, por conseguinte, da amplificação do poder de Muḥammad, em conformidade com o exposto por Watt (1988), as ações desses indivíduos insatisfeitos limitaram-se, em um primeiro momento, a ataques diretos à pessoa do Profeta. Contudo, com o desenrolar das tensões, esses chefes mercantis, de acordo com Koehler (2011), chegaram a impor dificuldades à realização de suas atividades comerciais. Conhecendo, entretanto, que os recursos financeiros movidos por Muḥammad integravam o conjunto de bens detidos por Khadijah – uma informação que, desafortunadamente, escapa a muitas das produções bibliográficas lidas –, é interessante conceber como tais perseguições afetaram diretamente essas posses. Portanto, tem-se como consequência desse processo o empobrecimento da família de Khadijah, legando a seu marido e suas filhas uma herança praticamente nula, tal qual levantado por Ahmed (1986).

Não obstante, o que se avulta de maneira intrigante nestes ocorridos é o papel que a comerciante assume na interposição entre Muḥammad e Waraqa, parente cristão de Khadijah e estudioso que teria previsto as perseguições das quais estariam sendo vítimas. Seguindo o relato de ‘Aisha, redigido por al-Bukhārī, Khadijah teria sido a intermediária nas relações entre seu primo e seu marido, cujas ansiedades após a primeira revelação levam-na a consultar o seu parente sobre o ocorrido:

Khadijah então o levou a Waraqa bin Naufil, o filho do tio paterno de Khadijah. [...] Khadijah disse (a Waraqa), “Oh meu primo, escute o que seu sobrinho irá dizer.” Waraqa disse, “Oh meu sobrinho! O que você viu?” O Profeta então descreveu o que havia visto. Waraqa disse, “Esse é o mesmo Anjo (Gabriel) que foi enviado a Moisés. Quisera eu ser jovem.” O Apóstolo de Allah perguntou, “Essas pessoas me levarão para fora?” Waraqa disse, “Sim, pois ninguém trouxe o que você trouxe, mas foi tratado com hostilidade. Se eu permanecer vivo até o seu dia (quando começar a pregar), então o apoiarei fortemente” (SAḤĪḤ AL-BUKHĀRĪ, v. VI, Livro LX, n. 478, tradução nossa).

Depreende-se, por conseguinte, a segunda imagem transmitida sobre Khadijah: um elo ativo das conexões entre Muḥammad e outros personagens fundamentais à história islâmica. Afinal, fora por seu contato primordial em tempos de aflição, por sua relação longeva com seu primo, que se dera a mediação de suas conversas com o Profeta. Por esse modo, apreende-se, como intrínseca a essa segunda forma representativa, uma terceira figuração sua, manifesta na imprescindibilidade de suas ações para o reconhecimento da missão profética de seu marido enquanto tal. Isso pois, nessa passagem da vida de Muḥammad, a busca de Khadijah pelo familiar cristão lhe permite tomar um conhecimento mais bem amparado sobre os desígnios de Allāh para a suas ações, para além das já mencionadas hostilidades que, em sua decorrência, enfrentaria. De igual modo, e retornando ao início de nossa história, quando do seu encontro inicial, antes de a comerciante propor-lhe casamento, identifica-se a notoriedade da presença de Khadijah em outro acontecimento renderia ao Profeta o conhecimento de sua carreira religiosa. Partindo à viagem designada pela mercadora em direção à Síria, onde concluiria seus negócios, Muḥammad é seguido de dois eventos cruciais para as narrativas islâmicas:

Ibn Humayd – Salamah – Ibn Ishāq: Khadijah bt. Khuwaylid b. Asad b.'Abd al'Uzza b. Quṣayy era uma rica e respeitada comerciante. [...] Quando ela ouviu sobre a veracidade, confiabilidade e caráter nobre do Mensageiro de Deus, ela o enviou mais do que ela dava a outros homens que comercializavam para ela e também um de seus escravos chamado Maysarah. [...] O monge foi até Maysarah e disse, 'Quem é esse homem parado sob essa árvore?' Maysarah respondeu, 'É um homem dos Quraysh, um dos povos dos entornos sagrados [Haram].' 'Ninguém nunca parou sob essa árvore que não fosse um profeta,' disse o monge. [...] Eles asseveram que em algum lugar ao meio-dia o calor aumentou e Maysarah viu dois anjos lhe fazendo sombra enquanto guiava seu camelo. Quando chegou a Meca, ele trouxe a Khadijah sua propriedade, a qual ela vendeu pelo dobro do preço ou aproximadamente. Maysarah a informou sobre o que o monge havia dito e como ele mesmo havia visto dois anjos lhe fazendo sombra. Khadijah era uma mulher resoluta, inteligente e nobre, e para além disso Deus queria enobrecê-la. [...] Então ela se ofereceu a ele em casamento. (AL-ṬABARĪ, 1988, p. 47-48, tradução nossa).

Como se infere por essa passagem, é pela viagem prescrita por sua futura esposa que o Profeta se deparou com a revelação do monge, garantidora, como analisado por Watt (1988), de sua missão enquanto Mensageiro de Allāh. Além disso, com a visão do escravo de Khadijah, Maysarah, reafirma-se sua proteção divina, suas qualidades pessoais e seu lugar de escolhido por Allāh. De maneira até mais impressionante, a perspicácia de Khadijah acaba por ratificar essa relação especial entre o divino e o profético, astúcia essa descrita por al-Ṭabarī:

Ibn Humayd – Salamah – Muhammad ibn Ishāq – Isma'il b. Abi Hakīm o *mawlā* da família de al-Zubair: Haviam dito a ele que Khadijah disse ao mensageiro de Deus, para mantê-lo firme nas profecias pelas quais Deus lhe havia enobrecido, 'Primo, pode me dizer quando seu companheiro vem?' Ele respondeu, 'Sim', e ela disse, 'Então me diga quando ele vem.' Gabriel veio a ele como antes, e o Mensageiro de Deus disse a Khadijah, 'Khadijah, aqui está Gabriel que veio a mim.' Ela disse, 'Sim? Venha e se sente à minha coxa esquerda, primo.' Ele veio e sentou-se, e ela disse, 'Você pode vê-lo?' Ele respondeu, 'Sim,' e ela disse, 'Se mova e sente-se à minha coxa direita.' Ele o fez, e ela disse, 'Você pode vê-lo?' Ele respondeu, 'Sim.' Então ela estava aflita, e retirou seu véu enquanto o Mensageiro de Deus estava sentado em seu colo. Então ela disse, 'Você pode vê-lo?' e ele respondeu, 'Não.' Nisso ela disse, 'Primo, seja firme e se regozije. Por Deus, esse ser é um anjo e não diabo.' (AL-ṬABARĪ, 1988, p. 73).

Figura-se, dessarte, a sagacidade da “mãe dos fiéis”, cujo teste aplicado sobre a aparição do anjo Gabriel, intencionando saber sobre a sua verdadeira orientação mensageira, reitera seu caráter valoroso e inteligente, e confirma, mais uma vez, a associação divina do Profeta.

Para além desses três aspectos de Khadijah, delineados nos enredos da história islâmica, defrontamo-nos com o quarto: a sua aparição enquanto legitimadora e prestigiadora dos agentes políticos. Em razão dos conflitos surgentes e ressurgentes da morte e da sucessão de Muḥammad, sua primeira esposa torna a aparecer nos discursos de sustentação política de alguns personagens, valendo-se, principalmente, de suas relações de parentesco. Tal posicionamento pode ser abstraído do seguinte *ḥādīth*, escrito segundo o testemunho de Ibn Abi Mulaika:

[...] Ibn Abbas acrescentou. “O povo me pediu para fazer o juramento de fidelidade a Ibn Az-Zubair. Eu disse, “Ele é realmente intitulado para assumir a autoridade por seu pai, Az-Zubair era o ajudante do Profeta, seu avô (materno), Abu Bakr era companheiro (do Profeta), sua mãe, Asma’ era ‘Dhatun-Nitaq’, sua tia, ‘Aisha era a mãe dos fiéis, sua tia paterna, Khadijah era a esposa do Profeta, e a tia paterna do Profeta era sua avó. Ele mesmo era piedoso e casto no Islam, bem versado no Conhecimento do *Qur’an*. (SAḤĪḤ AL-BUKHĀRĪ, v. VI, Livro LX, n. 187, tradução nossa).

Em menção às tensões entre Ibn ‘Abbas e Ibn Az-Zubair, este trecho ilustra o uso dessa familiaridade com Khadijah como caminho para justificar a escolha de um indivíduo em detrimento de outro, defendendo a legitimidade de sua posição. Isso pois, ao ser requisitado a fazer o juramento de fidelidade a seu rival, o primeiro reconhece-lhe a autoridade por seu parentesco com as pessoas próximas ao Profeta, dentre as quais se mostra Khadijah. Entretanto, é interessante notar como sua caracterização limita-se à “esposa do Profeta”, enquanto ‘Aisha, também uma de suas esposas, aparece sob o título de “mãe dos fiéis” – algo que, contudo, não retira seu posicionamento de destaque em relação à vida de Muḥammad, e tampouco nas discussões sobre o reconhecimento político de Ibn Az-Zubair.

Harmonicamente, al-Ṭabarī remete à continuidade da posição central ocupada pela comerciante no mundo político de sua época. Ao lançar um olhar apurado sobre a sociedade de seu tempo, o historiador constata que “a casa de Khadijah naquele tempo era a casa que ainda é conhecida hoje como a Casa de Khadijah. É relatado que Mu’awiya a comprou e a transformou em uma mesquita à qual o povo poderia orar” (AL-ṬABARĪ, 1988, p. 50). Por esse modo, denota a importância adquirida por sua figura, posto que o *ḵalīfab* omíada utiliza de seu espaço de residência dentre suas medidas políticas. Talvez, assim, o governante estivesse fundamentado sua legitimidade através de sua religião, tendo em vista a intrínseca associação entre as esferas política e religiosa na medievalidade islâmica, de acordo com o inferido através da análise de Armstrong (2002). Diante desse fator, esbarramos, então, com a quinta e última imagem apreendida, observada no reconhecimento de Khadijah pela ortodoxia. Essa figuração aparece, especialmente, nos *ahādīt* de al-Bukhārī, em que Abu Huraira relata:

Gabriel veio ao Profeta e disse, ‘O Apóstolo de Allah! Essa é Khadija vindo a você com um prato com sopa de carne (ou alguma comida ou bebida). Quando ela o alcançar, cumprimente-a em nome do Senhor (i.e. Allah) e em meu nome, e a dê as boas novas de ter um palácio de *Qasab* no Paraíso onde não haverá ruídos ou cansaço (problemas) (SAḤĪḤ AL-BUKHĀRĪ, v. V, livro LVIII, n. 168, tradução nossa).

Receber as boas novas de seu lugar privilegiado no paraíso exprime, pois, um grande indicativo de sua estima dentro das narrativas islâmicas. Este está, igualmente, na consideração de seu casamento como marco temporal às narrativas de al-Ṭabarī, exemplificada pelo seguinte trecho: “Dez anos após o casamento do Mensageiro de Deus e Khadijah, os Quraysh demoliram a Ka’bah e então a reconstruíram” (AL-ṬABARĪ, 1988, p. 51, tradução nossa). Desse modo, conclui-se sua integração central no mundo muçulmano medieval, e sua repercussão prestigiada na ortodoxia da atualidade. Disse o Profeta: “A melhor das mulheres do mundo é Maria (em seu tempo), e a melhor das mulheres do mundo é Khadijah (em seu tempo).” (SAḤĪḤ AL-BUKHĀRĪ, v. V, livro LVIII, n. 163, tradução nossa).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Perante essa análise, empreendida desde três das principais obras islâmicas, o *Ta'riḫ al-rusul wa'l-mulūk*, de Al-Ṭabarī, o *Sīrat Rasūl Allāh*, de Ibn Ishāq e o *Saḥīḥ Al-Bukhārī*, de Al-Bukhārī, podemos, agora, traçar algumas breves considerações sobre a inserção histórica e a construção das imagens de Khadījah nessas narrativas. Primordialmente, deve-se refletir sobre a sua colocação, tal qual atestado por Ahmed (1982), em uma posição intermediária entre a “Era da Ignorância” e o início à pregação do Islā. Assim, em semelhança ao exposto pela autora (1992), usufruiu dos direitos da *Jāhiliyyah*, ou seja, a independência econômica e a iniciativa matrimonial monogâmica. Contudo, percebe-se, igualmente, os elementos atribuídos pela autora à transformação social islâmica em sua trajetória. Isso pois, mesmo em monogamia e com traços matriarcais, sua relação familiar, construída a partir do casamento com o Profeta, esboçou os primórdios da oficialização da patrilinearidade no Islā. Tal aspecto toma como respaldo contextual o intenso contato comercial entre Meca e outros povos, cujas consequências repercutiam sob a forma das influências iranianas, sírias, bizantinas, iemenitas e etíopes, especialmente desde as bases monoteístas de um casamento patrilinear. Além disso, remete à sedentarização de sua tribo, os Quraysh, processo que se reporta aos séculos V e VI E.C., resultando em nova concepção de mundo – esta que viria a se integrar ao Islā, articulando a hierarquização entre os gêneros no matrimônio e as visões de igualdade em sua perspectiva ética e espiritual (AHMED, 1986). Há, ainda, um centramento da família neste discurso religioso nascente, como demonstram al-Fārūqī e al-Fārūqī (2016), fator que talvez explique o comum trato de Khadījah apenas como esposa do Profeta, mãe de seus filhos e ama de sua casa.

Portanto, verificamos a construção de uma imagem feminina pautada em uma autonomia particular, na astúcia e inteligência de uma mulher nobre, ao mesmo tempo em que congrega os ideais familiares e coletivos da fé islâmica. Carrega em si o teor de equidade preconizado pelos primeiros islâmicos, tal qual de dissonância dos momentos de adaptação a uma nova concepção de mundo, cada vez mais próxima à afirmação das linhagens patrilineares. São essas dissonâncias, conforme já aferido por Kathun (2021), ecoantes na legislação e na ritualística islâmica, resultantes das interpretações medievais sobre o passado islâmico, adaptadas segundo o contexto de expansão dos Impérios omíada e abássida. Ademais, seriam os aspectos nos quais se manifesta o reconhecimento da submissão muçulmana, advogada pelo Islā clerical, supressor de abordagens outras sobre a naturalidade da sujeição da mulher na religião (AHMED, 1986).

Dessa maneira, voltamos aos debates contemporâneos sobre o lugar feminino no mundo islâmico. Reconhecendo, como Smith e al-Fārūqī (*apud* SALEM, 2013), a variedade nas formas de se conceber a liberdade, ora individual, ora coletiva e familiar, são impulsionadas novas discussões sobre a possibilidade de renovadas interpretações, tal qual como foram feitas à época dos primeiros califados. Frente a isso, ressaltamos a necessidade de que novos estudos sejam empreendidos para a fundamentação de interpretações mais precisas e contemporâneas dos escritos que, hoje, servem como base para a regência comportamental das mulheres islâmicas. Afinal, a contradição inerente aos modelos construídos, a exemplo de Khadījah, parecem não se conformar mais aos debates suscitados, acadêmicos ou não. Concluímos, então, este trabalho com uma proposta de reflexão sobre a postura de Sukaina, bisneta de Muḥammad, e sua ligação com os novos campos interpretativos, fundados frente às abordagens ambivalentes das mulheres que, tal como Khadija, se encontraram – e quiçá ainda se encontrem – entre a *Jāhiliyyah* e o *Dīn*, entre a “ignorância” e os preceitos islâmicos. Pois, “quando perguntada por quê ela era tão alegre e sua irmã Fatima tão solene, respondeu que era porque ela foi nomeada por sua bisavó

pré-islâmica, enquanto sua irmã foi nomeada por sua avó islâmica” (*apud* AHMED, 1992, p. 60, tradução nossa).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AHMED, Leila. *Women and the Advent of Islam*. *Signs*, v. 11, n. 4, p. 665-691, 1986.
- AHMED, Leila. Women and the rise of Islam. In: _____. *Women and Gender in Islam: historical roots of a modern debate*. Connecticut: Yale University, 1992. p. 41-63.
- AL-FĀRŪQĪ, I. R.; AL-FĀRŪQĪ, L. L. The Sunnah. In: _____. *The Qur'an and the Sunnah*. Petaling Jaya: International Institute of Islamic Thought, 2016. p. 27-75.
- ARMSTRONG, K. Desenvolvimento. In: _____. *O Islã*. Tradução de: Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Objetiva, 2002. p. 82-124.
- AWDE, N. Introduction. In: _____. *Women in Islam: An anthology from the Qurān and Hadīths*. Nova York: Routledge, 2000. p. 7-10.
- BAHRI, Saiful; BATOEBARA, Maria Ulfa. *The position and the participation of Khadijah in Developing Da'wah in Islam at First Period*. *Budapest International Research and Critics Journal*, v. 3, n. 1, p. 287-295, fev. 2020.
- CROW, K. D.; MANSOR, W. N. W. Muhammad ibn Ismā'īl al Bukhāri (194-256AH/808-870CE). In: WAIN, A.; KAMALI, M. H. (Ed.). *The Architects of Islamic Civilization*. Petaling Jaya: International Institute of Islamic Thought, 2017. p. 69-73.
- ELEWA, A. Authorship Verification of disputed hadiths in *Sahih al-Bukhari* and *Sahih Muslim*. *Digital Scholarship in the Humanities*, v. 34, n. 2, p. 261-276, 2019.
- EL FASI, Mohammed; HRBEK, Ivan. *O advento do Islã e a ascensão do Império Muçulmano*. In: EL FASI, Mohammed. (Ed.). *História Geral da África III – África do século VII a XI*. Brasília: UNESCO, 2010. p. 39-68.
- KATHUN, Mohasina. *Women in Islam: A Historical and Philosophical interpretation*. *Research Review*, v. 6, n. 1, p. 153-156, 2021.
- KOEHLER, Benedikt. *Female entrepreneurship in early Islam*. *Economic Affairs*, p. 93-95, jun. 2011.
- SALEM, Jackleen. *Women in Islam: Changing Interpretations*. *The International Journal of Humanities*, v. 9, n. 2, p. 77-91, 2013.
- SILVEIRA, A. D. da. *História Global da Idade Média: Estudos e propostas metodológicas*. *Roda da Fortuna*, v. 8, n. 2, p. 210-236, 2019.
- WATT, William Montgomery. Translator's Foreword. In: AL-ṬABARĪ. *The History of al-Ṭabarī*. Tradução de: W. Montgomery Watt; M. V. McDonald. Albany: State University of New York Press, 1988, p. xi-xlvi. v. 6: Muḥammad at Mecca.
- AL-ṬABARĪ. *The History of al-Ṭabarī*. Tradução de: W. Montgomery Watt; M. V. McDonald. Albany: State University of New York Press, 1988. v. 6: Muḥammad at Mecca.
- IBN ISHĀQ. *Biography of Muḥammad*. New York: Oxford University Press, 2004.

SAḤĪḤ AL-BUKHĀRĪ. Edição de: Mika'il al-Almany. Versão inglesa diretamente do árabe por M. Muhsin Khan.

O DIREITO SOCIAL À EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE ACERCA DAS MEDIDAS ALTERNATIVAS PARA O ENSINO REMOTO NO ESTADO DA BAHIA

JEIZIANE DA SILVA OLIVEIRA²⁴⁸

MARIA PRISCILLA ALMEIDA DOS SANTOS²⁴⁹

MARILENE CONCEIÇÃO FERREIRA²⁵⁰

Resumo: No ano de 2020, a propagação do vírus da COVID-19 resultou nas medidas de isolamento social e na suspensão de um ano letivo recém-iniciado. Diante do prolongamento do período pandêmico foram buscadas alternativas para que a educação seguisse como direito público e social. Nesse contexto, o presente texto possui como metodologia a pesquisa e análise documental, a partir de documentos contidos no site oficial da Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC-BA), além de revisões bibliográficas, com o objetivo de conhecer quais as medidas empregadas pelo órgão para o retorno às aulas no estado. Verificou-se, portanto, que foram disponibilizadas orientações pautadas nos protocolos preconizados pelos órgãos de saúde, bem como foram feitas adaptações para o ensino remoto, mas em contraste à realidade socioeconômica da população, este não garantiu acesso e permanência, ficando o direito à educação comprometido, apesar do cenário de emergência sanitária.

Palavras-chave: Educação como direito social; Escolas públicas; Ensino remoto; Pandemia; Estado da Bahia.

1. INTRODUÇÃO

Em 2020, a rápida propagação do vírus SARS-CoV-2 da COVID-19²⁵¹ e a inexistência das vacinas e/ou medicamentos comprovadamente eficazes exigiram o estabelecimento da quarentena e dos *lockdowns* como medidas de distanciamento social, prevenção e redução de contágio no sentido de evitar o colapso no atendimento de saúde e na relação da proporção entre pacientes e disponibilidade de leitos hospitalares (MAGALHÃES, 2021). Assim, “comércios, indústrias e serviços tiveram suas rotinas alteradas e não foi diferente com as escolas, nas quais, logo após o início do ano letivo, as atividades presenciais foram suspensas” (SAVIANI; GALVÃO, 2021, p. 37).

No entanto, não podemos deixar de refletir acerca da expectativa e da cobrança em torno de um posicionamento para o retorno às atividades educacionais. Neste panorama, o ensino remoto foi adotado e

²⁴⁸ Graduação em pedagogia pela Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS / BA. E-mail: jeisaolivieri@gmail.com

²⁴⁹ Graduação em pedagogia pela Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS / BA. E-mail: santosmp511@gmail.com

²⁵⁰ Graduação em pedagogia pela Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS / BA. E-mail: saantannamary@gmail.com

²⁵¹ De acordo com o Ministério da Saúde, SARS-CoV-2 é um coronavírus causador da Covid-19, uma infecção respiratória aguda, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global.

se expandiu também para a educação pública, porém, de acordo com Saviani e Galvão (2021), até mesmo para o funcionamento emergencial como substituto, seria preciso a consideração de determinadas condições para efetivar a prática dessa modalidade de ensino, dentre elas o acesso ao ambiente virtual, no que tange ao uso de equipamentos adequados (e não apenas celulares), acesso à *internet* de qualidade, familiaridade com as tecnologias, preparação docente para o uso pedagógico de ferramentas virtuais e acrescentamos aqui, a rotina familiar, condições gerais de vida e acompanhamento dos estudantes.

Ademais, em conformidade a Magalhães (2021), o ensino remoto mediado pelas plataformas tecnológicas, aplicativos de celulares e televisão, é passível de maximizar a sobrecarga de profissionais e potencializar as dificuldades das realidades dos estudantes, na medida em que afeta seu direito constitucional à educação, o qual está previsto na Constituição Federal de 1988 (art. 6º, Título VIII, art. 205) (BRASIL, 1988) e Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB – Lei de número 9.394 (BRASIL, 1996).

Com relação a esse contexto, consideramos os resultados da pesquisa TIC Educação 2020 (divulgada no site Agência Brasil) realizada pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação, junto a 3.678 escolas, expressando a indisponibilidade de aparelhos como entrave para o acompanhamento das aulas em escolas públicas estaduais (95% das respostas), destacando ainda, a maior dificuldade no acesso (em percentual de 92%) das áreas rurais em comparação às urbanas, bem como dificuldades de acompanhamento dos pais ou responsáveis, aumento da carga de trabalho dos professores, residências em áreas isoladas, vulnerabilidades na disposição de recursos alimentícios, falta de conhecimento dos professores com as tecnologias e falta de planejamento exequível para oferta de aulas para alunos com deficiências (AGÊNCIA BRASIL, 2021).

Acrescentamos, ainda, a reflexão feita por Magalhães (2021), que abrange a divulgação dos dados do Sistema Nacional de Educação, os quais expressam que 35 milhões de brasileiros não têm acesso a água tratada, 100 milhões não têm acesso a serviços básicos de esgoto, indivíduos que enfrentam problemas graves de nutrição e moradia, sem as mínimas garantias de saúde física e mental, para quem a tecnologia nunca foi (nem poderia ter sido) prioridade.

Diante disso, buscamos compreender de que maneira ocorreu o processo de retorno letivo mediante o planejamento da Secretaria Estadual de Educação do Estado da Bahia (SEC – BA). De acordo com informações do próprio site, a SEC-BA foi criada pela Lei nº 115 de 16 de agosto de 1895, inicialmente como Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública. Em julho de 1938, por meio do Decreto nº 10.859, recebeu a denominação de Secretaria de Educação e Saúde. Em abril de 1966 foi denominada Secretaria de Educação e Cultura, através da Lei nº 2.321. Após a extinção da Secretaria de Cultura (em 1961), ocorreram alterações organizacionais que levaram à denominação de Secretaria da Educação, mediante a Lei nº 6.812 de janeiro de 1995.

Nesta conjuntura, considerando o campo referente à volta às aulas durante o período pandêmico do estado da Bahia, o presente artigo possui como objetivo analisar os documentos contidos no site oficial da Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC-BA) a fim de conhecer as medidas empregadas pelo órgão para o retorno às aulas no estado.

2. METODOLOGIA

A partir das ideias de Cellard (2012), que conceitua a análise documental como método de pesquisa que se baseia na análise de documentos como fonte de dados tendo como procedimento a análise em três etapas: descrição, classificação e interpretação, realizamos uma análise documental numa perspectiva crítica, de modo que os resultados obtidos por meio desta análise serviram como elementos norteadores para que possamos compreender quais as providências adotadas pela Secretaria da Educação do Estado da Bahia (SEC-BA) para o retorno às aulas durante a pandemia, ao mesmo tempo em que relacionamos essas medidas com fundamentos teóricos, ou seja, foi feita também uma revisão bibliográfica.

Tivemos como foco oito documentos disponibilizados no site oficial²⁵², sendo: informativos destinados aos estudantes, familiares, professores, gestores e funcionários escolares; orientações gerais para as fases remota e híbrida e informações específicas voltadas para a biossegurança. Além disso, utilizamos o apoio de informações contidas em notícias oficiais publicadas no site do órgão, como explicitado anteriormente, durante o período pandêmico.

Em suma, esta análise crítica leva em consideração a circunstância social na qual os documentos foram produzidos, assim como os sujeitos a quem eles se destinam, os interesses e a natureza dos textos, no intento de estabelecer relações entre os elementos em foco e outros elementos teóricos que possam contribuir para a compreensão dos sentidos do material analisado.

3. CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS ORIENTAÇÕES PARA AS FASES REMOTA E HÍBRIDA

Com o advento da pandemia, dois termos ganharam evidência no campo educacional: ensino remoto e ensino híbrido. O ensino remoto é posto como substituto às aulas presenciais em caráter emergencial devido ao isolamento social, contando com formato virtual e mediado pelas tecnologias. Entretanto, esta modalidade não comporta aulas que possam contar com uma diversidade de formas de abordagem, além disso, compromete os tempos, espaços e compartilhamentos entre professores e estudantes visto que há uma redução da carga horária, do ensino, da aprendizagem e, em contrapartida, aumento de tarefas, atuando também em favorecimento a interesses mercantilistas (SAVIANI; GALVÃO, 2021). Quanto ao ensino híbrido, compreendemos que esta modalidade é caracterizada pela ocorrência de aulas presenciais em associação a atividades remotas.

Sobre a primeira fase de retorno às aulas no estado da Bahia (fase remota), foi publicado no site, em 13 de março de 2021, o Guia do Estudante e da Família (BAHIA, 2021d), o qual apresenta esclarecimentos acerca do duplo ano letivo 2020/2021, informações referentes à matrícula, carga horária, dias letivos, destacando o acesso aos conteúdos e realização das atividades de forma virtual pelos estudantes que dispunham de conexão à internet, enquanto aqueles que não tivessem essa disponibilidade, teriam o material entregue em mãos ou poderiam, através de dias e horários combinados, obtê-lo mediante a utilização da rede de *internet* da escola. Notamos aqui uma alternativa, entretanto, a mesma é limitada, já que o acesso ao conteúdo das aulas não era garantido e após a leitura do material de apoio, haveria uma lacuna entre as possíveis dúvidas dos estudantes e a explicação dos professores.

O documento informa sobre um programa de monitoria, com auxílio de 100 reais para que alunos monitores atuassem auxiliando os colegas nas áreas de Português e Matemática e adverte que, para os

²⁵² Disponível em: <http://www.educacao.ba.gov.br/>

residentes em áreas rurais que não pudessem comparecer à escola, o material pedagógico seria enviado, porém não tivemos informação de como se daria esse envio. Também encontramos a indicação de um canal de TV (TV Educa Bahia) que exibia aulas e contava com uma programação específica para os níveis fundamental e médio.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) divulgou o resultado da pesquisa “Resposta Educacional à Pandemia de covid-19 no Brasil” no ano de 2021. Por meio desta pesquisa, foi possível conhecer as ações que as escolas adotaram frente às medidas de enfrentamento e controle da disseminação do coronavírus.

Os resultados do Inep apontaram que para realização das atividades pedagógicas, diante da suspensão das aulas presenciais, além da disponibilização de material de ensino e aprendizagem impresso para retirada na escola, as estratégias mais utilizadas, apesar das dificuldades, envolviam a disponibilização de aulas (gravadas ou ao vivo) e materiais de apoio e atividades que requeriam o uso de *internet*. A transmissão de aulas por TV ou rádio ocorreu em menor frequência em comparação às atividades ligadas especificamente a aplicativos e plataformas online. Além disso, a maior estratégia para comunicação direta entre professores e estudantes se deu por meio de redes sociais, e-mail, aplicativos e telefones (INEP, 2021). Um aspecto que merece relevância na análise do Inep do ano de 2021 é a desigualdade em termos de infraestrutura das instituições escolares, a exemplo da falta de pelo menos um computador em 16.104 escolas da região Nordeste, sem contar a impossibilidade de acesso à rede de *internet* mesmo que para fins administrativos das instituições (FUNDAÇÃO ABRINQ, 2021).

Mais uma vez nos reportamos a Magalhães (2021), que destaca a desigualdade nas condições de acesso para famílias que já viviam em situação de vulnerabilidade e ressalta as barreiras do cotidiano dos estudantes que têm responsabilidades domésticas, que precisam trabalhar, que embora possuam celular, não dispõem de meios financeiros para adquirir pacotes de dados suficientes para o acompanhamento das atividades nas plataformas e aplicativos, os que foram acometidos (e sofreram perdas familiares) devido à COVID-19, e ainda as perdas de emprego dentro de suas famílias. Embora sejam resultados de estudos de amplitude nacional, não impede a correlação com o estado da Bahia, visto que o mesmo foi apontado anteriormente à pandemia, em 2019, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – como estado com maior número absoluto de pessoas em extrema pobreza (G1 BAHIA, 2020a).

Em relação à segunda fase das aulas, tivemos acesso ao *Guia da Fase Híbrida Estudantes e Familiares* (BAHIA, 2021b) publicado no mesmo site em 22 de julho, o qual elucida o retorno gradual dos estudantes, seguindo a organização de uma escala com divisão das turmas e destaque para o reconhecimento de sintomas e as formas como estudantes, familiares e escolas deveriam proceder diante dos mesmos. Nessa fase também é destacado o acompanhamento virtual. Verificamos, assim, em confluência a Araujo e Leite (2020), o reforço a uma prática seletiva de alguns, visto que poucos teriam o acesso necessário e irrestrito às tecnologias, um manifesto ao já referido caráter universal e obrigatoriedade de acesso à educação básica e à democracia.

O Guia apresenta pontos de convergências com o *Protocolo de Biossegurança da Fase Híbrida* (BAHIA, 2021g), e este destaca a formação de um Comitê Gestor e de um Plano de Contingência Escolar, para que fosse feito o acompanhamento das medidas preconizadas nos protocolos e a definição de ações nesse sentido. Ambos tratam da adequação física da escola, verificação de temperatura e distanciamentos, equipamentos de proteção individual, álcool 70% e material de higienização, atenção às refeições, realização de aulas práticas.

As recomendações se estenderam aos transportes escolares, ao número adequado de passageiros sentados, o respeito ao distanciamento necessário e o uso de máscaras. Neste ponto, voltamos nossa atenção para aqueles estudantes que dependem do transporte público. Em Salvador, por exemplo, a redução de 50% da frota de ônibus, em 2020, como prevenção às aglomerações e ao contágio por coronavírus, provocou nas primeiras horas de funcionamento da medida, diversas filas e lotação nos veículos disponíveis (G1 BAHIA, 2020b). O site O Globo (2021) publicou em maio a notícia de que, após um ano do início da pandemia no Brasil, diversas cidades ainda permaneciam com a frota reduzida.

Concordamos com Costa (2020) e Mello et al. (2020) quando ponderam que o contexto da crise sanitária influenciou o aumento das demissões, o reforço da informalidade e a já referida ausência de saneamento, especialmente diante de uma população que não dispõe de condições financeiras. Outro fator em evidência é o avanço da insegurança alimentar potencializado pelas restrições de renda e os preços praticados, sendo marcantes os efeitos da pandemia sobre estes valores desde o período em que ocorreu a intensificação do isolamento (SILVA FILHO; GOMES JUNIOR, 2020).

A pandemia gerou impacto na renda dos indivíduos, acentuou as situações de vulnerabilidade e comprometeu o desenvolvimento da educação pública de qualidade (BECSI, 2021). Muitas escolas já apresentavam problemas de infraestrutura, carência de materiais e, como aponta Becsi (2021, p. 37), “se em tempos normais, o Direito à Educação já estava comprometido, quem dirá no meio da maior crise sanitária da história”. O autor reflete acerca do declínio relativo aos recursos destinados a área nos últimos cinco anos e ressalta ainda, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 13/2021 que dentre outros aspectos, isenta os gestores caso não cumpram os gastos mínimos em investimentos educacionais (o que pode constituir um risco geral à educação, já que abre precedentes para que não sejam cumpridos esses investimentos), além de reforçar os princípios de limitação dos recursos educacionais, preconizados na PEC 95/2016 (BRASIL, 2016), a qual também afeta os investimentos na área de saúde.

Quanto à Educação Especial, o *Protocolo de Retorno às Aulas das Modalidades da Educação* (BAHIA, 2021h) e o *Fase Híbrida Educação Especial* (BAHIA, 2021a) abordam os cuidados de prevenção, informações referentes aos maiores riscos de contágio e destacam que cada instituição deve considerar as condições da comunidade para a organização do planejamento, lançando mão de plataformas de simples acesso, assim como materiais adaptados de acordo com a necessidade dos estudantes e manutenção do trabalho – remoto - dos profissionais especializados. Para as famílias que não dispunham de acesso à *internet*, a recomendação era de que as atividades fossem entregues com posterior devolutiva. Todavia, em conformidade a Becsi (2021), serviços essenciais que eram articulados à escola (a exemplo do apoio psicossocial) acabaram sendo interrompidos, podendo aumentar os níveis de estresse e ansiedade dos estudantes.

De acordo com Silva, Silvério e Vieira (2020), a educação inclusiva brasileira sempre enfrentou desafios para o atendimento satisfatório das necessidades dos estudantes, e isso foi intensificado diante da esfera pandêmica, o que inclui questões de formação profissional inicial e continuada, uso de instrumentos e materiais adequados, condições econômicas e disponibilidade adaptativa familiar, sendo que, neste período, acentuaram-se as barreiras rumo à aprendizagem e ao favorecimento da inclusão.

Dando continuidade à análise dos documentos, encontramos o *Guia da Fase Híbrida Professores (as)* (BAHIA, 2021c) e *Guia dos Gestores e Funcionários na Fase Híbrida* (BAHIA, 2021e). Neles, estão orientações a serem seguidas, como os cuidados de higienização e o revezamento do presencial que foi dividido em dois tempos, “Tempo Casa” e “Tempo Escola”. O professor deveria orientar os pais ou

responsáveis quanto a atividade que seria desenvolvida em casa, seguindo o planejamento docente, que deveria ser inclusivo e significativo para todos. A orientação era de que no “Tempo Casa”, os alunos acompanhassem os conteúdos a partir das atividades encaminhadas pelos professores tendo como suporte o “Caderno de Apoio a Aprendizagem” (os quais continham conteúdos e atividades), bem como de meios digitais.

Encontramos no site da SEC-BA, informações relacionadas à formação continuada dos professores, contudo, esta foi reformulada para atender às especificidades do horizonte em que a Educação se encontrava, com a criação de um espaço virtual para a sua realização. Também encontramos uma informação de março de 2021, referente à oferta de cursos voltados para o uso de ferramentas digitais e aulas online. Já em agosto, ocorreu uma live de lançamento da formação específica para a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Além dos documentos já citados aqui, a Secretaria da Educação do Estado da Bahia disponibilizou em seu site outro documento, as *Orientações Para Fase Híbrida* (BAHIA, 2021f), para a volta às aulas no ano letivo de 2020/2021 em formato híbrido – remoto e presencial – com objetivo de instruir os integrantes das comunidades escolares a como se comportarem no ambiente escolar e quais medidas protetivas tomarem para que as aulas pudessem acontecer de forma segura, demonstrando preocupação com a biossegurança dos alunos e de todos os funcionários da escola para que, segundo informações contidas nos documentos analisados, a mesma tivesse um bom funcionamento e que a biossegurança estivesse associada às práticas pedagógicas na garantia de uma educação de qualidade e equidade.

Os documentos analisados revelam semelhanças com os dados da já referida pesquisa “Resposta Educacional à Pandemia de covid-19 no Brasil” realizada pelo Inep em 2021 junto às escolas brasileiras, visto que aconteceram reuniões para planejamento, coordenação, reorganização para atender ao momento de isolamento, considerando questões de higienização e do uso de equipamentos de proteção individual assim como a redução do número de pessoas em ambiente escolar. Porém é evidente a ausência de apoio efetivo no que concerne a subsídio tecnológico, tanto para estudantes quanto para professores.

Embora a SEC-BA tenha demonstrado preocupação com a qualidade da educação ofertada no formato híbrido, sabe-se que a Educação pode ser tudo nesse cenário pandêmico, menos de qualidade e muito menos justa, uma vez que nem todos os estudantes tiveram acesso à *internet* em suas residências ou não possuíam equipamentos tecnológicos para o acompanhamento das aulas realizadas no formato remoto, pois entende-se que o formato híbrido compõe-se de aulas presenciais e encontros online. Contudo, mesmo que a outra parte da carga horária fosse destinada somente a realização de atividades sem a necessidade de encontros online, ainda assim o estudante necessitaria de acesso à *internet* para apoio na realização das atividades.

No cenário pandêmico coube aos órgãos municipais e estaduais da Educação, informar, orientar e dar o suporte necessário para que os profissionais da Educação, demais profissionais das escolas, estudantes e familiares pudessem ter o amparo que precisavam para exercer o seu papel da melhor maneira possível. Entretanto, apenas orientações e informações em relação ao que fazer e como fazer não são suficientes, pois a Educação vai além de conteúdos ministrados em sala de aula e/ou em ambiente virtual, envolve também o convívio com o outro, nas vivências proporcionadas. Sobretudo, vale ressaltar que a educação básica como um direito público subjetivo, deve ser respeitada e priorizada. Desta forma, a igualdade é fundamental para o exercício do direito à educação e, portanto, os órgãos responsáveis pela oferta da

Educação deveriam considerar a realidade de cada estudante em relação às desigualdades sociais e econômicas no qual esse se encontra.

Nessa perspectiva, além de direito público, a Educação é um direito social (CURY, 2008), portanto, poderia ter sido voltada uma atenção especial não apenas às orientações em relação a como os alunos deveriam voltar às escolas, mas às questões de suporte técnico e no âmbito das políticas públicas, para que a reintegração do aluno no ambiente escolar ocorresse de maneira possível e que se efetivasse uma aprendizagem significativa, pois um ensino de qualidade não significa necessariamente apenas o acesso à escola, mas também o emprego de práticas educativas de permanência que tragam significações sociais para que possam, além de ampliar o capital cultural, transformar vidas e promover acolhimento.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto, nossa investigação teve como foco conhecer as providências adotadas pela Secretaria da Educação do Estado da Bahia (SEC-BA) no sentido do retorno às aulas durante a pandemia. Nesse período que vivenciamos, as aulas mudaram de presencial para o formato remoto e com o passar do tempo, híbrido. O professor reassumiu o papel de aprendiz, assim como toda a equipe gestora da escola e funcionários. Uma dessas aprendizagens, se refere a familiarização e adaptação ao meio de tecnologias digitais: professores e gestores tiveram de se adaptar na busca por oferecer um ensino de qualidade e aprendizagem significativa para todos, contudo, sabemos que não é uma tarefa fácil, pois nem todos tinham acesso à *internet*, impossibilitando a participação ativa nas aulas e o contato entre os professores, alunos e as famílias. Em decorrência da falta de convívio, até mesmo a interação social, tão importante para o desenvolvimento dos estudantes da educação especial, é comprometida, acarretando em prejuízos para a aprendizagem dos mesmos.

Quanto às providências que foram adotadas pela SEC-BA para o retorno às aulas durante a pandemia, consideramos que as orientações disponibilizadas pelo órgão, de certa forma contribuíram para um bom andamento da Educação, priorizando as medidas preventivas contra a COVID-19 e tendo em vista as recomendações dos órgãos da saúde, mas essas orientações não foram suficientes para atender as necessidades de todos, a fim de garantir o direito à uma Educação de qualidade e equidade, tendo em vista os elementos apontados no presente texto, como a incerteza quanto aos investimentos em materiais necessários para os cuidados com a higiene e proteção dos funcionários da escola, alunos e desinfecção do ambiente escolar.

Além disso, houve adaptações no sentido de dar continuidade ao processo de formação dos professores, o reforço à necessidade de disponibilidade remota dos profissionais na atenção à Educação Especial, a organização de curso para auxiliar os profissionais a lidar com as tecnologias, a adoção de um canal de televisão (embora nem todas as famílias tenham disponibilidade de aparelho de TV), a monitoria dos colegas e o uso dos Cadernos de Apoio (organizados por áreas e níveis de ensino), como alternativas para alcançar os estudantes. No entanto, notamos a ausência de medidas que garantissem o maior acesso a equipamentos e redes de *internet* (o que afeta professores e, principalmente, estudantes, muitos dos quais não dispõem nem ao menos de espaço físico para acompanhamento das aulas), na perspectiva de favorecer a interação, realização de estudos e atividades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGÊNCIA BRASIL. *Pesquisa aponta falta de equipamento como dificuldade no ensino remoto*. 2021. Disponível em: <https://google.com/amp/s/agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2021-08/pesquisa-aponta-falta-de-equipamento-como-dificuldade-no-ensino-remoto%3famp>. Acesso em: 18 nov. 2021.
- ARAÚJO, Stephane Silva de; LEITE, Maria Cecília Lorea. *A defesa pela “liberdade de escolha” fortalecendo uma rede empresarial: o homeschooling brasileiro*. *Práxis educativa*, Ponta Grossa, v. 15, e2014819, p. 1-20, 2020.
- BAHIA. Governo do Estado. Secretaria da Educação. *Fase Híbrida Educação Especial*. 2021a. Disponível em: <https://escolas.educacao.ba.gov.br/fasehibrida>. Acesso em: 09 nov. 2021.
- BAHIA. Governo do Estado. Secretaria da Educação. *Guia da Fase Híbrida Estudantes e Familiares*. 2021b. Disponível em: <https://escolas.educacao.ba.gov.br/fasehibrida>. Acesso em: 07 nov. 2021.
- BAHIA. Governo do Estado. Secretaria da Educação. *Guia da Fase Híbrida Professores (as)*. 2021c. Disponível em: <https://escolas.educacao.ba.gov.br/fasehibrida>. Acesso em: 09 nov. 2021.
- BAHIA. Governo do Estado. *Guia do Estudante e da Família*. Início do ano letivo 2020/2021 Rede estadual de educação – Bahia. 2021d. Disponível em: <http://escolas.educacao.gov.br/noticias/sec-lanca-guia-do-estudante-e-da-familia-com-orientacoes-sobre-o-ensino-remoto>. Acesso em: 09 nov. 2021.
- BAHIA. Governo do Estado. Secretaria da Educação. *Guia dos Gestores e Funcionários na Fase Híbrida*. 2021e. Disponível em: <https://escolas.educacao.ba.gov.br/fasehibrida>. Acesso em: 09 nov. 2021.
- BAHIA. Governo do Estado. Secretaria da Educação. *Orientações Para Fase Híbrida*. 2021f. Disponível em: <https://escolas.educacao.ba.gov.br/fasehibrida>. Acesso em: 08 nov. 2021.
- BAHIA. Governo do Estado. Secretaria da Educação. *Protocolo de Biossegurança da Fase Híbrida*. Roteiro de formação. 2021g. Disponível em: <https://escolas.educacao.ba.gov.br/fasehibrida>. Acesso em: 08 nov. 2021.
- BAHIA. Secretaria da Educação. *Protocolo de Retorno às Aulas das Modalidades da Educação*. 2021h. Disponível em: http://www.educacao.ba.gov.br/sites/default/files/private/midioteca/documentos/2021/protocoloderetornoasaulaseducaoespecial_0.pdf&ved=2ahUKEwiBv_jXj6_0AhV0qpUCHacNATsQFnoECAMQAAQ&usq=AOvVaw1I8HVLwhk5tZGQ5UcmK2ho. Acesso em: 07 nov. 2021.
- BECSI, Alexandre Thiesen. *Pandemia e o direito à educação: uma análise acerca dos impactos da pandemia de Covid-19 e dos desafios impostos aos gestores públicos na área de educação no Brasil*. Tese (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal de Santa Catarina. 93f. 2021. Florianópolis, 2021.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal/Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. *Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016*. Brasília, DF: Senado Federal, 2016.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB*. Lei nº 9394. Brasília: Senado Federal, 1996.

CELLARD, André. A análise documental. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Trad. Ana Cristina Nasser. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

COSTA, Simone da Silva. Pandemia e desemprego no Brasil. *Rev. adm. pública*, v. 54, n. 4, jul./ago. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-761220200170>.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação básica como direito. *Cadernos de Pesquisa* [online], maio/ago. 2008, v. 38, n. 134, p. 293-303. ISSN 0100-1574.

FUNDAÇÃO ABRINQ. *Entenda como a pandemia impactou a Educação no Brasil*. 2021. Disponível em: <https://www.fadc.org.br/noticias/entenda-como-a-pandemia-impactou-a-educacao-no-brasil>. Acesso em: 19 jun. 2023.

G1 BAHIA. *IBGE aponta BA como estado brasileiro com maior nº absoluto de pessoas extremamente pobres*. 2020a. Disponível em: <https://www.google.com/amp/s/g1/globo.com/google/amp/ba/bahia/noticia/2020/11/12/ibge-aponta-que-ba-e-o-estado-brasileiro-com-maior-no-absoluto-de-pessoas-extremamente-pobres.ghtml>. Acesso em: 18 nov. 2021.

G1 BAHIA. *Primeiras horas com redução de 50% na frota de ônibus em Salvador são marcadas por filas e lotação nos coletivos*. 2020b. Disponível em: <https://www.google.com/amp/s/g1.com/google/amp/ba/bahia/noticia/2020/03/23/primeiras-horas-com-reducao-de-50percent-na-frota-de-onibus-em-salvador-sao-marcadas-por-filas-e-lotacaonos-coletivos.ghtml>. Acesso em: 23 nov. 2021.

INEP. *Resposta educacional à pandemia de covid-19 no Brasil*. 2021. Disponível em: <https://painelcovid-seb.mec.gov.br/questionario-censo-escolar-2020/index.html>. Acesso em: 19 jun. 2023.

MAGALHÃES, Rodrigo Cesar da Silva. Pandemia de covid-19, ensino e a potencialização das desigualdades educacionais. *Hist. Cienc. Saúde - Manguinhos*, jul. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702021005000012>. Acesso em: 17 nov. 2021.

MELLO, Rafael Reis Pereira Bandeira de et al. Desafios no acesso à água potável e saneamento básico no Brasil e o controle da covid-19. *Rev. Augustus*, v. 25, n. 51, p. 281-293, jul./out. 2020.

O GLOBO. Frota reduzida amplia riscos na pandemia para quem depende do transporte público. 2021. Disponível em:

<https://www.google.com/amp/s/oglobo.globo.com/politica/frota-reduzida-amplia-riscos-na-pandemia-para-quem-depnde-do-transporte-publico-24999509%3fversao=amp>. Acesso em: 23 nov. 2021.

SAVIANI, Dermeval; GALVÃO, Ana Carolina. Educação na pandemia: a falácia do “ensino” remoto. *ANDES-SN*, p. 36-49, jan. 2021.

SILVA, Joriele Nayara Dantas; SILVERIO, Joseneuma Leite; VIEIRA, Antônia Máira Emelly Cabral da Silva. *Desafios pedagógicos no atendimento educacional especializado (AEE): relatos de mães e professoras sobre o ensino remoto*. In: *VI Seminário Nacional de Educação Especial/XVII Seminário Capixaba de Educação Inclusiva*. v. 3, n. 3, 2020.

SILVA FILHO, Olívio José; GOMES JUNIOR, Newton Narciso. *O amanhã vai à mesa: abastecimento alimentar e COVID-19*. *Cad. saúde pública*, v. 36, n. 5, jun. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00095220>.

EXCESSO E DISPÊNDIO: RESSONÂNCIAS NIETZSCHIANAS NA NOÇÃO DE ECONOMIA GERAL, EM GEORGES BATAILLE.

JOÃO PEDRO AZEVEDO LIMA²⁵³

Resumo: Georges Bataille (1897-1962) foi, para o segundo momento da recepção francesa da filosofia de Friedrich Nietzsche (1844-1900), a partir dos anos 1930, uma figura central. Pode-se afirmar que em sua filosofia do excesso e da transgressão, Bataille foi o principal precursor do “Nietzsche francês”: o filósofo encontra neste uma defesa do que foi considerado tradicionalmente, a partir da filosofia socrático-platônica, como irracional — o corpo, o inconsciente, o instinto, os impulsos — noções que refletem a ideia batailliana de dispêndio, conceito sobre o qual busca discorrer, com certa sistematicidade, em textos como *A noção de dispêndio* e em *A parte maldita*. Isto posto, o presente trabalho objetiva apresentar o “Nietzsche de Bataille”, e, especificamente, elucidar as ressonâncias do pensamento nietzschiano nos conceitos de economia geral e restrita, conforme o filósofo francês os conceitua.

Palavras-chave: Nietzsche; Bataille; Nietzscheísmo francês; Dispêndio; Excesso.

1. INTRODUÇÃO: O “BOM EUROPEU” — O Segundo Momento de Nietzsche na França.

Conforme Vincent Descombes (1943-) indica-nos ao início de seu ensaio publicado no controvertido *Por que não somos nietzscheanos*, de 1991, houve três períodos principais na recepção francesa da filosofia de Friedrich Nietzsche (1844-1900): 1) o primeiro, ao final do século XIX, cujo foco centrava-se mais na forma que no conteúdo de sua obra; 2) o segundo, no período entreguerras, no qual se destacam “certos intelectuais ‘não conformistas’” (DESCOMBES, 1993, p. 99); 3) e, por fim, a partir de 1945, entre os pensadores do pós-guerra, quando já declinavam as correntes de pensamento até então predominantes na filosofia francesa, como a fenomenologia, o existencialismo, o marxismo e posteriormente o estruturalismo. Dentre os pensadores do entreguerras, sobre os quais a literatura produzida no Brasil ainda se encontra um tanto rarefeita, pode-se destacar três principais intérpretes do filósofo alemão: Georges Bataille (1897-1962), Pierre Klossowski (1905-2001) e Maurice Blanchot (1907-2003).

De início, cabe-nos ressaltar que Bataille havia fundado, junto a Klossowski e Ambrosino, a revista *Acéphale*, originalmente publicada entre 1936 e 1939 — e, nesse momento, o impacto do autor de Zarathustra “se [fazia] sentir muito mais na vanguarda cultural e literária [...] do que em escritos filosóficos” (MARTON, 2022, p. 100): na França, país celebrado pelo filósofo alemão enquanto a “matriz cultural mais espiritual e mais refinada da Europa” (NIETZSCHE, 2005, p. 146), pelo menos até o fim da Segunda

²⁵³ Mestrando em Filosofia no Programa de Pós-Graduação em Filosofia (PPGFIL) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Bacharel em Filosofia pela mesma instituição. Foi bolsista no programa de Iniciação Científica (IC), sob orientação do Prof. Dr. Ernani Chaves. E-mail: joao.azevedo.lima@ifch.ufpa.br.

Guerra Mundial, sua filosofia ainda se encontrava subordinada aos “três Hs” da filosofia alemã: G. W. F. Hegel (1770-1831), Edmund Husserl (1859-1938) e Martin Heidegger (1889-1976). Segundo Marton (2022), esta posição secundária que Nietzsche ocupava no cenário filosófico francês devia-se sobretudo ao caráter assistemático de seus escritos — muitos destes compostos de aforismos —, e por não o considerarem suficientemente rigoroso no exercício de seu pensamento. Coube, portanto, a estes escritores de vanguarda, como Albert Camus (1913-1960), Maurice Blanchot, André Malraux (1901-1976) e principalmente a Bataille, repensar e restabelecer o significado da obra de Nietzsche, até então capturada pela propaganda nazifascista, que o converteu em “defensor da agressão militar e da superioridade racial” (MARTON, 2022, p. 101). Nesse contexto, em seu livro *Sobre Nietzsche: vontade de chance*²⁵⁴, publicado em 1945, Bataille apresenta-nos uma leitura não-sistemática e importantíssima do filósofo do martelo, a qual acaba por consolidar o chamado *nietzschianismo francês*, interpretação cujos aspectos se diferenciam significativamente daquelas leituras empreendidas na Alemanha e na Itália no decorrer do século XX.²⁵⁵

À vista disso, dada a importância histórica e filosófica de Bataille na recepção francesa de Nietzsche, que acabara por influenciar a geração seguinte de intelectuais, dentre os quais podemos destacar Michel Foucault (1926-1984), Gilles Deleuze (1925-1995) e Jacques Derrida (1930-2004), comumente classificados como “pós-estruturalistas”; o presente artigo busca caracterizar e analisar o *Nietzsche de Bataille*, baseando-se na divisão temporal de seus escritos proposta por Zhuo (2011): 1) o período da *Acéphale*, supramencionada; 2) o período de sua “experiência interior”, durante o qual seu estudo intensivo da filosofia de Nietzsche resultou na publicação de *Sur Nietzsche* (1945); 3) e, por fim, um terceiro período, ao início dos anos 1950, quando “Bataille escreveu uma série de artigos sobre Nietzsche no contexto de sua reflexão sobre soberania e sobre o comunismo stalinista, [artigos que] tornaram-se parte de seu livro póstumo ‘Soberania’” (ZHUO, 2011, p. 35), além de demonstrar o quanto ressoa de Nietzsche na concepção de dispêndio, conforme Bataille elabora em *A parte maldita*, de 1949.

²⁵⁴ Intitulado originalmente de *Sur Nietzsche*, Allan Stoeckl (1979, p. 63) sugere-nos que no título Bataille faz um jogo de palavras com *surhomme*, na época, tradução francesa mais comum de *Übermensch* (conceito que, na língua portuguesa, foi traduzido inicialmente como *super-homem e*, posteriormente, como *além-do-homem*), o que sugere que o filósofo francês buscava, nesta obra, ir “além-de-Nietzsche”. (*apud* ZHUO, 2011, p. 40). Neste artigo, todas as vezes que aparecer “*super-homem*” se trata da tradução do “*sur homme*” presente nos textos de Bataille, enquanto “*além-do-homem*” se refere à tradução brasileira de Rubens Rodrigues Torres Filho, largamente aceita entre nós como a mais adequada à ideia de Nietzsche. Todas as traduções de textos em línguas estrangeiras são de responsabilidade do autor, quando não houver tradução brasileira.

²⁵⁵ Para mais detalhes acerca da recepção francesa de Nietzsche, Cf. MARTON, S. (org.). *Nietzsche, um “francês” entre franceses*. São Paulo: Barcarolla; Discurso Editorial, 2009; PINTO, L. *Le nouveaux de Zarathoustra: La réception de Nietzsche en France*. Paris: Seuil, 1995; LE RIDER, J. *Nietzsche en France: De la fin du XIXe. siècle au temps présent*. Paris: Presses Universitaires de France, 1999. Já para um panorama da recepção de Nietzsche na Itália, Cf. MARTON, S. (org.). *Nietzsche pensador mediterrâneo: a recepção italiana*. São Paulo: Discurso Editorial; Ijuí, RS: Editora UNIJUÍ, 2007; CORRIERO, E. C. *Il Nietzsche italiano: la morte di Dio e la filosofia italiana del secondo Novecento*. Torino: Aragno, 2016. Por fim, para uma perspectiva completa da recepção de Nietzsche, sobretudo acerca de sua recepção na literatura alemã, em autores como Arnold Zwiig, Robert Musil, Thomas Mann, Ernst Jünger, entre muitos outros, Cf. HILLEBRAND, B. (Hrsg.). *Nietzsche und die deutsche Literatur: Texte zur Nietzsche-Rezeption 1873-1963*. München: Deutscher Taschenbuch-Verlag; Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1978. Para um trabalho sobre a recepção de Nietzsche de um modo mais geral, que não se restringe ao âmbito literário, Cf. MARTON, S. (org.). *Nietzsche na Alemanha*. São Paulo: Discurso Editorial; Ijuí, RS: Editora UNIJUÍ, 2005.

Para Jacques Le Rider (1954-), todavia, o chamado segundo momento da recepção francesa de Nietzsche (Le Rider segue a periodização de Descombes) permaneceria “subterrâneo e ignorado”, não fosse a retomada de Bataille por parte de filósofos como Foucault. Daí, ainda segundo Le Rider, decorre uma ligação entre esse segundo momento e o terceiro, iniciado no Colóquio de Royaumont, em julho de 1964, ligação reforçada pela presença de Pierre Klossowski (LE RIDER, 1999, p. 153, et seq.).

Louis Pinto (1946-), por sua vez, destaca a distância crítica que Bataille, mas também Klossowski, mantinham em relação a Sartre, ao praticarem uma espécie de “existencialismo herético” muito mais próximo de Nietzsche e Kierkegaard do que do Heidegger assimilado pelo autor de *O ser e o nada*. Enquanto Sartre estaria submetido aos imperativos da seriedade acadêmica, da responsabilidade ética (a “autenticidade”, o “engajamento”) e da ligação entre liberdade e universalidade, Bataille e Klossowski queriam “se consagrar à exploração total dos possíveis intelectuais por meio da singularidade de sua própria ‘experiência’” (PINTO, 1995, p. 110-111).

2. ACÉPHALE — A Perda da Cabeça, *Übermensch* e a Instrumentalização Política do Pensamento de Nietzsche.

Antes de descrevermos o que significa o acéfalo (*l'acéphale*), eis uma breve contextualização histórica: nos conturbados anos 1930, pós-*crash* de 1929 e período no qual consolidaram-se na Europa regimes totalitários (nazismo na Alemanha e fascismo na Itália), Bataille contribuiu para o jornal *La Critique Sociale*, onde denunciava os perigos do fascismo;²⁵⁶ em seguida, em 1935, cofundou com André Breton (1896-1966), principal idealizador do surrealismo, com quem posteriormente romperia laços após divergências, o grupo antifascismo *Contre-Attaque*, “o qual tentava virar as energias populares que o fascismo havia soltado sobre as massas *contra* o fascismo” (ZHUO, 2011, p. 36). Assim, sua abordagem de Nietzsche

consistia em um ‘distanciamento’ duplo da política, o qual tomou forma, primeiro, da experiência de ‘retiro’ em um reavivamento utópico de uma ‘religião’ dionisíaca, e, em seguida, de um clareamento teórico do pensamento nietzschiano das apropriações nazistas e fascistas (Ibidem).

Acerca desse uso específico da religião, pode-se encontrar em *Além do bem e do mal* uma passagem significativa: “O filósofo [...] [é] o homem da responsabilidade mais ampla, que se preocupa com a

²⁵⁶ Para um estudo mais detalhado de Bataille acerca do fascismo, recém-publicado no Brasil, Cf. BATAILLE, G. *A estrutura psicológica do fascismo*. Tradução de João Gomes. São Paulo: n-1 edições, 2022.

evolução total do homem²⁵⁷: esse filósofo se utilizará da religião para a sua obra de educação e cultivo, do mesmo modo que se utilizará das condições políticas e econômicas do momento” (NIETZSCHE, 2005, p. 58). Conforme nos sugere, esta religião da qual Nietzsche nos fala, i.e., esta “religião dionisíaca” seria o exato inverso o cristianismo: “é a religião [...] do deus da Terra, das paixões e contradições, mistérios e êxtases, da destruição e do desafio” (ZHUO, 2011, p. 37). Deste modo, Bataille põe-se ao niilismo²⁵⁸, essa *vontade de nada* — sua religião é a expressão da *vontade de chance*. A partir do dionisíaco, do *excesso* e da *transgressão*, “Bataille fantasia o reavivamento dessa *tragédia*, [e pensa] que o humano pode ser montado em torno do espetáculo do sacrifício [e da] morte” (Ibidem). Portanto, o acéfalo, aquele que *perdeu a cabeça*,²⁵⁹ representaria aquele que é capaz de escapar do controle imposto pelo líder totalitário ou religioso, pois é justamente quem deixou de ter seu “centro de controle/comando”.

O filósofo francês nos relata que “Nietzsche o acompanhou em suas reflexões sobre o fascismo, a religião e sobre estruturas sociais “pós-monocefálicas” (ZHUO, op. cit., p. 39). Em *L’absence de mythe*, pequeno texto de 1947, há uma passagem onde Bataille sintetiza a razão de sua busca por este novo espaço do sagrado: “a ausência de Deus não é mais um fechamento: é a abertura do infinito. A ausência de Deus é

²⁵⁷ Nesse trecho, pode-se afirmar que, para Nietzsche, essa evolução do homem caminha em direção ao *Übermensch*, figura que se aproxima, segundo Bataille, do *acéphale*. Todavia, deve-se definir o que significa esse *Übermensch*. Introduzido primeiramente em *Assim falou Zaratustra, o além-do-homem* (tradução em português de *Übermensch*, mais adequada à ideia de Nietzsche) representa aquele que rompe com a condição do *último homem*, i. e., aquele “que tudo apequena” (NIETZSCHE, 2018, p. 17). Em suma, para melhor compreendermos esse conceito, é fundamental ter clara a ideia de que há, na filosofia nietzschiana, uma relação direta entre as noções de niilismo, além-do-homem e vontade de potência, sobre as quais discorreremos brevemente, a fim de evitar dúvidas em relação a estes conceitos, os quais Bataille já pressupõe na elaboração de sua filosofia.

De início, o niilismo pode ser definido como “o não-ser, mas, antes de qualquer coisa, um valor de nada” (DELEUZE, 2018, p. 189). Em sua crítica à cultura e aos valores de seu tempo, Nietzsche identifica-os como portadores de ideais que, sobretudo, desvalorizam o corpo e a vida: daí provém sua crítica à filosofia socrático-platônica, a qual compreende o mundo material como mera cópia do verdadeiro mundo das Ideias; mas também sua rejeição ao cristianismo, cujos ideais ascéticos mortificam o corpo em prol de uma vida no Paraíso após a morte. Em contraposição a estes *trasmundanos*, i. e., aqueles que visam um mundo há por trás deste em que nos encontramos, Zaratustra clama “à voz do corpo sadio: é uma voz mais honesta e mais pura. De modo mais honesto e mais puro fala o corpo sadio, o perfeito e quadrado: e ele fala do sentido da terra” (NIETZSCHE, 2018, p. 32). Assim, aquele que Zaratustra anuncia é precisamente quem será capaz de superar a condição do *último homem*, que vive imerso em uma sociedade de valores niilistas, o *Übermensch*: sua principal distinção daquele que o sucedeu diz respeito aos valores, isto é, ele não mais vive de acordo com os valores que lhe são inculcados, mas passa a viver de acordo com seus próprios valores. Em suma, o *Übermensch* abraça plenamente a *vontade de potência*, quer dizer, compreende que o fundamento da existência é a busca por expansão, poder, potência. Tal vontade fundamental pode ser caracterizada nos seguintes termos: “A ela se remetem as caracterizações já extraídas do verdadeiramente efetivo: não apenas a *força* [...]; mas também os *afetos* nada mais são do que ‘configurações’ da vontade de potência. [...] Ela apresenta o único *quale* que constitui o mundo em suas gradações múltiplas” (MÜLLER-LAUTER, 2009, p. 62-63).

²⁵⁸ Para um estudo das múltiplas significações de niilismo na obra de Nietzsche, Cf. DELEUZE, G. O além-do-homem: contra a dialética. In: DELEUZE, G. *Nietzsche e a filosofia*. Tradução de Mariana de Toledo Barbosa e Ovídio de Abreu Filho. São Paulo: n-1 edições, 2018. pp. 189-243; VOLPI, F. *O niilismo*. Tradução de Aldo Vannucchi. São Paulo: Edições Loyola, 1999.; ARALDI, C. *Niilismo, Criação, Aniquilamento: Nietzsche e a filosofia dos extremos*. São Paulo: Discurso Editorial; Ijuí, RS: Editora UNIJUÍ, 2004.

²⁵⁹ Acerca da polissemia da palavra “cabeça”, no português coloquial, quando acrescida do artigo masculino, passa a significar líder, e. g., “o ‘cabeça’ do grupo”. Cf. CABEÇA. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2022. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/cabeça/>. Acesso em: 15 nov. 2022.

maior, é mais divina que Deus. [...] ‘A noite também é sol’ e a ausência de mito também é mito: o mais frio, o mais puro, o único verdadeiro” (BATAILLE, 1988, p. 236). Ou seja, é nesta ausência que se faz necessário (re)pensar o mito, resgatá-lo e inseri-lo quando Deus já está morto: o próprio Bataille, evidentemente inspirado por Nietzsche, anuncia: “Todos os deuses morreram: agora queremos que viva o super-homem!” (Idem, 2017, p. 242).

Dada a ligação de Bataille com os surrealistas, em especial a André Masson (1896-1987), pode-se identificar que na constituição imagética do acéfalo há, de fato, características surrealistas. Conforme expõe-nos Moraes (2017, p. 101), “a ausência do homem ‘humano’ [...] é um elemento fundamental do paisagismo surrealista”. Há, desde a segunda metade do século XIX, um processo de decomposição da figura humana²⁶⁰, que culmina com o sacrifício da cabeça: “o projeto de Georges Bataille [...] resume o sentido último de seu antropomorfismo dilacerado, insistindo em repensar o homem a partir do nada” (Ibidem, p. 225). Neste ponto, fica clara a ressonância de Nietzsche: não seria justamente isso que ele buscava ao anunciar o além-do-homem, um reexame da figura humana, ou melhor, uma superação desta?

No segundo volume da revista, publicado em 1937, dedicado à reparação de Nietzsche da apropriação nazifascista, Bataille expressa que o acéfalo compartilha muitas características do além-do-homem: “O *acéfalo* exprime mitologicamente a soberania [comprometida] à destruição, a morte de Deus, e nisso a identificação ao homem sem cabeça se compõe e se confunde com a identificação ao super-humano que É inteiramente ‘morte de Deus’” (BATAILLE, 2013, p. 22). Enquanto figura mitológica, esse homem sem cabeça vai à guerra contra as sociedades industriais, contra a civilização moderna e contra o cenário político de seu tempo: com esta figura, Bataille busca no saber mítico superar a tradicional prominência da saber racional, estabelecido pela doutrina socrático-platônica, tal como Nietzsche o faz em sua primeira obra, *O Nascimento da Tragédia*, de 1872. Conforme o filósofo francês nos aponta, em oposição à eidética platônica, “as doutrinas de Nietzsche têm isto de estranho: não se pode segui-las. Elas situam diante de nós luminosidades imprecisas, muitas vezes ofuscantes: nenhum caminho leva à direção indicada” (Idem, 2017, p. 125). Isto posto, dado seu contexto histórico, o primeiro passo de Bataille é libertar o autor de *Zarathustra* de sua instrumentalização política, e o faz principalmente no texto “Nietzsche e os fascistas”, contido no volume supracitado de *Acéphale*.

3. ERA NIETZSCHE UM FASCISTA?

Antes de tudo, deve-se primeiro entender a posição tomada pelo nacional-socialismo do pensamento nietzschiano. Esta, para Bataille, limitava-se a apelar aos sentimentos mais simplórios possíveis, no fundo, “a uma concepção de mundo elementar: na medida em que existe uma filosofia nacional-socialista, é a do patriotismo militar, [...] desprezando o que não pode fortalecê-lo militarmente” (BATAILLE, 1988, p. 09). Ademais, “tudo se subordina, no espírito de Nietzsche, à cultura, ao passo que, no Terceiro Reich, a cultura reduzida tem por fim a força militar” (Idem, 2017, p. 209). Alfred Bäumler (1887-1968), proeminente ideólogo nazista, por exemplo, esforçou-se em converter Nietzsche em um símbolo desse movimento totalitário: nessa perspectiva, “buscava empreender a ‘nordificação’ do autor de *Zarathustra*, ou seja, sua politização extrema como pensador alemão” (MARTON, 2022, p. 67). Para tanto, Bäumler utilizou-se de textos coletados da obra *Vontade de Potência*, manipulação dos escritos

²⁶⁰ Para uma história detalhada desse processo, que perpassa tanto a literatura quanto as artes plásticas, Cf. MORAES, E. R. *O corpo impossível: a decomposição da figura humana: de Lautréamont a Bataille*. 2.ed. São Paulo: Iluminuras, 2017.

originais realizada por Elisabeth Förster-Nietzsche (1846-1935), irmã de Nietzsche que se casou com Bernhard Förster (1843-1889), conhecido antissemita.

Segundo Bataille, a doutrina nietzschiana nunca foi propriamente combatida, já que “são utilizados, às vezes, textos isolados, mas nunca o conjunto da obra, ao preço de comprometer o nacional-socialismo. [...] A posição [deste] a respeito de Nietzsche, ao fundo, é somente uma comodidade de propaganda” (BATAILLE, 1988, p. 10). Como poderia aquele que fala aos “bons europeus” e aos “espíritos livres” — estes que desprezam nacionalismos e empenham-se na unificação da Europa — ser precursor de regimes patrióticos? Isso só seria possível, como nos mostra o filósofo francês, pelo logro e por uma torção cuja finalidade é integralmente propagandística, já que a “sua doutrina da vida perigosa, da humanidade lúcida, solta, desdenhosa, é estrangeira às lutas públicas” (Ibidem, p. 11). Em síntese, não é possível sujeitar a doutrina de Nietzsche a nenhuma outra: “Seja o antissemitismo, o fascismo, seja o socialismo, não há mais que *utilização*. Nietzsche se dirigia aos *espíritos livres*, incapazes de se deixar utilizar” (Idem, 2013, p. 05). Isto posto, o nazifascismo pôde se utilizar da filosofia nietzschiana somente através de simplificações e interpretações tendenciosas, ideológicas e superficiais.

4. O DISPÊNDIO IMPRODUTIVO COMO PRINCÍPIO DA ATIVIDADE HUMANA: a Economia Geral

Acerca da segunda particularidade de sua interpretação, Bataille faz Nietzsche confrontar-se com Hegel — confronto este que é possível estender a Marx — a partir da distinção entre as noções de *economia geral* e *economia restrita*. Tratemos, pois, do primeiro conceito. Em *A noção de dispêndio*, estudo originalmente publicado em 1933 na *revue La Critique Sociale*, o filósofo francês critica, ao início de seu artigo, o princípio clássico de utilidade, e busca demonstrar sua insuficiência conceitual: “Toda vez que o sentido de um debate depende do valor fundamental da palavra *útil*, [...] é possível afirmar que o debate é necessariamente falseado e que a questão fundamental é eludida” (BATAILLE, 2020, p. 19). Segundo Bataille, não seria possível todos os humanos entrarem em acordo quanto ao que é de fato útil, uma vez que “tem teoricamente como finalidade o prazer [...]” (Ibidem). Tal particularidade permite-nos aproximar o valor de utilidade no sentido econômico à utilidade no sentido moral, sobre o qual é possível encontrarmos em Nietzsche uma crítica aos psicólogos ingleses, i. e., aos utilitaristas, considerados por ele apenas metafísicos e, conseqüentemente, ascéticos, visto que “a crença fundamental dos metafísicos é *a crença nas oposições de valores*” (NIETZSCHE, 2005, p. 10): oposição esta que pensadores como Jeremy Bentham (1748-1832) e John Stuart Mill (1806-1873) fazem ao distinguir o *útil* do *inútil*, o que significa, em outros termos, distinguir o *bem* do *mal*. No entanto, “todos eles pensam, como é velho costume entre filósofos, de maneira *essencialmente* a-histórica” (Idem, 2009, p. 16), e, desse modo, não buscam a gênese desses valores na materialidade da história, análise que Nietzsche faz sobretudo através da filologia. Para o filósofo alemão, é claro que os esses pensadores procuram estabelecer “a fonte do conceito ‘bom’ no lugar errado: o juízo ‘bom’ não provém daqueles aos quais se fez o ‘bem’! Foram os ‘bons’ mesmos, isto é, os nobres [...] que sentiram e estabeleceram a si e a seus atos como bons” (NIETZSCHE, 2009, p. 16). Para a

genealogia nietzschiana²⁶¹, o “bom” surge de uma “*transformação conceitual* — que, em toda parte, ‘nobre’, ‘aristocrático’, no sentido social, é o conceito básico a partir do qual necessariamente se desenvolveu ‘bom’ [...]” (Ibidem, p. 18, grifo do autor). Isto posto, para Bataille, “no conjunto, a exigência expressa por Nietzsche [i. e., a transvalorização dos valores], longe de ser entendida foi tratada como tudo é tratado num mundo onde a atitude servil e o *valor de utilidade* aparecem como os únicos admissíveis” (BATAILLE, 2013, p. 05).

O princípio da *economia geral* inclui “todos os sistemas existentes na medida em que eles podem ser considerados como fazendo parte das transações de energia” (WOODWARD, 2016, p. 123). O ponto central para Bataille é que *em toda atividade humana há um excesso, um dispêndio improdutivo*, um gasto em que não se obtém nenhum tipo de retorno, fundamentalmente “ligado aos gastos desmensurados de energia, à violação da integridade do seres” (BATAILLE, 2017, p. 57). De acordo com sua filosofia, pode-se dividir o consumo humano em duas partes: uma primeira, diz respeito ao uso mínimo necessário e refere-se “à conservação da vida e ao prosseguimento da atividade produtiva” (Idem, 2020, p. 21); segunda concerne justamente aos *dispêndios improdutivos* — “a ênfase deve ser colocada na *perda* que deve ser a maior possível para que a atividade adquira seu verdadeiro sentido” (Ibidem). Dentre essas atividades, incluem-se a guerra, os jogos de azar, o erotismo²⁶², as artes, os cultos, os sacrifícios, etc. Há uma relação intrínseca entre o dispêndio, o sacrifício e o sagrado: “o sacrifício não é outra coisa [...] que não a produção de coisas *sagradas*. [...] As coisas sagradas são constituídas por uma operação de perda” (Ibidem, p. 22): basta pensarmos o significado da crucificação de Cristo, acontecimento a partir do qual se constitui o sagrado no cristianismo.

Identificado o dispêndio enquanto princípio da atividade humana, a questão principal passa a ser “saber como, no seio dessa economia geral, é utilizado o excedente” (PIEL, 2020, p. 13). Para isso, em *A parte maldita*, obra na qual busca expor sua cosmovisão, há uma descrição detalhada das diversas formas de dispêndios, as quais Bataille intitulou de “dados históricos”: 1) de início, a sociedade da consumação, na qual trata do sacrifício e da guerra dos astecas; 2) a sociedade do empreendimento militar (o Islã) e a sociedade do empreendimento religioso (no Tibet, escolha que o próprio filósofo considera paradoxal); 3) a sociedade industrial, parte na qual descreve a origem do capitalismo e o mundo burguês; 4) e, por fim, analisa dados presentes (em 1949), i.e., a industrialização soviética e o Plano Marshall. Antes, contudo, o autor busca estabelecer o sentido as leis desta *economia geral*, as quais analisaremos brevemente.

Esse grande movimento, cujo autor busca compreender, “o da energia excedente, traduzido na efervescência da vida” (BATAILLE, 2020, p. 38), abarca todas as formas do saber — psicologia, filosofia, literatura, poesia, artes, etc. — e não se pode afirmar que nenhuma delas se encontra independente dessa questão inicial da economia. Não obstante, deve-se destacar a presença de um certo tensionamento entre dois aspectos da noção de dispêndio, a saber, enquanto *transgressão da integridade dos seres* e enquanto *efervescência da vida*. Para melhor compreendê-lo, há na segunda parte de *Sur Nietzsche* uma passagem significativa. Nela, Bataille define o conceito de *comunicação*, central em sua obra sobre Nietzsche. Para o autor, “a posição dos homens é desconcertante” (BATAILLE, 2017, p. 59), pois eles devem se comunicar — tanto com os outros quanto consigo —, mas tal ato “não pode ocorrer de um ser pleno e intacto a

²⁶¹ Para um estudo que analisa a questão do Mal em Nietzsche e em Bataille, Cf. PASCHOAL, A. E. Nietzsche e Bataille: Em torno da questão do “Mal”. *Tempo da Ciência*, [S. l.], v. 15, n. 30, p. p. 45–58, 2000. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/tempodaciencia/article/view/1981>. Acesso em: 08 dez. 2022.

²⁶² Cf. BATAILLE, G. *O erotismo*. 2. ed. Tradução de Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

outro; ela requer seres que tenham o ser em si mesmos *posto em jogo* [...]” (Ibidem). Em síntese, Bataille compreende que a comunicação não se resume à transmissão de informações por meio da linguagem, já que ela própria é uma atividade dispendiosa: mais que palavras, a comunicação está permeada pelo excesso, pela violência, pela transgressão. Assim, a transgressão da integridade é necessária para que a efervescência da vida, na medida em que é também uma das diversas formas de dispêndio existentes. Em outros termos, Bataille sintetiza seu argumento: “A ‘comunicação’ só tem lugar *entre dois seres postos em jogo* — dilacerados, suspensos, um e outro inclinados sobre seu Nada” (Ibidem, p. 60).

Ademais, o filósofo francês também busca evidenciar que “a vida real [...] ignora o dispêndio exclusivamente produtivo, ignora inclusive, praticamente, o puro dispêndio improdutivo” (Idem, 2020, p. 39). A título de ilustração do primeiro, podemos citar o desperdício inerente de matéria prima em determinado processo produtivo, e do segundo, o qual Bataille descreve como o maior exemplo de dispêndio improdutivo da natureza, o Sol, que somente gasta sua energia. O filósofo aceita o fato de que “não é fácil isolar os fenômenos econômicos, assim como não é fácil estabelecer sua coordenação geral” (Ibidem, p. 43), mas o que o leva a precisamente buscar essa composição geral da economia é a seguinte questão: “não há [...] na obra global dos homens, causas e efeitos que só aparecerão se forem estudados os *dados gerais da economia?*” (Ibidem, p. 44). Vale ressaltar que esses dados gerais não dizem respeito somente à atividade humana, mas também incluem os fenômenos naturais, tanto orgânicos quanto inorgânicos. De acordo com Jean Piel (2020), nessa obra, Bataille busca expor uma filosofia da natureza, do homem, da economia e da história: não por outra razão é, ao lado de sua *Teoria da religião*, obra póstuma de 1973, uma de suas obras mais sistemáticas.

Um fato elementar, a partir do qual o pensador parte para elaborar sua teoria econômica, ou melhor, sua teoria cosmológica, é o seguinte:

O organismo vivo, na situação determinada pelos jogos de energia na superfície do globo, recebe em princípio mais energia do que é necessário para a manutenção da vida: [...] se o sistema não pode mais crescer, ou se o excedente não pode ser inteiramente absorvido em seu crescimento, é preciso necessariamente perdê-lo sem lucro, despê-lo, de boa vontade ou não, gloriosamente ou de modo catastrófico²⁶³. (BATAILLE, 2020, p. 45).

Esse princípio vai contra uma *economia restrita*, que é uma economia essencialmente racional, na qual almeja-se o completo controle sobre receitas e despesas, custos e lucros: Bataille refere-se especificamente àquela dos mercados financeiros, cujas transações se dão através da moeda, e são regidas por princípios de oferta e demanda, escassez e utilidade. Conforme nos indica Woodward (2016), o princípio dessa *economia restrita* é sempre a maximização da eficiência dos processos produtivos, além do constante aumento da oferta e do crescimento. Além disso, “nós podemos ver a economia restrita em operação na dialética hegeliana, na medida em que ela funciona para suprimir e conservar quaisquer diferenças, subsumindo-as em um sistema que funciona sem produzir qualquer excesso” (WOODWARD, 2016, p. 123). Desse modo, fazendo uma breve digressão ao retornar à defesa que Bataille faz de Nietzsche, “na medida em que o fascismo tem uma fonte filosófica, não é a Nietzsche, mas a Hegel que ele se liga” (BATAILLE, 2013, p. 06): dado sua meta de controle total do corpo social, o nazifascismo serve-se muito

²⁶³ Como modo catastrófico de desperdício, podemos citar a poluição nas suas mais diversas formas — dos rios e mares, do solo, do ar —, resultante da produção industrial capitalista e da cultura consumista. Para uma análise pormenorizada das crises sistêmicas do capital, Cf. MÉSZÁROS, I. *A crise estrutural do capital*. 2. ed. rev. e ampliada. Tradução de Francisco Raul Cornejo [et al.]. São Paulo: Boitempo, 2011.

mais do grande sistema do que dos aforismos nietzschianos. Nas palavras do filósofo francês, “passar das perspectivas da economia *restrita* às da economia *geral* realiza, na verdade, uma mudança copernicana: o colocar ao contrário o pensamento — e a moral” (Idem, 2020, p. 48). (Acerca dessa inversão da moral em sua filosofia, fica clara a ressonância da crítica nietzschiana à moral na obra batailliana).

Como leis de sua economia geral, a primeira é a *superabundância da energia bioquímica*: para a realização das próprias operações da vida, deve haver necessariamente um dispêndio de energia, criador de excedentes. Em um primeiro momento, este *excesso* direciona-se somente ao desenvolvimento e crescimento do indivíduo — não somente seres humanos, mas também outros animais e vegetais. O fator decisivo para Bataille, conforme citado brevemente, é o Sol, fonte da energia que possibilita o exuberante desenvolvimento da vida, todavia,

A matéria viva recebe essa energia e a acumula dentro dos limites dados pelo espaço que lhe é acessível. Ela, em seguida, irradia ou dilapida; antes, porém, [...] utiliza-a ao máximo para o crescimento. *Somente a impossibilidade de continuar o crescimento cede a vez à dilapidação. O verdadeiro excedente, portanto, só tem início quando é limitado o crescimento do indivíduo ou do grupo.* (BATAILLE, 2020, p. 50, grifo nosso).

Deste modo, só pode haver dispêndio quando há uma certa estabilidade, quando se atinge um certo limite de crescimento. A partir deste ponto, surge a segunda lei da economia geral: a pressão. Por princípio, Bataille afirma que “a superfície do globo [...] é assediada pela vida na medida do possível” (Ibidem, p. 51). Logo, a vida busca ocupar todos os lugares possíveis: basta observarmos um lugar abandonado, ou, no exemplo que o filósofo nos fornece, quando um jardineiro deixa de fazer seu serviço e rapidamente “a pressão da vida em torno logo a recobre de ervas e arbustos onde pulula a vida animal” (Ibidem). Destarte, em termos poéticos, Bataille sintetiza esta segunda lei: “Atingido o limite do crescimento, a vida, sem ser em caldeira fechada, entra pelo menos em ebulição: sem explodir, sua extrema exuberância corre em um movimento sempre próximo da explosão” (Ibidem). Dada tamanha *vontade de potência*, a vida limita-se somente pelo espaço, já que não há lugar físico para uma expansão *ad infinitum*: dada sua violência e tamanha força, surge um efeito desta pressão, o qual Bataille denominou *dilapidação* (*dilapidation*) ou o *luxo* (*luxe*).

Essa concepção é fundamental para compreendermos as análises que o filósofo irá realizar em seguida dos fatos históricos, pois é a partir da noção de *luxo* que ele irá entender o sacrifício, a morte, a guerra, o erotismo, etc., e define-se nos seguintes termos: “o acontecimento dominante é o desenvolvimento do luxo, a produção de formas de vida cada vez mais onerosas” (Ibidem, p. 53). Nos arriscamos, nesse ponto, a pôr a seguinte questão: ao pensar o luxo, não estaria a filosofia batailliana levando a concepção nietzschiana de vontade de poder à última potência? Posto que essas leis condicionam os mais diversos tipos de atividades produtivas ou não, à diferença dos demais seres, “o homem teve, antes de tudo, a faculdade de utilizar uma parte da energia disponível para o crescimento, *não biológico mas técnico*, de suas riquezas de energia” (BATAILLE, 2020, p. 55, grifo nosso): em consequência, esse crescimento técnico possibilitou maior crescimento populacional, o que também aumentou os dispêndios em suas mais variadas formas, dado que Bataille caracteriza o humano como “o mais apto a consumir, intensamente, luxuosamente, o excedente de energia que a pressão da vida propõe a incandescências conformes à origem solar de seu movimento” (Ibidem, p. 56). Por fim, o fundamental que “a economia *geral* define, antes de tudo, é um caráter explosivo desse mundo, levado ao extremo da tensão explosiva no tempo presente” (Ibidem, p. 59).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS: A Influência de Nietzsche na Concepção Batailliana de Dispendio.

Pode-se expandir muitos outros pontos acerca das noções de excesso, transgressão, erotismo e sacrifício, tratados amplamente na volumosa obra de Bataille — questões estas nas quais ressoa, em sua origem, a filosofia nietzschiana ou mais propriamente como Bataille a interpretou, como buscou-se evidenciar no presente artigo: é evidente que “o princípio do excesso dionisíaco de Nietzsche é a grande inspiração para Bataille” (WOODWARD, 2016, p. 123). Na interpretação de Bataille, o princípio do excesso em Nietzsche manifesta-se em sua defesa do saber trágico, que a partir do socratismo, passa a ser submetido à soberania da razão e desclassificado por esta, conforme expõe em *O nascimento da Tragédia*. A transgressão, tanto em Nietzsche quanto em Bataille, é justamente ter-se posto contra o primado do racional, em favor do trágico, do instinto, das paixões: “a concepção trágica de Nietzsche [...] nos ensina que a razão é um poder eficaz, mas secundário, o qual, via de regra, interfere, de maneira negativa, no processo de autoformação do homem” (NUNES, 2019, p. 85).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARALDI, C. *Nihilismo, criação, aniquilamento: Nietzsche e a filosofia dos extremos*. São Paulo: Discurso Editorial; Ijuí, RS: Editora UNIJUÍ, 2004.
- BATAILLE, G. *et al. Acéphale: reparação a Nietzsche*. Tradução de Fernando Scheibe. Florianópolis: Cultura e Barbárie, 2013.
- BATAILLE, G. *A estrutura psicológica do fascismo*. 1. ed. Tradução de João Gomes. São Paulo: n-1 edições, 2022.
- BATAILLE, G. *A parte maldita, precedida de “A noção de dispêndio”*. 2. ed. rev. Tradução de Júlio Castañon Guimarães. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- BATAILLE, G. *L’absence de mythe*. In: BATAILLE, G. *Œuvres complètes. t. XI: Articles I (1944-1949)*. Paris: Gallimard, 1988, p. 236.
- BATAILLE, G. *Nietzsche est-il fasciste?* In: BATAILLE, G. *Œuvres complètes. t. XI: Articles I (1944-1949)*. Paris: Gallimard, 1988, pp. 09-11.
- BATAILLE, G. *O erotismo*. 2. ed. Tradução de Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- BATAILLE, G. *Sobre Nietzsche: vontade de chance: seguido de Memorandum*. 1. ed. Tradução de Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- CORRIERO, E. C. *Il Nietzsche italiano: la morte di Dio e la filosofia italiana del secondo Novecento*. Torino: Arago, 2016.
- DELEUZE, G. *Nietzsche e a filosofia*. Tradução de Mariana de Toledo Barbosa e Ovídio de Abreu Filho. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- DESCOMBES, V. *O momento francês de Nietzsche*. In: BOYER, A *et al. Por que não somos nietzscheanos*. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Ensaio, 1993, pp. 99-125.
- HILLEBRAND, B. (Hrsg.). *Nietzsche und die deutsche Literatur: Texte zur Nietzsche-Rezeption 1873-1963*. München: Deutscher Taschenbuch-Verlag; Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1978.
- LE RIDER, J. *Nietzsche en France: De la fin du XIXe. siècle au temps présent*. Paris: Presses Universitaires de France, 1999.
- MARTON, S. (org.). *Nietzsche na Alemanha*. São Paulo: Discurso Editorial; Ijuí, RS: Editora UNIJUÍ, 2005.
- MARTON, S. *Nietzsche, o “bom europeu”: a recepção na Alemanha, na França e na Itália*. São Paulo: Editora Unifesp, 2022.
- MARTON, S. (org.). *Nietzsche pensador mediterrâneo: a recepção italiana*. São Paulo: Discurso Editorial; Ijuí, RS: Editora UNIJUÍ, 2007.

MARTON, S. (org.). *Nietzsche, um “francês” entre franceses*. São Paulo: Barcarolla; Discurso Editorial, 2009.

MÉSZÁROS, I. *A crise estrutural do capital*. 2. ed. rev. e ampliada. Tradução de Francisco Raul Cornejo [et al.]. São Paulo: Boitempo, 2011.

MORAES, E. R. *O corpo impossível: a decomposição da figura humana: de Lautréamont a Bataille*. 2.ed. São Paulo: Iluminuras, 2017.

MÜLLER-LAUTER, W. *Nietzsche: sua Filosofia de Antagonismos e os Antagonismos de sua Filosofia*. Tradução de Clademir Araldi. São Paulo: Editora Unifesp, 2009.

NIETZSCHE, F. *Além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro*. 1. ed. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

NIETZSCHE, F. *Assim falou Zaratustra: um livro para todos e para ninguém*. 1. ed. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia de Bolso, 2018.

NIETZSCHE, F. *Genealogia da moral: uma polêmica*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

NUNES, B. *Nietzsche e o Problema dos Valores*. In: NUNES, B. *Filosofia contemporânea*. Belém: ed.ufpa, 2019, pp. 83-93.

PASCHOAL, A. E. *Nietzsche e Bataille: Em torno da questão do “Mal”*. *Tempo da Ciência*, [S. l.], v. 15, n. 30, pp. 45-58, 2000. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/tempodaciencia/article/view/1981>. Acesso em: 08 dez. 2022.

PIEL, J. *Bataille e o mundo*. In: BATAILLE, G. *A parte maldita, precedida de “A noção de dispêndio”*. 2. ed. rev. Tradução de Júlio Castañon Guimarães. Belo Horizonte: Autêntica, 2020, pp. 07-15.

PINTO, L. *Les Neveux de Zarathoustra: La réception de Friedrich Nietzsche en France*. Paris: Seuil, 1995.

VOLPI, F. *O niilismo*. Tradução de Aldo Vannucchi. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

WOODWARD, A. *Nietzscheanismo*. Tradução de Diego Kosbiau Trevisan. Petrópolis: Vozes, 2016.

ZHUO, Y. *Bataille’s Nietzsche*. In: WOODWARD, A. (org.). *Interpreting Nietzsche: reception and influence*. London; New York: Continuum, 2011, pp. 35-50.

O DUPLO CARÁTER DA ECONOMIA GERAL

LAURO FELIPE EUSÉBIO GOMES ²⁶⁴

Resumo: Georges Bataille, intelectual e escritor francês, apresentou sua “economia geral” com a publicação de “A parte maldita” em 1949. Sua formulação depende fundamentalmente de duas críticas às ciências econômicas tradicionais. A primeira é uma ruptura com a racionalidade econômica utilitária através do conceito de dispêndio (consumo improdutivo), que já estava presente desde a publicação do ensaio “A noção de dispêndio” em 1933. A segunda é uma ampliação do sentido do “econômico”, que Bataille realiza concatenando a atividade econômica humana com a energia solar do universo, se opondo à representação da economia enquanto um sistema fechado. Contra leituras econômicas unilaterais, que apreendem apenas o sentido da primeira crítica de Bataille, este artigo investiga o duplo caráter da “economia geral”.

Palavras-chave: Georges Bataille, Economia geral, Economia restrita, Racionalidade econômica, Sistema fechado.

1. INTRODUÇÃO

A obra econômica de Georges Bataille (1897-1962), escritor e intelectual francês, foi interpretada sob diferentes aspectos em várias disciplinas. Este é o caso, por exemplo, dos estudos literários²⁶⁵ e filosóficos²⁶⁶. Recentemente, também os estudos econômicos começaram a se atentar para seu projeto de uma “economia geral”.²⁶⁷ Em parte significativa deles, entretanto, o sentido dessa teoria é frequentemente tomado de maneira parcial, com um enfoque quase unilateral à noção de dispêndio que Bataille opõe ao princípio canônico da utilidade econômica (caso, por exemplo, de Stoekl, 1997, Tonkonoff, 2015 e Jantzen, 2018).

Isso acontece por meio de uma inobservância ao caráter essencialmente duplo da economia geral.²⁶⁸ A sua formulação por Bataille, afinal, depende tanto de uma ruptura com a racionalidade

²⁶⁴ Graduando em Ciências Econômicas pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: lauroeusebio@gmail.com.

²⁶⁵ A possibilidade dessas interpretações já está colocada no próprio Bataille. O traspasse assinalado das fronteiras entre as áreas do conhecimento é uma característica de seus escritos (ver Pawlett, 2016). Stoekl (1997), porém, identifica que a tendência de identificação da “economia geral” de Bataille com a “questão filosófica de uma escritura geral” é recente e derivada principalmente de uma reorientação da questão realizada por Derrida (2017), sendo que este não era o teor original dos escritos econômicos em sua época. Para interpretações e desdobramento da economia batailliana no campo da literatura, ver Filho (2008), Camilo (2019) e Oliveira (2021).

²⁶⁶ Para discussões nesse sentido, ver Pefanis (1991), Baudrillard (1991), Schrift (1997), Habermas (2000), Connor (2010), Derrida (2017) e Agamben (2023).

²⁶⁷ Ver Goux (1990), Pawlett (1997; 2016), Stoekl (1997), Nodoushani (1999), Sørensen (2012), Human e Cilliers (2013), Tonkonoff (2015), Pawlett (2016), Jantzen (2018), McGoey (2018) e Fèvre (2023).

²⁶⁸ Outros autores fazem referência a esse duplo caráter, mas apenas implicitamente e sem discuti-lo como tal (ver sobretudo Goux, 1990; Sørensen, 2012; e Human e Cilliers, 2013).

econômica utilitária, quanto de uma ampliação do espectro do econômico — ou seja, de uma subscrição da atividade econômica humana a uma economia solar *à medida do universo*²⁶⁹. Essas interpretações correntemente apreendem o sentido do conceito de “dispêndio” (consumo ou dação improdutiva), criado por Bataille já em 1933 como crítica ao princípio da utilidade, mas perdem de vista o sentido de ampliação dos objetos de estudos da economia e a centralidade do sentido do excesso em termos universais, posteriormente formulada por ele em 1949.

Em Stoekl (1977), o interesse de Bataille pela interpretação do Plano Marshall aparece exclusivamente relacionado ao caráter donativo do programa. Ali, “a noção de uma economia geral” é sinônimo direto e estrito de “dação de dádiva ‘sem retorno’” (Ibidem, p.245).²⁷⁰ Similarmente, em Tonkonoff (2015), a diferença batailliana entre o modo de concepção da economia restrita e da economia geral já estaria colocado desde Freud, se tratando apenas de uma diferença entre uma “economia restrita e uma economia geral dos afetos e das representações”, onde a segunda seria caracterizada por um “princípio do prazer violento” (Ibidem, p.270, tradução nossa). Mas esse tipo de leitura ganha sua representação mais forte em Jantzen (2018), que concentra todo o sentido da crítica econômica de Bataille na sua percepção positiva do consumo improdutivo. Ali, a diferença entre o que Bataille chama de “economia restrita” (às ciências econômicas tradicionais) e a sua própria proposição, a “economia geral”, é uma questão ligada tão somente a um reposicionamento hierárquico de conceitos: inutilidade acima da utilidade; irracionalidade acima da racionalidade; improdutivo acima do produtivo (Idem, p.245).

Essas definições, feitas de modo parcial, se baseiam em imprecisões sobre as condições de possibilidade de estruturação da “economia geral” e, conseqüentemente, sobre a crítica produzida por Bataille. Como demonstraremos, ao invés, são dois os sentidos de “generalidade” incorporados por Bataille porque são dois os sentidos de “restrição” que ele identifica na economia canônica, sugestivamente apelidada então como “economia restrita”. O primeiro é a normatividade limitante do conceito de utilidade. O segundo é a representação da economia enquanto um sistema fechado. Nesse sentido, a subversão consciente²⁷¹ dos conceitos de dispêndio e de excedente operada pelo autor provoca um contraste sobretudo em relação à teoria econômica neoclássica (cf. Sørensen, 2012; e McGoey, 2018), mas também em relação à economia política e sua crítica (como notado também por Habermas, 2000; e Pawlett, 1997). Enquanto fundamentalmente apenas a primeira teoria está centrada no valor do conceito

²⁶⁹ *L'Économie à la mesure de l'univers* é o nome de um manuscrito de Bataille, abandonado sem nunca ser publicado, considerado um dos materiais preparatórios para *La part maudite* (cf. Bataille, 1978).

²⁷⁰ Sørensen (2012) e, em especial, Fèvre (2023) são mais cuidadosos nesse aspecto, relacionando a mudança de paradigma que Bataille apontava no plano enquanto relacionada a proporções globais dos aportos feitos.

²⁷¹ Os economistas lidos por Bataille são por vezes subestimados enquanto influências na construção de sua Economia Geral. Kendall (2006), por exemplo, considera que a perspectiva colocada em jogo por Bataille em seus escritos econômicos é sobretudo influência das suas leituras de Sade, Nietzsche, Mauss e Hegel. A influência desses autores é inegável. Porém, a desatenção às obras do economista inglês John Maynard Keynes que compunham a biblioteca pessoal de Bataille (cf. Librairie Vignes; Librairie Du Sandre, 2022), os escritos de economia emprestadas por ele à Biblioteca Nacional da França entre 22 e 50, como o *Capital* de Marx (ver Bataille, 1988b), suas resenhas de obras econômicas na revista *Critique Sociale* no pós segunda guerra (Idem, 1988a) e seus diálogos com economistas da época durante a construção de seu pensamento econômico, como é o caso de François Perroux (ver McGoey, 2018; e Fèvre, 2023), podem levar a uma assunção de ingenuidade de Bataille em relação à disciplina econômica, o que não parece ser o caso.

de utilidade, ambas tendem a representar a economia como sistemas fechados, ao menos desde a fisiocracia no século XVII.

A fim de precisar esses pontos, para além desta introdução e da posterior conclusão, este artigo se divide em três partes. A primeira apresenta o autor e discute a ligação profunda do projeto batailliano de construção de uma “economia geral” com seu conceito de “heterologia”, que aparece reiteradamente enfatizado em sua importância nos estudos filosóficos e literários, e pode ser definido como o conhecimento sobre o que se apresenta socialmente enquanto “completamente outro” (cf. Bataille, 2018; e McGoe, 2018)²⁷². A segunda parte apresenta o duplo caráter da “economia geral”, investigando sobretudo a exposição realizada por Bataille no ensaio *A noção de dispêndio*, de 1933, e no livro *A parte maldita*, de 1949. A terceira parte discute a crítica de Bataille à economia restrita à luz desse duplo caráter da economia geral.

2. BATAILLE, ECONOMIA E HETEROLOGIA

Georges Bataille nasceu em setembro de 1897 em Billom, na França, e morreu em julho de 1962, em Paris. Concomitante ao seu trabalho na Biblioteca Nacional, escreveu diversos livros, entre obras de ficção e textos não-literários. Os textos da segunda categoria abrangem uma grande extensão de temas e áreas do conhecimento, entre a economia, a filosofia, a literatura, a antropologia, a psicologia e outros.

Este também é o caso dos artigos e ensaios, publicados sistematicamente desde seus estudos de numismática na revista *Aréthuse*, na segunda metade da década de 1920, até suas últimas contribuições de 1961 nas revistas *Botteghe oscure* e *La Critique Sociale*. Esta última foi a revista para a qual Bataille contribuiu por mais tempo²⁷³. Datado de 1933, seu primeiro ensaio econômico também foi publicado neste periódico. *A noção de dispêndio* (*La notion de dépense*, doravante ND) formula as bases do que seria dezesseis anos mais tarde chamado por ele de “economia geral” no primeiro volume de *A parte maldita* (*La part maudite: Consommation*, doravante PM), publicado em 1949.

É difícil precisar a origem desse profundo interesse de Bataille pela economia. No prefácio da PM, Bataille localiza o início da sua incursão na disciplina no ano de 1931. Isso leva à conclusão de que a ND é fruto de pelo menos dois anos de meditação, cálculo que também faz Jean Piel²⁷⁴ (2020, publicado originalmente em 1963) no prefácio da PM. Mas, no mesmo texto, Piel formula também outra hipótese, mapeando o início da reflexão batailliana sobre a economia no fim dos anos 20. O evento determinante

²⁷² Sobre o projeto da “economia geral” de Bataille como resposta às questões colocadas pelas suas conceituações iniciais de homogêneo e heterogêneo, ver Habermas (2000, p.303).

²⁷³ A lista de revistas para as quais o autor contribuiu, ou mesmo fundou, é longa: *Documents*, *Acéphale*, *Minotaure*, *Troisième convoi*, *Vrille*, *Verve*, *Botteghe oscure*, etc. Surya (2010) defende que existia uma divisão entre aqueles artigos que Bataille sentia poder publicar na *Critique* e aqueles que destinava a outros periódicos.

²⁷⁴ Jean Piel (1902-1996), escritor e filósofo francês, amigo de Bataille já nos anos 20 e posteriormente seu cunhado acidental. Sobre a influência de Piel no pensamento econômico de Bataille, ver Fèvre (2023).

para ele seria a publicação, em 1925, do *Essair sur le don* de Marcel Mauss, cuja obra Bataille teria provavelmente conhecido pela influência do amigo Alfred Métraux²⁷⁵.

Mas se é enigmático determinar com exatidão a origem desse interesse, o mesmo não acontece com as razões para sua existência. Ainda no prefácio da PM, Bataille (2020a, p.37) retrata um estranhamento injustificado ao saberem que preparava uma obra de economia política: “Partindo de mim, esse empreendimento desconcertava, pelo menos aqueles que me conhecem mal”. Esse tipo de estranhamento, segundo Surya (2010), partia de uma atenção unilateral aos livros publicados por Bataille até 1949, em detrimento de sua atividade sociológica através de artigos na *Critique*. Na revista, os temas econômicos eram mais recorrentes ou, pelo menos, mais explícitos, já que mesmo a atividade dos livros da chamada “fase mística” do autor, publicados durante a Segunda Guerra Mundial, aconteceu paralelamente à escrita do manuscrito abandonado de um livro econômico, *La limite de l’utile*. Assim, não é exagero afirmar que o projeto de construção de uma obra econômica marcou toda a vida de Bataille.²⁷⁶

Para ele, a preocupação econômica mesmo precedia as questões da literatura, filosofia, psicologia, arte e poesia, que sempre surgem dependentes da primeira (ver Surya, 2010). Sobre isso, é interessante observar também a coincidência entre o período de surgimento dos conceitos de “dispêndio” (caro à economia de Bataille) e “heterologia” (caro à sua sociologia) no interior dos escritos do autor. O ensaio *A estrutura psicológica do fascismo* (*La structure psychologique du fascisme*, doravante SP), considerado a certidão de nascimento da “ciência” da heterologia batailliana²⁷⁷ (cf. Galletti, 2018), é publicado em duas partes entre novembro de 1933 e março de 1934. Ou seja, apenas onze meses depois da ND. Essa heterologia, segundo Galletti (Idem), encontrará sua forma definitiva nos textos do *Collège de Sociologie*²⁷⁸.

²⁷⁵ Alfred Métraux (1902-1963), etnólogo e antropólogo suíço que Bataille conheceu na *École des Chartes* entre 1918 e 1924 (cf. Surya, 2010).

²⁷⁶ Além dos artigos na *Critique*, depois da ND, Bataille redigiu entre 1939 e 1942 o manuscrito abandonado *La limite de l’utile*. Entre 1944 e 1949, Bataille se dedicou à escrita da PM. A primeira edição do livro foi publicada enquanto Volume I e com o nome de “*La consommation*”. Além disso, a contracapa desta edição anunciava o Volume II: “*De l’angoisse sexuelle au malheur d’Hiroshima*” (Da angústia sexual à desventura de Hiroshima). Esse título seria abandonado ainda no ano seguinte, 1950, e Bataille passaria então a cogitar outros dois volumes continuação, “*Vie sexuelle*” e “*Guerre et politique*”. Nenhum desses foi redigido. Substituiu-lhes o projeto de dois outros volumes, “*Histoire de l’érotisme*” e “*Souveraineté*”. Apesar de ambos terem sido escritos, o terceiro foi publicado apenas postumamente e o segundo foi fragmentado e revisto em duas obras diferentes, publicadas em 1957 e 1961, respectivamente: “*L’Érotisme*” e “*Les Larmes d’Eros*”. Essa última é a última obra publicada por Bataille em vida, no ano anterior àquele de sua morte (sobre essas informações bibliográficas, ver Surya, 2010; sobre um detalhamento da história editorial da PM, ver Sørensen, 2012; sobre a relação entre *La Somme athéologique* e a economia geral, ver Goux, 1990; para um estudo sobre os escritos de Bataille anteriores à ND, ver Filho, 2005).

²⁷⁷ O conceito de “heterogêneo”, como nota Habermas (2000), já estava se desenvolvendo nos escritos de Bataille na revista *Documents*, a partir de 1929. Mas não se trata ainda de heterologia. Além disso, usado por Galletti (2018), o termo “ciência” para denominar a heterologia não é pouco controverso. Pawlett (2016, p.44), por exemplo, dirá que “[...] there can be no science of eroticism, science of violence or science of the sacred” baseado na concepção de Bataille da irredutibilidade desses conceitos ao conhecimento científico. Esta também é a visão de McGoey (2018).

²⁷⁸ O *Collège de Sociologie* foi um grupo de intelectuais reunidos em Paris entre 1937 e 1939. As atividades do grupo consistiam de conferências públicas que discutiam uma gama ampla de temas, posteriormente reunidas por Denis Hollier em 1987. Para o debate em torno da fundação, existência e atividades desse grupo, ver Hollier (1988) e, criticamente a ele, Heimonet (1988). Quanto à produção de Bataille neste grupo, sobretudo suas reflexões sobre alienação, reificação e a dicotomia entre sagrado profano que não entram no escopo deste artigo, ver Richman (2010) e Goyatá (2014).

Na ND, o dispêndio é definido como uma atividade de consumo (de energia, de dinheiro, de bens) que ocorre sem uma contrapartida utilitária na reprodução, na conservação ou na acumulação de riquezas. Isto é, esse conceito compreende o conjunto das atividades que, em seu processo de realização, não contém um fim outro que essa própria realização. Opostamente, o “produtivo” ou “utilitário” compreende o conjunto das atividades cujo único sentido do processo é sua finalidade. Elas só acontecem como tais enquanto estão determinadas pelo produto vislumbrado como resultado de seu processo; enquanto determinadas por um cálculo de tempo e de energia necessários.

Mais tarde, na SP, Bataille recorre a essas definições para explicar sobre o sentido de homogeneidade e heterogeneidade social. Essencialmente, ao retomar a diferenciação marxista entre as relações econômicas (da infraestrutura) e as relações sociais que delas derivam (a superestrutura), Bataille acrescenta criticamente à infraestrutura a categoria econômica do dispêndio²⁷⁹. No plano social, a atividade econômica produtiva implica que “as relações humanas podem ser mantidas pela redução a regras fixas baseadas na consciência da identidade possível de pessoas e de situações definidas” (BATAILLE, 2022, p.13). Tudo que escapa a essa homogeneidade, e não pode assim ser reduzido a alguma comensurabilidade das relações humanas, forma a parte heterogênea da sociedade. A heterologia é então o conhecimento sobre isso que se expressa socialmente enquanto “completamente outro” (Idem, 2018, p.35) e que tem sua raiz econômica na improdutividade do dispêndio (ver Pawlett, 1997). Os agentes dessa heterogeneidade são por vezes identificados com o lumpemproletariado marxista (cf. Grindon, 2010), as classes mais baixas que ganham em Bataille um sentido político de força subversiva da ordem, quando não radicalmente revolucionária (sobre isso, ver Noys, 1998; e Filho, 2021).

A heterologia encontra “seu ponto de aplicação principal no estudo das relações de classes”, afirma Bataille (2018, p.35), enquanto a economia geral congrega, em sua formulação, “cada disciplina que tem em vista o movimento da energia sobre a terra – da física do globo à economia política, através da sociologia, da história e da biologia” (Idem, 2020b, p.38). Assim, nem a psicologia, nem a filosofia poderiam “ser tidas como independentes dessa questão primeira da economia” e mesmo as áreas da expressão (arte, literatura, poesia) teriam, afirma Bataille, “grande relação com o movimento que estudo: o da energia excedente, traduzido na efervescência da vida” (Ibidem; cf. também Goux, 1990; e Pawlett,

²⁷⁹ Entre outras coisas, isso implica que a história de desenvolvimento dos modos de produção nas sociedades pode ser antes descrita enquanto uma história de degradação de seus modos de dispêndio. Na ND, no tópico “O dispêndio funcional das classes ricas”, após ter definido o dispêndio, Bataille traça uma pequena história dos modos de dispêndio. As rupturas identificadas por ele seguem os mesmos termos daquelas do *Manifesto Comunista* de Marx e Engels. Inicialmente, toma-se as comunidades primitivas, para quem o modo de progressão da história econômica europeia oferece os momentos seguintes de “desenvolvimento” econômico: o escravismo (a sociedade romana), a servidão (das sociedades feudais) e, finalmente, o capitalismo. Nessa história, o desdobramento dessas sociedades acompanha uma degradação da função do dispêndio, cada vez mais escanteado, amortizado e restringido às formas não-sociais de vazão, mas às formas privadas (Bataille, 2020a). Para uma visão sobre o imbricamento entre os sentidos de infraestrutura, estrutura, sagrado e profano em Bataille, ver Goux (1990). Sobre o sentido de um “materialismo de base” que Bataille propõe em relação ao materialismo marxista, ver Noys (1998) e Grindon (2010).

2016).²⁸⁰ Estabelecido esse papel central e abrangente que a economia ocupa no interior dos escritos de Bataille, podemos analisá-la com mais profundidade.

3. O DUPLO CARÁTER DA “ECONOMIA GERAL”

É no ciclo de reflexão iniciado em 1944, passando pelo esboço *A economia à medida do universo* (*L'économie à la mesure de l'univers*), e culminando na publicação da PM em 1949, que o termo “economia geral” entra na gramática de Bataille. Anteriormente, nos itens finais da ND, ele já apontava para a necessidade de considerar a economia em termos mais amplos: “[...] a vida humana não pode em caso algum ser limitada aos sistemas fechados que lhe são destinados em concepções judiciosas” (Idem, 2020a, p.32). Mas tratava-se ainda de um sentido de “generalidade” focado na categoria de dispêndio em contraposto à de utilidade. Bataille identificava e criticava ali um sentido de restrição da teoria econômica ligado a uma racionalidade utilitária normativa (cf. Sørensen, 2012). Este também é o caso de um manuscrito econômico abandonado, escrito entre 1939 e 1943, intitulado “*La limite de l'utile*”.

De 1944 em diante, para além do dispêndio, Bataille acrescenta à sua teoria noções da física e da biologia. Essas lhe servem para identificar e superar uma segunda limitação das ciências econômicas, dessa vez ligada ao objeto de estudo da disciplina. Para ele, os economistas se restringiriam ao considerar “a economia de um sistema separado” independentemente da “economia da massa viva em seu conjunto” (PIEL, 2020, p.13). Essa segunda forma de estudo da economia exigiria concatenar a energia solar do universo como fundamento da atividade econômica na Terra. As identificações conjugadas dessas duas limitações da economia canônica (da racionalidade e do objeto de estudo) formam as condições de possibilidade para que ele possa afirmar sua “economia geral” em contraste. E, sugestivamente, apelidar a outra de “economia restrita”.

No caso do dispêndio, Bataille nota a “economia restrita” como limitada por uma naturalização da aquisição e do consumo produtivo como modos essenciais do comportamento econômico humano desde sua origem. A caracterização antropológica do início da troca como um processo de dispêndio, que Bataille interpreta através do supracitado ensaio de Mauss (2020), serve para suspender esse entendimento (cf. também Sørensen, 2012 e McGoey, 2018). Para ambos os autores, a dação aparece em condições arcaicas como o fundamento da troca. Trata-se, primeiramente, de uma necessidade de se liberar da riqueza, dando-a ou destruindo, e a aquisição surge como consequência indesejada desse movimento inicial. O comportamento econômico “útil”, que prevê uma maximização da riqueza, é assim

²⁸⁰ Em sua definição mais “essencial”, o sentido de “completamente outro” (2018, p.35) parece poder ser aplicado à economia: o dispêndio seria aquilo que aparece enquanto heterogêneo à atividade econômica cotidiana e às rotinas do trabalho. Assim, o conhecimento sobre o heterogêneo na economia (sobre a parte maldita) seria a economia geral, uma espécie de “heterologia econômica”. Entretanto, Bataille nunca faz esta operação: os termos heterogêneo e homogêneo são praticamente inexistentes nos seus principais textos econômicos, como é o caso da ND, da PM e mesmo do *Erotismo*. Na SP, entretanto, não demora muito para que Bataille tenha de recorrer à ND para explicar que “o mundo heterogêneo compreende o conjunto dos resultados do dispêndio improdutivo” (2022, p.31, grifo nosso). Igualmente, num fragmento chamado *La consommation*, de 1958, quando discutindo a existência filosófica do sentido de uma homogeneidade entre objetivo e resultado do pensamento, Bataille (1988b) precisa recorrer às figuras do trabalho e do dispêndio como fundamentos dessa homogeneidade, e não o contrário.

desnaturalizado, revelando-se como apenas uma das formas possíveis do comportamento econômico, e não como sua forma por excelência.

No centro desse pensamento está o *Potlatch*, ritual praticado por algumas etnias indígenas norte-americanas, como os *Kwailkult*. Nesse ritual, como interpretado por Mauss (2020) a dádiva (*don*) de um chefe nativo a outro, que poderia tomar a forma de um presente ou da simples destruição de bens, escravos ou animais, implicaria consuetudinariamente na necessidade de retribuição dessa dádiva. O reconhecimento social nestas comunidades estaria associado à magnitude da riqueza dada ou destruída socialmente. Portanto, paradoxalmente, o ideal seria que uma dádiva fosse tão grande ao ponto de não conseguir ser retribuída. Bataille (2020a) generaliza esse entendimento como um “princípio da perda”, enfatizando a natureza destrutiva e agonística do *potlatch* ao invés da reciprocidade focalizada por Mauss em seu estudo (cf. também Pawlett, 1997; e Sigaud, 1999). Esse princípio batailliano é definido então como a razão das atividades cujo sentido se encontra não na aquisição ou na acumulação de riqueza, mas na sua dissipação improdutiva: o dispêndio.

Esse dispêndio se torna um *imperativo* quando encarado do ponto de vista global. Na PM, Bataille (2020b) estrutura uma espécie de história cosmológica da economia, onde a energia solar estaria desde sempre em excesso no nosso planeta. Essa é a condição pela qual a vida pôde crescer e se complexificar, com os seres vivos se reproduzindo em extensão pelo espaço.²⁸¹ O espaço terrestre, no entanto, é limitado. Tendo a vida se expandido em suas máximas possibilidades, esse excesso energético precisa começar a ser liberado de outra forma: ser perdido improdutivamente, sem aumentar a massa de coisas existentes. Nessa perspectiva, determinados fenômenos da vida, como a reprodução sexuada, a manducação e a morte surgem como luxos da natureza para dissipar essa energia.

Os seres humanos estão no nível mais alto desse processo de complexificação dos seres. As atividades sociais são apropriações determinadas desse excedente e também não seriam possíveis sem que a humanidade dispusesse “de recursos de energia maior do que é necessário para as operações que asseguram a vida” (BATAILLE, 2020b, p.49). Disso decorre que o excedente econômico tradicional, definido como um quantitativo de bens que ultrapassa as imediatas necessidades de sobrevivência das comunidades, é uma consequência desse excedente energético anterior que possuem os seres vivos. Concebendo a energia solar da qual nosso planeta é destinatário como sua causadora, Bataille apreende a riqueza social essencialmente como energia transformada: “A fonte e a essência de nossa riqueza são dadas na irradiação do sol, que dispensa a energia – a riqueza – sem contrapartida” (Idem, 2020b, p.50).

Nenhum fim particular limita essa energia, segundo o autor. Logo, o aproveitamento técnico (e não biológico) que fazemos dela, introduz apenas um retardo à sua dissipação (cf. Sørensen, 2012). Produzimos aparelhos inertes anexos à massa viva existente, que nos servem para dobrar o limite espacial imposto ao crescimento biológico. Mas mesmo esse desenvolvimento técnico encontra um limite. A energia só pode ser empregada assim conforme a “humanidade econômica” possa aumentar seus equipamentos e isso não é completa, eterna ou indefinidamente uma possibilidade. A partir desse

²⁸¹ Uma chave para essa concepção é a evolução das espécies como concebida no texto. Os organismos vivos são no início bactérias que evoluem para algas e plantas, que se revolvem em fungos e, finalmente, desembocam em animais. As plantas se tornam cada vez menos dependentes da água e conseguem tomar a terra, assim como também fazem os animais. Além da terra e das águas, estes últimos também criam asas e assim tomam os céus. É claro que essa é uma simplificação: o caminho da evolução das espécies é desobediente a uma linearidade afirmável. Isso não muda, porém, o central: a vida expressa sua exuberância em crescimento tomando a extensão dos espaços disponíveis (cf. Bataille 2020b).

momento, dado que a energia sobranante será certamente dissipada, cabe-nos apenas escolher a forma pela qual o fazemos: “gloriosamente ou de modo catastrófico” (Ibidem, p.45; cf. também Pawlett, 2016).

Os modos gloriosos estão ligados à consciência e a assunção da necessidade de um consumo inútil de riquezas, realizado através do êxtase da festa, da violência do sacrifício, da edificação de monumentos suntuosos ou da atividade erótica, por exemplo. A negação dessa necessidade de dispêndio, com a contínua reversão produtiva do excedente, significa um crescimento da energia disponível em excesso (ver Goux, 1990). Para Bataille, não podendo ser consumida, essa energia congestiona localmente as economias. E, enquanto sociedades antigas encontravam ampla vazão nos modos gloriosos, os modos de dispêndio do mundo burguês, como a ampliação do setor de serviços e o aumento das horas de lazer, são insuficientes. Nesse sentido, surgem os modos catastróficos de dispêndio: as guerras (ver Habermas, 2000; Sørensen, 2012).²⁸² Para a economia geral, é a existência de um excedente insuficientemente consumido que “destinou em todos os tempos multidões de seres humanos e grandes quantidades de bens úteis às destruições das guerras” (BATAILLE, 2020b, p.47).

Essa peculiar interpretação de Bataille sobre o fenômeno das guerras, mas também sua categorização histórica de sociedades entre as de consumação e de empreendimento²⁸³, depende fundamentalmente da noção de dispêndio. Sozinha, entretanto, ela não é suficiente. É a associação da riqueza com a energia do universo que expande o espectro do “econômico”, permitindo sua extensão a práticas altamente simbólicas (ver Goux, 1990) e fornecendo uma análise econômica focada no excesso, ao invés da escassez (cf. também McGoey, 2018). Nota-se, por isso, que a “economia geral” de Bataille procura evadir dois sentidos de restrição.

A noção de utilidade, abarcando apenas um modo de agência produtiva e conservadora, aparece para o autor desde a ND enquanto insuficiente para explicar toda a possibilidade de comportamento dos sujeitos. Ao excluir o princípio do dispêndio improdutivo do comportamento racional, o princípio da utilidade acabaria por patologizá-lo (Idem, 2020a, p.19). A partir da PM, para além de determinada racionalidade econômica, Bataille procura romper com a representação da economia enquanto um sistema fechado. No primeiro item dessa obra, chamado “a dependência da economia em relação ao percurso da energia sobre o globo terrestre”, Bataille (2020b) faz uma crítica metodológica absolutamente independente dos sentidos de “dispêndio” e “utilidade”, termos que sequer aparecem ali. Argumentando que “a ciência econômica não dá resultados da mesma ordem que a física”, ele questiona se “o conjunto da atividade produtiva”, i.e., composto pela produção e pelo consumo produtivo, não deveria ser estudado “no interior de um conjunto mais vasto” (BATAILLE, 2020b, p.44). Essa, junto ao dispêndio, formam as duas condições de possibilidade para que Bataille cunhe o termo “economia geral” em contraste à “economia restrita”.

Tendo esclarecido estes pontos, as análises de Stoekl (1977), Tonkonoff (2015) e Jantzen (2018) se revelam como análises que unilateralizam a crítica que a “economia geral” de Bataille realiza em relação à “economia restrita”, tomando como central apenas o sentido de “dispêndio”, que serve para romper com a racionalidade utilitária. Em Jantzen (2018), por exemplo, todas as tentativas de diferenciar “economia restrita” de “economia geral” são ausentes de qualquer consideração além daquela sobre a inversão das

²⁸² Para uma definição e diferença dos sentidos da violência ritual do sacrifício e a violência da guerra, ver Pawlett (2016, p.93).

²⁸³ As de consumação são aquelas que dilapidam seu excesso, que dão vazão ao dispêndio; as de empreendimento são aquelas cujo excedente é utilizado conforme os princípios do cálculo útil, para crescimento e acumulação.

motivações dos atos econômicos: “A crítica de Bataille em relação a essa perspectiva restrita é que ela se cega para os aspectos mais apreciáveis da vida — i.e. o prazer — e que ela não pode apreender talvez a força mais motivadora do comportamento, i. e. paixão.” (JANTZEN, 2018, P. 245).

Nesse sentido, essas interpretações mantêm a crítica de Bataille petrificada em 1933, na publicação da ND. Nelas, são ignorados os desdobramentos realizados com a publicação da PM em 1949, quando o termo “economia geral” de fato vem a ser cunhado por ele. Como mostraremos a seguir, a dimensão de ampliação do sentido do “econômico” guarda uma importância fundamental ao romper com uma tradição mais ampla e mais antiga nas ciências econômicas tradicionais, enquanto a crítica da utilidade é mais específica. “Até agora, a economia, incluindo a economia política e sua crítica”, percebe também Habermas, “limitou-se a considerar de que maneira podem ser efetivamente utilizados os escassos recursos no interior do ciclo energético da reprodução da vida social” (HABERMAS, 2000, p.329, grifo nosso).

3. O DUPLO CARÁTER DA “ECONOMIA RESTRITA”

Bataille não é o primeiro a usar a expressão “economia geral”. Ela pode ter sua origem traçada pelo menos até um verbete de Jean Jacques Rousseau na *Encyclopédia* de Diderot e D’Alembert de 1751 (cf. Virtanen, 2004). Nesse texto, Rousseau assimila positivamente o mote da crítica de Aristóteles a Platão no Livro I de sua Política. Isto é, retoma a diferenciação entre economia ao nível da família e economia ao nível do Estado (ver Rousseau, 1751; e Aristotle, 2000). À primeira, Rousseau (op.cit., p. 337) dá o nome de “*économie domestique, ou particulière*” e, à segunda, de “*économie générale, ou politique*”. Essa versão do termo será recuperada em pouco tempo pelos primeiros autointitulados “economistas”, os fisiocratas²⁸⁴ (ver Singer, 1958). Em 1763, François Quesnay, Victor Riquetti de Mirabeau e Charles de Butré publicam o livro *Philosophie rurale, ou économie générale et politique de l’agriculture* (grifo nosso).

Essa obra contém uma das versões do *Tableau Économique* de Quesnay e Butré²⁸⁵, instrumento pelo qual os fisiocratas se tornaram pioneiros ao representar a economia como um sistema fechado e matematizado²⁸⁶ (cf. Napoleoni, 1980; 2020). Sobretudo, de modo a se preocupar com o pagamento dos agentes envolvidos no processo produtivo. Esse pagamento deveria, por um lado, garantir a compensação dos fundos usados no início do processo e, por outro, a continuidade da atividade produtiva (ver Quesnay, Mirabeau e Butré, 1763; e Napoleoni, op.cit.). Dado a formação de Quesnay como médico, uma gama de comentadores viu nessa representação uma similaridade com as teorias da fisiologia da época. Na mais consagrada, a economia seria como um corpo humano e esse fluxo circular da riqueza (em moeda e bens)

²⁸⁴ A fisiocracia é uma escola econômica de pensamento francês do século XVIII, geralmente reconhecida pela elaboração do *Tableau*, por sua crítica ao mercantilismo e pelos desenvolvimentos que levaram a ainda incipiente discussão sobre uma teoria do valor. Victor Riquetti de Mirabeau (1715-1789) e, em particular, François Quesnay (1694-1774) são grandes representantes dessa teoria.

²⁸⁵ Sobre as várias versões do *Tableau*, ver Herlitz (1996). Sobre o desconhecido mas significativo papel de Butré na *Philosophie Rurale* e nos *Tableaux*, ver Sabbagh (2015).

²⁸⁶ Apesar de colocar em jogo essa representação, Quesnay estava consciente dos seus limites, como mostra Singer (1958).

estaria associado ao sistema circulatório sanguíneo (ver Foley, 1973)²⁸⁷. Ainda que essa relação provavelmente não pode ser estabelecida sem maiores resguardos (cf. Ribeiro e Catarino, 2016), a representação da economia enquanto um sistema fechado e “autoregulatório” fará escola na disciplina.

Mesmo os autores posteriores que se ocuparam de críticas à fisiocracia não romperam com a restrição dos objetos de estudo ali formulada. A produção e o consumo foram incorporados acriticamente enquanto limites de consideração para os fenômenos econômicos (ver Nodoushani, 1999; e Singer, 1958). A discussão por vezes colocou-se em termos de saber se a oferta gera sua demanda, ou se a demanda gera sua oferta (cf. Goux, 1990), sem que escapar a uma ou outra como fronteira de apreciação da atividade econômica fosse possível. Os termos mais amplos para a consideração da riqueza na *Philosophie Rurale*, e também para grande parte da teoria econômica que se seguiu, são as fronteiras nacionais (cf. Quesnay, Mirabeau e Butrè, 1763; e Nodoushani, 1999).

A concatenação do excesso de energia solar com o excedente econômico tradicionalmente encarado permite que Bataille rompa com essa restrição. Como mostramos, a forma de uma sociedade para ele é determinada pelo consumo de recursos em excesso, em contraste à análise econômica, que a entende como a alocação de recursos escassos (ver Goux, 1990; e McGoey, 2018). As fronteiras nacionais, conquanto levadas em conta, definitivamente não são os termos mais amplos da análise batailliana. Isso está também na raiz de seu grande interesse por políticas globalmente arquitetadas, como o Plano Marshall (ver Fèvre, 2023) e a razão pela qual a PM pode ser enxergada como precursora da inclusão de preocupações ecológicas nas ciências econômicas (cf. Sørensen, 2012). Para Nodoushani (1999, p.342), a “economia geral” de Bataille retoma uma origem pastoral do termo grego *oikonomia*, que consideraria ambos a administração das pessoas e dos deuses de uma *oikos* (propriedade rural), incluindo assim uma espécie de “tutela da natureza”. Segundo ele, em relação ao *homo economicus*, Bataille estaria propondo um “*homo ecologicus*” (Idem, p.335).

Mas a restrição referente à racionalidade da “humanidade econômica” que Bataille identifica e se propõe a superar é mais recente na teoria. Ela certamente não estava numa anacrônica “ética utilitária” de Adam Smith, como argumenta Nodoushani (1999)²⁸⁸. Foi uma interpretação póstuma e parcial do autor escocês, na teoria econômica, que implicou na assunção de uma “racionalidade restrita que iguala o comportamento racional à busca do interesse individual” e, assim, “considera irracionais quaisquer comportamentos guiados por outras motivações” (CERQUEIRA, 2004, p. 451). Sobretudo, a crítica de Bataille depende do valor fundamental do termo “utilidade”, que ganha momentum no século XIX com as obras de Jeremy Bentham e John Stuart Mill²⁸⁹.

É o segundo quem faz a escolha metodológica por uma ciência econômica que se ocupa do homem apenas “como um ser que aspira possuir riqueza, e que é capaz de julgar a eficácia comparativa dos

²⁸⁷ O interesse de Bataille pela excreção e pela escatologia em sua economia, que aparece exemplarmente no texto *La valeur d'usage de D.A.F de Sade* (em Bataille, 1970), se contraposto a essa ideia, pode ser entendido como um questionamento pelos limites parciais desse tipo de representação fisiológica da economia.

²⁸⁸ Smith não naturaliza a troca como um processo de aquisição, não sendo um exemplo daqueles que a interpretação batailliana do *potlatch* pretende confrontar. A propensão a trocar, para Smith, não “tinha em vista essa utilidade tão extensa [da opulência]” (SMITH, 1979, p.25, tradução nossa). Sobre isso, ver Bee (2021).

²⁸⁹ Jeremy Bentham (1748-1832) e John Stuart Mill (1806-1873) são os mais destacados filósofos do utilitarismo. O primeiro item da ND, de Bataille, faz bem lembrar, chama-se “Insuficiência do princípio da utilidade clássica” (grifo nosso), fazendo referência direta a esses pensadores.

meios para obter esse fim” (MILL, 1967, p. 321, tradução nossa)²⁹⁰. Ou, na crítica de Bataille (2020a, p.20), por uma ciência que considera que “todo esforço particular deve ser redutível, para ser válido, às necessidades fundamentais da produção e da conservação”, submetendo mesmo o prazer a um cálculo comparativo de utilidade: “o prazer, bem ou ‘felicidade’, a que Bentham e depois Mill se refere era, e só pode ser, ‘usual, equilibrado e moderado’, nunca excessivo, uma noção que Bentham e Mill associam com animalidade bruta ou puramente evitam” (PAWLETT, 1977, p.94, tradução nossa).

Um exemplo dessa capacidade judiciosa afirmada por Mill seria o trabalho. Ali, para Mill, o sujeito se impõe uma vontade (de natureza ativa) a um desejo (de natureza passiva). Estaria dada a possibilidade de afirmação do sujeito exatamente ali onde ele “tenha domínio sobre si próprio, e não seja dominado por suas paixões” (MATTOS, 1997, p.81). Enquanto em Bataille, essa abdicação das paixões no sentido de Mill configura exatamente a perda da experiência subjetiva da soberania, concebida como o domínio da vida além da utilidade²⁹¹. A definição de uma “parte maldita” refere-se exatamente ao papel ativo (não passivo) e inexpugnável do dispêndio improdutivo no comportamento dos sujeitos e das economias.

Ao longo dos anos, esse *homo œconomicus* milliano sofrerá uma matematização e objetificação mais forte pela microeconomia neoclássica, hoje dominante na disciplina (cf. também Sørensen, 2012). Se a crítica de Bataille vai além do sentido de utilidade dos utilitaristas clássicos, chegando ao sentido mais antigo de “valor de uso” da economia política, é discutível (ver Baudrillard, 1991). Porém, em relação à vulgarização matemática microeconômica, a crítica de Bataille é muito precisa. Para ele, o prazer teria nas teorias “econômico-restritas” um papel subsidiário: “A parte mais apreciável da vida é dada como a condição – às vezes mesmo como a condição lamentável – da atividade social produtiva” (BATAILLE, 2020a, p.19).

Esse papel subsidiário pode ser identificado, v.g., num modelo de análise da oferta de trabalho do consumidor da microeconomia neoclássica (encontrado, por exemplo, em Varian, 2006, p.182). Nele, o trabalho é entendido enquanto custo do lazer – deixar de trabalhar uma hora custaria exatamente o valor do salário/hora estabelecido. Colocando consumo e lazer em eixos cartesianos com unidades horárias, o modelo conclui que o trabalhador escolhe racionalmente dedicar ao trabalho a determinada quantidade de horas que correspondem à sua disposição de renunciar a tempo de lazer imediato para consumir mais produtos futuramente. Se podemos identificar esse lazer com um dispêndio improdutivo batailliano (já que oposto ao tempo do trabalho e diferente do consumo para fins produtivos), nota-se que ele está constringido, nesse modelo, a um cálculo de utilidade.

4. CONCLUSÃO

A “economia geral” de Bataille desempenha um papel central no interior da sua obra. O sentido de “generalidade” desse conceito é duplo e se refere, por um lado, a uma crítica da normatividade do comportamento econômico e, por outro, a uma crítica da análise isolada dos fenômenos econômicos. Para ele, a perspectiva de uma “economia restrita” estaria limitada dessas duas formas. A “mudança copernicana” que Bataille (2020b, p. 48) afirma realizar na passagem de uma “economia restrita” para uma

²⁹⁰ Apesar de não o ter nomeado, Mill pode ser considerado o pai do *homo economicus* (sobre o seu nascimento, ver Bee e Desmarais-Tremblay, 2023).

²⁹¹ Para uma investigação aprofundada do sentido de soberania na economia de Bataille, ver Pawlett (2016, p.98).

“economia geral” prevê, além de uma reinversão da moral do útil, colocar o sol no centro do sistema, expandindo o espectro do econômico, como aponta a própria escolha da expressão.

A observância a esse duplo caráter da economia permite evidenciar o verdadeiro peso da crítica que Bataille faz às ciências econômicas canônicas. Se muitas escolas de pensamento não adotam o sentido de “utilidade” como fundamental, uma gama muito maior delas se retém aos limites dos objetos de estudo já estabelecidos. Do mesmo modo, essa percepção leva a uma melhor compreensão sobre a trajetória intelectual de Bataille e as condições de possibilidade de surgimento de seus conceitos: enquanto a noção de dispêndio é uma proposição já presente em 1933, “economia geral” se refere ao que é desenvolvido a partir de 1944 e que engloba seja o dispêndio, seja uma economia *à medida do universo*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGAMBEN, G. *Bataille e o paradoxo da soberania. outra travessia*, Santa Catarina, v. 5, n. 1, p. 91-94, 2005.
- ARISTOTLE. *Politics, Books I and II*. Oxford: Clarendon Press, 2000.
- BATAILLE. G. *A estrutura psicológica do fascismo*. São Paulo: n-1 edições; Hedra, 2022.
- BATAILLE. G. *A noção de dispêndio*. In: BATAILLE, G. *A parte maldita, precedida de "A noção de dispêndio"*: 2 ed. rev. Belo Horizonte: Autêntica, 2020a.
- BATAILLE. G. *A parte maldita*. In: BATAILLE, G. *A parte maldita, precedida de "A noção de dispêndio"*: 2 ed. rev. Belo Horizonte: Autêntica, 2020b.
- BATAILLE. G. *Œuvres complètes, Tome II*. Paris: Gallimard, 1970.
- BATAILLE. G. *Œuvres complètes, Tome XI*. Paris: Gallimard, 1988a.
- BATAILLE. G. *Œuvres complètes, Tome XII*. Paris: Gallimard, 1988b.
- BAUDRILLARD, J. *When Bataille attacked the metaphysical principle of Economy*. *Canadian Journal of Political and Social Theory*, Quebec, v. 15, n.1-3, p. 135-138, 1991.
- BEE, M. *The pleasure of exchange: Adam Smith's third kind of self-love*. *Journal of the History of Economic Thought*, v.43, n.1, p.118-140, 2021.
- BEE, M.; DESMARAIS-TREMBLAY, M. *The birth of Homo Œconomicus: The methodological debate on the economic agent from J.S.Mill to V. Pareto*. *Journal of the History of Economic Thought*, v.45, n.1, p.1-26, 2023.
- CAMILO, A. B. *A economia das paixões: Literatura, erotismo e gratuidade em Georges Bataille*: 1. ed. Curitiba: Editora Appris, 2019.
- CERQUEIRA, H. E. A. G. *Adam Smith e o surgimento do discurso econômico*. *Brazil. J. Polit. Econ.*, São Paulo, v. 24, n. 3, p. 433-453, 2004.
- CONNOR, P. T. *Georges Bataille*. In: SCHRIFT, A. D (org). *The History of Continental Philosophy, Volume 5*. Chicago: The University of Chicago Press, 2010.
- DERRIDA, J. *From Restricted to General Economy: A Hegelianism without reserve*. In: *Writing and difference*. Chicago: The University of Chicago Press, 2017.
- FILHO, O. F. *Arte da precariedade, cultura da alteridade. Thomas Hirschhorn e Georges Bataille*. *Concinnitas*, v.22, n.42, p.531-557, 2021.
- FILHO, O. F. *Georges Bataille: Notas Impertinentes Sobre Demências e Monstruosidades na Forma Clássica*. *Hypnos*, n. 15, p. 32-49, 2005.

- FILHO, O. F. *Escrever o desaparecimento de si (em torno de Le Coupable de Georges Bataille)*. *Artefilosofia*, n. 4, p.148-165, 2008.
- FOLEY, V. *An origin of the Tableau Économique. History of Political Economy*. v. 5, n.1, p. 121-50, 1973.
- GOUX, J. *General Economics and Postmodern Capitalism. Yale French Studies*, v. 78, p.206-224, 1990.
- GOYATÁ, J. V. *Georges Bataille, Michel Leiris e a experiência do sagrado no entreguerras. Religião e Sociedade*, v. 34, n. 2, p.65-85, 2014
- GRINDON, G. *Alchemist of the Revolution: The Affective Materialism of Georges Bataille. Third Text*, v. 24, n. 3, 2010.
- HABERMAS, J. *Entre erotismo e economia geral*. In: HABERMAS, J. *O discurso filosófico na modernidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- HEIMONET, J. M. *Le Collège de sociologie: un gigantesque maletendu. Esprit*, v.89, n.5, p.39-56, 1984.
- HOLLIER, D. *Collage*. In: HOLLIER, D. (org). *The College of Sociology*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1988.
- HUMAN, O.; CILLIERS, P. *Towards an Economy of Complexity: Derrida, Morin and Bataille. Theory, Culture & Society*, v.30, n.5, p.24-44, 2013.
- KENDALL, S. *Expenditure*. In: HEWSON, M.; COELEN, M. *Georges Bataille: key concepts*. Nova York: Routledge, 2016.
- JANTZEN, C. *The consumer as sovereign: the general economy of Georges Bataille*. In: ASKEGAARD, S. HELIBRUNN, B. *Canonical Authors in Consumption Theory*. Londres: Routledge, 2018.
- LIBRAIRIE VIGNES; LIBRAIRIE DU SANDRE. *Inventaire de la bibliothèque de Georges Bataille*. Paris, 2022.
- MATTOS, L. V. *A Natureza Humana e o 'Homem Econômico' Milliano. Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 69-96, 1997.
- MCGOEY, L. *Bataille and the Sociology of Abundance: Reassessing Gifts, Debt and Economic Excess. Theory, Culture & Society*, v. 35, n.4-5, p.69-91, 2018.
- MILL, J. S. *The Collected Works of John Stuart Mill, Volume IV - Essays on Economics and Society Part I*. Toronto: University of Toronto Press, 1967.
- NAPOLEONI, C. *I fisiocratici, Smith, Ricardo, Marx*. Firenze: goWare, 2020.
- NAPOLEONI, C. *O valor na ciência econômica*. Lisboa: Editorial Presença, 1980.
- NODOUSHANI, O. *A postmodern theory of general economy: The contribution of Georges Bataille. Studies in Cultures, Organizations and Societies*, v.5, p.331-345, 1999.

- NOYS, B. *Georges Bataille: a critical introduction*. Londres: Pluto Press, 2000.
- NOYS, B. *Georges Bataille's base materialism*. *Cultural Values*, v.2, n.4, p.499-517, 1998.
- OLIVEIRA, E. J. de. *Uma moeda impossível, um corpo inesgotável: a economia sadiana no século XX entre Georges Bataille e Pierre Klossowski*. *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, v. 1, n. 26, p. 52-63, 2021.
- PAWLETT, W. *Georges Bataille: The sacred and the society*. New York: Routledge, 2016.
- PAWLETT, W. Utility and excess: the radical sociology of Bataille and Baudrillard. *Economy and Society*, v. 26, n. 1, p.92-125, 1997.
- PEFANIS, J. *The issue of Bataille*. In: PEFANIS, J. *Heterology and the postmodern: Bataille, Baudrillard, and Lyotard*. Durham: Duke University Press, 1991.
- PIEL, Jean. *Bataille e o mundo*. In: BATAILLE, G. *A parte maldita, precedida de "A noção de dispêndio"*: 2 ed. rev. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- QUESNAY, F.; MIRABEAU, V.; BUTRÉ, C. R. *Philosophie rurale, ou économie générale et politique de l'agriculture*. Amsterdam/Paris: Libraires associés, 1763.
- RIBEIRO, F. CATARINO, N.M. *Da fisiologia à economia política: o itinerário intelectual de Quesnay em direção ao Tableau Économique*. *Revista de Economia Política*, v. 36, n.2, p. 353-371, 2016
- RICHMAN, M. *Myth, power and the sacred: anti-utilitarianism in the Collège de sociologie 1937-9*. *Economy and Society*, v. 32, n.1, 2003.
- ROUSSEAU, J.J. *Économie ou Œconomie*. In: DIDEROT, D.; ALEMBERT, J. R. *Encyclopédie, Tome cinquième*. Paris: Briasson; David; Le Breton; Durand, 1751.
- SCHRIFT, A. D. *The logic of the gift: Toward an Ethic of Generosity*. Nova York: Routledge, 1997.
- SIGAUD, L. *As vicissitudes do "ensaio sobre o dom"*. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 5, n.2, p. 89-124, 1999.
- SINGER, K. *Oikonomia: an inquiry into beginnings of economic thought and language*. *Kyklos*, v.11, n.1, p.29-57, 1958.
- SMITH, A. *An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations*. (*The Glasgow edition of the works and correspondence of Adam Smith, vol. II*). Oxford: Clarendon Press, 1979.
- SØRENSEN, A. *On a universal scale: Economy in Bataille's general economy*. *Philosophy & Social Criticism*, v. 38, n.2 p. 169-197, 2012.
- STOEKL, A. *Bataille, Gift Giving and the Cold War*. In: SCHRIFT, A. (org.) *The logic of the gift*. Londres: Routledge, 1997.
- SURYA, M. *Georges Bataille: An Intellectual Biography*. Londres: Verso, 2010.

TONKONOFF, S. Heterología: La ciencia (imposible) de los residuos violentos. *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales*, n. 225, p.263-283, 2015.

VARIAN, H. R. *Microeconomía: conceptos básicos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

VIRTANEN, A. *General Economy: The Entrance of Multitude into Production*. *Ephemera*, v. 4, n. 3, p.209-232, 2004.

TOPDOGGING QUADRILLE: AN ANALYSIS ON THE PORTRAYING OF GENDER ROLES IN *THE BLUEST EYE* AND *TOPDOG/UNDERDOG*

MARIANA ALVES²⁹²

Abstract: This paper highlighted and problematized the portraying of gender roles in Morrison's *The Bluest Eye* (1970) and Parks's *Topdog/Underdog* (2001). With a comparative approach, the debate on the matter of father and motherhood associated with the assigned roles of men and women was enlightening to raise awareness to the impact these representative figures have on the characters under examination. Also, the analysis of the synonymic relations that are established in the discourse of characters of the pieces lead to the conclusion that "beauty" in *The Bluest Eye* means "whiteness" and, in *Topdog/Underdog*, it means "richness". Finally, a parallel was set amid "topdogging" and "Quadrille" (ANDRADE, 2013), considering the "topdogging" act in the stories forms a chain of events and consequences in which one move/person is connected to and interferes with the next.

Keywords: The Bluest Eye; Topdog/Underdog; Gender portraying; Black Arts Movement

1. INITIAL WORDS: Setting the Context

The Bluest Eye (1970) is seen as one of the major works by Toni Morrison, the first Black female writer to ever be awarded The Nobel Prize in Literature. The prize's motivation took into consideration that the author "[...] in novels characterized by visionary force and poetic import, gives life to an essential aspect of American reality" (MORRISON, 1993, [lecture]), which makes reference to her guaranteeing the protagonism to African American cultures and their relationship with the white American society. In this sense, life is given to what is nowadays understood as institutionalized racism, a direct aftereffect of slavery, and the conflict between races and its consequences.

Topdog/Underdog (2001) is the work which awarded Suzan-Lori Parks the first Pulitzer Prize for Drama ever conceded to an African American woman. In a play that brings to life the struggles of Black men in such white American society, the protagonism is given to two Black brothers who need to deal with the condition their color, social class and family matters provide, all while struggling with their problematic manhood.

Sixty years set apart the contexts in which the storylines of *The Bluest Eye* and *Topdog/Underdog* occur: 1941 and 2001 respectively. However, beforehand, it is necessary to place spotlights on both the impact of these works in postmodern society and the importance of the novel to the play.

The Bluest Eye was produced between the years of 1962 and 1969 and portrays the struggles of Pecola, a young Black girl who lives in Ohio with her – morally and financially – broken family, and of her

²⁹² Mestranda na linha de pesquisa Linguística Aplicada, na área de concentração "Estudos da Linguagem", no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É graduada em Licenciatura em Letras pela UFRGS. Foi bolsista do projeto Centro de Línguas para Fins Acadêmicos, lecionando Língua Inglesa para Fins Acadêmicos na mesma universidade. Foi bolsista PIBIC sob orientação da professora Dra. Juliana Roquete Schoffen na área de Linguística Aplicada. À época do envio do artigo, a autora ainda não tinha ingressado no mestrado. E-mail: marianaalves.ufrgs@gmail.com.

friend Claudia. In the period of its composition, the Civil Rights Movement was changing American history forever: The Civil Rights Act of 1964 officially forbid discrimination that had, among others, race and color base and also prohibited racial segregation in schools; The Voting Rights Act of 1965 started protecting voters and giving space to areas in which most voting population was part of the minorities. Afterwards, the Black Arts Movement (BAM), in 1965, started setting the context for Blacks to have more space in arts, literature included. Its considered father, Imamu Amiri Baraka, much recognized for *Dutchman* (1964), and its politically engaged artists created a whole new path for the upcoming post-war Black writers. Douglas (2006) proposes the idea that the novel takes up the possibility of “whether, following desegregation and the Civil Rights Movement, Black Americans could or should adopt dominant white cultural practices and values” (p. 142). Concerning this issue, the author suggests that “Morrison is describing a typology of cultural loss” (ibidem, p. 144). He features Geraldine and says that she “[...] can’t change her race, but she can try to change her culture, and this process is described as loss rather than a gain or transformation” (ibidem, p. 144). In such a sense, similarly to Geraldine, Pecola, the protagonist, attempts to accept her cultural background and heritages, tending to give in to the white normativity.

The said path created by the Civil Rights and Black Arts Movements is, therefore, the previous context to *Topdog/Underdog*’s production. The playwright considers it a post-revolutionary piece, about which Fox (2011), in comparison to the revolutionary work of the founder of BAM, states:

In contrast to Amiri Baraka’s methods of violent and shocking representation to comment on social injustices for black people in theatres revolutionary phase, Parks uses imagery, realism and human issues to outline the underlying problems in post-revolutionary black society and how America has in many ways sanitized its history of black oppression and forced black men into these roles through years of slavery and inequality ([online]).

The ones of identity and African American culture are, hence, emphasized issues in Parks’s work. The author makes use of The New Black Aesthetic – which attempts “to move past the white-black conflict” (MURPHY, 2009, [online]) and “endeavors to place black people in situations that do not focus on oppression” (ibidem, [online]) – to present her storyline in *Topdog/Underdog*. The matter gains life in the figures of Booth and Lincoln, brothers who have problems fitting in the white 21st century society. Such lack of identification felt by the brothers goes through the economic factor: even if skilled, Lincoln does not want to surrender to the stereotypical and dishonest world that hustling represents, but, at the same time, is paid less than the employers would pay a white man to impersonate Abraham Lincoln. As to Booth, he is happy to fall into the stereotypes: easy money is good money for him, who does shoplifting for a living.

Thus, it is evident that both art pieces provide necessary aspects to be reflected upon. As mentioned supra, the protagonism in *The Bluest Eye* features the Black girls Claudia and Pecola. Meanwhile, in *Topdog/Underdog*, two Black men receive stage space. In addition, however, to discuss race and social class, the matter of gender must also be taken as a subject of analysis. With a comparative approach, it shall be brought to light the categories of gender in both stories and examine their portraying.

2. GENDER: A Dated Construct

As it was understood in the later years of the 21st century,

Gender refers to the characteristics of women, men, girls and boys that are socially constructed. This includes norms, behaviours and roles associated with being a woman, man, girl or boy, as well as relationships with each other. As a social construct, gender varies from society to society and can change over time (WHO, [2021] [online]).

In this regard, for this analysis, it is crucial to briefly debate on the comprehension of the social roles of Black men and women in the context of both works under observation.

The Bluest Eyes's storyline is set in the 1940s, a time in which the impact of World War II was evident when it came to genders. Even if the first image that comes to one's mind on the topic may have to do with the man going to the military and the woman staying at home with the children in pure expectancy of his return, this was not reality for all American women. When commenting on the U.S. War Manpower Commission propaganda, McEuen (2016) states:

Since the employment of married women had been a long-standing practice in working-class families and in the middle-class African American community, the WMC propaganda implicitly targeted white middle-class women who had not typically worked for wages (McEuen, 2016, online).

So, female labor was already present in working-class and African American families at the time. In the novel, this is the case of Mrs. Breedlove, later identified as Pauline, who had worked since young age and, when Cholly was too drunk to bring home the livelihood, "took on the full responsibility and recognition of breadwinner" (MORRISON, 2004, p. 91).

It is interesting to notice, however, that some gender stereotypes present in the novel do not seem to take into consideration the current in-progress changes in gender comprehension. In the very first page, the behaviors associated with the established genders are clear: "Mother" is "nice", while "Father" is "big" and "strong". The use of personality adjectives to describe the female character and of physical ones to describe the male shows the strict gender construct.

Then, when the subject is the figure of Henry Washington, the following is said among Pauline and her friends:

"Well, somebody asked him why he left a nice good church woman like Della for that heifer. You know Della always did keep a good house. And he said the honest-to-God real reason was he couldn't take no more of that violet water Della Jones used. Said he wanted a woman to smell like a woman. Said Della was just too clean for him."
 "Old dog. Ain't that nasty!" [...]
 "I kind of thought Henry would marry her one of these days." "That old woman?"
 "Well, Henry ain't no chicken."
 "No, but he ain't no buzzard, either." "He ever been married to anybody?" "No."
 "How come? Somebody cut it off?"
 "He's just picky." (MORRISON, 2004, p. 15-16)

In this context, sexism based on stereotypes around the female figure is evident. It is told that a man left a woman because she did not smell like a woman; she was considered too clean for him. In the women's point of view, that thought makes him nasty, but, having renounced her, he becomes "picky". It is possible to understand that men can choose whether they want to be single or not, which would not

affect their manhood, but women should try to hold men – by keeping a good house –, otherwise they are considered *old* and unloved.

From the Women's Liberation Movement to the first celebration of the International Women's Day (1975) to the Declaration on the Elimination of Violence against Women (1993) up to UN Millennium Declaration (2000), the fight for gender equality has come a long way. Hence, the production of *Topdog/Underdog* – which is set *here* and *now*, referring to the year 2001 –, carries a background of solid changes in the understanding of gender roles in society. An example of women empowerment can be seen in the figure of Cookie: unhappy with her marriage, she had a right to a decision and made it, throwing Lincoln out of their home. In the position of the renounced – and Cookie's attitude must be compared to Henry Washington's – all Lincoln did was to accept her choice and look for another place to stay, having to deal with identifying once again to the feelings of rejection. Here, in comparison to the portrayed in *The Bluest Eye*, Cookie can choose her own destiny, as Henry's manhood allows him to, and Lincoln, as Della, has to accept it.

However, when Grace occupies her rightful place of decision maker in the relationship with Booth, she suffers the consequences of his denial in accepting the feeling of rejection. In the turning to the 21st century, the idea of *femicide* was already a matter of debate.

Until 1992, the term femicide was used by journalists and by society in a colloquial manner in order to refer to the death of women. That year, Diana Russell and Jill Radford gave legal and social meaning to the concept in their text *Femicide: The Politics of Woman Killing*, defining it as the murder of women, committed by men, for the simple reason of their being women. Russell and Radford developed the concept with a view to highlighting the gendered motives behind the deaths of women at the hands of men: attempts to control their lives, their bodies and/or their sexuality, to the point of punishing through death those women that do not accept that submission (OAS, 2008, p. 3).

In this regard, it is interesting to analyze the statistics that set the scenario in such a moment. The results of Mercy and Saltzman (1989) show that

Blacks accounted for 45.4 per cent of all spouse homicide victims. The rate of spouse homicide among Blacks was 8.4 times higher than that for Whites. (p. 595) Firearms were used in the perpetration of 71.5 per cent of spouse homicides from 1976 to 1986 (p.596).

If established the relation of such data to Parks's stylistic element of writing *Rep & Rev*, “a literal incorporation of the past” (PARKS, 1995, p. 10), it is possible to conclude that, on the one hand, in the figure of Grace, there is the repeating of the historic facts of femicide. In accordance with the line of reasoning developed by Achilles (2010), this would be the repetition of an “anthropological pattern that can be revised but does not lose its essential contours” (p. 17) and, following the thoughts of Tucker-Abramson, it is safe to interpret that Booth's behavior is a “desperate assertion of his manhood” (2007, p. 90). On the other hand, Cookie is the personification of the revising of history, one in which things can actually take a different path for women.

In this sense, it is likely to understand that, although the conception of genders is dated and changes throughout time and society, the portraying of the roles does not vary immensely in the sixty years that set storylines of the pieces apart.

3. PLAYING PRETEND FAMILY: Dolls, ma and pa

Having discussed the concepts and representations of gender, it is fundamental to argue on how the works represent the idea of motherhood and fatherhood in relation to womanhood and manhood in a family structure.

When it comes to Claudia, the first person narrator in *The Bluest Eye*, she is presented in the position many young girls find themselves in since long before the 1940s and up to this day: receiving a doll as a gift. She struggles with it:

From the clucking sounds of adults I knew that the doll represented what they thought was my fondest wish. I was bemused with the thing itself, and the way it looked. What was I supposed to do with it? Pretend I was its mother? I had no interest in babies or the concept of motherhood. I was interested only in humans my own age and size, and could not generate any enthusiasm at the prospect of being a mother. Motherhood was old age, and other remote possibilities. I learned quickly, however, what I was expected to do with the doll: rock it, fabricate storied situations around it, even sleep with it (MORRISON, 2004, p. 20).

The use of the verbs *represented* and *expected* leads to a reflection on Claudia's exposure to compulsory motherhood, "the idea that all women should be mothers and that they should gain intense satisfaction from it. According to this view, a woman's ultimate purpose is to be a mother [...]" (COLTRANE; ADAMS, 1998, p. 90). Akin behavior is portrayed by Cholly when Pauline tells him about her second pregnancy: "he surprised her by being pleased. He began to drink less and come home more often. They eased back into a relationship more like the early days of their marriage, when he asked if she were tired or wanted him to bring something from the store" (MORRISON, 2004, p. 88). In this moment, there is the social understanding that a woman should be treated well during pregnancy because that is her function, after all. Claudia's questioning of such a pattern that oppresses her is indeed relevant to the comparative analysis done here, since the same is not true when it comes to Pecola.

Coming from a morally and financially broken family, she is exposed to compulsory motherhood through an atrocious way: being raped by her own father. As highlights Werrlein (2005),

[...] through Cholly's inability to express love constructively, Morrison paints a picture of black fatherhood so incapacitated that it sacrifices its children to save itself. Likewise, when the sight of Pecola's abused body on the kitchen floor incites Pauline to beat instead of comfort her daughter, Morrison portrays a similarly affected motherhood, suggesting that histories of suffering not only debilitate parents, but turn them from nurturers into oppressors (p. 61-62).

It was the woman's – the mother's – "obligation to make domestic spaces into safe havens" (ibidem, p. 61) and the man's – father's – to actually provide for the family. However, Pauline is the one that ignores the household whenever possible, leaving the kids on their own, and Cholly is the one that manages to put them outdoors and officially split the institution. This can be seen, for instance, in the fight the couple has for Cholly to go get coal to keep the house warm while Pauline does housework: "If working like a mule don't give me the right to be warm, what am I doing it for? You sure ain't bringing in nothing. If it was left up to you, we'd all be dead" (MORRISON, 2004, p. 35).

Referring again to the wartime period in which the storyline occurs, the U.S. government managed to allocate women in jobs for which they were skilled and indicated that "Mothers with children under fourteen were encouraged not to seek employment outside their homes unless other

family members or trusted neighbors could offer reliable childcare” (MCEUEN, 2016, [online]). Pauline was obliged to do the contrary as a result of Cholly’s incapability of providing, which culminated in the biggest symbol of the brokenness of the family structure: Pecola’s pregnancy.

Accordingly, the lack of ability of Cholly and Pauline to execute their parenting roles implies the impossibility of them fitting the social roles expected for men and women in contemporary North American society. As a consequence, the absence of Pecola’s identification of her parents, mainly her mother, as meaningful figures is enormous. This is evidenced by the fact that the girl refers to her mother as “Mrs. Breedlove” instead of “Mama”, as does Claudia to hers, or similar title. As stated by Kathon and Kibriani (2015), it is a “relationship devoid of compassion, love and sympathy which results in the daughter’s eventual dysfunctional sense of identity” (p. 485) and ends up leading Pecola to a place of self-hatred.

The same issue is experienced by Lincoln and Booth in *Topdog/Underdog*. In opposition to what one must expect when reading the preface of the author – “This is a play about family wounds and healing. Welcome to the family” (PARKS, 2002, p. 7), this is not a story about a happy traditional North American family. The brothers ought to deal with the rejection, which directly affects their personality and manhood, caused by having been abandoned by their parents. In this regard, it is interesting to compare that, while for Pecola parenting has no specific meaning, for Booth it is a synonym of abandoning: “Thats what Im gonna do. Give my kids 500 bucks then cut out. Thats thuh way to do it [sic]” (PARKS, 2002, p. 98).

In a corresponding way in which the lack of dedicated parenting figures affected Pecola, it happened to the men. Achilles (2010) stresses the places from which each brother depart:

While Booth hankers after the parents’ potential reunion, Lincoln considers the family as an arrangement that can be reproduced at will with different participants. Booth cannot bear such randomness. If he cannot have his parents back, he wants to team up with Lincoln again (p. 15).

They try, therefore, to suppress that absence by playing pretend happy family in the one-bedroom where Lincoln lives temporarily with Booth. Funny enough, the visitor is the “baconwinner” and represents the “Pa” to the house owner’s role of “Ma”. Hence, the gender roles are well defined, as states Alshammari (2017):

Lincoln’s employment, thus his economic advantage, brings him closer to scoring the capitalist ideal of masculinity in modern America and becomes an embodiment of this ideal in the eyes of Booth. He is more of a man than Booth who stays home and takes care of the house and Booth knows that very well. This tension creates a rivalry between the brothers. They both wish to fulfill the masculinity criterion (p. 65)

In an analogy, the inheritance that each brother received from their parents goes far beyond the 500 dollars: Lincoln got his from their father, and Booth, from their mother. Along with it, they inherited their personalities and have been acting like that since the abandonment. The father spent two more years providing for them before leaving as their mother did, and that is the trait Lincoln has inherited. According to Booth’s narration, the mother asked him to look after his older brother before leaving, and one could find that behavior in the sheltering he offers Lincoln when he is thrown out by Cookie. In addition to that, his connection with his mother can be seen if taken into consideration that the murder was also provoked by his instinct to be close to the only thing his mother left him and that he keeps so

dearly: not necessarily the money, but the stocking in its original format. Alshammari (2017) also stresses that “to efface any identification with his mother, or his feminine side, he amplifies his manhood throughout the play by fabricating sexual encounters with Grace and Cookie” (p. 66). This analysis leads to the interpretation that, in the character’s point of view, it is something negative to act “like a woman” and, therefore, to be one. The correct, then, is owning one. Aiming at defending his manhood from his own womanlike behavior, “Booth diverts the attention to another definition of manhood fostered by the African American culture that is: virility” (ibidem, p. 66).

Like Pecola’s parents, theirs were not capable of executing the roles that were socially assigned to them as man and woman: father and mother. The consequences in the brothers’ lives were so big that they also developed a dysfunctional sense of identity and, in the end, abandoned – by disputing the place of player and played, of top and under – each other just like their parents did. In this sense, there is the perpetuation of the cycle portrayed in *The Bluest Eye*: the personal failure derives from the failed system.

4. WHITE AND RICH IS BEAUTIFUL

The analysis done so far requires the comprehension of the status that the idea of power, in relation to gender, possesses in the works under observation.

The Bluest Eye, as mentioned in the first section of this article, had its production context set in the glorious years of the Black Arts Movement. In opposition to it, however, as highlights Douglas (2006), “that Geraldine, like Pecola, does not believe that ‘black is beautiful’ is the thematic center of the novel” (p. 144). The protagonist is the portraying of the African American female that is willing to give up her cultural background and its physical traits to the white supremacy established in contemporary society. As the cause for that, it should be considered the massive influence of whiteness induced by constant exposure to blue-eyed-white figures such as the Shirley Temple cup, the dolls received in Christmas time and the verbal appreciation of white beauty.

In Pecola’s specific case, it is necessary to acknowledge the fact that she occupies a place where she is constantly surrounded by ugliness. From the tangible environment of her household – “They lived there because they were poor and black, and they stayed there because they believed they were ugly” (MORRISON, 2004, p. 33) – to her family heritage:

But their ugliness was unique. No one could have convinced them that they were not relentlessly and aggressively ugly. [...] Mrs. Breedlove, Sammy Breedlove, and Pecola Breedlove–wore their ugliness, put it on, so to speak, although it did not belong to them. [...] You looked at them and wondered why they were so ugly; you looked closely and could not find the source. Then you realized that it came from conviction, their conviction. It was as though some mysterious all-knowing master had given each one a cloak of ugliness to wear, and they had each accepted it without question. The master had said, “You are ugly people.” They had looked about themselves and saw nothing to contradict the statement; saw, in fact, support for it leaning at them from every billboard, every movie, every glance. “Yes,” they had said. “You are right.” And they took the ugliness in their hands, threw it as a mantle over them, and went about the world with it (ibidem, p. 33-34).

It is described as if ugliness ran in their blood. Still, such lack of beauty is not necessarily related to their body, but to their attitude. Much of Pecola’s ugly self-identification is a reflection of her mother’s, who treated herself as ugly and did the same to her child since she was born: “Eyes all soft and wet. A cross

between a puppy and a dying man. But I knowed she was ugly. Head full of pretty hair, but Lord she was ugly” (ibidem, p. 91). As another consequence of Pauline’s inability to execute the mother role she was assigned to as being a woman, she installs in Pecola the notion that she has never been nor will ever be beautiful. In accordance with Bryce (1992), “[...] being both ‘poor’ and ‘ugly’ excludes Pecola from sharing in whatever social and economic tidbits that may be offered. Pecola and her parents cannot fully comprehend the depth of ostracism and are powerless to change the situation” (p. 39).

It is valuable to notice, however, Claudia’s behavior in opposition to Pecola’s. In contact with the figures to which she is exposed, she reacts differently. She varies from lack of comprehension to anger, for instance, when it comes to Maureen Peals, a light-skinned and green-eyed girl:

If [Maureen Peals] was cute—and if anything could be believed, she was— then we were not. And what did that mean? We were lesser. Nicer, brighter, but still lesser. Dolls we could destroy, but we could not destroy the honey voices of parents and aunts, the obedience in the eyes of our peers, the slippery light in the eyes of our teachers when they encountered the Maureen Peals of the world. What was the secret? What did we lack? Why was it important? And so what? [...] And all the time we knew that Maureen Peal was not the Enemy and not worthy of such intense hatred. The *Thing* to fear was the *Thing* that made her beautiful, and not us (ibidem, p. 57-58).

Claudia, then, does not identify with ugliness in the way Pecola does. She relates to the feeling of not being recognized or valued as pretty.

The said *Thing* that makes “the Maureen Peals of the world” beautiful can be understood as their light-colored eyes and clear skin tone which brings them love from the peers. As an aftereffect, Claudia is revolted with the place of power that such beauty guarantees to the Maureens. She does not, nonetheless, admit defeat to the *Thing*; that movement is up to Pecola.

In her desperate resorting to the Soaphead, she begs for the bluest eyes. The choice of words used to report what went through the man’s mind is fundamental for this analysis: “He thought it was at once the most fantastic and the most logical petition he had ever received. Here was an ugly little girl asking for beauty” (ibidem, p. 124). The synonymic relation established between “beauty” and “blue eyes” and between “Black” and “ugly” demonstrates the obvious impact of institutional racism in the lives of African American women in the 1940s. In this sense, as Seraman and Selvakkumar (2013) state, the novel “makes one of the most powerful attacks on the relationship between white standards of female beauty and the mental and psychological oppression of black women” (p. 5).

In *Topdog/Underdog*, it is possible to understand that the synonymic relation of beauty is not established only with whiteness, but also goes through the matter of economic power and its impact on masculinity/manhood. In the words of Tucker- Abramson (2007), “Both characters are in crisis – economically and with respect to their masculinity – and Parks’s notion of wealth is both a cause of and a metaphor for the crisis” (p. 90).

As mentioned in section 3 of this paper, Booth, in order to escape from his womanlike behavior, resorts to his virility and supposed ability to attract women. Tucker-Abramson (2007) also states that “In lieu of being a man in the economic sense, Booth tries to assert his manliness through sex” (p. 90) and that “the ability to obtain and control women is symbolic of the ability to obtain and control money, and by extension, power” (ibidem, p. 89). However, the very fact that Grace is not present in the play is a symbolic expression of Booth’s deceased manhood, and it is possible to interpret it as being the

reason why, after she breaks up with him, he “poppo” her: his masculinity was not enough to keep and control her; he needed money.

In this regard, the synonymic relation between “beauty” and “richness” as well as between “man” and “sex” is implied. Booth’s discourse corroborates this interpretation, especially when he tries to convince Lincoln to go back to hustling: “Pockets bulging, plenty of cash! And the ladies would be thrilling! You could afford to get laid! Grace would be all over me again” (PARKS, 2001, p. 30); “You look good. Like you used to look back in thuh day when you had Cookie in love with you and all the women in the world was eating out of yr hand” (ibidem, p. 44). In these excerpts, the younger brother makes use of the idea that if they had money, they would be guaranteed once again with the power of being desired. In a similar conception of Claudia and Pecola’s, who think that whiteness and blue eyes grant recognition and value, they believe that economic status is the key to being contemplated with love and worth.

Parks and Morrison’s works fall into Fanon’s (1967) notion that if there is the identification of oneself to a sick society, then one is sick with the same ailment. In other words, as Pecola identifies with a racist society that understands that white blue-eyed girls are the pretty ones, then Pecola herself is racist and suffers from its illness. The same is applied to Booth: once he identifies with a society that believes men are synonym of sex and that money is recognition, then he suffers from all the illness of capitalism. Therefore, the conceptions of power, i.e., whiteness and richness, – which are intrinsically related to the gender roles each character represents – are considered social illnesses of North American society.

5. FINAL CONSIDERATIONS

This paper highlighted and problematized the portraying of gender roles in Morrison’s *The Bluest Eye* and Parks’s *Topdog/Underdog*. Having analyzed the context of production and of the storylines, it has become evident that socially constructed and dated gender understandings have evolved, but, certainly, still have a far-reaching path to trace. The debate on the matter of father and motherhood associated with the assigned roles of men and women was enlightening to raise awareness of the impact these representative figures have on the characters under examination and in society as a whole. Finally, the examination of the synonymic relations that have been established in the discourse of characters of the pieces lead to the conclusion that “beauty” in *The Bluest Eye* means “whiteness” and, in *Topdog/Underdog*, “richness”. If, in the novel, as states Werrlein (2005), “For power they need beauty, and for beauty they need whiteness” (p. 63), in the play, for power they need beauty and for beauty they need richness.

One final remark must be made to conclude this work: the analysis on the top and underdog relations among the characters of the pieces. It is understood that the roles can be, and are, constantly interchanged between Booth and Lincoln in their interaction, but the same is not valid for most of the established interactions in *The Bluest Eye*. In Morrison’s, the “topdogging” seems to come from social fixed structure, while in Parks’s it seems to result from the relation entrenched between the brothers. In an analogy, the “topdogging” act in the stories forms a chain of events and consequences in which one move/person is connected to and interferes with the next.

A parallel can be set amid “topdogging” and “Square Dance”²⁹³, by Carlos Drummond de Andrade (2015, p. 8). The poem brings to life a chain of events formed by modern love and its impossibility. Adulthood is featured in the piece, which brings an initial moment of unanswered love between the members of the quadrille and then its resolution, taking into consideration that life changes in ways that were not expected.

João loved Teresa who loved Raimundo
who loved Maria who loved Joaquim who loved Lili
who didn't love anyone.
João went to the United States, Teresa to a convent,
Raimundo died in an accident, Maria became a spinster,
Joaquim committed suicide, and Lili married J. Pinto Fernandes
who had nothing to do with the story.

Hence, it is possible to link the poem to the play and the novel and conceive following: the tragic dance of Black North American men and women being oppressed into a white supremacist society:

Cholly topdogged Pauline who is topdogged by Whiteness who
topdogged Pecola which
Claudia is revolted about.
Cookie topdogged Lincoln who topdog played Booth who
was topdogged by his mother.
Cholly was arrested
Pauline disinherits her kids
Pecola surrender to cultural loss
Booth disinherits Lincoln and pops
Gracewho never appears in the play.

²⁹³ João amava Teresa que amava Raimundo
que amava Maria que amava Joaquim que amava Lili
que não amava ninguém.
João foi pra os Estados Unidos, Teresa para o convento,
Raimundo morreu de desastre, Maria ficou para tia,
Joaquim suicidou-se e Lili casou com J. Pinto Fernandes
que não tinha entrado na história.

REFERENCES

- ACHILLES, Jochen. Postmodern Aesthetics and Postindustrial Economics: Games of Empire in Suzan Lori Parks's *Topdog/Underdog*. *Atlantic Review*, [New York], v.75, n.3, p. 11-24, summer 2010. Available at: <<https://www.jstor.org/stable/41635631>>.
- Accessed on: 23 Oct. 2021.
- ALSHAMMARI, Intisar Sabah. Cookie and Grace in Suzan-Lori Parks' *Topdog/Underdog*: A Critical Character Sketch. *International Journal of English Language & Translation Studies*, v.5, n.4, p. 64-68, 2017. Available at: <<https://eltsjournal.org/archive/value5%20issue4/9-5-4-17.pdf>>. Accessed on: 23 Oct. 2021.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. *Quadrilha*. In: ANDRADE, Carlos Drummond de. *Alguma Poesia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. 54.
- ANDRADE, Carlos Drummond. *Multitudinous heart: Selected poems, a bilingual edition*. Traduzido por: Richard Zenith. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2015.
- BRYCE, Patrice. *The Novels of Toni Morrison: The Search for Self and Place Within the Community*. New York: Peter Lang, 1992.
- COLTRANE, Scott; ADAMS, Michele. *Gender and Families*. Plymouth: Rowman & Littlefield, 1998.
- DOUGLAS, C. What *The Bluest Eye* Knows About Them: Culture, Race, Identity. *American Literature*, v.78, n.1, p. 141-168, march 2006.
- FANON, Frantz. *Black Skin, White Masks*. New York: Grove, 1967.
- FOX, Megan T. *African American Theatre in Its Revolutionary, and Post-revolutionary Phases ('Topdog/Underdog' and 'Dutchman')*. *Therealmeganfox*. [s.l.], 31 may 2011. Available at: <<https://therealmeganfox.wordpress.com/2011/05/31/african-american-theatre-in-its-revolutionary-and-post-revolutionary-phases-topdogunderdog-and-dutchman/>>. Accessed on: 22 Oct. 2021.
- KATHON, Md. Nazmus Saqueb; KIBRIANI, Kimana. *Projecting Mother Image: A Study of Toni Morrison's Beloved and The Bluest Eye*. *International Journal of English Language, Literature and Humanities*, vol. III, num. V, p. 480-488, july 2015. Available at: <<https://ijellh.com/wp-content/uploads/2015/07/51.-Md.-Nazmus-Saqueb-Kathon-paper-hardcopy.pdf>>. Accessed on: 23 Oct. 2021.
- MERCY, James A.; SALTZMAN, Linda E. Fatal Violence Among Spouses in the United States, 1976-85. *American Journal of Public Health*, v.79, n.5, p. 595-599, may 1989. Available at: <<https://doi.org/10.2105/AJPH.79.5.595>>. Accessed on: 23 Oct. 2021.

MCEUEN, Melissa A. Women, Gender, and World War II. *Oxford Research Encyclopedia of American History*. Oxford, 9 jun. 2016. Available at: <<https://oxfordre.com/americanhistory/view/10.1093/acrefore/9780199329175.001.0001/acrefore-9780199329175-e-55>>. Accessed on: 23 Oct. 2021.

MORRISON, Toni. *The Bluest Eye*. First electronic edition published, RosettaBooks LLC: New York, 2004.

MORRISON, Toni. Nobel lecture. *NobelPrize.org*, [s.l.], 1993. Available at: <<https://www.nobelprize.org/prizes/literature/1993/morrison/lecture/>>. Accessed on: 23 Oct. 2021.

MURPHY, Alexander Thomas. *Aesthetics in Black Drama: August Wilson and Suzan-Lori Parks*. 2009. Dissertation (Master of Arts in Theatre) - Theatre and Dance Department of Missouri State University, Springfield, 2009. Available at: <<https://bearworks.missouristate.edu/theses/2616/>>. Accessed on: 23 Oct. 2021.

ORGANIZATION OF AMERICAN STATES: INTER-AMERICAN COMMISSION ON WOMEN. *Declaration on femicide*. Washington: Organization of American States, 2008. Available at: <<https://www.oas.org/es/mesecvi/docs/declaracionfemicidio-en.pdf>>. Accessed on: 23 Oct. 2021.

PARKS, Suzan-Lori. *Topdog/Underdog*. New York: Theater Communication Group, 2001.

PARKS, Suzan-Lori. From: *Elements of Style*. In: PARKS, Suzan-Lori. *The America Play and Other Works*. New York: Theatre Communications Group, 1995. p. 6-18.

SERAMAN, N.; SELVAKKUMAR, T. Race, Class and Gender Bias as Reflected in Toni Morrison Novel's *The Bluest Eye*. *Indian Journal of Applied Research*, v.3, n.2, p. 4-6, february 2013. Available at: <[https://www.worldwidejournals.com/indian-journal-of-appliedresearch\(IJAR\)/recent_issues_pdf/2013/February/February_2013_135981165_0_55158_02.pdf](https://www.worldwidejournals.com/indian-journal-of-appliedresearch(IJAR)/recent_issues_pdf/2013/February/February_2013_135981165_0_55158_02.pdf)>. Accessed on: 23 Oct. 2021.

TUCKER-ABRAMSON, Myka. *The Money Shot: Economics of Sex, Guns, and Language in Topdog/Underdog*. *Modern Drama*, v.50, n.1, p. 77-97, spring 2007.

WERRLEIN, Debra T. Not so Fast, Dick and Jane: Reimagining Childhood and Nation in *The Bluest Eye*. *Melus*, v.30, n.4, p. 53-72, 2005.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Gender and health. *World Health Organization*, [s.l.], [2021?]. Available at: <https://www.who.int/health-topics/gender#tab=tab_1>. Accessed on: 23 Oct. 2021.

PERÍODO PRÉ E PÓS-REVOLUÇÃO CUBANA: DO ROMPIMENTO DO CAPITALISMO E SUAS ESTRUTURAS DE EXPLORAÇÃO ATÉ O ESTABELECIMENTO DO SOCIALISMO E O AFASTAMENTO DAS RELAÇÕES POLÍTICO-ECONÔMICAS COM OS ESTADOS UNIDOS

MARCOS JESUS DE SANTANNA²⁹⁴

Resumo: Os Estados Unidos se valeram de décadas de exploração de material humano e recursos naturais cubanos, principalmente o açúcar. O governo de Fulgencio Batista foi marcado por uma grande crise social e uma alta concentração de renda devido ao pouco retorno financeiro aos trabalhadores e a alta taxa de desemprego. Havia uma necessidade de modernização da ilha, já que a relação com os Estados Unidos obrigava Cuba a se manter numa economia colonial. A Revolução Cubana estabeleceu o enfrentamento à hegemonia mundial e conseqüentemente foi vítima de represálias econômicas, mas não foi o suficiente para o governo cubano retroceder. Os Estados Unidos realizaram uma enorme intervenção no continente e impôs um embargo econômico a ilha.

Palavras-chaves: Estados Unidos; Revolução Cubana; Concentração de Renda; Colonial; Embargo.

1. INTRODUÇÃO

A Revolução Cubana trouxe uma visibilidade grandiosa para um pequeno país do Caribe e uma importância internacional para a ilha que transcendeu qualquer prognóstico anterior aos fatos que culminaram no êxito da revolução. Muitos consideram Cuba como o maior exemplo e o mais próximo a conseguir o status de país socialista, sendo assim, o propósito desse trabalho é estabelecer as relações políticas e econômicas entre Estados Unidos e Cuba, a fim de elucidar quais as diferenças ocorreram no período dos anos 50 e 60, pré e pós-Revolução Cubana. Será importante elucidar como os Estados Unidos influenciaram Cuba economicamente durante o governo de Fulgencio Batista e sua derrocada nessas relações após a Revolução.

As relações políticas entre os dois países já são conhecidas, mas, de que maneira os Estados Unidos tentaram intervir no processo político-administrativo de Cuba e quais foram os pontos que desagradaram ambas as partes para que as relações entre os dois ficassem tão conflituosas.

²⁹⁴ Graduação em Relações Internacionais pela Universidade Federal de São Paulo, e em Medicina Veterinária pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (2010). E-mail: marcosantanna0312@gmail.com

A importância desse trabalho se dá ao colocar à tona quais tipos de parcerias econômicas os Estados Unidos estabeleceram como primordial, a ponto de exigir o mesmo comportamento dos países do mundo inteiro, assim como, a forma com que afeta as relações econômicas e diplomáticas entre as nações.

2. PERÍODO PRÉ-REVOLUÇÃO

Devido a crises do açúcar no mundo, Cuba se tornou um grande celeiro de investimentos para captação desse produto. Os empresários estadunidenses eram proprietários de grandes porções de terra na ilha, sendo assim, a riqueza produzida no país era quase toda deslocada para o exterior. Se tratava de uma prática que visava o enriquecimento desenfreado da classe burguesa e apenas a exploração da classe trabalhadora.

As práticas especulativas e de extorsão empregadas em Cuba, pela iniciativa privada e oficial, são conhecidas e comuns. O que espanta são a envergadura e o cinismo, que nos fazem meditar sobre o significado do neocolonialismo imperialista. Empresários, especuladores, aventureiros, militares, políticos, embaixadores e assessores, todos lembram *robber barons* devotados à drenagem de riquezas de Cuba para os Estados Unidos, como molas propulsoras de uma gigantesca acumulação de capital, que ajudou a alimentar a transformação dos Estados Unidos na maior potência imperialista da atualidade. (FERNANDES, 2012)

O lucro que Cuba teria com açúcar e minérios na pré-Revolução nunca se voltou para a população da ilha, e sim, para um ciclo de exploração e aprofundamento das desigualdades sociais. Os grandes proprietários de terras eram responsáveis por explorar a população, após isso, os lucros eram devolvidos aos Estados Unidos por conta de um ciclo econômico que privilegiava os bancos estrangeiros e os grandes empresários no país. O número de desempregados e cortadores de cana num nível de trabalho análogo à escravidão eram visíveis e as condições de trabalho eram péssimas.

podemos constatar que, nos anos 1950, uma estrutura de posse da terra caracterizada pela concentração de terra mostrava que 57% da terra estavam em mãos de 3% dos proprietários, enquanto 78,5% (cerca de 126 mil ocupantes com menos de 5 hectares de terra) possuíam só 15%; e 40% deles em condição de arrendatários, subarrendatários, parceiros ou precaristas. sobre essa estrutura, sustentava-se uma sociedade rural de assalariados, camponeses e desempregados agrícolas, tão explorados como precários (PAZ, 2011)

Uma das características relacionadas ao governo de Fulgencio Batista foi o desemprego crescente, muito atrelado a mão-de-obra barata advinda do campo e dos imigrantes haitianos e jamaicanos, o que também reescreveu a história étnica recente da ilha. Segundo Florestan Fernandes: “miséria, fome, doença, falta de instrução etc. Não se tratava de um “fenômeno incipiente” e transitório. Essa era uma das estruturas coloniais persistentes e ela só seria eliminada depois de 1959” (FERNANDES, 2012, p. 79).

De fato, com o apoio dos países latino-americanos aos Estados Unidos, na Segunda Guerra Mundial e o reconhecimento da grande influência estadunidense nas relações econômicas no mundo, havia um alinhamento natural com os Estados Unidos no pós-guerra, ainda mais se tratando de Cuba, que já tinha um alinhamento histórico com o país. Isso acontecia tanto pela proximidade geográfica quanto pelos interesses estadunidenses na exploração da ilha.

Até a década de 50, os Estados Unidos promoveram um atraso gigantesco no desenvolvimento científico e tecnológico de Cuba, através de sua política de exploração e da dependência da exportação de

produtos primários. A agricultura era a única forma de levar riqueza ao país, sendo assim, não configurava interesse exterior no desenvolvimento da ilha. Isso se explica dentro da Teoria da Dependência, nela fica exposta a necessidade de romper com o capitalismo, sair da visão etnocêntrica europeia e estadunidense, além de promover reformas como a agrária e a distribuição de renda. Na teoria da dependência, o subdesenvolvimento dos países periféricos se torna primordial para o estabelecimento da riqueza dos países desenvolvidos, ou seja, os países mais pobres servem de alicerce para o manutenção da riqueza dentro do sistema capitalista. Apenas o rompimento com essa estrutura traria justiça social. Um dos formuladores da teoria da dependência é Celso Furtado, segundo ele:

o crescimento econômico na América Latina tenderia à estagnação, em virtude da forte concentração da renda e da propriedade fundiária que bloqueavam a expansão do mercado interno. Considerava, então, que a redistribuição de renda – por meio da reforma agrária, tributação progressiva etc. – seria fundamental para ampliar o mercado interno e dinamizar as economias da região. (FURTADO, 2000)

O aspecto colonial de Cuba permaneceu até a revolução de 59, porque a periferia de Havana e de Santiago de Cuba continuavam em consonância com o período colonial, mais ainda, o interior de Cuba vivia sob uma precariedade de recursos e desenvolvimento que faziam dessas regiões uma porção atrasada em relação ao resto do mundo. A monotonia e a falta de oportunidades no interior de Cuba fizeram com que grande parte da população se alinhasse aos revolucionários.

A servidão e a impossibilidade de ascensão social culminaram na rebelião do povo cubano, mas nem a alta do investimento para a produção de outros bens, além de açúcar e gado, deixaram Cuba menos desigual, ao contrário, eram apenas dados que corroboravam para a estratégia estadunidense de dominação e sustentação do sistema capitalista, já que era necessária uma estabilidade econômica da burguesia. Para entender melhor esse período, Perez-Stable retratou em números os dados de bens de consumo e de bens capital, no ano de 1956: “la importación de bienes de consumo disminuyó al 36% del total mientras que la de bienes capital e intermedios aumentaron hasta alcanzar el 64%. Las inversiones de capital en el sector azucarero iban en aumento”. (PEREZ-STABLE, 1993)

Ao contrário do que imaginava o governo estadunidense, Cuba não vivia uma estabilidade política, porque as revoltas ainda eram muito recentes e a possibilidade de revolução estava se afluando cada vez mais nos sentimentos dos descontentes com o sistema. O golpe de Fulgencio Batista só acendeu ainda mais a gana de uma organização revolucionária, a partir dali o Movimento 26 de Julho surgia em 1954, abarcando reivindicações de diferentes formas e contextos de diversas linhas ideológicas diferentes.

A revolução nunca pretendeu abraçar o comunismo soviético, mesmo havendo líderes e combatentes com ideologia voltada ao marxismo, segundo Santos: “A revolução só foi declarada como socialista em abril de 1961, após a invasão da Praia Girón e a ruptura definitiva de relações com o governo dos Estados Unidos” (SANTOS, 2013). A revolução deveria ocorrer por conta da justiça social e não necessariamente pela revolução marxista/comunista. Os embargos realizados pelos Estados Unidos acabaram decretando a busca por uma solução mais tangível de abraçar, mas evidente que a postura retórica de alguns membros estabeleceu os rumos da política cubana a partir dali. Che Guevara, por exemplo, tinha embates políticos ferrenhos com René Ramos Latour, que mais tarde se tornaria um dos líderes do Movimento 26 de Julho, já que Che era declaradamente direcionado à ideologia marxista e René Ramos Latour era um social-democrata.

Che em uma carta de 14 de dezembro de 1957, afirmava a René Ramos Latour: Pertenço, devido a minha formação ideológica, àquele grupo que acredita que a solução para os problemas do mundo reside atrás da Cortina de Ferro. (...) Havia também nacionalistas democráticos como Huber Matos, Felipe Pazos e Mario Llerena, que acreditavam no restabelecimento da Constituição de 1940 e na continuidade da vida democrática capitalista de Cuba. (...) Por outro lado, havia também radicais anti-imperialistas que negavam tanto o domínio estadunidense quanto o domínio russo, como Carlos Franqui, Frank País, René Ramos Latour. Entre eles permeavam posições que apontavam uma crítica tão feroz ao comunismo soviético quanto ao capitalismo, forjando, ainda que de forma vaga e ampla, uma noção de "socialismo democrático anti-soviético". (SADDI, 2009)

Pode-se afirmar que a maioria dos membros do Movimento Revolucionário era contrária ao viés soviético, inclusive, grande parte da imprensa norte-americana acreditava na democratização burguesa da ilha. De fato, parte da imprensa estadunidense se encontrava em Cuba durante a celebração da revolução, afinal, era a queda de um regime ditatorial. Fidel Castro discursou nos Estados Unidos negando ser uma Revolução comunista, mas o que os Estados Unidos pretendiam já estava derrubado, não havia assim o porquê dos Estados Unidos apoiarem o governo revolucionário se não havia mais o caráter econômico exploratório. O governo estadunidense queria o poder da ilha, mas a partir dali teriam que se contentar com uma relação igualitária, que jamais seria aceito por um país imperialista.

A URSS atingiu seu ápice de seu prestígio após a guerra, a ponto da tendência mais esperada ser a vitória internacional do socialismo, aumentando o receio da principal potência capitalista da época, os Estados Unidos (...) Martínez Heredia considera que um dos grandes motivos foi o fato da URSS, por razões estratégicas de Estado, ter cedido demasiado numa questão central para os socialistas: a necessidade da internacionalização da revolução. (SOARES, 2008, p. 68)

Esse argumento antissoviético se justificava pelo posicionamento de muitos integrantes do Movimento 26 de Julho, que renegavam veementemente renderem-se ao imperialismo soviético, não abandonando o anti-imperialismo estadunidense, aliás, havia combatentes que sequer se colocavam como anti-imperialistas, pois, acreditava-se que os Estados Unidos podiam continuar sendo um aliado forte de Cuba. Ao que tudo indica, a única consonância entre todos eles, era o descontentamento com a política social cubana.

Essa adaptação à situação cubana tem um significado bastante profundo. Grande parte dos rebeldes cubanos, como os membros da Direção Nacional do Movimento, tinham noções anticapitalistas e foram de uma forma ou de outra influenciados pela leitura marxista. Entretanto, a maior parte deles era profundamente contra a via russa do socialismo. (SADDI, 2009, p. 48)

Cuba é uma pequena ilha, sendo assim, muito vulnerável a crises mundiais e formações de novos mercados no capitalismo. Os assalariados e os desempregados ficaram cada vez mais descontentes com os rumos sociais do país, não se tinha perspectivas de melhoras e não havia possibilidades de ascensão social. Segundo Fernandes "Nasciam, assim, motivações coletivas que operavam como equivalentes do patriotismo e do nacionalismo, malgrado tudo que se possa dizer de negativo sobre a apatia política das massas e a falta de padrões de cultura cívica." (FERNANDES, 2012, p. 83)

3. Período pós-revolução

A Revolução Cubana, na verdade, se tornou um modelo para outras nações. O que grupos políticos de países pensaram e sonharam, Cuba tornou o que era quase uma utopia em realidade, pois, enfrentaram o "hegemon" de sua era. Dentro de todas as possibilidades não se pode admitir em uma análise mais profunda o insucesso desse evento histórico. Cuba passou de uma nação coadjuvante mundial e regional, para ser um exemplo a ser seguido no mundo, e claro, para outros analistas menos progressistas, um exemplo que jamais deveria ser repetido. O certo é que a América Latina passou a ser um centro de atenção estadunidense quanto a possibilidade de alinhamento a outra grande potência da época, o que trazia alternativas maiores em relação a simples subordinação imperialista.

O padrão colonial só começou a ser mudado a partir da Revolução Cubana, por conta de leis que amparavam as classes menos favorecidas do país.

A lei de 17 de maio de 1959 deu igual importância ao incentivo do desenvolvimento econômico e a erradicação da miséria. Ela previa, de um lado, o estímulo à indústria e à iniciativa privada, e, de outro, o amparo aos pequenos camponeses, aos trabalhadores sem terras e às cooperativas agrícolas. (FERNANDES, 2012, p. 171)

Quando Cuba se voltou politicamente para a União Soviética, os Estados Unidos passaram a perder influência e dinheiro que advinha da exploração do povo cubano. Segundo Dominguez: "Em 1959, a participação de Cuba no mercado de açúcar tinha caído para 33% e as importações originárias dos Estados Unidos representavam 75% do total" (DOMINGUEZ, 1986). Por isso, a intenção do novo governo cubano era diversificar a economia e industrializar o país, isso aconteceu em 1960, quando houve a nacionalização de empresas estrangeiras, como retratou Durães e Maia: "Em 1960, Fidel Castro anunciou a nacionalização de todas as propriedades norte-americanas no país (e, em especial, as usinas de açúcar)" (DURÃES, 2009). Há uma grande confusão na análise do socialismo no mundo, onde leigos disseminam a precariedade da indústria nos países socialistas, ao contrário, o estímulo a indústria e a modernização é um preceito básico para o desenvolvimento dos países socialistas.

A reforma agrária em Cuba foi uma preocupação estadunidense, já que os empresários, banqueiros e investidores iriam perder suas terras ou fontes de renda à base da exploração do trabalhador. Na impossibilidade do impedimento da reforma, os Estados Unidos reivindicaram um bônus para os proprietários de terras, o que não ocorreu. Quando se visita Cuba, uma das informações que mais choca os visitantes é que a população que pagava aluguel passou a ser proprietária do imóvel a qual locava. Esses aspectos pós-revolução caracterizaram esse período pela aquisição de direitos adquiridos pelo povo a partir da lei.

Em junho de 1960, a Texaco nega-se a refinar o petróleo soviético. Posteriormente, a Esso e a Shell fazem o mesmo (...) Em julho, o governo dos Estados Unidos reduz a cota de importação de açúcar cubano em 95% (...) Em agosto, o governo cubano nacionaliza as empresas estrangeiras e suas propriedades rurais. Em outubro, nacionaliza as empresas privadas nacionais... Em 3 de janeiro de 1961, os Estados Unidos rompem relações diplomáticas com Cuba. (AYERBE, 2002, p. 132)

Essa sequência de acontecimentos pós-revolução revela o ressentimento estadunidense quanto aos avanços sociais que o governo cubano havia conseguido. O combate à miséria, por conta da distribuição de renda estava se concretizando, mas por via da descapitalização dos grandes empresários ligados ao governo estadunidense, ou seja, os Estados Unidos estavam perdendo dinheiro. Isso acarretou no bloqueio econômico a Cuba.

Em fevereiro, os Estados Unidos decretam o bloqueio econômico do país, o que inclui a proibição de todas as importações de produtos de origem cubana ou importados por Cuba (...) Em março, estendem a proibição à importação de produtos fabricados em qualquer país, que contenham total ou parcialmente produtos de origem cubana. (AYERBE, 2002, p. 133)

Haviam os empresários estrangeiros e a minoria burguesa cubana, que de alguma forma também lucravam com a exploração da mão-de-obra cubana. Esses, obviamente estavam descontentes com os rumos da política econômica do país, assim, muitos fugiram para os Estados Unidos, formando um grupo político, no qual, décadas mais tarde se revelaria importante na perpetuação do embargo econômico à ilha.

A economia colonial era um grande trunfo para os Estados Unidos manterem sua influência sobre o país, sendo assim, após a Revolução houve uma tomada do investimento em educação, ciência e tecnologia agrária, essa última se justificava pela característica dos recursos de Cuba. A ilha continuou o investimento em produtos primários, mas dessa vez tomou uma postura diferente dos governos anteriores, já que passou a mecanizar sua estrutura de produção e alcançar uma eficiência maior. Cuba também passou por um processo difícil de emigração de comerciantes, técnicos e industriais, o que forçou o governo a reconstruir quase do zero uma estrutura tecnificada que sustentasse a economia por meio de mão-de-obra qualificada. Essa escassez de mão-de-obra também explica a necessidade do investimento em educação básica e superior.

La clase de los propietarios de las empresas industriales, comerciales y agrícolas grandes y medianas, desapareció; los banqueros y los demás elementos ligados al modo de producción capitalista neocolonial, desaparecieron. La mayoría de ellos y sus constelaciones cercanas emigraron, y de los intermediarios, los políticos y otros beneficiarios del sistema; también emigró una parte de los profesionales y técnicos, y otras personas de sectores medios y bajos de la sociedad. Pero muy amplios grupos calificados, empleados y de sectores medios, junto a la mayoría de los elementos de las clases y grupos populares, se integraron a las tareas económicas, sociales y políticas de la revolución con gran dedicación y entusiasmo. (HEREDIA, 2001, p. 18-19)

Mesmo com o embargo e a elevada taxa de emigração, Cuba conseguiu nos primeiros anos conquistas sociais no mercado de trabalho. Com um projeto para satisfazer às necessidades da população mais pobre, o fim da propriedade privada e a participação popular levaram a ilha à condição de pleno emprego já no ano de 1963.

Pero al quinto año (1963) se llegó al pleno empleo, se restablecieron nexos básicos como el de la ciudad y el campo, funcionaban las instituciones económicas y se discutían públicamente los problemas fundamentales de un desarrollo autónomo del país, de las prácticas y los principios del sistema económico y del papel de la economía en un país en transición socialista. (HEREDIA, 2001, p. 19-20)

Nos anos sessenta, Cuba passou por uma década de pouco crescimento econômico, já que o embargo impossibilitava a consecução do governo em tecnificar a agricultura e desenvolver a indústria. Foi necessária uma estratégia de alinhamento a uma das superpotências da época, sendo assim, a União Soviética passou a ser uma via essencial para a entrada de recursos financeiros e um novo mercado para o estabelecimento de seu comércio. Os Estados Unidos insistiam em bloquear o comércio na ilha e qualquer tentativa de retorno a uma relação amigável pelo governo cubano fracassava. Com crescimento médio de 3% na década, número inexpressivo frente à conjuntura econômica mundial da época, Cuba inclinou-se

para o socialismo soviético.

Mas a revolução, apesar de suas vitórias, não decolava. Na primeira década da revolução, a média de crescimento ficou em torno de 3%, pouco diante do necessário para desenvolver sua indústria e diversificar sua agricultura. Ficou cada vez mais evidente que o país, para deixar de ser dependente dos Estados Unidos, precisava se aliar ao outro sistema dominante, o soviético. Esse processo, entretanto, não ocorre de forma imediata. A aproximação é lenta e ocorre em dois planos, no plano interno, com a reordenação do sistema político e administrativo cubano, e no plano externo. (MARTINS, 2015, p.2)

Nessa conjuntura política, que em 1965, o Partido Comunista de Cuba (PCC) foi fundado, atrelado também ao acordo firmado entre Estados Unidos e União Soviética após a Crise dos Mísseis em 1962. Nesse momento, Cuba avisou ao mundo que a Revolução era socialista, mas também se tornava um marco na Guerra Fria, pois passou das mãos do imperialismo estadunidense para um jogo de interesses da União Soviética. A partir daquele momento, a ilha se tornava um centro influenciador das ideias comunistas, mas de certo, contribuiu para discussões sobre o imperialismo estadunidense e suas formas de dominação e perpetuação da pobreza na periferia do mundo. Cientistas políticos e intelectuais contestavam esse processo de desigualdades e injustiças e influenciaram grande parte das populações das periferias a mudarem essa conjuntura política vigente.

No plano externo, a fundação do PCC foi o primeiro sinal claro de aproximação do regime cubano à matriz socialista soviética. Desde a tentativa de cooperação militar na ocasião da Crise dos Mísseis, esse foi o maior gesto de aproximação entre as duas nações. (MARTINS, 2015, p. 8)

Não obstante, o alinhamento com a União Soviética acompanhou diversos benefícios à ilha. Cuba precisava de investimentos e aportes financeiros para sua sobrevivência, sendo assim, a União Soviética comprava quase todo o açúcar e outros produtos produzidos pela ilha. Enquanto isso, Cuba conseguia petróleo da União Soviética por um preço bem abaixo do valor real. Além disso, a cultura soviética estava presente no país com um aporte grande de livros e notícias que eram veiculadas nos jornais e revistas.

Comento al menos que la relación con la URSS significó para Cuba contar con aportes muy valiosos para la sobrevivencia, la satisfacción de necesidades sociales, el funcionamiento de la economía, la defensa, la formación de técnicos y algunos otros rubros. La relación ayudó a aminorar los efectos nocivos de la agresión norteamericana y de la condición «subdesarrollada», pero era imposible que fuera un factor favorable al desarrollo sostenido y autónomo de Cuba. (HEREDIA, 2001, p. 26)

4. EMBARGO

Em 1961, o embargo econômico se concretizaria. Os Estados Unidos fizeram um cerco às pretensões cubanas de se afastar do seu imperialismo, e Cuba começou a sair de uma era colonial e se colocaria como propulsora de uma era mais moderna. Cuba estava atrasada, defasada e sua população vivia na miséria. As mudanças econômicas trouxeram ao povo cubano ganhos evidentes e rápidos, o que fez com que a população aumentasse o apoio à Revolução.

Os Estados Unidos deram uma resposta ao sucesso da Revolução Cubana. Não era nada interessante para os Estados Unidos perder sua influência na região, além disso, a presença russa mais perto

de seu território era um problema, pois o mundo vivia os tempos da Guerra Fria. Estados Unidos e União Soviética disputavam uma corrida para estabelecer suas hegemonias no planeta.

A partir da fracassada invasão da Baía dos Porcos, a relação dos Estados Unidos com Cuba e o restante dos países da América Latina mudou de forma radical. No caso de Cuba, as relações econômicas cessaram, até porque, o governo dos Estados Unidos só aceitava relações econômicas do tipo colonial exploratório. Os Estados Unidos estavam acostumados a tratar Cuba como se fosse seu quintal de negócios, não se admitia outra forma de relação. Essa dificuldade na aceitação de uma nova forma de gerenciamento político da ilha levou os Estados Unidos a se rebelarem com a possibilidade de perder investimentos e recursos advindos dos países do sul, sendo assim, era necessário isolar Cuba e mostrar que a Revolução havia sido um erro para a ilha. O programa da Aliança para o Progresso foi criado com esse objetivo. Segundo Ayerbe “O programa da Alpro é apresentado na reunião da OEA em Punta del Este, em agosto de 1961 (...) Os recursos prometidos para atingir esses objetivos ascendem a 20 bilhões de dólares ao longo de dez anos”. (AYERBE, 2002, p. 118-119)

Houve muitas críticas do governo cubano ao plano, pois claramente não se separava o teor econômico do político. Tudo seria uma desculpa para frear o exemplo cubano no continente. A principal reclamação do governo cubano era de que não havia mudanças estruturais. A voz dos representantes da ilha era tão estrondosa dentro da OEA, que Cuba foi expulsa da Organização, não por acaso, a esquerda no continente estava crescendo exponencialmente, mas não necessariamente no número de governos socialistas, mas nas pautas que eram reivindicadas com um cunho muito mais social que econômico.

La Alianza para el Progreso, creada en 1961 para realizar el programa enunciado en la Carta de Punta del Este, no fue sino una operación de tipo contrarrevolucionario (...) Esta fue la primera operación pública, de ámbito continental, por medio de la cual los gobernates de los Estados Unidos y de América Latina demostraron que estaban capitalizando, en forma activa y organizada, la experiencia resultante del éxito de la revolución en Cuba. (IANNI, 1973, p. 43)

Cuba passou a nacionalizar terras de propriedade estadunidense em seu território, o objetivo era fortalecer o Estado e distribuir terras para a população. A reforma agrária foi o ganho mais visível do ponto de vista social da ilha e a produção deixou de ser oligopolizada. Os Estados Unidos, que detinham por direito essas terras não concordaram com essa expropriação de terras, sendo assim, partiu para o embargo contra o governo cubano. A intenção estadunidense era manter seus domínios de influência na ilha, já que a reforma agrária e a justiça social não lhe interessavam, pois perderia capital e veria um inimigo política próximo de seu território.

Apesar de os Estados terem a prerrogativa soberana de nacionalizar bens privados nacionais e estrangeiros, as políticas de reforma agrária e de desapropriações desagradavam os grandes proprietários cubanos e estadunidenses, que não aceitavam as condições de indenização propostas pelo governo cubano. (MOREIRA *et al.*, 2010)

Os Estados Unidos ferem direitos internacionais, por renegar uma postura que ele próprio manifestou, pois, colocando o embargo como solução para espremer Cuba economicamente só reproduz a retaliação a Cuba por ter decidido nacionalizar as propriedades de empresários estadunidenses após a revolução. Cuba tentava sair de uma situação econômica subalterna que promovia a desigualdade, o atraso e a miséria, enquanto isso, os Estados Unidos tentavam derrubar o governo cubano pela coerção e força. Na resolução 2131 da Assembleia Geral da ONU decorre o seguinte excerto:

Nenhum Estado tem o direito de intervir, direta ou indiretamente, por qualquer razão que seja, nos assuntos internos ou externos de qualquer outro Estado. Consequentemente, intervenções armadas ou qualquer outra forma de interferência ou tentativa de ameaça contra a personalidade do Estado ou contra seus elementos políticos, econômicos ou culturais, são condenados. (SLOBODA, p. 92, 2015)

5. CONCLUSÃO

Cuba se via refém da exportação de açúcar e teve no seu desenvolvimento tecnológico a chave para modernizar sua produção e investir em outras áreas, como a bovinocultura. O acesso à educação de qualidade e destinada para todas as camadas da sociedade introduziu possibilidades de acesso ao nível superior e potencializou a ciência e tecnologia na ilha.

O embargo econômico inserido com um viés político intervencionista proferido pelos Estados Unidos impediu diversos avanços sociais e econômicos que limitou o avanço de Cuba a índices ainda mais relevantes do que tem apresentado ao longo das décadas. Atrelado ao fim da União Soviética e a perda de apoio financeiro, Cuba acabou se transformando num grande polo turístico, incentivado pelo governo cubano a partir dos anos noventa.

A via socialista se tornou viável por conta da pujança de pensamentos ideológicos de parte dos líderes revolucionários e pelo cenário político dos anos sessenta, onde os Estados Unidos tentaram destruir o progresso de Cuba após a nacionalização de empresas estadunidenses e a mudança de comportamento frente ao imperialismo que acarretava em desigualdades sociais elevadíssimas dentro da ilha.

As pressões pela continuidade do embargo econômico se deram pelos conservadores no congresso estadunidense e pelos imigrantes e filhos de imigrantes que passaram a ter representatividade no quadro político dos Estados Unidos. A aceitação de cubanos descontentes com a política socialista de Cuba no território estadunidense surtiu efeito quanto à resistência de uma possível concordância com o sistema político adotado pela ilha a partir da revolução de 1959.

Nem os esforços de parte dos integrantes do Partido Democrata dos Estados Unidos fizeram cessar por completo o embargo econômico. Apesar da tentativa de aproximação expressada pelo governo de Barack Obama e a abertura para a exportação de alimentos para ilha no governo de George W. Bush, Cuba ainda hoje é vítima de uma política imperialista que descarta as nações que se recusam a entrar no seu jogo de injustiça social e intolerância política e cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AYERBE, Luis Fernando. *Estados Unidos e América Latina: a construção de hegemonia*. São Paulo: UNESP, 2002.
- DOMINGUEZ, Esteban Morales; DUARTE, Hugo Pons. *Embargo o bloqueo? compensación?: aspectos económicos del conflicto bilateral Cuba-Estados Unidos*. Universidad de La Habana, Depto. de Investigaciones sobre Estados Unidos, 1986.
- DURÃES, Bruno José Rodrigues; MATA, Iacy Maia. Cuba, os afro-cubanos e a revolução: passado e presente Bruno José Rodrigues Durães. *História Social*, n. 17, 2009.
- FERNANDES, Florestan. *Da guerrilha ao socialismo: a revolução cubana*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- FURTADO, Celso. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. En: *Cinqüenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record/CEPAL, v. 1, 2000.
- HEREDIA, Fernando Martinez. *El corrimiento hacia el rojo*. Letras Cubanas, 2001.
- IANNI, Octavio; KAPLAN, Marcos. *América Latina y Estados Unidos: relaciones políticas internacionales y dependencia*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 1973.
- MARTINS, Luís Carlos dos Passos; LIEBEL, Vinícius. *A Revolução Cubana e sua Recepções: Imprensa e Academia*, 2015.
- MOREIRA, Luiz Felipe Viel; QUINTEIROS, Marcela Cristina; SILVA, André Luiz Reis. *As Relações Internacionais da América Latina*. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.
- PAZ, Juan Valdés. A revolução agrária cubana: conquistas e desafios. *Estudos Avançados*, v. 25, n. 72, 2011.
- PÉREZ-STABLE, Marifeli. *The Cuban revolution: Origins, course, and legacy*. New York: Oxford University Press, 1993.
- SADDI, Rafael. *O Ascetismo Revolucionário do Movimento 26 de Julho*. 2009.
- SANTOS, Giselle Cristina dos Anjos. A revolução cubana e as representações sociais de gênero. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, n. 14, 2013.
- SLOBODA, Pedro Muniz Pinto. *O Embargo a Cuba à Luz do Direito Internacional. O Direito em Movimento*. Juiz de Fora: Editar, p. 92, 2015.
- SOARES, Eliane. *O processo político da revolução nacional-democrática e o socialismo na América Latina: um estudo comparativo sobre os programas da Revolução Cubana de 1959 e da Revolução Bolivariana da Venezuela*. 2008.

LUHMANN E A CONSTITUIÇÃO: CONTRIBUTO PARA UMA ANÁLISE PLURICONTEXTUAL DO ESTADO DE DIREITO²⁹⁵

PEDRO FERREIRA BEREZOVSKY²⁹⁶

Resumo: O presente artigo apresenta a compreensão da Constituição enquanto *acoplamento estrutural* entre o sistema jurídico e o sistema político e *aquisição evolutiva* da sociedade funcionalmente diferenciada segundo o arcabouço metodológico da Teoria dos Sistemas de Niklas Luhmann. Para tanto, introduz os fundamentos da descrição sistêmica e perpassa as funções desempenhadas pela constitucionalização em relação ao Direito e à Política no tratamento de seus paradoxos constitutivos e no desenlace das duas faces da moderna fórmula do Estado Democrático de Direito. Destarte, apresenta uma interpretação do fenômeno constitucional como um esquema que possibilita definir duas perspectivas reversas como uma unidade, celebrado como uma conquista ambígua ao promover simultaneamente o agrilhoamento jurídico da força política e a exploração política do direito.

Palavras-chave: Constituição; Luhmann; Teoria dos Sistemas; Direito; Política.

1. PRESSUPOSTOS

Com a pretensão de ser uma porta de entrada às ideias de Luhmann e ao seu modo de pensar a sociedade contemporânea, o presente trabalho busca apresentar os *insights* do autor sobre como podemos hoje analisar o Direito, a Política e o papel de uma Constituição em relação a esses sistemas no tratamento de seus paradoxos constitutivos e no desenlace do que se denominam as duas faces da moderna fórmula do Estado Democrático de Direito na Teoria dos Sistemas.

Por linhas gerais, aderir ao vasto arcabouço da Teoria de Luhmann implica principalmente abandonar certos obstáculos epistemológicos contra os quais o autor se insurge. O mais importante, o pressuposto de que a sociedade seria constituída de homens/indivíduos concretos, ou de relações intersubjetivas. Estruturando seu pensamento à luz da distinção sistema/ambiente pela qual cada sistema reproduz sua unidade e identidade com base na sua diferença em relação ao ambiente, Luhmann propugna uma separação nada convencional entre Sociedade e Ser humano que classifica consoante suas respectivas unidades operativas, de forma a diferenciar sistemas psíquicos de sistemas biológicos e sistemas sociais.

²⁹⁵ A ideia para este artigo surgiu de uma iniciação científica realizada no período de agosto de 2021 a julho de 2022, com apoio financeiro do PIBIC-CNPq, e em conjunto com Hannah Ito, a quem agradeço pelos comentários e sugestões ao texto final.

²⁹⁶ Advogado. Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2023). Tem experiência em Direito Constitucional e Teoria do Direito. E-mail: pedro.b.f7@gmail.com

Daí a incongruência entre eles no nível operacional: o sistema social opera através de comunicação, já o indivíduo se destrincha entre sistema psíquico (pensamento/consciência) e sistema biológico (vida). Não há indivíduos na sociedade, mas apenas cadeias de comunicação diferenciada; enquanto unidades autônomas estes diferentes *sistemas* operam somente *acoplados*, não sobrepostos.

Sob o primado do que Luhmann denomina “diferenciação funcional” da sociedade moderna, sistemas parciais então se autonomizam no sistema social geral por meio da especialização no tratamento de formas de comunicação específicas e no desempenho de uma função particular, desenvolvendo um código binário próprio como mecanismo de seleção e indiferença - uma espécie de filtro de absorção e mediação de informações provenientes de seu ambiente circundante -, que será alocado segundo seus programas. Mais ainda, temos sistemas “autopoieticos”, quer dizer, sistemas auto-referenciais no sentido de que a sua ordem interna é gerada a partir da interação de seus próprios elementos e autoproduzida no sentido de que tais elementos são produzidos e reproduzidos a partir dessa mesma trama de operação circular e recursiva.

Cada sistema somente é capaz de apreender e traduzir informações à sua maneira particular, segundo sua racionalidade e discurso próprios, mas justamente por essa autonomia operativa é que podem permanecer em constante interação uns com os outros. Sistemas marcados por um radical fechamento operativo num *perpetuum mobile* de comunicação que gera nova comunicação, simultaneamente a uma abertura cognitiva como condição de manutenção de sua autonomia perante o ambiente. Entre conexões mais ou menos fortes e constantes, aparece então o que Luhmann descreve por “acoplamentos estruturais”:

O conceito pressupõe que todo sistema autopoietico opera (...) como um sistema que só pode determinar as próprias operações mediante estruturas específicas. O acoplamento estrutural exclui, portanto, a possibilidade de que dados existentes no meio especifiquem, conforme as próprias estruturas, o que ocorre no sistema. (...) se situa de maneira ortogonal à operação do sistema: ele seleciona o que pode acarretar efeitos no sistema e filtra aquilo que não convém que nele produza efeitos. (LUHMANN, 2009, p. 274-275).

Já que o Sistema Político somente pode operar politicamente e o Sistema Jurídico juridicamente, Luhmann descreve a Constituição como o acoplamento estrutural entre ambos os sistemas que canaliza a sua irritação mútua na forma de uma “solução artificial que permite observar o direito desde o ponto de vista da política e a política desde o ponto de vista do direito” (LUHMANN, 2009, p. 390), atuando singularmente em cada um desses sistemas.

Sob esse panorama, os próximos parágrafos perpassam as funções desempenhadas pela constitucionalização em relação ao Direito e a Política, apresentando-se, finalmente, uma descrição do fenômeno constitucional como um esquema que possibilita definir duas perspectivas reversas como uma unidade.

2. SOBRE O APARATO CONSTITUCIONAL

Na abordagem sistêmica,

a teoria da evolução se recusa a dar explicações sobre o princípio da evolução. Esclarece as conquistas evolutivas (por exemplo, o domínio político) não a partir de um princípio de desenvolvimento, não a partir de um ‘*initial kick*’, senão de maneira circular. Os inícios são, na

medida em que não existe sistema que os observem, mitos sobre o início inventados pelo mesmo sistema (LUHMANN, 2009, p. 408).

Em outras palavras, são apenas observações parciais de cada sistema social, limitadas à realidade observável segundo as estruturas internas de cada um destes e sempre inadequadas e insuficientes à compreensão do todo. Assim, a “intenção pragmática de evitar os paradoxos o que possibilita, na realidade, é evitar a pergunta pela primeira distinção: portanto, o que possibilita é colocar um “não” em um sítio estratégico”. (LUHMANN, 2009, p. 345), pois “todos os sistemas autorreferenciais são caracterizados (1) por uma circularidade fundamental e (2) pela impossibilidade de se reintroduzir operativamente a unidade do sistema em seu interior (...)” (LUHMANN, 2013, p. 07).

Abandonar a abordagem do “pontapé inicial”, ou seja, de um início causal, acarreta certas dificuldades singulares quando se trata do começo de uma nova forma de operação autopoiética, ou no caso específico do marco do Estado de Direito ou do Estado Constitucional, da diferenciação de Direito e Política. O que temos na passagem de uma sociedade estratificada para uma sociedade funcionalmente diferenciada é a mudança na descrição de seu problema fundamental e o modo de sua moderação ou, se formos colocar em termos *lubmannianos*, de seu paradoxo constitutivo e a forma de sua “desparadoxização”.

O paradoxo da unidade na diferença – que é o que identifica o sistema – é substituído por uma distinção mais fácil de manejar. Do ponto de vista do Direito, podemos remeter esse marco evolutivo à renúncia de que seu fundamento de validade “vá em direção à natureza” ou à história, aceitando-se no lugar o direito positivo caracterizado pelo binômio decidibilidade/alterabilidade e do ponto de vista do domínio da aplicação do Poder Político, por sua vez, ao problema da soberania.

3. A CONSTITUIÇÃO DO SISTEMA JURÍDICO – POSITIVAÇÃO DO DIREITO

Em direção a uma análise do processo de diferenciação do direito, importa antes de tudo entender o que se compreende por “positivação” que, para Luhmann, não significa nada mais do que a autonomia do sistema jurídico, ou seja, “que o direito só possa ser criado pelo próprio direito e não *ab extra* pela natureza ou pela vontade política” (2013, p. 08).

Como já dissemos, “a positividade do direito implica o duplo problema lógico (*Zwillingsproblem*) da circularidade operativa (autopoiesis) e da inadequação (portanto também da pluralidade) de toda autodescrição do sistema jurídico”, mas desse impasse não deve decorrer invariavelmente que se busque o fundamento de validade do direito em um ato de arbítrio político ou que por detrás do direito positivo só se possa esperar um encontro paralisante com a “Górgona do Poder”²⁹⁷. A Constituição atua primordialmente suspendendo a percepção dessa arbitrariedade intrínseca vinculada à fundação do direito e “conduz o observador a ver apenas um sistema jurídico em que o que ali ocorre pode ser tudo menos arbitrário” (LUHMANN, 2013, p. 08).

Tal como na conjuntura pós-revolucionária dos Estados Unidos da América no final do século XVIII, acaba por surgir a “questão sobre *se e como* um texto jurídico pode se encarregar do problema, ao

²⁹⁷ Recusando qualquer admissão de circularidade, Hans Kelsen (2011, p. XX) considera que “o problema do direito natural é o eterno problema daquilo que está por trás do direito positivo. E quem procura uma resposta encontrará – temo – não a verdade absoluta de uma metafísica nem a justiça absoluta um direito natural. Quem levanta esse véu sem fechar os olhos vê-se fixado pelo olhar esbugalhado da Górgona do poder”.

lhe dar uma forma constitucional e ao destituí-lo de qualquer violência” (LUHMANN, 2013, p. 04). Entra em causa a transformação “do direito de resistência do povo contra o Parlamento, que mal se conseguia praticar, em um ordenamento jurídico hermético que exclui precisamente essa possibilidade para os casos futuros” (2013, p. 05).

Assim, o processo de constitucionalização aparece como “a forma mediante a qual o sistema jurídico reage à sua própria autonomia”, enfeitando quaisquer sustentáculos externos em troca de uma (re)formulação conceitual que introduz uma distinção entre a Constituição e os demais “direitos” (LUHMANN, 2013). Rompe-se, naturalmente, com o paradigma do Parlamento incondicionado, e torna-se necessário separar o direito constitucional do direito infraconstitucional, apenas este último ao alcance do legislador, de modo que o critério da temporalidade (*lex posterior derogat legi priori*) não mais se aplica em relação à própria Constituição ou resta adstrito a direitos de mesma hierarquia.

A distinção entre o lícito e o ilícito ou entre direito/não-direito resulta supraordenada a todo o direito com exceção da lei constitucional, já que toda norma jurídica passa ao status contingente de poder ser direito, mas direito potencialmente inconstitucional e, portanto, não direito – isso não mais apenas na medida em que o legislador pode criá-lo ou modificá-lo (LUHMANN, 2013). E o sistema desenvolve um mecanismo, assegurado pela auto-exceção, para pronunciar a si mesmo como ilegal, a partir de uma operação autológica do sistema.

Por isso é decisivo que a introdução de uma assimetria na relação entre dois tipos distintos de texto, a Constituição e o outro direito, venha vinculada à interrupção do regresso infinito na resposta à questão da fundação. Não pode afinal ser inconstitucional a própria Constituição²⁹⁸, se não, por exemplo, a partir de uma nova distinção que separe o direito constitucional originário daquele aditivo, fruto de emenda, ou uma diferenciação entre constituição formal e a sua materialidade essencial intangível.

Segundo Luhmann (2013, p. 11) “a própria Constituição deve interromper o círculo da autorreferenciabilidade, deve traduzir a simetria na assimetria. E alcançar esse resultado ao regular a produção do direito, inclusive a revisão da própria Constituição”. Constitui uma hierarquia de fontes jurídicas que endereça a inacessibilidade do sistema na forma de problemas de atribuição solucionáveis ou a unidade invisível do sistema em distinções. “Do ponto de vista jurídico, um texto com esse status só pode ser um texto autológico, ou seja, um texto que se prescreve como parte do direito” (LUHMANN, 2004, p. 406).

Temos então uma “hierarquia entrelaçada” (*tangled hierarchy*) que traduz a circularidade essencial do sistema: “O direito é, portanto, a unidade da diferença de dois tipos de texto: o direito constitucional e o outro direito” (LUHMANN, 2013, p.09), e o sistema pode determinar-se e perpetuar-se ele mesmo por sua auto-referência, baseando-se na sua própria positividade. A estabilidade não reside no fundamento em si, mas na própria distinção entre ambos os níveis, o que permite ao sistema se adaptar à passagem do tempo conservando sua arquitetura (LUHMANN, 2004).

Nas palavras do autor, “em suma, portanto, o código direito/não direito gera a Constituição para que a Constituição possa gerar o código direito/não direito” (LUHMANN, 2019, p. 10) e, nesse sentido, cabe concluir que “a positividade não se limita, pois, ao deslocamento dos problemas de fundamentação (...), significa a *eliminação* da problemática da fundamentação (NEVES, 2012, p. 84), proclamando-se que

²⁹⁸ Não se ignoram os diferentes estudos sobre o tema, inclusive o grande ensaio de Otto Bachof (1994) sobre normas Constitucionais Inconstitucionais, mas qualquer formulação nesse sentido é excluída aprioristicamente por uma questão epistemológica. Se não há direito antes da Constituição, não há parâmetro possível contra o qual suas normas possam se chocar.

a responsabilidade por todo o direito reside apenas no interior do sistema jurídico.

4. A CONSTITUIÇÃO DO SISTEMA POLÍTICO – A LIMITAÇÃO DO ARBÍTRIO

No que concerne ao sistema político, a função da Constituição direciona-se ao manejo do paradoxo da soberania ou do problema dos limites a um poder ilimitado. Mais uma vez podemos ilustrar a questão a partir da Revolução Americana e o debate travado entre a independência das 13 colônias inglesas e a posterior conformação de sua soberania individualizada aos “Estados Unidos da América”.

Do caminho da Confederação até a Federação (ou à União), o que houve foi a transição da semântica de soberania do *Estado* para a soberania do *povo*, o que possibilitou em essência a superação do problema da (in)divisibilidade da soberania que tivera primazia na guerra pela independência. Assim como a Coroa britânica não poderia admitir as exigências dos colonos contra a taxaço sem oportunidade de representação perante o Parlamento em Londres (“no taxation without representation”), sob pena de levar a uma divisão de sua soberania que contradiria o próprio conceito, também os agora livres e independentes Estados recusavam entregá-la aos Estados Unidos.

A solução encontrada foi realocar o problema à questão de quem detinha de fato a soberania ou quem era soberano no final das contas: o povo. E no caso norte-americano a resposta ofertada foi no sentido da transferência da soberania do povo dos estados individuais para o povo dos Estados Unidos (GRIMM, 2015).

Nem os órgãos dos estados nem os órgãos dos Estados Unidos são soberanos; nem os Estados Unidos ou os estados são soberanos, mas apenas o povo [americano] sozinho é soberano. Ao mesmo tempo, contudo, parece claro que o povo não poder governar a si mesmo e o novo impasse desemboca no problema da representação que passa a consubstanciar a própria estrutura do sistema político (LUHMANN, 2009, p. 350).

Destarte,

‘a vontade do povo’ e a ‘soberania do povo’ são tão somente fórmulas que refletem a experiência de que a política está permanentemente ocupada com as mudanças de suas próprias decisões. A intensa variação (...) teria de ficar fixada com os novos mecanismos políticos que outorgam a estabilidade: a Constituição. Se trata então, se se segue um juízo de Friedrich Schlegel, de uma revolução permanente: de instabilidade, de contingência. (LUHMANN, 2009, p. 415).

O que de um lado os pais fundadores da Constituição americana consideraram a relação entre delegado (*agent*) e delegatário (*principal*), na França Revolucionária será tratado como a distinção entre Poder Constituinte (*pouvoir constituant*) e Poder Constituído (*pouvoir constitué*). O Poder Constituinte pertence integral e unicamente ao povo soberano, que o exerce de maneira incondicionada. Restrições criadas pelo poder constituinte não são restrições sobre si mesmo, ou limitações a sua soberania ilimitada, mas restrições sobre seus representantes ou sobre os poderes constituídos. Soberania não era apenas ‘imprescritível e inalienável’, era ‘una e indivisível’ e a Constituição não o contradiz, atuando antes como fator de mediação dessas duas instâncias de poder – pré e pós momento constituinte.

A soberania se resguarda sob o poder constituinte e se expressa apenas no ato de constituição da Constituição. Enquanto a constituição estiver em vigor, ela permanece *latente* e torna-se invisível. “A soberania popular não é uma realidade, mas uma atribuição. O soberano permanece apenas um assunto abstrato para a atribuição de atos de autoridade pública” (GRIMM, 2015, p 73), e o paradoxo da

soberania não é acolhido em detrimento do direito positivo, mas, ao contrário, é resolvido por seu intermédio (LUHMANN, 2013, p. 16), conforme se vincula a autoridade soberana ao direito.

Uma vez que a limitação da autoridade pretendida pela Constituição requer que ninguém esteja acima da lei, a reivindicação é abrangente no sentido de que nem os portadores *extraconstitucionais* de poderes governamentais, nem as formas e meios *extraconstitucionais* de exercer o poder público são permitidos (GRIMM, 2015). Opera-se, por consequência o que Luhmann denomina de *codificação secundária* da política que, além da orientação em torno do meio do poder (poder/não poder), deve submeter-se ao direito e especialmente à Constituição.

Desse instante, sobre a distinção originária que orienta a circulação generalizada de poder político, insere-se o esquematismo lícito/ilícito (aqui entendida também a distinção constitucional/inconstitucional) como filtro indicador do meio legítimo de expressão de poder. Passa-se a distinguir o poder lícito do poder ilícito, que muito além de denunciar irrupções arbitrárias, serve à afirmação autônoma do meio de comunicação da política democrática perante pressões particularistas e fatores de intrusão de seu ambiente circundante (NEVES, 2012, p. 89).

Nas palavras de Juliana Neuenschwander:

Soberania de fato (...) é reconhecida como uma modalidade de autolimitação do poder fundado no direito: a soberania do Estado moderno será representada como qualidade de um poder absoluto e arbitrário para servir de fundamento ao sistema político de um Estado que não será nem arbitrário, nem absoluto, nem exclusivo. (2016, p. 237).

Seja sob seu aspecto jurídico, seja sob seu aspecto político, a Constituição não é senão um dispositivo destinado a diferenciar a autorreferência de heterorreferência nas operações internas ao sistema (LUHMANN, 2013).

5. A CONSTITUIÇÃO E O ESTADO DE DIREITO:

Como a Teoria dos Sistemas busca demonstrar, há paradoxos em todos os lugares, sempre que buscamos por fundações (LUHMANN, 1988, p. 154). As descrições se resumem então às semânticas de supressão ou disfarce dos paradoxos que um observador externo poderia ver e denunciar a qualquer tempo, mas que o sistema não ousa (e nem pode!) questionar. Segundo tentamos ilustrar brevemente,

a novidade do projeto de Constituição do século XVI reside no fato de que a Constituição torna possível, a um só tempo, uma solução jurídica para o problema da auto-referencialidade do sistema político e uma solução política para a referenciabilidade do sistema jurídico (LUHMANN, 2013, p. 10).

Em sentido jurídico, é um estatuto supremo, uma lei fundamental que determina se e por quem será examinada a conformidade das leis à Constituição. O direito constitucional e seus conceitos particulares emancipam a si mesmos das cadeias escalonadas de fundação a que se prendia o direito e, paradoxalmente, “a constituição tem seu destaque em pontos em que se torna informulável se deve sua validade ao sistema ou ao ambiente” (LUHMANN, 2004, p. 409).

Politicamente, é um instrumento e um limite, no sentido duplo de política instrumental (que muda o estado das coisas) e simbólica (que não muda). Nos dois espectros a Constituição é a “aquisição evolutiva” que garante as condições de possibilidade de um sistema jurídico direcionado à generalização de

expectativas normativas e um sistema político especializado funcionalmente à tomada de decisões que vinculam a coletividade. Nessa toada, a crescente complexidade do ordenamento do Estado constitucional instituído requer a passagem de uma arquitetura *hierárquica* para uma *heterárquica* que renuncie às descrições de tipo “supra e infra”, “sobre e sob”, e que agora só lide com sistemas sociais parciais e acoplados apenas em limitada medida (LUHMANN, 2013, p. 20).

A Constituição pode ser descrita como o nó górdio que desata na fórmula moderna do Estado de Direito, mais propriamente em suas *duas caras*. Conforme aponta Luhmann: “esse conceito funciona como um esquema que torna possível definir duas perspectivas reversas como uma unidade e celebrá-lo como uma aquisição da civilização: o agrilhoamento jurídico da força política e a exploração política do direito” (2004, p. 368).

Primeiro falamos de Estado de Direito (*Rechtsstaat*) ou de vinculação à Lei (*Rule of Law*) no sentido clássico e difundido de forma generalizada no interior do Sistema Jurídico de “limitações ao exercício do poder”. Substancialmente, o Estado de Direito compreende o fato de que “a lei é válida porque é válida”, e isso se estende mesmo para a Política. Até a Política deve se sujeitar ao Direito. Como destaca o sociólogo,

a nova era do liberalismo político celebrou o triunfo da constituição que submete o estado, que cria o direito do direito e, nessa maneira, situa o paradoxo político em seu interior. Na teoria do direito o conceito de estado – originalmente concentrado na descrição do sistema político – finalmente tornou-se um conceito jurídico. O foco na política no estado então significava que a vontade política deveria assumir forma jurídica para obter aplicabilidade em relação ao estado. Nessa interpretação o estado é uma pessoa jurídica, uma criação do sistema jurídico. E as ações de políticos que não entendem isso não produzem nenhum efeito, ou ao menos nenhum efeito jurídico. (LUHMANN, 1990, pp. 192-193).

A Constituição enquanto preceito jurídico atua na “domesticação” da política, pois mesmo quando não obtém êxito, no mínimo possibilita a tradução de excessos em termos de “inconstitucionalidades”. Atua, sob essa ótica, no plano de exclusão daquilo que não pode ser decidido politicamente, de delimitação de fronteiras entre o politizável e o não politizável. “O sentido e a função das constituições são caracterizados pelo uso explícito de negações, negações de negações, delimitações, impedimentos” (LUHMANN, 2019, p. 20). Em sentido formal, é uma negação das mudanças ilimitadas no direito ou “dominância do negativo”, e o “constitucional” das negações se expressa através do tratamento operado pelo modelo de separação de poderes e pela positivação dos direitos fundamentais – pilares do constitucionalismo liberal.

Através da garantia dos direitos fundamentais, antes de assegurar uma distinção entre público e privado ou sociedade e estado, preserva-se na semântica das liberdades a diferenciação funcional da sociedade moderna ou, em outras palavras, a autonomia dos outros âmbitos da sociedade em relação ao sistema político ou mais propriamente em relação ao poder político – tal e qual a própria autonomia do sistema político, em sentido contrário. De acordo com Luhmann,

o Estado é — algo que sempre se esquece — condição para toda liberdade; não porque o Estado a garanta parcialmente ou com pré-formas elementares, mas porque, para a organização estatal, a liberdade torna-se racionalmente regulável na forma de um programa-de-decisão. O Estado reúne a ameaça potencial — disseminada na sociedade de forma difusa e inapreensível — da liberdade e com isso a torna decidível — o que no caso pessoal pode significar ganho ou perda de liberdade (2010, p. 144).

Nesse sentido, a *decidibilidade* dos direitos fundamentais, quer dizer, sua delimitação ou distinção, se expressará tanto politicamente, na efetiva regulação (ou programação), quanto juridicamente na adjudicação que questione determinado programa político perante a inviolabilidade constitucional dos direitos fundamentais que, enquanto tal, demandam a interpretação de juízes e Tribunais para declarem (ou não) eventuais violações. Daí apontar-se que de fato as verdadeiras garantias se encontram no direito da organização do Estado, ou na separação de poderes.

Sob o signo da “separação de poderes” cristaliza-se imediatamente a separação entre política e direito e se impede a manutenção de uma visão hierárquica entre legislação e jurisdição. O crescente potencial da interpretação judicial e o desenvolvimento do próprio controle de constitucionalidade, somados à criação de normas sobre a proibição de denegação de justiça (*non liquet*)²⁹⁹ e a exigência de que se decidam todos os casos levados aos Tribunais conduzem gradualmente à percepção de que a conexão entre a legislação e a jurisdição não pode ser encarada como assimétrica e linear, mas sim como circular, num sentido de mútua limitação para o âmbito de decisões nos sistemas político e jurídico.

Com mais direito legislado desenvolve-se também mais direito judicial. e a diferença entre um e outro é deslocada para uma questão temporal não hierarquizada (LUHMANN, 2004, p. 279). Sabe-se que os Tribunais têm um tempo próprio, guiados por seus imperativos internos de correção e consistência, e, mais ainda, não podem iniciar processos ou prolatar decisões por iniciativa própria, mesmo quando diante de verdadeiras calamidades. Vem então ao resgate a legislação que, com estímulos políticos suficientes, é capaz de ser iniciada e concluída em tempo hábil, balanceando as expectativas da sociedade.

Obviamente, porém, isso depende de que não se saiba exatamente o que ocorrerá com um diploma normativo aprovado na prática jurídica. A condição por trás do processo é de que o futuro permaneça aberto e incerto: “a legislatura tem suas próprias ideias sobre os “resultados” de um estatuto; mas são conjecturas e não informação” (LUHMANN, 2004, p. 372) e o sistema jurídico em seu lugar não pode resistir amplamente à nova legislação (novo direito), mas que naturalmente deve se amoldar ao direito que o precede. O direito é por excelência o meio do politicamente possível e a forma através da qual a política pode solucionar problemas na medida em que provê a possibilidade de fixação de formas jurídicas e a consequente despolitização de problemas.

Internamente ao sistema político diferenciam-se também política e a administração enquanto subsistemas autônomos especializados segundo uma posição distinta em relação ao planejamento, ou à perspectiva de abertura para o futuro e para o “público”. O subsistema político, de um vértice, trata da formação do poder que goza de apoio político, com o tratamento de símbolos legitimadores e ideologias, estruturada em torno da elaboração de temas e programas capazes de alcançar maiorias no processo de legislação. Atua em condição de alta sensibilidade ao ambiente e grande pressão em matéria de tempo, decidindo politicamente qual direito será o direito válido sob elevadíssimo grau de contingência.

A administração, por outro, é muito mais fortemente fragmentada por estruturas organizacionais e programas de decisão prévios, reproduz competências para decisões obrigatórias e tem de pressupor a capacidade de realização da política - tal como a política pressupõe uma administração que funcione, que realiza o que é politicamente possível:

A politização do Legislativo é completamente aceita. A politização do executivo é em parte reconhecida, em parte bloqueada através do imperativo da legalidade da administração,

²⁹⁹ Nessa linha, prescreve o artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal de 1988 a inafastabilidade do controle jurisdicional: “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”.

permanece, portanto, variável e dependente da temática e do grau hierárquico do processo de decisão. A politização da justiça é, mesmo em disputas de direito público, constitucionalmente bloqueada, pelo que a Justiça torna-se, por assim dizer, a espinha dorsal da administração frente a política e, nessa função, momento irrenunciável desse esquema de diferenciação. (LUHMANN, 2019, p. 9).

Nesse contexto, a distinção fornece uma grande oportunidade de incremento de poder ou, mais propriamente, de cadeias maiores e mais heterogêneas de aplicação de poder sobre poder:

Cadeias de decisão mais longas, com efeitos obrigatórios para situações distantes, sob condições especiais ainda desconhecidas e sem poder direto sobre os participantes precisam estar ligadas à forma do direito e, através disso, tornam-se asseguradamente transmissíveis. Nesse sentido, a separação de poderes ganha uma função para a produção e ampliação de poder; a adoção de uma forma adequada e a longas cadeias de poder torna-se, como uma condição de integração entre os órgãos estatais, mais ou menos inevitável. (LUHMANN, 2019, p. 10).

Isso tudo depende do suporte na Constituição e somente se torna factível a partir da positivação de um princípio da legalidade que fixa os limites e estabelece um filtro entre política e administração, removendo a própria mediação entre os subsistemas da politização corrente. Pressupõe um direito variável segundo o procedimento fixado constitucionalmente, mas cuja modificação despolitiza o problema, ainda que momentaneamente – e permite que a aprovação da legislação possa ser encarada como o sucesso e finalização de um processo que desincumbindo imediatamente o parlamento apenas transfere a questão.

Tendo em conta essa reestruturação da dinâmica política, exsurge finalmente a segunda “cara” do Estado de Direito no fato de que embora aparente, de início, apenas uma restrição contra a arbitrariedade, “poder submetido ao direito” representa na verdade uma imensa extensão da aplicação do poder político. Em razão da aceitação da vinculação ao direito ou da codificação secundária do poder, sob a forma constitucional, o poder assume um alcance potencial sem precedentes na história recente, com possibilidades de regulação e normatização que desafiam os próprios limites da autopoiese de cada sistema parcial da sociedade.

Dentro do processo legislativo formal e respeitados os direitos fundamentais assegurados nas Constituições modernas, não sobram obstáculos externos oponíveis de forma legítima contra a autoridade dos parlamentos democráticos. Direito de resistência e estado de exceção abolem-se reciprocamente: se o sistema político teria de estar vinculado ao direito para bem de inibir o uso ilícito do poder político, agora ele se encontra atrelado ao direito pelo fato de que o tem à sua disposição.

6. CONCLUSÃO:

A partir da transição ao Estado de Direito, a constitucionalização acentua o caráter descentralizado e pluricontextual da sociedade contemporânea que, por sua vez, implica a definitiva impossibilidade de que o sistema político – ou qualquer outro – logre dominar o seu ambiente circundante. Pressupõe a superação absoluta do dogma do Estado como supraordenador da sociedade, afinal, segundo a Teoria dos Sistemas, “qualquer mudança social só pode conceber-se como processo enquadrado na ‘evolução eufuncional’ do sistema; caso contrário ela será um elemento conflitual patológico” (CANOTILHO, 1986, p. 273).

Entretanto, excluído o que a Constituição afasta explicitamente da arena política, todo o resto pode ser politizado e decidido em formas jurídicas por maiorias legislativas respaldadas periodicamente por eleições livres. Como consequência principal diminuem exponencialmente as chances de agradar e toda inovação legislativa traz aqueles que se beneficiam e outros que se prejudicam. Estimula-se esperança e insatisfação política. Apoiada pelo direito, a política cria descontentamento que alimenta novamente o sistema como impulso adicional para novas operações e (re)politização dos mais diversos temas.

A dinâmica é de indiferença e seletividade reforçadas por toda a sociedade e a descrição da Teoria dos Sistemas oferece paradoxalmente certos incômodos e alentos. É quase uma solução maximizadora que concilia por um breve momento as pretensões dos distintos sistemas parciais: temos um sistema jurídico independente e um sistema político efetivamente dominante. Mas a que preço? Segundo Luhmann, a circunscrição a seus limites, à sua própria insignificância, e o risco permanente de incompreensão e cegueira generalizadas.

A título de exemplo, a crescente democratização do sistema político conduz ao Estado de Bem-Estar Social que traduz o incontável número de questões que passam a poder ser tematizadas enquanto objetivos politizáveis. A abertura e o fechamento do sistema se convertem em um problema permanente e desde as demandas elaboradas nos pleitos eleitorais chega-se ao ponto em que “o sistema político se entende como o garante que pode equilibrar tudo o que seja produzido pelos golpes do destino. (...) e se parece a um depósito de água que precisa bombear o líquido para dali reparti-lo a todos que estão conectados” (LUHMANN, 2009, p. 417).

Com um sistema econômico globalizado, o problema do Estado de Bem-Estar acaba reduzido às finanças públicas e, nesse ponto, a política tem de se curvar às dinâmicas do mercado. Há certo ceticismo quanto à realização do projeto de inclusão além da base de *standarts* mínimos que assegurem a preservação da própria diferenciação funcional da sociedade. De acordo com Luhmann:

Na medida em que se chega aos limites do bem-estar, os problemas se depositam de novo da política à economia. E então os problemas da política se reduzem à pergunta: que tanto capital internacional pode ser atraído e conservado? Mas sobretudo: que tanto trabalho se pode criar em território nacional? (2009, p. 373).

Nesse pano de fundo, o que instiga na abordagem luhmanniana parece justamente o desafio de manter a teoria de pé e encontrar maneiras de preservar – ou pelo menos enxergar – cada sistema dentro de suas fronteiras sem comprometer a autonomia uns dos outros. Num esforço contínuo de concessões mútuas, a gramática sistêmica oferece pelo menos novas oportunidades para traduzir e enfrentar os múltiplos problemas com os quais nos defrontamos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CANOTILHO, J. J. Gomes. *A Constituição de 1976 dez anos depois: do grau zero de eficácia à longa marcha através das instituições*. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, na 18/19/20, fevereiro de 1986.
- GRIMM, Dieter. *Sovereignty: the origin and future of a political concept*. 1ª edição. Nova Iorque: Columbia University Press, 2015.
- KELSEN, Hans. *O Problema da Justiça*. 5ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- LUHMANN, Niklas. *Law as a Social System*. 1ª edição. Nova Iorque: Oxford University Press, 2004.
- LUHMANN, Niklas. A Constituição como Aquisição Evolutiva. 2013. Disponível em: <https://bityli.com/YYp7o>. Acesso em: 23/08/2022.
- LUHMANN, Niklas. *Los derechos fundamentales como institución*. 1ª edição. México: Universidad Iberoamericana, 2010.
- LUHMANN, Niklas. *La Política como Sistema*. 1ª edição. México: Universidad Iberoamericana, 2009.
- LUHMANN, Niklas. *Political Theory in the Welfare State*. N. Iorque, EUA: de Gruyter, 1990.
- LUHMANN, Niklas. Constituições Políticas no Contexto da Teoria da Sociedade. 2019. Disponível em: <https://bityli.com/acAjE>. Acesso em: 23/08/2022.
- LUHMANN, Niklas. *The Third Question: The Creative Use of Paradoxes in Law and Legal History*. *Journal of Law and Society, Inglaterra*, volume 15, número 2, 1988, p. 153-165.
- MAGALHÃES, Juliana N. *Formação do Conceito de Soberania*. 1ª edição. São Paulo: Saraiva, 2016.
- NEVES, Marcelo. *Entre Têmis e Leviatã: uma relação difícil*. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

A PASSAGEM DO TUDO AO NADA: ROBERTO SCHWARZ ENTRE COLAPSOS TEMPORAIS E DESAFIOS DE GERAÇÃO

VITOR MORAIS GRAZIANI³⁰⁰

Mas então, que é o tempo? É a brisa fresca e preguiçosa de outros anos, ou este tufão impetuoso que parece apostar com a eletricidade? Não há dúvida que os relógios, depois da morte de López, andam muito mais depressa.”

(Machado de Assis – *A semana*, 25.03.1894)

“Nova Tropicália, velha ditadura
Nossa represália, fuga da vida dura
Ação necessária por nossa bandeira
Que isso é a reforma agrária da música brasileira

[...]

Eu falo de suor e calos, traumas e abalos
Almas e ralos, São Paulo, fumaça feia
Capitães do mato *versus* capitães de areia
(Emicida/Felipe Vassão – Samba do Fim do Mundo)

Resumo: Em 2012, quando da publicação do livro de ensaios do crítico literário Roberto Schwarz *Martinha versus Lucrecia*, uma resenha de Milton Ohata sobre o material trazia uma expressão interessante para designar a obra de Schwarz: “futuro estático”. A partir desta noção, o presente artigo visa uma investigação da fenomenologia do tempo na obra de Roberto Schwarz, tendo como ponto capital para a análise o pré e o pós golpe civil-militar de 1964, momento que teria instituído a estaticidade deste futuro. Acompanhando os rumos do pensamento dialético de Roberto ao longo dos anos, ansiamos apontar as vicissitudes e desafios da crítica dialética à experiência brasileira do pacto nacional-desenvolvimentista até hoje. Assim, se 1964 iniciaria o encerramento de um momento histórico, outro tempo se inauguraria, e novas respostas passariam a ser esperadas da crítica dialética.

Palavras-chave: Roberto Schwarz; Tempo histórico; Ditadura Civil-Militar; 1964; Modernização capitalista.

1. INTROITO: A Nova Utopia

O poeta paulista Régis Bonvicino tem investigado em suas últimas intervenções aquilo que denominou de “a nova utopia”³⁰¹. O primeiro poema da série, *A nova utopia (1)* possui alguns trechos provocativos que citamos a seguir: “A nova utopia é inclusiva, participativa. A nova utopia é o coro

³⁰⁰ Graduação em história (bacharel e licenciatura) pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. E-mail: vitor.morais@usp.br.

³⁰¹ Em 2019, Régis lança o álbum “Deus devolve o revólver” que adianta o espírito presente em BONVICINO, Régis. *A nova utopia*. São Paulo: Quatro Cantos, 2022.

afinado dos descontentes. É um ex-guerrilheiro, de porte avantajado, homem forte do governo.” Mais adiante: “A nova utopia é nosso dever como cidadãos”. E ainda: “A nova utopia tem logo e slogan. Condena chacinas na periferia. A nova utopia emite notas de repúdio, lança abaixo-assinados; defende o grafite; a nova utopia prega a bicicleta. A nova utopia é o respeito incondicional ao nanismo” (Bonvicino, 2019, faixa 01). Em linhas gerais, a nova utopia constatada por Bonvicino (e também por ele criticada) estaria identificada com uma esquerda hegemônica, essa por sua vez inserida dentro de uma sociedade neoliberal³⁰². À parte as necessárias críticas para com, ela existe enquanto a utopia possível ao contemporâneo, inédita ao menos nesta forma, com estas características. É, em última instância, utopia, ainda que possivelmente cínica. Algo, no limite, que possui um devir e cujo horizonte de expectativas *stricto sensu* deveria ser elevado³⁰³.

Daí que o leitor deva estar se questionando a esta altura: como falar em utopia (e nova, ainda por cima!) se nosso objeto, a obra do crítico literário Roberto Schwarz, é marcada por um onipresente “horizonte inglório e rebaixado” (Schwarz, 2012, p. 110) que faria jus ao tempo no qual se insere e que desmente a “nova utopia” ironizada por Bonvicino? Ora, acontece que estamos falando de tempos históricos distintos, que podem até mesmo coexistir em um mesmo tempo físico, embora um deles, segundo nossa hipótese, esteja já gangrenando. Assim, a nova utopia de Bonvicino está para um tempo (neoliberal em termos de hegemonia) como Schwarz está para outro tempo (nacional-desenvolvimentista, pré-1964, ainda que muito mais ligado ao devir não vindo deste tempo que com ele num geral, pensando em termos daquilo que é hegemônico). A colocação se faz possível pelo seguinte: o oxigênio mental que forma Schwarz é aquele que diz respeito ao pacto nacional-desenvolvimentista interrompido por 1964, como é possível de ser denotado em seu ensaio sobre o Seminário d’*O Capital*, ainda que a preocupação central desse “grupo de estudos”, mas também de intervenção, estivesse alocada nas forças e caminhos possíveis à época para a modernização industrial (Schwarz, 1999, p.99). Seu horizonte é aquele, não à toa que seu ensaio “Cultura e política, 1964 – 1969: alguns esquemas” (Schwarz, 2008, p. 70-111) sirva, à maneira de *Terra em transe* (Glauber Rocha, 1967), como um ajuste de contas com seu próprio horizonte de lutas – o que, aliás, permite inferir que embora o Golpe de 1964 represente o início do colapso que desagua no que a nós é contemporâneo (Gonçalves, Otsuka e Rabello, 2013, p. 332), este só será percebido no *dayafter* de 1968, à luz do aprofundamento da Ditadura. O que, aliás, só reforça a vinculação de Schwarz com as possibilidades emancipadoras (ou, numa leitura mais enviesada, revolucionárias) que o ínterim 64 – 68 permitia deslumbrar, ainda que de maneira artificial, como nosso objeto constatará buscando entender a derrocada de seu tempo e as impossibilidades de se derrotar a derrota³⁰⁴.

³⁰² Pensando sobretudo na questão de uma capitulação das esquerdas com o fim do socialismo real (este último processo também lido por Robert Kurz como “O colapso da modernização” em KURZ, Robert. *O colapso da modernização*. São Paulo: Paz & Terra, 1992) e a emersão do neoliberalismo enquanto elemento revolucionário na ordem dos costumes e mentalidades anos antes da queda da “cortina de ferro”, seguimos aqui as linhas desenvolvidas por DARDOT, Pierre/LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo editorial, 2016.

³⁰³ Tomamos aqui apenas o diagnóstico de Bonvicino sobre a existência de uma nova utopia em nossos tempos atuais e ignoramos, ao menos por enquanto, a ironia de sua análise quanto a essa.

³⁰⁴ Maurício Reimberg, em estudo sobre a obra crítica de Schwarz durante sua formação intelectual, isto é, até “Cultura e política, ...” vir à cena, vai na contramão, até certa altura, dos esquemas que propomos. A vinculação entre o oxigênio mental emancipador, mas ambivalente, dos anos 1960, vislumbrada num Schwarz que via o curso da História andar para uma presentificação do futuro imaginado pelo ideário das esquerdas da época (no PC ou não), e o diagnóstico da derrota não pode,

A pontuação, contudo, não anula que após os diagnósticos de “Cultura e política, ...”, como se verá adiante, Schwarz passe a investigar o dia que estava vindo, processo esse que terá seu ápice na sondagem do contemporâneo efetuada em seu livro *Sequências brasileiras* (Schwarz, 1999) (Ferro, no prelo), em que unirá a “sociedade sem classes, sob o signo da delinquência” (idem, p. 179) retratada por Chico Buarque em *Estorvo* (Buarque, 1991) à crise da categoria trabalho mobilizada por Robert Kurz em seu estudo sobre o “colapso da modernização” e as sociedades “pós-catastróficas” (Otsuka, 2013). Seja como for, queremos com esta digressão sobre a poesia de Bonvicino e seus não-lastros com a obra de Schwarz apontar para os diferentes tempos históricos possíveis dentro da experiência (moderna?) brasileira. Indo direto ao ponto: se um determinado tempo colapsou na obra de Schwarz – e, pista dada, logo veremos de qual se trata e analisaremos o tema –, por conseguinte, outro tempo se impôs triunfante. E Bonvicino está justamente versando sobre este novo tempo da matéria brasileira, a partir de um determinado ponto de vista. Mas antes vamos falar um pouco sobre a ideia de tempo histórico e seu percurso na trajetória brasileira, para daí chegarmos até Schwarz, acompanhando todo este longo colapso, e, por fim, retornarmos à Bonvicino e a este, porque não, novo tempo do Brasil.

2. BRASIL, PAÍS DO FUTURO? (Ou, um Tempo que Ficou Pelo Caminho)

A experiência brasileira, afinal, congregou diferentes tempos históricos – ao menos indiscutivelmente de 1930 adiante. Até aí, nenhuma grande novidade. O pulo do gato está, todavia, que um destes tempos foi abatido em pleno voo. Digredindo um pouco para seguir a leitura do historiador João Paulo Pimenta, há uma diversidade de tempos históricos dada, a qual, entretanto, não impede que no mundo moderno um tempo teime constantemente em se colocar como dominante sob os demais (Pimenta, 2021, p. 27). A este tempo chamamos modernidade (cujo melhor sinônimo é justamente capitalismo, ou melhor, evolução do capitalismo):

A modernidade mais recente não tem apenas um único tempo social, e sua estrutura não é inteiramente nova: uma vez estabelecida, essa modernidade nunca destruiu por completo a antiga ideia de que a história é capaz de ensinar algo ao presente (idem, p. 281).

Ao fim e ao cabo, queremos nos debruçar aqui sobre os tempos sociais que existiram na modernidade brasileira. A ladainha é sabida: em 1930, o ex-governador do Rio Grande do Sul, Getúlio Dornelles Vargas, é alçado ao poder por meio de uma revolução à brasileira – utilizamos o termo aqui muito mais pelas transformações causadas no aparato dirigente brasileiro que pela efetiva participação popular no processo, afinal, não custa lembrar a ordem do dia daqueles tempos: “Façamos a Revolução antes que o povo a faça”. Pois bem. Com este ato, o país foi remodelado: passamos de nossa moderna vocação agroexportadora, a partir da periferia, que no limite ainda bebia nos estertores daquilo que Caio Prado Jr. chamou de “Sentido da Colonização”, para tentar ingressar no concerto industrial das nações do

até onde vão nossas forças, imputar à toda a obra de Schwarz pós-golpe, mas anterior à “Cultura e política, ...”, o diagnóstico da derrota iminente – veja-se, por exemplo, o aceno à luta armada ao final de “Cultura e política, ...”. Acreditamos, aliás como apontado por Reimberg, que, neste sentido, o ensaio sobre *Os fuzis* (Ruy Guerra, 1964), reforça que havia um horizonte em aberto; horizonte este que vai se estreitando com a passagem do tempo até sua aniquilação total, como se verá na análise ora proposta. Ver o ensaio citado em Schwarz, 2008. Para a tese de Reimberg, REIMBERG, Maurício. *A crítica de Roberto Schwarz (1958 – 1968): um percurso atravessado pelo golpe de 1964*. Tese (Doutorado em Teoria Literária e Literatura Comparada). São Paulo: FFLCH/USP, 2019.

centro da modernidade. Iniciava-se, aí, uma peleja de tempos históricos na experiência brasileira: inaugurava-se um novo “tempo social”, na expressão supracitada de Pimenta, agora dominante e distinto daquele até então vigente. Tempos de revolução.

Acontece que este tempo histórico, este novo tempo brasileiro (que a crônica imortalizou como “nacional-desenvolvimentista” e que de novo não tinha nada pois a industrialização já era realidade fundante na Inglaterra há um bom tempo), como já dito, foi abatido em pleno voo, mais especificamente no dia 31 de março de 1964. Conforme Paulo Arantes (2014, p. 293), a grande missão histórica que a Ditadura Civil-Militar brasileira (instaurada, em verdade, mais no dia 1º de abril de 1964 que na data supracitada) se impôs foi justamente a de varrer para debaixo do tapete a Era Vargas (nacional-estatista) e o desenvolvimentismo de Juscelino. Mais: aniquilar, no sentido estrito do termo, aquele tempo histórico vivido até então, de modo que, somado ao fato de as esquerdas não terem, ainda com Arantes (idem, p. 282), acusado suficientemente o golpe, ter se eliminado do horizonte toda e qualquer energia revolucionária, isto é, de ruptura com esta contrarrevolução que deixava pelo caminho o sonho cunhado (não sem pressões) por Stefan Zweig de “Brasil, país do futuro” – é certo que ao menos na acepção positiva do termo.

Finalmente chegando ao nosso objeto, alguns dos mais seminiais ensaios do maior crítico dialético vivo, segundo Franco Moretti: a saber, Roberto Schwarz (Moretti, 2021); pensamos que toda sua obra ensaística orbite por estas questões. E que elas, por claro, estejam refletidas em seus estudos machadianos, sobre os quais não nos debruçaremos aqui, já que nosso foco não reside na construção teórica da disputa entre tempos históricos que Schwarz identifica a partir de Machado de Assis e que demonstra ter existido até certa altura da matéria brasileira, como se verá adiante. Assim, o objeto reside justamente em sua “sondagem do contemporâneo” (Ferreira, no prelo) executada a partir de seus ensaios sobre o tempo presente, da qual se extrai a hipótese do colapso da modernidade sobreposta pela desagregação que sucede tal processo. Quer seja, toda sua obra se encontraria envolvida naquilo que Milton Ohata (Ohata, 2012) chamou de “futuro estático”, em outras palavras, um horizonte imutável para o futuro, sem perspectivas de mudança.

3. A DERROCADA DE VIEIRA (Ou, a Derrota em Roberto Schwarz)

Nesta toada, voltemo-nos a um ensaio de Schwarz que, a nosso ver, resumiria as inquietações de toda sua obra. Falamos de: “Cultura e política, 1964 – 1969: alguns esquemas”, publicado originalmente na França, em 1970. Recentemente, foi descoberto por Marcelo Lotufo nos arquivos do Departamento de Ordem Política e Social, o DOPS, um documento de origem militarista que alertava para os “perigos” deste escrito, chegando até a se referir a uma “equipe de trabalho” que teria atuado em sua consecução, dado que seria impossível uma única pessoa ter realizado hercúleo trabalho (Schwarz, 2019, p. 11-14). A preocupação dos milicos não seria em vão: Schwarz fazia ali uma elegia à derrota representada por 1964. Um *Terra em Transe* em forma de ensaio, se assim preferir quem nos lê. Já antevendo noções que desembocariam em suas “As ideias fora do lugar”, publicado no Brasil preliminarmente em 1973, o autor desenvolvia com rara lucidez as fragilidades do estratagema que sustentou as esquerdas até o golpe, alertava para nossas forças regressivas e concluía acenando, do exílio, à luta armada.

Arrisquemos uma radiografia de “Cultura e política, ...”, para além da já conhecida formulação de que, apesar da ditadura de direita, haveria relativa hegemonia cultural à esquerda até o Ato Institucional

de número05 (Schwarz, 2008, p. 71), editado em 1968 e que endureceu ainda mais a já dura Ditadura. Começamos pela análise de que a aliança forjada entre o Partido Comunista Brasileiro e os dirigentes populistas fora frágil:

Muito mais anti-imperialista que anticapitalista, o PC distinguia no interior das classes dominantes um setor agrário, retrógrado e pró-americano, e um setor industrial, nacional e progressista, ao qual se aliava contra o primeiro (ibidem, p. 75).

Esta colocação é interessante pois desloca Roberto, que fora um dos participantes do aclamado “Seminário Marx” da Faculdade de Filosofia da USP, do eixo comum deste evento. Relembramos que foi a partir de uma leitura original e primeira de Marx que intelectuais como Fernando Henrique Cardoso construíram sua crítica ao chamado “populismo”, que teria vigorado de 1930 ao golpe de 1964. Para este último, aliás (e retomando a citação feita), este “setor industrial, nacional e progressista” a que se referiu Schwarz, não seria tão nacional assim: “No que dependesse da burguesia industrial, que era quem pesava mais na balança, o rumo estava tomado: ‘satisfeita já com a condição de sócio menor do capitalismo ocidental e de guarda avançada na agricultura’, ela renunciara a tentar a ‘hegemonia plena da sociedade’” (Schwarz, 1999, p. 99). Schwarz parece, aqui, não anular os problemas ligados a este regime que seus companheiros de Seminário apontaram. Todavia, reconhece que, por detrás desta frágil aliança, haveria fendas possibilitadoras de progressos – numa conhecida frase deste ensaio: “O país estava irreconhecivelmente inteligente” (idem, 2008, p. 75) – que poderiam, ainda que de maneira desigual e combinada, inserir definitivamente o Brasil na marcha para o futuro (na acepção positiva desta ideia, convém frisar).

Acontece que havia uma pedra no meio do caminho. O colapso deste tempo temporariamente dominante do capitalismo à brasileira veio junto de uma reposição de elementos arcaicos que se pensavam superados (Cevasco, 2014, p. 207) – e talvez seja esta a síntese de seu controvertido ensaio “As ideias fora do lugar” (Schwarz, 2012, p. 09-31) – que transformaram 64 numa “[...] gigantesca volta do que a modernização havia relegado; a revanche da província, dos pequenos proprietários, dos ratos de missa, das pudibundas, dos bacharéis em lei etc” (Schwarz, 2008, p. 83). Ainda que estes não tenham chegado diretamente ao poder, dada a aliança estabelecida entre entes regressivos e modernos à direita, da qual os segundos saem vitoriosos no balanço da época – convém lembrar que com a chegada de Costa e Silva à presidência, em 1967, fica para trás a austeridade de um Roberto Campos, ministro da área econômica de Castello Branco, e volta o desenvolvimentismo, porém agora à direita, isto é, despido das possibilidades de emancipação social de outrora –, a barulhada de 64 estava feita. Barulhos esses que o Tropicalismo e o Teatro Oficina valorizariam, de modo a reconectar as experiências artísticas, iludidas com aquele sopro de modernidade, ao velho tempo do mundo brasileiro via reposição do atraso, agora nosso futuro imortalizado no presente, perpetuando-o – não à toa que serão justamente estas experiências as mais valorizadas por Schwarz no sentido de constatar a impossibilidade de derrotar a derrota de 64, apesar da crítica (neste texto de época, no caso do Tropicalismo, muito mais desconfiança que crítica) em relação ao método pelo qual isso se dava, quer seja, o da adesão ao novo velho tempo dominante do pós-64.

Ao fim e ao cabo, pensamos que 64, junto à “Cultura e política, ...”, consegue, se não resumir, explicar toda a obra de Roberto. Ao constatar o tamanho da derrota, bem como sua necessidade de “liquidar a própria cultura viva do momento” (Schwarz, 2008, p. 73), não haveria mais opção a opção daquele futuro. Este, seria sempre este: um desenvolvimento desigual e combinado em que, “à luz branca do ultramoderno” (idem, 2008, p. 87), na expressão utilizada para descrever o Tropicalismo, nosso

substrato arcaico, que Machado de Assis visou satirizar, se manteria operante. Ele não estava morto. Não à toa que “Cultura e política, ...” termine, refletindo a partir de *Quarup*, o romance guerrilheiro de Antonio Callado, por endossar a luta armada: o personagem que vai, tal qual missionário, conhecer seu próprio povo na prática, após a teoria, e lutar pela emancipação desse, independentemente de haver de fato desejo desse – e por esse – se emancipar. Era o último respiro (artificial) em direção a um horizonte revolucionário que, dados os altos desencontros entre os guerrilheiros e sua devida capilaridade social entre a população, dificilmente deixaria de ser horizonte para verter-se em realidade. A velha utopia?

4. TEMPOS MODERNOS? (Ou, a Era do Cinismo)

Passando do vinho para a água, Lulu Santos, grande nome da instituição MPB³⁰⁵ na sua ramificação pós-tropicalista, escrevera uma canção muito interessante sobre o novo tempo que se imaginou para o Brasil ao findar da Ditadura. Ora, terminado o regime de espoliação do povo brasileiro, era hora do reencontro celestial deste mesmo povo com o futuro ansiado³⁰⁶. Claro que o que não se pensava, para voltar a falar com Arantes, era que aqueles vinte e um anos passados não haviam ficado para trás:

pelo menos no que se refere às cláusulas relacionadas com as Forças Armadas, Polícias Militares e Segurança Pública – convenhamos que não é pouca coisa –, a Carta outorgada pela Ditadura em 1967, bem como sua emenda de 1969, simplesmente continua em vigor. Simples assim (Arantes, 2014, p. 289).

Agora, com a palavra Lulu: “Eu vejo a vida melhor no futuro / Eu vejo isso por cima de um muro / De hipocrisia que insiste em me rodear”. Mais: “Eu vejo um novo começo de era / De gente fina, elegante e sincera / Com habilidade pra dizer mais sim que não”. E o refrão: “Hoje o tempo voa, amor / Escorre pelas mãos / Mesmo sem se sentir / Que não há tempo que volte, amor / Vamos viver tudo que há pra viver / Vamos nos permitir” (Santos, 1983, faixa 08). Evoco a canção *Tempos Modernos*, como o leitor deve ter percebido, para refletir sobre este horizonte de expectativas elevado (e que o tempo provaria falso) que se construiu quando da irrupção da já saudosa Nova República. Há esperança – a vida melhor no futuro – apesar da hipocrisia que rodeia o eulírico. Há a esperança para um novo tempo, uma nova era, com mais otimismo que pessimismo, ainda que o tempo voe. Há uma necessidade de se fazer no hoje tudo para ontem. Mas, ao fim e ao cabo, há esperança. E este é o ponto central: a vida vai mudar e o Brasil irá encontrar seu futuro (qualquer semelhança com a volta por cima do lulismo no pleito de 2022 não será fruto do acaso).

Ora, fizemos todo este malabarismo para mostrar como Roberto Schwarz vai, nesta altura de nosso “futuro estático”, na contramão do *mainstream*– Tropicalista, por sinal, isto é, aclimatado ao capitalismo

³⁰⁵ Compreendemos a MPB enquanto instituição sociocultural de acordo com NAPOLITANO, Marcos. *Seguindo a canção*. São Paulo: AnnaBlume, 2001.

³⁰⁶ Convém citar o caso de Chico Buarque, autor que ganhará destaque em Schwarz adiante, como um adesista hesitante desta euforia que apontamos em Lulu. Se em “Vai Passar” a pátria-mãe dormia tão distraída, o que indica que irá acordar nalgum momento – quem está dormindo acorda uma hora, a não ser que morra dormindo – em “Pelos Tabelas” a operação será radicalmente oposta e muito mais niilista. Ver a análise de “Pelos Tabelas” feita em SANTOS, Daniela Vieira dos. *Pedro Pedreiro, Bye Bye Brasil e Pelos Tabelas: rumo ao colapso do tempo histórico. Música popular em revista*, v. 2, p. 82 – 109, 2014.

brasileiro pós-64. Em 1987, Roberto lançou o seu livro de ensaios *Que horas são?* à luz deste momento histórico atravessado. Hora de revolução ou de estagnação? A pergunta pairava no ar. Em texto de 1985, célebre pela polêmica envolvida, Schwarz, comentando o poema *Póstudo*, do concretista Augusto de Campos, irá dizer que ele refletia “o fracasso e a irrelevância do movimento cultural das vanguardas de nosso século” (Schwarz, 2006, p. 61), processo esse que teria no Tropicalismo seu expoente máximo. Como que respondendo à canção de Lulu, dirá Roberto: “Onde a negatividade dava conta da resistência do real, a positividade faz que ele evapore” (idem, 2006, p. 64).

Em outras palavras, onde a realidade dava conta do que era factual, a positividade fazia com que se vivesse uma ilusão cínica. Esta formulação encontraria, ainda em *Que horas são?*, um exemplo no ensaio sobre o célebre documentário de Eduardo Coutinho, *Cabra marcado para morrer*. Inicialmente produzido para narrar a história do líder campesino João Pedro Teixeira, assassinado no pré-golpe, a obra fora interrompida forçosamente pela pedra de 1964. Após a anistia, Coutinho decide retomar o projeto, nunca morto, e vai atrás da viúva de João Pedro, Elizabeth Teixeira. No momento de maior ápice da aérea esperança brasílica, Schwarz dirá acerca deste reencontro de um intelectual com o ente povo:

É como se no momento mesmo em que a parte melhor e mais aceitável da burguesia brasileira assume o comando do país – um momento a ser saudado! – o filme também melhor dos últimos anos dissesse, pela sua própria constituição estética e sem nenhuma deliberação, que num universo sério esta classe não tem lugar (idem, 2006, p. 77)³⁰⁷

Todo este horizonte de expectativas rebaixado encontraria seu ápice no seminal ensaio “Fim de século”, reunido em *Sequências Brasileiras*. Ali, Roberto irá atestar que o desenvolvimentismo, o qual havia permitido ao país décadas atrás estar irreconhecivelmente inteligente, havia falido – ou melhor, teria se vertido em uma ideia vazia, para a qual não havia mais dinheiro (Schwarz, 1999, p. 158). Não à toa, que a grande conclusão deste ensaio, que já se anuncia fatídico ao terminar dizendo que o capitalismo continua empilhando vitórias, será que:

[...] a falência do desenvolvimentismo, o qual havia revolvido a sociedade de alto a baixo, abre um período específico, essencialmente moderno, cuja dinâmica é a desagregação. Se for assim, o que está na ordem do dia não é o abandono das ilusões nacionais, mas sim a sua crítica especificada, o acompanhamento de sua desintegração, a qual é um dos conteúdos reais e momentosos de nosso tempo (idem, 1999, p. 160).

5. BREVE EXCURSO: O Fim da Procissão de Milagres

Publicado em 1999, primeiro ano da segunda gestão FHC, *Sequências brasileiras* constatava que, grosso modo, “já era” para o Brasil moderno. Naquele que é seu livro com maior poder de intervenção no

³⁰⁷ Antes de avançar na análise, é importante situar, à luz de novas declarações de Schwarz, que havia ainda alguma esperança de que a Nova República algo pudesse, ainda que em menor escala, trazer ao país no que diz respeito à emancipação social. Veja-se a seguinte declaração em SCHWARZ, Roberto / QUERIDO, Fábio Mascaro. Entrevista. *Margem esquerda*, nº 40, mai. 2023, p. 26: “Talvez o básico fosse o seguinte: eu era leitor dos frankfurtianos e acreditava – acredito – no diagnóstico pessimista deles. Ao mesmo tempo, estava no Brasil da abertura e da ascensão do Lula. Eu tentava me equilibrar nessa questão, que é objetiva, não tem porque ser disfarçada e precisa ser refletida”. Importante pontuar também que aquilo que anteriormente denominamos como “peleja” entre tempos históricos, encontra-se apresentada ao seu modo nas formulações de SCHWARZ, Roberto. Nacional por subtração. In: _____. *Que horas são? Ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 29-48.

presente, pois, à oposição de *O pai de família...*, em que o diagnóstico do início do colapso da modernidade à brasileira vai se construindo ao longo do avançar dos escritos, *Sequências...* desmascara as ilusões, afinadas com a “razão tropicalista” (Alambert, 2012), da integração do Brasil na “aldeia global” (Otsuka, 1999). Como nos ensaios sobre o *Póstudo* concretista e “O fio da meada”, acerca de *Cabra marcado para morrer*, Schwarz apontava que tamanha euforia não tinha mais lastro. Contudo, sua intervenção se limitava a isso: o apontamento de que o paradigma do intelectual dirigente, pró moderno e contra o arcaico, transmutado em um FHC neoliberal, não entregaria o que prometia.

A afirmação é importante pois serve de fermento para a massa crítica. É deste diagnóstico do presente efetuado por Schwarz em suas *Sequências...* que sairão dois dos escritos mais importantes, aí sim, de intervenção direta no presente, dado que funcionando como plataforma para saltos políticos: falo de “Beijando a cruz”, de Paulo Arantes, e “O ornitorrinco”, de Chico de Oliveira. Era a formação do lulismo e, enquanto todos apostavam na decolada brasileira, estes três intelectuais apontavam nas impossibilidades de entrega do que se prometia (como nos governos FHC, porém agora com um agravante: o caráter esquerdizante histórico do Partido que chegava ao poder). Entre iludidos e catastrofistas, com quem ficar?

6. A ERA DA DESAGREGAÇÃO: Agora e Para Sempre, Amém?

Queríamos agora falar um pouco sobre as intervenções de Roberto Schwarz nesta era de desintegração, quer seja, “pós-catástrofe”. Afinal, as esculhambações e destruições são infinitas e o poço só parece aumentar de profundidade. Não fosse pelo fato de nosso objeto ter feito, antes, um retorno. Em 2012, Schwarz nos brindou com mais um volume de ensaios, *Martinha versus Lucrecia*, que, a seu modo, refletia, no auge do retorno ao desenvolvimento à brasileira que o lulismo representou, sobre as energias utópicas dos anos 1960, como se fosse preciso acertar as arestas com aquele passado, que talvez ainda pudesse ter algo a dizer. No ensaio que mais rendeu comentários, Roberto se voltou ao livro de formação de Caetano Veloso (Wisnik, 2005, p. 121), *Verdade Tropical*: era um percurso de nosso tempo. Como explicar que, apesar de tudo que falamos até aqui, os tropicalistas tenham conseguido impor sua agenda cultural? Como entender que aqueles nomes, como Capinam e Gil, que haviam atuado nos Centros Populares de Cultura (CPC), tenham se vertido em arautos desta conjugação entre arcaico e moderno que 64 representou? Verticalizando a análise em Caetano, certamente o grande nome brasileiro daquilo que a filósofa Nancy Fraser (Fraser, 2018, p. 47) chamou de “neoliberalismo progressista”, Schwarz irá apontar como este teria passado de Capitu à Brás Cubas (Wisnik, 2012) a partir de sua leitura de *Terra em transe*. Com a palavra, Roberto:

[...] não foi a limitação intelectual da esquerda o que levou Caetano a fazer dela o seu adversário. A razão da hostilidade terá estado simplesmente nas reservas gerais dela ao capitalismo vencedor, na negatividade estraga-prazeres diante da voragem da mercantilização que se anunciava (Schwarz, 2012, p. 90).

Em outras palavras, os Tropicalistas sintonizariam o espírito do tempo gestado por 1964 e racionalizaram sua atuação neste (novo) espaço de tempo da experiência brasileira³⁰⁸.

³⁰⁸ Acompanhamos aqui a ideia de Francisco Alambert da institucionalização da vanguarda tropicalista nos anos posteriores ao seu estouro presente em ALAMBERT, Francisco. A realidade tropical. In: *História, arte e cultura: ensaios*. São Paulo: Intermeios, 2020, p. 31-40.

Acontece – e aí chegamos ao nosso tempo presente, aquele da desagregação de tudo e todos –, que havia algo de podre no reino da Tropicália. Ao menos desde 2013, quando das Jornadas de Junho, o Brasil tem vivido uma série de inflexões que, se não comprovam o que Schwarz vem escrevendo desde “Cultura e política, ...”, exemplificam a reposição do atraso nos momentos de maiores solavancos modernos. Nacional por subtração.

Já naquele distante e próximo 2013, em uma intervenção feita curiosamente no Teatro Oficina, Roberto irá propor que aquele momento marcava o renascimento do espírito crítico após a adesão cega à Globalização nos anos FHC, continuada de maneira *sui generis* nas gestões petistas. Mais: este renascimento da crítica poderia simbolizar uma possibilidade de redenção, um se encarar diretamente o Brasil de fracassos que havia emergido às ruas naquele fatídico Junho. Mas alertava também para a possibilidade de um aventureiro verter-se no maior beneficiário dos protestos (Cevasco, 2014, p. 278-279).

O desfecho é sabido. Um golpe parlamentar, uma eleição fraudada e uma guerra civil instaurada³⁰⁹. Se Junho representou uma possibilidade de repactuação da desagregação – no sentido de a partir da desintegração sem fim gerar algo novo – ela ainda ficou por florir. Em entrevista dada para Claudio Leal em 2019, Schwarz apontou as equivalências entre 64 e 2018: em ambos os momentos “um programa francamente pró-capital mobilizou, para viabilizar-se, o fundo regressivo da sociedade brasileira, descontente com os rumos liberais da civilização” (Schwarz, 2019, p. 327). Maior demonstração de um “futuro estático”, para retomar a valiosa expressão de Milton Ohata, inexistiria. Como acrescentou na nota de rodapé de 1978 que abre *Cultura e política*, “O leitor verá que o tempo passou e não passou” (Schwarz, 2008, p. 70). Em síntese, a revanche da província outra vez mais.

7. NO CABO, ERA O PRINCÍPIO: A Atualidade de “Cultura e Política, 1964 – 1969”

Importante salientar que a entrevista supracitada veio, no volume *Seja como for* (que compila várias entrevistas de Schwarz ao longo do tempo), como “Cultura e política, agora” (Schwarz, 2019). Pensamos que o título não seja fruto do acaso. Conforme buscamos apontar, “Cultura e política, ...” foi ensaio fundamental para o início do diagnóstico da falência do Brasil moderno em Schwarz. Contudo, apesar dos pesares, o ensaio apontava para tendências que se solidificariam ao longo do tempo, as quais buscamos sintetizar a seguir, pela ordem em que aparecem em “Cultura e política, ...”: i) as impossibilidades de alianças de classe de alta estatura, pelo caráter integracionista da elite econômica; ii) o diagnóstico do presente perpétuo e o adesismo de seus representantes como única forma de salvar o passado; iii) os dramas de consciência de classe, ou, numa versão mais humorada, a “síndrome de Paulo Martins”, iv) a incapacidade de formular estéticas que, na contramão da dialética sem síntese tropicalista, permitissem que as esquerdas, derrotadas ou não, conseguissem construir formas com capilaridade social, porém críticas ao hegemônico.

Em 2019, quando da publicação de *Seja como for*, o Brasil vivia o primeiro ano de governo do Capitão Messias. Depois de anos dormente, e muito graças à perca do timoneiro ideológico das Jornadas de Junho de 2013, mais ou menos desde a temerária virada de mesa das direitas, Michel Temer à frente, voltava a haver agitação cultural esquerdizante apesar desta estar aleijada do poder. Acontece que, se o

³⁰⁹ Em linhas gerais, a ideia da guerra civil como destino inescapável está em DARDOT, Pierre/GUÉGUEN, Haud/LAVAL, Christian/SAUVÊTRE, Pierre. *A escolha da guerra civil: uma outra história do neoliberalismo*. São Paulo: editora Elefante, 2021.

leitor efetivamente tiver visto que “o tempo passou e não passou” (Schwarz, 2008, p. 70), a aliança lulista fracassara após a (talvez anacrônica) tentativa neodesenvolvimentista de Dilma e o retorno das ruas à luz de Junho; os tropicalistas, institucionalizados, como que numa negação da verve agitada que encarnavam nos anos 1960, o que podiam era buscar tutelar o novo, o que não impediria também seu esgotamento; os intelectuais, encalacrados pelo empoderamento via inserção-consumo das minorias e das populações periféricas, contentando-se em autoflagelarem-se, pouco conseguiam oferecer; e, por fim, as formas estéticas, também reféns deste processo de afirmação de novos atores, ao menos em suas formulações históricas, opacas, não conseguiam responder criticamente, com o diagnóstico de fundo de 64, ao presente. Restava Junho e seus arredores.

8. PÓSTUDO: Um Novo Tempo ao Quadrado?

Para finalmente encerrar, um pequeno exercício de futurologia. Naquele 2022 tão aguardado e temido, Roberto Schwarz publicou *Rainha Lira*, uma peça teatral ainda mal compreendida sobre nossa barafunda. *Rainha Lira*, que fecha com o retorno triunfante do rei, identificado sem necessidade de nomeação literal com Lula, para um *revival* mais do mesmo, aponta também para a profundidade de nossa fratura. Estudantes em revelia invadem o palácio do governo sem muito saberem o que querem. A Rainha Lira, identificada com Dilma nos mesmos termos da identificação do Rei com Lula, foge do palácio temendo um desastre e acaba indo parar numa favela. Lá, encontra o Chefão que lhe dá uma grande surra verborrágica. Vale mais que a pena a longa citação:

Que história mal contada. Quer dizer então que os bárbaros somos nós? Na maior caradura, vocês nos deixaram ao deus-dará, morando em buracos, sem trabalho nem comida, para não falar em salário e aulas de português. [...] Vivendo de biscates, acuados pela miséria e achacados pela política, agradecíamos qualquer esmola, como pau para toda obra que somos. [...] Assim, de viração em viração, fomos aprendendo. Hoje sou subversivo assumido. Conspiro *full time*, faço política clandestina, muitas vezes com sócios seus, minha vida é de guerrilheiro, não respeito a propriedade privada, roubo o Estado sempre que posso e vou preso a torto e a direito. [...] Dito isso, além de patrimônio, estou acumulando importância. É visível, só os progressistas não notam. Vocês ouviram falar em dualidade de poderes? É uma ideia da esquerda revolucionária, que estou reciclando pela direita. Segundo os comunistas, haveria um momento em que os trabalhadores, à margem da lei, sem pedir licença, pela força das coisas, por serem numerosos – como nós agora –, ganhariam peso a ponto de governar a marcha da sociedade, deixando os proprietários pendurados na brocha. É exatamente o que estamos fazendo, só que em lugar de socialismo nós vamos implantar o condomínio do medo (Schwarz, 2022, p. 76-77).

Para voltar ao início com Bonvicino, a nova utopia morre na praia, cercada pela vigilância do condomínio do medo e pelo exercício da liberdade de quem nunca teve seu direito a conhecê-la garantido. No limite, os ditames que se impunham do novo/velho tempo do mundo da experiência brasileira que Schwarz vem realçando desde sua inauguração, naquele distante e próximo 1964, este sim, o ano que não terminou. Nesta hora dramática, o papel dos intelectuais dá Bonvicino: “O poema negativo denuncia a

barbárie” (Bonvicino, 2013, p. 13) Ao povo, fica o chamado irônico de Renan Inquérito: “Se a História é nossa, deixa que nós escreve”³¹⁰. Sociedade autodestrutiva? Que dê no que tiver que dar.

³¹⁰ Para uma análise dos desdobramentos disso no *rap* ver CAMARGOS, Roberto. “*Se a História é nossa, deixa que nós escreve*”: os rappers como historiadores. *ArtCultura*, v. 20, nº. 36, 2018. Para uma análise não-ficcional (embora a peça de Schwarz seja intrinsecamente realista) da barafunda brasileira, ver UM GRUPO DE MILITANTES NA NEBLINA. *Incêndio: trabalho e revolta no fim de linha brasileiro*. São Paulo: Contrabando, 2022.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANTES, Paulo Eduardo. *O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a Era da Emergência*. São Paulo: Boitempo editorial, 2014.
- BONVICINO, Régis. *Estado crítico*. São Paulo: Hedra, 2013.
- _____. *Deus devolve o revólver*. São Paulo: De Lírio Records, 2019.
- BUARQUE, Chico. *Estorvo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- CEVASCO, Maria Elisa. Modernização à brasileira. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n.º 59, 2014
- _____. A crítica cultural lê o Brasil. In: SINGER, André/LOUREIRO, Isabel (Orgs.). *As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?* São Paulo: Boitempo editorial, 2014, pp. 251 – 279.
- FERRO, Tiago. *Um outro percurso de nosso tempo – Roberto Schwarz*. Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: FFLCH/USP, no prelo.
- FRASER, Nancy. Do neoliberalismo progressista a Trump – e além. *Revista Política & Sociedade*, v. 17 (n.º 40). Florianópolis, dez. 2018.
- GONÇALVES, Anderson / OTSUKA, Edu Teruki / RABELLO, Ivone Daré. O retratista e os intelectuais às voltas com 1964. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n.º. 57, dez. 2013, p. 327-348.
- MORETTI, Franco. A new intuition: on Roberto Schwarz's critical work. *New LeftReview*, n.º 131, September-October 2021.
- OHATA, Milton. Progresso à moda brasileira. *Piauí*, n.º 69, jun. 2012.
- OTSUKA, Edu Teruki. Sequências brasileiras, ruptura mundial. *Eutomia*, Recife: n.º. 11, vol. 01, jan./jun. 2013, pp 199-213.
- PIMENTA, João Paulo. *O livro do Tempo: uma História Social*. São Paulo: Edições Almedina/70, 2021.
- SANTOS, Lulu. *O último romântico*. Rio de Janeiro: Warner Music Brazil, 1983.
- SCHWARZ, Roberto. *Seja como for: entrevistas, retratos e documentos*. São Paulo: Editora 34/Livraria Duas Cidades, 2019.
- _____. *O pai de família e outros estudos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- _____. *Sequências brasileiras: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- _____. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Editora 34/Livraria Duas Cidades, 2012.
- _____. *Que horas são? Ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- _____. *Martinha versus Lucrecia: ensaios e entrevistas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- _____. *Rainha Lira*. São Paulo: Editora 34, 2022.
- WISNIK, Guilherme. *Caetano Veloso (Coleção Folha Explica)*. São Paulo: PubliFolha, 2005.

WISNIK, José Miguel. *Versus.O Globo*, 28.04.2012.

Diálogos



O VALOR DO PAPEL

BIANCA BRAGA DE CARVALHO³¹¹

Queria o misto quente. O misto com presunto, queijo e um pouco de orégano na medida certa, esse sim era seu preferido. Porém estava cinco reais. Em compensação, o *queijo* quente estava três e cinquenta, e se fosse pegar o combo com suco de laranja e bala de hortelã, aí somava cinco. Valia mais a pena pegar o combo.

—Tia, vê o combo queijo!

Entregou uma nota de dez reais, retornou—lhe cinco, e logo já enfiou o troco na carteira.

Enquanto comia o lanche, refletiu sobre o *valor* das coisas. Essa palavra ele já ouvira antes: era polissêmica. Podia ser valor de reais, ou podia ser valor de pensar chique. Já pensar chique ele não pensava, mas gostava de saber os Reais das coisas. Aquele custa alguns reais, já aquilo outro era mais não sei quantos reais. Ele sabia de cor. Era bom em matemática. Seu pai chamava isso de calcular *custo benefício*. Nome chique também. Tudo era chique.

No dia seguinte, foi comprar o lanche de novo e dessa vez optou pela pipoca. A pipoca era coisa outra, era dois reais! E no combo, vinha um suco de cajú e um doce de abóbora. Aí era quatro e cinquenta, e sobrava mais cinco reais - e uns cinquenta centavos ainda! Era esse mesmo.

—Tia, vê o combo pipoca, por favor!

Retornou-lhe cinco e cinquenta, e ele já vibrou. Rapidinho vou ter um dinheirão!

No outro dia não teve jeito. Queria o misto quente e não conseguia se conter. Em compensação, tinha economizado no dia anterior, então podia se dar ao luxo de optar por um combo misto — seis e cinquenta! Tudo bem, economizo noutro dia, pensou ele.

—Tia, vê o combo misto!

E assim foi indo, todos os dias, nesse balanço de economias sagazes de um menino de oito anos. Seu pai um dia dissera que economia significava *gestão da casa*. Achou estranho, porque gestão da casa era quem fazia sua mãe, e não ele, comprando um lanche ao invés do outro. Mas achou divertido ter nome para todas as coisas.

Na sexta-feira era um dia especial, todas as crianças iam ficar no pátio, e ia ter pipoca de graça, sorvete e coxinha. Aí era demais, porque ele não ia ter que gastar nada e podia comer de tudo! Só não tinha misto, mas bastava o resto. Enquanto comia o sorvete, sentado na quadra com os colegas, viu pelo portão um moço varrendo o chão.

—João, que faz aquele ali? - apontou.

—Ele varre o chão, tonto - respondeu o amigo.

—Eu sei que ele varre o chão, João, mas qual o nome disso?

João queria apreciar sua pipoca.

—É varredor de chão, ué.

Já percebeu que não ia achar resposta dele. Perguntou à Tia que cuidava do corredor.

—Ele é gari! - ela respondeu, e continuou andando.

³¹¹

Graduação em nutrição na Universidade de São Paulo. E-mail: biancabragac@usp.br.

Gari? Mas o que isso tem a ver com varredor? Bom, fosse qual fosse o nome, pensou ele, era o melhor emprego do mundo. Havia concluído isso depois de uma conversa com o próprio funcionário, e compartilhou o sentimento com os amigos. A princípio, não foi compreendido.

—Eu hem, por que o melhor emprego do mundo?

Os olhos do menino brilharam. Queria que lhe fizessem essa pergunta.

—Ele varre o chão todo dia. Eu tenho que varrer meu quarto, mas nem recebo por isso. E ele levanta cedo, mas logo cedo já volta para casa. Imagina quanto tempo ele tem para jogar video game! E comendo misto quente!

Os amigos se impressionaram com a assertividade, e começaram eles mesmos a analisar os benefícios. Pensando bem, parecia legal.

—Sem contar que, imagina... se é você que mantém tudo limpo e organizado, todos em volta devem adorar você!

—Que nem a minha mãe! - replicou João. Todos assentiram, tocados pela possibilidade de ser *Gari...* ou mãe. Até o próprio João se interessou pela segunda opção. Mas desistiu quando lembrou que não há salário para essa. Na verdade, o primeiro também não ganhava tanto assim... pelo menos não em dinheiro.

Em casa, foi contar para a mãe que queria ser Gari. Essa, por sua vez, interveio: a gente chama de agente, meu bem. Agente ambiental.

Lá vão elas de novo, as palavras! Tudo tem nome, e a força dos nomes é estranha. Se chamar uma coisa de um nome que não é pode dar problema e ir para a diretoria. Ele já fazia questão de prestar atenção ao nome das palavras para não ter encrenca, queria passar despercebido pela direção. Não queria levar bronca.

Passados três meses nesse sistema de *custo benefício*, já economizara uma grande quantia em trocos de cantina escolar. Juntou tudo que tinha num envelope pardo muito chique que pedira à mãe para lhe dar, separou moedas de papéis, contou direitinho duas vezes, escreveu a próprio punho tudo que tivera juntado e colocou o número no envelope com caneta permanente. Era sexta-feira então estava bem. Sentou no sofá com a mãe e a avó, e já era passado das nove da noite e continuava firme acordado. A mãe chegou até a questionar, mas ele pediu para aguardar pois não teria aula no dia seguinte. Ela autorizou.

Onze horas da noite, e mais meia, já debaixo de forte chuva e vento, a porta abriu. Era o pai. Ele chegara com sua maleta e sacudia o guarda-chuva para tirar o excesso de água. O menino tentou esconder a empolgação. O pai se ajeitou, jantou, e finalmente sentou na sala com todos. Era chegada a hora. Ia contar para ele.

—Pai - falou o menino, e pegou o papel pardo. Arrastou sobre a mesa de centro de vidro em sua direção.

—Que é isso? - perguntou o pai, curioso. O menino pediu para que abrisse. Abriu, e viu que era uma soma em dinheiro.

Todos em volta ficaram boquiabertos. Ninguém falou nada. O pai quebrou o silêncio.

—Onde arranjou isso?

O menino, empolgado, explicou o trabalho que fora juntar os reais. Tudo foi ao *economizar* no lanche da escola. Disse até que segurou a vontade de comer misto todo dia, mas que tinha sido por uma boa causa.

—Pai, ouvi mãe dizer que a sua hora custava um *valor* - o menino entrelaçou os dedos - então juntei o *valor* de um dia para você não precisar trabalhar fora. Vamos poder jogar video games!

Aproveitando que estavam boquiabertos, ainda complementou.

—Eu vou ser é agente ambiental quando crescer. Descobri que o *valor* do papel não vale tanto assim.

Preferia voltar cedo para casa todo dia e aproveitar e viver.

FIM DA NOITE

DOUGLAS ALEXANDRE SANTOS SILVA³¹²

O dia não queria mais acabar
a noite não viria
quantos litros de café pra suportar?
quebro todas as garrafas
arrumo e limpo a casa
deixo as janelas fechadas
esperando escurecer.

Não quis nem procurar uma lâmpada
quem sabe ela resolvesse aparecer?
Mas o dia não ia findar
pois a noite não queria
Sem a noite, surgiria uma ordem nova de seres
de braços pensos
ou cruzados
sempre engravatados
ou com uniforme preto ou azul de trabalhador terceirizado
burocráticos

³¹² Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (2021), onde atualmente cursa o mestrado em Sociologia. Está vinculado à equipe da Rede Cuidados, Direitos e Desigualdades (CuiDDe) do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), como assistente de pesquisa do projeto "Who cares? Rebuilding care in a post-pandemic world", atuando no grupo temático sobre plataformas de cuidado. À época do envio do artigo, o autor ainda não tinha ingressado no mestrado. E-mail: silva.douglasantos@gmail.com.

nunca atenderiam palmas
e só apareceriam na hora do enterro
solenes ao choro das mães deixadas.

Tapei cada fresta da casa
que ardia sob o infindo sol de meio dia
A noite fugiu
Eu nunca mais teria uma noite na vida
crianças sem noite não temem espíritos
não dormem com a vó de conchinha
pra eles não existe magia
e os presentes sob a árvore vinham do cartão de crédito da mãe ou da tia.

A noite me deixou
a pele envelhecida me denunciava a quem passava:

“aquele ali perdera sua noite
vive sempre de dia
não sonha, não cria
não prega os olhos
escassos seus momentos de alegria
não se entrega no escuro
não vê a fogueira da festa junina”

meus olhos cansados de fitar luz tão intensa

sinto frio, mas no deserto tudo é grão de areia
e esquenta

e eu seguia tentando sobrevivência

No inferno, coberto de esperanças arredias

Eu não sabia

tu não sabia

fazer girar a vida

fazer a terra rodar de novo

alternando noite e dia

trazendo as estrelas e oceanos

criando fotografias preto e branco

mostrando as juras, euteamos,

lágrimas e melodias.

Quem diria

que a noite nua sumiria

agora só tem o dia

Puro, mais que puro: escuro

coabrindo a face tranquila do abismo

E o Espírito de Deus voltou a se mover sob a face das águas.

A MÁSCARA DE COURO: O ÁPICE DA DESFIGURAÇÃO HUMANA

GABRIELA DE MELO PEREIRA³¹³

A clássica máscara de couro usada em rituais masoquistas, apesar de ocultar, nos revela, de acordo com Georges Bataille, “a própria encarnação do caos”: uma cobertura aderente/artificial sobre rostos, que traz consigo algo imaginário e profundo. A familiaridade se esvai, e resta somente a certeza do imprevisível.

Conforme Eliane Robert Moraes (2017) nos descreve, o rosto é a última etapa do longo processo da desfiguração humana, iniciado em meados do século XIX, na figura de Lautréamont, e finalizado por Bataille, com seu mitológico acéfalo. Já que esta decomposição do humano segue-se à decomposição da figura divina, a mulher mascarada, para Michel Leiris, passa a ser uma nova divindade: o horror desta figura sem-rostos é sagrado, pois é precisamente a experiência do não-ser.

A primeira colagem, feita de forma analógica, a partir de recortes, composições, sobreposições e decomposições de imagens, foi composta por jornais, papel de origami e outros recortes, sob papel especial preto 120g, em formato A4.

A segunda colagem, em oposição à primeira, foi feita digitalmente em um aplicativo para *smartphone* e imagens cuidadosamente selecionadas da Internet, em um formato 1080x1350 pixels. Ambas possuem composições e enquadramentos que buscam uma estética urbana, gótica e sensorial, além de trazer fortes elementos da cultura *bondage* nipônica.

³¹³

Graduação em História na UniEstácio. E-mail: gabisnoopy86@gmail.com





六集

を開
けた

苦東大規模工業開発地域
山口百恵

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MORAES, E. R. *O corpo impossível: a decomposição da figura humana: de Lautréamont a Bataille*. 2.ed. São Paulo: Iluminuras, 2017.

RIBEIRO, C. N.; PINTO, J. M. Reduzir-se a nada: articulações entre o masoquismo, o feminino e a máscara. *Psicologia USP*, [S. l.], v. 23, n. 3, p. 503-521, 2012. DOI: 10.1590/S0103-65642012005000009. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/psicosp/article/view/53516>. Acesso em: 08/12/2022.

PONTE ALTA DO RIO ARACAHÚ

PETERSON MENDES PAULINO³¹⁴

Resumo: Esta é uma periferia nas fronteiras de uma das maiores cidades do Brasil. Marcada por um contraste entre a paisagem natural característica da Mata Atlântica, e as ocupações que surgiram da necessidade daqueles que clamavam pelo direito à moradia. Na região do Ponte Alta, formada pelos bairros Ponte Alta, Jardim Santa Paula, Comunidade Anita Garibaldi e Nova Ponte Alta, este ensaio revela os lugares que fazem parte da memória coletiva, e possuem o poder de contemplar em parte, sua história. Há refúgios naturais e frequentados pelos moradores, como mostrou-se em uma visita e um registro feito da Lagoa do Bonsucesso, bem como lugares de culto e religiosidade como a Capela São Geraldo no mês de maio com um florido ipê rosa. Nas fronteiras do Ponte Alta, um córrego conhecido como Guaraçau e antigamente denominado Aracahú, se destaca por ser a origem do nome desta comunidade, mas também por estar violado pela maldade humana, ocasionada pela poluição desenfreada. Nos limites do Jardim Santa Paula, um casarão em estilo neocolonial se destaca em meio a uma vegetação, casarão este remanescente do antigo Sítio Ponte Alta. No mais, no ponto mais alto do bairro, contempla-se uma paisagem incrível, simbólica e reveladora do nosso tempo: o marginal, a periferia, às margens e a produção capitalista do espaço urbano brasileiro.

As fotografias foram feitas na região do bairro Ponte Alta em Guarulhos, entre os meses de Janeiro a Outubro de 2022.

Palavras - chaves: Bairro Ponte Alta, Guarulhos, História e Memória, Periferia

³¹⁴ Graduando da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo (EFLCH/UNIFESP). E-mail; petersonmendes5@gmail.com / peterson.paulino@unifesp.br















REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

OLIVEIRA, Antônio Ferreira. et ai. Revelando a História de Bonsucesso e Região: Nossa Cidade, nossos bairros! São Paulo. Nova América, 2010.

PAULINO, Peterson Mendes. Resgate Histórico de Uma Comunidade: Um olhar sobre a história e os patrimônios históricos material e natural do bairro Ponte Alta. In: *Anais do III Congresso Nacional para Salvaguarda do Patrimônio Cultural: fragmentos, somas, construções e distopias*. São Paulo, SP : Universidade Federal de São Paulo, 2021.

PIRES, Gabriel Alves. *Memórias e Patrimônios Históricos de Guarulhos*. São Paulo: Scortecci. 2016.